

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Rafael Felgueiras Rolo

**Mídia digital e geopolítica da nuvem:
Soberania em meio às virtualidades da computação moderna**

Tese de Doutorado

Departamento de Direito
Programa de Pós-Graduação em Direito
Área de Concentração: Teoria do Estado e Direito Constitucional

Rio de Janeiro
Setembro de 2020

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Rafael Felgueiras Rolo

**Mídia digital e geopolítica da nuvem:
Soberania em meio às virtualidades da computação moderna**

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Direito da PUC-Rio como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Direito.

Orientadora: Dr.^a Bethânia de Albuquerque Assy

Rio de Janeiro
Setembro de 2020

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Rafael Felgueiras Rolo

**Mídia digital e geopolítica da nuvem:
Soberania em meio às virtualidades da computação moderna**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Direito da PUC-Rio como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Direito. Aprovada
pela Comissão Examinadora abaixo assinada

Dr.^a Bethânia de Albuquerque Assy

Orientadora

PUC-Rio – Departamento de Direito – PPGD

Dr. Maurício de Albuquerque Rocha

PUC-Rio – Departamento de Direito – PPGD

Dr. Florian Fabian Hoffmann

PUC-Rio – Departamento de Direito – PPGD

Dr.^a Caitlin Sampaio Mulholland

PUC-Rio – Departamento de Direito – PPGD

Dr. Rodrigo Guimarães Nunes

PUC-Rio – Departamento de Filosofia

Dr. Ernani Pinheiro Chaves

UFPA – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Rio de Janeiro, 2 de setembro de 2020

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Rafael Felgueiras Rolo

Mestre em DIREITO PROCESSUAL pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (2015). Graduação em DIREITO pela Universidade Federal do Pará – UFPA (2009). Procurador do Estado do Pará (desde 2010) e professor substituto da UFPA (desde 2019).

Ficha Catalográfica

Rolo, Rafael Felgueiras

Mídia digital e geopolítica da nuvem : soberania em meio às virtualidades da computação moderna / Rafael Felgueiras Rolo ; orientadora: Bethânia de Albuquerque Assy. – 2020.

274 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2020.

Inclui bibliografia

1. Direito – Teses. 2. Geopolítica. 3. Nuvem. 4. Computação. 5. Soberania. 6. Passagens midiáticas. I. Assy, Bethânia de Albuquerque. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD: 340

Aos meus amores, Vê e Laurinha.
Vocês são vontade de revolução encarnada.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradeço a minha esposa (Verena) e minha filha (Laura) por resignificarem a vida, os sonhos e conquistas, assim como as tristezas e derrotas. Os quatro anos do doutorado, cheios de dificuldades e desafios, foram recheados de momentos inesquecíveis e muito valiosos, especialmente pela chegada de Laurinha às nossas vidas, depois de uma gravidez no exterior e de todas as incertezas que suportamos. Vê, você é minha companheira, minha namorada, minha linda princesa e eu te amo mais que nunca ao poder reconhecer tudo o que passamos, tudo aquilo que superamos juntos. Minhas maiores preciosidades, estas linhas tortas são inteiramente dedicadas a vocês. Queria ter a grandeza e ser capaz de um dia poder expressar todo o amor e gratidão que sinto.

Agradeço aos meus pais (Alvaro e Eliana), irmãos (Artur e Daniel) e familiares pelo apoio, pelo carinho e por todos os momentos de união. Agradeço, em especial, à minha tia Conceição, por ser exemplo de tia, mulher, acadêmica e professora.

Agradeço aos padrinhos de Laurinha e queridos amigos, Fábio e Gisele Góes, bem como a toda a família (Isabelle, Theo e Dona Nazareth), pelo apoio incomensurável que nos foi dado ao longo de todo esse tempo, especialmente depois de nosso retorno de Londres. Obrigado pela amizade e companheirismo.

Agradeço aos professores com os quais tive a honra de aprender ao longo de todo esse período. Tenho vocês no coração. Agradeço infinitamente à Prof.^a Dr.^a Bethânia Assy, minha orientadora que, todavia, já me acompanha desde 2013, pela humanidade e pelo carinho eterno no trato e nas conversas. Em nome da Prof. Bethânia, agradeço especialmente a todos os professores do programa de pós-graduação da PUC-Rio.

Agradeço ao Prof. Dr. Nathan Moore, por ter aceitado a tarefa de me receber em Londres, após a recomendação do Prof. Dr. Peter Fitzpatrick, bem como aos demais professores com quem pude conviver em Birkbeck – University of London, no primeiro semestre de 2018.

Agradeço ao Prof. Fitzpatrick, pois, ainda que não tenhamos trabalhado diretamente, acredito que seu patrocínio acadêmico foi essencial na solução de minhas pendências junto à secretaria da universidade, permitindo-me passar tempo suficiente em Londres para a condução da pesquisa que se materializa nesta tese.

Agradeço profundamente, por fim, a todos que me ajudaram ao longo da caminhada, em especial a todos os amigos da turma de doutorandos, que ingressaram em 2016 no PPGD da PUC-Rio, aos queridos da turma “Zé Moleza”. Vocês também são responsáveis por estas páginas.

RESUMO

ROLO, Rafael Felgueiras; ASSY, Bethânia de Albuquerque. **Mídia digital e geopolítica da nuvem: Soberania em meio às virtualidades da computação moderna**. Rio de Janeiro, 2020, 274p. Tese de Doutorado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente tese problematiza o papel da mídia digital na (con)formação da geopolítica contemporânea, em especial sobre os conceitos de soberania e emancipação. Entendida como estrutura *nômica*, a mídia digital opera na condição de agente de repartição do espaço e regulação dos fluxos de forças, matéria, forma e informação. Computação e Internet são responsáveis pelo desenho e conformação tanto do espaço físico da terra, como do espaço virtual da rede, a chamada “nuvem”. Um materialismo radical opera entre a desintegração do analógico no digital, passando pela axiomática maquínica dos protocolos, até chegar à sobrecodificação semântica da plataforma, na qual o denominado “*nomos* da nuvem” toma sua forma mais aparente. Esse *nomos* desenha uma geometria não-euclidiana (fractal), desafiadora da lógica causal e é pressuposto das novas dimensões de *World-design*. Nele, o arquivo deixa de simplesmente funcionar como mera representação do mundo, pois o próprio mundo se torna arquivo-Mundo. Os níveis ontológico e epistemológico passam a ser condicionados pela dimensão política. A mídia digital tece um diagrama que estabelece novos regimes de visibilidade (interface, expressão) e de enunciação (endereçamento, conteúdo), perante o qual, para ser ou saber no âmbito da Computação em geral e da Internet em especial, é exigida a submissão às idiossincrasias do *a priori* técnico-tecnológico à disposição. Um novo agenciamento de corpos e de signos é implicado. A nova mídia desintegra as fronteiras subjetivas e objetivas associadas à soberania, concebida tradicionalmente como um atributo do Estado-nação, instituindo outra topologia/topografia de corpos e agências em seu lugar. Com a nova era midiática, portanto, tanto o território se desdobra em uma dimensão hiperbólica, com a possível sobreposição de diversas soberanias sobre uma específica transmissão ou circuito, como o substrato sobre o qual o poder pode exercer e ser exercido deixa de ser “humano” e, ademais, deixa de pressupor uma “subjetividade” para ser exercido *de facto*. Coloca-se o problema a respeito de como definir uma tal condição soberana no contexto da nova era midiática e da derrocada do modelo “westfaliano” de Estado-nação. Aliado à questão relativa à soberania, questiona-se como estabelecer a (dia)gramática das lutas emancipatórias nesse contexto. A partir do anúncio de eventos recentes, propõe-se que a nova era midiática é fincada sobre duas passagens, quais sejam, a passagem do analógico para o digital e a passagem do a-significante dos *bits* para a semântica dos regimes de interface e endereçamento. Essas duas passagens se consomem no conceito de plataforma, entendida como diagrama rígido no qual uma assimetria bem característica é estabelecida entre sistema e usuário. Segundo essa relação assimétrica, o usuário não pode acessar o *arkanum* do código-fonte, ou melhor, as entranhas do sistema são protegidas da ação de um usuário qualquer. Com o reconhecimento dessa relação, é propriamente possível a análise dos conceitos de soberania e emancipação. Enquanto a soberana é entendida *a priori* como a condição daquele (humano ou não) capaz de agenciar as potências do código fonte em uma determinada relação com o sistema, a emancipação no âmbito

da atual era midiática perpassa necessariamente por uma reivindicação dessa soberania.

Palavras chave

Geopolítica; Nuvem; Computação; Soberania; Passagens midiáticas;
(Dia)Gramática

ABSTRACT

ROLO, Rafael Felgueiras; ASSY, Bethânia de Albuquerque. **Digital media and the geopolitics of the cloud: Sovereignty amidst the virtualities of modern computation.** Rio de Janeiro, 2020, 274p. PhD Thesis – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The thesis problematizes the role of digital media in the (con)formation of contemporary geopolitics, especially with regard to the concepts of sovereignty and emancipation. Understood as a *nomos* structure, digital media operates as an active agent in the partition of space and in the regulation of fluxes of forces, matter, form and information. Computation and Internet are responsible for the design and conformation both of Earth's physical layer, as well as of the virtual space of the Net, the so-called "Cloud". A radical materialism operates between the disintegration of the analogical principle into the digital, through the machinic axioms of protocols, until it reaches the semantical over-codification of the platform. It is only then that the "nomos of the cloud" assumes its most visible form. This *nomos* draws a non-Euclidean geometry (*i.e.*, a fractal), one that defies the causal logic and develops new dimensions of *World-design*. In it, the archive stops functioning as a mere representation of the world, for the very world becomes an archive. The ontological and epistemological levels of analysis of such a *nomos* order are both conditioned by a political dimension. Digital media weaves a diagram that establishes new regimes of visibility (interface, expression) and enunciation (addressability, content). A diagram before which, to be or to know, either in the realm of Computation in general or on the Internet, means to be subjugated by the idiosyncratic technical-technological *a priori* at hand. A new form of agency of bodies and signs is implied. New media disintegrates subjective and objective frontiers commonly associated with the sovereign condition traditionally conceived as a trait native to the Nation-State. It does this by instituting a new topology/topography of bodies and agencies in the place of what existed before it. The new mediatic era unfolds the territory in a hyperbolic dimension, overlapping different sovereignties over a specific transmission or circuit. The mediatic channel operates as a substratum over which power might exert itself or be exerted, while, at the same time, forfeiting any "human" condition and, what is even more, setting aside every "subjective" presupposition. The thesis poses the question about how to define the sovereign condition in the context of the new mediatic era and the collapse of the "Westphalian" model of the Nation-State. Connected to the problem regarding sovereignty, the thesis asks how it is possible to establish a (dia)grammatic of emancipation struggles in this context. Following the recent events, it is assumed that the new mediatic era consists of two different crossings. The first one would be the overcoming of the analogical by the digital, while the second would be the transition from the a-signifying *bit* to the semantics of interfacial and addressable regimes. These two events are consummated in the concept of the platform, understood as a rigid diagram in which an asymmetric relation between user and system takes place. According to this asymmetrical relationship, the user is not capable of accessing the *arcanum* of the source-code. The entrails of the system are protected from the direct action of an ordinary User. Only after the recognition of this asymmetry, can the concepts of sovereignty and emancipation be adequately analysed. While sovereignty is *a priori* understood as

the condition of that which (human or otherwise) is capable of accessing the potential of the source-code, emancipation in the realm of the new media depends on the revindication of such a sovereign condition.

Keywords

Geopolitics; Cloud; Computation; Sovereignty; Mediatic Transitions;
(Dia)Grammatics

Sumário

1	Introdução	16
1.1	Por uma outra teoria da mídia	16
1.2	A crise dos espaços de enclausuramento	18
1.3	Em busca de novas armas – O <i>a priori</i> midiático e a economia da <i>différance</i> – Entre fuga e captura na busca por uma alternativa de mundo possível	24
1.4	Considerações formais sobre a presente pesquisa	28
1.4.1	Justificativa	32
1.4.2	Objetivos	32
1.4.2.1	Objetivo geral	33
1.4.2.2	Objetivos específicos	33
1.4.3	Metodologia	33
2	Um pouco de ar... Ou quatro casos que denunciam a existência de uma nova ordem mundial	35
2.1	<i>Five Eyes</i> (FVEY) – A constituição de uma nova ordem de soberania	35
2.2	<i>Cambridge Analytica</i> e democracia representativa em perigo	48
2.3	<i>Cyber</i> -guerra – Militarização da internet e a nomadologia <i>hacker</i>	57
2.4	<i>Whistleblowing</i> e <i>black transparency</i> – O elemento trágico na geopolítica atual	67
3	A geologia da “nuvem” – A passagem do contínuo para o discreto	73
3.1	A mídia determina a situação	73
3.2	Terra, mar, ar... e a “nuvem” – “Somos todos holandeses voadores”	81
3.3	O <i>nomos</i> da nuvem	94

3.4	Computação e internet – O <i>design</i> do mundo como arquivo	111
4	(Dia)Gramática da internet – A passagem do a-significante para o plano semântico	115
4.1	<i>Bletchley park</i> , o <i>a priori</i> da Gramatologia	115
4.2	Por uma reconsideração da gramatologia de Derrida a partir do debate a respeito da glossemática de Hjelmslev	120
4.3	A máquina que só funciona e sua (dia)gramática (ou desconstruindo a gramatologia de Derrida)	133
4.4	A designação precede a existência – Regimes de interface e endereçamento, de visibilidade e enunciação	144
5	Geopolítica do arquivo-mundo – Protocolos, programas e plataformas	153
5.1	Passagens	153
5.2	Regimes de endereçamento e de interface – O retorno ao problema do <i>nomos</i>	161
5.3	Protocolos, programas e plataformas	173
5.4	Materialismo e imagem em negativo – <i>Signal intelligence</i> e metadados – As bases do estado de vigilância generalizado	187
6	O limite das passagens – O aporético	194
6.1	O <i>a priori</i> da soberania é a mídia	194
6.2	A hipótese do <i>Urstaat</i> e a captura	204
6.3	Transformações do conceito de soberania – Para além do modelo de estado-nação westfaliano	214
6.4	O aporético e a soberania digital – O acesso às potências do plano de imanência – A potência do inquantificável	230
7.	O <i>hardware</i> e a simulação – Que emancipação é ainda possível?	241
7.1	Diante da porta, diante do <i>hardware</i>	241

7.2	O <i>clinamen</i> face às modulações e ondulações do sinal digital	248
7.3	Que emancipação é possível?	258
	Referencias	267

LISTA DE IMAGENS E TABELAS

Imagem 01 – Mapa de cabos submarinos	44
Imagem 02 – Campanha “ <i>Defeat crooked Hillary</i> ”	54
Tabela 01 – Regimes de interface e endereçamento	100
Imagem 03 – Esquema do <i>Relaisprinzip</i>	104
Imagem 04 – Diagrama da síntese de Fourier	108
Tabela 02 – Diagrama básico de Hjelmslev	130
Tabela 03 – Diagrama linhas/faces	130
Tabela 04 – Diagrama de planos de expressão e conteúdo	130
Imagem 05 – Esquema DNS (árvore invertida)	150
Imagem 06 – Modelo do <i>Stack</i>	226

*Ah love! could you and I with fate conspire
To grasp this sorry scheme of things entire,
Would not we shatter it to bits – and then
Remould it nearer to the heart's desire.*

Omar Khayyám, Rubáiyát

1

INTRODUÇÃO

1.1

POR UMA OUTRA TEORIA DA MÍDIA

Uma pesquisa que se proponha a analisar a relação entre as novas mídias e o Direito certamente não é novidade enquanto crítica acadêmica. Não se desconhece o trabalho de autores importantes que, de certa forma, desbravaram (e ainda desbravam) o campo, em especial com contribuições associando o papel da Internet e da Computação no direito à privacidade, nos procedimentos democráticos, nos processos judiciais, como instrumento de governamentalidade, enfim.

A despeito dessa condição, pouco (ou muito pouco) foi escrito para destacar quais as implicações dessas novas mídias sobre os pressupostos do pensamento jurídico e, principalmente, político em torno da teoria do Estado. Se é certo que a privacidade está em risco a partir da introdução das denominadas “novas tecnologias”, é preciso questionar se a própria definição de privacidade não merece ser pensada à luz da atual realidade midiática. É possível tratar de “privacidade” como se o sujeito de direito abstrato do *novecento* ainda fosse uma concepção minimamente adequada ou mesmo útil? Se é possível falar das diferentes aplicações da Computação e Internet para as técnicas de governamentalidade, ainda é adequado falar de “Estado”, “soberania” e “emancipação” tal como se falava ainda nos tempos em que imperava a mídia analógica? Principalmente, como a introdução das novas mídias (e, em especial, falar-se de Computação e Internet) altera a compreensão acerca das categorias jurídico-políticas à disposição?

Ao assumir a premissa do pensamento de Friedrich Kittler, para quem a “*mídia determina nossa situação*”¹, o pensamento jurídico crítico contemporâneo e a teoria do Estado em especial não podem se furtar à análise do complexo técnico-tecnológico atualmente à disposição, responsável pela profunda (con)formação do contexto geopolítico global. Uma específica concepção política

¹ Tradução livre. No original: “*Medien bestimmen unsere Lage, die (trotzdem oder deshalb) eine Beschreibung verdient*” (KITTLER, Friedrich. *Grammophon, Film, Typewriter*. Berlin: Brinkman & Bose, c1986, p. 03).

é especializada e articulada na forma de um *design* responsável não tanto pela descrição de uma *Weltanschauung* qualquer, mas pela *programação dos possíveis*, capaz de influir diretamente na própria condição de existência do “mundo”².

Uma pesquisa consequente com a atualidade, deve enfrentar os desafios associados à compreensão e apreensão dos mecanismos de espacialização e ordenação disponíveis (i.e., o que será evidenciado como o *nomos* contemporâneo) a partir das mídias digitais. Melhor dizendo, é preciso pensar as mídias como o *a priori* técnico-político a ser tematizado por uma ontologia (ser) e por uma epistemologia (saber) consequentes. No âmbito da Computação e Internet, o *design* é já e desde sempre político, determinando *a priori* as possibilidades tanto do ser como do saber.

Partindo do conjunto dessas perplexidades, portanto, não pode deixar de ser reconhecido que os meios digitais (e a Computação e Internet em especial) deslocam o pensamento filosófico-político de seus axiomas tradicionais. Se o Computador corresponde a uma biblioteca “mais-que-borgesiana”, a Internet pode ser entendida como o *killer-app*³ que consuma a caracterização do mundo contemporâneo como arquivo (não somente o arquivo-do-mundo, mas o mundo-como-arquivo), redesenhando o núcleo das categorias políticas, tais como cidadania, indivíduo, soberania, territorialidade, responsabilidade, emancipação, enfim⁴. As mídias conformam as noções de *corpo* (corpo político, corpo singular, corpo coletivo, corpo nu etc.) e de *agência* (guerra, revolta, revolução, transgressão, servidão etc.), de modo a articular um no outro, em processos e devires específicos, que não estavam presentes antes e dos quais é ainda necessário dar a devida conta. Esta tese pode ser considerada uma singela aproximação nessa direção, avançando a pauta que será destrinchada nos tópicos a seguir.

² Novamente Kittler, desta vez tratando a respeito do gramofone: “A mídia ‘define aquilo que é verdadeiro/vinculante’; sempre para além da estética” (*Idem*, p. 10 – tradução livre). Em outro momento, Kittler destaca: “Com a diferenciação técnica entre óptica, acústica e escrita, que, em torno de 1880, com o desfazimento do monopólio da invenção de Gutenberg como instrumento de registro, o denominado homem se tornou possível” (*Ibidem*, p. 29 – tradução livre).

³ Sobre o conceito de *Killer-app* (ou *Killer application*): “Aplicativo que auxilia um determinado sistema, sob o qual a aplicação se desenvolve (Windows, Palm, PC etc), a obter sucesso e, assim, estabelece novas categorias de produtos, tecnologias e segmentos de mercado” (SJURTS, Insa (Herausg.). *Gabler Lexikon Medien Wirtschaft*. Wiesbaden: Gabler Verlag, 2004, p. 312 – tradução livre).

⁴ BRATTON, Benjamin. *The Stack: On Software and Sovereignty*. Cambridge: MIT Press, 2015, p. 06.

Se, como diz Simondon, “(...) o *devenir* é uma *dimensão do ser*”⁵, no caso das mídias digitais essas transformações ocorrem não tanto pela singela possibilidade de designação de toda “coisa” a partir de uma linguagem binária e altamente formalizada, como a linguagem digital, mas pela construção das próprias “coisas” a partir de diferentes regimes de endereçamento e interface instituídos, de modo que os dados supostamente singulares e individuados só podem ser apreendidos como *meta(-meta[-meta...])-dados*, i.e., em constante operação de individuação⁶.

Para além da agenda pós-humanista, é necessário pensar a crítica dos *regimes de espacialização e ordenação* contemporâneos a esse arquivo-mundo. É preciso desenvolver a crítica do *nomos* contemporâneo⁷. Tal perspectiva, no entanto, não está imediatamente disponível. Propõe-se a crítica da estratificação perpetrada pelas mídias contemporâneas, a qual deve ser capaz de lançar luz sobre alguns embates políticos atuais e, talvez, sobre os projetos alternativos de construção de mundo.

1.2

A CRISE DOS ESPAÇOS DE ENCLAUSURAMENTO

Mudanças técnicas, menos efêmeras em muitos aspectos quando comparadas às mudanças de governos, servem como pano de fundo para profundas transformações e crises políticas⁸. Entre política e técnica não se configura necessariamente uma antítese ou mesmo uma dinâmica “dialética”⁹, mas, talvez mais propriamente, uma tensão que ganha consistência a partir de um

⁵ Tradução livre. No original: “(...) *le devenir est une dimension de l'être*” (SIMONDON, Gilbert. *L'individuation à la lumière des notions de forme et d'information*. Grenoble: Millon, 2017, p. 31 – tradução livre).

⁶ “A *consulta [query]* se torna uma *caçada [quarry]*” (BRATTON, B. *op. cit.*, p. 287 – tradução livre).

⁷ “Desde o espaço elementar do mar surge o espaço elementar do digital e da mídia. *Reger/Efetuar* (o ‘reger/efetuar do ente em seu todo’, tal como Heidegger traduziu a *physis* grega) e o *circular* tornam-se o mesmo. O homem é um animal telúrico, como estabeleceu Carl Schmitt. Isso está correto. Mas trata-se, simbolicamente, de um animal radicalmente arrancado do fundamento (ou que se torna sem fundamento). Somos todos holandeses voadores” (SIEGERT, Bernard. *Passage des Digitalen: Zeichenpraktiken der neuzeitlichen Wissenschaften 1500-1900*. Berlin: Brinkman & Bose, 2003, p. 19 – tradução livre).

⁸ “Uma mudança das técnicas implica uma modificação daquilo que podemos denominar a constelação política do universo: (...)” (SIMONDON, Gilbert. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier, 2012, p. 305 – tradução livre).

⁹ Sobre a importância da negatividade dialética para o progresso da técnica, conferir: *Idem*, p. 87.

processo imanente de defasagem¹⁰ de um plano pré-individuado (em estado de meta-estabilidade¹¹), em constante processo de diferenciação. Para o que interessa a esta tese, é necessário partir dessa defasagem entre um polo político e outro, técnico¹².

Deleuze, certamente inspirado pelo trabalho de Simondon, afirma em célebre estudo que “[a] cada tipo de sociedade, evidentemente, pode-se fazer corresponder um tipo de máquina”¹³. Esquemáticamente, as máquinas simples ou dinâmicas são típicas das denominadas “sociedades de soberania”, ao passo que as máquinas energéticas são aquelas que possibilitaram e foram possibilitadas pelas “sociedades de disciplina”¹⁴. As sociedades de controle, por seu turno, seriam condicionadas e condicionantes do funcionamento de máquinas cibernéticas¹⁵. Não que máquinas energéticas ou dinâmicas tenham desaparecido, afinal, a história da técnica não se processa por saltos bruscos¹⁶. Essencial é a análise dos agenciamentos coletivos possibilitados ou condicionados num e noutro caso. Regimes de signos e de corpos que, correlacionados, são responsáveis pelo exercício de posições de força, de subjugação, de servidão, de subjetivação, enfim. A análise dessas condições e situações seria o papel de uma teoria dos afetos em uma ética, ou melhor, de uma *etologia*¹⁷, o que aqui somente poderá ser pressuposto. Pensar um quadro teórico que permita erigir as pertinentes cartografias dessas relações, em meio às virtualidades da Computação, torna-se imperativo.

¹⁰ “Por fase, entendemos não o momento temporal substituído por um outro, mas o aspecto resultante do desdobramento do ser e que se opõe a um outro aspecto; esse sentido da palavra fase se inspira daquele que, para a física, corresponde à noção de relação de fase; conhecemos uma fase que se relaciona a uma outra ou à diversas outras fases; há no sistema de fase uma relação de equilíbrio e de tensão recíprocos; é o elemento atual de todas as fases tomadas em conjunto que corresponde à realidade completa e não cada fase por si só considerada; uma fase não é fase que em relação às demais, a partir das quais ela se distingue de maneira totalmente independente das noções de gênero e espécie. Enfim, a existência de uma pluralidade de fases define a realidade de um centro neutro de equilíbrio com relação àquele a defasagem existe” (*Ibidem*, p. 221 – tradução livre).

¹¹ Sobre o estado de meta-estabilidade, conferir: *Ibidem*, p. 226.

¹² *Ibidem*, pp. 293 e ss.

¹³ DELEUZE, G. *Contrôle et devenir*. In: *Pourparlers*. Paris: Minuit, 1990, p. 237.

¹⁴ *Idem*, p. 237.

¹⁵ *Ibidem*, p. 237.

¹⁶ “Para que o progresso técnico exista, é necessário que cada época possa dar à seguinte os frutos de seu esforço técnico; não são os conjuntos técnicos, nem mesmo os indivíduos, que podem passar de uma época para a outra, mas os elementos que os indivíduos, agrupados em conjuntos, puderam produzir; os conjuntos técnicos, com efeito, possuem, graça a sua capacidade de intercomunicação interna, a possibilidade de sair de si-próprios, produzindo elementos diferentes dos seus” (SIMONDON, G. *Du mode... op. cit.*, pp. 87/88 – tradução livre).

¹⁷ DELEUZE, Gilles. *Spinoza: Philosophie pratique*. Paris: Minuit, 2003, p. 39.

O século XX é determinado por uma discussão fundamental em torno da tensão entre tecnologia e política. Discussão fundamental que, como dito, não surge no século XX, mas que nele se tornou especialmente crítica, por razões que neste momento somente podem ser assumidas em seus efeitos. Não se pretende produzir uma historiografia do problema, mas, quando muito, permitir uma genealogia (ou quiçá uma “geologia”) do tema em favor de uma finalidade acadêmica limitada, tendo em mente os objetivos aqui em questão.

Qual seria essa tensão determinante? De fato, o século XX pode ser definido (e não se pretende uma definição absoluta e em última instância) como o século da crítica ao *livro*¹⁸, essa singular totalidade enquanto tecnologia de saber, vetor de poder, regime visibilidade, economia entre presença e ausência¹⁹. A invenção da moderna Computação e, em especial, da Internet (ou melhor, da tecnologia de “*packet switching*”) é tanto o pano de fundo como a consequência dessa crítica levada a cabo no século passado e que, hoje, sem que o problema tenha sido resolvido (afinal, de fato, problemas como esse não fazem questão de uma “solução”), fornece uma série de perplexidades, algumas das quais são constitutivamente contra-intuitivas²⁰.

Como destacado por Derrida, “*uma nova economia está surgindo. Ela determina a coexistência, de forma móvel, de uma multiplicidade de modelos e de modos de arquivo e acumulação. A história do livro sempre fez referência a essa condição*”²¹. A história do livro, a história da *web*. Dois regimes de interface e

¹⁸ “A palavra livro é tão difícil de definir quanto a questão do livro, ao menos se o que pretendemos é conceder-lhe uma especificidade aguda e cindi-la em sua irredutibilidade, exatamente no ponto desde o qual resiste a tantas questões vizinhas, conectadas e até mesmo inseparáveis. (...) O que temos o direito de chamar ‘livro’ e em que modo a questão está correta, para além de ser simplesmente preliminar e acessória, e inserida no coração da questão do livro? Essa questão é governada pela questão do direito, não somente em sua forma particularmente jurídica, mas também em sua forma semântica, política, social e econômica – em suma, em sua forma total. A questão do livro, como veremos, é também a de uma certa totalidade” (DERRIDA, Jacques. *Paper-machine*. Stanford: Stanford University Press, 2005, pp. 4/5 – tradução livre).

¹⁹ “*A despeito das aparências, aquela morte do livro não anuncia sem dúvidas (e, de uma certa maneira, desde sempre) senão uma morte da fala/palavra (uma fala/palavra que se auto intitula plena) e uma nova mutação na história da escritura, na história como escritura*” (DERRIDA, Jacques. *De la grammatologie*. Paris: Minuit, 1967, p. 18 – tradução livre).

²⁰ “*Com canetas e máquinas de escrever, pensais que sabeis como cada utensílio trabalha, como cada qual ‘responde’.* Ao passo que com computadores, mesmo se as pessoas sabe como usá-los até certa medida, raramente sabem intuitivamente e sem pestanejar – ao menos eu não sei – como o demônio interno do aparato opera. A quais regras a máquina obedece. Esse segredo, sem qualquer segredo, marca nossa dependência em relação a muitos instrumentos da moderna tecnologia. Sabemos como usá-los e para que funcionam, sem saber o que acontece com eles, dentro deles, ao lado deles; e isso pode nos dar muito a pensar a respeito de nossa relação com a tecnologia hoje – com relação à novidade histórica dessa experiência” (DERRIDA, J. *Paper-machine...* op. cit., p. 23 – tradução livre).

²¹ Tradução livre. No original: “[a] new economy is being put in place. It brings into coexistence, in a mobile way, a multiplicity of models, and of modes of archiving and accumulation. And that’s what the history of the book has always been” (*Idem*, p. 17).

endereçamento, dois regimes de arquivo que, entre continuidades e rupturas, implicam-se mutuamente em uma disputa midiática, cujos efeitos políticos não podem ser considerados anódinos sequer à observação mais prosaica da atualidade.

A crise do livro pode ser inserida no contexto da crise de todos os demais espaços fechados e de enclausuramento, típicos da denominada sociedade de disciplina, tais como a família, a escola, o hospital, a caserna, enfim²². A crise do livro é contemporânea à crise de todas as demais instâncias e projetos de subjetivação²³. Não se trata de mero acaso. Em cada ocasião está em questão uma específica economia entre abertura e clausura, uma específica tendência à descodificação de fluxos e à dinâmica de desterritorialização/reterritorialização. Tendência que culmina no que Deleuze caracteriza não mais como o “modo de produção” capitalista, mas como capitalismo de “superprodução”²⁴. O excesso hiperbólico²⁵ e eminentemente dispersivo propiciado pelas novas mídias, não se deixa enclausurar, pois é “envelopante” ao modo de um *fractal*, capaz de não somente dissipar fronteiras postas, mas também multiplicar periferias e guetos²⁶.

A crise do livro está diretamente relacionada à crise dos demais espaços de clausura, portanto. Pensando a analogia como uma lógica das diferenças entre os diversos regimes de espacialidade e espacialização, seria possível seguir o fio condutor da análise para, neste contexto histórico, pensar a crise do modelo de soberania em conjunto com a crise da noção de emancipação e transgressão (ambos fixados na *topo-nomo-lógica* do Estado-nação).

²² DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum sur les sociétés de contrôle*. In: *Pourparlers*. Paris: Minuit, 1990, pp. 240/242.

²³ O livro e a teoria hermenêutica que o acompanha necessariamente como um projeto político de controle é uma instância de subjetivação tão eficaz como a escola, o hospital, a caserna, enfim. Sobre o tema, associado à denominada *media theory*, conferir: “Trata-se de um único e do mesmo espírito que, em meio à leitura bíblica, late como um poodle e oferece tantas traduções livres quanto ‘O Espírito’. Ar, Morab, Baith, Dibon, Nebo, Medba, Hesbon, Eleale, Zoar, Luhith, Horonaim – da mesma forma significam as palavras que até mesmo Fausto dificilmente poderia supervalorizar e cujo saber de cor se resolve com o fato de descrever fatos com palavras. O sistema de inscrição de 1800 revoga a ordem de Lutero, quem pregava para ler a Bíblia ‘palavra por palavra, separadamente’. A antiga ordem é substituída, assim, pela nova de somente permitir a leitura daquilo que estudante e professor, em conjunto, ‘compreendem’. A exortação é formulada de forma bastante clara e, como o ‘somente’ destaca, trata-se de uma seleção e de um controle discursivo como qualquer outro, mesmo quando a hermenêutica agradece seu sucesso à falácia de se posicionar contra toda e qualquer forma de controle” (KITTLER, Friedrich. *Aufschreibesysteme 1800-1900*. München: Wilhelm Fink Verlag, 2003, p. 28).

²⁴ DELEUZE, G. *Post-scriptum... op. cit.*, p. 245.

²⁵ A expressão “excesso hiperbólico” não foi ela própria pensada como uma “hipérbole”. O “hiperbólico” tratado acima é, na verdade, a geometria “não-euclidiana”. Em última instância o problema está em se pensar uma geopolítica “hiperbólica”.

²⁶ *Idem*, p. 246.

O Estado, que desde 1648, é construído em meio a uma topologia de *loops* horizontais adjacentes uns aos outros, sem sobreposição, assumindo sua feição global como estrutura de partição do poder político a partir da apropriação das forças planetárias (terra, mar e ar), encontra-se em crise²⁷. A crise do Estado westfaliano é também determinada por uma estrutura hiperbólica, que Benjamin Bratton denomina sugestivamente de *The Stack*²⁸. Trata-se de mais uma faceta do capitalismo *de superprodução* capaz de se espalhar para além das dimensões de latitude e longitude do globo terrestre, por meio da constituição de diferentes filamentos de realidade relativamente independentes uns dos outros e de se apropriar dessas realidades paralelas na dispersão do conjunto²⁹. Essa estrutura hiperbólica vale muito mais pelos seus “acidentes” do que por uma suposta teleologia bem pensada e consciente de si³⁰. A própria noção de Estado está em construção, em constante devir, de modo a não seguir um projeto prévio ou ser englobado por uma visada teórica dirigente. Tudo se processa *de bric et de broc*.

Nesse contexto de relativa incerteza, importa questionar: qual concepção de soberania pode ser adequada para pensar uma tendência dispersiva tão poderosa? Relações tradicionais, tanto no plano horizontal (cidadão/cidadão, indivíduo/indivíduo, Estado/Estado, enfim) como vertical (autor/leitor, pai/filho, cidadão/governante, mestre/escravo), são colocadas em xeque por meio de processos de descodificação importantes. Fronteiras geopolíticas são apagadas, não sem antes outras fronteiras assumirem o lugar das anteriores, não raras vezes com maior autoritarismo e violência. As fronteiras se tornam reversíveis e o *enclave* se transforma em *exclave* num piscar de olhos, o interior se descobre

²⁷ BRATTON, B. *op. cit.*, pp. 23 e ss.

²⁸ Propriamente falando, o modelo visado por Benjamin Bratton não é “hiperbólico”, mas “volumétrico”. Nesse sentido: “A medida em que as grades ganham volume, as reversões responsáveis pela interiorização de potencial de suas linhas componentes multiplicam exponencialmente, e a quadrangulação das linhas vez ou outra conduzem a ainda mais grades. Grades são reversíveis por meio do design e a ‘soberania’ de sua reversibilidade não é nem extrínseca, nem excepcional; trata-se de algo genérico à operação delas. É aquilo que as grades fazem automaticamente. Ou para parafrasear Gordon Matta-Clark, uma grade volumétrica descreve todas as possíveis camadas sem implicar alguma prioridade ou preferências. (...) Grades são curvadas e se sobrepõem umas sobre as outras; imagens em múltiplas camadas de suas margens compostas convolvam a situação a grades individuais que foram desenhadas para um efeito específico são costuradas em uma infraestrutura composta com seus próprios planos emergentes” (*Idem*, pp. 37/38 – tradução livre). Acredita-se, porém, que para fazer jus a Bratton (a despeito dele próprio) é preciso pensar o *nomos* da Nuvem a partir da diferença entre uma geopolítica “volumétrica” (euclidiana) e uma geopolítica hiperbólica (não-euclidiana).

²⁹ “O Stack não é uma grade mas uma acumulação de grades, algumas comunicáveis entre si e outras não, algumas permitem uma espécie de soberania provisória e outras algum outro tipo, algumas encarceram Usuários e outras garantem-lhes linhas de fuga, muitas delas são reversíveis. Os nós são reforçados” (*Ibidem*, p. 37 – tradução livre).

³⁰ *Ibidem*, p. 17.

exterior, a descentralização se revela centralizadora³¹, enfim, acidentes que determinam outros acidentes. Inconsciente maquínico. Essa *megaestrutura accidental*, como destaca Benjamin Bratton, também denota a existência de uma permeabilidade inaudita dessa estrutura nos *microporos* do tecido político-social, conformando as singularidades mais discretas desse *socius*.

Com essas mudanças radicais de escala, as lutas por emancipação correm o risco, paradoxalmente, de se tornarem cada vez mais localizadas, cada vez mais impotentes face às práticas que impõem as mais variadas formas de servidão maquínica (*asservissement machinique*), essas, cada vez mais ubíquas. Na medida em que as práticas de subjugação se desterritorializam e se liberam do *loop* geográfico dos Estados e das instituições disciplinares, um capitalismo dispersivo pretende encerrar as práticas emancipatórias em um *loop* neutralizante. O Capital desterritorializa *de facto* suas próprias virtualidades para além da espacialidade do globo terrestre ao mesmo tempo em que territorializa *de jure* o idealismo emancipatório³².

A crise do livro, das instâncias disciplinares, do *loop* horizontal do Estado-nação westfaliano é, portanto, também uma crise profunda do próprio ideal de emancipação e das práticas de resistência e transgressão³³. O próprio referente “emancipatório” aparece deslocado, já que a lógica de transgressão foi internalizada pela axiomática do Capital, naquilo que Deleuze nomeia de “modulação universal”³⁴. A violência não é mais exclusivamente aquela dos espaços de enclausuramento, mas aquela dos *switches* disponíveis, capazes de

³¹ *Ibidem*, p. 21.

³² Toda a preocupação do pensamento crítico com o futuro das utopias é sintomática do que se está tratando neste momento. A questão não escapou a Fredric Jameson: “A utopia ofereceria o espetáculo de um desses raros fenômenos cujo conceito é indistinguível da sua realidade, cuja ontologia coincide com sua representação. Essa entidade particular ainda possui uma função social? Se não tiver, então talvez a explicação esteja naquela extraordinária dissociação histórica em dois mundos distintos que caracterizam a globalização atual. Em um desses mundos, a desintegração do social é tão absoluta – miséria, pobreza, desemprego, fome, indigência, violência e morte – que esquemas sociais intrincadamente elaborados de pensadores utópicos se tornam frívolos na medida em que são irrelevantes. Em outros casos, riqueza sem precedentes, produção computadorizada, descobertas científicas e médicas inimagináveis há um século atrás, assim como uma infinidade de prazeres comerciais e culturais, parecem que tornaram a fantasia utópica e especulação tão entediantes como antiquadas enquanto narrativas pré-tecnológicas do voo espacial” (JAMESON, Fredric. *The Politics of Utopia*. New Left Review, n. 25, Jan-Feb/2014, p. 35 – tradução livre).

³³ “Quando ‘a Internet’ era vista como um caminho para descentralizar e distribuir o poder horizontalmente, dispensando a intermediação de instituições mais antigas, então a ‘política da net’ para a multidão foi essencial, mas agora que é vista ao contrário como uma arquitetura da consolidação e instrumentalização do poder em uma espacialidade volumétrica, então a esquerda recai em posicionamentos familiares e bem dispostos à crítica, mas não para o design e a posse de poder” (BRATTON, B. *op. cit.*, p. 456).

³⁴ DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum... op. cit.*, p. 246.

modular acesso e não-acesso (*on, off, on, off...*) a determinada instância de *jouissance*. A luta emancipatória enfrenta uma crise de individuação.

Uma resistência eficaz às violências decorrentes dessa dinâmica de velocidade absoluta constitutiva do ecúmeno contemporâneo da Internet, porém, há de ser constantemente *agenciada* desde o plano dos afetos. É preciso reconhecer que os próprios projetos de emancipação não são equivalentes entre si, sendo necessário promover o debate a respeito de uma “política dos afetos”. Inobstante, não no sentido de um logo(teo)centrismo que propõe a emancipação das amarras da metafísica ocidental (a história do afastamento *da* Origem) a partir de uma teleologia/escatologia do destino geopolítico, é necessário considerar formas de emancipação capazes de agenciar *de jure* efeitos e afetos positivos e, por seu turno, de reverberar seus próprios acidentes de modo a afetar *de facto* a *certa ratio* do corpo político. Entre uma pretensão *de jure* e a atualização *de facto* de uma virtualidade, cabe a crítica e a desconstrução dos próprios suportes midiáticos nos quais as reivindicações e resistências emancipadoras se processam necessariamente. Afinal, o que dizer de afetos “digitais”?

1.3

EM BUSCA DE NOVAS ARMAS – O A *PRIORI* MIDIÁTICO E A ECONOMIA DA *DIFFÉRENCE* – ENTRE FUGA E CAPTURA NA BUSCA POR UMA ALTERNATIVA DE MUNDO POSSÍVEL

Tal como diagnosticou Deleuze há quase trinta anos³⁵, a questão não está em perguntar qual o regime mais “duro”, ou mais “opressor”. As novas “liberdades” podem ser tão opressoras quanto os mais duros regimes de clausura. É tempo de buscar novas armas.

Onde estariam as novas armas?

Quais seriam as novas armas?

Para quem deveriam ser procuradas novas armas?

De fato, se as armas (*les armes*) não se distinguem dos utensílios comuns (*les outils*) senão pelos agenciamentos passionais nos quais são especialmente

³⁵ *Idem*, pp. 241/242.

inseridas³⁶, a exortação por buscar novas armas deve ser entendida em seu sentido mais pragmático. A pergunta essencial está na questão pelos *agenciamentos do desejo*, ou melhor, na “*fabricação de novas linhas de realidade*”³⁷. É preciso agenciar o desfazimento das redundâncias dominantes e das estratificações de poder estabelecidas, mas para além disso, é preciso lutar contra a neutralização do desejo e a relegação à insignificância de pautas *menores*. Em suma, para falar com Guattari, é preciso fazer com que “agenciamentos diagramáticos” não sejam neutralizados *ab ovo* por “equipamentos coletivos”³⁸.

As “novas armas”, deve ser dito, já se encontram disponíveis no capitalismo tardio. Ocorre que não são imediatamente agenciadas como “armas”. De fato, a dominação é exercida justamente de modo a evitar que um tal agenciamento seja processado por qualquer um. Toda a eficácia dos sistemas de dominação (sistemas de redundância) encontra-se na despotencialização (*impuissantation*) de agenciamentos selvagens/nomádicos em favor de uma política de neutralização do desejo³⁹. As instrumentalidades modernas, tais como o *Smartphone*, a *Internet of Things (IoT)* e o *Bitcoin/Blockchain*, agenciam pontos singulares na rede global de conexões entre as potências terrestres, as virtualidades da “nuvem”, as territorialidades urbanas e a miríade de interfaces plurais disponíveis, responsáveis não somente pela construção de mundos alternativos, mas também pelo apagamento de mundos existentes⁴⁰. *World-making* e *World-effacing* vinculados num mesmo processo⁴¹.

O determinante das formas tecnológicas contemporâneas está em colocar radicalmente a questão da articulação entre regimes de signos e regimes de coisas. A Internet não se constitui por uma forma de comunicação estabelecida entre um sujeito “pleno”, cuja fala é a expressão de um *transbordo de conteúdo*, e outro definido como “vazio”, a ser *preenchido passivamente* pela mensagem, cuja atribuição seria a de simplesmente captar uma informação existente à revelia da própria relação estabelecida, mas pela intermediação dos mais diferentes

³⁶ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mille Plateaux: Capitalisme et Schizophrénie 2*. Paris: Minuit, 1980, p. 496.

³⁷ GUATTARI, Félix. *Lignes de fuite: Pour un autre monde de possibles*. Paris: L'Aube, 2011, p. 184.

³⁸ *Idem*, pp. 190/191.

³⁹ *Ibidem*, p. 81.

⁴⁰ GREENFIELD, Adam. *Radical Technologies: The Design of Everyday Life*. London: Verso, 2017, p. 08.

⁴¹ BRATTON, B. *op. cit.*, p. 85.

sinais em um campo completamente dominado por códigos plenos e (por isso mesmo) *a-significantes*⁴², sem a necessidade de resolução da comunicação no binômio hilemórfico, fundado na oposição entre “comunicação/ruído” e incapaz de pensar os processos singulares de individuação.

A designação e o endereçamento no campo da Computação são bem mais do que um *performativo* no sentido de Austin, como no caso da promessa, do julgamento, da exortação, enfim. A designação, na era digital, é *World-design* que não tanto pressupõe um campo ilocutório como constitui a própria possibilidade do ilocutório. A *topologia* proposta pela Internet como campo de interação é também uma *topografia (in the making)*⁴³. A novidade que as novas mídias lançam para o mundo encontra-se na capacidade de, em última instância, transformar cada ponto singular *designável* (desde as partes que compõem o genoma humano até os maiores corpos encontrados no universo, passando pelas ficções da mais variada ordem) em um endereço eletrônico⁴⁴ capaz de se relacionar com outros pontos singulares por meio de múltiplos regimes de interface distintos⁴⁵.

A Computação é o *a priori* midiático de um *materialismo radical* que, embora disponível, também não está imediatamente à disposição de qualquer um na sua potencialidade emancipatória⁴⁶. Perante esse materialismo, para algo “ser” ou “ser conhecido”, é necessário que, *antes*, encontre-se circuitado⁴⁷. O agenciamento desse circuito (*hardware*) é protegido por muitas camadas de código (*software*), esses guardiões poderosos, como a Lei para o camponês kafkaniano.

⁴² A respeito da questão, importa atentar para a genealogia das mídias digitais que Bernhard Siegert apresenta: “A diferenciação do ‘oceano elétrico’ (como Adolf Slaby denominou o Eter) em Canal e Sinal, a contar da invenção dos tubos elétricos, cindiu a recepção de rádio fundamentalmente de duas formas: em uma parcela destinada ao esclarecimento da informação e noutra, no esclarecimento do sinal, ‘communications intelligence’ e ‘signal intelligence’, ou ainda, no jargão da OTAN: COMINT e SIGINT. Enquanto o alvo da inteligência de comunicação é o esclarecimento de significados, o alvo da inteligência de sinal é o esclarecimento ontológico. (...) Toda remessa implica uma inteligência de sinal (diferentemente da inteligência de comunicação): quem quer que envie algo por meio de ondas de rádio, não pode deixar, no mesmo ato, de dizer ‘que’, ‘o que’ e ‘como’ a transmissão se dá. A inteligência de comunicação, na era dos meios eletrônicos, tornou-se a sucessora da hermenêutica, ao passo que a inteligência de sinal assumiu o papel antes desempenhado pela ontologia” (SIEGERT, B. *op. cit.*, p. 398 – tradução livre).

⁴³ BRATTON, B. *op. cit.*, p. 204.

⁴⁴ *Idem*, pp. 197/198.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 235.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 16.

⁴⁷ “Somente aquilo que se encontra circuitado, existe” (KITTLER, Friedrich. *Real Time Analysis, Time Axis Manipulation. In: Draculas Vermächtnis*. Leipzig: Reclam, 1993 p. 182).

O fenômeno do Big Data, por exemplo, com sua pressão pelo acúmulo cada vez mais intenso de pontos singulares de dados⁴⁸, por mais aparentemente inúteis e desconexos que possam parecer, também implica uma enorme revolução na relação que tradicionalmente se estabelece entre a coisa e o signo. Afinal, as lógicas de correlação são altamente indiferentes a qualquer cadeia semanticamente coerente. Não há relação imediata alguma, por exemplo, entre a expansão futura de casos de gripe suína em determinado território e as buscas realizadas por indivíduos na Internet utilizando palavras-chave específicas (de fato, ainda que houvesse uma relação direta, isso seria irrelevante)⁴⁹. Inobstante, por meio de correlações semelhantes a essa, novos mecanismos de governança são desenvolvidos, afetando diretamente na vida de populações inteiras. As conclusões acidentais obtidas a partir das correlações entre dados aparentemente desconexos não são determinadas por relações causais diretas, mas pela fixação de indícios pertinentes (*proxies*), processados pelos algoritmos que regem a análise automaticamente. O Big Data não vai explicar “como” o vírus da gripe suína vai se espalhar por determinada região, mas simplesmente “o que” vai acontecer a partir de uma análise de bilhões de casos anteriores⁵⁰.

A denominada “Internet das coisas” (*Internet of Things* ou *IoT*), outro exemplo, é possibilitada em última instância pela *endereçabilidade profunda* (*deep address*) no âmbito da Internet, permitindo a comunicação coisa-coisa sem a intermediação direta de qualquer agente humano⁵¹. A *IoT* é responsável pela constituição de regimes de endereçamento de toda e qualquer partícula do mundo digital, permitindo, em tese, que cada *bit* possua um endereço eletrônico e, assim, possa se relacionar com qualquer outro *bit* de forma imediata. Trata-se, como destaca Greenfield, da efetuação de um processo de colonização da vida diária pelo processamento de informação⁵². Afetando tanto o infinitamente pequeno, como o absolutamente grande, desde o *quantified self* à *smart city* e além, a Internet das coisas representa uma revolução na geo-bio-política tradicional⁵³.

⁴⁸ MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth. *Big Data: The essential guide to work, life and learning in the age of insight*. London: John Murray, 2017, p. 11.

⁴⁹ *Idem*, p. 02.

⁵⁰ “A correlação não demonstra o porquê, mas, como vimos, saber o quê é geralmente bom o suficiente” (*Ibidem*, p. 59).

⁵¹ BRATTON, B. *op. cit.*, p. 199. Conferir também: WITMORE, Michael. *Text: A Massively Addressable Object*. Disponível em: <http://winedarksea.org/?p=926>, acessado em 27.09.18.

⁵² GREENFIELD, A. *op. cit.*, p. 08.

⁵³ BRATTON, B. *op. cit.*, pp. 210/212.

Em meio aos exemplos disponíveis, muito mais do que a queda no caos absoluto levado a cabo pela perda do referente epistêmico, deve-se falar da constante conformação e constituição de diferentes referentes semióticos a partir dos excessos das técnicas de inscrição disponíveis. Uma *outra* gramatologia dessas técnicas se faz necessária, na medida em que estão intimamente conectadas às mídias pelas quais esse grafismo experimental (essa *écriture*) é realizado.

Pensar uma ética da emancipação a partir das mídias contemporâneas implica mover-se em terreno instável e perigoso. Caracterizar a Computação como *a priori* midiático da filosofia-política contemporânea sugere a possibilidade de o próprio objeto de estudos se confundir com os pressupostos da investigação a ser levada a cabo. Tanto o discurso como o objeto em questão são resultados das mesmas mídias, que a depender de um movimento sutil, embaralham-se entre si de forma a somente permitir uma visada confusa e obscura do tema a ser tratado. Essa condição, todavia, antes de ser considerada um risco a ser superado, deverá ser tratada como sintoma a ser investigado.

A geopolítica contemporânea, entre controle e emancipação, atravessada por violenta transformação da noção de soberania, possibilitada pelo meio digital da Computação global, altera profundamente as noções políticas tradicionais. A intenção e o objetivo desta pesquisa consistem em enfrentar o paradoxo de uma linguagem *a-significante*, tal como a linguagem binária da Computação e da Internet, para a conformação da noção de soberania e a respeito das práticas de resistência e emancipação contemporâneas.

1.4

CONSIDERAÇÕES FORMAIS SOBRE A PRESENTE PESQUISA

A presente pesquisa será voltada à análise das denominadas “novas mídias” (entendidas, aqui, como a Computação e a Internet) e de seus efeitos sobre as linhas de estratificação do mundo.

Parte-se do ponto em que Carl Schmitt deixou sua análise a respeito do *nomos*, ou melhor, a partir da atualização crítica dessa teoria, conforme as contribuições de Bernhard Siegert e Benjamin Bratton. O denominado “*nomos* da nuvem”, decorrência do processo de abstração contínua identificado por Carl

Schmitt⁵⁴, não corresponde a um espaço superficial horizontal (*Flächenraum*), como a relação entre Terra e Mar estabelecida pelo *Jus Publicum Europaeum*, ou a um espaço “volumétrico”, como o caso do modelo do *Stack* de Benjamin Bratton, mas a um espaço erigido a contar de um princípio hiperbólico (não-euclidiano) ou rizomático⁵⁵. Um princípio ou uma *arkhé*, que, paradoxalmente, esconde-se da maneira mais eficaz ao se revelar em excesso.

A pesquisa a ser desenvolvida parte da dupla articulação entre *corpo* (ou conteúdo, ou endereço) e *agência* (ou expressão, ou interface)⁵⁶ como forma de desenvolvimento da análise. Para a apreciação e crítica dessas categorias, deve ser considerado o *a priori* midiático que permite a sequer afirmação onto-epistemo-política de um “mundo” como elemento da circulação e como espaço da transgressão. Atualizar as noções de *corpo* e *agência*, em meio ao contexto da atual *Medienzeitalter*, implica sugerir um materialismo radical (poder-se-á dizer, com Kittler, “quântico”) e a conformação da realidade a partir de uma topologia hiperbólica, permitindo a transposição do corpo na agência e da agência, no corpo.

Assim, o que dizer de um corpo formado por nada além de fluxos de sinais? O que dizer de um corpo discreto (i.e., formados por *bits*, transistores que

⁵⁴ “Esse último ponto é bastante importante. A passagem da terra para o mar, ao longo da história mundial, sempre produziu consequências e efeitos imprevisíveis. No caso em análise ela afetou a estrutura fundamental do direito do povo europeu então vigente, e sua divisão entre terra firme e mar livre. Na medida em que até então se pensava, ao se falar ‘hemisfério ocidental’, somente em um único espaço continental, tratava-se não apenas de uma fronteira matemática-geográfica, mas também estava vinculada a uma forma concreta, tanto geográfica-física, como espiritual. A expansão e deslocamento em direção ao mar que se iniciaram a contar de então, fez com que o conceito de hemisfério ocidental se tornasse ainda mais abstrato no sentido de um plano vazio, determinado sobretudo por meio do critério matemático-geográfico. (...) Essa nova conformação dos planos conduz à suspensão da contraposição entre terra e mar e a uma nova estrutura espacial, na medida em que o espaço aéreo, enquanto uma nova dimensão, entre em cena” (SCHMITT, Carl. *Der Nomos der Erde: im Völkerrecht des Jus Publicum Europaeum*. 5. Aufl., Berlin: Duncker & Humblot, 2011, p. 258).

⁵⁵ O “rizoma” é um dos conceitos célebres do pensamento guattaro-deleuzeano. Explicá-lo em poucas linhas é arriscado e, em suma, não recomendado. Afinal, para o pensamento Deleuzeano, a *explicação* não engloba o conceito, devendo ser sucedida dos momentos de *implicação* e *complicação*. Inobstante, para os fins de permitir alguma compreensão e ponto de partida ao que se desenvolverá ao longo do trabalho, convém destacar o esforço de Zourabichvili: “O rizoma diz de uma só vez: não há ponto de origem ou princípio primevo capaz de comandar a totalidade do pensamento; não há que se falar em avanço significativo que possa existir sem bifurcação, reencontro imprevisível, reavaliação do conjunto desde um ângulo inédito (o que distingue o rizoma de uma simples comunicação em rede – ‘comunicar’ não possui o mesmo sentido, ver ‘Univocidade do ser’); não há princípio de ordem ou entrada privilegiada no percurso de uma multiplicidade (para esses pontos finais, ver ‘Complicação’ e a definição acima: ‘Ele não é feito de unidades, mas de dimensões’). O rizoma é, então, um anti-método, que dá a impressão de autorizar tudo – e, de fato, autoriza, pois tal é o seu rigor, do qual os autores destacam decididamente o caráter ascético, sob a rubrica da ‘sobriedade’, ante a intenção de discípulos apressados” (ZOURABICHVILI, François. *Le Vocabulaire de Deleuze*. Paris: Ellipses, 2003, p. 72 – tradução livre).

⁵⁶ DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *op. cit.*, p. 59.

simplesmente ligam e desligam) que se agencia a outros corpos discretos e, inobstante, são responsáveis pela produção de efeitos físicos concretos como abrir uma porta, fechar uma cancela, conceder acesso a um determinado benefício, ou mesmo permitir uma governança logarítmica de uma população inteira?

Novos contextos de tensão e luta surgiram nos últimos anos, com a disseminação do acesso à Internet. Se a diferenciação entre signo e sinal deve ser levada às últimas consequências, é preciso considerar a radicalidade de todo um campo de investigação que se abre tanto às lógicas de controle, como às de transgressão, que lida com uma linguagem que nada comunica e, talvez por isso mesmo, já não seja uma “linguagem” no sentido tradicional. A semiótica que atravessa a computação não é “representativa” e não precisa ser necessariamente considerada mais ou menos “própria” ou “apropriada”, no sentido de estar sujeita a uma instância de redundância e desaceleração de potencialidades selvagens (como, por exemplo, uma instância de julgamento sobre a verdade/falsidade de um enunciado).

Entende-se que a era midiática contemporânea é altamente determinada pelas virtualidades dos meios digitais de comunicação e transmissão de sinais. Essas mídias em questão, porém, são peculiares no seu modo de ser, na medida em que, como premissa de base de todo o funcionamento de ambas, é processada uma espécie de movimento hiperbólico entre seu regime de signos (da *communication intelligence* para a *signal intelligence* para a modulação universal) e seu regime de corpos (do analógico para os *bits* para as ondas).

Se o agenciamento é tanto mais selvagem quanto quando conduz à desterritorialização da relação entre expressão e conteúdo⁵⁷, a Computação e a Internet imbuem, por assim dizer, a mídia digital de potencialidades desterritorializadoras altamente vastas. Desterritorialização, porém, não é sinônimo de emancipação ou de liberação. Pode haver, como ocorre em não raras ocasiões, a desterritorialização da repressão, opressão, das formas de controle, enfim. Que a mídia digital possua um alto potencial desterritorializador, não implica algo necessariamente bom ou ruim, mas simplesmente algo extremamente perigoso.

O perigo, inobstante, não deve ser confundido com o risco (perigo abstrato e probabilístico) ou com aquilo que ameaça e está à espreita de um sujeito supostamente consciente/soberano (perigo metafísico). O perigo do qual se trata

⁵⁷ *Idem*, p. 111.

neste momento é aquele perante o qual já se está lançado, concreta e inevitavelmente, independente de qualquer voluntarismo ou da consciência da parte de quem quer que seja.

Importa pensar o estatuto desses afetos e afecções digitais. Pode ser avançada uma tripla dimensionalidade dessas relações, quais sejam: uma ontológica, outra epistêmica e, por fim, a dimensão política. Uma *tridimensionalidade* que se propõe, neste momento, como claramente *assimétrica* em favor do polo político, todavia. A pesquisa a ser desenvolvida implicará essa tripla inscrição assimétrica a todo momento, admitindo-se a porosidade desigual entre essas dimensões, de modo a se acatar a possibilidade de uma epistemologia política e de uma política ontológica das novas tecnologias.

A estratificação ora apresentada não pode consistir em um marco transcendental estático de análise, mas deve ser pensada como uma espécie de *tabula rasa* por onde começar a investigação. Em última instância, contudo, considerando as múltiplas relações entre as três dimensões apresentadas, a proposta é a de construção de uma *etologia* aplicada à atual era midiática, a era do digital.

A semiótica a-significante da Computação e Internet, em face daquilo que se poderia denominar por “*designabilidade*” do mundo em conformidade às linhas de inscrição da linguagem digital, implica necessariamente em transformações sofridas por conceitos políticos tradicionais, tais como os sugeridos acima, com a passagem da antiga mídia analógica para a mídia digital. O foco essencial há de ser lançado sobre a articulação de *corpos* (corporais, os entes) e *agências* (incorporais, os modos de ser). É sugerida uma pragmática das mídias contemporâneas, capaz de dar conta do denominado *Relaisprinzip* como mecanismo de desterritorialização da relação causal tradicional (i.e., da lógica de “causa e efeito”), implicando uma subversão da política embasada na física newtoniana, em favor de um foco na física desenvolvida por nomes como Euler e Fourier e seus sucessores, aplicada aos entes discretos/descontínuos.

Como proposta preliminar da tese, a operar tanto como premissa teórica, como constituir o próprio objeto de investigação, acredita-se na validade da afirmação de que as mídias digitais contemporâneas estruturam o modo como são pensados e processados os problemas ontológico-políticos e epistêmico-políticos. Sendo esse o caso, não há a possibilidade de aplicar a esses problemas uma moldura conceitual desgastada e pouco sensível às exigências contemporâneas naquilo que diz respeito à construção de uma ética dos corpos e agências em meio à era digital.

Computação e a Internet exigem a construção de uma ética que corresponda, ainda que minimamente, às exigências dessas mídias. Acredita-se que um materialismo radical, no sentido a ser apresentado, aliado à diagramática dos modos de inscrição digital (i.e., a nova gramatologia) sejam capazes de sugerir importantes linhas (tanto aquelas “de fuga”, como as de “captura”) em meio ao deserto do Real constituído pela semiótica a-significante da linguagem digital.

1.4.1

JUSTIFICATIVA

A pesquisa a ser desenvolvida se justifica pela necessidade de crítica e consideração do modo como as mídias contemporâneas conformam o mundo e suas territorialidades, bem como as dinâmicas de soberania e transgressão. Se “*o médium é a mensagem*”, como destacou McLuhan no pós-Guerra⁵⁸, aí está uma questão ontológica e epistemológica, contudo, primária e necessariamente, política.

A forma como esse processo de conformação do mundo é realizado possui profundas implicações para a compreensão de categorias políticas tradicionais de soberania e emancipação, a partir de uma diagramática de corpos e agências. Face à erosão das categorias filosófico-políticas tradicionais, erosão que não se processa de forma simplesmente negativa e não sem que as velhas estruturas passem a ser habitadas por novas dinâmicas de forças, a pesquisa a ser desenvolvida se justifica pela necessidade de investigação e proposição de um horizonte teórico e prático para as práticas emancipadoras, as quais, do contrário, restarão esclerosadas e incapazes de exercer o papel que delas se poderia esperar.

1.4.2

OBJETIVOS

⁵⁸ MCLUHAN, H. Marshall. *Understanding Media: The extensions of man*. Cambridge: MIT Press, 1994, pp. 07 e ss.

1.4.2.1

OBJETIVO GERAL

Considerar o modo como, na qualidade de agentes de normatização, as mídias contemporâneas conformam tanto o mundo, como as noções de soberania e emancipação em face à profunda transformação das categorias filosófico-políticas tradicionais, a partir das noções de corpo e agência.

1.4.2.2

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Desenvolver a compreensão a respeito do regime de signos aplicáveis à nova mídia (Computação e Internet), a partir de uma triplicidade de vetores, quais sejam: ontológico, epistêmico e o político. Assume-se a preponderância do vetor político sobre os demais, pelo que o modelo proposto é declaradamente assimétrico.

Trabalhar o agenciamento perante o qual o regime de signos da Internet é responsável tanto pela possibilidade de *World-design* e de *World-effacing*.

Na medida em que a internet é uma mídia responsável pela conformação do mundo, compreender tanto a influência de seu regime de signos sobre o *nomos* da terra como sobre a possibilidade de instituição de um “*nomos* da nuvem”.

Problematizar os conceitos de corpo e agência a partir das peculiaridades do regime de signos aplicável à internet, culminando com a problematização em última instância das noções de soberania e emancipação.

1.4.3

METODOLOGIA

Como metodologia de trabalho, recorrer-se-á, principalmente, à análise bibliográfica de uma determinada linhagem de autores relevantes para a definição do marco teórico, tal como acima detalhado, de modo a permitir a compreensão teórica de determinados elementos de pesquisa e sugerir determinadas

possibilidades de resolução de problemas atuais, aplicáveis ao objeto apresentado.

Em primeira instância serão desenvolvidos procedimentos de construção de uma arqueologia/genealogia da relação entre mídia digitais e uma política dos afetos aplicada diretamente às noções de corpo e agência. A abordagem a ser desenvolvida pretenderá à desconstrução de determinadas categorias tradicionais à luz do *a priori* midiático digital à disposição. Por fim, fugindo das facilidades e platitudes de uma suposta dialética bem conduzida (tese-antítese-síntese), tentar-se-á complicar filosoficamente os problemas apresentados, de modo a fugir de proposições de simplórias soluções a problemas altamente complexos.

Como métodos auxiliares, podem ser destacados os métodos histórico e analógico. Haverá a necessidade de desenvolver a compreensão, em certo momento, do surgimento do atual estado de coisas. Não se pretende fazer uma pesquisa de matiz propriamente histórico, diga-se, porém, recorrer-se-á a uma certa filosofia da história para o desenvolvimento das premissas e teses ao longo da pesquisa. Ademais, o método analógico deve ser entendido como técnica capaz de fazer ressonar as diferenças e variações entre os diferentes modos e tecnologias a serem analisados. Pensa-se no desenvolvimento não de uma análise das semelhanças entre os mais diversos casos e mídias analisados, mas como essa diversidade específica varia em torno da problemática instaurada pelo *a priori* midiático.

2.

UM POUCO DE AR... OU QUATRO CASOS QUE DENUNCIAM A EXISTÊNCIA DE UMA NOVA ORDEM MUNDIAL.

*“Im Augenblick gnadenloser Unterwerfung unter
Gesetze, deren Fälle wir sind, vergeht das Phantasma
vom Menschen als Medienerfinder. Und die Lage wird
erkennbar”*

(KITTLER, Friedrich. *Grammophon, Film, Typewriter*.
Berlin: Brinkmann & Bose, 1986, pp. 05/06)

2.1

FIVE EYES (FVEY) – A CONSTITUIÇÃO DE UMA NOVA ORDEM DE SOBERANIA

A “era” do Computador ganha consistência ao final da II Guerra Mundial e com o início da Guerra Fria. Tanto o conflito “quente”, como o “frio”, são definidos por Kittler como uma única e mesma guerra. Trata-se, em qualquer caso, de uma guerra entre “máquinas de escrever”⁵⁹. Máquinas que imitam outras máquinas, máquinas universais, ENIGMA, BOMBE e COLOSSUS – máquinas “incrivelmente primitivas”, máquinas de Turing⁶⁰. A vinculação entre computação, cibernética e criptografia, como práticas associadas diretamente ao esforço de guerra, não pode ser esquecida⁶¹. Anunciando o fim da literatura, a criptoanálise, como

⁵⁹ A respeito da superação técnica da máquina ENIGMA pelo computador COLOSSUS, cfr.: “Com a capacidade decisória automatizada, a deusa oriental [i.e., COLOSSUS] processou permutação após permutação, até que a sopa de letrinhas se transformasse em texto claro novamente. A guerra das máquinas de escrever” (KITTLER, F. *Grammophon... op. cit.*, p. 369 – tradução livre). De fato, se a principal presença militar para o fim da II Guerra Mundial foi, de fato, o Exército Vermelho, a maior contribuição de norte-americanos e ingleses foi concentrada no desenvolvimento do computador.

⁶⁰ “O modelo matemático de 1936 não representa simples híbrido entre máquina e simples utensílio; enquanto sistema vinculado aos próprios feedbacks, supera qualquer Remington. Pois o signo lido, ou a leitura de sua ausência sobre o papel dirige/governa, a seu turno, a próxima etapa do trabalho, que implica um escrever: da leitura depende se a máquina mantém o signo ou apaga-o, ou inversamente, se a máquina deixa o espaço vazio como está ou se lhe inscreve algum signo, e assim por diante. Isso é tudo. Mas nenhum computador, que já foi ou que será construído, pode mais” (Idem, p. 32 – tradução livre).

⁶¹ “Na segunda guerra mundial triunfou um materialista, que materializou a própria matemática. ‘A inteligência venceu a guerra’, escreveu o próprio Turing em sua Biografia, quando tratou do ENIGMA e COLOSSUS em uma exatidão de palavras britânica, que entre não distingue o termo ‘inteligência’ entre compreensão, os órgãos de inteligência e a máquina informática. Mas até mesmo isso se manteve como segredo de Estado. Durante guerra, surgiu toda uma organização,

fundamento da moderna Computação, é, de fato, uma arte da *intercepção* e não da interpretação⁶².

Nesse contexto, a Computação, essa máquina de guerra, é responsável por ressignificar o papel do “canal” e do “sinal” com relação à “mensagem” e ao “destinatário”. O canal deixa de ser o meio diáfano de transmissão da mensagem, para ganhar espessura e peso. Torna-se “alvo” geopolítico, “alvo” das preocupações desta tese, mas primordialmente um “alvo” militar. Pensando a lógica dos atuais conflitos globais, antes que tentar interpretar uma única mensagem, busca-se a captura de todo o sistema de transmissão⁶³. A intercepção que se opera sobre o canal toma o lugar da hermenêutica. A *Signal Intelligence* (*SigInt*) toma o posto antes conferido à *Communication Intelligence* (*ComInt*).

O fim da II Guerra Mundial e o começo da Guerra Fria viu algumas novidades na geopolítica global. A primeira que merece menção foi aquela do acordo “BRUSA”, de 1946, posteriormente denominado de acordo “UKUSA”, por meio do qual a “*Army-Navy Communication Intelligence Board (ANCIB)*”, dos Estados Unidos, e a “*London Signal Intelligence (SIGINT) Board*”, do Reino Unido, comprometeram-se a uma ampla e irrestrita troca de informações, à exceção de casos raros. Todas as operações relativas à (a) coleção de tráfego, (b) aquisição de documentos de comunicação e equipamentos, (c) análise de tráfego, (d) criptoanálise, (e) descrição e tradução e (f) aquisição de informação relacionada à comunicação, práticas organizacionais, procedimentos e equipamentos, foram objeto do acordo.

Em segundo lugar, o início da Guerra Fria é o pano de fundo para a criação, pelo presidente Harry S. Truman, em 1952, da “*National Security Agency*” (NSA), agência que assumiu a frente do acordo de Cooperação com o Reino Unido logo após ter sido criada, função antes exercida pela já mencionada ANCIB. Filha da

cujos nomes são apagados nos registros oficiais, com a finalidade de investigar a respeito dos resultados da criptoanálise automatizada” (Ibidem, p. 376 – tradução livre).

⁶² “Em 28 de agosto de 1945, três semanas após Hiroshima e quatro semanas após Potsdam, decretou o Presidente americano Truman, uma provisão sigilosa a respeito da intercepção de comunicações secretas e do sigilo de informações a respeito das máquinas informáticas. A criptoanálise, tão decisiva na guerra, tornou-se assunto chave simplesmente – no passado e no presente, técnica e método, sucesso e resultados, Bletchley Park e Washington D.C. A partir disso foi que a mesma guerra, a despeito de fria, imediatamente pôde reiniciar: nas sombras do decreto de Truman aprendeu COLOSSUS e seu análogo americano a falar russo, ao invés de alemão. Hermeticamente selado, ‘a herança de uma guerra total e os espólios de um sistema de comunicação total foram dirigidos à construção de uma máquina total” (Ibidem, pp. 377/378 – tradução livre).

⁶³ “E, por que por meio do ENIGMA passavam ‘15 até 29 por cento’ das comunicações alemãs, a espionagem de guerra atingiu uma nova qualidade: a intercepção explorou não simplesmente o conteúdo das mensagens, mas a totalidade do sistema informativo do inimigo” (Ibidem, p. 369 – tradução livre).

polarização da geopolítica global, a atividade da NSA era direcionada a espionagem do bloco soviético. Conforme o relato jornalístico de Rosenbach e Stark, desde meados da década de 50, a agência se viu confrontada com um problema que a acompanha até hoje, qual seja: *como processar de forma eficaz a quantidade massiva de documentos e informações que chegam às suas mãos?* Em média, mais de uma tonelada de documentos por dia precisavam ser “digeridos”⁶⁴.

A terceira novidade, contudo, ainda com relação ao acordo UKUSA, ocorreu com a ampliação do seu espectro subjetivo, em 1955, mediante a adesão de Canadá (CAN), Austrália (AUS) e Nova Zelândia (NZ). A partir de então, o acordo bilateral transmutou-se em instrumento de cooperação multilateral entre cinco países, tendo como médium inexorável a língua inglesa. Estava formado o “*Five Eyes*” (ou *FVEY*), uma estrutura “supranacional” incontornável quando o tema é cyber segurança, cyber guerra e afins.

Tal supranacionalidade, conforme as revelações de Edward Snowden, em 2013, representa uma linha de fuga que subverte as fronteiras rígidas entre direito interno e internacional, possibilitando, por exemplo, que a NSA obtenha dados de cidadãos e residentes norte-americanos à revelia de qualquer autorização ou controle específico por parte do Tribunal instituído especificamente com essa função pela “*Foreign Intelligence Surveillance Act*” (FISA). Na hipótese, ainda a título de exemplo, a NSA é capaz de atuar sem qualquer supervisão ou controle (*oversight*), inserindo (ou melhor, revelando!) uma falta de consistência do corpo político no seio da axiomática do Estado de Direito norte-americano, fincado, segundo a sistemática constitucional daquele país, no autodeclarado (se não “auto evidente”, como diz a Declaração de Independência) modelo republicano de *checks and balances*. Se a surpresa dos cidadãos norte-americanos foi grande com as revelações de Snowden, contudo, os documentos ultrassercretos expostos são reveladores ao apontar qual estima o governo norte-americano possui para com os não-nacionais (ou “*aliens*”).

A despeito da criação do *FVEY* em meados da década de 50, contudo, a sua existência somente se tornou pública por meio do escândalo ECHELON,

⁶⁴ “Como cria da guerra fria, as atividades da NSA se dirigiram sobremaneira à União Soviética e ao Leste. Porém, já nos anos 50, o órgão de espionagem passou a ser confrontado por um problema que até hoje se faz presente: o enorme fluxo de informações receptadas. (...) Em parte, os analistas alcançam até 37 toneladas de material, i.e., uma tonelada por dia. Todo esse material precisava ser vistoriado e categorizado” (ROSENBAACH, Marcel; STARK, Holger. *Der NSA Komplex: Edward Snowden und das Web in die totale Überwachung*. Hamburg: Spiegel Verlag, 2014, e-book, paginação irregular – tradução livre).

pouco antes da virada do milênio. Com o fim da Guerra Fria, a espionagem praticada pela massiva estrutura anglófona de espionagem foi redirecionada para fins ainda mais indefinidos e, no caso de ECHELON, para a espionagem comercial/industrial, nesse caso específico dirigida contra o bloco europeu-continental. O sistema ECHELON correspondeu à manutenção e utilização de mais de 120 satélites coletores de dados, 40 dos quais estavam especialmente direcionados à interceptação de dados no “ocidente”. Os satélites eram responsáveis pela interceptação de mensagens do mundo todo, de modo que, em virtude da enorme quantidade de dados coletados, deveriam ser selecionados e devidamente processados por meio de programação eletrônica (i.e., inteligência artificial).

Dois *papers* apresentados no âmbito da *Scientific and Technological Options Assessment* (STOA), departamento vinculado à Diretoria-Geral do Parlamento Europeu, nos anos de 1996 e 1999, respectivamente, foram responsáveis pela revelação do esquema de espionagem. Conforme os *papers*, que apontam para a atuação dos FVEY no caso ECHELON, o esquema era voltado *primariamente* contra alvos “não-militares”, tais como governos, organizações e empresas, em todas as partes do globo, de modo a interceptar indiscriminadamente grandes quantidades de informações que depois seriam “triadas” por meio de instrumentos como o *Memex*⁶⁵. Curiosamente, os Estados Unidos são descritos como o “*parceiro sênior*” do esquema, ao passo que os demais envolvidos (i.e., UK, CAN, AUS e NZ) são definidos por funcionarem como “*serviços subordinados de informação*”⁶⁶.

⁶⁵ “*Memex*” (um acrônimo que une “memory + index”) é um aparelho criado por Vannevar Bush, descrito no célebre artigo intitulado “*As we may think*”, de 1945. É um instrumento contemporâneo à instituição do acordo UKUSA, como se percebe. Trata-se de um aparelho em que livros, documentos, mensagens, enfim, a mídia textual pode ser arquivada, possibilitando uma busca mecanizada por meio de “palavras-chave”. Trata-se, em suma, de uma máquina *hipertextual*, como definido por Lúcia Santaella. É, nas palavras do próprio Bush, um “suplemento expandido da memória”. Para maior referência, cfr.: BUSH, Vannevar. *As we may think*. The Atlantic Monthly, Jul/1945. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1945/07/as-we-may-think/303881/>, acessado em 31.05.20.

⁶⁶ A respeito, conferir: “O sistema ECHELON faz parte do sistema UKUSA, mas diferente de muitos sistemas eletrônicos desenvolvidos durante a guerra fria, ECHELON foi pensado primariamente para alvos não-militares: governos, organizações e empresas em quase todos os países. O sistema ECHELON funciona ao interceptar indiscriminadamente uma grande quantidade de comunicações para então filtrar o que possui algum valor por meio de auxílios de inteligência artificial, tais como o *Memex*, por meio de buscas por palavras-chaves. Cinco nações dividem os resultados, com os EUA como parceiro sênior sob o acordo UKUSA de 1948, mais Grã-Bretanha, Canadá, Nova Zelândia e Austrália, que atuam de modo semelhante a serviços de espionagem subordinados” (WRIGHT, Steven. *An appraisal of Technologies of Political Control*. Scientific and Technological Options Assessment STOA. Working document. PE 166.499. Luxembourg: EUParl, Directorate General for Research, 1998, p. 19 – tradução livre).

O Parlamento Europeu instaurou investigação sobre o caso em razão do grande escândalo que a divulgação do esquema causou, tendo sido divulgado o relatório coordenado pelo *Rapporteur* Gerhard Schmid, em 11 de julho de 2001. No relatório, são descritas as atividades de interceptação praticadas ao longo de muitos anos, bem como são realizadas profundas críticas aos Estados-Unidos e aos demais componentes dos FVEY.

A despeito de toda a “verve” crítica da redação do relatório e da recepção igualmente fervorosa com que foi recebido no próprio Parlamento Europeu, não é possível deixar de destacar o quão rápido as críticas foram esquecidas. Afinal, não mais do que poucas semanas após sua liberação, as Torres Gêmeas e o Pentágono foram atacados, surpreendentemente, em setembro daquele mesmo ano.

Seguindo uma intuição histórica razoavelmente correta, a atual geopolítica mundial é ainda marcada pelos eventos de 11 de setembro de 2001⁶⁷. A força simbólica dos ataques é importante marco na ressignificação do passado, assim como na orientação do que lhe seguiu, até os dias atuais⁶⁸.

Quanto aos pródromos, os ataques lançam novas luzes para eventos tidos, *a priori*, como irrelevantes, como, por exemplo, o fato de alguns dos terroristas terem tramado os ataques em Hamburgo, num apartamento insuspeito localizado na, hoje famosa, *Marienstraße 54*⁶⁹, e, posteriormente, terem alugado um quarto de hotel a poucos minutos da sede da NSA, em Fort Meade. Ou seja, os terroristas estavam diretamente sob o jugo de duas das maiores agências de inteligência do

⁶⁷ A nota de Virilio é capaz de dar a noção exata do problema: “*Como se pode estabelecer, desde o 11 de setembro de 2001, a cobertura midiática a respeito de atos violentos aumentou bastante. Desde a criminalidade local até mesmo a hiperviolência global do terrorismo, ninguém pode se manter alheio a esse aumento exponencial. Essa contraposição face a tantos fatos diferentes contribuiu à impressão de que toda proteção desmoronou no exato momento em que as torres do WTC*” (VIRILIO, Paul. *Der eigentliche Unfall*. Wien: Passagen Verlag, 2009, p. 34 – tradução livre).

⁶⁸ Judith Butler denuncia semelhante impressão. Cfr.: “*Nossos próprios atos não são considerados terroristas. E não há um histórico dos atos que seja relevante à auto-compreensão que formamos à luz desses eventos terríveis. Não existe pré-história relevante aos eventos do 11 de Setembro, na medida em que começar a contar a história de uma forma diferente, perguntar como se chegou nesse ponto, é desde já complicar a questão da agência, a qual, sem dúvida, conduz ao medo do equívoco moral. Para condenar os atos como inexcusáveis, males absolutos, de modo a sustentar a estrutura afetiva na qual somos, de um lado, vítimas e, de outro, engajados na causa justa de extirpar o terror, precisamos começar a história por uma experiência da violência que sofremos*” (BUTLER, Judith. *Prekarious Life: The Powers of Mourning and Violence*. London: Verso, 2004, p. 06 – tradução livre).

⁶⁹ A respeito, conferir: “*A Marienstraße 54, na cidade de Hamburgo, é hoje um ponto turístico. Uma visita à casa onde os conspiradores Mohammed Atta, Said Bahaji e Ramzi Binalshibh moraram*” (LAUTERBACH, Jörn. *Nachmieter in der Whonung von Mohammed Atta*. Matéria para o jornal *Welt*. Disponível em: <https://www.welt.de/politik/deutschland/article13572179/Nachmieter-in-der-Wohnung-von-Mohammed-Atta.html>, acessado em 31.05.2020 – tradução livre).

mundo, quais sejam a *Bundesnachrichtendienst* (BND) alemã e a *National Security Agency* (NSA) norte-americana.

Quanto às consequências, por seu turno, os ataques são a justificativa para a série de decisões e complicações que decorreram no âmbito da geopolítica internacional a contar de então, tendo tido a função primordial de confundir ainda mais o emaranhado das noções e relações estabelecidas entre Capitalismo e Guerra, Estado de Exceção e Estado de Direito, guerra e guerra civil, enfim⁷⁰.

É fato que uma espécie de *vis attractiva* é estabelecida e as diferentes linhas do tempo se tornam inevitavelmente atraídas por esse evento massivo. Pródromos e consequências dos ataques são agenciados no sentido da ressignificação do presente, passados quase vinte anos desde o ocorrido.

Dentre as inúmeras consequências dos atentados, a contar de 2001, o papel da NSA é sensivelmente alterado, tornando a agência mais agressiva em seus métodos e atividades. Em menos de um mês dos atentados, em 04 de outubro de 2001, o então Presidente norte-americano George W. Bush promulgou uma “*Executive Order*” com instruções destinadas a evitar atos terroristas em solo americano. A partir dos atentados, a NSA foi “agraciada” com o marco *jurídico* tido por necessário para vigiar toda e qualquer comunicação (por meio da Internet ou não) que tivesse qualquer relação possível com o terrorismo.

Segundo Rosenbach e Stark, a autorização do 04 de outubro representou uma mudança significativa na ideologia associada à vigilância realizada pelos órgãos de inteligência americanos, em especial por parte da NSA. Duas mudanças foram essenciais. Primeiramente, (a) a NSA foi expressamente autorizada a interceptar alvos no próprio território norte-americano, sem a necessidade de uma ordem judicial expedida pelo Tribunal-FISA e, em segundo plano, (b) a diferença entre “dados” e “metadados” ganhou reconhecimento jurídico-formal, de modo a permitir contornar as exigências constitucionais da IV Emenda com relação à proteção da privacidade⁷¹.

⁷⁰ Para uma referência jornalística importante nesse sentido, cfr.: HERSH, Seymour M. *Chain of Command: The Road from 9/11 to Abu Ghraib*. London: Harper Collins, 2004.

⁷¹ A respeito, cfr.: “A autorização do presidente americano de 04 de outubro de 2001 correspondeu ao momento do nascimento de uma nova ideologia da vigilância. Como a história da NSA e de seus precursores demonstra, os órgãos já ultrapassaram muitas fronteiras e limites estabelecidos pelo legislador. No exterior sempre foi de toda e qualquer pessoa, por quem a NSA se interessava, tornar-se um alvo sem qualquer ressalva jurídica. Com a autorização presidencial, contudo, também os cidadãos americanos nos Estados Unidos, com contatos no exterior considerados suspeitos poderiam ser vigiados mesmo sem qualquer ordem judicial. Uma importante limitação foi eliminada (mesmo que a NSA ainda seja obrigada, pelo menos, a solicitar uma autorização do Tribunal FISA). Com a interpretação surgida nos dias que seguiram ao 11 de setembro de 2001, no sentido de os metadados não receberem a mesma proteção jurídico-

Essas mudanças, conquanto essenciais, não foram as únicas. Na sequência dos atentados, a atividade exercida pela NSA viria a receber automático e massivo apoio financeiro e institucional, ainda que não necessariamente ostensivo e transparente, quando considerados os critérios constitucionais de um autodenominado “Estado de Direito”, das atividades de vigilância e inteligência. A NSA, que tinha sido criada para manter os olhos voltados à União Soviética e ao bloco socialista, transformou-se em uma organização ostensivamente vocacionada à obtenção do controle sobre a Internet⁷².

É possível dizer que a NSA “deu o tom” para as demais agências de espionagem e informação, tanto em termos de estrutura física, como em organização e capacidade técnica, dentre as quais, há aquelas vinculadas aos FVEY, como a britânica *Government Communications Headquarters* (GCHQ), a canadense *Communications Security Establishment* (CSE), a australiana *Australian Security Intelligence Organisation* (ASIO) e a neozelandesa *Government Communications Security Bureau* (GCSB), mas também o *Bundesnachrichtendienst* (BND) alemão, a *Mossad* israelense, dentre muitas outras. A denominada “*signal intelligence*” ganha definitivamente uma espécie de primazia sobre as tradicionais formas de inteligência e espionagem e dentre as mídias capturadas pelas estruturas de espionagem, a Internet é privilegiada enquanto alvo direto.

O “canal” da Internet ganha ainda mais espessura e se torna alvo privilegiado.

É possível dizer que, se o esquema ECHELON fez os FVEY e a NSA conhecidos para o novo milênio, as revelações de Edward Snowden, no verão de 2013, são determinantes na definição do papel jogado pela agência de inteligência após os atentados de 11 de setembro de 2001. Se for possível proceder a alguma datação, pode-se dizer que a introdução da nova era midiática culminou, no período que compreende o *aftermath* dos atentados até as revelações de

constitucional que o conteúdo das mensagens, o caminho para uma nova era da vigilância era pavimentado” (ROSENBACH, M.; STARK, H. *op. cit.*, paginação irregular – tradução livre).

⁷² “Um órgão criado durante a guerra fria para vigiar a União Soviética e os respectivos Estados-satélite transformou-se em uma organização para o controle da Internet, um Moloch sem parâmetros, que dispõe de um arsenal singular. As armas da NSA possuem nomes como ‘Quantum’, ‘Prism’ ou ‘Tempora’, e existem poucos locais no globo, que não sejam empregadas. Tomadas em conjunto, elas garantem uma singular matriz de análise da vigilância global” (Idem, paginação irregular – tradução livre).

Snowden, pelo menos, naquilo que pode ser considerada como uma espécie de “era de ouro” da espionagem digital⁷³.

A nova era técnico-tecnológica implica a existência de toda uma infraestrutura destinada à coleta em massa de informações (ou, conforme os termos de Snowden, na “*bulk data collection*”). A coleta de informações foi, ela própria, informatizada. Os custos, reduzidos. A capacidade de armazenamento de dados, exponencialmente incrementada⁷⁴. A começar pelo *THINTHREAD*, passando pelo *TRAILBLAZER*, a seguir pelo *TURBULENCE*, até chegar ao *XKEYSCORE*, a NSA viu sua “caixinha de ferramentas” se tornar em um “arsenal” da vigilância total.

Se antes de 2001, o programa *THINTHREAD* permitia a proteção dos dados pessoais de cidadãos insuspeitos por meio de criptografia⁷⁵, a partir de 2001, todos os dados passaram a ser coletados indistintamente, ainda que o marco regulatório aplicado fizesse referência à proteção de dados de cidadãos americanos⁷⁶. Com o *XKEYSCORE*, a pretensão passa a ser a de armazenar tudo (absolutamente tudo!) daquilo que qualquer pessoa faz na Internet, de modo a permitir, por meio do potente *AI* responsável pela tarefa de *data mining*, a seleção

⁷³ Apontando para ambos os marcos temporais, conferir: “Somente meses após o 11 de setembro de 2001, o governo de George W. Bush lançou um programa denominado de modo bastante significativo como ‘registro total de informações’ (‘Total Information Awareness’), que seria conduzido por uma divisão militar de pesquisa. Esse programa tinha o objetivo de promover a vigilância massiva e totalmente automatizada e visava, dentre outros, os registros de ‘mega’-bancos de dados contendo perfis pessoais de cidadãos americanos. Após críticas massivas ao programa, o congresso americano não aprovou novas despesas naquele ano. No entanto, graças às revelações de Snowden, sabemos que partes essenciais do projeto foram avançadas secretamente – sob outros codinomes e sob a responsabilidade da NSA” (Ibidem, paginação irregular – tradução livre).

⁷⁴ “Vigilância governamental passou da coleta de dados de tão poucas pessoas quanto necessário para a coleta de dados sobre tantas pessoas quanto possível. Quando a vigilância era feita de forma manual e cara, a vigilância total somente poderia ser justificada em casos extremos. A exigência de ordem judicial limitava a vigilância policial, e tanto as limitações de recursos, como o risco de ser descoberto limitavam a vigilância por meio dos órgãos de inteligência nacional. Indivíduos específicos foram alvos de vigilância e o máximo de informação era coletada somente quanto a eles. (...) Na medida em que a tecnologia se desenvolveu e os preços foram reduzidos sensivelmente, os governos ampliaram as bases da vigilância. (...) Eventualmente, as agências americanas poderiam espionar populações inteiras, armazenando os dados por anos a fio” (SCHNEIER, Bruce. *Data and Goliath: The hidden battles to collect your data and control your world*. New York: Norton & Company 2016, p. 28/29 – tradução livre).

⁷⁵ A respeito das intenções de William Binney, o criador do *ThinThread*, cfr.: “Binney foi um programador genial, mas não era um apologeta da sociedade totalitária, senão o contrário: o que ele almejava instalar, era um programa vinculado à finalidade exclusiva de reconhecer à tempo suspeitos de terrorismo. De modo a evitar usos indevidos, Binney programou a encriptação dos números de telefone. Os analistas poderiam ver quem estava por detrás da encriptação somente após ter sido determinado, pelo próprio sistema, que a suspeita era justificada” (ROSENBACH, M; STARK, H. op. cit., paginação irregular – tradução livre).

⁷⁶ “Mesmo se ‘ThinThread’ não tenha sido, de fato, finalizado: a ideia de monitorar exaustivamente as comunicações globais independentemente de uma suspeita estava no mundo. Não demoraria muito até que Michael Hayden lhes lembrasse disso – i.e. com exclusão da medida preventiva que Binney e cia. haviam preparado” (Idem, paginação irregular – tradução livre).

da informação necessária, quando quer que seja necessário, seja retrospectivamente, seja em “tempo real”⁷⁷⁻⁷⁸.

A partir dos documentos revelados por Snowden, o XKEYSCORE torna a tarefa de espionagem algo tão simples como realizar uma pesquisa no *Google*. A partir de buscas utilizando termos-chave semelhantes àqueles utilizados costumeiramente nos sites de busca tradicionais, é possível descobrir tudo (ou algo muito próximo disso) a respeito de qualquer pessoa que simplesmente frequenta a Internet. Para tanto não é necessário saber o nome, as características físicas, os hábitos e vícios do alvo. O sistema já promove uma pesquisa (*query*) por características gerais que podem ser devidamente articuladas pelo buscador, de modo a permitir chegar a qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo, a partir de poucos pontos notáveis.

XKEYSCORE é a “menina dos olhos” das agências de vigilância, sendo certo que os Estados Unidos exportam o modelo e o *know-how* para o uso desse específico instrumento para outros países (é o caso dos membros do chamado “SSEUR”⁷⁹), em troca, é claro, do fornecimento de informações sensíveis também coletadas em massa (*bulk collection*).

⁷⁷ “XKeyScore, segundo se orgulha o documento [revelado por Snowden], é o sistema ‘mais compreensivo’ da NSA em desenvolvimento, ao desenvolver inteligência desde rede de computadores – quilo que a agência denomina de Inteligência Digital em Rede (IDR). Uma apresentação propõe que o programa cobre ‘quase tudo o que um usuário típico faz na internet’, incluindo o conteúdo de e-mails, sítios visitados e buscas, assim como todos os metadados associados. Analistas podem, portanto, usar o XKeyScore e outros sistemas da NSA para obter a interceptação contínua e em ‘tempo real’ a respeito da atividade individual na Internet” (GREENWALD, Glenn. XKeyscore: NSA tool collects “nearly everything a user does on the internet”. Matéria para o jornal *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/jul/31/nsa-top-secret-program-online-data>, acessado em 31.05.2020 – tradução livre com complementação em colchetes).

⁷⁸ “O programa fornece ao analista a habilidade de buscar em toda a base de dados por informações sem a necessidade de prévia autorização – sem mandado, sem autorização dos tribunais, sem assinatura nas linhas pontilhadas. Um analista pode simplesmente preencher um formulário digital e, segundo depois, todo o seu histórico online deixa de ser privado. A agência afirma que o XKeyScore cobre ‘quase tudo o que um usuário típico faz na Internet’” (WILLS, Amanda. *New Snowden leak: NSA program taps all you do online*. Matéria para o site da CNN. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2013/07/31/tech/web/snowden-leak-xkeyscore/>, acessado em 31.05.2020 – tradução livre).

⁷⁹ I.e., “SIGINT Seniors Europe” (ou SSEUR) ou “14 Eyes”. Trata-se de outro acordo de vigilância similar ao UKUSA, em existência a contar do início da década de 80, firmado entre os “5 EYES” originais e outras nações (originariamente eram mais 09), na qualidade de *third parties*, dentre elas: Bélgica, Itália, Alemanha, Suécia, Noruega, Espanha, França, Dinamarca e Holanda. Para maiores informações, cfr.: “O SIGINT Seniors Europe foi formado em 1982, em meio à guerra fria, com o objetivo primário de revelar informações militares soviéticas. Em seguida aos ataques nos EUA, em setembro 2001, o grupo cresceu para 14 membros e passou a concentrar seus esforços em contraterrorismo” (GALLAGHER, Ryan. *The powerful global spy alliance you never knew existed*. Matéria para o canal *The Intercept*. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/03/01/nsa-global-surveillance-sigint-seniors/>, acessado em 31.05.2020 – tradução livre).

Esse, todavia, não é o único projeto da NSA. Longe disso. O XKEYSCORE é simplesmente um *software* de mineração de dados que, para a seleção da informação útil, logicamente, deve ser alimentado por outras fontes. Nesse sentido, existem outros programas igualmente preocupantes, com nomes igualmente curiosos, tais como PRISM, TEMPORA, UPSTREAM, QUANTUM INSERT, dentre muitos outros.

O acesso das agências de vigilância a pontos estratégicos onde os cabos submarinos de fibra óptica confluem no continente americano ou europeu é estratégico. Programas como TEMPORA e UPSTREAM, por exemplo, são responsáveis pela coleta de informação diretamente da fibra óptica (i.e., a realização da coleta de dados “*upstream*”, como se diz no jargão técnico).

A respeito, conferir o gráfico abaixo, o qual indica as conexões de fibras ópticas globais:

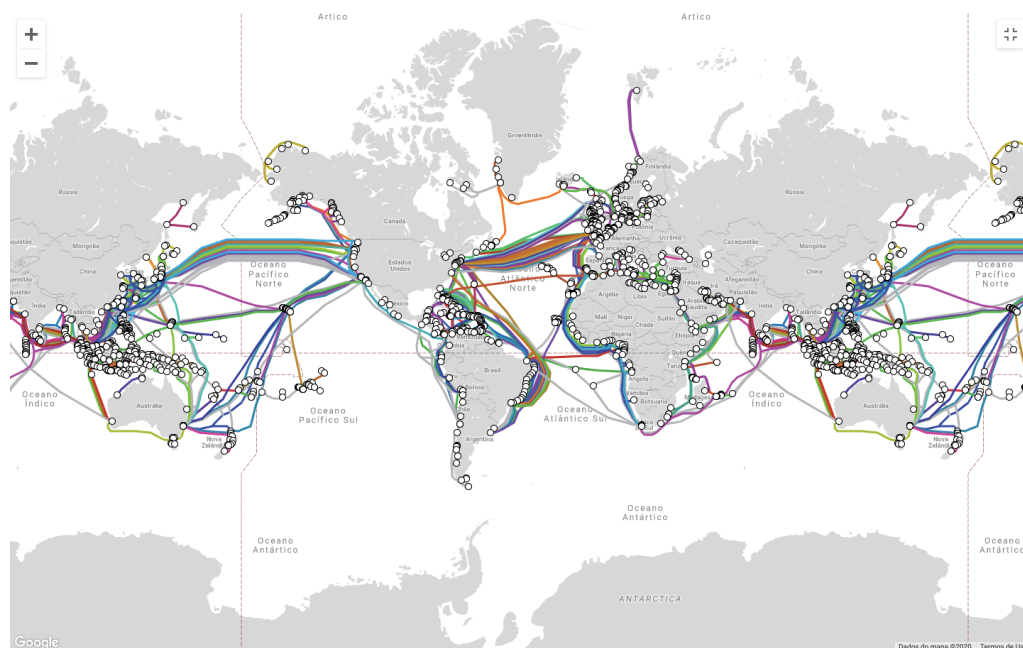


Imagem 01⁸⁰

Por meio do mapa acima, percebe-se a localização estratégica dos Estados Unidos e do Reino Unido na conformação global do denominado *backbone* da Internet. Fruto de uma longa história que descende da “*all-red line*” instituída como mecanismo de garantia da soberania da comunicação do império britânico no final do século XIX, em resposta a uma “ameaça fantasma” do

⁸⁰ Mapa de cabos submarinos, atualizados de 06.01.2020. TELEGEOGRAPHY. *Submarine cable map*. Disponível em: <https://www.submarinecablemap.com/#/>, acessado em 08.01.2020.

mercado⁸¹, os atuais cabos de fibra-óptica são uma estrutura que não pressupõe uma contraposição entre interesses do mercado e estatais, mas um agenciamento cujas fronteiras são delimitadas com menor clareza e, no limite, são reversíveis. Os mercados não são simples presas da captura dos Estados, como foi o caso da *Eastern Telegraph Co.*, mas nem por isso os Estados se constituem em meros “joguetes” nas mãos dos mercados e face à axiomática do capital⁸².

A Internet é caracterizada pela tecnologia de *packet switching*, pelo que a informação é toda retalhada em parcelas menores (os *datagrams*) para ser transmitida, somente se recompondo ao chegar ao *host* destinatário. Assim, retirar informações completas diretamente do cabo de fibra óptica implica uma incrível capacidade de armazenamento e processamento de dados⁸³. Programas como TEMPORA ainda garantem um prazo de 03 (três) dias de armazenamento total dos dados que passam pelas fibras ópticas alvos das operações, o que garantia, em 2012, acesso imediato a 40 bilhões de unidades de informação por dia⁸⁴. A tendência é que as capacidades, hoje, sejam exponencialmente maiores e ainda mais impressionantes.

⁸¹ “Os Comitês de Comunicação Telegráfica com a Índia, em 1891, contemplaram o risco de que representações de poderes estatais poderiam, sob o manto de interesses comerciais, comprar ações da Companhia Telegráfica Oriental e, assim, ‘aliená-la’ do Império. Em resposta a essa ameaça financeira fantasma, criou-se e implementou-se uma ‘linha vermelha’, i.e., uma rede de cabos telegráficos submarinos controlada pelo Império e divorciada de toda relação com o mercado, que somente aportaria em terras seguras para o Império Britânico. Sua realização tornou-se um ‘fetiche virtual’ do Comitê de Defesa Colonial” (KEENAN, Bernard. *Interception: Law, Media, and Techniques*. Tese submetida ao Department of Law of the London School of Economics para obtenção do grau de Doctor of Philosophy. London, Setembro 2017, p. 119 – tradução livre).

⁸² Com Deleuze e Guattari é preciso destacar o seguinte: “(...) [O]s Estados modernos da terceira era restauram o império mais absoluto, nova ‘megamáquina’, qualquer que seja a novidade ou a atualidade da forma que devém imanente, ao realizar uma axiomática que funciona por meio da servidão maquinica tanto que pela sujeição social. O capitalismo reativou o Urstaat e lhe concede novas forças” (DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *op. cit.*, pp. 574/575 – tradução livre).

⁸³ “O acesso aos cabos submarinos garantiu a ambas as agências de espionagem um verdadeiro oceano de novos dados, sobretudo, pois ‘Tempora’ possui uma nova peculiaridade. O programa captura não somente metadados, que, como de costume, são arquivados por 30 dias, mas também possibilitam um ‘acesso completo’, i.e., o registro de todos os conteúdos das informações transmitidas, a priori por três dias. ‘Tempora’, destaca um agente da NSA, corresponderia a um ‘big acesso ao Big Data’” (ROSENBACH, M.; STARK, H. *op. cit.*, paginação irregular – tradução livre).

⁸⁴ “Com ‘Tempora’ as veias de nosso dia a dia digital foram grampeadas, cabos de fibra óptica nos quais atravessam informações em quantidade incomensurável e desde onde tudo aquilo que as agências de espionagem conseguirem colocar a mão, pode ser sugado. Por volta de três dias, é possível dispor dessa ‘visada total’, registrá-la e classifica-la – ‘big acesso’ ao ‘big data’, assim regozija a NSA internamente. 40 bilhões de pontos de informação por dia, somente no ano de 2012, e a tendência evolui rapidamente. O prazo de três dias somente encontra-se vigente, pois as capacidades do arquivo não permite mais. Assim, as agências constroem potentes bancos de dados – é possível imaginá-los como discos rígidos gigantes destinados exclusivamente ao registro de nossas comunicações grampeadas. Arquivos-mundo secretos da Internet, da rede de transmissão de aparelhos móveis e da comunicação por satélites, aos quais somente os analistas das agências de espionagem possuem acesso” (*Idem*, paginação irregular – tradução livre).

Contrariamente à coleta de dados *upstream*, há a coleta diretamente junto às empresas de telecomunicação. Trata-se da coleta *downstream*, muito utilizada pelo famoso programa PRISM⁸⁵, por meio do qual, mediante a adesão de grandes empresas de telecomunicação, tais como Google, Apple, Facebook, enfim, a NSA foi capaz de obter dados sobre usos individuais na Internet sem a necessidade de passar pela autorização do Tribunal-FISA. O custo anual do programa foi estimado em singelos \$-20 (vinte) milhões de dólares, o que representa uma verdadeira bagatela em face da funcionalidade oferecida.

O Governo norte-americano sempre alertou que os dados coletados corresponderam unicamente a “metadados”, não havendo a coleta do próprio “conteúdo” das mensagens, contudo, a distinção entre dados e metadados é puramente ficcional no contexto da tecnologia empregada, que não faz distinção entre conteúdo e informações laterais sobre a transmissão da mensagem (tempo, local, destinatário, remetente, enfim). Sobre as ondas, tudo são ondas – no âmbito da Computação e Internet, tudo são 0’s e 1’s.

Para além das possibilidades de exploração direta dos cabos de fibra óptica e do voluntarismo hipócrita da *Big Tech*, a capacidade das agências de vigilância em promover práticas de “*phishing*” e de uso dos chamados “*trojan malwares*”, também deve ser relevada. Pela técnica disponível no projeto QUANTUMINSERT, por exemplo, a NSA é capaz de obter dados igualmente sensíveis e importantes, sem que o alvo seja alertado do risco envolvido. A técnica consiste em simular uma interface, por exemplo, do Facebook ou do LinkedIn, costumeiramente utilizada por um determinado alvo. Assim, ao pensar que acessa uma interface benigna, o alvo compartilha dados com a agência de vigilância, quem, ao mesmo tempo, age no sentido de introduzir um “*trojan malware*” na máquina-alvo, capaz de transformar aquele específico sistema (ou qualquer outro com a qual for formada uma “rede”) em uma espécie de “zumbi” a serviço das finalidades de vigilância. Trata-se de prática relativamente antiga, mas que é potencializada pelas capacidades técnicas das agências governamentais, correspondendo a um “*HTML Redirection Attack*” (ou “ataque pelo redirecionamento de HTML”) ou a um “*a-man-on-the-side attack*” (ou “ataque de alguém à espreita”). É possível processar diversas tentativas antes de se conseguir um ataque bem-sucedido (cada tentativa é curiosamente denominada

⁸⁵ A respeito do programa PRISM: “*Lançado em 2007, o programa PRISM permite à NSA o acesso a dados do Google, Facebook, Microsoft, Yahoo, Paltalk, Youtube, Skype, AOL, Apple e muito mais – por singelos \$-20 milhões por ano, uma pechincha para um programa de inteligência*” (HARCOURT, Bernard. *Exposed: Desire and Disobedience in the Digital Age*. Cambridge: Harvard University Press, 2015, p. 10).

de “shot”, ou “tiro”). A partir do ataque, é possível controlar remotamente um computador infectado, ligando-o quando necessário, gravando toda a informação digitada, acessando a câmera à vontade, enfim, as possibilidades são realmente amplas. É possível utilizar a máquina à vontade⁸⁶. Tudo sem que o usuário tenha consciência do que está ocorrendo.

Perceba-se a potência dessas instrumentalidades. O agente da NSA (ou até mesmo um terceirizado privilegiado, como foi o caso de Edward Snowden) é capaz de obter acesso a toda e qualquer informação transmitida por meio da Internet. As estratégias mencionadas acima são meros exemplos de um amplo arsenal à disposição, cuja grande parte, talvez, ainda é sequer conhecida do grande público. Os FVEY controlam, de fato, os fluxos de informação disponíveis na Internet, com práticas que fogem da lógica de um “Estado de Direito” tradicional. As capacidades técnico-tecnológicas empregadas permitem, por um lado, atravessar qualquer subjetividade, no sentido da desintegração, mas por outro, permitem a não menos surpreendente consolidação de subjetividades. Tudo conforme a vontade (e as ordens recebidas) pelo técnico monitorando os fluxos de informações. Trata-se do que Bernard Harcourt denominou de “*doppelgänger logic*” que sustenta a denominada “sociedade de exposição”⁸⁷.

O caso NSA e a revelação em torno dos FVEY são relevantes para se compreender a mudança do papel do Estado nos últimos anos. A soberania estatal não é mais vinculada ao território geográfico localizado na superfície do globo e limitado em suas fronteiras. Na medida em que se assume o discurso

⁸⁶ “Especialmente adorada é a técnica de ataque denominada ‘QuantumInsert’. Trata-se de um procedimento, conhecido nos círculos hacker como ‘Man on the Side’. O agente da TAO [Tailored Acces Operations] deve agir dentro de um certo lapso de tempo, no qual o alvo tenta acessar determinado site com seu computador. O operador captura essa solicitação de acesso e responde a partir de um servidor próprio, denominado ‘Foxacid’, com uma cópia exata do site pretendido pelo alvo. Essa cópia contém alguns malwares de difícil detecção, com o nome de ‘Validator’. Trata-se de uma corrida entre o servidor, que pretende oferecer o site original, e o servidor secreto ‘Foxacid’, da NSA. Toda tentativa nesse sentido, é denominada internamente de ‘tiro’. Costumeiramente esses tiros erram o alvo, pois o servidor da NSA perde a corrida contra o site original. Mas, em algumas ocasiões, o servidor espião acerta o alvo em cheio: ‘QuantumInsert’ corresponde a um dos procedimentos de ataque virtual com maior taxa de sucesso à disposição da NSA” (ROSENBACH, M.; STARK, H. *op. cit.*, paginação irregular – tradução livre com explicação em colchetes).

⁸⁷ “A passagem da lógica estatística do final do século XX até a atual era digital representaria um novo salto quântico, um salto da previsão estatística individualizada para o ‘encaixe’ [match] – a lógica do *doppelgänger*. (...) o objetivo, a aspiração, o objeto é encontrar uma segunda pessoa idêntica, quase como uma individualização perfeita, mas não tão individualizada a ponto de não poder garantir ser encaixada: não se trata do individual único, talvez, mas o duovidual encaixado. O poder expositório representa uma forma particular de poder que lida não tanto com a população total, grupos, ou indivíduos, mas com gêmeos, encaixes e duplos. A vigilância da NSA e as recomendações do Google não são tanto sobre grupos e populações, mas sobre o *doppelgänger*: são sobre encaixes, não sobre povoações” (HARCOURT, B. *op. cit.*, pp. 156/157 – tradução livre com complementação em colchetes).

securitário corrente, o risco e o inimigo se tornam difusos, erigindo-se um estado de paranoia generalizado, cristalizado na pretensão das grandes agências de inteligência, nas suas tentativas de controle máximo da Internet. É possível pensar a dispensa dos critérios “westfalianos” que caracterizam o Estado moderno, tais como o controle sobre uma população inserida num território horizontal e delimitado por outros Estados adjacentes. A soberania deixa de ser um tema associado a uma topologia bidimensional, para se tornar um elemento de análise no campo da espessura assumida pelo canal⁸⁸. A população, por sua vez, deixa de ser simples elemento estatístico e demográfico, para se tornar uma massa passível de uma individualização *ad hoc*, a ponto de tornar, em certa medida, irrelevantes as preocupações em torno da cidadania para os fins do controle e da vigilância exercidos via Internet.

2.2

CAMBRIDGE ANALYTICA E DEMOCRACIA REPRESENTATIVA EM PERIGO

A denominada “sociedade de exposição”, para utilizar um termo empregado por Bernard Harcourt, é caracterizada e condicionada pelas novas mídias digitais, as quais instauram uma espécie *trade off* entre, de um lado, o agenciamento de uma economia de afetos que tende ao desengajamento⁸⁹ e, de

⁸⁸ O recente caso envolvendo a HUAWEI e a instalação da rede 5g britânica é denotativa dessa condição. A permissão conferida à empresa chinesa para ingressar no mercado que constitui o que se chama de *backbone* da infraestrutura de rede britânica, em direta ameaça ao programa FVEY, tendo em vista tanto a guerra comercial travada entre os Estados Unidos e a China, como a suposta interferência que o Governo chinês pode exercer sobre a empresa, pressionando-a a instalar *backdoors* nos seus equipamentos, de modo a facilitar as práticas de espionagem.

⁸⁹ “Nessa sociedade expositória, tantos de nós – ou ao menos aqueles de nós deste lado da divisão digital, que nos encontramos emaranhados em constantes pulsos digitais – nos tornamos insensíveis aos perigos da transparência digital. Insensíveis por décadas de cega confiança nas virtudes do empreendedorismo, interesse autorreferente e autocentrado e na ilusão de um livre mercado. Insensíveis pela simplicidade ensurdecadora do mantra liberal: ‘Você preferiria que o governo conduzisse aquelas empresas inovadoras, ou o setor privado?’ – como se aquelas fossem as duas únicas opções ou, até mesmo, as escolhas reais. Insensíveis por décadas de segurança doméstica militarizada, alertas locais de ‘terrorismo’ e o superencarceramento massivo – e a crença que isso tudo nos tornou muito mais seguros. Insensíveis pela mortificação do self analógico, imposto pela perda da privacidade, autonomia e anonimato. Em suma, insensíveis a ponto de não nos importarmos, pois não temos ‘nada a esconder’ e ‘nenhum lugar para nos escondermos’ – talvez o último estágio da mortificação. Dormentes face aos riscos da transparência digital, ou simplesmente sobrecarregados pelos prazeres sedutores das cores e dos doces de Candy Crush, pela nova emoticon de uma boneca, ou de um cachimbo aceso, o ruído do amassar o papel que o aplicativo faz ao ser lançado na lixeira virtual, as surpreendentemente precisas recomendações de livros que a Amazon.com oferece, ou as

outro, uma relação altamente assimétrica entre, num polo, usuários e, noutro, o Estado e a *Big-Tech*, no que tange à transparência. A sociedade de exposição é, em suma, definida pela existência de uma relação assimétrica entre transparência e opacidade, de modo que o usuário da Internet precisa se expor para poder ter acesso aos serviços e facilidades da vida digital, na mesma medida, porém, em que é plenamente aceita (ou melhor, não é devidamente contestada) a opacidade com a qual Estados e a *Big-Tech* atuam no sentido de desenvolver uma tecnologia punitiva de última geração⁹⁰.

O exemplo do caso Snowden é típico nesse campo. Por meio da predação massiva de dados desde os cabos de fibra óptica, a NSA tem a capacidade de criar uma espécie de *arquivo absoluto* que, por meio da moderna tecnologia de *data mining* empregada no XKEYSCORE, conforme já sugerido, garante uma potência inaudita de vigilância. A partir de singelas palavras-chave, como em uma pesquisa ordinária no Google, por exemplo, um agente com a credencial suficiente é capaz de obter praticamente qualquer informação sobre qualquer pessoa, à vontade.

O software de mineração de dados via inteligência artificial permite a construção de uma espécie de “duplo digital” ou *doppelgänger* do sujeito objeto da investigação, de modo a permitir não somente descobrir o que o indivíduo fez em algum ponto do passado (o *Big Data* torna essa tarefa relativamente simples, de fato), mas prever, com relativa precisão, os seus próximos passos. O duplo digital, construído pouco a pouco a partir da articulação do arquivo absoluto com o software de mineração de dados, não é simplesmente um registro presente em uma memória passiva, mas um agente digital com as mais diferentes funções, desde aquela de permitir a movimentação logística automatizada de equipamentos, trabalhadores e produtos antes mesmo de qualquer ato de compra, como no caso da *Amazon.com*, até mesmo passando pela transformação desse duplo em uma arma contra populações inteiras, como no caso específico

opções de cores do novo iPhone. Simplesmente distraídos por tudo isso – enquanto o poder e o alcance dos interesses empresariais que nos seduzem, nos categorizam e nos vigiam, observam atentos a todas as nossas e-moções e compilam todos os minuciosos detalhes de nossas vidas privadas, crescem muito além, dia após dia, do que o governo da Alemanha oriental jamais poderia sonhar” (HARCOURT, B. op. cit., pp. 19/20 – tradução livre).

⁹⁰ “Desses modos, a vida ordinária converge incrivelmente com as práticas de punição: a transparência de nossas vidas digitais espelha aquela da esfera penal. Eventualmente não haverá nenhuma necessidade de punição, na medida em que seremos capazes de monitorar todo movimento e toda ação – e talvez intervir remotamente com know-how similar àquele dos veículos não tripulados do Google, como carros e drones. Sem necessidade de distinguir a vida ordinária da condição supervisionada da correicional, uma vez que todos seremos vigiados, seguidos, analisados e conhecidos a todos os instantes do dia” (*Idem*, p. 21 – tradução livre).

da Cambridge Analytica, quando, por meio da manipulação de um punhado de eleitores via redes sociais, as eleições norte-americanas puderam ser *hackeadas* (o sentido empregado é bem amplo, diga-se) por meio de um inovador método de campanha publicitária.

Pode-se dizer, de certa forma e com os devidos temperamentos, que a novidade (e o sucesso) do uso da tecnologia na promoção dessa vantagem epistêmica sobre os eleitores norte-americanos, remonta às campanhas de Obama à presidência dos Estados Unidos, nos anos de 2008 e 2012⁹¹. No caso Obama, todavia, não há relatos ou indícios de uso ilegal de dados pessoais. Os responsáveis pela campanha, inclusive, em entrevistas, chegam a reclamar da falta de dados mais precisos disponíveis e que somente podem ser utilizados aqueles dados acessíveis a partir de registros públicos, o que teria dificultado o trabalho da campanha, à época.

É preciso tecer as devidas diferenciações entre as duas campanhas de Obama e aquela de Trump, em 2016. Afinal, a novidade do caso Cambridge Analytica, não foi simplesmente a do uso de dados obtidos ilegalmente, mas a incrível quantidade de dados utilizados pelo sistema de inteligência artificial para a confecção de perfis psicológicos, que permitiram a projeção da intenção de votos de cada eleitor, individualmente⁹². Muito além da ilegalidade dos procedimentos, há de se verificar a questão estrutural, portanto, implicando a existência de um mecanismo técnico capaz de causar tamanho estrago ao tradicional processo democrático.

O estrago tratado nesta hipótese não é necessariamente aquele da eleição de um candidato da extrema-direita (esse nível da questão não é desconsiderado, apenas não é o ponto deste tópico), mas a radicalidade do método empregado na usurpação da liberdade do eleitor, ou, ao menos, na destruição de toda e qualquer ilusão de que essa suposta liberdade algum dia sequer voltará a existir.

A afirmação da lógica do *doppelgänger* é levada às últimas consequências no caso *Cambridge Analytica* (CA), empresa relacionada tanto ao processo de saída do Reino Unido da União Europeia (o “*Brexit*”), como às eleições presidenciais norte-americanas, ambas realizadas no ano de 2016. Conforme

⁹¹ “A reeleição de 2012 de Obama é preponderantemente considerada como a campanha mais sofisticada e orientada por dados da história da política americana” (HERSH, Eitan D. *Hacking the Electorate: How Campaign Perceive Voters*. New York: Cambridge University Press, 2015, e-book, paginação irregular – tradução livre).

⁹² “(...) o diretor de dados da campanha articula tanto que o conhecimento possuído é em geral limitado e que é especialmente limitado às informações constantes de arquivos públicos. Se isso é verdade para a campanha presidencial de Obama, é tanto mais relevante para corridas menos sofisticadas na política americana” (*Idem*, paginação irregular – tradução livre).

relatos de Chris Wylie⁹³ e Brittany Kaiser⁹⁴, ambos ex-empregados da Cambridge Analytica, a empresa utilizou dados de mais de 80 milhões de usuários do Facebook, cada qual identificado por 4 a 5 mil dados individuais (ou *data points*), para garantir a vitória das opções conservadoras em ambos os escrutínios. Para além de o uso de dados ter sido realizado de forma a violar as regras internas de uso do próprio Facebook, pois a manipulação desses dados não foi autorizada pelos respectivos alvos da CA, a novidade em questão foi a de empregar a tecnologia como uma arma tecnológica militar, dirigida contra os próprios eleitores norte-americanos⁹⁵.

Agenciando a temporalidade empregada por Harcourt⁹⁶, se os anos 20 são caracterizados pelo uso de amostras de dados para prever a conduta social de forma pouco confiável, por meio do censo e da calculadora mecânica, se os anos 60 são caracterizados pela lógica de controle estatístico, com a regressão estatística e a instituição do *mainframe*, a segunda década do novo milênio pode ser caracterizada pela lógica do “duplo digital”, em que impera uma tecnologia combinatória e de mineração de dados articulada por algoritmos e supercomputadores. Se a lógica atuarial propunha prever a conformação social massificada e se a lógica estatística propunha uma ponte entre a lógica das massas e aquela individual, a lógica do *doppelgänger* se apresenta capaz de uma “granularização” da realidade em níveis antes inauditos. O indivíduo sofre uma espécie de by-pass e passa a ser atravessado por elementos pré-individuais que antes eram considerados irrelevantes⁹⁷. A partir da criação de um *doppelgänger*, a inteligência artificial pode prever e, logicamente, direcionar comportamentos.

⁹³ Cfr.: WYLIE, Christopher. *Mindf*ck: Cambridge Analytica and the plot to break America*. New York: Random House, 2019, e-book, paginação irregular.

⁹⁴ Cfr.: KAISER, Brittany. *Targeted: The Cambridge Analytica whistleblower's inside story of how Big Data, Trump, and Facebook broke democracy and how it can happen again*. New York: HarperCollins, 2019, e-book, paginação irregular.

⁹⁵ “Enquanto generais de campo focavam suas atenções para o poder da artilharia e dominância aérea, Bannon precisou angariar poder cultural e dominância informacional – um arsenal empoderado por dados, adequado para a conquista de corações e mentes era o novo campo de batalha. A recentemente instituída Cambridge Analytica se tornou esse arsenal. Ao refinar técnicas das operações militares psicológicas (PSYOPS), a Cambridge Analytica garantiu a ascensão da insurgência alt-right de Steve Bannon. Nesse ano novo, o eleitor americano tornou-se alvo da confusão, manipulação e do engodo” (WYLIE, C. *op. cit.*, paginação irregular – tradução livre).

⁹⁶ Conferir a tabela “5.1” disponível em: HARCOURT, B. *op. cit.*, p. 163.

⁹⁷ A criação de um software de inteligência artificial capaz de, a partir de uma foto comum, determinar a sexualidade de qualquer indivíduo com um alto grau de certeza é um dos exemplos. A respeito: “A pesquisa descobriu que homens e mulheres gay tendem a possuir características ‘atípicas’ ao gênero, expressões e ‘estilos de se vestir e se apresentar’, essencialmente significando que homens gays são mais femininos e vice-versa. Os dados também identificaram certas tendências, incluindo que homens gays possuem mandíbulas mais estreitas, narizes menores e testas maiores que os homens heterossexuais, bem como que mulheres gays

O aplicativo utilizado pela Cambridge Analytica para obter tantos dados assim foi desenvolvido por Aleksandr Kogan, um professor da Universidade de Cambridge que argumenta não ter imaginado a possibilidade de uso “militar” de sua criação. O aplicativo intitulado “*This is your digital life*” recolhe informações, basicamente, em dois passos. Primeiramente é necessário obter a concordância de determinados usuários do Facebook para a participação em uma pesquisa online, garantindo assim o amplo acesso a contas individuais da rede social. A contar desse primeiro acesso consentido, porém, o aplicativo permite “sugar” os dados de todos os contatos daquele específico usuário que consentiu em participar da pesquisa⁹⁸.

Cada autorização individual, portanto, concede acesso automático à informação de um sem-número de terceiros que sequer fazem ideia da violação a sua privacidade. Todo fluxo de informação disponível na internet em torno de um determinado usuário é imediatamente disponibilizado para o aplicativo que ainda fica responsável pelo processamento da informação e desenvolvimento dos denominados “gráficos de personalidade” (ou *psychographic*) de todos os usuários disponíveis, individualmente. A análise realizada pelo aplicativo permite desenvolver perfis psicológicos precisos de um universo enorme de indivíduos, de acordo com os mais diversos parâmetros de *data mining* (desde aqueles mais objetivos, como idade, gênero, condição social, até aqueles mais complexos, como o caso das posições políticas de cada um, orientação sexual, desejos de consumo, relações com familiares e vizinhos, enfim)⁹⁹.

possuem mandíbulas maiores e testas menores em comparação a mulheres heterossexuais” (LEVIN, Sam. *New AI can guess if you're gay or straight from photograph*. Matéria para o jornal *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2017/sep/07/new-artificial-intelligence-can-tell-whether-youre-gay-or-straight-from-a-photograph>, acessado em 31.05.2020 – tradução livre). A sexualidade é determinada por características supostamente irrelevantes, como o tamanho e o formato da mandíbula, do nariz, da testa, enfim. A granularização extrai correlações entre elementos, *a priori*, desconexos.

⁹⁸ “Aleksandr Kogan colecionou mensagens enviadas e recebidas por usuários do Facebook que instalaram o aplicativo denominado ‘*This Is Your Digital Life*’, como o jornal *Guardian* pode revelar. Segue da confissão do Facebook que a empresa ‘pode’ ter concedido acesso a mensagens diretas de alguns usuários para o terceirizado da Cambridge Analytica sem a expressa permissão dos indivíduos envolvidos. A revelação aponta para a mais severa violação à privacidade já noticiada no escândalo da Cambridge Analytica. A rede social admitiu ter transferido os dados em um alerta enviado a usuários cujos amigos digitais instalaram o aplicativo ‘*This Is Your Digital Life*’, que coletou dados não somente daquele que o instalou, mas de toda sua rede de contatos no Facebook” (HERN, Alex; CADWALLADR, Carole. *Revealed: Aleksandr Kogan collected Facebook users’ direct messages*. Matéria para o jornal *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/uk-news/2018/apr/13/revealed-aleksandr-kogan-collected-facebook-users-direct-messages>, acessado em 31.05.2020 – tradução livre).

⁹⁹ “A Cambridge Analytica surgiu do SCL Group, que por sua vez evoluiu de algo denominado Behavioural Dynamics Institute, ou BDI, um consórcio de quase sessenta instituições acadêmicas e centenas de psicólogos. Cambridge Analytica empregou psicólogos próprios quem, ao invés dos pesquisadores de opinião, desenvolveram pesquisas políticas e usaram os resultados para

No caso específico das eleições norte-americanas de 2016, a função do aplicativo foi a de, a partir dos gráficos de personalidade, permitir identificar aqueles eleitores que ainda poderiam ser convencidos a votar no sentido conservador (os chamados “*persuadables*”)¹⁰⁰. Por meio da leitura e correlacionamento dos mais diferentes *data points*, o aplicativo permitia a identificação individualizada e precisa de todos aqueles que poderiam, de fato, ser convencidos, facilitando o trabalho da militância e permitindo o direcionamento da propaganda política em conformidade às informações obtidas.

Assim, aqueles eleitores “convencíveis” ainda foram “bombardeados” por propagandas e informações com a finalidade de sugestionar esses específicos indivíduos a rejeitarem qualquer possibilidade que não a do voto conservador e a sequer questionarem as realidades que lhes foram apresentadas. As imagens associadas à campanha “*defeat crooked Hillary*” (com as letras “o” estilizadas no formato de uma alga) são icônicas da estratégia empregada.

segmentar a população. Usaram ‘gráficos de personalidade’ para compreender as complexas personalidades das pessoas e criar meios para influenciar sobre seus comportamentos. Após, por meio da ‘modelação de dados’, os gurus criaram algoritmos que poderiam prever com precisão o comportamento das pessoas quando recebessem certas mensagens especial e cuidadosamente pensadas para elas” (KAISER, B. op. cit., paginação irregular – tradução livre).

¹⁰⁰ “Nossos objetivos de modelagem, eu disse, eram de nos tornarmos precisos na fixação da probabilidade de participação (i.e., estabelecer se a pessoa compareceria para votar ou não) e também na definição das convicções dos eleitores (i.e., saber se as pessoas inicialmente tendentes a votar em Republicanos ou Democratas, conforme nossa base de dados, eram convencíveis). Isso nos ajudaria a estabelecer os nossos ‘eleitores indecisos’, como expliquei. E foi sobre os indecisos que concentramos nossos esforços” (Idem, paginação irregular – tradução livre).

Imagem 02¹⁰¹

Respeitadas as idiossincrasias do sistema de eleição presidencial americano, a campanha de propaganda foi bem-sucedida em transformar regiões tradicionalmente vinculadas a candidatos liberais, a votarem em favor da posição ultra-conservadora.

Considerando a lógica do Colégio Eleitoral, dos mais de 130 milhões de eleitores americanos que foram às urnas em 2016 (representando 55% do total de eleitores, pois a votação, lá, não é obrigatória), é sabido que a eleição foi decidida por um punhado de menos de 80.000 eleitores em três estados-membros, representando, em termos percentuais, pouco menos de 0,06% do total de eleitores que compareceram às urnas¹⁰². Assim, ainda que não tenha obtido, de fato, a maioria popular, pode-se dizer que o candidato conservador foi eleito devido a uma vantagem técnico-tecnológica sobre sua oponente.

O sucesso dos ultra-conservadores tanto nos Estados Unidos, como no Reino Unido foi possível em grande medida graças a esse sistema de

¹⁰¹ Matéria para o site ABC News. Disponível em: <https://www.abc.net.au/news/2018-03-21/cambridge-analytica-claimed-it-secured-donald-trump-presidencia/9570690>, acessado em 31.05.2020.

¹⁰² “Uma diferença de menos de 80.000 votos em três estados (Michigan, Pennsylvania e Wisconsin) – ou 0,06% de 137 milhões de eleitores – foi o suficiente para afastar Hillary Clinton da presidência” (Matéria para o site Axios. Disponível em: <https://www.axios.com/hillary-clinton-2016-election-votes-supreme-court-liberal-justice-1b4bc4fc-9fad-44b4-ab54-9ef86aa9c1f1.html>, acessado em 31.05.2020 – tradução livre).

direcionamento da propaganda (ou *microtargeting*). A massa de eleitores foi de tal forma granularizada a ponto de permitir não somente a identificação dos chamados “*persuadables*”¹⁰³, mas também estabelecer a estratégia de mídia necessária a determinar o resultado das eleições nacionais, com base nas previsões do mecanismo de inteligência artificial a respeito do comportamento dos eleitores individuais.

A nova era midiática implica uma reconfiguração da assimetria entre candidatos e eleitores¹⁰⁴, como se percebe dos eventos recentes. Os eleitores se tornam transparentes, ao passo que os respectivos candidatos se tornam cada vez mais opacos. O problema está em que a democracia, tal como se a conhece, no sentido de “democracia representativa”, na qual as eleições periódicas são evento determinante, depende de uma assimetria no sentido inverso (em que candidatos tendem a uma maior transparência, ao passo que os eleitores são opacos, percebidos simplesmente como “povo”)¹⁰⁵.

Considerando a pesquisa de Eitan D. Hersh, a depender da qualidade dos dados disponíveis às campanhas, determina-se a forma como os programas políticos de cada partido são apresentados, por exemplo. Enquanto em campanhas com poucas informações sobre os eleitores o programa é apresentado no sentido de atingir os eleitores mais moderados, naquelas campanhas mais “informadas”, cada eleitor pode ser alvo de propaganda especificamente elaborada para radicalizar sua posição em favor de um caminho determinado¹⁰⁶.

¹⁰³ “O objetivo do chefe de campanha é perceber o público e prever quais são seus apoiadores, quais podem aparecer para votar e quais indecisos podem ser convencidos” (HERSH, E. D. *op. cit.*, paginação irregular – tradução livre).

¹⁰⁴ “A atenção algoritmicamente dividida por seu turno sustenta em razão da assimetria entre o polo da arte matemática dos analistas e a inocência dos eleitores. Não se trata, obviamente, de um diálogo entre dois sujeitos em pé de igualdade. Ao contrário, na campanha granular, a igualdade democrática fundamental é ameaçada” (KUCKLICK, Christoph. *Die granulare Gesellschaft: Wie das Digitale unsere Wirklichkeit auflöst*. 3. Aufl. Berlin: Ullstein, 2017, pp. 41/42 – tradução livre).

¹⁰⁵ “Quanto mais granulares os dados se tornam, mais os eleitores se lançam uns contra os outros, até que Democratas e Republicanos passam a ser diferenciados por dois picos acentuados no gráfico. Então, a sociedade parece estar profundamente dividida. Dados não são neutros. Eles não permitem uma visada objetiva do mundo, mas põem-no de tal forma, que nos permite afirmar uma determinada relação. A igualdade dos cidadãos, ao menos em uma campanha eleitoral, depende em última instância do desconhecimento que paira sobre a classe política. Trata-se de uma irônica, mas certa formulação. É possível apresenta-la de outro modo: nosso modelo tradicional de democracia depende, em parte, da falta de transparência da parte dos eleitores. Quanto mais essa opacidade desaparece, então mais nossa comunidade é modificada” (Idem, p. 44 – tradução livre).

¹⁰⁶ “(...) [S]e as campanhas não podem identificar eleitores indecisos, então o fato de que algum grupo particular do eleitorado está indeciso não importa tanto. Em outras palavras, as preocupações em torno da imprevisibilidade dos eleitores devem ser condicionadas a tal ponto, de modo a permitir que os agentes de campanha possam encontrar os eleitores indecisos. É uma verdade que se impõe, especialmente em uma era de campanhas altamente individualizadas e dirigidas a eleitores específicos, que, em tese, são considerados receptivos

O caso Cambridge Analytica é fruto da militarização das táticas eleitorais, na medida em que as campanhas passam a utilizar uma instrumentalidade categorizada pelo governo inglês como uma “*weapons grade technology*”¹⁰⁷ contra o próprio universo de cidadãos-nacionais-eleitores. Para se ter uma ideia da gravidade da técnica empregada, a SCL, empresa sob cuja tutela atuava a extinta Cambridge Analytica, era obrigada por lei a informar o Governo Britânico se usasse essa tática de PSYOPS no estrangeiro. Enfim, aquela tecnologia pensada para o inimigo externo se volta contra a própria população, implicando o emprego de táticas de guerra psicológica no curso ordinário de campanhas eleitorais. A propaganda eleitoral foi “*weaponized*”, como se diz na língua inglesa.

O escândalo associado à Cambridge Analytica envolve não somente a compreensão dos riscos associados à democracia representativa e ao processo eleitoral em geral, mas à desintegração da noção de individualidade e da ilusão de livre arbítrio, na medida em que se passa a desenvolver técnicas de sugestionamento com capacidade para resolver uma eleição do porte e da importância das eleições realizadas nos Estados Unidos, Reino Unido e, por que não, no Brasil.

A Cambridge Analytica não organiza a informação dos eleitores para a realização de uma campanha supostamente mais racional, mas propõe agenciar cada eleitor “desde dentro”, influenciando nos desejos íntimos de cada qual, a ponto de tornar o resultado do pleito dependente, preponderantemente, não da formação de uma “opinião pública” racional e repartida, mas da capacidade algorítmica de atomização do eleitorado, bombardeando um determinado público assumido como “alvo” (e aqui não se esconde o sentido propriamente *militar* do

aos apelos dos agentes de campanha” (HERSH, E. D. *op. cit.*, paginação irregular – tradução livre).

¹⁰⁷ Comentando o filme *The Great Hack*, importa conferir a reportagem de Carole Cadwalladr, jornalista do *The Guardian* e responsável pela divulgação do *whistleblowing* de Chris Wylie: “Apesar do escândalo da Cambridge Analytica ser bastante focado no Facebook, isso não significa que a Cambridge Analytica pode ser dispensada das acusações. O primeiro fato não torna as questões em torno de suas atividades menos perturbadoras. Há um momento surpreendente, inclusive capturado em filme, quando Kaiser conta ao comitê investigador que o governo britânico classificou a tecnologia utilizada pela Cambridge Analytica como uma ‘espécie de arma’. Essa arma teve suas exportações controladas, significando que a companhia foi obrigada por lei a contar ao governo se fosse utilizada além-mar. Damian Collins, presidente do comitê, aparece na filmagem como se estivesse digerindo a informação para ao final perguntar: ‘Então estás dizendo que a proposta da campanha Leave.EU foi utilizar uma ‘espécie arma técnica de comunicação’ contra a população do Reino Unido?’” (CADWALLADR, Carole. *The Great Hack: The film that goes behind the scenes of the Facebook data scandal*. Matéria para o jornal *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/uk-news/2019/jul/20/the-great-hack-cambridge-analytica-scandal-facebook-netflix>, acessado em 31.05.2020 – tradução livre).

termo), com o conteúdo necessário para que a votação possa pender para o lado previamente determinado.

2.3

CYBER-GUERRA – MILITARIZAÇÃO DA INTERNET E A NOMADOLOGIA HACKER

Como se percebe, as novas mídias são responsáveis pela conformação de categorias filosófico-políticas tradicionais, tais como o Estado, o indivíduo, o corpo político, a ação, as fronteiras, enfim. Pode ser dito que as mídias digitais impõem um novo regime de estratificação do mundo, desenhando novas formas de manifestação para potencialidades que antes permaneciam sem via de expressão. A desterritorialização proporcionada pelo *a priori* midiático contemporâneo, afetando as categorias e certezas políticas tradicionais não é, em si, boa ou ruim e muito menos pode ser entendida a partir de perspectiva puramente negativa ou refratária¹⁰⁸. Conforme alertam Deleuze e Guattari, um *“organismo desterritorializado com relação a um exterior se reterritorializa necessariamente nos seus ambientes internos [milieux intérieurs]”*, pelo que a desterritorialização que aqui se trata de analisar é simplesmente aquela *“relativa”*¹⁰⁹.

Dentre os conceitos filosófico-políticos mais importantes a sofrerem uma radical metamorfose, é necessário citar o caso da *guerra*. Se como afirmam Deleuze e Guattari, a guerra não é *“própria”* aos aparelhos de Estado¹¹⁰, a máquina de guerra é apropriada por esses aparelhos ao longo da história, atendendo à lógica e a forma da captura¹¹¹. Especificamente no que diz respeito

¹⁰⁸ *“É preciso pensar a desterritorialização como uma potência perfeitamente positiva, que possui seus graus e seus limiares (epistratos), e é sempre relativa, possuindo um reverso, possuindo uma complementaridade na reterritorialização”* (DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *op. cit.*, p. 71 – tradução livre).

¹⁰⁹ *Idem*, p. 71.

¹¹⁰ *“Definimos as formações sociais por meio de processos maquínicos e não por modos de produção (que dependem, ao contrário, dos processos). Assim, as sociedades primitivas se definem por mecanismos de conjuração-antecipação; as sociedades com Estados se definem por meio dos aparelhos de captura; as sociedades urbanas, por meio dos instrumentos de polarização; as sociedades nômades, por meio das máquinas de guerra; as organizações internacionais, ou melhor ecumênicas, definem-se por meio do englobamento de formações sociais heterogêneas”* (*Ibidem*, p. 542 – tradução livre).

¹¹¹ Sobre o tema, conferir: *“O Estado centraliza, controla e profissionaliza as práticas e instituições da guerra interestatal, ele interdita os confrontos da ‘guerra privada’, até garantir a si o monopólio*

à atual era midiática, a partir da metade final do século XIX e, em especial, ao longo do século XX, os Estados passam a ser habitados internamente por uma máquina de guerra parasita, que termina por transformar esse mesmo Estado em mero fundamento *post-mortem* de uma axiomática capitalista¹¹². Pode-se dizer, inobstante, que o final do século XX e ao menos as primeiras duas décadas do século XXI são caracterizadas pelo processo de ressurgimento do que Deleuze e Guattari denominam de *Urstaat*¹¹³⁻¹¹⁴. Não há contradição dialética entre os dois movimentos evidenciados pelos autores, sendo que tanto a noção de Estado como modelo de realização da axiomática capitalista (o Estado como fundamento *post-mortem* da axiomática do Capital), como o ressurgimento do *Urstaat* (i.e., o Estado arcaico, despótico, o “Modo de Produção Asiático”) são verificados, hoje, paralela e simultaneamente.

Nesse contexto, se a guerra deve ser entendida como a continuação da política, conforme Clausewitz, não pode nunca ser esquecido que a política, ao longo dos séculos XIX e XX, tornou-se uma continuação da guerra. Não se trata de uma simples inversão da fórmula clausewitziana, contudo¹¹⁵. Há uma mudança absolutamente fundamental no que concerne à distribuição de forças e poderes no contexto em que os Estados (e o plano terrestre continua sendo em alguma medida um espaço de uma topologia horizontal saturada de Estados) passam a ser duplamente agenciados tanto por uma máquina de guerra nômade, como por uma axiomática englobante do Capital¹¹⁶.

da guerra exterior entre Estados e assegurar o controle da guerra civil dentro de suas próprias fronteiras” (ALLIEZ, Éric; LAZZARATO, Maurizio. *Guerres et Capital*. Paris: Amsterdam, 2016, p. 93 – tradução livre).

¹¹² “Como já demonstrado no *Anti-Édipo*, a axiomática não pode dispensar um fundamento sem substituí-lo por um fundamento *post-mortem* ainda mais eficaz (...). Os Estados, na sua diversidade, tornaram-se modelos de realização da axiomática, cada qual segundo seu modelo próprio de captura” (LAPOUJADE, David. *Deleuze, les mouvements aberrants*. Paris: Minuit, 2014, p. 242 – tradução livre).

¹¹³ “O capitalismo reativou o *Urstaat* e lhe concede novas forças” (DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *op. cit.*, p. 575 – tradução livre).

¹¹⁴ “O Estado não se forma progressivamente, mas já surge todo armado, num único golpe de mestre, *Urstaat original*, modelo eterno de tudo aquilo que todo Estado quer ser e deseja. A produção dita asiática, com a qual o Estado que a exprime ou constitui seu movimento objetivo, não é uma formação distinta; é a formação de base, ela fornece o horizonte para toda a história” (DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *L’Anti-Œdipe: Capitalisme et Schizophrénie 1*. Paris: Minuit, 1972, p. 261 – tradução livre).

¹¹⁵ “Nos encontramos em presença de uma configuração na qual a política se torna de facto a continuação da guerra por outros meios, mais precisamente, pois a máquina de guerra mundial deixa de possuir a guerra como um objetivo, ao mesmo tempo em que a guerra deixa de se subordinar à finalidade política” (SIBERTIN-BLANC, Guillaume. *Politique et État chez Deleuze et Guattari: Essai sur le matérialisme historique-machinique*. Paris: PUF, 2013, p. 136 – tradução livre).

¹¹⁶ “Os Estados perderam seu monopólio sobre a violência e sobre seu emprego à medida em que os meios de coação se diversificaram: são fatos econômicos, diplomáticos, sociais, culturais...”

Importa considerar a íntima relação entre o desenvolvimento da Computação e Internet com a nova conformação da relação entre Estado, máquina de guerra e capitalismo¹¹⁷. Uma complexa relação entre desterritorialização e reterritorialização (sempre relativas no caso em análise) há de ser analisada em seu devido tempo para se destacar a peculiaridade da nova mídia como tecnologia gestadas no contexto da passagem da II Guerra Mundial para a Guerra Fria¹¹⁸ e que se tornaram palco da guerra cibernética, a qual, ao menos desde 2007, é realidade deflagrada da geopolítica global¹¹⁹.

Definir a cyber-guerra é, em si, o tema de uma tese a título próprio. A complicação decorre da necessidade de consideração das novidades que definem

Os efeitos da guerra podem assim ser perseguidos e realizados por uma multiplicidade de dispositivos, por meio dos quais a violência financeira é certamente a mais eficaz, pois seus efeitos desestabilizam a sociedade no seu conjunto, na medida em que se diferenciam seus efeitos. Também a maneira de levar a cabo a guerra não é mais um assunto exclusivamente militar: É certo que a guerra sai do domínio das armas e dos assuntos militares e se torna assunto de políticos, de cientistas e mesmo de banqueiros. As guerras não são mais somente sangrentas e os meios de lhe conduzir não são mais unicamente militares. A economia, e notadamente a economia financeira, pode substituir os meios militares e conferir espaço a uma 'guerra não sangrenta'. (Alguns anos mais tarde, o general Rupert Smith tomará cuidado de evitar esse terreno. Mas ele confirma que a nova identidade da governamentalidade e da guerra envolve a reversibilidade das intervenções econômicas, políticas, militares e humanistas: 'No novo paradigma [da guerra] [...] as operações militares modernas devem ser geridas na prática como mais uma atividade de Estado dentre outras') (ALLIEZ, É.; LAZZARATO, M. op. cit., p. 346 – tradução livre).

¹¹⁷ A partir de uma análise mais voltada à crítica da economia política neoliberal, cfr.: *"A máquina de guerra do capital que, no começo dos anos 1970, definitivamente integrou o Estado, a guerra, a ciência e a tecnologia, enuncia claramente a estratégia da globalização contemporânea: precipitar o fim da curtíssima história do reformismo do capital – Full employment in a Free Society, segundo o título do livro-manifesto do Lord Beveridge, publicado em 1944 – ao atacar em todo canto e com todos os meios à disposição as condições de realidade da relação de forças que o impuseram. Uma criatividade infernal será utilizada pelo projeto político neoliberal para fazer parecer com que o 'mercado' possua qualidades super-humanas de 'information processing': mercado como ciborgue último"* (Idem, p. 29 – tradução livre).

¹¹⁸ A Internet foi pensada como mecanismo de garantia da segurança das comunicações do Governo Norte-Americano no caso de um ataque nuclear. A respeito, conferir: *"No final da década de 1950, em resposta ao lançamento do satélite soviético Sputnik e em razão de outros medos associados à Guerra Fria, Paul Baran da Rand Corporation decidiu criar uma rede de computadores que fosse independente de comandos e controles centralizados e seria capaz de resistir a um ataque nuclear cujo alvo fosse um tal comando central. (...) A rede de Baran baseou-se na tecnologia chamada packet-switching que permite quebrar a mensagem em pequenos fragmentos. Cada fragmento, ou pacote, é capaz de encontrar seu caminho até seu destino. Uma vez no destino, os pacotes são reorganizados na ordem, de modo a recriar a mensagem original. (...) Em 1969, a Advanced Research Projects Agency (ARPA) vinculada ao Departamento de Defesa americano lançou a ARPAnet, a primeira rede a usar a tecnologia de packet switching de Baran. A ARPAnet permitiu a acadêmicos compartilhar recursos e transferir arquivos"* (GALLOWAY, Alexander. *Protocol: How control exists after decentralization*. Cambridge: MIT Press, 2004, pp. 04/05 – tradução livre).

¹¹⁹ Fala-se de 2007, pois representa o ano de ocorrência da primeira cyber-guerra. O conflito entre Rússia e Estônia é denotativo de graves consequências para a geopolítica tradicional. Sobre o tema, conferir a análise de Justin Joque: *"Enquanto Moolight Maze foi declarado como guerra cibernética por alguns indivíduos, o conflito entre Rússia e Estônia, em 2007, é mencionado como uma das primeiras guerras cibernéticas declaradas a ocorrer"* (JOQUE, Justin. *Deconstruction machines: Writing in the age of cyberwar*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018, p. 38 – tradução livre).

a cyber-guerra, i.e., daquilo que faz com que a categorização “cyber-” impeça à “cyber-guerra” de se encaixar e dialogar em conceitos tradicionais, tais como aquele tradicionalmente pensados pelos estrategistas e teóricos em geopolítica¹²⁰. Seguindo a análise de Justin Jorque a respeito, a cyber-guerra pode ser caracterizada a partir de três fatores críticos, quais sejam: (i) na cyber-guerra, informação e estruturas de saber tornam-se elementos centrais do conflito; (ii) a cyber-guerra não busca somente confundir o inimigo (táticas de desinformação), mas destruir a estrutura de conhecimento do inimigo como um todo; (iii) a cyber-guerra não se limita ao contexto espaço-temporal da guerra tradicional, não havendo diferença, em última instância, entre zona de guerra e zona de paz¹²¹.

O ataque às próprias estruturas de conhecimento, i.e., o *a priori* midiático do mundo contemporâneo, implica na afirmação de um elemento agonístico essencial à cyber-guerra. A cyber-guerra se processa na fronteira entre o conhecível e o não-conhecível, entre a significância e a insignificância, entre o decidível e o indecidível¹²². Ainda que seja possível afirmar que a história é sempre relativa, que nada historicamente construído pode ser compreendido como uma narrativa absoluta e que, em última instância, os vitoriosos produzem *de facto* e *de jure* a narrativa histórica (cada afirmação, por si só, é problemática, diga-se), a novidade da cyber-guerra é representada pela insegurança de base que incide

¹²⁰ O que se denomina de “cyber-guerra”, entretanto, não possui muita relação com o que, tradicionalmente, é entendido por “guerra”. A *cyber-guerra* é total e ininterrupta, seja ela contra o terrorismo, contra criminosos, ou mesmo contra ativistas. A respeito da reação desmedida de governos em face do exercício do direito de manifestação, conferir a seguinte notícia: “Querido assinante, você registrou como participante em um protesto de massas’. Essa foi a mensagem recebida por usuários de celulares presentes nas proximidades dos violentos embates em Kiev, desde a manhã de terça-feira, naquilo que pareceu ser uma nova tentativa das autoridades para arrefecer os protestos que varreram a cidade e escalaram para a violência no sábado à noite” (WALKER, Shaun; GRYTSENKO, Oksana. *Text messages warn Ukraine protesters they are ‘participants in mass riot’*. Matéria para o jornal *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/jan/21/ukraine-unrest-text-messages-protesters-mass-riot>, acessado em 31.05.2020 – tradução livre).

¹²¹ JOQUE, J. *op. cit.*, p. 05.

¹²² “Cyber-guerra e cyber-segurança entretêm relações complicadas entre o conhecível e o impossível de conhecer. Nosso mundo conectado se tornou tão complexo em termos profundamente técnicos que o sistema como um todo não pode ser conhecido desde o exterior. Cartografar até mesmo a web pública tornou-se uma tarefa erudita a título próprio. Computadores e redes representam informação em pequenos bits de discos magnéticos ou em pulsos de luz por cabos que, de acordo com seus tamanhos, velocidade e complexidade, são essencialmente a-significantes e impenetráveis para observadores humanos. (...) A cyber-guerra, ao atacar esses sistemas, está sempre à beira de se tornar, ela própria, insignificante. Ademais, ao atacar sistemas de conhecimento que garantem informação, um ataque bem-sucedido prejudica até mesmo nossa habilidade para saber que algo, de fato, ocorreu. A Cyber-guerra é enfrentada exatamente nesse espaço entre a possível catástrofe e a possibilidade de absolutamente nada acontecer” (*Idem*, p. 07 – tradução livre).

sobre toda e qualquer estrutura de saber, a ponto de essa mesma estrutura passar a consistir também uma plataforma de intervenção militarizada¹²³.

Partindo da premissa apresentada, a cyber-guerra, como realidade histórica, dificulta a própria afirmação do evento, em razão do efeito devastador que possui sobre a noção de “mundo compartilhado” (pensa-se em algo próximo à noção de “mundo comum” em Hannah Arendt, o que não poderá ser mais bem desenvolvido neste momento). Associada a essa dificuldade, deve ser considerado também o problema quanto à atribuição de responsabilidades pelos ataques cibernéticos ou mesmo quanto à incapacidade da sequer afirmação de uma linha de causalidade adequada aos fatos históricos dos conflitos cibernéticos. Como afirma Justin Joque, a violência própria à cyber-guerra é responsável pela desconstrução de conceitos tradicionais como a guerra, a mídia, o sujeito e o Estado, abrindo uma nova espaço-temporalidade que chega a ameaçar a possibilidade de toda desconstrução¹²⁴. A imagética dessa espaço-temporalidade é definida sugestivamente como um “borrão” (*Blur*), por Benjamin H. Bratton¹²⁵.

Diversos exemplos podem ser acionados para destacar essas características da cyber-guerra. Dentre aqueles mais relevantes, importa considerar o caso dos ataques *Petya*, *WannaCry* e *NotPetya*, todos ocorridos em 2017.

WannaCry e *Petya* são dois *crypto-ransomwares* capazes de afetar exclusiva e oportunisticamente o sistema operacional *Microsoft Windows*. Após obter acesso a um computador específico e, por conseguinte, a uma determinada “rede” na qual podem estar conectados outros dispositivos eletrônicos, todos os

¹²³ “O que é único no caso da guerra cibernética é que a totalidade da estrutura do conhecimento e da observação é escancarada como um espaço da intervenção militar direta. É não somente uma questão de interpretação e de arquivos seletivos. A totalidade do arquivo e nossa capacidade de compreender o arquivo pode ser atacada a qualquer momento. (...) Agora, mesmo que os vencedores escrevam a história, ela pode não ser escrita a partir de dados que eles controlam” (*Ibidem*, p. 07 – tradução livre).

¹²⁴ “A força maquínica e por vezes militarizada da desconstrução assombra a própria desconstrução. Os bugs, as descontinuidades imprevistas na segurança das redes de computadores e programas exploram a lógica do programa que afligem. A existência desses traços programáticos e vulnerabilidades tanto abre programas a um novo tipo de desconstrução como também ameaça a força desconstrutiva contra a desconstrução ao militarizar seu funcionamento” (*Ibidem*, p. 29 – tradução livre).

¹²⁵ “Forçando bastante para apreender os contornos à medida que eles derrapam e fogem do mapa, percebemos que um borrão garante a figura adequada do que está acontecendo e do que está por vir. Para o bem ou para o mal, o borrão é o que são e o que fazem. Nossa descrição antecipada do sistema cartografa aquilo que podemos ver, mas não articular, de um lado, versus aquilo que sabemos articular, mas ainda não vemos, de outro. Essa oscilação entre o real-mas-ainda-inominado e o imaginado-mas-ainda-não-real – esse borrão entre eles – pode fornecer os desafios necessários à imaginação e até mesmo sancionar [enforce] o que é concebido, cedendo a imagens compostas e perspectivas seccionais: i.e., às pilhas [stacks]” (BRATTON, B. *op. cit.*, p. 14 – tradução livre com complementação em colchetes).

dados disponíveis são *encriptados* e o livre acesso a eles é condicionado ao pagamento de resgate, no valor de US\$-300 (trezentos dólares norte-americanos), a ser pago por meio de *Bitcoin* (moeda criptografada). Propagando-se como um vírus biológico, atuando como um *Trojan horse malware*, diversos computadores foram afetados nos quatro cantos do mundo, paralisando o atendimento em hospitais em Londres, a produção de automóveis na Alemanha e o livre acesso a dados pessoais no Brasil, inclusive.

A autoria, as razões e os objetivos¹²⁶ de ambos os ataques cibernéticos são mistérios sem resposta. Estariam os russos envolvidos (considerando que o primeiro alvo foi a Ucrânia)? Ou os ataques teriam sido realizados pelo grupo *Lazarus*, ligado ao governo norte-coreano? Ou ainda, o que não se poderia excluir, teria sido esse o trabalho de um anônimo, um “*lone wolf*”? Não se sabe ao certo como responder a essas questões e, provavelmente, nunca se saberá. O que se sabe, contudo, é que a falha explorada no sistema Windows já era utilizada pela NSA há mais de cinco anos do ataque, sem que a agência norte-americana tenha alertado a empresa Microsoft a respeito. O ataque, muito mais do que os danos causados¹²⁷, serviu para alertar a comunidade internacional a respeito dos riscos aos quais a internet está associada necessariamente¹²⁸ e acerca da responsabilidade de todos os atores envolvidos¹²⁹.

Sabe-se que o governo norte-americano possui amplo acervo dos denominados “*Zero days*”, i.e., falhas de sistema não divulgadas às empresas responsáveis pelos respectivos *softwares*, evitando que os respectivos problemas sejam solucionados, com o objetivo de utilizar essas falhas como *cyber-weapons* (“armas cibernéticas”). No caso específico de *Wannacry* e *Petya*, por exemplo, o segredo guardado pela NSA foi roubado e divulgado, em abril de 2017, por um

¹²⁶ “Especialistas suspeitam que os hackers, com o suposto software-chantagista, somente pretendem oferecer um engodo. Que seu objetivo não é enriquecer, mas sabotar, destruir, promover a inquietude e o caos” (BAUMGÄRTNER, Maik et al. „Ooops“. Der Spiegel. Online Ausgabe n. 21/2017. Hamburg: Spiegel-Verlag, paginação irregular – tradução livre).

¹²⁷ Os prejuízos que poderiam ter sido causados pelo *WannaCry* foram em grande parte minimizados em razão da atuação do técnico em computação britânico, Marcus Hutchins, 22 anos, responsável por acionar uma espécie de “*Kill Switch*” que atrasou o contágio do vírus, permitindo a adoção de medidas de segurança necessárias.

¹²⁸ “Cenários catastróficos de uma perda de controle global se tornam imediatamente previsíveis: aviões não alçam voo, trens descarrilam, caixas eletrônicos não funcionam, luzes se apagam, alimentos apodrecem nos armazéns, aparelhos hospitalares desligam. Uma imobilidade da vida pública, compreensiva, sincrônica e global” (Idem, paginação irregular – tradução livre).

¹²⁹ “(...) Os ataques somente puderam ocorrer, pois as agências de inteligência impõem um jogo bastante arriscado com as falhas de segurança. Pois desenvolvedoras como a Microsoft não assumem seriamente sua responsabilidade pela segurança da rede. E, pois, diversos usuários ignoram os updates de segurança” (Ibidem, paginação irregular – tradução livre).

grupo hacker que se autodenomina *The Shadow Brokers* (ou TSB)¹³⁰. A falha *a priori* não divulgada (i.e., o *Zero Day*), denominada *ETERNALBLUE*, foi responsável pelos ataques de maio e junho.

Os recentes ataques, portanto, colocam em questão a atuação paradoxal dos governos nacionais. Se *de um lado*, gastam enormes somas de dinheiro com segurança associada à Internet, *de outro*, sabotam a própria Internet na medida em que exploram falhas secretas nos sistemas como verdadeiras “armas cibernéticas”. Por meio dessas “armas” não somente as agências de inteligência governamentais, mas também “*hackers*” individuais, são capazes de obter acesso a dados e meta-dados privilegiados (basta saber onde procurar). Não é menos desconhecido que os Estados Unidos não são os únicos a utilizar mecanismos de “*government hacking*” e “*armas cibernéticas*”. Como escreveu Bruce Schneier (*expert* no tema de cyber-segurança), a despeito de não se admitir abertamente o fato, “os governos estão aderindo massivamente à cyber-guerra”¹³¹.

Em seguida aos ataques sequenciados *WannaCry* e *Petya*, ocorreu outro ataque bem mais devastador, denominado *NotPetya*, com características diferentes em comparação aos primeiros, embora utilizando-se de semelhante “*backdoor*”. De fato, como descrito por Andy Greenberg em recente artigo para a revista *Wired*, o ataque *NotPetya* correspondeu a uma “combinação virulenta” entre (a) o *ETERNALBLUE*, criado pela NSA, já mencionado acima e (b) uma invenção mais antiga denominada *MIMIKATZ*, criada pelo pesquisador em segurança francês, Benjamin Delpy, em 2011¹³².

¹³⁰ Conferir nota divulgada à imprensa pela Microsoft: “*Vimos vulnerabilidades guardadas pela CIA serem expostas no WikiLeaks e agora essa vulnerabilidade roubada da NSA afetou consumidores em escala global. Repetidamente, tais vulnerabilidades nas mãos de governos vazaram no domínio público e causaram danos generalizado. Um cenário equivalente com armas convencionais seria se o exército americano tivesse um de seus mísseis Tomahawk roubados. E o ataque mais recente representa um link completamente não intencionado, mas desconcertante, entre duas das mais sérias formas de ameaças à cyber-segurança presentes no mundo – ação do Estado-nação e ação do crime organizado*” (SMITH, Brad. *The need for urgent collective action to keep people safe online: Lessons from last week’s cyberattack*. Disponível em: <https://blogs.microsoft.com/on-the-issues/2017/05/14/need-urgent-collective-action-keep-people-safe-online-lessons-last-weeks-cyberattack/>, acessado em 15.09.2018 – tradução livre).

¹³¹ “*Governos lançam-se resolutamente na cyber-guerra. Quase 30 países possuem divisões de cyber-guerra em suas forças armadas: US, Rússia, China, os maiores Estados europeus, Israel, Índia, Brasil, Austrália, Nova Zelândia e um punhado de Estados africanos*” (SCHNEIER, B. *op. cit.*, p. 88 – tradução livre).

¹³² “*NotPetya foi lançado por duas poderosas proezas hackers trabalhando em conjunto: uma foi o instrumento de penetração denominado EternalBlue, criado pela NSA americana e vazada em uma desastrosa quebra de protocolo de segurança sobre os arquivos ultrassecretos da agência, no início de 2017. EternalBlue se aproveita de uma vulnerabilidade particular no protocolo Windows, permitindo aos hackers o acesso livre a qualquer outra máquina, que passa a ser acessível remotamente. O arquiteto do NotPetya combinou esse esqueleto digital com outra invenção bem mais antiga, denominada Mimikatz, criada como prova do conceito desenvolvido pelo pesquisador de segurança francês Benjamin Delpy, em 2011. Delpy lançou Mimikatz para*

O ataque iniciou-se na matriz da Linkos Group, em Kiev, obtendo acesso por meio de uma falha contida em um software de contabilidade denominado M.E.Doc (*My Electronic Document*), muito utilizado naquele país. A partir dessa porta de entrada, os hackers conseguiram acesso a quase todos os computadores do mundo que utilizavam semelhante programa para, em junho de 2017, lançaram o *malware* denominado *NotsPetya*¹³³.

Diferentemente de *Petya* e *WannaCry*, contudo, que ainda solicitavam uma espécie de resgate para reaver os dados encriptados do computador, o ataque *NotPetya* foi puramente destrutivo. Não havia qualquer mecanismo para reaver os dados encriptados. Tudo aquilo que foi atingido pelo sistema foi perdido para sempre. Isso, pois o *malware* encriptava até mesmo os “*master boot records*” do computador, de modo que o sistema perdia qualquer possibilidade de orientação¹³⁴. Era como se cada computador assumisse uma linha de abolição absoluta de sua consistência interna, sem qualquer possibilidade de recurso ao que quer que fosse.

O ataque chegou a paralisar completamente os sistemas da A.P. Møller-Maersk, empresa multinacional, responsável pelo transporte de cargas e com comércio em todos os continentes¹³⁵. A velocidade do ataque e os prejuízos causados foram impressionantes, mesmo para experts no tema da cybersegurança. O ataque, que possui o custo estimado em um total de mais de US\$-10 bilhões (dez bilhões de dólares norte-americanos), afetou diversos serviços no

demonstrar como o Windows mantém cópias dos passwords de usuários na memória do computador. Uma vez obtido acesso inicial a uma máquina, Mimikatz permitiria extrair todos os passwords da memória RAM e usá-los para hackear outras máquinas acessíveis com as mesmas credenciais. Em redes com computadores multiuso, poderia até ser possível saltar, como num jogo de amarelinha, de uma máquina para a outra” (GREENBERG, Andy. The code that crashed the world. Wired. Online Edition. Sep/2018. New York: Condé Nast, paginação irregular – tradução livre).

¹³³ “No verão de 2017, sem o conhecimento de qualquer pessoa no Linkos Group, hackers russos vinculados às forças armadas sequestraram o servidor de atualizações da companhia para lhes permitir esconder uma porta dos fundos em milhares de PCs ao redor do país e do mundo que tivessem instalado o M.E.Doc. Então, em junho de 2017, os sabotadores usaram essa vantagem para lançar o *malware* denominado NotPetya, a mais brutal arma cibernética até então” (*Idem*, paginação irregular – tradução livre).

¹³⁴ “(...) O objeto do *malware* era puramente destrutivo. Encriptava irreversivelmente todos os arquivos principais, todas aquelas partes inseridas nas profundezas da máquina e que dizem onde ela pode encontrar o seu próprio sistema operacional. Qualquer pagamento de resgate que as vítimas tentaram fazer se demonstrou fútil. Não existia nenhuma chave para devolver a ordem ao caos criado na memória do computador” (*Ibidem*, paginação irregular – tradução livre).

¹³⁵ “Jensen saiu do prédio, encontrando o clima quente de uma tarde do final de junho. Como a maioria dos empregados da Maersk, ele não tinha ideia de quando poderia retornar ao trabalho. O gigante marítimo que o empregava, responsável por 76 portos em todos os recantos do mundo e quase 800 embarcações navegantes, incluindo navios carregando dezenas de milhões de carga em containers, representando próximo de um quinto de toda a capacidade de navegação mundial, encontrava-se à deriva” (*Ibidem*, paginação irregular – tradução livre).

mundo todo e, além da Maersk, as seguintes empresas multinacionais: a farmacêutica Merck, TNT Express (subsidiária europeia da FedEx), Saint Gobain (construtora francesa), Mondelēz (produtora de alimentos) e Reckitt Benckiser (responsável por produtos de limpeza e saúde)¹³⁶. Embora o ataque tenha sido deflagrado inicialmente na Ucrânia e sua origem seja provavelmente russa, é importante destacar que os efeitos do ataque foram globais, atingindo inclusive a petroleira russa Rosneft.

Como Greenberg aponta, a história relevante sobre o *NotPetya* não diz respeito especificamente à interrupção das atividades da Maersk ou sobre a crise ucraniana. Trata-se, de forma mais ampla e assustadora, da história sobre como uma arma de guerra criada por um Estado-nação foi lançada em um meio cujas fronteiras nacionais possuem pouco significado e cujos efeitos viajam em conformidade a uma lógica cruel e inesperada. Um ataque a uma empresa ucraniana, afeta uma gigante do transporte de cargas e, uma vez que se atinge esse patamar, o globo todo é afetado¹³⁷. A cyber-guerra, conforme denuncia Justin Joque imprime uma lógica complexa e paradoxal que não obedece a causalidades bem determinadas e dificulta de modo exponencial qualquer tentativa de responsabilização daqueles que praticam os ataques, tais como os mencionados acima. A cyber-guerra opera em um espaço-tempo hiperbólico no qual as noções de distância, duração e velocidade são agenciadas de forma *estocástica*, i.e., de acidente em acidente. Trata-se de uma *plasticidade* que lhes é inerente¹³⁸.

Aqueles que acreditam na tradicional lei de causalidade, para a qual, grandes feitos causam grandes efeitos, estão necessariamente equivocados quando se trata de analisar as mudanças oportunizadas pelas mídias digitais. A partir da passagem para o digital, pode-se dizer que a lógica de causalidade

¹³⁶ “Para se ter a dimensão dos danos causados pelo *NotPetya*, considere o assustador, apesar de típico, ransomware que paralisou o governo da cidade de Atlanta no mês de março passado: custou mais de \$10 milhões, um décimo do preço envolvido no *NotPetya*. Até mesmo o *WannaCry*, o vírus mais conhecido que se espalhou um mês antes de *NotPetya*, em maio de 2017, tem seus custos estimados entre \$4 milhões e \$8 milhões. Nada se aproxima. ‘Na medida em que não houve perda de vidas, foi o equivalente ao uso de uma bomba nuclear para se obter uma vantagem tática bem pequena’, segundo Bossert. ‘Esse é um grau de imprudência que não pode ser tolerado no palco global’ (*Ibidem*, paginação irregular – tradução livre).

¹³⁷ “Mas a história do *NotPetya* não é tanto sobre a Maersk, ou mesmo a respeito da Ucrânia. Trata-se da história sobre como uma arma criada por um Estado-nação foi lançada em um meio onde fronteiras nacionais não possuem qualquer significado e onde o dano colateral segue uma lógica inesperada e cruel: onde um ataque mirando a Ucrânia ataca a Maersk e um ataque à Maersk atinge a todos os pontos do globo, de uma só vez” (*Ibidem*, paginação irregular – tradução livre).

¹³⁸ Recorrendo ao conceito de plasticidade, cunhado por Catherine Malabou, Justin Joque afirma: “As estratégias da cyber-guerra são construídas sobre plasticidade espaço-temporal das redes. Cyber-guerra propõe retrabalhar diversas redes físicas, informacionais e epistemológicas em meio as quais nós existimos” (JOQUE, J. op. cit., p. 101 – tradução livre).

assume contornos mais finos e dispersivos. Trata-se daquilo que foi denominado de *Relaisprinzip*¹³⁹, conceito cunhado para apontar uma declinação da primeira lei da termodinâmica (lei da conservação das forças, ou da proporcionalidade) em favor de um processo de resolução de forças caracterizado por processos entrópicos e negentrópicos, tal como o experimentado pelos relais eletromagnéticos perante os quais pequenas doses de força originam grandes consequências¹⁴⁰.

De uma forma um tanto kafkaniana, Greenberg destaca que a lição do NotPetya é a de que a distância não protege e que, portanto, “os bárbaros já estão a frente de todos os portões”¹⁴¹. A cyber-guerra leva a lógica do relais, que está na base de toda mídia digital, às últimas consequências. Não há falar em proporcionalidade entre causa e efeito, como num sistema de Carnot, mas em resolução (*Auflösung*) das causas pelos efeitos agenciados em série, como na série de tubos tiratron desenvolvida por Wynn-Williams¹⁴².

¹³⁹ O termo, conforme o próprio B. Siegert destaca, foi cunhado por Hugo Theodor Horwitz, o “quase esquecido fundador da história da técnica” (SIEGERT, B. *op. cit.*, p. 373 – tradução livre).

¹⁴⁰ A lógica do *Relaisprinzip* é a mesma que permitiu a difusão de uma comunicação telegráfica sobre o globo terrestre. Sobre o tema, conferir o seguinte trecho de Siegert: “Antes da criação do Relais, era necessário que, na Telegrafia elétrica, por exemplo, o signo enviado – identificando-se ao sinal, através do qual a transmissão se faria nas linhas respectivas – deveria exercer alguma função no próprio receptor, um trabalho necessário para a sua própria inscrição. Na medida em que uma massa deveria ser movimentada (no caso do primeiro Telégrafo-Morse, tratava-se de um braço em forma de pêndulo), manteve-se a extensão e alcance dessa técnica telegráfica bastante reduzido. O Relais diferencia o sistema: diferencia entre o signo com relação ao sinal de um lado e entre bateria com relação à energia de outro. A ideia por detrás do Relais é a de não comunicar a energia em si, mas a de captá-la já no receptor, por meio de um circuito ali inserido, no qual o próprio aparelho de inscrição esteja circuitado. O único trabalho, que o sinal que chega pela linha de transmissão deve realizar é o acionamento do Relais e, assim, permitir a resolução da quantidade de energia desejada da bateria” (Idem, p. 373 – tradução livre).

¹⁴¹ “Nos físicos, NotPetya nos lembra que a distância não é uma defesa propriamente dita. Todos os bárbaros já estão à frente de todas as portas. E o emaranhado de rede nesse éter, que unificou e elevou o mundo há 25 anos, pode, em questão de horas, num dia ensolarado de verão, ser violentamente paralisado” (GREENBERG, A. *op. cit.*, paginação irregular – tradução livre).

¹⁴² “Assim, ‘1929 fomos introduzidos ao thyatron’ – Cavendish ingressou na era digital, e mesmo graças ao próprio Albert Hull, que naqueles mesmos anos em que visitou Cavendish e Rutherford e seus grupos, informou a respeito do thyatron, que correspondia praticamente ao conceito ideal, pois sem consideração à inércia, de Relais. ‘Assim, é possível comparar o thyatron com um relay mecânico e sem inércia, que pode ser ‘acionado’ ou ‘trancado’ por qualquer corrente tendencialmente insubstancial e de duração bastante curta’. Uma ‘quantidade tendencialmente insubstancial’, limiar da causa no caso ideal da economia da resolução de Mayer, tornou-se conceito imanente ao de matéria. ‘Aqui tratava-se simplesmente de um aparelho necessário para a gravação automática’. O princípio do Relais, na medida em que, graças ao circuito insubstancial, criou a possibilidade de sobrepor a fronteira entre Matéria e Espírito, modelou a ‘coisa epistêmica’ da física de partículas inspirada em Rutherford. De facto, as ‘correntes tendencialmente insubstanciais’ são criadas por meio de correntes de ionização mínimas, cujas partículas- α são registradas e potencializadas por uma válvula de 10 miliampères” (SIEGERT, B. *op. cit.*, p. 409 – tradução livre).

2.4

WHISTLEBLOWING E BLACK TRANSPARENCY – O ELEMENTO TRÁGICO NA GEOPOLÍTICA ATUAL

Se, com Elias Canetti, “o segredo está no núcleo mais interno do poder”¹⁴³, não é possível ao próprio Governo pretender a divulgação ampla de dados a respeito de seu funcionamento interno sem provocar a dissolução desse mesmo funcionamento desde o seu interior. Essa constatação redundante em destacar que as políticas de *open government* normalmente tratadas como mecanismos de governança democrática e ética, são na verdade um engodo bem planejado, fruto de suma hipocrisia que no máximo pode ser reconhecida como “*bienveillant*”¹⁴⁴.

A afirmação da importância política do método definido como *black transparency* se deve a uma exigência radical de transparência como mecanismo de resistência e transgressão, face à lógica de violência *nômica* que o discurso da legitimidade da ação estatal mantém inquestionada. Ao pretender substituir a democracia domada da governança, a *black transparency* aponta para uma alternativa de democracia radical (e aqui destaca-se o sentido spinozano do termo)¹⁴⁵, cuja importância não pode ser subestimada.

A denominada *black transparency* objetiva transgredir o *nomos* de uma axiomática saturada, estabelecida como discurso redundante de poder que acaba por autoritariamente cindir o mundo em público e privado, segredo e não-segredo,

¹⁴³ “O segredo está no núcleo mais interno do poder” (CANETTI, Elias. *Massa e potere*. Milano: Adelphi, 2015, p. 350 – tradução livre).

¹⁴⁴ “Historicamente o Estado sempre confiou no segredo, significando um privilégio informacional gozado por aqueles no poder. Como um conceito político, o segredo é bem mais antigo que a transparência; sua caixa preta sobreviveu intacto ao advento da democracia moderna. Não importa realmente se o Estado é democrático, autocrático, verde, ou assume o formato de um polvo. Sob o manto do segredo, o ramo Executivo do governo coexiste com a democracia ao provê-la de uma plataforma segura. O ramo Executivo é um sistema operacional e a democracia é somente uma das muitas aplicações que são realizadas. A *black transparency* corresponde ao ataque frontal à autonomia do ramo Executivo. Introduce uma forma caótica, imperfeita, parcial e arriscada de envolvimento democrático com o estado de exceção permanente, responsável por supostamente defender a segurança nacional. Esse ataque frontal é também o calcanhar de Aquiles da *black transparency*; pode ser considerado um meio bastante interessante para instituir a revolta, ao mesmo tempo em que prejudica sua capacidade de negociar com sua vítima” (METAHAVEN. *Black Transparency: The Right to Know in the Age of Mass Surveillance*. Berlin: Sternberg Press, 2015, p. 02 – tradução livre).

¹⁴⁵ A respeito do conceito de democracia em Spinoza, conferir a seguinte lição de Balibar: “Tudo ocorre como se o conceito de democracia recebesse uma dupla inscrição teórica. Trata-se de um regime político particular, efeito de causas determinadas. Mas também é a ‘verdade’ de todos os regimes, a partir do qual podemos mensurar a consistência interna de sua constituição, determinando as causas e as consequências tendenciais” (BALIBAR, Étienne. *Spinoza et la politique*. 4.ed. Paris: PUF, 2016, p. 44 – tradução livre).

a partir da lógica binária entre acesso e não-acesso à informação. Essa partição é processada desde uma *arkhé* (origem/comando) que protege a si própria da memória na mesma medida em que, paradoxalmente, garante a possibilidade de uma memória “oficial” (e, conseqüentemente, do “não-oficial” e do “oficioso”)¹⁴⁶. Entre uma dimensão topo-nomológica (de partição e instituição concreta/atual do privilégio do domicílio arcôntico) e uma esfera logográfica de consignação (na qual qualquer partição é pretensa e abstratamente abolida)¹⁴⁷, a *black transparency* propõe a desconstrução do privilégio instituído em favor de determinados atores e instituições, propondo uma nova partição do Simbólico. Entre Computação e Internet (entendidas como mídias transgressivas) e a *black transparency* (prática transgressora) são processados agenciamentos concretos que conduziram aos casos recentes de *whistleblowing* como mecanismos de confrontação à lógica do Estado que se propõe soberana sobre as repartições das fronteiras, limiares, membranas, enfim... do *nomos*¹⁴⁸.

Um dos mais interessantes exemplos recentes de contestação da ordem instituída a partir da promoção da *Black Transparency* diz respeito ao caso do *WikiLeaks*. O conceito de *Black Transparency* foi pensado a partir do *WikiLeaks* para dizer a verdade. Como o nome indica, trata-se de uma plataforma criada para propiciar vazamentos de informações sensíveis a partir do modelo participativo “wiki”, garantindo o anonimato de seus colaboradores na mesma medida em que é capaz de permitir a máxima exposição de mídias e dados¹⁴⁹.

O *WikiLeaks* talvez não deva ser entendido como um agente de organização política, mas como um *trickster* geopolítico, que assume a função de

¹⁴⁶ Sobre a questão do oficial, vale a pena destacar o marco de Bourdieu a respeito, ainda que como índice da análise a ser desenvolvida ao longo da tese. Assim, conferir: BOURDIEU, Pierre. *Sur l'État: Cours au Collège de France 1989-1992*. Paris: Raisons d'Agir/Seuil, 2012, p. 83 e ss.

¹⁴⁷ A respeito dos elementos trabalhados acima, conferir: DERRIDA, J. *Archive Fever: A Freudian Impression*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998, p. 1/4.

¹⁴⁸ Sobre uma dimensão da mudança do *nomos*, conferir: “A organização se tornou a mais fina das membranas – quase uma ilusão [sic]. Ela não garante o futuro, a renda ou empregos. Relações entre pessoas e seus empregadores estão se tornando cada vez mais temporárias e precárias; organizações se tornam volúveis, flutuando em um mar de incertezas. Tecnologia da informação – incluindo a Internet – estão penetrando as paredes digitais das organizações. Isso ocorre pelo design, pela cyber-guerra, pelos vazamentos e por acidentes. (...) As fronteiras cada vez mais permeáveis das organizações e a natureza temporária de sua responsabilidade com seus empregados adicionaram um poderoso ingrediente para o whistleblowing” (METAHAVEN. *op. cit.*, p. 34 – tradução livre).

¹⁴⁹ “Wikileaks era um design geopolítico; uma organização sem Estado, uma casca sem rosto, construída em torno de uma caixa de correspondência digital e anônima, na qual todos poderiam lançar seus documentos. A possibilidade de pessoas relativamente ordinárias conceberem algo como o WikiLeaks pode nos tornar atentos às possibilidades adiantes de nós. WikiLeaks pode ser considerado apenas um de uma série de outras intervenções políticas desenhadas para revelar a natureza do poder, atualmente” (Idem, p. 25 – tradução livre).

manutenção constante da instabilidade das relações de poder. Trata-se de um agente de desterritorialização do campo político. Sem as virtualidades da Internet, o *WikiLeaks*, contudo, não seria possível, de modo a ser necessário concordar com o coletivo Metahaven quando caracteriza a plataforma como “*instrumento quintessencial da internet, reunindo intervenção heroica, gestos geopolíticos grandiosos e desleixos elegantes*”¹⁵⁰. O fato de a plataforma ter se tornado espaço de promoção da campanha de libertação de Julian Assange (independentemente da legitimidade do pleito) não desmerece essa conclusão, mas a confirma tragicamente.

O *WikiLeaks*, ao disponibilizar um *drop box* anônimo no qual vazamentos de informações podem ser realizados com relativa segurança, atua como catalizador da atuação de *whistleblowers*, como nos casos de Chelsea Manning e, em medida não desprezível, de Edward Snowden. Em 2010, quando ainda portava o nome “Bradley”, o soldado e analista de sistemas Manning, por meio do *WikiLeaks*, vazou diversos documentos a respeito de ações militares do governo americano na guerra no Iraque e Afeganistão. Um primeiro vídeo, divulgado no mesmo ano, mostrava o homicídio múltiplo de civis árabes por militares americanos a partir de um Helicóptero US Apache, caso ocorrido na cidade de *New Baghdad*, em 2007. O vídeo foi editado e legendado, tendo sido disponibilizado no site do *WikiLeaks* sob o título pouco sutil de “*Collateral Murder*”¹⁵¹. Na sequência, foram divulgados diversos outros documentos selecionados a respeito das guerras conduzidas pelo governo norte-americano no

¹⁵⁰ Tradução livre. No original: “*WikiLeaks is the quintessential political tool of the internet, harnessing heroic intervention, grand geopolitical gestures, and fashionable sloppiness*” (Ibidem, p. 29 – tradução livre).

¹⁵¹ Conferir o seguinte trecho de importante livro-mosaico escrito por Andy Greenberg: “*Finalmente, ele escreve a respeito de um vídeo feito desde as câmeras de um helicóptero Apache, que mostra um grupo de homens sendo mortos pelo armamento massivo da aeronave. ‘Primeiramente, pareceu simplesmente como um grupo de pessoas sendo alvo do helicóptero. Nada de importante, pois semelhante a uma dúzia de outros casos por aí’, escreveu Manning. Mas o vídeo estava arquivado na pasta especial do Judge Advocate General, insinuando que teria sido utilizado em algum procedimento da justiça militar. Assim, Manning fez a busca da data do vídeo – um dia de julho de 2007 – e de suas coordenadas, um subúrbio de Baghdad chamado Nova Baghdad. Assim ele estabeleceu a relação com uma matéria publicada no New York Times que revelou a morte de dois jornalistas da agência Reuters por um ataque de helicóptero, juntamente com nove insurgentes em terra e uma van preta, que, de acordo com o Exército estaria atirando em soldados americanos. Manning sabia que os homens em terra não poderiam estar atirando em alguém. O Apache atacou o grupo de cima sem quaisquer evidências que, de fato, eram insurgentes. E a van preta que estacionou ao lado dos feridos e moribundos para ajudar também estava sendo conduzida por civis, uma família que esperava salvar vidas de estranhos feridos e moribundos na calçada. Mas o helicóptero atacou a van também, ferindo duas crianças e assassinando os pais. ‘Bem, a culpa era deles por ter levado crianças para o campo de batalha’, disse um soldado nas gravações de áudio*” (GREENBERG, Andy. *This Machine Kills Secrets: How wikileaks, cypherpunks and hacktivists aim to free the world's information*. New York: Dutton, 2012, e-book, paginação irregular – tradução livre).

grande oriente médio. Manning foi preso em 2010 pelos vazamentos e processado com base no *Espionage Act* (vetusta legislação de caráter punitivista e repressor, cuja pena máxima prevista em casos semelhantes é a pena de morte), tendo sido condenado a 35 anos de prisão em 2013. Manning foi, porém, liberado em 2017 em função da comutação de sua pena pelo Presidente Barack Obama, reduzindo a condenação a um quinto.

Outro exemplo do envolvimento do WikiLeaks, no sentido da Black Transparency ocorreu no verão de 2013. Edward Snowden, analista de sistema da empresa Booz Allen Hamilton Inc., responsável por prestar serviços terceirizados à National Security Agency, foi o responsável pelo maior vazamento de dados já realizado até então¹⁵². Como consequência da condenação de Chelsea Manning e após uma longa preparação, inclusive, Snowden fugiu da base onde trabalhava no Havaí em direção à China, onde se encontrou com a cineasta Laura Poitras e com o jornalista norte-americano, radicado no Brasil, Glenn Greenwald. Ali foram divulgados dados sensíveis a respeito de operações de vigilância e controle operados pelos Estados Unidos (via NSA) e Reino Unido (via GCHQ), principalmente, demonstrando como grandes empresas da área da computação, tais como Google, Facebook, Apple, AOL, enfim, passaram a cooperar com o governo norte-americano, após o início da guerra do Afeganistão, em 2001, na espionagem ilícita e ilegítima de civis nacionais e estrangeiros (i.e., potencialmente toda e qualquer pessoa) em nome da segurança nacional¹⁵³. Após fuga cinematográfica, tendo contado com o apoio de Julian Assange e do WikiLeaks no sentido de garantir apoio internacional, Snowden encontra-se exilado na Rússia desde o segundo semestre de 2013.

O papel representado pelo WikiLeaks e pelos *whistleblowers* em geral denota a condição trágica da *black transparency* na era da internet. Em primeiro plano, mais obviamente, destaca-se a assimetria palpável entre os atores envolvidos¹⁵⁴. De um lado, o Estado agenciado pela axiomática do Capitalismo,

¹⁵² Para uma cronologia dos vazamentos, conferir: GREIS, Friedhelm. *NSA-Skandal – Chronologie der Enthüllungen*. In: OTTO, Philipp (Herausgeber). *Das Netz 2013/2014 – Jahresrückblick Netzpolitik*. Berlin: iRights.Media, 2013, e-book, paginação irregular.

¹⁵³ “Os arquivos e documentos reunidos por Edward Snowden foram incríveis tanto considerando a quantidade como o seu alcance. Até mesmo alguém que passou anos escrevendo sobre os perigos da vigilância secreta americana, descobriu que a vastidão do sistema de espionagem era genuinamente chocante, sobretudo em razão de estar sendo implementada sem qualquer responsabilização, transparência ou limites” (GREENWALD, Glenn. *No place to hide: Edward Snowden, the NSA, and the U. S. Surveillance State*. New York: Macmillan, 2014, e-book, paginação irregular – tradução livre).

¹⁵⁴ A respeito, conferir: “É aqui que se encontra o dilema do whistleblower. Considerando as amedrontadoras e previsíveis consequências, qual a razão de um whistleblower como Snowden ou Silkwood pretenderia expor atividades ilegais, corrupção, negligência criminal e fraude?”

com sua pretensão a um monopólio do direito de repartição da realidade em conformidade com seus próprios parâmetros. De outro, o *whistleblower*¹⁵⁵ como espécie de anti-herói contemporâneo que corre o risco de ser associado tanto à figura do mártir, como a do grande criminoso (por vezes, ambos ao mesmo tempo). Em segundo plano, contudo, o caráter trágico está na própria dinâmica interna da pretensão por mais e melhor transparência, a qual contribui de forma peculiar para reforçar a repartição do espaço geopolítico em público e privado, segredo e não-segredo, oficial e o oficioso (i.e., aquilo mesmo que o *whistleblower*, em tese, combate).

A partir desse duplo elemento trágico, podem ser destacadas duas perplexidades. Primeiramente, importa reconhecer que, na batalha entre *whistleblowers* e governos nacionais, não é possível encontrar um vencedor. Afinal, na mesma medida em que o *whistleblower* coloca em jogo seu modo de vida e sua segurança em favor da revelação de uma “verdade secreta”, os governos nacionais minam sua própria legitimidade (pretensamente democrática e duvidosamente pró-transparência¹⁵⁶) porquanto combatem, com meios excessivamente repressivos, àqueles que pretendem simplesmente revelar uma faceta do cotidiano da governança praticada. Contra a crua revelação dos mecanismos internos do poder, os governos nacionais propõem uma versão edulcorada de si próprios (i.e., o paradigma do “*open government*”).

Em segundo plano, destaque-se que as partições mencionadas acima (entre público e privado, segredo e não-segredo, oficial e o oficioso), apresentam-se *a priori* como anacronismos. Deve ser pensado em que medida essas

(RASHKE, Richard. *The Whistleblower's Dilemma: Snowden, Silkwood, and their quest for the truth*. New York: Delphinium, 2015, e-book, paginação irregular – tradução livre).

¹⁵⁵ “Em 2013. O Quinto Estado, num filme da Dreamwords sobre o WikiLeaks, Daniel Brühl grita para Benedict Cumberbatch: ‘Não há organização. Somente há você’. (...) Apesar de a intenção ter sido a de lançar um j'accuse ao ego desproporcionalmente inchado de seu interlocutor, a frase de Brühl pode ser lida como um surpreendente ato de interpretação de um assunto premente e atual: que toda resistência parece ter sido atomizada ao nível do individual; que a associação política tradicional cessou de ser um contrapoder efetivo” (METAHAVEN. *op. cit.*, p. 32 – tradução livre).

¹⁵⁶ Com diagnóstico a ser devidamente analisado e temperado, sugerindo a existência de diferentes pretensões a respeito do que poderia vir a ser uma adequada política de transparência, conferir: “Na medida em que o FOIA [Freedom of Informations Act] exclui áreas do governo na qual faria a maior diferença – os segredos da política imperial – ‘governo aberto’ é em sua maior parte um engodo destinado aos cidadãos-empresários responsáveis por influir na condução do governo, mas não possui implicações políticas reais. Apesar disso, essa distinção não é costumeiramente feita pela maioria dos entusiastas por mais transparência; existem constantes tentativas de amálgama, reunindo diferentes e incompatíveis tipos de transparência, fazendo com que tudo signifique o mesmo, como se fosse suficiente” (*Idem*, p. 69 – tradução livre com complementação em colchetes).

oposições ainda são relevantes¹⁵⁷. Não basta tentar rebater um modelo ideal de espaço político, não importa quão original ou fundante, sobre o contexto contemporâneo como tentativa de compreender essa mesma realidade. A experiência com as novas mídias em questão é mais do que uma simples externalidade à tradição do pensamento político e filosófico.

Computação e Internet, desenhando campos ubíquos de luta, propiciam tanto a prática repressiva, como a libertária. Importa compreender como essas dinâmicas se processam, quais os limiares de desterritorialização/reterritorialização disponíveis e, enfim, quais articulações de poder podem ser desconstruídas, em favor de uma dinâmica emancipatória eficaz.

¹⁵⁷ A respeito, conferir a seguinte análise de Benjamin Bratton: “Resoluções constitucionais sobre privacidade e permissões de acesso parecem frágeis, tanto intelectualmente como estrategicamente, sem que se considere quais as melhores opções poderiam ser adotadas para uma outra política. Consideram as questões bioéticas envolvidas na recusa de um(a) usuário/pessoa/perfil de submeter seus dados clínicos a plataformas de vigilância holística biomédica e com isso causar danos ao serviço médico oferecido ao público que cada um de nós estamos inevitavelmente consumindo e secretando, ao mesmo tempo? Seria essa atitude semelhante à acrobacia idiótica, tão em voga atualmente, de negar vacinas? Considere de outra forma, em tais ambientes radicalmente transparentes, quando os sistemas e os indivíduos se tornam indistinguíveis uns dos outros, para não dizer redundantes? E se o design de um indistinguível da governança de outro, e assim por diante, a responsabilidade dos indivíduos humanos, como sujeitos e usuários de regimes digitais, é mesmo o modo mais viável de soberania a proteger?” (BRATTON, B. op. cit., p. 270 – tradução livre).

A GEOLOGIA DA “NUVEM” – A PASSAGEM DO CONTÍNUO PARA O DISCRETO

“»Rechnender Raum« nannte Konrad Zuse diesen Raum, in dem die Medien operieren, seitdem das Kontinuum der Physiker sich in diskrete zellulare Automaten aufgelöst habe. Wer kann seitdem noch den Raum der Passage von Raum des Zählens unterscheiden?”

(SIEGERT, Bernhard. *Passage des Digitalen: Zeichenpraktiken der neuzeitlichen Wissenschaften, 1500-1900*. Berlin: Brinkmann & Bose, 2003, p. 417)

3.1

A MÍDIA DETERMINA A SITUAÇÃO

A presente pesquisa é desenvolvida a partir de premissa simples. Com Friedrich Kittler, é importante assentar que *a mídia determina a situação*¹⁵⁸. Tal afirmação sugere a existência de um *a priori* técnico-tecnológico capaz de dirigir e determinar o espectro de possíveis (especialmente no que diz respeito aos níveis ontológico, epistêmico e político da questão), na medida em que institui seus próprios regimes de fluxo e de espacialização da matéria, forma, informação, forças, enfim, fazendo assim com que, de um lado, determinadas combinações tomem consistência (com suas ordens simbólica e imagética específicas), enquanto, de outro, certas virtualidades fluam inevitavelmente pelas vias do mais absoluto inconsciente, sem nunca perder a potência que lhes é própria.

A questão acerca desse *a priori* técnico-tecnológico, ao entronizar o tempo no pensamento, é *transcendental* no sentido formalmente kantiano do termo¹⁵⁹.

¹⁵⁸ Conferir trecho no original: “*Medien bestimmen unsere Lage, die (trotzdem oder deshalb) eine Beschreibung verdient*” (KITTLER, F. *Grammophon... op. cit.*, p. 03). Verdade que o texto alemão fala em “*Medien*”, ou seja, “as mídias”, no plural. Contudo, a tradução do termo por “mídia” é mais pertinente por denotar a existência de um substantivo coletivo e relativamente indeterminado, ou seja, de uma potencialidade em constante processo de individuação.

¹⁵⁹ “Foi isso que Kant viu profundamente, ao menos uma vez, na *Crítica da razão pura*: o desaparecimento simultâneo da teologia racional e da psicologia racional, a maneira pela qual a morte especulativa de Deus implica uma fratura do Eu [Je]. Se a maior iniciativa da filosofia transcendental consiste na introdução da forma do tempo no pensamento como tal, essa forma por seu turno, como forma pura e vazia, significa indissoluvelmente o Deus morto, o Eu [Je] fraturado e o eu [moi] passivo. É verdade que Kant não leva essa iniciativa a cabo: o Deus e o

Não se trata, contudo, simplesmente de perquirir a respeito das condições de possibilidade daquilo que “pode ser conhecido”, mas, talvez de forma mais profunda, de problematizar as condições de possibilidade do próprio “desejar”. Implica de certa forma buscar, no desejo mediado pela tecnologia, o *phylum* que percorre os seguintes exemplos: (a) o projeto de colonização das américas, por meio da *inquisitio*, estabelecido à luz do *a priori* midiático do “método de partidas dobradas” (método veneziano ou da *doppelte Buchhandlung*), como destaca Bernhard Siegert¹⁶⁰; (b) a introdução da guerra aérea (*Luftkrieg*) como elemento essencial à alteração estrutural do sentido da guerra em si enquanto guerra de aniquilação (*Vernichtungskrieg*)¹⁶¹, como descreve Carl Schmitt¹⁶²; ou (c) o fato de

Eu [Je] conhecem uma ressurreição prática (DELEUZE, Gilles. *Différence et Répétition*. Paris: PUF, 1969, p. 117 – tradução livre).

¹⁶⁰ “Três técnicas científicas elementares, que consideradas em si mesmo já estavam à disposição na Idade Média, são compiladas no Capítulo 41 da classificação real de Ovando: [a] a inquisitio, que compreendia tudo e todos e introduz o contingente no conhecimento, [b] a contabilidade comercial, para a qual o inventário corresponde apenas a uma breve etapa em meio à circulação sem fim, na qual somente a coisa pode sobretudo existir, [c] a lógica, cujos deslocamentos analíticos imprimidos sobre as coisas lhes aloca um local perfeitamente endereçável no conhecimento” (SIEGERT, B. *op. cit.*, p. 90 – tradução livre com complementação em colchetes).

¹⁶¹ “A guerra aérea autônoma, para a qual as armas e métodos das tradicionais guerras terrestres e marítimas não são adequadas, mas corresponde a um novo tipo de guerra, diferencia-se daqueles outros dois tipos, pois não imprime uma simples guerra de espólios [Beutekrieg], mas uma pura guerra de aniquilação [Vernichtungskrieg]” (SCHMITT, Carl. *Der Nomos der Erde: im Völkerrecht des Jus Publicum Europaeum*. 5. Aufl. Berlin: Duncker & Humblot, 2011, p. 294 – tradução livre com complementação em colchetes).

¹⁶² Schmitt é um dos autores mais citados neste capítulo. Inobstante a importância que tenha nas considerações que seguem, é necessário, com não menor força de razão, lembrar do alerta de Étienne Balibar a seu respeito. Com o perdão da longa citação: “E as lições de história, os alertas de chuva. Sabemos o que fazemos ao traduzir Schmitt ‘intensamente’? Ao comentá-lo, ao fazer com que os estudantes o leiam, ao discutir suas teses, ao buscar entre seus filosofemas (a ‘decisão’, a ‘soberania’, o ‘estado de exceção’, a ‘divisão amigo-inimigo’, a oposição da ‘legitimidade’ e da ‘legalidade’, o ‘poder constituinte’...) as premissas de uma nova elaboração do político, tratar-se-ia de uma intenção oposta às suas? Sabemos bem que Schmitt – ainda mais que Heidegger (que lhe fez ingressar no partido nacional-socialista) e de forma ainda mais eficaz que ele – aderiu com entusiasmo ao nazismo e se fez instrumento de sua legitimação no campo jurídico? Sabemos que, dentre suas funções acadêmicas e administrativas, ele foi um promotor zeloso da purificação? Sabemos que depois de 1933 ele justificou determinados crimes de Estado do novo regime em nome do direito e da capacidade superior do Führer de distinguir entre o amigo e o inimigo no interior do Reich? Sabemos que ele escreveu páginas de aberto antissemitismo, não somente antes, mas após 1945, naquilo que apresentou como uma mediação sobre o trágico da história, em meio ao qual teria provado as vicissitudes em seu espírito e seu corpo? Sabemos que ele não foi somente um ‘conservador’, um ‘tradicionalista’, um admirador do pensamento contrarrevolucionário, mas se engajou em construir uma posteridade espiritual e política a todos esses matizes que atravessam há mais de meio século as tentativas para arruinar a democracia, ou de assassiná-la, em relação com uma tradição neofascista que vai desde a Espanha franquista ao Chile de Pinochet, e desde ideólogos da ‘Nova Direita’ francesa até aqueles do Vlaamsblok, para quem é ainda considerado um dos pensadores mestres? Nós sabemos. E do fato de saber não se conclui, em todo caso eu não concluo que seria necessário se abster, pegar nos seus textos com pinças ou expurgá-los, mas ao contrário lê-los e relê-los, analisá-los, discuti-los. Mesmo o pior: o menos equívoco, o mais equívoco. Pois se trata de um dos pensamentos mais inventivos, mais provocantes, mais representativos do século XX. E é exatamente isso que é problemático. Ao fugir do problema, ao multiplicar as encantações dissuasivas, condenamo-nos no melhor dos casos à idiotice, ou, no pior, à impotência em meio aos encontros infelizes de uma história que – é preciso convir – ainda não terminou” (BALIBAR, Étienne. *Le Hobbes de Schmitt, le Schmitt de Hobbes*. In: SCHMITT,

o Rock n' Roll somente ter se tornado possível por meio da malversação de equipamentos militares no pós-guerra¹⁶³, como anunciado pelo próprio Kittler.

Dizer que o *a priori* midiático determina a situação implica afirmar que o *design* do mundo não é determinado ao mero acaso, mas impõe o *loop* infinito (*Endlosschleife*) da necessidade que o pressupõe. Desejo circuitado. Trata-se de condição de possibilidade, portanto, que age não tanto sobre uma matéria desforme perante a qual a forma pura incidiria externa e posteriormente para garantir ordem e sentido ao caos (conforme imagem sugerida pelo modelo hilemórfico)¹⁶⁴, mas como a própria forma informante de um processo absoluto, perante o qual as formas já e desde sempre disponíveis são continuamente determinadas.

O *a priori* midiático, ou, o que vem a ser o mesmo, o *a priori* técnico-tecnológico¹⁶⁵, equivale a um “sistema discursivo” (ou, mais propriamente, “de inscrição”)¹⁶⁶ responsável pela rede de técnicas de endereçamento (*Adressierung*), armazenamento (*Speicherung*), transmissão (*Übertragung*) e tratamento (*Verarbeitung*) de informação *tamquam* “dados”.

Carl. *Le Léviathan dans la doctrine de l'État de Thomas Hobbes: Sens et échec d'un symbole politique*. Seuil: Paris, 2002, p. 07/08 – tradução livre).

¹⁶³ “Assim que Chaplin, Mary Pickford, D. W. Griffith e outros, após a primeira guerra mundial, fundaram os eu United Artists, um magnata da indústria disse: ‘os lunáticos tomaram conta do asilo’. Assim que Lennon, Hendrix, Barrett e outros artistas inseridos no palco midiático instituído no pós-segunda guerra mundial gravaram suas músicas, ocorreu o mesmo. (...) As mídias de massa da interceptação, tais como o Rock, são formas de mobilização, i.e., exatamente o oposto do esfacelamento de que tratou Benjamin” (KITTLER, F. *Grammophon... op. cit.*, p. 170 – tradução livre).

¹⁶⁴ “Utilizar o esquema hilemórfico, corresponde a supor que o princípio de individuação se encontra na forma ou bem na matéria, mas não na relação entre ambos. O dualismo das substâncias – alma e corpo – é encontrado em forma germinal no esquema hilemórfico e podemos nos perguntar se esse dualismo surgiu, de fato, das técnicas” (SIMONDON, G. *L'individuation... op. cit.*, p. 50 – tradução livre).

¹⁶⁵ “(...) [A] técnica faz parte do mundo, ela não é somente um conjunto de meios, mas um conjunto de condicionamentos da ação e de incitações a agir; o utensílio ou o instrumento não possuem poder normativo simplesmente por encontrarem-se de maneira permanente à disposição do indivíduo; as redes técnicas ganham tanto mais poderes normativos, todavia, à medida que a ressonância interna da atividade humana é engrandecida por meio das realidades técnicas” (SIMONDON, G. *Du mode... op. cit.*, p. 302 – tradução livre).

¹⁶⁶ O termo “sistema discursivo” se deve a uma homenagem à tradição já assentada no que tange à obra de Fr. Kittler, considerando a tradução da obra alemã “*Aufschreibesysteme 1800-1900*” para o inglês como “*Discourse Networks 1800-1900*”. De fato, contudo, pensando numa tradução mais fiel, *Aufschreibesysteme* pode ser traduzido para “sistemas de inscrição”. Importa, inobstante, atentar para o que Kittler definiu como tal: “O termo sistema de inscrição, como Deus revelou ao conhecimento paranoico de seu presidente Schreber, pode também ser descrito como a rede de técnicas e instituições que permitem, a uma dada cultura, o endereçamento, o registro e a processamento de dados relevantes” (KITTLER, Friedrich. *Nachwort*. In: *Aufschreibesysteme... op. cit.*, p. 501 – tradução livre).

Por “técnico-tecnológico”, quer-se alertar para uma tensão interna do devir tanto da técnica, como da tecnologia¹⁶⁷. Trata-se de uma dimensão *agonística* que mantêm relacionados ambos os polos da equação. Essa tensão constitutiva, a despeito do atual discurso tecnocrático, é profundamente política, pois nem a técnica pode ser reduzida a um conhecimento plenamente seguro de si (i.e., a técnica não problematiza o mundo desde um “si mesmo”), nem o *tecno-logos* (i.e., a instituição ou o complexo técnico marcado pela relação *software/hardware*) encontra-se imediatamente à disposição dos não-iniciados. Desvelar essa dimensão agonística, portanto, é uma tarefa imposta no combate contra a alienação de que fala Simondon¹⁶⁸.

Se a premissa logocêntrica básica, de que fala Derrida, é a de que, na relação entre significante e significado, o significante (o arbitrário, o estrangeiro, o *simulacrum*) deve em algum momento desaparecer para dar lugar ao significado (o natural, interno, original), ou melhor, o significante deve obedecer a uma pretensão *de jure* segundo a qual os traços externos devem influir *de facto* o mínimo possível na compreensão do *proprium* da linguagem¹⁶⁹, as mídias, essas estruturas técnico-tecnológicas, atendem justamente ao pressuposto inverso, pois já se encontram *a priori* subtraídas do escrutínio, capazes de assim (e

¹⁶⁷ Isso, pois tratam de conceitos diferentes. A questão vai além da mera oposição entre teoria e prática. Trata-se mais de uma defasagem tanto entre práticas e instituições, como entre o atual e o virtual, mediada pelos processos de individuação e concretização técnicas a cada nova fase do desenvolvimento da relação do homem com o mundo. A respeito, conferir: SIMONDON, G. *Du mode... op. cit.*, p. 275 e ss.

¹⁶⁸ Simondon, de certa forma, relança o problema da alienação por outra via que não aquela dos desenvolvimentos de Marx e dos Marxistas. Importante destacar que Simondon não refuta diretamente a tese marxiana/marxista, mas desenvolve o tema em outra dimensão. Nesse sentido, conferir: “Trabalho e ação têm em comum a predominância de uma finalidade sobre a causalidade; em ambos os casos, o esforço é orientado em direção a um certo resultado a obter; o emprego dos meios é em uma situação de minoridade com relação ao resultado: o esquema de ação conta menos que o resultado dessa ação. No indivíduo técnico ocorre o contrário, esse desequilíbrio entre causa e finalidade desaparece; a máquina é exteriormente feita para obter um certo resultado; mas, quanto mais o objeto técnico se individualiza, mais essa finalidade externa se apaga em favor de uma certa coerência interna do funcionamento; o funcionamento é finalizado com relação a si próprio antes de o ser com relação ao mundo exterior. Tal é o automatismo da máquina, e tal é sua auto-regulação: há, ao nível das regulações, funcionamento, e não somente causalidade e finalidade; no funcionamento auto-regulado, toda causalidade possui um sentido de finalidade e toda finalidade possui um sentido de causalidade” (Idem, p. 167 – tradução livre).

¹⁶⁹ “O processo do signo é uma *Aufhebung*. Assim: ‘A intuição, ao passo em que é a priori e imediatamente um dado (ein Gegebenes) e uma espacialidade (ein Räumliches), recebe, na medida em que a utilizamos como signo, a determinação essencial de ser somente enquanto *aufgehobene* (quer dizer, tanto elevada, como suprimida, isto é relevada, no sentido segundo o qual podemos ser concomitantemente promovidos e dispensados de nossas funções, substituídos em uma espécie de promoção em razão do que sucede e toma o posto. Nesse sentido, o signo é a dispensa da intuição sensível-espacial). A inteligência é o negativo do signo” (DERRIDA, Jacques. *Marges. De la philosophie*. Paris: Minuit, 1972, p. 102 – tradução livre).

especialmente assim) exercer máxima eficácia sobre o *design* do mundo¹⁷⁰. De fato, a característica própria da mídia, no sentido transcendental de um *a priori* técnico-tecnológico, é a de se apresentar “transparente”¹⁷¹, implicando o paradoxo de um impensado, que todavia está ali. Está-se de frente, já e desde sempre, a um “ainda a ser” pensado. Há de se fazer questão da perquirição desses *traços*, dessas *cinzas*. As mídias dispensam toda autorização e, de fato, persistem para além da consciência. Como diria Derrida, “*il y a la Cendre*”¹⁷².

É preciso, inobstante e para tanto, levar às últimas consequências que “o *médium é a mensagem*”¹⁷³, para assim ser possível desenvolver toda uma filosofia consequente em face dessa condição. Levar às últimas consequências, todavia, implica tomar partido pela tese de Friedrich Kittler em contraposição àquela do próprio Marshall McLuhan, pois, enquanto para este, a mídia é uma extensão do homem, para aquele, a mídia é a medida de todas as coisas¹⁷⁴. Para tanto, contudo, se a mídia corresponde a um transcendental, não é possível deixar de tentar dar conta da experiência que aponta para o devir da própria mídia. Isto é, não se poderia deixar de apontar para a historicidade das condições midiáticas, condições essas que determinam os próprios modos de ser.

O *a priori* técnico-tecnológico, a despeito de sua condição transcendental, possui um devir que lhe é imanente. Há uma “processualidade” envolvida. Se,

¹⁷⁰ “Quanto mais complicada se tornar a técnica, então mais fácil’, i.e., mais esquecidos, ‘podemos viver’. Os discos giram e giram, até que a inscrição fonográfica também descambe para uma inscrição cerebral-fisiológica” (KITTLER, F. *Grammophon... op. cit.*, p. 126 – tradução livre).

¹⁷¹ “Esse fato, característico de toda mídia, significa que o conteúdo de qualquer médium é sempre um outro médium” (MCLUHAN, M. *op. cit.*, p. 08 – tradução livre).

¹⁷² A expressão possui um sentido próprio considerando a relação entre o artigo definido francês “la” e o adverbio de lugar, também francês, “là”. A tradução perfeita dessa confusão sonora não pode ser traduzida, inobstante, tenta-se remediar a situação dentro do possível. Para tanto, conferir: “O ‘Là’ se inscrevia com um acento grave: lá, há as cinzas, há, lá, as cinzas. Mas o acento, ainda que possa ser lido pelos olhos, não se ouve: há (lá) cinzas. Na escuta, o artigo definido, arrisca-se a tomar o lugar, a menção ou mesmo a memória do lugar, do advérbio... Mas para uma leitura muda, ocorre o inverso, o lá apaga o a, o a se apaga: ele próprio, ele mesmo, duas vezes e não somente uma” (DERRIDA, Jacques. *Feu la cendre*. Paris: Des Femmes-Antoinette Fouque, 1987, p. 07/08 – tradução livre).

¹⁷³ Cfr.: MCLUHAN, M. *op. cit.*, p. 07 e ss.

¹⁷⁴ Para uma análise panorâmica do tema, conferir: “As mídias, e não os homens, tornaram-se o parâmetro de todas as coisas – essa é a tese que segue Friedrich Kittler. ‘As mídias determinam nossa situação, que (apesar disso e por isso) merecem uma descrição’ (Kittler 1986, 3). Ele transpõe livremente uma etapa decisiva sobre a análise midiático-estética: a técnica da mídia ultrapassa tudo o que é humano e, tanto quanto os circuitos midiáticos normatizam tudo que se encontra a nossa disposição em termos de comunicação eletrônica, suas normas e standards atravessam ‘pessoas e órgãos dos sentidos’ (‘*Gleichschaltungen*’, Kittler 1998, 255). Pois as interfaces de usuário, i.e. aquelas partes ou superfícies do sistema midiático disponíveis à percepção humana, não são sabidamente tudo, mas servem não somente para enganar a percepção do sujeito, mas – como Kittler destaca, sempre utilizando tom suficientemente recheado de metáforas militares – de modo ‘a capturar o usuário civil em uma simulação opaca’ (Kittler 1993, 212)” (HARTMANN, Frank. *Techniktheorien der Medien*. In: WEBER, Stefan (Hrsg). *Theorien der Medien*. 2. Aufl. Konstanz: AVK, 2010, p. 59 – tradução livre).

então, a técnica deve ser concebida à luz da noção de processo e se, conseqüentemente, o próprio devir é condição de possibilidade do objeto técnico, como pensar uma “passagem” de uma era midiática para outra, tal como aqui se anuncia? Reconhecer a historicidade do transcendental apontaria para uma espécie de tautologia. Se, seguindo o fio condutor dessa tautologia, a passagem é condição de possibilidade da técnica, como não recair, ao tentar encontrar alguma solução para o impasse, no equívoco exatamente oposto de subjugar todo o campo transcendental ao Significante despótico que somente é capaz de permitir a indiferença vazia de sentido do Mesmo insípido? É importante perguntar, sob a ótica da teoria política, o que é implicado quando da afirmação e consolidação da hegemonia de uma nova era midiática? A *passagem* de uma para outra implica quais efeitos para as estruturas e a imagem do pensamento político? Tal *passagem* pressupõe quais condições de possibilidade?

A técnica não se desenvolve em saltos transcendentais¹⁷⁵. Sua evolução segue “passo a passo”, pelo que, em cada novo estágio, é pressuposta uma concretização e individuação de possíveis em desfavor de outros tantos que, todavia, podem muito simplesmente permanecer em estado de latência, aguardando para ganhar consistência quando a composição dos fatos for mais propícia. Conforme já adiantado, é preciso destacar que a gênese do objeto técnico pertence ao seu ser¹⁷⁶. Trata-se de uma *ontogênese*, portanto. É um “processo de processo”, processo imanente e que não encontra termo fixo. A evolução da técnica não advém ao objeto técnico de um espaço que lhe seja exterior, mas segundo as regras de convergência e adaptação de si, conforme estabelecido pela “ressonância interna” que caracteriza o *indivíduo técnico*¹⁷⁷.

¹⁷⁵ Aqui é preciso destacar a diferença conceitual entre “transcendental” e “transcendência”. Essa diferença será agenciada ao longo de todo o trabalho. Em questão está justamente a adequada relação entre a condição de possibilidade e a experiência possível. Enquanto o “transcendental” indica a temporalização do pensamento, daí as problematizações propriamente kantianas associadas ao *a priori* da experiência, a noção de “transcendência” sugere uma espécie de inversão na relação entre o “transcendental” e o “empírico”, fazendo com que a experiência possível seja desde já limitada por premissa tida como necessária e a-histórica, sem que se faça questão de quaisquer dessas condições. A diferença é importante, pois, na medida em que é possível afirmar um transcendental que se agencia positivamente com o plano de imanência, o mesmo, todavia, não pode ser dito da “transcendência”, que, a partir da perspectiva imanente, somente pode ser percebida como uma traição. Para uma melhor análise do problema, cfr.: DELEUZE, G. *Différence...* op. cit., pp. 169 e ss.

¹⁷⁶ “O objeto técnico é aquilo que não é anterior ao *deu devir*, mas presente a cada etapa desse *devir*; o objeto técnico uno é unidade de *devir*” (SIMONDON, G. *Du mode...* op. cit., p. 22/23 – tradução livre).

¹⁷⁷ “O ente técnico evolui por convergência e pela adaptação de si; ele se unifica interiormente segundo um princípio de ressonância interna” (*Idem*, p. 23 – tradução livre). Essa ressonância interna recebe também o nome de transdução, como em: SIMONDON, Gilbert. *L’individuation...* op. cit., p. 32.

A evolução da mídia, enquanto estrutura técnico-tecnológica, traça o mundo, necessariamente¹⁷⁸. É o estatuto dessa necessidade que não pode deixar de ser levado em conta. Na qualidade de *a priori* técnico-tecnológico, portanto, a mídia é responsável pela conformação de determinados regimes de espacialização e de distribuição dos possíveis. Essa estratificação da realidade obedece a determinadas dinâmicas de força, implicados na ancoragem da ação e do pensamento em certos pontos notáveis distribuídos em rede a partir dos quais a problemática política e social pode se desenvolver¹⁷⁹.

Assim, a mídia, considerando a universalidade do próprio conceito, é uma estrutura *nômica*¹⁸⁰, ou melhor, é um agente de repartição do espaço e regulação dos fluxos de matéria, forma, informação e forças (*Ortung und Ordnung*). O tema da articulação/espacialização efetuado a partir desse *a priori*, que articula tanto a distribuição do espaço, como dos possíveis, é completamente mediado pela exigência de construção de uma nova gramatologia dessas estruturas midiáticas¹⁸¹.

A mídia é responsável pela conformação do espaço, pela regulação das relações entre pontos singulares (ou figuras¹⁸²), ou melhor, pela criação de redes de redes (*networks*). Linhas, redes, planos e, ao final, pontos. O livro, como uma mídia tradicional, é uma rede de relações diferente do rádio, ou o cinema, por exemplo. A espacialização num e noutro caso, as articulações possíveis em cada

¹⁷⁸ Como lembra Kittler, ao citar Novalis: “Os acasos não são meros fatos singulares – o conjunto de acasos – i.e., sua incidência conjunta, não é, novamente, acaso, mas lei – sucesso de uma sabedoria profunda e planificadora” (KITTLER, F. *Grammophon... op. cit.*, p. 172 – tradução livre).

¹⁷⁹ “Uma mudança das técnicas compreende uma modificação daquilo que poderíamos denominar a constelação política do universo: os pontos-chave se deslocam na superfície do mundo; o carbono é menos importante em nossos dias que no dia seguinte à Grande Guerra; mas o petróleo é mais importante. Essas estruturas são mais estáveis que as estruturas econômicas e seus governantes: certas vias de passagem em direção a depósitos de minérios permaneceram estáveis mesmo depois das conquistas romanas, apesar do grande número de modificações econômicas” (SIMONDON, G. *Du mode... op. cit.*, p. 305 – tradução livre).

¹⁸⁰ O termo é empregado no sentido originalmente proposto por Schmitt: “Essa palavra, compreendida em seu sentido original e espacial, é mais adequada para trazer à consciência os fundamentais processos em si associativos de espacialização e ordenação” (SCHMITT, C. *Der Nomos... op. cit.*, p. 36 – tradução livre).

¹⁸¹ “Origem da experiência do espaço e do tempo, essa escritura da diferença, esse tecido do vestígio permite à diferença entre o espaço e o tempo de se articular, de aparecer como tal na unidade de uma experiência (de um ‘mesmo’ vivido a partir de um ‘mesmo’ corpo próprio). Essa articulação permite, assim, à maneira de um gráfico (‘visual’ ou ‘tátil’, ‘temporal’). Trata-se da possibilidade primeira dessa articulação da qual se deve partir. A diferença é articulação” (DERRIDA, Jacques. *De la grammatologie... op. cit.*, p. 96 – tradução livre).

¹⁸² “Tais não-signos que entram como partes de signos num sistema de signos serão denominados figuras, denominação puramente operacional que é cômodo introduzir. A linguagem, portanto, é tal que a partir de um número limitado de figuras, que podem sempre formar novos arranjos, pode construir u número ilimitado de signos” (HJELMSLEV, Louis. *Prolégomènes à une Théorie du Langage*. Paris: Minuit, 2017, p. 64 – tradução livre).

hipótese, são bem diferentes e tal consideração não pode ser entendida como uma simples realidade indiferente. Tanto o livro, como o rádio e o cinema são mediados por uma diferença entre signo (*Zeichen*) e sinal (*Signal*), contudo, diverso é o modo como cada qual exerce uma dada função atribuída (e podem ser muitas).

Parte-se da singular premissa indicada acima para pensar a passagem do suporte analógico para o digital, a digitalização dos corpos e agências, com seus efeitos sobre a atualidade do Estado de vigilância generalizado. Propõe-se a crítica desde a dimensão *nômica* da mídia e, em especial, do suporte técnico-tecnológico digital do arquivo digital que fundamenta a Internet, esse arquivo ubíquo, cujo desenho teórico desenvolvido servirá para problematizar o *design* geopolítico da atualidade.

A evolução técnico-tecnológica do *a priori* midiático permite compreender as razões de Carl Schmitt afirmar a natureza telúrica de determinados povos, em comparação à natureza talássica de outros¹⁸³. Tais elementos (terra e mar) não são simples e estáticos dados geográficos, mas condições de possibilidade de determinados “modos de existência” intimamente ligados às virtualidades de cada médium¹⁸⁴. Ora, até mesmo os marcos geográficos podem se articular com determinadas estratégias e finalidades e constituir um complexo técnico-tecnológico (i.e., uma mídia) importante, responsável pela compreensão e conformação (i.e., pelo *design*) do mundo¹⁸⁵.

¹⁸³ “Importantes pesquisadores descobriram que, ao lado dos ‘autóctones’, i.e., daqueles povos nascidos na terra, também existiram os ‘auto-talássicos’, i.e. aqueles povos puramente determinados pelos mares, que jamais foram telúricos e nada quiseram saber da terra firme para além de concebê-la como fronteira para a sua pura existência marítima. (...) A esses povos, nossas concepções de espaço e tempo, acostumados que estamos à terra firme, são tão estranhas e incompreensíveis como, inversamente, para nós, homens da terra, o mundo daqueles homens puramente marítimos significa um outro mundo inapreensível” (SCHMITT, Carl. *Land und Meer: eine weltgeschichtliche Betrachtung*. 7. Aufl. Stuttgart: Klett-Cotta, 2011, p. 10 – tradução livre).

¹⁸⁴ “Os ‘elementos’ terra e mar, dos quais este discurso pretende dar conta na sequência, devem ser compreendidos não tanto como grandezas mensuráveis pelas ciências da natureza. (...) As determinações que deles decorrem, em especial as formas de existência espiritual relacionadas à terra e ao mar não operam de forma simplesmente mecânica e inevitável. Se o homem não fosse nada além de um ente a todo instante determinado pelo seu ambiente, então ele seria, assim, um animal terrestre, ou um peixe, ou um pássaro, ou uma mistura fantástica dessas determinações elementares” (Idem, p. 13 – tradução livre).

¹⁸⁵ A título de mero exemplo da relação entre mídia, como *a priori* técnico-tecnológico, e sua função *nômica* responsável por distribuir o espaço e os possíveis, pode ser encontrado algum direcionamento em Simondon, quem traz o exemplo das técnicas de caça primitivas, como as que consistem em simplesmente encurralar as presas, lançá-las de falésias, dirigi-las até armadilhas montadas, enfim. A respeito, conferir: “Uma das técnicas primitivas de caça como aquela que consiste a abater contra as falésias e a assustar os animais, ou a conduzi-los em direção a armadilhas, em direção a um rio, implica uma utilização de configurações naturais com pouquíssimas modificações e o manejo de um pequeno número de objetos ou de ações acessórias. O essencial da técnica reside inicialmente no método mais que no seu objeto, para

Na continuidade do presente capítulo, serão desenvolvidas algumas notas relativas à passagem do suporte analógico para o digital, tendo por tema os planos identificados por Carl Schmitt (terra, mar e ar), em comparação com a tese de Benjamin Bratton acerca da constituição de um novo regime *nômico*, denominado por ele de o “*nomos da nuvem*”¹⁸⁶, i.e., um espaço não-euclidiano (hiperbólico) de ação, cujo suporte midiático é constituído por uma computação de segunda ordem capaz de construir uma axiomática tão saturada quanto a própria “realidade” (o termo aqui é utilizado no sentido vulgar, opondo real e virtual).

3.2

TERRA, MAR, AR... E A “NUVEM” – “SOMOS TODOS HOLANDESES VOADORES”

Nenhuma passagem midiática pode ocorrer num estalar de dedos¹⁸⁷. A denominada “passagem” de uma era midiática para outra, como nota de certo sentido de progresso, representa muito mais *uma impressão dos processos históricos* (no duplo sentido tanto da palavra impressão¹⁸⁸, como do genitivo), do

a caça, para a agricultura, para a criação, para a viagem” (SIMONDON, Gilbert. *L'invention dans les techniques: Cours et Conférences*. Paris: Seuil, 2005, p. 86 – tradução livre).

¹⁸⁶ Bratton disponibiliza um glossário dos termos que utiliza, que pode ser útil neste momento inicial. A respeito do termo “*nomos of the cloud*”, Bratton define: “*Na medida em que a geografia da nuvem gira desde um mapa bidimensional em direção a um vertical, uma pilha seccional, sua topografia é desenhada pela multiplicação e superimposição de camadas de pretensão soberana por cima de um mesmo local, pessoa ou evento. Os micro-enclaves que são criados são exclusivos de forma variada ou inexclusivos, uma colcha de retalhos pixelada, constituída de interiores parciais sem continuidade. Nenhuma distinção operativa entre terra e água, entre a infraestrutura da nuvem e a interatividade da nuvem como cartografada por meio de algum espectro que para do tangível em direção ao virtual, já chegou a se consolidar em uma ordem estável no sentido que Schmitt caracterizou o nomos dos modernos Estados europeus. A espacialidade das redes do Stack e sua contínua ocupação, sedimentação e composição doutrinária, sobrepõe incommensuráveis formas físicas e geográficas sem qualquer plano-mestre e, de acordo com isso, nenhum nomos da Nuvem precisa (ou é necessário) emergir*” (BRATTON, B. op. cit., p. 374 – tradução livre).

¹⁸⁷ “*A evolução específica dos objetos técnicos não se faz de maneira absolutamente contínua. (...) O objeto técnico, produzido de um trabalho abstrato de organização de subconjuntos, é o teatro de um certo número de relações de causalidade recíproca. (...) É nas incompatibilidades nascentes da saturação progressiva do sistema de subconjuntos que reside o jogo de limites desde os quais a transposição constitui um progresso*” (SIMONDON, G. *Du mode...* op. cit., p. 31/32 – tradução livre).

¹⁸⁸ “*O léxico freudiano aqui, de fato, acentua a ‘impressão’ como uma certa tecnologia de arquivização (Eindruck, Druck, drücken), mas somente de modo a simular um cálculo econômico equivocado. Freud nos confia também a ‘impressão’ (Empfindung), como o sentimento inspirado*

que a revelação de uma essência qualquer desses mesmos processos. Nessa condição, a “passagem” é imagem projetada *a posteriori* sobre um curso de eventos mais ou menos homogêneos entre si, que ganha novo estatuto somente quando o processo histórico já se tornou ele próprio irreversível.

A passagem de que se quer tratar aqui possui um contexto bem característico. Em meio (a) à virada do mundo analógico para a tecnologia digital, i.e., à transição do substrato midiático ancorado no contínuo, para um outro, ancorado na produção de séries descontínuas, e (b) à passagem do espectro do visível e do audível, em direção às frequências que estão muito além da capacidade de percepção humana, surge toda uma preocupação com o médium pressuposto pelo campo de relações que vincula cada ponto singular a qualquer outro. A passagem para o digital corresponde à consumação de um movimento inevitável em direção do sem-sentido (*des Unsinn*) e do inconsciente (*des Unbewusstes*), para além dos limiares dos sentidos humanos¹⁸⁹. Ao mesmo tempo, curiosamente, a própria mídia deixa de corresponder a uma estrutura diáfana, dotada de transparência e leveza, para ganhar espessura e peso, de modo que sua função deixa de ser meramente representativa e secundária, para se tornar garantia da própria realidade¹⁹⁰.

Não à toa, é possível partir da teoria da mídia implicada na obra de Carl Schmitt como denotativa da passagem que aqui se trata de analisar. Se em 1942 é lançado *Terra e Mar*, e em 1950, *O Nomos da Terra*, Schmitt reconhece em 1984, ao final de sua vida, em breve momento de lucidez, a fissura do sujeito cartesiano e a importância estratégica das denominadas intensidades e agenciamentos maquínicos (frequências, amplitudes, indução, *feedback* positivo

por esse excessivo e em última instância gratuito investimento em um arquivo que talvez se apresente como inútil” (DERRIDA, J. *Archive...* op. cit., p. 08 – tradução livre).

¹⁸⁹ “‘O mundo dos sons’, segue a teoria do rádio de Cocteu, ‘é enriquecido por meio do mundo ainda desconhecido do ultrassom. Nos experimentaremos, que os peixes gritam, que os mares estão cheios de ruídos, e saberemos, que o vazio é habitado por espíritos realistas, em cujos olhos nós também somos espíritos” (KITTLER, F. *Grammophon...* op. cit., p. 153 – tradução livre).

¹⁹⁰ “As mídias, em contraposição às artes, não são limitadas a trabalhar com as grades do simbólico. Elas reconstroem corpos, quer dizer, não somente um sistema de palavras ou cores ou intervalos de tons. As mídias, e primeiramente elas, preenchem a ‘pretensiosa exigência’ que nós (segundo Rudolf Arnheim), desde a criação da fotografia, impomos à ‘reprodução’: ‘Ela deve não somente ser semelhante aos objetos, mas também conferir a garantia para essa semelhança, de modo que ela seja, por assim dizer, uma testemunha do próprio objeto, i.e., que o objeto advenha, mecanicamente, desse testemunho – como um objeto que imprime a realidade de sua imagem no plano da fotografia ao ser iluminado’ ou como a curva de frequência de sons que inscrevem as suas formas ondulares no disco fonográfico” (*Idem*, p. 21 – tradução livre).

e negativo, *relais*, enfim) em face da revolução espacial propiciada pelas ondas eletrônicas e eletromagnéticas¹⁹¹.

Conforme destaca Bernhard Siegert, “*como o autor de Terra e Mar sabia bem, o oceano sempre representou uma ‘amarga vizinhança’ para a ordem da polis. Para os habitantes do oceano das ondas de éter, porém, não se pode falar de vizinhança, mas de penetração e destruição*”¹⁹². Com a passagem para a *Signal Intelligence*, o sujeito cartesiano, definido a partir de um ponto egóico que sabe a si mesmo na medida em que se põe a pensar, é fissurado em seu núcleo duro. Afinal, “*é o cérebro que pensa e não o homem*”, como disseram Deleuze e Guattari¹⁹³.

A tese schmittiana é articulada e elegante e aqui é importante repassá-la naquilo que atende aos interesses do presente estudo, ainda que rapidamente. Para Schmitt, o direito não possui simplesmente uma existência simbólica, afeta à ordem das abstrações jurídicas ou das afirmações moralistas sobre o caráter deôntico da lei e da justiça. Conforme essa concepção, a origem do direito é inclusive mais prosaica do que a tese contratualista poderia fazer crer, pois entende-se que o ordenamento é ancorado por sobre dinâmicas de apropriação, territorialização e espacialização e não o inverso. A propriedade, para Schmitt, não surge com a constituição da ordem jurídica, já que é a apropriação que inaugura toda e qualquer ordem. Em suma, o direito encontra sua origem e significado em meio à capacidade de apropriação e funcionalização do espaço. No âmbito telúrico, Schmitt é capaz de identificar uma ordem de relação entre o ordenamento (*Ordnung*) e a espacialização (*Ortung*). Seja sob a forma dos frutos do trabalho realizado, seja como fronteira estabelecida, ou ainda como marca da ordem pública, os traços da espacialização sobre a terra¹⁹⁴ implicam a origem do

¹⁹¹ “O cartesiano, o sujeito perspectivamente ordenador do espaço se dissolve no império das ondas de rádio. Ao fim de sua vida, no natal de 1984, o esclerosado Schmitt, em um minuto de luz, disse aquilo que precisava ser dito: ‘Após a primeira guerra mundial eu disse: ‘Soberano é aquele que decide a respeito do estado de exceção’. Após a segunda guerra mundial, ao encarar minha morte, digo agora: ‘Soberano é aquele que dispõe sobre as ondas do espaço’” (SIEGERT, B. op. cit., p. 399/400 – tradução livre).

¹⁹² Tradução livre. No original: “*Das Meer hat für die Ordnung der Polis ja schon immer eine »bittere Nachbarschaft« dargestellt, das wußte der Autor von Land und Meer nur zu gut. Von Nachbarschaft kann indes für Anwohner des Ozeans der Ätherwellen nicht mehr die Rede sein. Jetzt geht es um Durchdringung und Zerstörung*” (Idem, p. 399).

¹⁹³ “*É o cérebro que pensa e não o homem, o homem é somente uma cristalização cerebral. (...) É o cérebro que diz Eu [Je], mas o Eu é um outro*” (DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Qu'est-ce que c'est la philosophie?* Paris: Minuit, 1991, p. 210/211 – tradução livre com complementação em colchetes).

¹⁹⁴ “*A linguagem é uma estrutura – um sistema de oposição de lugares e valores – e uma estrutura orientada. Dizemos antes, de forma quase jocosa, que sua orientação é uma desorientação. Podemos dizer uma polarização. A orientação confere a direção do movimento a relação a sua origem como a seu oriente. (...) [A] língua gira, se podemos dizer, como a terra. (...) A divisão de*

direito¹⁹⁵. Noções como propriedade e retribuição (*suum cuique tribuere*), a definição dos espaços sacros, daqueles outros espaços da família, espaços públicos, espaços comunitários, espaços privados, enfim, a espacialização da terra (i.e., a constituição de uma geografia) é possível na medida em que, entre discurso e instituições, é estabelecido não uma simples relação de inferência, mas uma conexão íntima e profunda¹⁹⁶.

Em oposição a essa ordem de sentido e de diferenciação (Deleuze e Guattari diriam, de “estriamento”¹⁹⁷), Schmitt opõe a condição do mar como espaço liso e indiferenciado. No mar não é possível definir campos ou delinear linhas claras, pois “sobre as ondas não há nada além de ondas”¹⁹⁸. No contexto dessa oposição, Schmitt identifica essa ordem *nômica* como sendo a de um embate feroz entre o elemento telúrico e o talássico, entre Behemoth e Leviathan¹⁹⁹.

O mar, segundo a perspectiva de Schmitt representa tanto uma fronteira aberta à curiosidade humana, como o alerta dos riscos associados a essa mesma

línguas, a partilha, na formação das línguas, entre os sistemas voltados para o norte e os sistemas voltados ao sul, esse limite interior marca desde já a língua em geral e cada língua particular” (DERRIDA, J. *De la grammatologie...* op. cit., p. 309/310 – tradução livre).

¹⁹⁵ “A terra é denominada pela linguagem mística como a mãe do direito. Isso aponta para uma origem trina do direito e da justiça. (...) Assim a terra é de três formas vinculada ao direito. Ela o acolhe em si, como gratificação pelo trabalho; ela aponta para ele em si, por meio das fronteiras fixas; e ela o conduz, como marca pública da ordem. O direito é telúrico e dirigido à terra. Isso é exatamente o que o poeta quer dizer, quando ele fala da justíssima terra e afirma: justissima tellus” (SCHMITT, C. *Der Nomos...* op. cit., p. 13 – tradução livre).

¹⁹⁶ Simondon relacionaria essa relação como pertencente ao modo “mágico”. Nesse sentido: “O universo mágico já é estruturado, mas segundo um modo anterior à segregação do objeto e do sujeito; esse modo primitivo de estruturação é aquele que distingue entre figura e fundo, marcando os pontos-chave no universo” (SIMONDON, G. *Du mode...* op. cit., p. 227/228 – tradução livre).

¹⁹⁷ Deleuze e Guattari trabalham as categorias fundamentais de “liso” e “estriado”. Para tanto, conferir: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mille...* op. cit., pp. 592 e ss). Em uma primeira ordem de compreensão, é preciso destacar que o espaço liso é um espaço não “marcado” e sem referente fixo, trata-se de espaço cheio de virtualidade, expressão da potência de um “ainda não diferenciado”. Deleuze e Guattari denominam o espaço liso de espaço “nômade”, espaço da “máquina de guerra”. Em contraponto, mas só nesse primeiro momento, em face do espaço liso, há o “estriado”, como modo e *locus* do Estado e de seus aparelhos. O espaço estriado é espaço marcado, devidamente referenciado, que já encontrou alguma medida de orientação (cima/baixo, direita/esquerda, posterior/anterior, enfim). De fato, contudo, para além da oposição superficial, um não se define sem o outro, de modo a se falar numa linha intensiva que percorre o polo liso até o polo estriado e vice-versa. É possível alisar o espaço estriado e estriar o espaço liso, sendo que essas são as estratégias, respectivamente de nômades e dos aparelhos de captura.

¹⁹⁸ “Sobre as ondas, tudo são ondas” (SCHMITT, C. *Der Nomos...* op. cit., p. 13 – tradução livre).

¹⁹⁹ “A história mundial é uma história da luta entre potências marítimas contra as terrestres e das terrestres, contra as marítimas. (...) Segundo o significado medieval cabalista, a história mundial corresponde a uma luta entre uma baleia poderosa, o Leviathan, e o igualmente forte animal de terra-firme, o Behemoth, que pode ser representado como um touro ou elefante” (SCHMITT, C. *Land...* op. cit., p. 16 – tradução livre).

curiosidade existencial²⁰⁰⁻²⁰¹. O mar, portanto, não está *a priori* sujeito a uma apropriação por parte de quem quer que seja, ou ao menos não se sujeita a uma apropriação semelhante à que ocorre em terra firme. Se Schmitt reconhece que certos povos da antiguidade pertencem ao âmbito talássico, na verdade não se está falando de uma apropriação do espaço liso. No contexto do estado técnico-tecnológico da antiguidade, não é possível “capturar” o mar. O elemento talássico não se oferece, *a priori*, à apropriação do Estado, razão pela qual, os povos ditos “talássicos” da antiguidade não são responsáveis pelo estriamento do mar²⁰². Trata-se mais propriamente de um “elemento”, um “médium” que como tal é tão evidente a ponto de não ser sequer percebido.

Em meio a essa (o)posição original, porém, Schmitt identifica uma espécie de transição que possibilitou a conquista do elemento marinho propriamente dito. Tal transição não foi processada sem uma determinante revolução técnico-tecnológica (e, portanto, midiática)²⁰³. O período coberto por Schmitt é o de mudanças técnico-tecnológicas e de mudanças políticas que redundaram na conformação do novo “*nomos da terra*”, com a constituição do denominado *Jus Publicum Europaeum*²⁰⁴. Schmitt destaca a importância de holandeses

²⁰⁰ “É digno de nota que o homem, quando se encontra na costa, naturalmente encara o mar desde a terra e não o contrário, do mar em direção à terra. No fundo, a água e o mar, essas misteriosas fontes de toda a vida, são lembranças geralmente inconscientes do homem” (Idem, p. 09 – tradução livre).

²⁰¹ Importa considerar a influência da obra de Blumenberg sobre a análise de Schmitt. Assim, considerar os trechos iniciais do livro clássico de Blumenberg: “O homem conduz sua vida e erige instituições na terra firme. Esse homem busca apreender o movimento de sua existência como um todo sobretudo a partir da imagem metafórica da arriscada viagem marítima. O repertório da metáfora náutica existencial é bastante rico. Existem costas e ilhas, portos e alto-mar, recifes e tempestades, o raso e a falta de vento, velas e remos, navegadores e ancoradouros, bússolas e navegação astronômica, faróis e pilotos. As representações dos riscos geralmente se utilizam da imagem do alto-mar, ao passo que aquelas de bem-estar e calma, da segurança e animação dos portos onde as viagens náuticas devem terminar. Somente quando se chega ao ponto de excluir a necessidade de se atingir a um fim determinado, como fazem cétricos e epicuristas, é possível assumir a falta de vento como uma visão da pura felicidade” (BLUMENBERG, Hans. *Schiffbruch mit Zuschauer: Paradigma einer Daseinsmetapher*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1979, p. 09 – tradução livre).

²⁰² “O mar não possui caráter no sentido original da palavra caráter, que deriva da palavra grega *charassein*, i.e., gravar, esculpir, selar. O mar é livre. Isso significa, segundo o novo direito dos povos, que o mar não é terreno Estatal e que está à disposição, igualmente, para três tipos de atividades humanas, quais sejam: a pescaria, a navegação pacífica e para a guerra” (SCHMITT, C. *Der Nomos...* op. cit., p. 13/14 – tradução livre).

²⁰³ “Nesse período de transição ocorre uma importante novidade técnica. Também aqui os holandeses estão à frente dos demais. Eles foram, em torno de 1600, os incontestes mestres da construção náutica. Criaram a nova técnica das velas e os novos tipos de barcos à vela, que dispensavam os remos, adequados ao desbravamento correspondente dos oceanos e à navegação” (SCHMITT, C. *Land...* op. cit., p. 36 – tradução livre).

²⁰⁴ “Na perspectiva do *Jus Publicum Europaeum*, todas as terras go globo ou são terrenos de Estados europeus ou assemelhados a esses, ou ainda representam terras ocupáveis, i.e., territórios estatais ou colônias em potencial. (...). O mar permanece fora de qualquer ordenação espacial semelhante. Não é nem terreno estatal, nem colonial, nem terra ocupável. O mar está livre de toda forma de determinação espacial por parte dos Estados. A terra firme é distribuída

(desenvolveram a vela quadrada), italianos (inventores da bússola e responsáveis por importante evolução técnica no desenho de cartas náuticas), portugueses e espanhóis (desbravadores dos mares no início do século XIV) e, somente ao final do processo transicional, de franceses e ingleses (esses últimos, em especial, responsáveis pelo estabelecimento de um feedback infinito entre as mídias disponíveis e a tecnologia da navegação, como será analisado abaixo)²⁰⁵.

Foi preciso que o estatuto do mar fosse alterado para que o espaço liso pudesse ser estriado e apropriado (i.e., *capturado* pelo Estado). O mar, ao deixar de ser limite absoluto para se tornar limiar de uma outra forma de existência possível, i.e., ao se tornar passível de registro e estriamento, deixa de ser símbolo de uma intransponível origem para simbolizar a possibilidade do mais absoluto processo entrópico²⁰⁶. Contra essa ameaça, justifica-se a necessidade de inventariar minuciosamente as riquezas apropriadas pelas grandes potências náuticas, permitindo a instituição de um modo de administração todo vinculado às formas burocráticas de contabilização daquilo que existe²⁰⁷. O novo mundo é um delírio dessa utopia burocrática²⁰⁸ e, com Bernhard Siegert, é possível afirmar simbólica e ironicamente: “*A Prússia refuta Platão*”²⁰⁹.

O modelo de administração que surge daí imprime a imagem de um “arquivo do mundo”, conforme a dinâmica da *Casa de la Contratación* espanhola, de modo que a cada significante arquivado no velho mundo deve corresponder um significado específico no novo mundo²¹⁰. Trata-se de permitir, por meio de tabelas desenvolvidas pelos mais importantes cosmógrafos da época²¹¹, a

por meio de claras linhas de fronteiras entre territórios estatais e reinados. O mar não conhece outra fronteira que não a costa” (SCHMITT, C. *Der Nomos...* op. cit., p. 143 – tradução livre).

²⁰⁵ SCHMITT, C. *Land...* op. cit., p. 38/39.

²⁰⁶ “Cuidar dos registros é lutar contra a entropia” (SIEGERT, B. op. cit., p. 79 – tradução livre).

²⁰⁷ “Quando aquilo que existe, somente existe à medida em que é registrado, então saber aquilo que é muito dificilmente pode ser distinguido do contar” (*Idem*, p. 65 – tradução livre).

²⁰⁸ “A própria América somente pôde aparecer enquanto resultado de mediação e cálculo, advindos do nada. Se a América enquanto tal foi uma consequência do cálculo, então as apropriações de terra que se seguiram, segundo ‘descobertas’ mais ou menos fortuitas, também somente foram possíveis por meio de medições e cartografias. Não somente as riquezas e o exótico escondido são dados, mas o seu próprio ‘onde’, o seu lugar em um terreno plano, é um dado. No lugar da geografia pré-estabelecida dos velhos impérios surge, no caso do Novo Mundo, um espaço geográfico recheado de dados como resultado de medições práticas, um espaço preenchido por dados que, ao mesmo tempo, condicionam toda forma de registro desses dados” (*Ibidem*, p. 69 – tradução livre).

²⁰⁹ Tradução livre. No original: “*Preußen widerlegt Platon*” (*Ibidem*, p. 66).

²¹⁰ “De modo que nada seja no Novo Mundo que não corresponde a um efetivo referente: não há engodo, não há ficção” (*Ibidem*, p. 73 – tradução livre).

²¹¹ “Os registros tabelares disponíveis podem ser considerados vínculos e articulações entre dois campos de atividades dos cosmógrafos: entre a tarefa de apreender os mares, ilhas e rios ‘de las Indias’ com graus de latitude e longitude por meio de tabelas, de modo a transpor esses

inscrição de todos os dados nos arquivos do velho mundo de forma profunda e constante²¹². A preservação do novo mundo se faz pela inscrição de dados nos arquivos do reino, de forma que todos os elementos do mundo a desbravar devem ter entrada devidamente contabilizada e seu específico endereço deve constar dos arquivos pertinentes²¹³. Há uma mudança na relação entre as palavras e as coisas na medida em que a realidade das Américas passa a ser integralmente transposta para os arquivos, permitindo a quem nunca pisou no novo mundo “*la entera noticia de las cosas*”²¹⁴. A apropriação do mar se dá conjuntamente à construção da axiomática capitalista²¹⁵ em um duplo movimento de desterritorialização²¹⁶.

É justamente nesse contexto que os novos termos da relação entre Terra e Mar são estabelecidos²¹⁷. Ademais, foi preciso que essa alteração tivesse curso para que a moderna ideia de Estado-Nação se tornasse possível²¹⁸. O novo *nomos* da terra, i.e., o *Jus Publicum Europaeum* (como denomina Schmitt), como

dados no ‘*designio e pintura*’, e aquele dever previsto no §121 das Ordenanzas, de compilar em livros as rotas entre a Espanha e as Américas, i.e., entre as diferentes partes das Américas: ‘*Otrosi, el dicho cosmographo colija y recopile en libro, todas la derrotas, nauegaciones, y viages que ay destos reynos a las partes de las Indias, y enellas de vnas partes a otras [...]*’ (Ibidem, p. 82 – tradução livre).

²¹² “A representação do Novo Mundo não deve ser somente analítica, mas também constante” (Ibidem, p. 88 – tradução livre).

²¹³ “Conhecimento do território se torna a própria produção do território. A existência da América tem o papel como fundamento” (Ibidem, p. 78 – tradução livre).

²¹⁴ “Talvez em nenhum outro lugar [fora o ‘título general de las descripciones’, elaborado por Juan de Ovando] seja tão perceptível que o moderno Estado então instaurado foi agenciado por um desejo inquieto por uma ‘entera noticia de las cosas’, i.e. um conhecimento tão completo como impossível, uma paixão inquisitorial que se manteve em movimento e cresceu desde uma inesgotável falta ontológica. A paixão pela burocracia pode bem ser uma paixão do melancólico, não obstante ela conhece seus momentos de êxtase” (Ibidem, p. 86/87 – tradução livre com complementação em colchetes).

²¹⁵ “O birô do comerciante, a partir do qual se fundamentou o modelo da Casa de la Contratación, define com seu sistema de inscrição o plano de Ovando em uma inquisitivo permanente e onipresente” (Ibidem, p. 89 – tradução livre).

²¹⁶ “[O] capitalismo não é territorial, nem mesmo em seu estado inicial: sua potência de desterritorialização consiste em tomar por objeto, não a terra propriamente dita, mas o ‘trabalho materializado’, a mercadoria” (DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mille... op. cit.*, p. 567 – tradução livre).

²¹⁷ “Pela primeira vez na história da humanidade a contraposição entre terra e mar se tornou o pano de fundo mundialmente compreensivo de um direito das gentes global. Agora, trata-se não mais de uma bacia marítima, como na Idade Média, o mar adriático ou o mar báltico, mas envolve todo o globo geograficamente mensurado, incluído todos os oceanos. Essa nova contraposição completamente nova entre terra e mar determina a imagem geral de um *jus publicum Europaeum*, i.e., o de uma Europa que descobre e se propõe a conhecer científica e geograficamente a terra, procurando estender seu *nomos* a todos os cantos do globo” (SCHMITT, C. *Der Nomos... op. cit.*, p. 144 – tradução livre).

²¹⁸ “O Estado moderno é uma construção, que está associada à criação da possibilidade de perder as coisas de uma forma catastrófica, quer dizer que a existência do Estado propriamente considerada está em questão. O Estado é uma construção, que é precedido do discurso de sua extinção; ele é uma ruína e o é desde sempre” (SIEGERT, B. *op. cit.*, p. 66 – tradução livre).

o espaço de equilíbrio entre Estados-Nação no âmbito europeu e de hobbesiana liberdade no espaço marítimo é constituído a partir de todo esse *a priori* midiático. A apropriação de terras por meio das empreitadas de colonização se dá tanto no nível Real como no nível Simbólico e Imagético, de modo a permitir Siegert afirmar que o “*império espanhol se confundia com a descrição (tanto no sentido processual como objetivo) do império espanhol*”²¹⁹.

A evolução histórica do *Jus Publicum Europeaum* permite afirmar que a ascensão da Inglaterra no cenário mundial pós-Século XVII representa uma mudança de base midiática do saber-poder disponível. Uma passagem de limiar na concepção do próprio instrumento, que, de mero auxiliar no processo da *inquisitio*, torna-se, ele próprio, um objeto de conhecimento²²⁰. Schmitt destaca esse período histórico como sendo aquele da “*transição da Inglaterra em direção a sua existência marítima*”²²¹, que também pressupõe necessariamente uma importante passagem do ponto de vista da técnica. Isso pois os instrumentos criados pelos cosmógrafos espanhóis são apropriados pelos ingleses que transformam o escritório (*Büro*) em laboratório (*Labor*). Ou melhor, os ingleses promovem uma verdadeira reviravolta de perspectiva para focar seus interesses não tanto na descoberta e produção de um inventário do novo mundo, mas na curiosidade dos instrumentos que produzem dados sobre si próprios. Schmitt destaca essa mudança de perspectiva como algo que só poderia ocorrer na ilha e que de certa forma serviu como condição de possibilidade para a “*desterritorialização*” (*Entortung*) da técnica moderna²²². Para a perspectiva inaugurada pelos pesquisadores ingleses da *Royal Society*, a bússola, por exemplo, bem além de um singelo instrumento de navegação, torna-se um modelo

²¹⁹ Tradução livre. No original: “*Das spanische Reich wäre mit seiner Beschreibung (im prozessualen wie im gegenständlichen Sinn) zusammengefallen*” (*Idem*, p. 91).

²²⁰ “*É o momento no qual o próprio instrumento se torna objeto da inquisitivo, no qual o escritório se torna laboratório. À medida em que dados, que são ofertados pelo instrumento, são relacionados a uma referência externa, o instrumento é um médium da descrição. À medida em que os dados, produzidos pelo instrumento, dirigem-se ao próprio instrumento (suas incapacidades e inadequações em primeiro lugar), o instrumento se torna um médium da pesquisa experimental da natureza, nem que seja para demonstrar os princípios sobre os quais o próprio instrumento funciona*” (*Ibidem*, p. 120/121 – tradução livre).

²²¹ SCHMITT, C. *Der Nomos...* op. cit., p. 148.

²²² “*Apesar de tudo, a decisão inglesa em favor do elemento marítimo foi maior e mais profunda do que o palpável e claro decisionismo dos Estados continentais. A ilha se tornou agente da mudança espacial em direção a um novo nomos da terra, potencialmente um salto preparatório para aquele definitivo do total deslocamento da técnica moderna. Isso transparece em uma nova palavra cunhada, que, conforme acredito, somente naquele momento e somente em meio à ilha poderia surgir, em torno da qual toda aquela época pode ser definida: i.e., na nova palavra ‘Utopia’, o conhecido título do escrito de Thomas Morus*” (*Idem*, p. 149 – tradução livre).

do eletromagnetismo do globo terrestre²²³. De acordo com essa transição midiática, o referente é confundido com a autoreferência do instrumento que constantemente traça o próprio movimento. Uma nova relação entre palavras e coisas é estabelecida.

Sucessor do *Büro* e antecessor da fábrica, o laboratório é uma espécie de *u-topos* (ou *erehwon*). Nesse espaço controlado, os próprios objetos se animam e contaminam o mundo ao redor²²⁴. Ainda com Schmitt, a consolidação inglesa como potência marítima se deu ao mesmo tempo de sua afirmação como potência industrial²²⁵. Em meio ao laboratório e a fábrica, contudo, há a nau, como espaço heterotópico por excelência²²⁶.

A expansão do comércio foi responsável pela sobreposição de duas ordens de desterritorialização, portanto. Potência marítima e potência industrial em um mundo cada vez mais interligado globalmente pelo mercado. Tudo passa a ser questão de circulação (de mercadorias, de pessoas, de transporte, enfim). O elemento telúrico deixa de ser determinante e, do princípio de continuidade que o fundamenta, surge a preocupação com o arbitrário, o descontínuo, em suma, com os fluxos interrompidos. As tabelas produzidas no *Büro* dão lugar às imagens de ondas e frequências como modelo de compreensão do mundo²²⁷. As oscilações “1 – 1 + 1 – 1...”, uma função *On/Off* que tende ao infinito, em que algo tanto é, como não é, é e não é, é, mas não é... e assim indefinidamente²²⁸. O

²²³ “A bússola é para Gilbert não somente mais um instrumento, mas o modelo do magnetismo terrestre e o imã, um modelo para a própria terra” (SIEGERT, B. *op. cit.*, p. 121 – tradução livre).

²²⁴ “A forma da madeira, por exemplo, é alterada quando se faz dela uma mesa. Inobstante, a mesa ainda é feita de madeira, uma coisa ordinária. Contudo, tão cedo quanto alcance a condição de mercadoria, a mesa se transforma em uma coisa sensível-suprassensível. A mesa não fica somente de ponta cabeça, mas faz com que todas as demais mercadorias também fiquem. Cria grilos que saem de sua cabeça de madeira – algo muito mais surpreendente do que se ela começasse a dançar por vontade própria” (MARX, Karl. *Das Kapital*. Köln: Anaconda, 2009, p. 83 – tradução livre).

²²⁵ “O tempo da livre iniciativa também foi o tempo do livre desenvolvimento da superioridade industrial e comercial inglesa. O mar livre e o livre mercado se associam em uma representação da liberdade, cujo emissário e protetor somente pode ser a Inglaterra. (...) A grande potência náutica se tornou ao mesmo tempo a grande potência maquinica. Agora, sua soberania global parece ser final e incontestável” (SCHMITT, C. *Land... op. cit.*, p. 96/97 – tradução livre).

²²⁶ “O navio é a heterotopia por excelência” (FOUCAULT, Michel. *Le corps utopique, les hétérotopies*. 2ª Tiragem. São Paulo: N-1, 2015, 30).

²²⁷ “O problema da propagação de calor, bem conhecido de Fourier, não é somente um caso especial. O que aqui se produziu foi muito mais uma nova técnica universal de inscrição. Fourier é uma espécie de *Ovando novus*, num mundo que não mais consiste de cabos e bacias, vice-reis e pastores de aldeia, deuses astecas e insetos peçonhentos, mas de ondas, que se sobrepõem infinitamente” (SIEGERT, B. *op. cit.*, p. 247 – tradução livre).

²²⁸ “‘Uma coisa é, não é’. Leibniz comenta, com esse aforismo, sua representação binária dos números. Essa ontologia do puro ligado/desligado espelha como se pôde, no século XVIII, desenvolver a experiência com a eletricidade: o paradoxo do testemunho de Gilbert a respeito da morte de Richmann é a imagem que representa o momento. Como curto-circuito entre representação e representado, como indica a própria imagem enquanto captura de um momento

discreto e descontínuo surge como função limite (*Grenzwert*) do contínuo e analógico, segundo Siegert²²⁹. O surgimento do inconsciente e da diferenciação entre o analógico e o digital, no início do século XX, são intimamente implicados por essa função limite²³⁰.

Ao contrário do que parece sugerir Schmitt, a conquista do ambiente aéreo foi iniciada muito antes da introdução do avião como máquina infernal de guerra. Toda a passagem que se está a debater corresponde a uma guerra de conquista desse espaço que ele chama de “éter”. A introdução da disciplina que estuda os fenômenos eletromagnéticos, i.e., o estudo a respeito dos efeitos à distância produzidos pelos campos magnéticos foi essencial para o surgimento da *Signal Intelligence*, ou melhor, pela dissociação entre signo e sinal, permitindo assim que uma parcela do Simbólico tivesse uma entrada no âmbito do Real, assim como que uma parte do Real fosse assimilado na dimensão Simbólica²³¹.

A essa sedimentação do Real junto ao Simbólico, Benjamin Bratton confere o nome de “Computação”²³². O termo sugere um movimento do

efêmero. O ‘giro perpetuo’ de Volta já apontou para a ontológica alterada dos séculos seguintes. O século XIX, em contraposição ao anterior, serializou o aforisma de Leibniz ao infinito. Uma coisa é, não é, é, não é, é, não é, e assim por diante” (*Idem*, p. 305 – tradução livre).

²²⁹ *Ibidem*, p. 245.

²³⁰ “O inconsciente e o Eu são sistemas operativos fechados ou circuitos separados. Como Kurt Mondaugen, também para Lacan, o Eu é uma grade de controle [num tríodo, por exemplo]. De fato, segundo Lacan o sujeito é realizado a partir de um sistema de tudo ou nada. A decriptação que Lacan opera no sujeito a partir da sequência de + e – ou de 0 e 1, na qualidade de formalizações do jogo *Aqui/Acolá* de Freud, recorrem não mais às imagens da válvula de potência ou da válvula de oscilação, essas meninas dos olhos do processamento de sinais, mas àquelas das válvulas que, a partir do sinal de entrada, podem assumir dois estados alternativos: ligado ou desligado. A era da eletrônica digital iniciou no ano 1919” (*Ibidem*, p. 403 – tradução livre).

²³¹ “A diferenciação do ‘oceano elétrico’ (como Adolf Slaby denominou o Eter) em Canal e Sinal, a contar da invenção dos tubos elétricos, cindiu a recepção de rádio fundamentalmente de duas formas: em uma parcela destinada ao esclarecimento da informação e noutra, no esclarecimento do sinal, ‘communications intelligence’ e ‘signal intelligence’, ou ainda, no jargão da OTAN: COMINT e SIGINT. Enquanto o alvo da inteligência de comunicação é o esclarecimento de significados, o alvo da inteligência de sinal é o esclarecimento ontológico. A inteligência de comunicação seleciona os signos, que transmitem sinais modulados para baixas frequências, i.e., são ondas direcionadas para os órgãos sensoriais humanos. A inteligência de sinal seleciona informações, que comportam em si os parâmetros das ondas transmissoras de maior frequência – Frequência, Amplitude, Fase, Polarização, Força de campo. A elucidação do sinal, ao contrário ao ouvinte do rádio se interessa pela região de alta frequência do canal, ou seja, para aquela informação bem além da percepção humana. (...) A inteligência de comunicação, na era dos meios eletrônicos, tornou-se a sucessora da hermenêutica, ao passo que a inteligência de sinal assumiu o papel antes desempenhado pela ontologia” (*Ibidem*, p. 398 – tradução livre).

²³² “A computabilidade se desloca de uma lógica universal em direção a uma tecnologia genérica (e, assim, pretensões contemporâneas no sentido de que essa passagem é reversível são tanto previsíveis como problemáticas). O século XX, apesar de ter inventado computadores, não inventou a computação, mas simplesmente a descobriu como força genérica e ofereceu alguns instrumentos básicos iniciais para trabalhar com ela de forma mais direta. Somos, como tudo o demais, também seus produtos. (...) No momento da publicação deste livro, ninguém (certamente eu não posso) pode se pronunciar a respeito da validade prática da computação quântica ou da escala industrial do design em nível atômico, e, por essa simples razão, somos cuidadosos em separar a computação dos computadores, evitando confundir a condição matemática genérica

pensamento em direção à unidade mais discreta imaginável, o *átomo* (ou, como diria Hjelmslev, a *figura*) como elemento formalmente finito, mas dotado de enorme potencialidade²³³. É possível afirmar que a história da mídia no século XX, contrariando toda impressão oitocentista de progresso, fundamentalmente vinculada à noção de um espaço contínuo linear, pode ser compreendida como uma série de movimentos bruscos (não-lineares) em direção a uma espécie de “excepcionalmente primitivo”, inserido na intersecção entre o signo e o sinal, entre o Simbólico e o Real, entre o atual e o virtual, entre o referente e o texto, enfim, entre *On* e *Off*²³⁴.

A mídia digital representa um novo regime de espacialização, com seus regimes de endereçamento e interface próprios²³⁵, de modo que também é possível pensar a instituição de um *nomos* fundado nesse mundo conformado por uma semiótica altamente formalizada. O *nomos* dessa estrutura digital não é ancorado em um princípio telúrico, talássico ou etéreo²³⁶, mas apresenta uma

da computação, enquanto processo, com as atuais e comparativamente frágeis máquinas que processam algoritmos, sejam as atuais, sejam as futuras. Certamente as últimas são uma caricatura das primeiras e o modelo de Turing de uma máquina computacional universal específica a quebra entre o que a matemática pode descrever como computação da informação natural e o que a tecnologia da computação artificial pode sequer pretender programar ou desempenhar” (BRATTON, B. *op. cit.*, p. 78/79 – tradução livre).

²³³ O fundamento de Bratton a respeito é o de levar o atomismo de Demócrito, Epicuro e Lucrecio a sério. A referência da relação entre letras e enunciados e entre átomos e todas as coisas que existem no mundo representa muito mais do que uma simples metáfora. Trata-se do reconhecimento de um plano de imanência sumamente produtivo. A respeito: “Ademais, sempre por meio dessas mesmas linhas minhas é possível ver tantos elementos comuns a tantas palavras, apesar de ser preciso confessar que tantas linhas e palavras diferem umas das outras tanto em significado como no som de suas pronúncias. Os elementos podem fazer muito, ainda que nada seja alterado além da ordem; mas os elementos primordiais são portadores de ainda mais variedades, a partir das quais várias coisas podem ser produzidas” (LUCRETIUS. *De Rerum Natura*. Cambridge: Harvard University Press, 1992, p. 69 – tradução livre).

²³⁴ “A era midiática – em contraposição à história que terminou em decorrência dela – é processada de forma desengonçada, como a fita de papel de Turing. Desde a máquina de escrever Remington, passando pela máquina de Turing, até a microeletrônica, da mecanização, passando pela automatização, até chegar na implementação da uma escrita fundada em cifras e não em signos – foi suficiente um século, para que o ancestral monopólio da escrita fosse superado pelos todo-poderosos circuitos. Como o parceiro de cartas de Turing, todas as máquinas analógicas são substituídas pelas discretas. O Compact Disc digitaliza o gramofone, a vídeo câmera, o cinema. Todos os fluxos de dados tendem ao estado N da máquina universal de Turing, números e figuras se tornam (a despeito do romantismo) chaves para todas as criaturas” (KITTLER, F. *Grammophon... op. cit.*, p. 33 – tradução livre).

²³⁵ “O circuito que se propaga no espaço imperial por meio da emanção de ondas eletromagnéticas e o circuito que se move em torno da lógica dos números do mundo computacional aritmético e discreto, diferenciam-se minimamente. O número à bordo da nau espanhola, que se mantém no elemento da incerteza, onde os contrários se misturam, deve acorrentar o homem em seu ser instituído pela burocracia do novo Estado; na era eletrônica os números e o espaço promovem um mesmo médium, que a depender de uma leve modificação, torna-se ou espaço, ou escritor. ‘Espaço aritmético’ denominou Konrad Zuse esse espaço no qual a mídia opera, desde que o contínuo da física foi resolvido pelo discreto dos autômatos celulares” (SIEGERT, B. *op. cit.*, p. 417 – tradução livre).

²³⁶ A partir dessa diferença, Benjamin Bratton reconhece que, segundo sua leitura e análise, o “*nomos* da Nuvem” ainda não é propriamente *nômico*, como no caso do *Jus Publicum Europaeum* schmittiano. Bratton identifica a noção de *nomos* com a existência de um “*master*

ubiquidade desconcertante²³⁷. Isso, pois, ao contrário do que se pensa, a Computação que aqui se trata de debater não é simplesmente uma parte do “éter” incorpóreo e desmaterializado, desvinculado do mundo, mas algo ontologicamente adjacente a todas as dimensões físicas. A Computação implica/replica/complica todas as demais dimensões do globo²³⁸.

Na qualidade de linguagem altamente abstrata (i.e., axiomatizada), as mídias que se pretende analisar tornam-se literalmente *englobantes* e, propriamente, *ecumênicas*. Tal como a história do capitalismo em geral, o desenvolvimento da Computação e da Internet (o *killer-app* da Computação) se confunde com um determinado processo de construção de uma *axiomática*²³⁹. Por axiomatização entende-se a dinâmica de internalização das premissas de um sistema de pensamento por meio de postulados²⁴⁰. A axiomatização, em suma, corresponde a um movimento de profunda desconfiança face à intuição²⁴¹, a ponto de impor a explicitação de toda premissa sistêmica no seio do próprio sistema.

plan” (cfr. BRATTON, B. *op. cit.*, pp. 28 e 373/374), o que parece não se coadunar com a estrutura de “plataformas” que rege a Internet. Talvez Bratton tenha uma concepção muito restrita do conceito de *nomos*, que por sinal nunca foi formalmente definido por Schmitt do mesmo modo que Bratton propõe.

²³⁷ “A computação em escala planetária pode ser compreendida como uma sucessora desses outros modos de governança geográfica – terra, mar e ar – cada qual com sua lógica de partição. Mas diferente do Departamento de Defesa americano, o qual, apesar de reconhecer o ‘cyber’ como quarto domínio espacial da guerra, o descreve como espaço necessariamente subordinado às formas existentes de jurisdição estatal, eu sugiro que outras mudanças estão sendo processadas, até mesmo uma quebra, que se provará mais difícil de acomodar e conter. Nem os espaços do Stack estão inseridos em sistemas estabelecidos ou simplesmente impressos em um novo sistema de governo de endereços, tudo de uma vez; mas, em primeiro lugar, uma acumulação das interações entre camadas em uma estrutura emergente está produzindo a escala, dimensão e contornos de uma geografia supercomputacional” (*Idem*, p. 27 – tradução livre).

²³⁸ “A nuvem não é virtual; ela é física mesmo que não seja sempre ‘fincada no solo’, mesmo quando seja profundamente subterrânea. Não há nada de imaterial a respeito da massa fugaz de informação que demanda tanta energia da Terra” (*Ibidem*, p. 29 – tradução livre).

²³⁹ É importante, com Deleuze e Guattari, diferenciar o que seria uma axiomática em comparação com códigos, sobrecodificações e recodificações. Assim: “A axiomática considera diretamente os elementos e as relações puramente funcionais, cuja natureza não é especificada e que se realizam imediatamente, de uma só vez, em domínios muito diversos, enquanto que os códigos são relativos a esses domínios, enunciam relações específicas entre elementos qualificados, que todavia não podem ser assimilados a uma unidade formal superior (sobrecodificação), senão pode meio de transcendência e indiretamente. Assim, a axiomática imanente, nesse sentido, encontra, nos domínios que ela atravessa, diversos modelos ditos de realização” (DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mille... op. cit.*, p. 567 – tradução livre).

²⁴⁰ “Um sistema axiomático – dizemos também: uma teoria axiomatizada ou, mais sucintamente, uma axiomática – é então a forma acabada que assume, hoje, a teoria dedutiva. Não se trata desse sistema quimérico que sonhava Pascal (...), mas um sistema onde sejam totalmente explicitados os termos não definidos e as proposições não demonstradas, esse últimos postulados como simples hipóteses a partir das quais todas as proposições do sistema podem se construir segundo regras lógicas perfeita e expressamente fixadas” (BLANCHÉ, Robert. *L’Axiomatique*. 3. ed. Paris: PUF, 2009, p. 11 – tradução livre).

²⁴¹ “Recorrer à intuição é violar as regras do jogo” (*Idem*, p. 29 – tradução livre).

A força englobante-ecumênica desse complexo técnico-tecnológico é tamanho que, para fazer parte desse novo mundo (e o “fazer parte” é menos uma questão de “livre arbítrio”, que de *critical mass*) é necessário ser assimilado por sua gramática. A Computação e a Internet somente são capazes de assimilar aquilo, mas somente aquilo, que já se encontra, desde antes, à disposição do código binário, i.e., do *número-numerante*²⁴². A assimilação semiótica determina as possibilidades tanto ontológicas, como epistêmicas do mundo.

Se, no século XV, o instrumento agenciava uma mera indicação de um referente externo ao si próprio, se no século XVII, o objeto técnico se tornou tanto objeto de conhecimento, como modelo para o referente, na segunda metade do século XX, o complexo técnico-tecnológico da Computação e Internet assume a função de condição de possibilidade do próprio existente. Ou melhor, em meados do século XX, constitui-se a atual *era midiática*.

Tudo o que existe na Internet deve possuir um endereço eletrônico e ser mediado uma interface consequente. O regime ontológico-enunciativo da nova era midiática assimila expressão e conteúdo a regimes de endereçamento e interface, respectivamente. Todo o ser e o saber são determinados por esses regimes, cujo design é, em primeira instância, político, afinal, com Benjamin Bratton, *“para os nossos propósitos é bem menos importante como as máquinas representam uma política específica, do que como a ‘política’, fisicamente, é esse sistema*

²⁴² O tema do número é certamente um dos mais antigos da filosofia ocidental. A alusão feita neste momento, que aponta para a distinção entre “número-numerante” e “número-numerado” é pertinente na medida em que diz respeito à dimensão do referente que veio a ser discutida algumas linhas atrás. Ao passo que o número-numerante possui um referente exterior ao signo, i.e., “no mundo”, o número-numerado sofre de uma certa autorreferencialidade inexpugnável. Por exemplo, a demografia é uma ciência que agencia o número-numerado, na medida em que pretende simplesmente *representar*, o mais fielmente possível, uma realidade social atual. Diz-se que tal cidade possui tantos habitantes, tantos são eleitores, tantos outros estão em idade produtiva, tantos são ricos/pobres, enfim. O número só vale na medida em que confere uma ideia de uma certa realidade grandemente indiferente ao número. O mesmo não se diz do número-numerante, que não possui nenhuma outra referência senão a própria condição “numerante”. Por exemplo, quando se pensa no número “1” como uma dimensão da unidade. O “1” não é reduzido a nenhuma outra figura que o determine. Não é possível reduzir o “1” a uma outra coisa menor. Reduzi-lo implica que o “1” deixe de ser. Ou se torne outra coisa (quicá um “0”, mas pode ser qualquer outro número, a depender da ordem se decimal, duodecimal, hexadecimal, enfim). Pois bem, a notação binária é da ordem do número-numerante. Que a notação “01000010” corresponda tanto à 65ª letra da tabela ASCII, que por sinal é o “A” (i.e., o “A maiúsculo”), implica uma dimensão propriamente “numerante” dessa notação. Alterar qualquer elemento da sequência binária implica evocar outro signo, i.e., uma alteração propriamente ôntica do signo a ser construído e não simplesmente “representado”. A principal consequência disso está em que: um erro na notação, por exemplo, escrever um “B” (01000011) ao invés de um “A” (01000010) não implica uma mera apreensão equivocada de uma realidade transcendente, mas a construção imanente de uma realidade completamente diferente. O tema como se disse é muito antigo na filosofia e não cabe ser avaliado neste momento para além das sugestões acima.

*maquínico*²⁴³. A Computação e a Internet encarnam o diagnóstico de Deleuze e Guattari, para quem, antes da ontologia e da epistemologia, há a política²⁴⁴.

Pensando na condição ecumênica e na axiomática transcendental das mídias digitais, importa considerar, com Bernhard Siegert:

A partir do elemento marítimo surge o elemento digital e midiático. Vigorar [*Walten*] (o “vigorar do ente na totalidade do ser”, como Heidegger traduziu a *physis* grega) e circuitar [*Schalten*] tornam-se a mesma coisa. O homem é um ente telúrico, segundo estabeleceu Carl Schmitt. Isso é certo. Mas se trata, em um sentido simbólico radical, de um ente arrancado do fundamento (ou que foi transformado em um ente abissal). Todos somos holandeses voadores²⁴⁵.

3.3

O NOMOS DA NUVEM

A passagem para o digital não ocorreu, certamente, em um estalar de dedos. Chegado ao estágio histórico atual, todavia, a impressão de uma passagem se tornou, *après coup*, incontornável. Inobstante, ainda é necessário pensar o que representa levar a sério essa passagem naquilo que diz respeito à compreensão da importância do *a priori* midiático para a conformação do espaço geopolítico contemporâneo.

Conceitos tradicionais da teoria política (em especial, para os fins desta tese, aqueles de “Estado”, “soberania” e “emancipação”) sofrem necessariamente um profundo impacto com a passagem que aqui se está a tratar. Se tais noções são tributárias de um suporte midiático que já não é mais hegemônico na atualidade, uma problematização a partir da teoria da mídia, implica uma série de

²⁴³ Tradução livre. Conferir trecho no original: “*For our purposes it is far less important how the machine represents a politics than how ‘politics’ physically is that machinic system*” (BRATTON, B. *op. cit.*, p. 44).

²⁴⁴ Conferir o trecho mais completo, pertinente para descrever o procedimento (e o procedido) quanto à Computação e a Internet: “*Pois, antes do ser, há a política. A prática não vem após ao enquadramento dos termos e de suas relações, mas participa ativamente do desenho das linhas, defronta-se aos mesmos perigos e às mesmas variações que eles*” (DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mille... op. cit.*, p. 249 – tradução livre).

²⁴⁵ “*Desde o espaço elementar do mar surge o espaço elementar do digital e da mídia. Reger/Efetuar (o ‘reger/efetuar do ente em seu todo’, tal como Heidegger traduziu a physis grega) e o circuitar tornam-se o mesmo. O homem é um animal telúrico, como estabeleceu Carl Schmitt. Isso está correto. Mas trata-se, simbolicamente, de um animal radicalmente arrancado do fundamento (ou que se torna sem fundamento). Somos todos holandeses voadores*” (SIEGERT, B. *op. cit.*, p. 19 – tradução livre).

questionamentos: o que isso implica para a compreensão e conformação dos principais problemas políticos contemporâneos relacionados à Computação e à Internet? Como compreender tais singularidades em função da “servidão maquínica”²⁴⁶ imposta pela *signal intelligence*? O que dizer de certos conceitos políticos pensados para o mundo analógico, em meio à quebra de toda individualidade estabelecida em favor de um sempre incompleto processo de individuação? O que dizer da estratégia de controle que parte de modulações universais dos fluxos de dados aleatórios (privados ou não)? Essa tese propõe agenciar, em alguma medida, todas essas linhas de questionamento.

Pensar uma resposta a essas questões a partir da problematização do suporte midiático implicaria a necessidade de também promover o mesmo movimento “desconjuntado” em direção a um “excepcionalmente primitivo”²⁴⁷, em conformidade à própria evolução da mídia no século XX²⁴⁸. Levar em conta a ordem da unidade discreta em meio a essas questões implica sugerir a necessidade de considerar o estatuto das articulações promovidas pelo digital, no âmbito da teoria política.

Propõe-se pensar a *unidade discreta* e suas *articulações* a partir dos conceitos de *corpo* e *agência*, respectivamente, e a relação de mútua implicação

²⁴⁶ O termo é certamente empregado no sentido proposto por Deleuze e Guattari. No sentido proposto pelos autores indicados: “*Há servidão maquínica enquanto os homens são, eles próprios, peças constitutivas de uma máquina, que compõem entre si e com os outros (animais, utensílios), sob o controle e direção de uma unidade superior*” (DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mille... op. cit.*, p. 570 – tradução livre). A servidão maquínica implica um agenciamento/articulação entre peças constituintes (o esquemas “homens-máquinas”, um teste de Turing, enfim) que são controlados por uma unidade englobante (os autores destacam o termo “superior”, mas, para evitar confusão, por não se tratar de uma “transcendência”, prefere-se o termo “englobante”).

²⁴⁷ A Computação é inventada por Turing/Church, como se sabe de forma pública e notória. A mais famosa exposição lógica da tarefa computacional é aquela da “máquina de Turing”, o computador universal, capaz de imitar qualquer outra máquina no seu funcionamento lógico. A máquina é descrita por Kittler a partir de seu movimento “desconjuntado” (*ruckhaft*) e por ser “excepcionalmente mais primitiva” (*ungemein primitiver*) que uma máquina de escrever. Ambos os adjetivos são justificados, pois a máquina de Turing é imaginada no nível lógico como sendo composta de uma estrutura capaz de locomover para frente e para trás e de escrever ou apagar os signos “1” ou “0”, em uma fita de papel infinita. Todos os teclados da máquina de escrever são reduzidos a duas possibilidades, que a máquina pode tanto inscrever, como apagar, locomovendo-se de um lado para o outro, de forma desconjuntada. Segundo Kittler, trata-se de algo “excepcionalmente primitivo”, mas que nenhum computador que venha a ser construído, não importa qual sua capacidade de processamento, pode fazer mais do que isso. Para tanto, cfr.: KITTLER, F. *Grammophon... op. cit.*, p. 32.

²⁴⁸ É esse movimento “desconjuntado” e a afirmação desse “excepcionalmente primitivo”, tomado como “modelo filosófico”, que a filosofia hegeliana é somente capaz de assimilar como perversão e regressão. A respeito: “*Se a passagem pela abstração matemática, pelo entendimento formal, pelo espaçamento, a exterioridade e a morte (cf. o prefácio à fenomenologia do espírito) é uma passagem necessária (trabalho do negativo, despojamento do sensível, ascense pedagógica, purificação do pensamento) essa necessidade se torna perversão e regressão desde que a tomemos por modelo filosófico*” (DERRIDA, Jacques. *Le puits et la pyramide. In: Marges... op. cit.*, p. 123 – tradução livre).

que ambos os conceitos desenham entre si. Se o corpo pode ser definido como uma forma de agência, deve ser considerado também que a agência só pode ser considerada como expressão de um “fazer” ou “tomar corpo”, de modo que entre *topologia* do corpo e *topografia* da agência se estabelece uma diferença interna à relação capaz de sugerir importantes vias de análise e crítica.

Primeiramente, o que define um “corpo”? Para desdobrar esse conceito, é possível pensar em duas dimensões. Por um lado, o corpo é uma unidade qualquer, a qual, todavia, não constitui uma mônada, ou melhor, o corpo não pode ser analisado como uma interioridade separada do meio que o constitui, não corresponde a uma interioridade “sem portas ou janelas”, portanto²⁴⁹.

Para os fins desta pesquisa, entende-se por corpo, por um lado, a noção de “endereço” que logicamente impõe a necessidade de existência de um determinado regime de (“geo”)referenciamento (i.e., uma *topologia*) capaz de permitir a sua localização e individuação em meio a todo o demais. Por outro lado, o corpo é definido como um mediador privilegiado do regime de diferença que se estabelece entre interioridade e exterioridade. Trata-se, nessa segunda dimensão, de uma espécie de *switch*²⁵⁰ que termina por se cristalizar numa *interface*²⁵¹. Todo corpo (ou unidade discreta), portanto, comporta *endereço* e *interface*.

Pensado o endereçamento como uma espécie de *switch*, conclui-se que o corpo não corresponde nem a um organismo, pois não pressupõe uma “organização” específica, nem a um indivíduo *per se*. Trata-se de um *regulador* do *processo de individuação*. À luz dessa precisão, não é possível falar em um corpo isolado. Isso, pois a afirmação de “um” corpo é, imediata e inexoravelmente, a

²⁴⁹ Leibniz define a mônada da seguinte forma: “A mônada, a partir da qual nos podemos dizer o seguinte, não é nada além de uma substância simples que se sedimentam nos conjuntos; simples quer dizer: sem partes” (LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. *Monadologie und andere metaphysische Schriften*. 2. Aufl. Hamburg: Felix Meiner Verlag, p. 2014, p. 111 – tradução livre). Mais adiante, algumas proposições a frente, Leibniz profere a fórmula tradicional: “As mônadas não possuem janelas através das quais algo possa penetrar ou sair” (*Idem*, p. 2014, p. 113 – tradução livre).

²⁵⁰ Definir o corpo como um *switch* não corresponde a uma “metáfora”. O termo é utilizado em sentido cruamente literal, próximo ao sugerido por Easterling: “Excedendo o alcance de uma forma-objeto singular, o *switch* modula o fluxo de atividades. Não importa quão deliberadas são as atividades do *switch*, ele não pode controlar todas as suas consequências, da mesma forma como não se pode dar conta de todos os usos da água que segue seu fluxo ao longo do canal” (EASTERLING, Keller. *Extrastatecraft: The power of infrastructure space*. London: Verso, 2016, p. 75 – tradução livre).

²⁵¹ Importante lembrar a definição trazida por Virilio, ainda que em contexto bem diferente do atual. A respeito, cfr: “Toda superfície é uma interface entre dois meios onde ocorre uma atividade constante sob a forma de troca entre as duas substâncias postas em contato’ (...). A limitação do espaço torna-se comutação, a separação radical transforma-se em passagem obrigatória, trânsito de uma atividade constante, atividade de trocas incessantes, transferência entre dois meios, duas substâncias” (VIRILIO, Paul. *O Espaço Crítico*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 13 – tradução livre).

afirmação de uma *multiplicidade de corpos*. Não pode haver um só corpo em absoluto, sob pena de não haver nem endereçamento, nem interface²⁵².

Partindo de uma noção profundamente materialista, pode haver *corpos simplíssimos* (como os que se distinguem de outros corpos somente pelo movimento e repouso, velocidade e lentidão)²⁵³⁻²⁵⁴ e *corpos compostos* (caracterizados pela composição de corpos simples, os quais, todavia, criam uma espécie de ressonância interna, garantidora da coesão a partir da manutenção de uma proporção vital, ou *certa ratio*)²⁵⁵, mas sempre *um* corpo serve necessariamente de *index* para a multiplicidade de corpos que compõem o campo (de visão, de ação, de ideias, enfim). Todo corpo, não importa quão simples, pressupõe a existência de relações²⁵⁶. A diferença entre o simples e o composto

²⁵² O conceito de “corpo” aqui descrito é adequado para tratar, unicamente, da multiplicidade implicada pela natureza-naturada. A natureza-naturante não é “corpo” no sentido ora destacado (e, acredita-se, sequer no de Spinoza), não podendo, assim, ser capturada numa “interface” ou num “endereço” de Computador. Tanto a fixação de um endereço, como de uma interface, contudo, são possíveis (ainda que improváveis em última instância) com relação à natureza-naturada. O projeto (!) de captura da natureza-naturada pode ser considerado aquilo que se denomina de *deep address*. A respeito dos conceitos de natureza-naturante e natureza-naturada, conferir: SPINOZA, Baruch. *Ética*. Trad. TADEU, Tomaz. 3. ed. bilíngue. 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 53 (1ª P., Prop. 29, escólio) e RAMOND, Charles. *Le vocabulaire de Spinoza*. Paris: Ellipses, 1999, p. 25/26. Por sua vez, sobre o conceito de *deep address*, conferir: BRATTON, B. *op. cit.*, p. 370.

²⁵³ A respeito dos corpos simplíssimos, verificar *Ética*, P. 2, Prop. 13, Lema 1: “Os corpos se distinguem entre si pelo movimento e pelo repouso, pela velocidade e pela lentidão, e não pela substância” (SPINOZA, Baruch. *op. cit.*, p. 99).

²⁵⁴ Atentar para a peculiaridade da questão tratada neste ponto. Presta-se adesão explícita e irrevogável à chamada “pequena física” de Spinoza, tal como exposta na Proposição n. 13, da Parte II, de sua *Ética* (*Idem*, pp. 97 e ss.), a qual merece, em qualquer caso, ser conferida com cuidado e não será reproduzida neste momento. Inobstante, também não é possível desconsiderar que este trabalho já manifestou adesão à crítica de Simondon, dirigida concomitantemente tanto ao hilemorfismo aristotélico, como a uma certa compreensão do atomismo epicurista. Spinoza não reproduz nem o hilemorfismo, nem o atomismo, e acredita-se que a crítica de Simondon não afeta a pequena física spinozana, mas a contempla. A análise dessa compatibilidade é algo que não pode ser realizada neste momento, contudo, deverá ser objeto de preocupação em momento futuro. Por ora, basta dizer que a definição de “corpos simplíssimos”, em Spinoza, como aqueles que se distinguem, exclusivamente, pelo repouso, movimento, velocidade e lentidão, é puramente relacional e perspectivista, não havendo nada de um “em si” capaz de caracterizá-los (não há de se falar de uma “substância” que defina cada corpo, portanto), como poderia propor, talvez, um atomismo mais ingênuo e que foi justamente o alvo da crítica de Simondon.

²⁵⁵ Conforme consta da *Ética*, P. 2, Prop. 13, Definição: “Quando corpos quaisquer, de grandeza igual ou diferente, são forçados, por outros corpos, a se justaporem, ou se, numa outra hipótese, eles se movem, seja com o mesmo grau, seja com graus diferentes de velocidade, de maneira a transmitirem seu movimento uns aos outros segundo uma proporção definida, diremos que esses corpos estão unidos entre si, e que, juntos, compõem um só corpo ou indivíduo, que se distingue dos outros por essa união de corpos” (*Ibidem*, p. 101).

²⁵⁶ “A relação é uma modalidade do ser: ela é simultânea com relação aos termos de quem ela assegura a existência. Uma relação deve ser apreendida como relação no ser, relação do ser, maneira de ser e não simplesmente como relação entre dois termos que poderíamos adequadamente conhecer em meio a conceitos, posto que teriam uma existência efetivamente separada e preliminar. É pelo fato de os termos serem conhecidos como substâncias que a relação é relação de termos e o ser é separado em termos, pois o ser é primitivamente, anteriormente a todo exame da individuação, concebido como substância. Ao contrário, se a substância cessa de ser modelo do ser, é possível conceber a relação como não-identidade do

há de ser entendida como diferença de perspectiva (o que não significa, em absoluto, que seja uma diferença ilusória ou menos eficaz). O corpo é *corpo de corpos*, portanto, o descontínuo assume a condição de uma função limite do contínuo, desdobramento de articulações nas quais a disseminação é ontologicamente primeira em comparação à organização.

Em seguida, o que dizer a respeito do sentido de agência? A ideia de agência é derivada da relação que os corpos estabelecem *entre si* e *em si*, inscrevendo/gravando uns nos outros seus efeitos e afetos. Tal noção implica considerar as diferentes proporções que os corpos podem assumir em conjunto, das linhas de força que são desenhadas e cujos nódulos constituem pontos singulares de referência.

Também aqui é preciso pensar um desdobramento da noção de agência.

Em primeira ordem, a agência enquanto *articulação* propriamente dita, i.e., enquanto *espacialização* de corpos, também impõe a exigência lógica de se falar em multiplicidade de corpos. Os corpos se articulam entre si, espacializam-se e formam o espaço. Essa espacialização é profundamente ambígua, na medida em que a articulação é, de fato, incapaz de reduzir o diferente a um conceito de “mesmo”. O diferente se articula com o diferente, são formadas alianças entre disparates antes que “filiações” bem-comportadas. Nesse contexto da articulação, toda espécie de totalidade deve sempre ser compreendida como uma realidade precária.

Por outro lado, para haver agência é preciso que *defasagens* ocorram e que a *assimetria* seja estabelecida entre indivíduo e seu meio associado (i.e., que o pano de fundo do processo seja um sistema “metaestável”, para falar com Simondon)²⁵⁷. A agência do corpo é processo de *individuação*, i.e., de contínua diferenciação face ao meio associado no qual o corpo está inserido, sem o qual não é possível afirmar a “vida”, uma vida que é maior do que um conceito biológico qualquer, remete à capacidade de afetar e de ser afetado, à capacidade de todo corpo (no sentido aqui tratado) de *perseverar* (i.e., capaz de *formar*

ser com relação a si-próprio, inclusão no ser de uma realidade que não é simplesmente idêntica a si, se bem que o ser, na medida em que é, anteriormente a toda individuação, pode ser percebido como maior que uma unidade mais que uma identidade” (SIMONDON, G. *L'individuation... op. cit.*, p. 32 – tradução livre).

²⁵⁷ “A individuação supõe a existência ‘de um sistema metaestável rico em potenciais’ (ILFI, 27; ‘metaestável’ significa que se encontra no limite, entre estabilidade e instabilidade), onde existe ‘uma tensão entre dois potenciais disparates’ (ILFI, 31), uma energia potencial, quer dizer uma diferença de potencial no interior do sistema (‘relação de heterogeneidade, de dissimetria’, ILFI, 67); para dizer de maneira pictórica, a ligação estreita e que se mantém de uma riqueza transbordante e de uma diferenciação interna” (CHATEAU, Jean-Yves. *Le vocabulaire de Simondon*. Paris: Ellipses, 2008, pp. 47/48 – tradução livre).

topografias)²⁵⁸. Assim, a agência se conforma em articulações e defasagens, movimentos que não são opostos uns aos outros, mas correspondem a diferentes dimensões do processo de individuação.

Para o que importa ao contexto da Computação e Internet, corpo e agência ganham consistência na instituição de *regimes* de interface e de endereçamento específicos para o mundo digital. Melhor dizendo, a confluência das noções de endereço e interface (que, enquanto condições da agência, definem o corpo) com aquelas de articulação e defasagem (que, enquanto condições do corpo, definem a agência), garantem o processo de individuação por meio do qual corpo e agência coalescem, no seio da mídia digital, em diferentes *regimes* de interface e endereçamento.

Todas essas estruturas formam *diagramas*, permitindo falar em coordenadas de corpos, i.e., em longitudes e latitudes responsáveis por formar uma cartografia a partir do próprio plano de consistência²⁵⁹. Do discreto absoluto dos *bits*, é possível descrever um processo de tomada de consistência semiótica, que pode ser caracterizado como *world-making*. Trata-se de um construtivismo radical.

Conferir o seguinte esquema formal que considere quatro linhas expressivas (sabendo-se que podem ser infinitas as possibilidades):

²⁵⁸ Ainda que não pretenda problematizar o ponto neste momento, é importante indicar que se afirma tanto uma tendência a perseverar na existência (*conatus*), com Spinoza, como uma tensão entre *Thanatos* e *Eros*, no sentido freudiano. Entre servidão maquínica e sujeição social, ou entre a virtualidade do sinal e aquela do signo, as dinâmicas de resistência, revolta, revolução são expressão de uma específica *proporção* do corpo político e estão diretamente confrontadas tanto com a via spinozana (*conatus*) como com o *Todestrieb* freudiano. Ora um corpo político é “corpo de corpos”, pelo que um agenciamento “triste” dos elementos componentes da unidade englobante implicará numa compleição igualmente triste do todo. O mesmo se diga de um agenciamento feliz, como se qualquer outro afeto ou estado psíquico. O corpo, qualquer que seja, tende a privilegiar o prazer, contudo, não é possível desconsiderar que a complexidade das composições concretas implica a existência de uma espécie de “impulso mortal” que é agenciado, em última instância, pela repetição. O tema aqui somente pode ser apontado, considerando que uma análise mais detida será possível nos capítulos finais.

²⁵⁹ “Um corpo não se define pelas formas que ele determina, nem como uma substância, ou como sujeito determinado, nem pelos órgãos que possui ou pelas funções que exerce. Sobre o plano de consistência, um corpo se define somente com relação a uma longitude e uma latitude: quer dizer o conjunto de elementos materiais que lhe pertencem sob tal relação de movimento de repouso, de velocidade e de lentidão (*longitude*); o conjunto de afetos intensivos no qual é capaz, sob o poder ou grau de potência (*latitude*). Nada além de afetos e movimentos locais, de velocidades diferenciais. (...) Latitude e longitude são os dois elementos de uma cartografia” (DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mille... op. cit.*, p. 318 – tradução livre).

			Linha 1						
			Corpo		Agência				
			Endereço	Interface	Articulação	Defasagem			
			Regime de endereçamento		Regime de interface				
Defasagem									
Endereçamento	Corpo								
Interface									
Linha 2	Corpo	Endereçamento	Regime de endereçamento		Regime de interface				
		Interface							
	Agência	Articulação							
		Defasagem							
			Articulação	Defasagem	Endereço	Interface			
			Agência		Corpo				
			Linha 3						

Tabela 01

Corpo e agência, na qualidade de fúntivos de uma mesma função semiótica imanente, são conceitos inseparáveis um do outro. Corpo (com seu regime de velocidades) e agência (com seu regime de afetos) formam regimes de corpos, de corpos complexos, cada qual com seu endereçamento e interface. Essa estrutura “hiper”, ou melhor, esse estruturalismo sem estrutura, é *fractal* (i.e., uma estrutura de recorrência tendencialmente infinita), cuja expressão matemática pode ser definida como o conjunto de Mandelbrot²⁶⁰.

Trata-se de premissa materialista que deve ser mantida ao longo desta pesquisa. Não existe corpo sem agência, na mesma medida em que a agência somente pode ser concebida à luz do corpo. Em razão da conjunção de diversas linhas de expressão, as regularidades estatísticas ganham *critical mass*, i.e., o fato ganha força normativa. O caos se ordena pouco a pouco e, dos processos estocásticos que se adensam e ganham consistência ao longo do tempo, coalesce uma estrutura de sobrecodificação, permitindo a identificação de *regimes* de interface e endereçamento. Problematizar e atualizar as noções de *corpo* (topologia) e *agência* (topografia), e dos regimes de interface e endereçamento decorrentes, em meio ao contexto da atual *Medienzeitalter*, implica sugerir um materialismo radical e a conformação da realidade a partir de uma topologia não-euclidiana (hiperbólica), permitindo a transposição do corpo na agência e da agência, no corpo.

Diversas questões se impõem nesse âmbito. Assim, o que dizer de um corpo formado por nada além de fluxos de sinais? Ou melhor, o que dizer de um

²⁶⁰ De forma bem resumida, o fractal pode ser definido matematicamente a partir da seguinte fórmula aritmética: $Z_{n+1} = Z_n^2 + Z_0$. Onde o valor de “Z” é atualizado a cada nova verificação, não havendo limite prévio para o valor que pode assumir. Ou seja, tanto o valor inicial como o valor final são meras convenções. Uma progressão fractal em que Z é originalmente identificado pelo valor “1”, pode ser assim estabelecida: (1º) 2, (2º) 5, (3º) 26, (4º) 677, (5º) 458.330, (6º) 210.066.288.901 etc. Essa sequência não é estruturada, senão pela lógica imanente do fractal. Não se trata de uma previsível progressão geométrica ou aritmética. Não é domesticada como a sequência de Fibonacci. Não é estruturada *a priori* como a progressão de π (3,1415926...). A sequência fractal não decorre senão da afirmação de uma consistência interna do próprio sistema que se repete indefinidamente (uma espécie de repetição “pura”), podendo tomar qualquer valor ideal.

corpo discreto (i.e., formados por *bits* no seu nível mais elementar²⁶¹) que se agencia a outros corpos discretos e cujo agenciamento é responsável pela produção de efeitos físicos concretos como abrir uma porta, fechar uma cancela, conceder acesso a um determinado benefício, ou mesmo permitir uma governança logarítmica de uma população inteira?

Novos contextos de tensão e luta surgiram nos últimos anos, com a disseminação do acesso à Computação e à Internet. Se a diferenciação entre signo e sinal deve ser levada às últimas consequências, é preciso considerar a radicalidade de todo um campo de investigação que se abre tanto às lógicas de controle, como às de transgressão, que lida com uma linguagem que nada comunica e, talvez por isso mesmo, já não deva ser chamada de “linguagem”, mas simplesmente de *código*. A semiótica que atravessa a Computação não é necessariamente “representativa” e não precisa ser considerada mais ou menos “própria” ou “apropriada” (como, por exemplo, a partir de uma instância de julgamento sobre a verdade/falsidade de um enunciado).

A semiótica da Computação e Internet é *a priori* a-significante²⁶², na qual os conceitos de corpo e agência se encontram com o de *número-numerante*, propondo a articulação direta de uma realidade que já não é puramente um

²⁶¹ Um *bit* é a unidade de medida para uma partícula de informação (ou *datagram*). A informação é relacionada aos conceitos de entropia e negentropia, como se verá no próximo capítulo. Quanto mais caótico for o sistema, mais informação está contido nele. Inobstante, para que essa informação possa ser útil, é necessário falar em uma economia da informação, daí se falar em um processo de resolução da informação (fundado na noção de entropia negativa ou “negentropia”). Um *bit* é formado, basicamente, por uma possibilidade de se encontrar “ligado” ou “desligado”, logo sua entropia implica uma chance igual de $\frac{1}{2}$ de atingir qualquer dos dois resultados. É à luz dessa simples possibilidade que a computação é possível, na medida em que os *bits* são seriados (e computados) em cadeias mais extensas. Assim, um *byte* corresponde a uma cadeia de 08 (oito) *bits*, ou seja, oito vezes a possibilidade de encontrar um determinado dispositivo “ligado” ou “desligado”. De modo que, por exemplo, enquanto um *bit* pode estar simplesmente ou ligado, ou desligado em um determinado momento, havendo somente essas duas possibilidades, um *byte* implica uma entropia da ordem de “2⁸”, i.e., um *byte* possui 256 possibilidades de agenciar informação. A serialização não tem um fim pré-definido, de modo que Bytes se tornam Kibibytes, que se tornam Megabytes, que se tornam Gigabytes e assim sucessivamente.

²⁶² A relação entre semiótica a-significante e a computação, conferir: “*Semióticas a-significantes agem sobre coisas. Elas conectam um órgão, um sistema de percepção, uma atividade intelectual, e assim por diante, diretamente à máquina, a procedimentos, a signos, ignorando a representação de um sujeito (funcionamento diagramático). (...) Fluxos de signos a-significantes agem diretamente sobre fluxos materiais, para além da divisão entre produção, representação e funcionamento, independentemente de significarem algo para alguém ou não. Equações matemáticas, programas de computador e diagramas participam diretamente no processo de gerar seu objeto enquanto uma imagem de publicidade apenas fornece uma representação extrínseca disso (embora, em seguida, produza subjetividade)*”. Em vez de se referirem a outros signos, signos a-significantes agem diretamente sobre o real, tal como os signos da linguagem de programação fazem funcionar uma máquina técnica, como o computador, ou na maneira pela qual signos monetários ativam a máquina econômica, na maneira pela qual signos de uma equação matemática entram na construção de uma ponte ou de um imóvel e assim por diante” (LAZZARATO, Maurizio. *Signos, máquinas, subjetividades*. São Paulo: Ed. Sesc São Paulo; N-1, 2014, p. 39/40 – tradução livre).

elemento do campo Simbólico²⁶³. Trata-se de um processo absolutamente produtivo e positivo (propriamente computacional), de sedimentação *bit* por *bit*, na conformação do mundo como arquivo (ou *arquivo-mundo*).

No contexto dessa máquina agenciadora do código, a qual não é o fruto de uma hermenêutica pretensamente sofisticada e segura de sua autoridade²⁶⁴, mas o resultado do esforço de guerra para a criação de uma tecnologia “desengonçada” e “excepcionalmente primitiva”, a metafísica clássica sofre um ataque em favor de uma *outra* metafísica que parte do processamento de sinais, lançando-se sempre em direção ao infinito da alternância discreta (*On/Off*). Tal linguagem não emana de um significante primeiro e não é, *de facto*, capturada por um significado último. A potência dessa semiótica é, em primeira ordem, dispersiva²⁶⁵ e qualquer captura somente pode pretender a um estatuto *de jure* precário (o que não lhe retira sua força, diga-se).

O *motif* principal de uma tal estrutura dispersiva são os acidentes, não as substâncias. Pensando a história do denominado “progresso” científico, pode ser desenhada uma outra narrativa pós-positivista dos acidentes e das falhas técnicas, como sugere Virílio²⁶⁶. De acidente em acidente, o progresso científico é

²⁶³ A título de exemplo dessa linguagem dispersiva, importante considerar a Tabela ASCII (ou *American Standard Code for Information Exchange*) que todo texto digital deve atender para ser legível pelo computador. Trata-se de tabela desenvolvida a partir de um conjunto de 07 (sete) *bits*, permitindo 127 combinações diferentes. Cada caractere possível de um texto possui uma específica designação em números binários. A título de exemplos: (a) a letra “A” maiúscula é o 65º caractere da tabela, sendo designada pela combinação binária correspondente a tal número, que é 1000001, (b) a letra “B” maiúscula é o 66º caractere, sendo designada pela combinação 1000010, (c) a letra “C” maiúscula é o 67º caractere, sendo designada pelo caractere 1000011, (d) a letra “a” minúscula, por sua vez, é o 97º caractere, sendo designada por 1100001 e assim por diante.

²⁶⁴ Como exemplo de uma tal hermenêutica, em face da qual este estudo pretende se distanciar resolutamente, cfr.: GADAMER, Hans-Georg. *Hermeneutik I. Wahrheit und Methode: Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik*. Gesammelte Werke. Band 1. Tübingen: Mohr Siebeck, 1990.

²⁶⁵ “Essa tecnologia, que subtrai e exfiltra desde o Real dos grafismos oscilatórios, não fundamenta nenhuma metafísica que se mova sobre os registros e operações da cosmografia e da análise clássica, seja essa metafísica um ‘conhecimento pleno’ do mundo, que suponha um ‘libro de las descripciones’ empírico, ou uma metafísica de um melhor mundo possível calculável, que suponha o fictício ‘Palais des destinées’. A tecnologia da articulação diferencial de um Real oscilatório fundamenta metafísicas que se movem sobre as mídias do processamento de sinais analógico e digital e que precisam se lançar sempre em direção ao novo, em meio ao mal abissal da alternância do 1 – 1 + 1 – 1..., do qual não resulta qualquer soma, qualquer imagem ou qualquer significado, o qual, porém não obstante, reina no mais escuro coração da análise de Fourier, da matemática das correntes alternadas e dos Flipflops” (SIEGERT, B. *op. cit.*, p. 416/417 – tradução livre).

²⁶⁶ “Inovar na embarcação implicava, desde então, inovar no naufrágio, inventar o motor a vapor, a locomotiva, implicava inventar o descarrilamento, a catástrofe sobre trilhos. Assim foi o nascimento da aviação, aviões inovando acidentes automotivos, a catástrofe aérea. Sem mencionar o automóvel e o engavetamento de carros, a eletricidade e a eletrocussão e especialmente aqueles perigos tecnológicos massivos produzidos pelo desenvolvimento da indústria química e nuclear... cada período de desenvolvimento tecnológico, com seus instrumentos e máquinas, traz suas doses de acidentes específicos, revelando assim em negativo o alcance do pensamento científico” (VIRILIO, Paul. *The Museum of Accidents*. Public

circundado pelo elemento da falha, antes que pelo sucesso, pelo inesperado e descontínuo, antes que pela continuidade do hábito. A passagem para o digital é uma história de acidentes e de quebras de hábitos, da afirmação do discreto como elemento essencial da criação científica.

O mundo analógico, aquele que, segundo Siegert, fundamenta toda a percepção da “física como ontologia do Estado”²⁶⁷, é fundado pela lógica que afirma, ao menos em sua condição *de jure*, o postulado *causa aequat effectum* (i.e., a força da causa se transpõe na dos efeitos), simbolizado *em última instância* pela máquina de S. Carnot²⁶⁸. A modernidade e suas “máquinas a vapor”, ainda que assumissem a inevitabilidade da segunda lei da termodinâmica (postulada pelo próprio S. Carnot), ainda são fundadas no princípio de causalidade (ainda que “em última instância”, como se disse) como fundamento para o progresso, uma linha em direção à ordem, afastando-se do caos. A passagem para o digital, no entanto, implica um abalo determinante dessa estrutura fundante-fundamental do pensamento²⁶⁹. A axiomática que, de acidente em acidente, se desdobra a partir da defasagem de toda força dispersiva, algo que ocorre desde sempre e desde já, mas que só ganha consistência uma vez presentes condições de possibilidade específicas, implica uma alteração profunda da própria concepção

2: The Lunatic of One Idea, pp. 81–85. Disponível em: <https://public.journals.yorku.ca/index.php/public/article/view/29787/27371>, acessado em 20.10.18 – tradução livre).

²⁶⁷ SIEGERT, B. *op. cit.*, p. 372

²⁶⁸ A máquina de Carnot é uma máquina ideal, capaz de otimizar a energia na produção de trabalho. Partindo da premissa de que o movimento é produzido pela diferença de calor perante a qual, o ar quente se dirige ao ar frio, Carnot propõe uma estrutura capaz de produzir movimento de forma ótima, desconsiderando a segunda lei da termodinâmica. Trata-se de uma idealidade, porém, na medida que qualquer máquina real construída está sempre sujeita à inevitabilidade dos processos entrópicos. Um mundo sem entropia é um mundo sem perda, perante o qual a energia não se dissipa, mas simplesmente se transforma (força heólica, torna-se força elétrica, que se torna força hidráulica, enfim), daí ser possível, nesse contexto, falar de um princípio “*causa aequat effectum*”. Para maiores detalhes, conferir: CARNOT, Sadi. *Betrachtung über die bewegende Kraft des Feuers und die zur Entwicklung dieser Kraft geeigneten Maschinen*. Braunschweig: Edition Vieweg, 1998.

²⁶⁹ “Somente e ao mesmo tempo em que a física como ontologia do Estado – enquanto regência/efetuação da gestão do ente como um todo – é fundada metafisicamente no princípio do trabalho-máquina, essa mesma física é desterritorializada por meio do advento de uma máquina, cujo princípio é o de negar a lei de Mayer *causa aequat effectum*. Essa máquina é o relays telegráfico, criada por Joseph Henry. Essa máquina não funciona a partir da proporcionalidade entre causa e efeito, mas da ‘dissolução’. ‘Para dar conta do movimento intermediário entre calor e equivalência térmica, escreveu Julius Robert Mayer, em 22 de março de 1876, no *Staatsanzeiger Für Wuttemberg*, ‘montei [...], no ano 1842 [...], a fórmula ‘*causa aequat effectum*’. [...] Em outro sentido completamente diverso cuida-se de falar da dissolução da relação entre causa e efeito quando, então, a causa não é somente desigual ou desproporcional face ao efeito, porém quando entre causa e efeito já não há, sobretudo, qualquer relação quantitativa, mas ao contrário, quando na relação entre causa e efeito somente é possível apontar para uma grandeza tendencialmente ínfima” (SIEGERT, B. *op. cit.*, p. 372 – tradução livre).

de causalidade. Implica, aquilo que Bernhard Siegert denomina de “*Relaisprinzip*”²⁷⁰⁻²⁷¹.

Para explicar o que se quer dizer com “*Relaisprinzip*” é necessário uma pequena digressão. Um *relais* é tecnicamente responsável pela diferenciação entre energia e informação ou entre o sinal e o signo. Basicamente, trata-se de uma estrutura semelhante a esta:

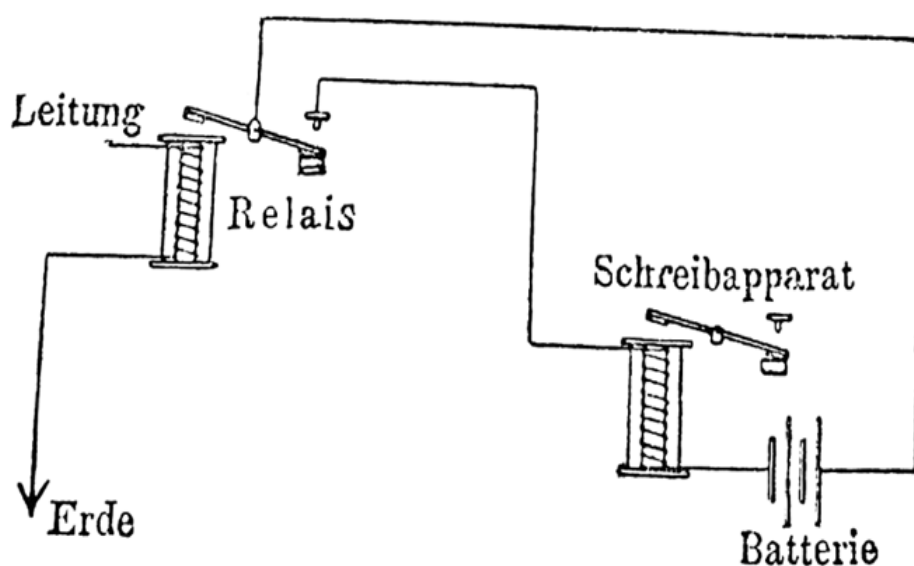


Imagem 03²⁷²

Da esquerda, vem o sinal energético que aciona o relays por meio de uma corrente eletromagnética. O *relais* fecha o circuito à direita e aciona a bateria, cuja energia faz com que o aparelho de escrever se movimente, também por uma

²⁷⁰ “O a priori histórico entrementes que possibilitou as ondas, os tiros e outros fenômenos, enquanto formas de manifestação igualmente fundamentais, em comparação tanto ao princípio analógico da relação entre causa e efeito, como à lei de preservação do calor, apesar de ser apreensível em face de princípios antagônicos a ambos, é o relays eletromagnético. Sobre o fundamento dessa perspectiva, Hugo Theodor Horwitz, o quase esquecido fundador da história da técnica, denominou o princípio de Mayer da dissolução, de modo completamente adequado, de ‘princípio do relays’” (*Idem*, p. 373 – tradução livre).

²⁷¹ Não é que o denominado *Relaisprinzip* negue, de fato, a relação entre causa e efeito. O que ele faz é tornar a “causalidade” uma base frágil para a análise empírica. Essa mudança não é sem consequências, como se pode imaginar. Se, partindo de Spinoza, é possível associar a “ignorância quanto às causas” à noção de um “inconsciente produtivo”, como sugerem Deleuze e Guattari, e se é possível encontrar ecos no próprio Freud de um tal “inconsciente do desejo”, para além de toda domesticação edipiana, é preciso confessar, então, que o alvo desta tese está centrado nesse ponto exato, ainda que Freud e Spinoza se mantenham no pano de fundo das preocupações teóricas apresentadas ao longo de todo o trabalho. Assim, assume-se a conclusão segundo a qual o *Relaisprinzip* não quebra, de fato, a relação entre causa e efeito, mas a força explicativa da premissa de “causalidade” e, além disso, lança a observação empírica nos rastros desse “inconsciente do desejo”.

²⁷² *Ibidem*, p. 568.

corrente eletromagnética. A diferença estabelecida entre signo e sinal permitiu a redução da quantidade de energia necessária para a produção de informação, estando, basicamente, na base da criação do *transistor* que compõe a unidade básica de todo computador, por possuir somente dois “estados”, quais sejam o “on” e o “off”.

Antes da invenção do *relais*, todo canal de transmissão confundia signo e sinal, de modo a exigir, para a transmissão de informação, uma grande quantidade de energia. Ocorre que, segundo se percebeu, ainda no século XIX, a qualidade da informação é inversamente proporcional à quantidade de energia utilizada para transmiti-la. Quanto maior a energia empregada no sistema, maior o ruído, maior o calor, maior o desgaste, enfim, maior a entropia. O essencial do *relais* está em permitir que efeitos múltiplos e importantes sejam produzidos a partir de uma causa relativamente singela. A partir de uma energia fraca e de um sistema evidentemente descontínuo, permite-se a transmissão de informação e é agenciada a nova era midiática.

A partir da ontologia imprimida com a *passagem para o digital*, os acidentes não se sobrepõem simplesmente às denominadas “essências”, mas simplesmente as essências deixam de corresponder ao paradigma estático da substância. Em conformidade à lógica digital, o essencial não é o estático de uma substância imutável, idêntica a si própria, que se afirma sempre a partir da suspensão/superação do mesmo, mas o dinâmico, o *cinético*. O *eidos* há de ser re-significado como imagem e *simulacrum*, em regime de velocidades absolutas. A máquina digital produz *Eidoil/Simulacra* que “*nunca cessam de se dissolver e mudar suas formas, tornando-se elas próprias a silhueta de figuras de todo o tipo*”²⁷³. Para dizer com Virílio, é “*como se a dimensão 0 reassumisse subitamente sua importância digital, em detrimento da linha, da superfície e do volume, dimensões analógicas ultrapassadas...*”²⁷⁴.

Se o *nomos* de um “primeiro” Schmitt (ao menos aquele que escreveu *Land und Meer* e *Der Nomos der Erde*) é ainda constituído pelo princípio analógico, motivo pelo qual as sobreposições entre terra, mar e ar ainda são motivo de surpresa e críticas da parte do autor, importa considerar que o *nomos* de um “segundo” Schmitt, aquele que reconhece a condição fundamental-fundante da passagem para o digital (i.e., o Schmitt que reformula sua célebre frase para

²⁷³ Tradução livre. No original: “(...) *they never cease to dissolve and change their shapes and turn themselves into the outlines of figures of every kind*” (LUCRETIUS. *op. cit.*, p. 287).

²⁷⁴ VIRILIO, P. *O Espaço...* *op. cit.*, p. 28.

destacar que “soberano é aquele que dispõe sobre ondas no espaço”²⁷⁵), deve ser concebido com um *nomos* eminentemente *plástico*. Um *nomos* metamórfico, capaz de contínuas contaminações, disseminações, articulações, agenciamentos, enfim. Da máquina de Carnot ao telégrafo elétrico de Joseph Henry, processa-se uma nova conformação do mundo que, a partir de Malabou, é possível denominar sugestivamente como “*plasticidade*”²⁷⁶.

Esse *nomos* plástico é caracterizado pela capacidade de contínua *reversibilidade* do design geopolítico imprimido ao campo. Decisões fundamentais entre o dentro e o fora, entre o substancial e o acidental, entre o mesmo e o outro, tornam-se absolutamente reversíveis e, não raras vezes, aquilo que antes era agenciado pela lógica alternativa de uma disjunção exclusiva (ou... ou...) passa a ser articulado por uma síntese disjuntiva (e... e...). A ontologia desse espaço não é definida pelo verbo “ser” na terceira pessoa do singular do modo infinitivo, mas pela seriação da disjunção inclusiva agenciada pela série “e... e... e...”²⁷⁷, a indicar a fundamentalidade das oscilações de sinal “1 – 1 + 1 – 1...”, destacadas acima.

É basicamente dessa ontologia oscilatória que Benjamin Bratton trata ao indicar a “reversibilidade” que caracteriza o denominado “*nomos da nuvem*” (*nomos of the Cloud*). Bratton chega a duvidar se realmente se trataria de uma estrutura “nômica”²⁷⁸. Não se trata de questão meramente retórica, como se poderia acreditar inicialmente. O conceito de *nomos* em Schmitt impõe necessariamente o questionamento a respeito da relação entre o discreto e o

²⁷⁵ Tradução livre. No original: “Souverän ist, wer über die Wellen des Raumes verfügt” (HÜSMERT, Ernst. *Die letzten Jahre von Carl Schmitt*. In: TOMISSEN, Piet (Ed). *Schmittiana – 1*. Eclectica 17, Nr. 71-72. Brüssel, 1988, S.43. *Apud*. SIEGERT, B. *op. cit.*, p. 400).

²⁷⁶ “A análise plástica estrutural engaja assim a desconstrução a reconhecer sua dívida metamórfica. É nesse sentido que ela continua, ao conduzir, paradoxalmente, ao mais originário. A estrutura ou a forma de um pensamento – alteridade da filosofia com relação a sua tradição e ante a sua própria destruição – é, a um só tempo, espectro de sua história e esboço de alguma coisa, em si própria, que ainda não nasceu; algo inato, no sentido literal. Uma infância ainda por vir no texto, a promessa de um estado primitivo do texto. A infância é uma idade que não pertence nem à metafísica, nem a sua superação e que é, como a ‘metamorfose’, ao mesmo tempo antes e depois da história, igualmente mítica e ultra-histórica. A infância é o futuro primitivo dos textos” (MALABOU, Cathérine. *La plasticité au soir de l’écriture: dialectique, destruction, déconstruction*. Paris: Léo Scheer, 2005, p. 101 – tradução livre).

²⁷⁷ “Um rizoma não começa e não termina, está sempre em meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo ‘ser’, mas o rizoma possui, por tecido, a conjunção ‘e... e... e...’. Há nessa conjunção tamanha força para solapar e desenraizar o verbo ser” (DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mille... op. cit.*, p. 36 – tradução livre).

²⁷⁸ “O Stack produz o espaço ao ocupá-lo; ele o faz ao pesquisar a abstração, ao absorvê-la e virtualizá-la, que é como lhe é possível considerar se sequer expressa um *nomos*. Se o espaço da computação em escala planetária é uma nova espécie de ‘terreno livre’, então esse ‘terreno’ é terra, mar e ar, tudo ao mesmo tempo, igualmente tangível e efêmero. Pode se encontrar tanto dentro das linhas de um Estado westfaliano e sua óptica legalista interna, como fora de suas fronteiras e soberania; às vezes está tanto fora das fronteiras como internalizado pela visada legal e militar” (BRATTON, B. *op. cit.*, p. 33 – tradução livre).

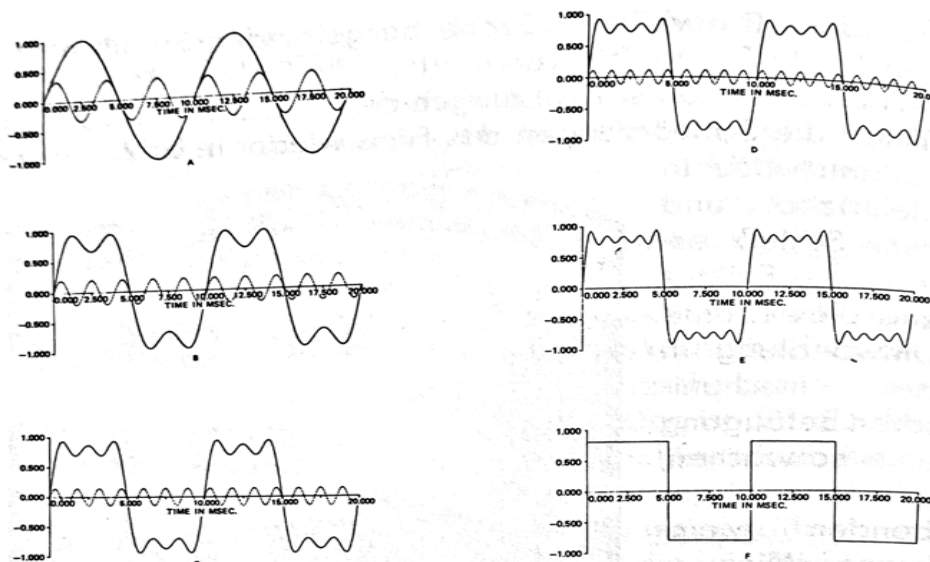
contínuo, pelo que não há como contornar o problema implicado pelas novas tecnologias e pela passagem para o digital²⁷⁹. O denominado “*nomos da nuvem*” tanto é como *não é* caracterizado por uma apropriação de terras (*Landnahme*)²⁸⁰, bem como não possui uma instância decisória soberana capaz de regular a relação entre interior e exterior, ou entre norma e exceção²⁸¹.

O que Benjamin Bratton denomina “reversibilidade”, será preferencialmente nomeado aqui como “oscilação”. Séries de oscilações: dentro e fora e dentro e fora...; sinais e signos e sinais e signos...; norma e exceção e norma e exceção...; “1 – 1 + 1 – 1”... A decisão soberana não se torna simplesmente reversível, mas oscilatória. Oscilações que se tornam responsáveis pela modulação universal de que trata Guattari. A análise de Fourier se torna uma tecnologia política.

²⁷⁹ Jameson é crítico ao analisar o conceito de Schmitt justamente a partir da noção de descontinuidade. O problema da “quebra” e do momento constitutivo de uma nova estrutura legal está no centro da questão. Assim, conferir: “O conceito de *nomos* é uma categoria tanto de periodização, como estrutural (aparentada, para além da noção marxiana de ‘modo de produção’, também às épistemes históricas de Foucault), que inevitavelmente levanta o problema da quebra, não particularmente resolvido pela noção de ‘transição’. Em Schmitt, contudo, o fato da quebra é energizante: primeiro, pois sugere que cada quebra, a desintegração histórica de um dado *nomos*, implicará a produção originalmente histórica de uma nova superestrutura legal ou *Novum*. Esse apelo então sedimenta a noção de um momento constitutivo do poder, do tipo teorizado contemporaneamente por Antonio Negri, e, a seu turno, qualifica o aparente pessimismo da parte inicial da obra” (JAMESON, Fredric. *Notes on the Nomos*. South Atlantic Quarterly, 104, n. 02. Durham: Duke University Press, 2005, p. 202 – tradução livre).

²⁸⁰ “Ao considerar um *nomos da nuvem* à medida em que se contam as fibras-ópticas transoceânicas que também atravessam os continentes, data centers enterrados profundamente nas montanhas, próximos de represas, ao longo de alucinações de engenharia da realidade aumentada, uma inabilidade de permanecer fiel ao provincialismo Schmittiano, somente capaz de venerar o pó e a sujeira, cujas prioridades nômicas são seriamente desafiadas. Nenhuma distinção viável entre terra e água, entre infraestrutura da nuvem e interatividade da nuvem, segundo cartografado por meio de algum espectro que atravessasse o tangível e o virtual, pode sobreviver à insistente curiosidade infantil” (BRATTON, B. *op. cit.*, p. 28 – tradução livre).

²⁸¹ “Para os produtos da soberania do Stack, a decisão a respeito da exceção permanece crucial em diversos modos diferentes, incluindo em relação ao onde e quando a lei é suspensa em favor do drama da violência, mas também onde e quando fronteiras das subdivisões westfálicas possuem preeminência jurisdicional versus outras ordens espaciais. Mais importante, é a reversibilidade da exceção que torna tudo tão tenso; a um só tempo fora da lei e ainda assim determinado pela autoridade da própria lei e disponível para a normalização retroativa a qualquer momento” (*Idem*, p. 21 – tradução livre).



Fourier-Synthese einer Rechteckwelle

Imagem 04²⁸²

O que define a condição do soberano não é, como no “primeiro” Schmitt, a capacidade de suspender a ordem (jurídica) aqui e ali, neste ou naquele momento, mas uma modulação que se estabelece a partir da oscilação de sinais, frequência que pode ser responsável por um cancelamento de frequências contrárias (a figura do *controle* em Burroughs²⁸³) ou pela potencialização de frequências concordantes, como sugerido por Kittler²⁸⁴. Não há suspensão, não há momento de anomia com relação aos eventos eminentemente físicos da *Signal Intelligence*. O modelo de soberania não atende à imagem da faixa de Möbius, que pressupõe uma ordem de continuidade entre interior e exterior, mas à impressão causada pelo efeito estroboscópico da tela do computador. A soberania

²⁸² KITTLER, F. *Grammophon...* op. cit., p. 76.

²⁸³ “O propósito original dos instrumentos de encriptação era de tornar a mensagem ininteligível sem o código de encriptação. Outro uso para os codificadores de fala pode ser o de impor o controle do pensamento sobre uma escala massificada. Considere o corpo humano e o sistema nervoso como instrumento de decriptação. Um vírus comum como a herpes simples pode sensibilizar o sujeito a decriptar mensagens. Drogas como LSD e Dim-N podem atuar como instrumentos de decriptação. Ademais, a mídia massificada pode sensibilizar milhões de pessoas a receber versões encriptadas de um mesmo conjunto de dados. Lembre que quando o sistema nervoso humano decripta e encripta mensagens, elas serão percebidas pelo sujeito como suas próprias ideias que há pouco lhe ocorreram e que, de fato, lhe ocorreram” (BURROUGHS, William S. *The Electronic Revolution*. Livro disponível em: <http://www.ubu.com/historical/burroughs/>, acessado em 22.11.2019).

²⁸⁴ “Quando o ‘controle’ ou o feedback negativo, para falar como os engenheiros, é a chave para o poder nesse século, então a tomada do poder implica o feedback positivo. Circuitar loops infinitos até que o VHF ou o estéreo, a fita sonora ou o codificador, todos esses dispositivos militares provindos das guerras mundiais, produzam ondulações selvagens do tipo Farnborough. Relações que tocam as próprias melodias” (KITTLER, F. *Grammophon...* op. cit., p. 169).

deixa de ser um atributo propriamente “humano” (se é que alguma vez o foi²⁸⁵), para ser assumido pela máquina²⁸⁶.

As unidades discretas de análise sugeridas acima traçam linhas e planos cada vez mais complexos, sempre a partir da interseção entre corpos e agências, *topologia* e *topografia*. O analógico e o digital articulam-se de tal forma que a diferença entre palavras e coisas se torna diminuta, “granular”. A própria categoria “coisa” implode se não for mediada à luz dos regimes de endereçamento e interface aplicados à mídia digital. Tudo aquilo que é computável deve ser inserido, primeiramente, na diagramática da plataforma para sequer existir e ser pensável²⁸⁷. Nesse processo de sedimentação discreta (i.e., de “Computação”), em meio à confluência das linhas de código desenvolvidas ao longo da tarefa de programação, entre o físico e o virtual, ou melhor, *tanto* com relação ao físico *como* em face do virtual, o Mundo se torna produto de *design*.

Computação e Internet, como o *a priori* midiáticos que são, são responsáveis pelo desenho e conformação tanto do espaço físico da terra, como do espaço virtual da rede. Ainda que se possa imaginar uma condição “imaterial” dessa estrutura nômica, o fato é que a “nuvem” é tudo menos pura abstração. Há

²⁸⁵ Derrida dedica dois anos de pesquisa a essa questão essencial: “A besta e o soberano, a besta é o soberano, assim se anunciaria de início nosso casal, um duo, ou melhor um duelo, mas também uma aliança (...). Cabeça à cabeça, face à face, perseguido pelas diferenças sexuais virtuais, entre, de uma parte, a simples conjunção (e.t.) que se lhes apresentaria, oporia e juxtaporia como duas espécies de viventes radicalmente heterogêneos, um ao outro, um infra-humano, o outro humano, ou ainda super-humano e, de outro lado, uma cópula (e.s.t.) que lhes acasalaria em meio a uma espécie de atração ontológico-sexual, de fascinação mútua, de apego comunitário, ou melhor, de semelhança narcísica, um reconhecendo no outro uma espécie de duplo, um que se torna o outro, sendo o outro (e ‘é’ identificatório), a besta senso o soberano, o soberano sendo a besta, um e o outro se encontrando um e outro engajados, na verdade alterados, ou ainda intercambiando em um devir-besta do soberano ou num devir-soberano da besta. A passagem de um até o outro, a analogia, a semelhança, a aliança, o hímen que sustenta aquilo que partilham todos os dois dessa posição bastante singular de estar fora da lei, acima e afastado do direito, a besta ignorando o direito e o soberano possuindo o direito de suspender o direito, de se lançar para além de uma lei que ele próprio é, que ele faz, que ele institui, da qual ele decide soberanamente. O soberano não é um anjo, mas, diríamos, quem faz o soberano, faz a besta. O soberano se faz besta, se faz a besta, por vezes no sentido mais problemático de uma zoofilia, ou ainda de uma bestialidade a qual ainda precisaríamos inventariar, detectar, ou interpretar os sintomas históricos” (DERRIDA, Jacques. *Séminaire: La bête et le souverain*. Vol. I (2001-2002). Paris: Galilée, 2008, p. 59/60).

²⁸⁶ “É neste ponto, na automação da exceção, que a soberania infraestrutural e aquela da plataforma começam. Enquanto a decisão provisional a respeito da exceção é desenhada no seio da tecnologia da linha, o envelope automatizado e a Interface influenciam não somente como a plataforma endereça seus Usuários, mas também como os Usuários programarão a plataforma, de modo que uma outra fundação da geografia política do Stack é estabelecida: a máquina” (BRATTON, B. *op. cit.*, p. 33).

²⁸⁷ “Como dito, cada ‘coisa’ que é incorporada ao Stack deve ser conhecida dele. Para ser conhecido, é preciso ser localizável como uma entidade discreta entre todas as demais. À medida em que o Stack, enquanto megaestrutura, provê a arquitetura global e universal para a computação planetária, o espaço da localização potencial no qual qualquer coisa deve ser situado é igualmente tanto global, como universal. (...) A camada de endereçamento do Stack organiza essa sobreposição desde a grade global de localizações até a instância especificamente local do endereço e vice-versa” (*Idem*, p. 197).

de se falar em um materialismo radical quando se discute a respeito da geopolítica desenvolvida a partir da Computação e da Internet²⁸⁸. Pode-se falar, porém, de uma dinâmica altamente desterritorializadora que está em jogo. Uma desterritorialização que se processa a partir do mais radical desafio à natureza e a seus recursos²⁸⁹. O “desafio” consiste justamente no fato de a nova tecnologia circuitar a terra de modo a transformar suas potencialidades em unidades contabilizáveis, capazes de serem comparadas, medidas, estocadas, divididas, novamente circuitadas, enfim²⁹⁰. Segundo a natureza desse desafio, mesmo que seja identificada uma dinâmica profundamente desterritorializante na Computação e Internet, implica também que novas territorialidades sejam criadas, novas territorializações são impostas. Fala-se em “territorialidades”, porém, na verdade deveria ser dito “espacialidades”. A nuvem é “espacial” (*raumhaft*).

Assim, seguindo Benjamin Bratton, podem ser caracterizadas as seguintes características desse *nomos* da nuvem, todas eminentemente interligadas entre si, cada qual podendo ser compreendida como sobreposições de perspectivas em reforço mútuo em um estado ótimo: (a) ubiquidade da nuvem com relação aos espaços analógicos dos loops territoriais estatais ou com relação à divisão clássica estabelecida entre terra/mar/ar, (b) reversibilidade das decisões fundantes-fundamentais vigentes, que produz não uma mera imprevisibilidade típica de uma instância voluntariosa e arbitrária, mas uma oscilação (modulações singulares e universais) capaz de feedbacks positivos e negativos, potencializando ou interceptando sinais contrários e (c) a crise na relação entre

²⁸⁸ “A nuvem não é virtual; ela é física até mesmo que não esteja sempre ‘em terra firme’, mesmo quando se encontra no mais profundo subterrâneo. Não há nada de imaterial a respeito da informação sem peso que demande tamanha energia da Terra” (*Ibidem*, p. 29).

²⁸⁹ “O Stack é uma máquina faminta e enquanto a população algorítmica tutelada é, em grande parte, sem peso, o processamento do material terrestre é um evento físico e, portanto, a extensão das possíveis transposições entre informação e apetite mecânico possui outro limite que não simplesmente aquele matemático, mas é definido por uma finitude real das substâncias que podem forçar a comunicação entre os dois lados desse encontro. Ademais, como toda megamáquina, a camada terrestre é estrangida socialmente somente na medida em que é tecnologicamente configurada e, portanto, existem economias políticas de máquinas de Turing que somente são acessíveis por meio do desalinhamento e dissimetria entre hierarquias de geografia, energia e programabilidade” (*Ibidem*, p. 82).

²⁹⁰ A despeito de sua pretensão anti-tecnológica, Heidegger deve ser considerado um dos principais pensadores das tecnologias contemporâneas e da nova mídia: “O desabrigar que rege a técnica moderna possui o caráter da posição no sentido de pôr um desafio. Esse desafio ocorre de modo que a energia oculta da natureza é apresada, o apresado é conformado, o conformado é registrado, o registrado é novamente repartido e o repartido, novamente comutado. Apresar, conformar, registrar, repartir e comutar são modos do desbrigar. Esse desabrigar não se processa de modo simples. Tampouco se processa no indefinido. O desabrigo desabriga a si suas vias próprias e emaranhadas, com a finalidade de conduzi-las. Essa condução própria é sobretudo assegurada. Condução e garantia tornam-se as principais características do desabrigar desafiador” (HEIDEGGER, Martin. *Die Frage nach der Technik*. In: *Gesamtausgabe. I. Abteilung: Veröffentlichte Schriften 1910-1976*. Band 7. Vorträge und Aufsätze. Frankfurt a.M.: Vittorio Klostermann, 2000, p. 17).

endereçamento e interface, que faz com que o “código” passe a ser a principal mediação entre linguagem e a coisa no sentido da *immediatez* entre linguagem e coisa²⁹¹.

Investigar a relação que se estabelece entre a condição desterritorializadora da nova mídia digital e a produção de novas conformações geopolíticas é um objetivo fundamental da presente pesquisa.

3.4

COMPUTAÇÃO E INTERNET – O *DESIGN* DO MUNDO COMO ARQUIVO

Computação e Internet, como dito anteriormente, caracterizam-se por pressuporem um mundo como arquivo e, ao mesmo tempo, possuírem o efeito de transformar o mundo em arquivo. Não se trata de um arquivo “representativo”, como um museu ou uma biblioteca, os quais ainda dependem da afirmação *a priori* de um referente real e externo às suas fronteiras, mas da própria conformação do referente (que deixa, por isso mesmo, de ser referente) e, em suma, da conformação de uma auto-referencialidade das mídias disponíveis (afinal, com McLuhan, o “*conteúdo de qualquer mídia é sempre uma outra mídia*”²⁹²). Tampouco a Computação e a Internet podem ser assimiladas a um “performativo” no sentido de Austin²⁹³, pois seus sistemas semióticos não dependem de um campo de forças ilocucionário sobre o qual o *speech act* poderia ser considerado bem ou mal-sucedido. As mídias em questão constituem a própria possibilidade de afirmação de uma dinâmica de forças.

²⁹¹ Pensa-se em Benjamin: “*Toda linguagem comunica a si própria*” (BENJAMIN, Walter. *Über die Sprache überhaupt und der Sprache des Menschen, Aufsatz*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1996, e-book, paginação irregular). Benjamin afirma em outro momento: “*O conteúdo da linguagem não existe; enquanto comunicação a linguagem comunica sua essência espiritual, i.e., uma simples comunicabilidade. A diferença entre línguas é aquela entre mídias que igualmente a partir da profundidade, ou melhor, gradualmente, diferenciam-se entre si; e isso numa perspectiva dupla segundo a profundidade do comunicante (o denominador) e do comunicável (o nome) em meio à comunicação*” (*Idem*, paginação irregular).

²⁹² “*A instância da luz elétrica pode se provar luminosa nesta conexão. A luz elétrica é pura informação. É um médium sem mensagem, enquanto tal, a menos que seja usado para soletrar algum anúncio verbal ou nome. De fato, a característica de toda mídia, significa que o ‘conteúdo’ de todo médium é sempre outro médium. O conteúdo da escrita é a fala, assim como as palavras escritas são o conteúdo da impressão, e a impressão é o conteúdo do telégrafo*” (MCLUHAN, M. *op. cit.*, p. 08).

²⁹³ AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. 2.ed. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

A máquina de Turing se caracteriza, como já dito acima, por ser um dispositivo “incrivelmente primitivo”, efetuado pela desterritorialização da tecnologia da comunicação²⁹⁴. A Computação e a Internet são fundadas a partir da instituição de uma semiótica a-significante (a seriação do código binário 1/0, On/Off), capaz de instaurar uma recorrência de base altamente versátil na medida em que as séries de enunciados são desenvolvidas. De fato, parafraseando Lucrécio, muito pode ser realizado quando nada mais é alterado além da ordem dos elementos²⁹⁵. *World-effacing* e *world-design* são virtualidades inevitavelmente imbricadas uma na outra.

E, ainda utilizando-se da imagem oferecida por Lucrécio, para quem o mundo é constituído pelo acúmulo de partículas primordiais absolutamente indivisíveis (átomos) que, lançadas desde o infinito, chocam-se entre si graças a uma leve declinação (*clinamen*) que lhes permite condensar no plano terrestre²⁹⁶ (i.e., naquilo que *après-coup* é denominado de “plano terrestre”), Benjamin Bratton (a partir de Meillassoux) promove uma duplicação e inversão dessa mesma imagem.

Se de um lado, pode ser afirmado uma figura positiva, segundo a qual a matéria seria computada pouco a pouco em favor da constituição do mundo por sedimentação, pode-se afirmar também uma imagem “em negativo” (uma “imagem em negativo” e não uma imagem negativa, no sentido hegeliano/adorniano, alerte-se) de um mundo que se desdobra (*unfolds*, *se déploie*, *entfaltet*) pouco a pouco por *disseminação*, na medida em que, conforme essa última perspectiva, “átomos de vácuo” se deslocam em meio aos fluxos de matéria, fugindo para todos os lados²⁹⁷.

²⁹⁴ KITTler, F. *Grammophon...* op. cit., p. 33.

²⁹⁵ “*Tantum elementa queunt permutato ordine solo*” (LUCRETIUS. op. cit., p. 68).

²⁹⁶ “Um ponto seguinte nessa matéria que gostaria que você compreendesse: que enquanto os corpos primordiais são lançados no sentido dos seus pesos em uma linha reta por todo o vazio, em ocasião incerta e em lugar incerto, eles declinam um pouco do seu traçado, somente o suficiente a ponto de ser considerado uma mudança no movimento. Pois se não pudessem declinar, tudo simplesmente cairia como chuvas em meio ao vazio profundo, nenhuma colisão ocorreria e nenhum golpe seria causado entre as coisas primevas: pelo que a natureza nunca teria sido produzida” (Idem, p. 113).

²⁹⁷ “O Stack-por-vir (em ruínas) é tanto sólido como dúctil, alternando seu perfil textual de acordo com o como comparamos o resto do mundo físico, quente e frio, molhado e seco, dentro e fora. Vemos isso em como o clinamen, enquanto visão primordial da computação universal, pode acomodar uma imagem-fundamento positiva dos bits calculando-no-voo ao longo do vazio (da computação no mundo), mas também, do universal totalidade completa (do mundo como sombra da computação). Quentin Meillassoux denomina isso de ‘epicurismo inverso’, não um de átomos reais deslocando uns aos outros de forma randômica... em um vazio infinito, mas um de ‘átomos de vazio’ deslocando uns aos outros de forma randômica dentro da infinita plenitude dos fluxos. É então preciso que a desconexão em si seja ultimamente reduzida a uma plenitude de fluxos heterogêneos” (BRATTON, B. op. cit., p. 358). Para a imagem original, conferir: MEILLASSOUX, Quentin. *Subtraction and Contraction: Deleuze, Immanence and Matter and Memory*. In:

Essa imagem complexa (i.e., esse cristal formado tanto pela imagem positiva, quanto por seu negativo) é importante para destacar a dualidade na qual estão inseridas tanto a Computação como a Internet em relação ao mundo físico pleno de virtualidades e aos demais projetos de estratificação disponíveis.

O mundo “físico” (aquilo que Heidegger destacaria como “*Erde*” em contraposição a “*Welt*”) pode ser compreendido como o resultado de uma computação primordial infinita e que nunca chega a um termo “próprio” (cfr. o “planomeno” guattaro-deleuzeano), ao passo que os projetos *tradicionais* de estratificação e construção do campo Simbólico (como é o caso da denominada “galáxia Gutenberg”, ou, para falar com Kittler, do “*Aufschreibesystem von 1800*”) são responsáveis pela projeção de uma “propriedade” a esse plano de virtualidades (i.e., trata-se de uma seleção ou de um projeto de enquadramento dessas potencialidades em determinados limites)²⁹⁸.

Computação e Internet, ao proporem um simulacro de mundo (o qual, todavia, não é menos eficaz que a suposta “realidade”), ou melhor, uma *defasagem* desse mundo, devem ser pensadas como importantes plataformas perante as quais a disputa tanto pelo aprofundamento da lógica *nômica*²⁹⁹, como pelo radical questionamento do discurso do *proprium* pode ter lugar.

MACKAY, Robin (Ed). *Collapse*, vol. 3: *Philosophical Research and Development*. London: Urbanomic, 2007, p. 63/107.

²⁹⁸ “O sistema de inscrição de 1800 revoga a ordem de Lutero, quem pregava para ler a Bíblia ‘palavra por palavra, separadamente’. A antiga ordem é substituída, assim, pela nova de somente permitir a leitura daquilo que estudante e professor, em conjunto, ‘compreendem’. A exortação é formulada de forma bastante clara e, como o ‘somente’ destaca, trata-se de uma seleção e de um controle discursivo como qualquer outro, mesmo quando a hermenêutica agradece seu sucesso à falácia de se posicionar contra toda e qualquer forma de controle” (KITTLER, F. *Grammophon... op. cit.*, p. 28). Kittler fala em outra oportunidade que o computador seria um “*resende Cutter*”, i.e., um editor de cinema. A respeito, conferir: KITTLER, Friedrich. *Optische Medien: Berliner Vorlesung 1999*. Berlin: Merve Verlag, 2011, p. 297.

²⁹⁹ A Internet não é um espaço livre da possibilidade de uma análoga *Landnahme* schmittiana. Para um aprofundamento da questão, conferir os seguintes textos: MUELLER, Milton L. *Networks and States: The Global Politics of Internet Governance*. Cambridge: MIT Press, 2013; MUELLER, Milton L. *Ruling the Root: Internet governance and the taming of cyberspace*. Cambridge: MIT Press, 2004.

(DIA)GRAMÁTICA DA INTERNET – A PASSAGEM DO A-SIGNIFICANTE PARA O PLANO SEMÂNTICO

“Was sich in Siziliumchips, die ja aus demselben Element wie jeder Kieselstein am Wegrand bestehen, rechnet und abbildet, sind symbolische Strukturen als Verzifferungen des Reellen”

(KITTLER, Friedrich. *Optische Medien: Berliner Vorlesung 1999*. Berlin: Merve, 2011, p. 297)

4.1

BLETCHLEY PARK, O A PRIORI DA GRAMATOLOGIA

Conforme estabelecido no capítulo anterior, a defasagem entre técnica e política coalesce no complexo técnico-tecnológico que compõe a estrutura responsável pelo endereçamento (*Adressierung*), armazenamento (*Speicherung*), tratamento (*Verarbeitung*) e transmissão (*Übertragung*) de informação (*tamquam* “dados”) em uma determinada cultura, i.e. aquilo que foi denominado simplesmente de “mídia”³⁰⁰. As diferentes mídias possuem uma natureza precipuamente *nômica*, espacializando seres, saberes e poderes de acordo com específicos regimes de estratificação da realidade. Essa espacialização é também uma forma de *articulação* entre *topologia* (corpo) e *topografia* (agência).

Partindo dos estudos de Fr. Kittler, uma arqueologia da época midiática atual, i.e., a contar do fim da denominada “era Gutenberg”, uma vez superado o monopólio da escrita, pode ser caracterizada por dois momentos sucessivos. O primeiro seria o do *processo de diferenciação* (*Ausdifferenzierung*) entre os

³⁰⁰ Kittler relaciona a ideia de mídia à de *Aufschreibesysteme* (sistemas de inscrição). Nas suas palavras: “O termo sistema de inscrição, como Deus revelou ao conhecimento paranoico de seu presidente Schreber, pode também ser descrito como a rede de técnicas e instituições que permitem, a uma dada cultura, o endereçamento, o registro e a processamento de dados relevantes” (KITTLER, Friedrich. *Nachwort*. In: *Aufschreibesysteme...* op. cit., p. 501 – tradução livre). Comentando a respeito do conceito de mídia em Kittler, conferir ainda: “Quando Kittler trata das mídias, não se trata da roda, do motor a vapor ou da eletricidade, mas do livro ou computador. Ele define o conceito de médium de forma funcional: nem toda técnica corresponde a um médium, somente aquela cujas funções implicam um registro, transmissão e o processamento de informações (...). A definição implica que a informação enquanto tal somente pode ser pensada em direta ligação com o um médium” (KLOOCK, Daniela; SPAHR, Angela. *Medientheorien. Eine Einführung*. 4.Auflage. München: Wilhelm Fink Verlag, 2012, pp. 166/167 – tradução livre).

diversos suportes midiáticos analógicos, em especial, para seguir o rumo da investigação de Kittler, entre *gramofone*, o *filme* e a *máquina de escrever*³⁰¹. Ainda segundo Kittler, a distinção metódica de Lacan, entre o Real, o Imaginário e o Simbólico (o chamado “sistema RSI”) seria tanto a *teoria* como o *efeito histórico* desse processo de diferenciação³⁰²⁻³⁰³. A partir de então, o “homem” se tornou viável/manipulável (*machbar*)³⁰⁴.

É, contudo, com a radicalização desse processo de diferenciação, mais especificamente com Shannon e Turing/Church³⁰⁵, que se pode pensar no segundo momento. A radicalização que aqui se trata de analisar, redundou na recente *subordinação* dos diferentes suportes midiáticos sobre a base do *código digital*³⁰⁶. A contar do final da Segunda Guerra Mundial, a atividade de *leitura* passa a ser definida, em última instância, simplesmente a partir do processo de

³⁰¹ “A incrível figura da unidade, na qual foram lançadas as três mídias da nova era, nunca se tornou uma realidade. No início de nossa era presente se encontra, ao contrário, uma separação ou um processo de diferenciação. (...) O sonho de um mundo real, visível e audível a contar da revelação das palavras esgotou-se. Com a sincronicidade histórica do cinema, fonografia e da máquina de escrever, os fluxos de dados foram também separados e atomizados em ópticos, acústicos e na escrita. Que as mídias elétricas ou eletrônicas tenham conseguido, posteriormente, reunir essas diferenças, não altera nada quanto ao fato dessa diferenciação” (KITTLER, F. *Grammophon... op. cit.*, pp. 26/27 – tradução livre).

³⁰² “A ‘distinção metódica’ de Lacan entre o Real, o Imaginário e o Simbólico é uma teoria (ou também um efeito histórico) desse processo de diferenciação” (*Idem*, p. 27 – tradução livre).

³⁰³ A respeito da apropriação da teoria lacaniana por Kittler, conferir: “Kittler apreende o fato desse processo de diferenciação a partir de uma adaptação própria dos conceitos lacanianos do Imaginário, Simbólico e do Real. (...) A intenção de Kittler é apropriativa na medida em que ele associa essas categorias diretamente às mídias: ele vincula o filme ao Imaginário, a máquina de escrever ao Simbólico e o gramofone ao Real. (...) Ele desenha, de um lado, a técnica midiática como ‘a priori histórico’ da teoria [lacaniana] e descreve, de outro, as mídias como efeito dessa teoria e a partir dos seus conceitos. Em outras palavras: as categorias de Lacan possuem as mídias como pressupostos e, ao mesmo tempo, fornecem uma descrição exata dessas mídias” (KLOOCK, D.; SPAHR, A. *op. cit.*, pp. 188/190 – tradução livre).

³⁰⁴ “Com o processo de diferenciação técnica entre óptica, acústica e escrita, à medida em que esse processo implodiu, em torno de 1880, o monopólio da escrita que vigia desde a criação de Gutenberg, o homem se tornou possível” (KITTLER, F. *Grammophon... op. cit.*, p. 29 – tradução livre). Essa pode ser entendida como a principal contestação de Kittler à teoria da mídia tradicional, fincada na intuição de McLuhan, para quem as mídias seriam “extensões” do homem e do corpo humano.

³⁰⁵ Alan M. Turing e Alonzo Church, cada qual de forma independente, foram responsáveis pela criação do computador enquanto função matemática lógica. Ambos propõem a superação do problema de Hilbert (o famoso “*Entscheidungsproblem*”) por meio da proposição de uma função abstrata associada à computação. A respeito, conferir: CHURCH, Alonzo. *The calculi of lambda conversions*. Annals of Mathematics Studies. num. 6. repr. Princeton: Princeton University Press, 1941; TURING, Allan M. *On computable numbers, with na application to the Entscheidungsproblem*. Proceedings of the London Mathematical Society, Volume S2-S42, Issue 1, 1937.

³⁰⁶ “Gramofone e o filme, que apreendem aqueles dados ‘irregistráveis’, e a máquina de escrever, que, com Heidegger, que é descrito como um ‘híbrido’ entre instrumento e máquina, separam os fluxos de dados em óptica, acústica e escrita (1986, S. 26). A autonomia dos três campos se situa em meio a dois monopólios das técnicas de informação: o anterior, da escrita e o prognosticado, do computador” (KLOOCK, D.; SPAHR, A. *op. cit.*, p. 187 – tradução livre).

conservação ou exclusão de um sinal positivo (+ ou 1) ou de conservação ou exclusão de um sinal negativo (- ou 0)³⁰⁷.

Com Derrida, seria possível afirmar que, a contar do advento da era digital, os processos de espacialização se emancipam da pretensão “falo-(teo)-logocêntrica”. A partir da invenção de Turing, a continuidade (real ou aparente) dos diferentes fluxos de matéria, sujeitos às diferentes mídias à disposição até então, passa a ser subordinada ao processamento digital de sinal (*digital signal processing* ou DSP) e às possibilidades de endereçamento, armazenamento, tratamento e transmissão, próprias à computação³⁰⁸.

Talvez, mais propriamente que de uma simples homogeneização das diferentes mídias no seio do suporte digital, o segundo processo possa ser caracterizado como uma dinâmica de *maquinização* que coloniza o campo Simbólico para afetar (aparentemente *après-coup*, mas uma aparência que não é meramente enganadora) tanto o Real como a dimensão da Imagem. Esse fenômeno de maquinização do Simbólico é responsável pela conformação do Mundo, perante a qual o código, o sinal e o canal de transmissão assumem uma posição de destaque, em detrimento de qualquer dimensão associada à mensagem ou ao sentido³⁰⁹.

A maquinização do Mundo é muito bem representada pelo denominado “Teste de Turing”. Por esse teste, uma determinada instância observadora deve ser capaz de julgar qual dentre os textos redigidos por duas fontes previamente estabelecidas teria sido escrito por uma máquina e qual teria sido produzido por uma fonte humana. É importante considerar que o teste possui muitas aplicações teóricas e práticas.

³⁰⁷ KITTLER, F. *Grammophon... op. cit.*, p. 32.

³⁰⁸ “Os Bits desintegram a aparente continuidade das mídias ópticas e a real continuidade do acústico em letras e essas letras, a seu turno, em números. Registram, transmitem e calculam – milhões de vezes por segundo percorre o processador de sinal digital as três funções necessárias e suficientes das mídias” (*Idem*, pp. 352/353 – tradução livre).

³⁰⁹ Kittler fundamenta sua tese na concepção de informação *tamquam* “dados”, de Claude Shannon, para quem a questão do “sentido” (i.e., o problema hermenêutico) é considerado de menor importância. A respeito, conferir um dos parágrafos iniciais do principal artigo de Shannon a respeito: “O problema fundamental da comunicação é aquele da reprodução, num determinado ponto, exatamente ou, ao menos, aproximadamente, da mensagem selecionada noutro ponto. Frequentemente as mensagens possuem significados; isto é, elas se ‘referem a’ ou ‘são correlacionadas a’, de acordo com algum sistema, certas entidades físicas ou conceituais. Esses aspectos semânticos da comunicação são irrelevantes para a engenharia do problema. O aspecto significativo é que a mensagem atual seja selecionada de um conjunto de mensagens possíveis. O sistema deve ser pensado de modo a operar para toda seleção possível e não somente para aquela que será, de fato, escolhida, uma vez que não se pode sabê-lo no momento em que se desenha o projeto” (SHANNON, Claude E. *A Mathematical Theory of Communication. In: Collected Papers*. New Jersey: IEEE Press, 1992, p. 05 – tradução livre).

Imiscuindo o teórico no prático, o virtual no atual, pode-se chegar a uma radicalização do teste para compreender o encadeamento (*Verschaltung*) de todos os participantes em um circuito de feedback infinito (*Endlosschleife, structure de renvoi*). Cada *input* no sistema seria percebido pelos demais como um *output* a ser julgado em fase subsequente (se emitido por máquina ou por alguém humano). A repetição infinita do teste implicaria o aprimoramento das respostas por parte da máquina (cuja memória é alimentada a cada nova fase), ao passo que os humanos se converteriam em mera instância de controle da fidelidade das respostas oferecidas pela máquina. A interface de cada partícipe do teste corresponderia a uma espécie de *relais*³¹⁰, dissociando o sinal da mensagem, de modo que o funcionamento contínuo do sistema é garantido na medida em que o circuito é alimentado por um fenômeno autoregulado. Pode-se dizer que as redes sociais assumem exatamente essa dinâmica formal como princípio de funcionamento, mas seria ingênuo resumir essa dinâmica às pretensões de qualquer gigante do Vale do Silício.

A questão primordial do teste de Turing, o que pode ser sugerido a partir da radicalização apontada, porém, não é tanto que a máquina, por ser capaz de aprender com as experiências passadas, aprende a recair em erros cada vez mais “humanos”. O elemento mais fascinante do teste é que, pelo fato de não possuir um fim definido, o humano passa a ser controlado pela máquina de tal forma, de modo a se atingir um ponto de indistinção entre o *simulacrum* e o suposto original³¹¹. No contexto onde só há simulacros, não é a máquina que se torna cada vez mais humana, mas a humanidade do humano que se torna cada vez mais maquínica. Encontra-se a aplicação política para a análise de Fourier na denominada “modulação universal”.

O Mundo que assume o Teste de Turing como seu pressuposto é sumamente infamiliar (*Unheimlich*)³¹². A erosão da certeza face às categorias do

³¹⁰ Toda interface é um *relais*. Sobre o conceito de Interface: “Uma interface é qualquer ponto em contato entre dois sistemas complexos que governam as condições da troca entre esses sistemas” (BRATTON, B. *op. cit.*, p. 220 – tradução livre).

³¹¹ “No jogo de Turing o denominado ‘homem’ se confunde com sua simulação” (KITTLER, F. *Grammophon... op. cit.*, p. 31 – tradução livre).

³¹² “‘Um dos artificios mais seguros, para despertar facilmente efeitos infamiliars por meio de contos’, escreve Jentsch, ‘consiste em deixar o leitor na incerteza se ele tem diante de si, em uma determinada figura, uma pessoa ou um autômato, de tal modo que, de fato, essa incerteza não aparece diretamente no ponto central de sua observação, com isso ele não seria imediatamente estimulado a investigar e esclarecer as coisas, porque, assim, como se diz, o efeito específico desse sentimento facilmente diminui. E. T. A. Hoffmann, em suas peças fantásticas, desempenhou, com êxito, essa manobra psicológica” (FREUD, Sigmund. *O Infamiliar*. In: Obras completas de Sigmund Freud. Trad. CHAVES, Ernani; TAVARES, Pedro Heliodoro. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, pp. 49/51).

homem e da máquina, do vivo e do não-vivo, são nota determinante da atual era midiática. O ponto de indeterminação é possível somente na medida em que a escrita assume sua conformação materialista, que não podia eclodir em momento anterior. A passagem para o digital implica uma articulação curiosa entre *corpos* e *signos*. Talvez por isso, a gramatologia derridiana, como a crítica ao falo-(teo)-logocentrismo, já tenha sido consumada antes mesmo de nascer sob o nome de “gramatologia”. Ou melhor, talvez seja o momento de dizer, que Derrida somente pôde escrever a “sua” gramatologia, pois Turing e Shannon já haviam feito seu papel.

O esgotamento da potencialidade da escritura fonética foi consumado nos bunkers de *Bletchley Park*³¹³. Mas talvez seja possível ir além na provocação que introduz o presente capítulo para afirmar que Turing desconstrói *avant la lettre* a própria gramatologia derridiana. Para tanto, é preciso desvincular o projeto de uma gramatologia geral da crítica dirigida à suposta “metafísica ocidental”, tal como Derrida a entende. Talvez, por essa razão, seja necessário apontar para o *a priori* midiático do projeto gramatológico, assumindo-se a indesejabilidade (para além da mera impossibilidade) última de uma *epoché* das substâncias midiáticas, tal como pressuposto pelo conceito derridiano de arqui-escritura. Assume-se, como premissa, o seguinte: a gramatologia derridiana, que somente pôde surgir no pós-Guerra por uma razão muito específica, é cega (intencionalmente) para os seus pressupostos midiáticos. Somente levando essa premissa à sério, porém, será possível suspender (*aufheben*) o anacronismo derridiano em favor de uma gramatologia mais consequente face a essas potencialidades históricas do fenômeno midiático apontado no primeiro capítulo. A essa nova gramatologia, confere-se o nome de “(dia)gramática”.

O presente capítulo será dedicado, portanto, ao desenvolvimento dessa proposta de *desvinculação* e *desconstrução*. Derrida é ainda atrelado ao que ele mesmo propõe superar, na medida em que seu projeto de desconstrução da metafísica ocidental não prescinde de uma certa adesão irrefletida ao objeto da

³¹³ “Primeiramente o enigma possui uma vantagem prática ou desvantagem teórica, que é o fato de suas cifras desenharem um grupo auto-invertido. De modo a ser encriptado e decryptado pela mesma máquina, os pares de letras devem ser comutáveis. Assim quando o OKW, seu O for cifrado como K, então o K deve ser cifrado, por sua vez, como um O. Daí se segue que, em segundo lugar, ‘a característica peculiar de que nenhuma letra possa ser cifrada por si própria’. Em nenhuma hipótese o OKW poderia estar em posição de escrever o próprio nome. Essas mínimas, mas denunciadoras implicações foram submetidas, por Turing, a uma análise sequencial que sopesava todas as probabilidades de solução e, assim, permitia conduzir a tarefa. Com a capacidade de julgamento automatizada, a deusa oriental processou permutação após permutação, até que, da sopa de letrinhas adveio novamente o texto claro. Guerra das máquinas de escrever” (KITTLER, F. *Grammophon... op. cit.*, p. 369).

crítica. A gramatologia derridiana não é a estratégia original e deflagradora, capaz de consumir a superação da metafísica tradicional (caracterizada como “logocêntrica”), mas uma consequência da superação dos limiares que caracterizavam a antiga época midiática, apontando *après-coup* (como num *delay* de sinal) para o esgotamento da denominada “escritura fonética”. A gramatologia derridiana é um fenômeno de *Nachträglichkeit* e, nessa condição, a cegueira face às suas próprias condições de possibilidade é (sua) condição de existência.

Pode-se dizer que o argumento derridiano se torna tanto mais audacioso à medida em que o desengajamento face a essas condições de possibilidade avança³¹⁴. De fato, a audácia derridiana se manifesta a partir da pretensão em encontrar uma linha de continuidade entre os diferentes exemplares de uma suposta “Metafísica” (com “M” maiúsculo), para que assim lhe seja permitido pensar o absolutamente *diferinte* (o que é denominado de “*écriture*”). A linhagem estabelecida entre Platão – Rousseau – Saussure – Lévi-Strauss, tal como desenvolvida pelo filósofo franco-argelino, não questiona a respeito do *a priori* midiático de cada qual de seus exemplares, para os fins daquilo que Derrida define como a “época da fala plena”. Pressupõe-se que “escritura” sempre significou (quis-dizer, *bedeutet*, *voulait-dire*, *meant*, enfim) a mesma coisa. Essa premissa merece ser devidamente relevada (*aufgehoben*, para utilizar termo caro ao próprio Derrida).

Derrida, longe de se apresentar como um filósofo “original”, fornece o diagnóstico de seu tempo e do esgotamento que o caracteriza. Nessa medida, seu projeto gramatológico é o programa de um pensador *voyou*. Acredita-se que sua filosofia é tão mais contemporânea, e tão mais pregnante, na medida em que essa condição é aceita e desenvolvida até o limite.

Dentre as propostas do presente capítulo não está aquela de “superar” toda a Metafísica ocidental. Propõe-se, neste primeiro momento, simplesmente apontar o fundamento metafísico da gramatologia derridiana e algumas de suas consequências. Neste capítulo, portanto, o argumento exposto n’A Gramatologia será encaminhado por diferentes veredas. Ao final, a desconstrução do projeto derridiano implicará algumas considerações a respeito da relação entre a suspensão (*Aufhebung*) da metafísica tradicional e o modo de expressão das mídias que esta tese se propõe a analisar.

³¹⁴ A referência a audácia de Derrida aqui não é, de modo algum, pejorativa ou empregada em desfavor de seu pensamento, frise-se. Muito pelo contrário. A intenção é destacar a importância de sua filosofia em sua positividade e não por aquilo que lhe falta. A “cegueira” que aqui se trata de analisar não é um “erro”, mas uma errância do pensamento. Pensamento errante, como as poucas linhas desta tese pretendem ser em não menor medida.

4.2

POR UMA RECONSIDERAÇÃO DA GRAMATOLOGIA DE DERRIDA A PARTIR DO DEBATE A RESPEITO DA GLOSSEMÁTICA DE HJELMSLEV

A gramatologia derridiana é fundada em audaciosa premissa, como se assentou acima. Essa premissa consiste (a) *tanto* na assimilação do projeto filosófico ocidental, desde suas origens gregas até a contemporaneidade, àquilo que Derrida denomina de “fonetização” da escritura, (b) *como* no anúncio do esgotamento desse paradigma (daí a necessidade da *desconstrução* d’A *Metafísica*). Se é possível apresentar uma breve definição, pode-se dizer que a gramatologia consiste em uma filosofia *da* fronteira³¹⁵ (e, aqui, o genitivo assume toda sua significância) que, de forma ambivalente, anuncia um novo paradigma sem deixar o anterior (de fato, importa destacar que Derrida, ao longo de sua obra, questiona se tal passagem seria sequer possível, daí a importância do tema do “messianismo” em seu trabalho filosófico e político).

Segundo premissa assumida pela gramatologia de Derrida, portanto, a vinculação da escrita à *substância fonética* seria o fundamento primeiro daquilo que ele denomina de “metafísica ocidental” como a era do logocentrismo. Logocentrismo corresponde a uma determinação tanto transcendente, como transcendental, que possibilita a naturalização de toda e qualquer conceptualização de dominação (e, conseqüentemente, toda experiência de emancipação) a partir da vinculação das diferentes formas de expressão ao paradigma da presença pela voz, pelo que se permite a construção de complexo sistema de diferenças (dentro/fora, natureza/cultura, presente/ausente, forma/fundo, enfim) a serviço de específica concepção de saber e poder, responsável por sínteses e análises em última instância arbitrárias, capazes de

³¹⁵ É possível considerar que Derrida apresenta uma filosofia da fronteira ou da “*brisure*”. Sobre os termos, fronteira e “*brisure*”, considerar esses comentários de Hillis Miller: “A *fratura* é genuinamente uma palavra antitética, como ‘*Unheimliche*’. ‘*Fratura*’ significa, ao mesmo tempo, duas coisas opostas: uma dobradiça ou articulação que conecta duas coisas separadas e a quebra que divide duas coisas separadas. Em ambos os casos, a palavra ‘*fratura*’ denomina algo que vai ‘entre’, na qualidade tanto de separador, como de conector” (GASTON, Sean; MACLACHLAN, Ian. *Reading derrida’s of Grammatology*. London: Continuum, 2011, p. 41).

conformar o campo dos possíveis que compõem aquilo que essa mesma tradição pode chamar, sempre *après coup*, de “História Ocidental”³¹⁶.

Para habilitar a tarefa de desconstrução da metafísica ocidental, a gramatologia recorre a panteão bastante conhecido. No seu centro, porém, pode ser incluída a semiologia de Saussure que o próprio Derrida considera consubstanciar a ambivalência da fronteira, abrindo-se tanto para o paradigma fonologizante, como a uma espécie de *plus ultra* denominado *écriture*, *archi-écriture*, *écriture au sens stricte*, enfim. Não somente Rousseau e Lévi-Strauss, mas também Platão, Leibniz, Hegel entre outros, todos os pensadores tratados na gramatologia de Derrida são considerados a partir da semiologia saussuriana, que exerce uma espécie de *vis attractiva*, como uma espécie de buraco negro.

Nesse contexto de atração, contudo, desponta curiosamente um tanto fora de foco a posição assumida pelo representante da Escola de Copenhague, Louis Hjelmslev, no projeto gramatológico. A crítica à obra de Hjelmslev ganha espaço numa extensa parte do livro I da Gramatologia, contudo, os pontos levantados a respeito sugerem a necessidade de revisitar os argumentos expostos por Derrida. Tal análise de sua disputa (extemporânea) com Hjelmslev é importante para confirmar a necessidade de um pensamento que leve a sério a determinação midiática dos possíveis, como anunciado no primeiro capítulo.

A incapacidade de Derrida de considerar positivamente a glossemática de Hjelmslev é apreciada, neste momento, como um sintoma de um mal-estar, ou melhor, de um apego (recalcado/sublimado) à própria “Metafísica Ocidental”. Uma espécie de *resto* que paradoxalmente permanece e resiste aos sinais do tempo. Neste âmbito do debate, está em questão justamente uma disputa a respeito das potencialidades midiáticas.

Pois bem, a primeira menção ao nome de Hjelmslev aparece no momento em que Derrida anuncia a ambivalência do discurso saussuriano: “Assim, algo é escrito no discurso saussuriano, que jamais foi escrito e que não é nada além que a própria escritura como origem da linguagem”³¹⁷. Essa ambivalência encontra

³¹⁶ “Apresentamos assim, desde já, que o fonocentrismo se confunde com a determinação historial do sentido do ser em geral como presença, com todas as sub-determinações que dependem dessa forma geral e que organizam nele o seu sistema e o seu encadeamento historial (presença da coisa geral para os olhos como eidos, presença como substância/essência/existência (ousia), presença temporal como ponta (stigmè) do agora e do instante (nun), presença a si próprio do cogito, consciência, subjetividade, co-presença do outro e de si, intersubjetividade como fenômeno intencional do ego etc). O logocentrismo seria assim solidário da determinação do ser como sendo presença” (DERRIDA, J. *De la grammatologie...* op. cit., p. 23 – tradução livre).

³¹⁷ “Assim, alguma coisa se inscreve no seio do discurso saussuriano, algo que nunca foi dito antes e que não é nada além do fato de a escritura, ela própria, corresponder à origem da linguagem” (*Idem*, p. 64 – tradução livre).

esteio nos diferentes caminhos seguidos pelos semiólogos saussurianos e, em especial, pela diferença de tratamento das lições do pai da semiologia (a) pela dupla, Jakobson e Halle, e (b) por Louis Hjelmslev. Ao passo que a linha “fonologista do projeto saussuriano” foi mais desenvolvida pelos primeiros, Hjelmslev teria desenvolvido aquilo que se poderia denominar de um “ponto de vista ‘algébrico’”³¹⁸.

Pouco mais adiante na leitura de *De la Grammatologie*, é realizada a comparação entre a semiótica peirceana e da fenomenologia husserliana. A partir da análise desenvolvida na oportunidade, se Peirce está mais próximo da promessa original da fenomenologia que o próprio Husserl, tal se deve em razão de um específico estatuto assumido pelos signos no contexto da semiótica. A falta de um significado transcendente-transcendental, para a semiótica, impõe uma aproximação do conceito de signo ao conceito de jogo. Essa aproximação, contudo, seria impossível para os semiólogos (e Derrida é expresso em destacar que essa impossibilidade se estende “*de Saussure a Hjelmslev*”), tendo em vista a incapacidade da linhagem saussuriana de separar a *linguística* da *semântica*³¹⁹. No contexto dessa análise, Derrida promove uma nova classificação, dividindo, de um lado, uma tradição analítica (os linguistas americanos, capitaneados por C. S. Peirce) e, de outro, a tradição continental, que compreende a linguística supostamente produzida pela linhagem que percorre “*de Saussure a Hjelmslev*”.

Perceba-se, em resumo, que o pensamento derridiano propõe uma sequência de valorações e comparações, cindindo, *num primeiro momento*, a própria tradição saussuriana desenvolvida (a) por Jakobson, Halle, A. Martinet³²⁰

³¹⁸ DERRIDA, Jacques. *De la grammatologie*. Paris: Minuit, 1967, p. 64. Em outro trecho, Derrida destaca: “(...) Jakobson julga impossível e ilegítima a indiferença à substância fônica da expressão. Ele critica assim a glossemática de Hjelmslev, quem requer e pratica a neutralização da substância sonora” (*Ibidem*, p. 78 – tradução livre).

³¹⁹ “Somente há signos a partir de quando há sentido. We think only in signs. O que vem arruinar a noção de signo no momento mesmo quando, em Nietzsche, sua exigência é reconhecida no absoluto de seu direito. É possível chamar de ‘jogo’, a ausência do significado transcendental como ilimitação do jogo, quer dizer como esfacelamento da onto-teologia e da metafísica da presença. Não é surpreendente que as consequências dessa desintegração, condicionam a metafísica desde sua origem, deixam-se denominar como tal à época onde, recusando de ligar a linguística à semântica (o que ainda fazem todos os linguistas europeus, de Saussure a Hjelmslev), expulsando o problema do meaning para fora de suas pesquisas, certos linguistas americanos se referem sem parar ao modelo do jogo” (*Ibidem*, p. 73 – tradução livre, trechos em língua estrangeira constantes do original).

³²⁰ Em extensa nota de rodapé, Derrida faz alusão à crítica que A. Martinet promove à glossemática. De certo modo, ela resume bem a crítica “fonologista” a Hjelmslev: “Hjelmslev é perfeitamente lógico consigo próprio na medida em que declara, na p. 92, que um texto escrito tem, para o linguista exatamente o mesmo valor que um texto recitado, posto que a escolha da substância não importa. Ele se recusa a admitir que a substância falada seria primitiva e que a substância escrita, derivada” (MARTINET, André. *Au sujet des fondements de la théorie linguistique de L. Hjelmslev*. In: *Bulletin de la Société de Linguistique de Paris*, t. 42, p. 40). O texto de A. Martinet,

e outros, que consideram ser a substância fônica como a base da linguística, em face (b) daquela outra perspectiva “mais algébrica”, de Hjelmslev, para quem a fonologia não possuiria qualquer precedência *natural* face às demais substâncias de expressão. *Num segundo momento*, porém, Derrida parece dar um passo atrás, diferenciando entre (c) o projeto de Peirce, cuja semiótica prescinde do recurso a um significado transcendente-transcendental e, por essa razão, seria capaz de prescindir da semântica, e (d) o projeto semiológico em Saussure (cuja linhagem, sempre segundo Derrida, é seguida *até Hjelmslev*), para quem a separação entre linguística e semântica não seria possível.

Seguindo a série de distinções desenvolvidas por Derrida, na Gramatologia, a glossemática de Hjelmslev ficaria a meio caminho entre a tradição semiológica de Jakobson e a semiótica de Peirce. Isso, pois, a despeito de fazer a crítica da relação natural com a *phoné*, a glossemática, com sua análise declaradamente *imanente*, articularia um movimento *insuficiente* para justificar a dispensa da semântica. Insuficiente, pois, sempre segundo a análise de Derrida, nunca poderia vir a ser mais do que uma crítica “regional”.

A questão central aqui está em como Derrida compreende essa “imanência” e qual a solução proposta para fugir dos problemas dela decorrentes. Isso porque Derrida lê a imanência de Hjelmslev a partir da transcendência de Husserl. Ou melhor, para provocar a partir do próprio Husserl, Derrida imputa uma intencionalidade a Hjelmslev que torna a sua obra inconsistente e incoerente consigo mesma. Chega a ser realmente curioso ler que a glossemática “*coloca entre parênteses*” a substância do sentido e do som³²¹. Ou seja, a imanência de Hjelmslev é lida por Derrida a partir de um fundo de transcendentalismo fenomenológico, a partir de onde surgem uma série de problemas supostamente não resolvidos por Hjelmslev (afinal, como poderiam sê-lo?!).

Como solução para os problemas identificados na glossemática, Derrida apresenta o conceito de “*traço*” como uma “não-origem”, ou, o que viria a ser o mesmo, como a “origem da origem”³²². Para Derrida, Hjelmslev proporia, em

encontra-se disponível na internet em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k121060/f160.image>, acessado em 31.05.2020 – tradução livre).

³²¹ “O estudo do funcionamento da língua, de seu jogo, supõe que se põe entre parênteses a substância do sentido e, dentre outras substâncias possíveis, aquela do som. A unidade do som e do sentido está bem aqui, como nós a propusemos mais acima, o fechamento assegurador do jogo. Hjelmslev situa seu conceito do esquema ou jogo da língua na descendência de Saussure, de seu formalismo e de sua teoria do valor” (DERRIDA, J. *De la grammatologie...* op. cit., p. 84 – tradução livre).

³²² “O vestígio não é somente o desaparecimento da origem, mas quer dizer aqui – no discurso que adotamos e segundo os caminhos que seguimos – que a origem não simplesmente

conjunto com e a partir de (um certo) Saussure, a *neutralização* da substância fônica, sem, contudo, pensar a *aporia* da origem (i.e., sem apontar para uma solução para o problema da origem). Em razão disso, o representante do Círculo de Copenhagen ainda não seria radical o suficiente para pensar a neutralização de toda e qualquer substancialidade, tal como proposto pela gramatologia a partir do conceito de *traço*.

As noções de *traço*, *différance* e *arqui-escritura* são tratadas como a condições (transcendentes e transcendentais) de possibilidade de todo sistema linguístico, de modo que, em razão dessa mesma condição, não estão inseridas no contexto da própria linguagem, mas a precedem *de direito*³²³. Segundo se depreende d'A Gramatologia, Hjelmslev criticaria tão-somente a ideia de uma linguagem “naturalmente” vinculada à substância fônica, num argumento bem delimitado, ao passo que o arrojado projeto derridiano propõe o conceito de *traço* como o *a priori* de toda substancialidade, de modo que o desenvolvimento da glossemática ainda seria considerado bastante conservador³²⁴.

Essa definição é importante, pois Derrida se contrapõe necessariamente à concepção “ingênua” de imanência (que ele próprio cria e, todavia, atribui a Hjelmslev) para destacar que a linguagem, de certa forma, é condicionada pela noção de *traço*. Para Derrida, o condicionamento da linguagem pelo *traço* não é operado desde o interior, mas também não pode ser condicionado desde algum ponto “rigorosamente” exterior.

A transcendência de que trata a gramatologia é impossível de ser apreendida a partir dos conceitos de interior/exterior. Com isso, Derrida supõe duas coisas: (a) *primeiramente*, que a linguagem, ao invés de ser uma expressão

desapareceu, mas que ela jamais sequer foi constituída se não por uma espécie de desvio por uma não-origem, o vestígio, que se torna, assim, origem da origem” (Idem, p. 90 – tradução livre).

³²³ “Essa é a *arqui-escritura*, movimento da *dyferença*, *arqui-síntese* irredutível, a medida em que abre de uma vez, numa só e mesma possibilidade, a temporalização, a relação a outrem e a linguagem, não pode, enquanto condição de todo sistema linguístico, fazer parte do próprio sistema linguístico, ser situada como um objeto em seu campo. (o que não quer dizer que ela teria um lugar real alhures, um outro sítio assinalável). Seu conceito não poderia enriquecer em nada a descrição científica, positiva e ‘imanente’ (no sentido de Hjelmslev confere a essa palavra)” (*Ibidem*, p. 88 – tradução livre). Escolheu-se traduzir “*différance*” por “*dyferença*” ao invés de “*diferença*”, no intuito de oferecer uma experiência análoga ao que o termo derridiano promove no francês. Trata-se de uma escolha puramente pragmática.

³²⁴ “O *vestígio* (puro) é a *dyferença*. Ela não depende de nenhuma plenitude sensível, audível ou visível, fônica ou gráfica. Ela é, ao contrário, a condição dessas plenitudes. Ainda que ela não exista, ainda que ela não seja jamais um ente-presente, fora de toda plenitude, sua possibilidade é anterior em direito a tudo aquilo que se denomina pelo nome de ‘*signo*’ (significado/significante, conteúdo/expressão, etc.), conceito ou operação, motora ou sensível. Essa *dyferença* não é, então, mais sensível que inteligível e ela permite a articulação de *signos* entre si no interior de uma mesma ordem abstrata – de um texto fônica ou gráfico por exemplo – ou entre duas ordens de expressão (...). A *dyferença* é então a formação da forma. Mas ela é, de outro lado, o ser-impreso da imprensa” (*Ibidem*, p. 92 – tradução livre).

imane de suas condições, emana (ou dimana) transcendentemente (hiperbolicamente) de um ponto fantasmático que assombra toda a estrutura, algo que é denominado como “arqui-escritura” e, (b) *em segundo lugar*, que não pode haver uma experiência apropriada da *différance* (por isso, lembra, o termo “experiência” deve ser sempre empregado “*sous rature*”), pois o paradigma da presença é insuficiente para apreendê-la, dada a sua transcendência radical.

Ambos os argumentos são dirigidos como contrapontos à glossemática, na medida em que Hjelmslev pensa a imanência como oposição à transcendência e que todo o projeto do dinamarquês está centrado no denominado “princípio empírico”³²⁵. Ocorre que, sem querer reduzir as diferenças a um mero descordo semântico, deve ser destacado que Derrida e Hjelmslev não falam a mesma “língua”. Não se dirigem às mesmas coisas quando empregam os termos imanência, transcendência e experiência, por exemplo. Isso não quer dizer que haveria, por detrás de todas as divergências puramente terminológicas, um fundo de consenso essencial entre ambos os pensadores (ao menos essa tese não é avançada nestas poucas páginas). Simplesmente deve ser reconhecido que Derrida e Hjelmslev não estão no mesmo nível, um com relação ao outro. Essa assimetria, contudo, é relevante para o que aqui será desenvolvido.

A crítica imanentista-hjelmsleviana da experiência não permitiria pensar a “*experiência da arqui-escritura*” (Derrida insiste no termo reconhecidamente paradoxal em mais de uma oportunidade), pois todo empirismo em Hjelmslev seria sempre *regional* e *limitado* pela ideia de uma linguística imanente na sua versão ingênua (que corresponderia a um sistema fechado em si mesmo e descontínuo face à história, psicologia, fisiologia, sociologia etc.), ao passo que a experiência *transcendente-transcendental*, de que trata Derrida, implicaria a abertura de um espaço hiperbólico, a partir do qual a própria origem é implicada³²⁶.

Derrida afirma que o imanentismo de Hjelmslev não seria suficientemente radical, pois sua crítica ingênua ao conceito de experiência redundaria em uma espécie de objetivismo cientificista responsável por trair inexoravelmente o

³²⁵ Segundo esse princípio: “A descrição deve ser não contraditória, exaustiva e tão simples quanto possível. A exigência de não-contradição sobressai aquela de descrição exaustiva, a exigência de descrição exaustiva sobressai sobre aquela de simplicidade” (HJELMSLEV, Louis. *Prolégômenes à une théorie du langage*. Paris: Minuit, 2017, p. 19 – tradução livre).

³²⁶ “Assim, por exemplo, a experiência na qual ‘a teoria, diz Hjelmslev, deve ser independente’ não é o todo da experiência. Ela corresponde sempre a um certo tipo de experiência factual ou regional (histórica, psicológica, fisiológica, sociológica, etc), conferindo lugar a uma ciência que, ela própria, é regional e, enquanto tal, rigorosamente exterior à linguística. Não é disso que se trata no caso da experiência como arqui-escritura” (DERRIDA, J. *De la grammatologie... op. cit.*, p. 89 – tradução livre).

desígnio inicial³²⁷. Mas aqui é que a crítica assume um ar de caricatura. Derrida assume, como premissa, o argumento já desenvolvido com relativo sucesso no seio da Sociedade Linguística de Paris, por A. Martinet, para sugerir que a proposta de Hjelmslev teria, como consequência, a abstração da substância, fônica e semântica³²⁸. Assim fazendo, Derrida trata sua querela com Hjelmslev de forma menos rigorosa do que a glossemática mereceria. Isso é curioso em mais de um sentido, a merecer uma clínica.

Primeiramente é curioso, pois Derrida parece se fiar no argumento “fonologista” de A. Martinet contra Hjelmslev, sendo que o próprio Derrida propõe um conceito de origem completamente desvinculado de toda substancialidade³²⁹. Derrida e Hjelmslev são mais próximos entre si, na crítica à primazia da substância fônica, do que o próprio Derrida é capaz de dar crédito, ao se utilizar da crítica de A. Martinet contra Hjelmslev para desenvolver sua análise a respeito do que ele considera ser o “*imanentismo ingênuo*” da Escola de Copenhague. Ao que parece, no afã de afirmar a singularidade de sua própria posição, Derrida abre mais flancos do que o necessário. Sua solução para todos os problemas criados, contudo, não perpassa pelo adensamento das escolhas feitas, mas por um salto hiperbólico na noção de *arqui-escritura*³³⁰.

Essa peculiaridade, contudo, conduz a um segundo ponto diretamente conectado. A imanência em Hjelmslev, se fosse levada a sério, não poderia redundar na constituição de um conceito “rigorosamente externo” e, portanto, simplesmente “regional” de experiência, no sentido proposto por Derrida. Em igual medida, caso a imanência fosse levada a sério, seria reconhecido que Hjelmslev não propõe a exclusão da fonologia da linguística, ao contrário do que afirma A.

³²⁷ “Sem isso, o progresso decisivo completado pelo formalismo respeitoso da originalidade de seu objeto, do ‘sistema imanente de seus objetos’, é limitado pelo objetivismo científico, quer dizer, por uma outra metafísica despercebida ou inconfessada. Que reconhecemos, não raras vezes, ao trabalho da escola de Copenhague” (*Idem*, p. 90 – tradução livre).

³²⁸ Cfr.: MARTINET, A. *Au sujet... op. cit.*. As divergências de A. Martinet em face da glossemática pode ser registrada a partir do seguinte ponto: “Hjelmslev não está errado, absolutamente, de criticar os filósofos em face de certas inconseqüências e um abuso dos métodos indutivos. Mas ele poderia assinalar que os fonólogos deram conta, em grande medida, das críticas que lhes foram dirigidas pelos glossemáticos, em uma época na qual, esses últimos, não eram nada além de ‘fonemáticos’. (...) Da exata forma que Hjelmslev, porém, sem dúvidas, de forma muito mais implícita, os fonólogos partem do texto como um todo para reduzi-lo aos seus elementos. É, essencialmente, sobre o grau de utilização da substância que divergem os dois pontos de vista, Hjelmslev a descarta deliberadamente inteira, a fonologia, por seu turno, ao reter tudo aquilo que possui valor distintivo e que lhe parecia indispensável para identificar o objeto de seu estudo” (*Idem*, pp. 41/42 – tradução livre).

³²⁹ DERRIDA, J. *De la grammatologie.. op. cit.*, p. 92.

³³⁰ “É por essa razão que um pensamento do vestígio não pode nem romper com uma fenomenologia transcendental, nem ser reduzido a uma” (*Idem*, p. 91 – tradução livre).

Martinet, prontamente seguido por Derrida. De fato, porém, com a glossemática, a fonologia perde sua “aura” e imponência.

Se o argumento da imanência fosse consequentemente considerado, o que seria desvelado como mera ilusão não seria a pretensão de imanência, mas a afirmação da transcendência encartada na insistência de uma externalidade ou de uma limitação à regionalidade. Isso, pois, o que Derrida defende como um mero “regionalismo ingênuo” de Hjelmslev, deve ser reconduzido à proposta mereológica da análise glossemática³³¹. Com outras palavras, a abordagem *imanente* e *mereológica* de Hjelmslev desconfia profundamente da noção de “totalidade”, justamente aquilo que Derrida pretende extrair (a fórceps) da glossemática.

Como consequência desse problema de perspectiva, deve ser pensado que o denominado “princípio empírico” não se resolve em simples decisão terminológica, mas corresponde a um axioma central da glossemática, a conformar toda e qualquer experiência nesse âmbito. É possível avançar aqui que o sentido de *experiência*, em Hjelmslev, é muito mais próximo dos pragmáticos (como seria o caso de um William James e não necessariamente de um C. S. Peirce), do que Derrida (com base na preleção de A. Martinet) foi capaz de intuir. Hjelmslev, a todo momento, destaca a importância de assumir a *tabula rasa* do atual como ponto de partida para a discussão das virtualidades. Muito mais do que uma singela deferência terminológica ingênua à experiência-vivência (a “*Erlebnis*” fenomenológica), há de se considerar a glossemática de Hjelmslev a partir do paradigma do experiência-experimento (o “*Experiment*” dos empiristas e pragmáticos).

É preciso entender a limitação do argumento ora proposto. Não se pretende revelar uma influência escondida de William James na obra de Hjelmslev. Não há base documental (ao menos dentre aquelas sobre as quais esta pesquisa foi capaz de se debruçar) para sugerir que Hjelmslev teria sido diretamente influenciado por William James. Inobstante, deve ser considerado que as premissas e axiomas desenvolvidos na glossemática são plenamente consistentes com o *empirismo radical* de que trata James (a ponto de ambos os

³³¹ O próprio “princípio de análise” de Hjelmslev, bem como sua definição de linguagem como estrutura, enfim, tudo aponta não para uma “imanência regional”, mas para uma imanência que depende de uma mereologia para ser desenvolvida. Sempre está em questão a relação estabelecida entre partes e todo, sabendo-se, porém, que toda totalidade é uma parte ainda não analisada para a glossemática. A respeito, conferir: HJELMSLEV, L. *Prolégomènes... op. cit.*, pp. 35 e ss. e HJELMSLEV, Louis. *L'analyse structurale du langage. In: Essais Linguistiques*. Paris: Minuit, 1971, pp. 35 e ss.

pensadores formarem uma “constelação” importante³³²). Afinal, ambas as perspectivas podem ser consideradas imanentes³³³, ambas as abordagens se preocupam em desenhar planos de experiência possível (espécie de *tabula rasa*), ambas as abordagens assumem a “totalidade” como uma realidade de segunda ordem (Hjelmslev, inclusive, faz referência a um realismo “medieval” como contraponto a sua posição)³³⁴, tanto a glossemática, como o empirismo radical propõem uma filosofia “em mosaico”, um *patchwork*, uma espécie de mereologia, ou ainda, como se diria atualmente, uma “diagramática”³³⁵.

Essa aproximação é assumida neste momento, ainda que possa (e deva) ser aprofundada em outro momento. Inobstante, se essa correlação está minimamente correta em seus efeitos, é certo que Hjelmslev não poderia nunca fundar um conceito como aquele de *arqui-escritura*. Não poderia, em primeira instância, pois seu projeto está voltado justamente à crítica de um tal transcendentalismo (para Hjelmslev, como decorrência do princípio empírico, a análise se processa de “próximo em próximo”, i.e., sem saltos³³⁶) e, em segundo lugar, pois não há experiência possível da *différance*, caracterizada por Derrida

³³² Aqui, o termo “constelação” é utilizado no sentido mais hjelmsleviano possível. Parte-se do pressuposto de que, entre W. James e L. Helmslev, não há uma relação de determinação (relação entre uma constante e uma variável), ou de interdependência (relação entre duas constantes), mas a afirmação de uma “constelação”, i.e., uma função entre duas variáveis. A respeito, conferir: HJELMSLEV, L. *Prolégômenes...* op. cit., p. 38.

³³³ Talvez seja muito arriscado nomear a filosofia de William James de “imanente”, já que, ao contrário de Hjelmslev, que foi bem mais expresso a respeito, James somente anuncia o que ele denomina de “monismo vago”. A imanência de todo empirista (como é o caso de W. James) pode ser inferido da preleção de David Lapoujade, nos seguintes termos: “*Uma das características essenciais do empirismo em geral, é a construção de um plano que permite observar como são processadas as passagens, crenças e julgamentos etc. Observa-se a experiência a partir de uma espécie de experiência pura, um momento primeiro de inexperiência – a tabula rasa. (...) A vantagem que os empiristas extraem de seus métodos, é que eles não deixam nada de fora. Parte-se de um plano onde nada é pré-estabelecido, onde nenhum conhecimento, nenhuma certeza – mesmo virtual – aparece ainda, mesmo que, de direito, tudo deve se constituir*” (LAPOUJADE, David. *William James: Empirisme et pragmatisme*. Paris: Les Empêcheurs de Penser en Rond, 2007, pp. 25/26 – tradução livre).

³³⁴ Enquanto Hjelmslev parte da crítica da indução, em favor da dedução, para confirmar a premissa segundo a qual todo dado imediato é uma totalidade ainda não submetida à análise, James afirma expressamente que sua filosofia se volta à explicação da parte, assumindo o todo como uma quimera. Tanto num caso, como no outro, está-se diante de uma *mereologia* que merece a devida atenção.

³³⁵ A linguística em mosaico de Hjelmslev é bem caracterizada no capítulo 13 de seus *Prolegômenos*, ao passo que o “*patchwork*” filosófico de William James é diretamente tributário, nesse aspecto fundamental, do empirismo humeano. Ainda a respeito, conferir: “(...) *O mundo aparece como uma vasta colcha de retalhos. É nesse sentido que James fala de uma filosofia em mosaico. O fluxo do mundo é um conjunto de pedaços heterogêneos por seus motivos e homogêneos pelo seu tecido*” (*Idem*, p. 89 – tradução livre).

³³⁶ Lembre-se que a glossemática Hjelmslev pressupõe uma primazia da dedução, que implica uma passagem da “classe à componente e de componente em componente”. A respeito, cfr.: HJELMSLEV, L. *Prolégômenes...* op. cit., p. 35).

como uma espécie de *epoché* da experiência³³⁷. Hjelmslev, ao axiomatizar a semiologia saussuriana, está longe de ser culpado por desrespeitar as próprias premissas, ao contrário do que pensa Derrida.

Em suma, se Derrida assume, na Gramatologia, a extrapositionalidade de sua *différance* como a *origem da origem* de toda estrutura de pensamento, i.e., como o (não-)fundamento transcendente-transcendental que determina toda a história da metafísica, Hjelmslev assume a imanência como radical exigência empírica para a sua glossemática (a partir dos critérios de não contradição, exaustividade e simplicidade da análise), negando a possibilidade de um “fora” transcendente. Se a *articulação* em Derrida pode ser reconduzida à imagem do *mouvement de baguette* (implicando toda uma simbologia do onanismo, como marca da origem), perante a qual toda a substancialidade seria simplesmente “neutralizada” (ou posta “entre parênteses”), a *tabula rasa* de que trata Hjelmslev pode ser caracterizada como um campo de virtualidades (cuja experiência assume sempre determinado *quanta* de confusão e obscuridade, em contraponto ao exigido pelo marco do suposto “racionalismo ocidental”). A semiótica de Hjelmslev, ao encontrar esteio no denominado “princípio de análise” (ou no movimento de “dedução”), deve ser interpretada não simplesmente como uma contribuição indiferente às substancialidades concretas, mas como estrutura que assume a virtualidade de toda substância, seja ela fônica ou não.

Tomando por base essa cartografia das diferentes posições teóricas assumidas, a glossemática de Hjelmslev é mais adequada à tarefa de se pensar as mídias contemporâneas que a própria gramatologia derridiana. Afinal, a substância fônica ou escrita não é nada além de mídia fônica ou mídia escrita, i.e., processos de endereçamento (*Adressierung*), armazenamento (*Speicherung*), tratamento (*Verarbeitung*) e transmissão (*Übertragung*) de informação *tamquam* “dados”.

Hjelmslev propõe uma estratificação *estrutural* como base de sua semiótica, distinguindo dois planos (conteúdo e expressão) e dois estratos (forma e substância), sendo que cada estrato possui ambos os planos, perfazendo assim quatro combinações, quais sejam: (a) forma de conteúdo, (b) forma de expressão, (c) substância de conteúdo e (d) substância de expressão.

³³⁷ “Não há nada no caso da experiência como *arqui-escritura*. O pôr as *rediões da experiência* ou a *totalidade da experiência natural* entre parênteses deve cobrir um campo da *experiência transcendental*” (DERRIDA, J. *De la grammatologie...* op. cit., p. 89 – tradução livre).

A topologia e a topografia implicadas na glossemática permitem desenhar linhas e faces e, em suma, construir planos semióticos. A glossemática permite, em última instância, o *design* do mundo a partir de um esquema formal.

Conferir o seguinte esquema básico já anunciado:

	Conteúdo	Expressão
Forma	Forma de conteúdo	Forma de expressão
Substância	Substância de conteúdo	Substância de expressão

Tabela 02

Essas categorias se desdobram em muitas mais, a depender da topologia implicada na análise. Neste momento, considere-se a linha diacrônica da “fala” ou a face sincrônica da “língua”.

Com esse incremento, conferir o seguinte esquema:

	Linha/Fala	Faces/Língua
Forma de conteúdo	Linha da forma de conteúdo	Face da forma de conteúdo
Forma de expressão	Linha da forma de expressão	Face da forma de expressão
Substância de conteúdo	Linha da substância de conteúdo	Face da substância de conteúdo
Substância de expressão	Linha da substância de expressão	Face da substância de expressão

Tabela 03

É possível desenvolver ainda mais esse modelo para permitir a constituição de planos de expressão e conteúdo.

Para tanto, há de se atentar para o seguinte diagrama:

Linhas	Faces	Planos
Linha da forma de expressão	Face da forma de expressão	Plano de expressão
Linha da substância de expressão	Face da substância de expressão	
Linha da forma de conteúdo	Face da forma de conteúdo	Plano de Conteúdo
Linha da substância de conteúdo	Face da substância de conteúdo	

Tabela 04

Perceba-se que vão sendo construídos planos a contar de uma diferenciação interna às figuras. Trata-se de uma tomada de consistência responsável pela estruturação do sistema e dos processos semióticos. A partir

dessa “estratificação”³³⁸, a glossemática é capaz de desenvolver um modelo “algébrico” imanente, em conformidade à exortação final do *Curso de Linguística Geral*, independentemente de o sistema ou processo em análise apresentar a forma substancial de uma língua ou não.

Em Hjelmslev, a diferença entre forma e substância possui o mesmo sentido relativo de uma diferença entre figura e fundo, haja vista que aquilo que é considerado “fundo” pode se tornar posteriormente uma “figura”, a depender da perspectiva empregada a cada novo olhar³³⁹. Ou melhor, uma vez que as distinções de Hjelmslev não são estáticas e *a priori*, aquilo que, num determinado momento da análise, assume a condição de *substância*, pode vir a ser considerado como *forma* em momento seguinte. Inobstante, para os fins da análise proposta, não se pode desconhecer que toda substância já se encontra associada a uma forma semiótica (i.e., não há substância “pré-formada”)³⁴⁰. É absolutamente incorreto, em suma, afirmar que Hjelmslev proporia uma “suspensão” da análise quanto aos suportes da linguagem. Sua análise mereológica impõe que se considere o papel das assimetrias, defasagens, potencialidades e perspectivas (i.e., aquilo que se denominou no capítulo anterior de “agência”) a contar dos diferentes suportes midiáticos.

De fato, uma efetiva (dia)gramática das mídias contemporâneas não pode partir da *epoché* das substancialidades, como sugere Derrida. O que deve estar em questão para a (dia)gramática é justamente os seus diferentes *regimes de inscrição* (os *Aufschreibesysteme*, como diria Kittler). O modelo derridiano exposto na Gramatologia ainda é mediado por um hilemorfismo estático e inaceitável para uma semiótica imanente e dinâmica, como a de Hjelmslev. Derrida assume a existência de um princípio original e absolutamente desvinculado de toda “substancialidade”, uma espécie de atualização da *morphé* para a desconstrução, capaz de determinar soberanamente a *hylé* da História Ocidental. Hjelmslev, ao

³³⁸ Hjelmslev é bastante claro ao destacar que não foi o criador dessas categorias, reconduzindo a origem dessa estrutura a Ferdinand de Saussure: “Essa dupla distinção, com efeito, introduzida por F. de Saussure e desenvolvida em certos ramos da linguística moderna, constitui o núcleo em torno ao qual gravitam necessariamente, a distâncias diversas, todas as discussões de método e de princípio” (HJELMSLEV, L. *La stratification du langage*. In: *Essais... op. cit.*, p. 45 – tradução livre).

³³⁹ “(...) desde o momento quando se muda o ponto de vista e se procede à análise científica da substância, essa ‘substância’ se torna necessariamente, a seu turno, uma ‘forma’, de um grau diferente, é verdade, mas uma ‘forma’ ainda assim, cujo complemento é ainda uma ‘substância’ que compreende, ainda uma vez os resíduos que não foram aceitos como as marcas constitutivas das definições. Isso implica dizer que, nesse sentido geral, ‘forma’ e ‘substância’ são termos relativos e não termos absolutos” (*Idem*, p. 57 – tradução livre).

³⁴⁰ “(...) é importante compreender, na terminologia glossemática que utilizamos aqui, substância quer dizer substância semiótica. A substância é já sob a denominação da forma semiótica ou *gº. Trata-se de uma substância semioticamente formada” (*Ibidem*, p. 58 – tradução livre).

contrário do que pretende Derrida (e toda a tradição saussuriana de concepção fonologista), não propõe a suspensão da fonologia na forma de uma *epoché* de uma substancialidade qualquer, mas desenha uma *tabula rasa* (mediada pelo critério funcional) perante a qual as substancialidades terão vez. Se, para o hilemorfismo derridiano, forma e substância são conceitos estáticos e *a priori*, a glossemática os considera a partir de uma dinâmica que sugere uma lógica muito mais sutil e sofisticada.

Na linha desta tese, portanto, seria necessário considerar Hjelmslev à luz da moderna teoria da informação, para a qual o paradoxo da relação entre materialidade e informação ganha toda uma nova conotação. Se por um lado, não é possível pensar a transmissão de informação sem a materialidade do canal, por outro, a informação não é simplesmente encontrada nessa materialidade³⁴¹. Ou seja, a informação não está “nas” coisas, muito menos poderia haver uma transmissão de informação que puramente se fiasse nas condições espirituais, sem que uma certa física (ou o atributo da extensão) fosse devidamente projetada e desenhada (*designed*) para esse fim específico.

A glossemática é mais adequada para pensar uma (dia)gramática das mídias digitais do que a própria desconstrução derridiana, na medida em que não propõe nenhuma *epoché* substancial. Ao passo que Derrida pensa a gramatologia a partir do “fim do livro” e (talvez) se enclausura nos confins desse problema, é preciso pensar efetivamente uma (dia)gramática da computação.

Melhor dizendo, enquanto o projeto derridiano já havia sido consumado *avant la lettre*, por Turing/Church, é necessário considerar a semiótica responsável por agenciar um código extremamente limitado, fundado em somente duas figuras (o *on* e o *off*), cuja desconcertante simplicidade satisfaz todas as exigências do princípio empírico de Hjelmslev (não contradição, exaustividade e simplicidade).

³⁴¹ “Materialidades da comunicação são um enigma moderno, quicá o próprio moderno. Perguntar nessa direção faz sentido somente quando ao menos duas coisas são claras: primeiramente não existe um ‘sentido’, como aquele que filósofos e hermenêutas sempre procuraram nas entrelinhas, sem um canal transmissor [Träger] físico. Em segundo lugar, também não existe nenhuma materialidade que, sozinha, seria tanto informação, como capaz de criar comunicação. Enquanto, em meio à passagem do século, aquele éter hipotético, que, com as ondas hertz e com a proliferação sem fio de um sinal de alta frequência, diversos contemporâneos acreditaram precisar esclarecer, caiu na insignificância teórica, os canais de informação sem qualquer materialidade se tornaram parte do dia-a-dia. Ondas eletromagnéticas como a superação de toda escrita seguem simplesmente as equalizações de campos de Maxwell e trabalham também no vácuo” (KITTLER, Friedrich. *Signal-Rauch-Abstand*. In: *Draculas Vermächtnis: Technische Schriften*. Leipzig: Reclam, 1993, p. 161 – tradução livre com complementação em colchetes).

4.3

A MÁQUINA QUE SÓ FUNCIONA E SUA (DIA)GRAMÁTICA (OU, DESCONSTRUINDO A GRAMATOLOGIA DE DERRIDA)

A discussão em torno do sentido e da substância fônica, em última instância, almeja considerar o papel das *redundâncias* implicadas na comunicação e na transmissão de informação em geral. Quando Derrida expõe a sua crítica generalizada ao conceito de “presença”, considera a crise do modelo midiático tradicional de redundâncias como condição para a existência de algo que possa ser denominado de linguagem. Melhor explicando, conforme a crítica derridiana, a fixação do privilégio midiático da voz impõe a afirmação da diferença a partir da repetição do mesmo (algo que, todavia, está ausente), como condição de possibilidade do sentido (*Bedeutung* ou *vouloir-dire*)³⁴². A redundância, considerada provisoriamente como figura do “eterno retorno do mesmo”, tal qual implicada na ocupação semântica é, em última instância, uma operação de (re)apropriação ou de captura³⁴³. A Gramatologia derridiana, é importante reconhecer, a despeito das críticas apontadas acima, propõe uma crítica importante de determinado regime de captura.

Redundância e captura não são possíveis sem um recurso à transcendência. E é nesse contexto que se afirma não ser possível simplesmente desconsiderar *todo* o pensamento da transcendência. A transcendência pode ser entendida como uma “ilusão” ou um “epifenômeno” por parte de uma certa crítica

³⁴² “Com efeito, quando me sirvo, efetivamente, como se diz, de palavras, que o faça ou não para fins comunicativos (situemo-nos aqui antes dessa distinção e na instância do signo em geral), devo, para início de conversa, operar (em) uma estrutura de repetição cujo elemento somente pode ser representativo. Um signo não é jamais um evento se evento quer dizer unicidade empírica insubstituível e irreversível. Um signo que somente existisse ‘uma vez’ não seria um signo. Um signo puramente idiomático não seria um signo. Um signifiante (em geral) deve ser reconhecível na sua forma, a despeito e por meio da diversidade de caracteres empíricos que podem modificá-lo. Ele deve permanecer o mesmo e poder ser repetido como tal, apesar e por meio das deformações que lhe submete aquilo que denominamos o ‘evento empírico’. Um fonema ou um grafema é necessariamente sempre outro, em uma certa medida, cada vez que ele se apresenta em uma operação ou uma percepção, mas ele somente pode funcionar como signo e linguagem em geral se uma identidade formal permite de lhe reeditar e de lhe reconhecer. Essa identidade é necessariamente ideal” (DERRIDA, Jacques. *La voix et le phénomène*. Paris: PUF, 1967, p. 59).

³⁴³ “O tempo do signo é, então, o tempo do retorno. Ele significa a presença com relação a si, retorno à presença a si própria, organiza a circulação de sua provisão. Desde sempre o movimento da presença perdida terá já engajado o processo de sua reapropriação. (...) [T]eoria do signo a partir do ente-presente, mas também, no mesmo golpe, em vista do ente-presente, em vista da presença, o ser-em-vista marcando tão bem uma certa autoridade teórica da visada, como a instância do visado final, o tólos da reapropriação, ordenação da teoria do signo, à luz da paroussia” (DERRIDA, J. *Le puits...* op. cit., pp. 82/83).

radicalmente imanente, porém, tal avaliação padeceria da mais absoluta impotência se não reconhecesse que, a despeito da ilusão, os efeitos da transcendência não são nada “ilusórios”³⁴⁴.

A tradição saussuriana que pensa uma vinculação mais original da linguagem à substância fônica e à semântica está, em última instância, preocupada com a reafirmação dos papéis das redundâncias na relação sígnica (implicando tanto o problema do significado último, como do significante despótico, necessariamente). Levando a crítica derridiana às suas consequências mais interessantes, à luz da perspectiva exposta no tópico anterior, é possível pensar a situação da aproximação entre a semiologia saussuriana (a partir da tradição que produziu Jakobson, Halle e Martinet) e aquilo que Derrida identifica como sendo a “*semiologia especulativa de Hegel*”³⁴⁵.

É necessário considerar o fio dessa relação e, em especial, a crítica daquilo que o próprio Derrida identifica como sendo o ponto-cego da filosofia da linguagem hegeliana, i.e., a “*máquina que simplesmente funciona*”³⁴⁶. A máquina que simplesmente funciona seria aquela máquina definida em seu funcionamento “puro”, i.e., não diretamente vinculada a uma utilidade última, um rendimento ótimo ou um trabalho específico. Em suma, seria uma máquina perante a qual toda intenção de reapropriação se revelaria precária e insuficiente.

É possível sugerir que tal máquina desvinculada de qualquer funcionamento específico seria, *eo ipso*, capaz de imitar qualquer outra, computar ao infinito, ou, como se sabe depois da publicação do influente “*On computable numbers*”, em 1936, seria uma *máquina de Turing*. Os *números numerantes* da computação agenciam uma topologia que não pode ser reconduzida ao modelo de pirâmide (nem ao de fosso), mas àquele do estepe. Tal *modus* implica uma redundância nomádica (ou uma eterna repetição *da diferença*, ao contrário do modelo de repetição do mesmo) que, no caso específico do computador universal

³⁴⁴ Acredita-se ser possível tratar a transcendência não a partir da noção de “ideologia” (como ideia desconforme à realidade), mas como “fetiche”. A forma da transcendência é aquela de um fetiche, na medida em que “põe a medida” para a compreensão da realidade (qualquer que ela seja). A transcendência não é um “erro”, mas uma específica conformação dos horizontes de possibilidades e tal qual a mesa de madeira com as pernas para cima de que trata Marx, também a transcendência desenvolve consequências mais fantásticas do que qualquer animismo ingênuo poderia supor. A respeito, cfr.: MARX, K. *op. cit.*, p. 83.

³⁴⁵ DERRIDA, J. *Le puits... op. cit.*, p. 87.

³⁴⁶ “Se consideramos a máquina com todo o sistema de equivalências lembrados há pouco, podemos arriscar a proposição seguinte: o que Hegel, intérprete relevante de toda a história da filosofia, jamais pôde pensar, foi uma máquina que funcionaria. Que funcionaria sem ser, nessa medida, regulada por uma ordem de reapropriação. Um tal funcionamento seria impensável na medida em que ele inscreveria em si mesmo um efeito de pura perda. (...) A filosofia veria aí, sem dúvida, um não-funcionamento, um não-trabalho, e ela sentiria falta daquilo que, no entanto, em uma tal máquina, funciona. Automaticamente. Fora” (*Idem*, p. 126).

de Turing, é capaz simplesmente (a) de ir para frente e para traz, (b) de inscrever ou apagar e (c) de escrever um “0” ou um “1”. Por meio dessas funcionalidades simples, a máquina desengonçada é capaz de imitar, logicamente, qualquer outra. Não à toa Hegel não foi capaz de pensá-la.

O computador universal de Turing é uma máquina que “simplesmente funciona” sem que seu funcionamento resulte determinantemente numa reapropriação e que, nessa condição, fomenta aquilo que, para Hegel, somente poderia aparecer como uma dinâmica de “pura perda”. Uma perda que, todavia, como se verifica pela história da computação e das novas mídias, não corresponde simplesmente a um desperdício, mas à produção máxima de entropia/informação/disseminação, ou, como diz a teoria da informação pós-Claude E. Shannon, à produção de “*white noise*”.

É nesse ponto, exatamente, em que parece haver um curto-circuito no pensamento do próprio Derrida. Face a essa perplexidade, Derrida busca radicalizar seu percurso de pensamento a partir do movimento de *Aufhebung* hegeliana, na tentativa de encontrar algo além de Hegel no próprio Hegel. As considerações, ante a palpável perplexidade do pensador franco-argelino, no entanto, terminam com uma singela citação de Heidegger, quem, como era de se esperar, simplesmente contrapõe o “pensamento” ao “cálculo” e a “substância” à “técnica”, evidenciando uma certa resignação face à insuficiência da mera inversão da hierarquia tradicional entre “essência” e “técnica” para capacitar um pensamento à superação dos desafios da metafísica clássica. É evidente que a incapacidade de Hegel ainda representa uma dificuldade insuperável para Derrida. É preciso retomar a tese inicial deste capítulo, devidamente agenciada pelo tópico anterior, segundo a qual Turing teria consumado o projeto gramatológico-derridiano *avant la lettre*. É preciso que se pense em novas gramatologias (o plural, aqui, é de rigor), entendidas, na esteira da teoria da mídia de Fr. Kittler, como “sistemas de inscrição” (*Aufschreibesysteme*) e, arrisca-se, também como “processos de inscrição”, inspirado em Hjelmslev.

O que seria uma máquina que só produz “pura perda” senão uma máquina de Turing³⁴⁷, a operar a partir de uma semiótica a-significante, *a priori* inassimilável àquilo que Derrida considera ser a tradição “fonológica” da metafísica ocidental? Entre Turing e Hjelmslev, passando necessariamente pelo famoso *paper* de Shannon e Weaver, há uma série de vetores convergentes e pontos comuns a

³⁴⁷ Após descrever o funcionamento da máquina de Turing, em sua simplicidade, Fr. Kittler destaca: “Isso é tudo. Mas nenhum computador, sejam aqueles que já foram construídos, sejam aqueles que ainda o serão, pode mais” (KITTLER, F. *Grammophon... op. cit.*, p. 32 – tradução livre).

serem pensados que formam uma constelação de elementos relevantes para a construção da crítica desta tese, à luz das mídias associadas à Computação e Internet. Trata-se de uma outra gramatologia. Trata-se de uma (dia)gramática, como se disse, que deve partir, não diretamente da obra derridiana (embora Derrida permaneça como marco importante, senão como pedra de toque para o *décalage*), mas da *constelação* que percorre *Bell Labs* e *Bletchley Park*, até chegar a Copenhagen.

A (dia)gramática aqui proposta não fixará a contraposição entre fonologismo e arqui-escritura e não visará à superação da metafísica ocidental, ou mesmo suporá a possibilidade de uma tal superação. A intenção da (dia)gramática a ser apontada neste momento e ao longo do restante da tese há de ser o desenho (ou o *design*) de um plano de virtualidades, a partir do qual a impressão inicial oferecida pela fórmula kittleriana (“a mídia determina a situação”) poderá ser compreendida.

Em primeiro plano, é importante destacar que tanto a teoria da informação como a glossemática partem da necessidade de definição de uma axiomática provisória para o estabelecimento das condições de possibilidade para o desenvolvimento de uma determinada tarefa analítica. A axiomática de Hjelmslev é fundada no já mencionado *princípio empírico*, ao passo que aquela da teoria da comunicação encontra esteio na base *logarítmica binária*³⁴⁸. Pode-se dizer que a matemática binária da teoria da comunicação em Shannon/Weaver é profundamente coerente com o princípio empírico de Hjelmslev. Seria possível destacar que ambas as pretensões podem muito bem *fazer corpo* numa ciência “nômade”³⁴⁹.

Em segundo plano, tanto Hjelmslev, como os teóricos da informação, partem da possibilidade de uma semiótica a-significante para a construção de toda

³⁴⁸ “A escolha da base *logarítmica* corresponde à escolha da unidade de mensuração da informação. Se a base 2 é utilizada, a unidade resultante pode ser denominada de *dígito binário*, uma palavra sugerida por J. W. Tukey. Um dispositivo com duas posições estáveis, como um relay ou um circuito flip-flop, pode estocar um bit de informação. N dispositivos semelhantes podem estocar N bits, na medida em que o total de estados possíveis é 2^n e $\log_2 2^N = N$ ” (SHANNON, C. E. *A Mathematical... op. cit.*, p. 06 – tradução livre).

³⁴⁹ E aqui, pensando com Deleuze e Guattari, não se pode desconsiderar o diagnóstico que envolve a captura da máquina de guerra pelo Estado e a reação da própria máquina de guerra quase que no instante seguinte, na medida em que o Estado, tal como um “morto-vivo”, passa a ser associado à guerra capitalista, nas suas mais diversas facetas (militar, econômica, financeira, social, tecnológica, enfim). A respeito, conferir: “Com o capitalismo, os Estados não se anulam simplesmente, mas mudam de forma e assumem um novo sentido: modelos de realização de uma axiomática mundial que os atravessa. Mas atravessar não é, de forma alguma, dispensar... (...). Pertence assim à desterritorialização do Estado a tarefa de moderar a desterritorialização superior do capital, fornecendo-lhe territorializações compensadoras” (DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mille... op. cit.*, p. 568 – tradução livre).

estrutura de comunicação contemporânea. Se Hjelmslev possui a noção de figura³⁵⁰, a teoria da informação desenvolve o conceito de *bit*³⁵¹ como correlato. Desses corpos simplíssimos, i.e., na medida em que eles vão se conformando a determinados fluxos de *in*-formação (aqui entendido tanto como fluxos negentrópicos, como processos de estratificação), são desenvolvidas as virtualidades de cada uma das teorias. Perceber que nem Hjelmslev, nem os teóricos da informação partem dessas categorias simplíssimas para desenvolver sua teoria, mas tanto a noção de figura, como o *bit* pressupõem já uma determinada tarefa de análise capaz de promover uma certa estratificação semiótica desses elementos, conformando-os às exigências da respectiva axiomática. Ou seja, tanto as figuras, como os *bits* são resultados de uma *análise* já sucedida. Conduzida a questão ao problema das unidades discretas (que poderiam muito bem ser associadas ao “*pré-individual*” de Simondon), tanto a glossemática como a teoria da informação podem partir para o problema do *design* dos planos mais complexos do sistema ou dos processos semióticos (i.e., o problema dos processos de individuação).

A *semiótica* de Hjelmslev, como dito acima, revela uma teoria da linguagem mais adaptada à condição das mídias digitais e aqui, em especial, a Computação e a Internet. Hjelmslev é responsável por uma teoria estrutural da linguagem. Por estrutura, entende-se uma “*entidade autônoma de dependências internas*”³⁵². A linguagem, para a glossemática, é entendida como um sistema de relações³⁵³ que não se resolve essencialmente na apreciação dos elementos externos (transcendentes) à própria condição do signo (expressão e conteúdo)³⁵⁴.

³⁵⁰ “Esses não-signos que entram como partes de signos em um sistema de signos, chamaremos de figuras, denominação puramente operacional que é cômodo de introduzir. A linguagem é, assim, tal que a partir de um número limitado de figuras, que podem sempre formar novos arranjos, seja possível construir um número ilimitado de signos. Uma linguagem que não seja feita dessa forma não poderia preencher sua finalidade” (HJELMSLEV, L. *Prolégomènes...* op. cit., p. 64 – tradução livre).

³⁵¹ “Se uma *a-máquina* imprime dois tipos de símbolos, dentre os quais o primeiro tipo (chamado de figuras) consiste inteiramente de 0 e 1 (os outros seriam denominados símbolos do segundo tipo), então a máquina será denominada uma *máquina computacional*” (TURING, A. M. *On computable...* op. cit., p. 232 – tradução livre).

³⁵² “Compreendemos por *linguística estrutural* um conjunto de pesquisas assentadas sobre uma hipótese segundo a qual é cientificamente legítimo descrever a linguagem como sendo, essencialmente, uma entidade autônoma de dependências internas, ou, melhor dizendo, uma *estrutura*” (HJELMSLEV, L. *Linguistique structurale. In: Essais...* op. cit., p. 29 – tradução livre).

³⁵³ “O essencial, não é os sons, os caracteres e as significações como tais, mas as suas relações mútuas no interior da cadeia do discurso e no interior do paradigma da gramática” (HJELMSLEV, L. *L’analyse structurale...* op. cit., p. 35 – tradução livre).

³⁵⁴ “Segundo a teoria tradicional, o signo é expressão de um conteúdo exterior ao próprio signo; ao contrário, a teoria moderna (formulada em particular por F. de Saussure e, após, por Lei Weisberger) concebe o signo como um todo formado por uma expressão e um conteúdo” (HJELMSLEV, L. *Prolégomènes...* op. cit., p. 65).

Na base da glossemática, encontra-se o conceito de figura, como dito. E, na forma como exposto nos *Prolegômenos*, a *figura* se diferencia do *signo* (e, portanto, corresponde a um “não-signo”) por uma condição essencial, qual seja: *a figura se caracteriza por (ainda) não possuir diferenciação interna entre conteúdo e expressão*. Na hipótese de Hjelmslev, as figuras corresponderiam a *corporae simplicissimae*, internamente indiferenciados. É somente a partir da conjugação de diversas figuras entre si que se constitui uma unidade e uma relação exterior/interior de primeira ordem, permitindo assim a definição de uma relação (ou de uma diferenciação) entre *funtivos*, i.e., entre as duas grandezas de uma *função semiótica*³⁵⁵.

Bit e figura, portanto, são conceitos aparentados. O *bit*, denominando uma unidade de informação, corresponde a um conceito no qual o grau de entropia (ou melhor, o grau de informação no sentido de Shannon) é máximo (i.e., $H = 1$ ³⁵⁶). O mesmo pode ser dito da figura hjelmsleviana que, na qualidade de um “*ainda não-signo*”, pode ser agenciada com outras figuras para a construção de qualquer signo, razão pela qual seu grau entrópico é máximo dentro do sistema. Assim, muito mais do que fazer revolver expressão e conteúdo por sobre o conceito de identidade, Hjelmslev propõe considerar o *processo de diferenciação*.

A doutrina da *diferenciação* não se resume unicamente à relação estabelecida entre conteúdo e expressão, contudo, especialmente essa distinção corresponde a um dos temas mais mal compreendidos por aquela semiologia criticada no tópico anterior e que se vincula ao paradigma fonológico³⁵⁷. Expressão e conteúdo são fruto de uma defasagem funcional, ou seja, não são funcionalmente idênticos entre si, mas correspondem a polos (ou funtivos) de uma relação (ou de uma função). Tal relação é mais “real” que os próprios termos.

³⁵⁵ “Adotamos os termos *expressão* e *conteúdo* para designar os *funtivos* que contraem a função em questão, a função semiótica; trata-se de uma acepção puramente operacional e formal e, dentro dessa ordem de ideias, não inserimos nada de diferente e nada além nos termos de *expressão* e de *conteúdo*” (Idem, p. 66).

³⁵⁶ A fórmula de Shannon e Weaver para o cálculo da entropia (em tudo semelhante à fórmula de Boltzmann, não fosse o sinal negativo engenhosamente inserido) é a seguinte: $H = -K \sum_{i=1}^n p_i \log p_i$. A respeito, conferir: SHANNON, C. E. *A Mathematical...* op. cit., p. 19.

³⁵⁷ Conferir as considerações de A. Martinet a respeito do tema: “Tudo isso nos mostra que ambos os termos da função *significante*, *conteúdo* e *expressão*, comportam-se de modo idêntico em face dessa função. Em ambos os casos a forma se projeta sobre a substância como uma sombra de um feixe que se projeta sobre uma superfície contínua. O signo é, em seu conjunto, o signo de uma substância de conteúdo e o signo de uma substância de expressão. A palavra signo designará, então, a unidade resultante da função *significante*, compreendendo forma do conteúdo e aquela da expressão. Tanto para o texto que como para o sistema, opor-se-ão, então, desde o primeiro tempo da análise, um plano de expressão e um plano de conteúdo. O autor insiste sobre o paralelismo absoluto desses dois planos: as categorias previstas de uma parte e d’outra são definidas de forma absolutamente idêntica, o que implica afirmar, cientificamente, que são idênticas” (MARTINET, A. *Au sujet...* op. cit., p. 29 – tradução livre).

Pensando o estruturalismo de Hjelmslev, entre os termos e a relação, primeiro a relação. Ou melhor, são os termos que não existem sem a relação e não o inverso.

Pode-se dizer que o processo de diferenciação entre os planos de conteúdo e expressão é agenciado pela *forma semiótica*. Se, com Saussure, “a língua é uma forma e não uma substância”³⁵⁸, é preciso considerar a *forma* como o agenciador de todo o sistema. Essa forma há de ser compreendida como forma imanente, perante a qual o conceito de *substância* somente pode ter valor *après coup*, como *substância formada*. O sistema semiótico não é uma estrutura hilemórfica, portanto, mas fruto de uma contínua *estratificação* (ou *articulação*) das totalidades³⁵⁹. Hjelmslev radicaliza o princípio de análise saussuriano³⁶⁰.

Tanto Hjelmslev como os teóricos da informação compreendem a linguagem como um sistema profundamente vinculado à estatística e às regras de probabilidade³⁶¹⁻³⁶². Sugerir que a linguagem pode ser entendida como um

³⁵⁸ SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1971, p. 169.

³⁵⁹ “(...) O dado imediato é uma totalidade não analisada” (HJELMSLEV, L. *Prolégomènes...* op. cit., p. 46 – tradução livre).

³⁶⁰ A referência a Saussure se justifica no seguinte trecho: “Para além a ideia de valor, assim determinada, nos mostra que é uma grande ilusão considerar um termo simplesmente como a união de um certo som com um certo conceito. Defini-lo assim, seria isolá-lo do sistema do qual ele faz parte; seria crer que podemos começar pelos termos e construir o sistema simplesmente por adição das partes, ao passo que, ao contrário, é do todo solidário que é preciso partir para obter, por meio da análise, os elementos que contém” (SAUSSURE, F. de. *Cours...* op. cit., p. 157 – tradução livre).

³⁶¹ Para Hjelmslev: “As grandezas da estrutura da linguagem lembram as grandezas com as quais opera a álgebra: a, b, c, x, y, z etc., grandezas as quais podemos substituir, na aritmética, os valores diferentes e, no cálculo prático, os números diferentes, representando coisas diferentes. Provido que observemos as regras da álgebra, podemos designar e numerar as grandezas como quisermos. E, tomando uma comparação, que poderíamos sem dúvida seguir consequentemente, podemos dizer que uma língua é construída à maneira do jogo, por exemplo, de um jogo de xadrez ou de cartas. Os elementos, são as peças ou as cartas; da mesma forma que jogos diferentes, as linguagens diferentes possuem regras totalmente ou parcialmente diferentes. As regras indicam a maneira por meio da qual devemos, ou não, utilizar um determinado elemento, uma peça, uma carta dada. Elas [as regras] limitam uma certa medida de possibilidades de combinação, mas, na língua, como no jogo de xadrez, o número de combinações possíveis, a formação de signos possíveis, permanece imensa” (HJELMSLEV, Louis. *Le langage*. Paris: Gallimard, 1991, p. 66).

³⁶² Já segundo Shannon: “Podemos pensar em uma fonte discreta que gera uma mensagem, símbolo por símbolo. Ela escolhe símbolos sucessivos de acordo com certas probabilidades dependendo, em geral, das escolhas precedentes, bem como do símbolo particular em questão. Um sistema físico, ou um modelo matemático de um sistema que produz tal sequência de símbolos governada por um conjunto de probabilidades é conhecido como um processo estocástico. Podemos considerar uma fonte discreta, portanto, que será representada por um processo estocástico. Por outro lado, todo processo estocástico que produz uma sequência discreta de símbolos escolhidos de um conjunto finito pode ser considerado uma fonte discreta. Essa condição inclui casos tais como: 1. Línguas naturais, como o inglês, o alemão, o chinês. 2. Fontes de informação contínua que se tornam discretas a partir de algum processo de quantificação. Por exemplo, a fala quantificada de um transmissor PCM, ou um sinal quantificado de televisão. 3. Casos matemáticos onde meramente definimos processos estocásticos arbitrários que geram uma sequência de símbolos” (SHANNON, C. E. *A Mathematical...* op. cit., p. 11).

processo estocástico ou uma “cadeia de Markoff”³⁶³ implica considerar a mudança midiática que envolve a passagem do analógico para o digital, ou melhor, do contínuo para o discreto, tal como introduzida no capítulo anterior. Afinal, está em jogo uma específica compreensão do espaço de inscrição que admite tanto a *presença* como a *ausência* do caractere e, associada a essa condição, as múltiplas possibilidades de agenciamento dos diversos caracteres existentes, obedecidas as probabilidades.

De um plano ainda não diferenciado (*white noise*), em cuja entropia é máxima, à unidade mais discreta (a figura ou o *bit*), também dotada de máxima entropia, o processo de diferenciação é caracterizado por uma necessária dimensão *negentrópica*. O processo de diferenciação é um processo *informante*. Trata-se de um processo de atualização das potências do virtual. Do todo ainda não analisado ao corpo simplíssimo internamente indiferenciado há, como se percebe, uma espécie de *curto circuito*. Como *by-product* desse curto circuito, a informação se condensa no *dado*. Lembre-se que um *byte* (a menor unidade do dado) representa uma cadeia de 8 *bits* (*binary digits*), já indicando a *dobra* do corpo semiótico e a constituição de uma interioridade e de um meio associado, tudo a partir do processo de diferenciação imanente (ou de *defasagem*) entre expressão e conteúdo.

O *dado* é o pressuposto matemático do *signo linguístico*. O dado, não menos que o signo, também não é um *a priori* da teoria da comunicação moderna. A banalidade dos dados no atual contexto tecnológico, i.e., o fato de se considerar que os dados estruturam a vida social e que algo como o “*Raw Data*” possa existir é em verdade o sintoma de um *fetice* e indício de uma *captura*. Deve-se resistir à tentação de tomar a consequência pela causa. O fenômeno de *datafication*³⁶⁴ é,

³⁶³ Shannon parte expressamente dessa possibilidade. A respeito, conferir: “Processos estocásticos do tipo descrito acima são conhecidos matematicamente como processos de Markoff e têm sido estudados extensivamente na literatura. O caso geral pode ser descrito da seguinte forma: existe um número finito de ‘estados’ possíveis de um sistema: S_1, S_2, \dots, S_n . Somado a isso, há um conjunto de probabilidades de transição: $p_i(j)$ a probabilidade que se o sistema se encontra no estado S_i , ele irá para o S_j no momento seguinte. Para tornar esse processo de Markoff em uma fonte de informação, precisamos somente assumir que uma letra é produzida por cada transição de um estado para o outro. Os estados corresponderão ao ‘resíduo de influência’ das letras precedentes” (*Idem*, p. 15).

³⁶⁴ “Não há um termo adequado para descrever o que ocorre hoje em dia, mas um que ajuda a moldar as mudanças é o de ‘datafication’ (...). Ele se refere ao processo de tomar a informação disponível a respeito de coisas no mundo sublunar – incluindo aquelas sobre as quais nunca sequer pensamos como uma informação, tais como a localização de uma pessoa, as vibrações de um motor, ou o nível de tensão em uma ponte – e transformá-la em dados, inseri-la no formato certo, quantificá-la. Isso nos permite utilizar a informação de novas formas, tais como na análise de prognósticos: detectar que um motor está prestes a colapsar em razão do calor ou das vibrações que produz. Como resultado, podemos destravar o valor da informação, que se encontra tanto implícito, como latente” (MAYER-SCHÖNBERGER, V.; CUKIER, K. *Big Data...* op. cit., p. 15 – tradução livre).

porém, caracterizado por ser *a posteriori*. A novidade do novo milênio, com a banalização do Computador e da Internet, consiste em uma inundação de dados. *Tudo se torna dado*³⁶⁵.

Perceba-se, contudo, que *não* se diz que o dado é signo linguístico, mas que o dado é um *pressuposto matemático* do signo. Para que haja *signo*, segundo a premissa glossemática adotada, é necessário pensar um sistema e um processo perante os quais seja possível levar em consideração uma específica *solidariedade* interna entre expressão e conteúdo. O dado corresponde a um tal desdobramento de uma unidade discreta que, a partir de uma defasagem, passa a admitir essa diferenciação interna a partir de um certo limiar. Mas o dado não é imediata e necessariamente caracterizado pelo *significado*. Ou melhor, o dado não precisa apontar para um “significante-significado” ou mesmo fazer “sentido”. O plano semântico, nesse contexto, se torna *a priori* inessencial (o que não quer dizer desimportante, é necessário destacar). É preciso dizer, com Hjelmslev, que a dimensão da solidariedade funcional desterritorializa o binômio saussuriano “significante/significado” (i.e., o “signo” semiológico)

De fato, o elemento relevante para o *a priori* da teoria matemática da informação é o *signal*, não o sentido. O sinal é uma grandeza puramente física, implicando uma afetação dos corpos envolvidos no processo de informação tanto para além, como aquém de todo *sentido*³⁶⁶. Sentido há de ser compreendido aqui de modo dúplice (no mínimo), pois corresponde tanto a um sentido dos órgãos humanos (visão, audição, tato, paladar e olfato) como ao sentido “hermenêutico” (enquanto “sentido de uma proposição”). O sinal supera todo limiar associado às capacidades humanas para possibilitar uma espécie de experiência do infra- ou suprassensível, no sentido do Real lacaniano (i.e., aquele algo que não pode [não] ser escrito). Como lembra Siegert, “[t]oda emissão implica uma inteligência de sinal (não necessariamente uma inteligência de comunicação), de modo que:

³⁶⁵ “Computadores constantemente produzem dados. É o seu *input* e *output*, mas é também o resíduo de tudo o que fazem. No curso normal de suas operações, computadores documentam continuamente o que fazem. Eles detectam e registram mais do que você pode perceber” (SCHNEIER, B. *Data... op. cit.*, p. 15 – tradução livre).

³⁶⁶ Kittler, ao comentar o esquema de Shannon, destaca o seguinte: “A informação, por ser pensada aquém de toda semântica, pode ser de qualquer tipo: uma sequência de letras, como nos livros ou também no sistema telegráfico, uma grandeza única e com o tempo alterável, como as ondas da fala ou da música no rádio ou no LP (na medida em que se desconsidera as duas variáveis da estereofonia) e, finalmente, em um caso complexo como naquele da televisão a cores, em que a informação pode se encontrar disponível em diversas dimensões espaço-temporais ao mesmo tempo. Para poder enxergar uma única imagem a cores, é preciso que, de modo sincronizado, a dimensão temporal dos sons seja compatível com aquela das duas dimensões espaciais da luz vermelha, azul e verde, bem como à intensidade da iluminação de cada qual” (KITTLER, F. *Optische... op. cit.*, p. 47 – tradução livre).

*quem transmite algum conteúdo via rádio não pode deixar de afirmar, no mesmo ato, ‘que’ transmite, ‘quem’ transmite e ‘de onde’ transmite”*³⁶⁷.

Uma (dia)gramática radicalmente imanente é aquela que interessa neste momento. Não há de se falar em uma gramatologia da “arqui-escritura”, capaz de tudo produzir a partir de um salto na existência, mas no processo que, passo a passo, permite afirmar a existência de uma semiótica a-significante na base de todo o processo de *design* dos possíveis. A glossemática é bem mais interessante que a tradição fonológica para a presente pesquisa justamente por considerar com mais vagar a relação entre linguagem e não-linguagem, admitindo a primazia da forma-informante-metaestável sobre a noção de substância-formada-estabilizada. Essa é uma das razões pelas quais as críticas de Derrida em direção a Hjelmslev são superficiais e injustas, como se disse acima.

Hjelmslev não propõe, em primeiro plano e ao contrário do que sugere A. Martinet, pensar, a partir de uma imanência ingênua, somente uma parcela do fenômeno linguístico escolhida arbitrariamente (o que seria o caso se dispensasse a questão fonológica como de menor importância), nem, por outro lado, supõe a existência de uma (não-)origem transcendente, a partir da qual a linguagem poderia “emanar” *per saltum*. A imanência em Hjelmslev há de ser levada a sério e, portanto, todo o movimento possível em sua semiótica somente pode se desenvolver “*de proche en proche*”.

Com Hjelmslev, portanto, é preciso pensar a construção de um sistema de mundo à luz dessas proposições. Ou melhor, é preciso considerar o *design* de relações semióticas cada vez mais amplas e complexas³⁶⁸. Da simples figura, deve-se passar para análise da relação estabelecida entre conteúdo e expressão, enquanto funtivos de uma função, podendo ser estabelecida uma topologia estrutural que leve em conta, em determinado estágio, as *linhas* de expressão e conteúdo, em outro, a *face* de expressão e conteúdo. Linhas e faces, por suas vezes, podem ser associadas aos *planos* de expressão e conteúdo, respectivamente. Cada estágio preparando o estágio seguinte, na medida em que o código “ganha corpo”, de modo a se diferenciar internamente.

Passo a passo, a semiótica a-significante e altamente entrópica passa por processos de atualização (Figuras/*Bits* → *Bytes* (KB, MB, GB, TB, PB, enfim) → Signos → Linhas/Faces → Planos → etc.), permitindo assim a afirmação de toda

³⁶⁷ Tradução livre. Conferir trecho no original: “*Alles Senden impliziert Signal intelligence (nicht aber Communication intelligence): Wer etwas über Funk verbreitet, kann nicht umhin, zugleich zu sagen, daß er, was er und wo er ist*” (SIEGERT, B. *op. cit.*, p. 398).

³⁶⁸ A respeito, conferir: HJELMSLEV, L. *Prolégomènes...* *op. cit.*, pp. 77/78.

uma série de topologias a partir da diferenciação entre expressão e conteúdo, forma e substância, sistemas e processos, enfim. Os corpos simples se agenciam e, a partir desses agenciamentos, formam corpos mais complexos. A dinâmica de atualização, porém, nunca é completa. Algo de virtual permanece ao longo de todo o caminho. Ou melhor, o sistema mantém contato *direto, constante e imediato* com um plano de consistência que lhe oferece linhas de fuga³⁶⁹. Pode-se dizer, com Simondon, que o processo de diferenciação é constantemente agenciado por esse virtual (i.e., por esse “pré-individual”).

O atual-individual-dado, como dito acima, não é nada mais do que um *by-product* de todo esse processo de contínua individuação, mas que, todavia, não pode ser simplesmente desconsiderado. Trata-se de um *resto* que não é simplesmente irrelevante. O conteúdo atualizado, territorializado, segmentarizado, enfim, é importantíssimo no contexto da mídia digital, na medida em que serve de ponto de apoio para novas atualizações.

A Computação e a Internet somente correspondem às mídias dominantes da contemporaneidade, pois são capazes de traduzir toda a complexidade dos códigos e cálculos matemáticos responsáveis pela constante e desengonçada atualização dos possíveis de uma tal forma que a imagem do pensamento associada à “navegação” se torne possível para o leigo, ou melhor, de modo a traduzir o *discreto-complexo do código* para o *contínuo-simplificado da navegação em rede*³⁷⁰. Não há salto metafísico-transcendente de um para o outro, de modo

³⁶⁹ A estrutura rizomática não implica unicamente o sem-sentido ou o a-significante, ao contrário do que se poderia imaginar. É possível que o rizoma coalesça em significado e sentido. O que importa destacar é que esse é apenas um processo à disposição, ao lado de muitos outros. Nesse sentido, conferir: “*Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade a partir das quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído etc.; mas também as linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. Há ruptura no rizoma a cada vez que as linhas de segmentarização explodem em uma linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. Essas linhas não param de se alimentar umas às outras. (...) Fazem-se rupturas, traçam-se linhas de fuga, mas sempre há o risco de reencontrar, sobre essas linhas, aquelas organizações que reestratificam o conjunto, aquelas formações que conferem novamente o poder a um significativo, aquelas atribuições que reconstituem um sujeito – tudo o que queremos, desde as ressurgências edipianas até as concretizações fascistas*” (DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mille... op. cit.*, p. 16 – tradução livre).

³⁷⁰ A respeito, conferir clássico estudo de Lúcia Santaella a respeito do tema: “*Encontrar um caminho na hipermídia e na rede depende de se seguir uma sequência de passos corretos, ou, se os passos não forem corretos, ser capaz de corrigi-los. (...) Portanto, a navegação caracteriza-se como um campo de estados no qual há novos estados e estados precedentes. Um novo estado é aquele que é produzido pela mais recente aplicação de um operador. Que aqui estou chamando de operador é comumente chamado de ferramenta. (...) Assim, os operadores são notações formais (palavras, ícones, índices, barras, diagramas) que correspondem a regras heurísticas que o usuário usa para passar de um estado a outro. Nos processos de navegação, os operadores funcionam como indicadores de ação. A navegação começa a partir de um estado inicial e a heurística é usada para selecionar um operador entre um conjunto de outros. (...) Os dois processos fundamentais em que se funda a navegação são: a compreensão do estado de coisas e a busca para se chegar a um alvo. Nisto a navegação não difere muito da resolução de*

que entre discreto e contínuo, há somente um *limiar*³⁷¹, que deve ser entendido como uma espécie de *filtro* e não como se fosse uma *muralha*³⁷².

Os corpos discretos-simplíssimos do código se desdobram, formando interioridades a partir de suas interações entre si, e passam a dar a impressão (*Eindruck*)³⁷³ de continuidade-unidade. A relação entre corpo e agência é, como um fractal, levada a cabo passo a passo, mediante processos de diferenciação e individuação constantes, indo do distinto-obsuro do *bit* ao confuso-claro do *white noise*. A diferença de fases que se estabelece é responsável pela assimetria que marca todo o processo, o qual não é definido como substancialista, mas, adotando a premissa de Simondon, como *processo informante*.

4.4

A DESIGNAÇÃO PRECEDE A EXISTÊNCIA – REGIMES DE INTERFACE E ENDEREÇAMENTO, DE VISIBILIDADE E ENUNCIAÇÃO

A semiótica binária e, por definição, a-significante que fundamenta a Computação e a Internet é capaz de garantir um determinado tipo de agência entre as unidades discretas de sua composição, de modo a permitir-lhes “formar corpo”. Na qualidade de tecnologia supreendentemente primitiva, Computação e Internet desenharam um plano de imanência a partir do qual o *World design* é possível. *Bit* por *bit*, regimes de endereçamento e interface tomam forma. Esses

problemas” (SANTAELLA, Lucia. *Navegar no ciberespaço: O perfil cognitivo do leitor imersivo*. São Paulo: Paulus, 2004, p. 66).

³⁷¹ Para comprovar o ponto, pode-se considerar a “Análise de Fourier”. A respeito, assim destaca B. Siegert: “(...) Aquilo que surge do puramente contínuo, o puro analógico, é o puramente descontínuo, o discreto: uma onda retangular. O discreto é o limiar do analógico. (...) Até esse momento, os matemáticos pensavam que a verdade estaria na suposição de que a função limite de toda sequência convergente de funções contínuas seria, ela própria, uma constante, o que foi considerado um caso especial daquele preceito fundamental a partir do qual: ‘aquilo que vale até o limiar, também vale para o próprio limiar’, um fundamento fincado no princípio de continuidade de Leibniz. Tal princípio é contraditado pelas sequências trigonométricas de Fourier. A sua função limite é inconstante, enquanto a sua aproximação é constante” (SIEGERT, B. *op. cit.*, pp. 245/246 – tradução livre).

³⁷² Sobre a diferença que aqui se pretende ponderar, conferir D. Lapoujade: “Em Deleuze, o limite não é mais um muro, muralha da China ou limes, mas se torna um filtro, um crivo, uma membrana que põe em contato, topologicamente, um dentro mais profundo que toda forma de interioridade e um fora mais remoto que todo mundo exterior” (LAPOUJADE, D. *Deleuze... op. cit.*, p. 294 – tradução livre).

³⁷³ A impressão de que se trata neste momento não é aquela de um mero sentimento (*Gefühl*), de uma suspeita (*Vermutung*) ou de uma ilusão (*Täuschung*), mas o sentido profundamente material de uma inscrição (*Prägung*). Apontando para essa diferença, mas em contexto bem diferente, conferir: DERRIDA, J. *Archive... op. cit.*, p. 08.

regimes (i.e., essa *design politics*) não afetam simplesmente a percepção da realidade, mas a temporalidade do próprio pensar e a condição do próprio existir, na medida em que, onde tudo são dados, toda manipulação de dados lhe é possível³⁷⁴.

A Computação é denominada por Kittler como o “*médium de todas as mídias*” em decorrência dessa condição. Recorrendo a uma teoria das dimensionalidades simbólicas a partir de Vilém Flusser, Kittler explica as duas *passagens* descritas no último capítulo e neste e, por isso, deve ser considerada neste momento de arremate do capítulo.

Inicialmente, destacando a passagem do *analógico* para o *digital*:

Segundo o modelo de Flusser, o primeiro ato simbólico, com o qual a humanidade nalgum momento iniciou sua pré-história, correspondeu à redução, diretamente do contínuo espaço-temporal de quatro dimensões, de um signo tridimensional que representasse o contínuo e que, em razão da redução dimensional, fosse mais facilmente manipulável. É possível pensar em obeliscos, lápides, pirâmides. A segunda etapa ocorreu na sequência, quando o signo tridimensional foi representado por um signo de duas dimensões, quando uma lápide, por exemplo, foi ornada com a imagem da Pietà, aumentando as possibilidades de manipulação novamente. A terceira fase correspondeu à substituição ou descrição do bidimensional por meio de uma suposta unidimensionalidade do texto ou da impressão, conforme afirmado pela teoria da mídia de McLuhan, apesar de todas as nossas páginas impressas, desde o século XI corresponderem a superfícies planas – mas isso seria digno de uma palestra a título próprio.

Todas essas reduções possuem em comum o fato de a dimensionalidade “n-1” igualmente dissimular, esconder e substituir o representado, i.e., a dimensionalidade “n”. (...) A última guerra, segundo Flusser, está contida na resolução da unidimensionalidade dos textos na “zero”-dimensionalidade dos números ou *bits* – com a surpresa de que a dimensão “zero” não apresenta qualquer risco de dissimulação.

O computador, nessa perspectiva, é a consumação da redução de todas as dimensões a zero³⁷⁵.

³⁷⁴ “Então, um computador, capaz de processar e transmitir dados audiovisuais, funciona como uma navalha, que não mais simplesmente (como todas as mídias analógicas) subjuga nosso tempo de percepção, mas também o tempo do assim chamado ‘pensar’. Todas as possíveis manipulações de dados lhe são possíveis” (KITTLER, F. *Optische... op. cit.*, p. 294 – tradução livre).

³⁷⁵ Tradução livre. No original: “In Flussers Modell war es der erste symbolische Akt, mit dem Menschsein irgendwann in der Vorgeschichte begann, aus dem vierdimensionalen Kontinuum von Raum und Zeit ein dreidimensionales Zeichen herauszunehmen, das für das Kontinuum stand, selber aber gerade aufgrund der Dimensionsreduktion manipulierbar war. Man denke an Obelisk, Grabmäler, Pyramiden. Der zweite Schritt bestand folgerichtig darin, das dreidimensionale Zeichen selber durch ein zweidimensionales bezeichnen zu lassen, das Grabmal also zum Beispiel durchs Gemälde einer Pietà, was die Manipulationsmöglichkeiten noch einmal erhöhte. Der dritte Schritt war die Ersetzung oder Bezeichnung des Zweidimensionalen durch die vorgebliche Eindimensionalität von Texten oder Drucksachen, die auch McLuhans Medientheorie behauptet, obwohl all unsere Buchseiten seitdem 11. Jahrhundert als Flächen gegliedert sind – aber das wäre eine eigene Vorlesung wert. All diesen Reduktionen

Em seguida, contudo, propriamente em virtude do que Flusser chama de “redução” (e foi chamado mais acima de “passagem”), Kittler apresenta o processo de construção de um outro mundo (uma espécie de “simulacro”) com o paulatino desenvolvimento de novas dimensionalidades a partir da dimensão “zero”, a contar do momento em que a computação deixa de ser assunto de cientistas e matemáticos, assumindo sua potencialidade “englobante”. I.e., a partir do momento em que se percebe a necessidade de se pensar em uma operacionalização intuitiva dos sistemas operacionais, ou na possibilidade de um sistema “*user friendly*”³⁷⁶.

A respeito, conferir a continuação da lição, em que Kittler descreve a segunda passagem, qual seja aquela do *discreto* para o *contínuo*:

O computador, nessa perspectiva, é a consumação da redução de todas as dimensões a zero. Em razão disso, seu input e output permaneceram vinculados aos números frios nos primeiros dez anos a contar de 1943. Somente com os sistemas operacionais, tais como o UNIX, é que nos anos sessenta a sequência de comandos unidimensional foi inserida. Tal sequência que, na década de setenta, junto à introdução do Apple Macintosh, foi convertida em uma interface gráfica ou bidimensional. O fundamento desse incremento dimensional não foi a busca por maior realismo visual, mas a tarefa de tornar acessível ao leigo a possibilidade de programação da máquina, o que, a contas das múltiplas possibilidades de programação existentes, exigia recurso a tantas dimensões quantas disponíveis.

A passagem para a interface tridimensional, ou melhor, quando o tempo passa a contar como parâmetro, à tetradimensional, tal como hoje se convencionou na “*Virtual Reality*”, pode também ser compreendida naturalmente como uma forma de garantir maior acessibilidade e possibilidades de uso³⁷⁷.

gemeinsam blieb, daß das n-1-Dimensionale das Bezeichnete, also n-Dimensionale, zugleich auch verdeckte, verbarg und entstellte. (...) In diesem letzten Krieg, so Flusser weiter, sind eindimensionale Texte durch nulldimensionale Zahlen oder Bits abgelöst worden – mit der Pointe, daß 0 Dimensionen keinerlei Verdeckungsgefahr mehr einschließen. Computer in dieser Sicht sind die vollbrachte Reduktion aller Dimensionen auf Null” (Idem, pp. 294/295).

³⁷⁶ Ainda que o trecho esteja datado em função da introdução da tecnologia de *touch screen* e dos novos paradigmas de design de interfaces, com menos ícones, maior simplicidade, menor possibilidade de personalização, enfim, a mensagem de Santaella continua válida: “Via de regra, os programas visam criar interfaces intuitivas, atrativas e de fácil manejo, com barras de ferramenta baseadas em ícones com função indicativas da ação a ser executada e com um sistema de uso apoiado na ação de apontar e clicar, enfim, interfaces coerentes com a metáfora do ‘uso amigável’” (SANTAELLA, L. Navegar... op. cit., p. 101).

³⁷⁷ Tradução livre. No original: “Computer in dieser Sicht sind die vollbrachte Reduktion aller Dimensionen auf Null. Weshalb ihr Input und Output in den ersten zehn Jahren ab 1943 auch in nackten Zahlenkolonnen bestand. Erst Betriebssysteme wie UNIX haben in den sechziger Jahren die eindimensionale Kommandozeile eingeführt, die dann in Siebzigern, zunächst bei Apples Macintosh, durch eine graphische oder zweidimensionale Benutzeroberfläche abgelöst wurde. Grund dieses Dimensionszuwachses aber war durchaus nicht die Suche nach visuellem Realismus, sondern die Aufgabe, die restlose Programmierbarkeit von Turing-maschinen wenigstens zum Teil den Benutzern zu erschließen, was aufgrund der unvorstellbar vielen

A Computação, ao promover a redução (ou a defasagem, para falar com Simondon), num primeiro momento, a “n” dimensionalidade do contínuo à dimensionalidade “n-1” do discreto e, *après-coup*, ao permitir a construção de um mundo a partir do digital (*bit by bit*), com o intuito de conformação da experiência do usuário em alguma redundância semântica capaz de integrar o máximo de indivíduos possível ao mundo da computação (caracterizando o chamado sistema “homens-máquinas” como uma “rede de redes”, ou *Internet*), instaura a chamada nova era midiática, na qual as potências da ontologia e da epistemologia são, antes de mais nada, conformadas por uma geopolítica que determina a distribuição do acesso e das capacidades de exploração daquilo que essa tecnologia tem a oferecer. O problema político do *nomos*, portanto, é prévio a qualquer questão relacionada ao existir e ao saber, no contexto da Computação e Internet.

Isso pois, tudo o que existe nesse mundo objeto do *design* digital deve possuir um específico endereço (i.e., ser localizável a partir de comandos) e uma interface (i.e., deve ser capaz de vir à superfície, aparecer). A partir dessas coordenadas, as quais conformam a longitude e a latitude de um ente na nova mídia, é possível definir o existente. Trata-se de *hæcceidade* ou *quidditas* digital, a instituir a cega insistência de algo capaz de afirmar seu lugar no mundo digital.

Para tomar a *World Wide Web* como exemplo, um tal endereço tanto pode ser um endereço IP, como 172.217.162.174 ou 31.13.74.35, como pode ser um nome DNS específico como www.google.com ou www.facebook.com. Uma interface pode ser um *site*, como o Google, porém não há necessidade de toda interface tomar o modelo de uma funcionalidade semelhante ao caso do *site* de buscas. Todo roteador corresponde a uma interface que vincula uma máquina a outras máquinas, permitindo a passagem de pacotes de mensagem em direção aos respectivos destinos. A interface do *router* não está necessariamente dirigida a um intérprete humano. A rede da *World Wide Web* corresponde a um “*sistema homens-máquinas*”³⁷⁸, com suas reversibilidades e recorrências. Trata-se de um

Programmíermöglichkeiten so viele Dimensionen wie möglich erfordert. Der Übergang zu dreidimensionalen oder, wenn man die Zeit als Parameter mitzählt, sogar vierdimensionalen Benutzeroberflächen, wie er heute unter dem Schlagwort Virtual Reality läuft, kann selbstredend auch als Erweiterung der Bedienungsmöglichkeiten begriffen werden (KITTLER, F. *Optische...* op. cit., pp. 295/296).

³⁷⁸ “Se as máquinas motoras constituíram uma segunda era da máquina técnica, as máquinas da cibernética e da informática formam uma terceira era que recompõe um regime de servidão generalizado: os ‘sistemas homens-máquinas’, reversíveis e recorrentes, substituindo as antigas relações entre os dois elementos; a relação do homem e da máquina se faz em termos de

sistema de servidão generalizado, responsável por assimilar todo o existente a partir do código binário. A WWW encontra seu fundamento no teste de Turing.

Essa tecnologia é tanto uma máquina de guerra, como uma mídia diretamente política. Tudo o que existe ou que pode ser conhecido deve ser localizável no sistema e, para ser localizado, deve possuir uma determinada imagem mediante a qual o fenômeno se apresenta. Endereço e interface. Para falar com Hjelmslev, para existir ou ser conhecível, é necessário pressupor uma determinada *forma informante*, que determina tanto os horizontes ontológicos como epistêmicos da plataforma. Não só é o caso de afirmar que a “*designação precede a descrição*”³⁷⁹, mas é preciso confirmar a precedência da política face à ontologia e à epistemologia.

A Internet, na qualidade de Killer App da Computação, é uma axiomática por excelência, pois, nela, somente existe aquilo que foi expressamente postulado em código. A axiomática é essencialmente refratária ao papel da intuição.

O exemplo mais imediato de uma tal precedência política pode ser dado no caso do *Google Maps* e da escolha (política) daquilo que é designado na cartografia. Muita polêmica já foi criada pelo fato de o Google apagar a Palestina³⁸⁰, indicar tanto a existência da “Criméia Russa” para a Rússia, como a de uma “Criméia ocupada” para os Estados Unidos³⁸¹, causar um conflito internacional em virtude das inconsistências verificadas na designação da fronteira entre o Panamá e a Nicarágua³⁸², enfim.

comunicação mútua interior e não mais a partir do uso e da ação” (DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mille... op. cit.*, p. 572 – tradução livre).

³⁷⁹ BRATTON, B. *op. cit.*, p. 205.

³⁸⁰ “O Google foi acusado de deletar a Palestina do Google Maps – massa verdade é que a Palestina nunca foi reconhecida pelo Google para início de conversa. Quando procurar no Google Maps, aparece uma silhueta, mas nenhuma indicação mostra a Palestina ao lado de Israel. Enquanto 136 membros das Nações Unidas reconhecem a Palestina como um Estado independente, os Estados Unidos e quase todo o ocidente não a reconhecem” (CRESCI, Elena. *Google Maps accused of deleting Palestine – but the truth is more complicated*. Matéria para o jornal The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2016/aug/10/google-maps-accused-remove-palestine>, acessado em 31.05.2020 – tradução livre).

³⁸¹ “Os Estados Unidos veem a Crimeia como ‘território ocupado’, como afirmado pelo governo em um pronunciamento recente. Mas na Rússia, o Google Maps mostra a península como parte do território russo. Os EUA e seus aliados se recusam a aceitar o passo separatista da região para se integrar à Rússia” (CHAPPELL, Bill. *Google Maps Displays Crimean Border Differently In Russia, U.S.* Matéria para o site da NPR. Disponível em: <https://www.npr.org/sections/thetwo-way/2014/04/12/302337754/google-maps-displays-crimean-border-differently-in-russia-u-s>, acessado em 31.05.2020 – tradução livre).

³⁸² “Um erro lamentável do Google Maps foi culpado pela invasão accidental da Nicarágua à Costa Rica. Semana passada, tropas nicaraguenses atravessaram a fronteira e tomaram a bandeira da Costa Rica, em território costarricense substituindo-a pela sua própria bandeira, em desafio. Mas as tropas do comandante, Eden Pastora, disseram a um jornal local, *La Nación*, que a invasão não foi culpa sua, pois o Google Maps, equivocadamente, disse que aquele território pertencia à Nicarágua. Oficiais do governo nicaraguense também culpam o ‘bug do Google’ pelo equívoco” (MARK, Brown. *Nicaraguan Invasion? Blame Google Maps*. Matéria para a revista

Outro exemplo a ser citado é o caso da disputa envolvendo a China e a Rússia em torno da criação de uma internet paralela. A importância estratégica assumida pela Internet no contexto da geopolítica atual é justamente a de ser uma tecnologia de troca global de informações. Para tanto, o que não é evidente por si só, a Internet deve possuir endereços confiáveis, universais, únicos e publicamente acessíveis³⁸³. Não seria possível navegar na Internet se o mesmo comando pudesse conduzir tanto a um endereço como a qualquer outro, da mesma forma como não seria útil criar uma página de internet e mantê-la sigilosa para qualquer terceiro. A grande vantagem associada à Internet é justamente vinculada ao seu sistema universal e público de endereçamento.

Curiosamente, todavia, o seu sistema de endereçamento é também seu “calcanhar de Aquiles”. Isso, pois a Internet possui duas linguagens básicas para definir o endereçamento. Uma é a linguagem direcionada para a máquina. As máquinas leem melhor números que frases, por isso o sistema binário para a identificação de um específico *site* na internet, representado pelo sistema decimal exposto acima (o Google é acessível pelo IP 172.217.162.174, por exemplo). O outro é a linguagem direcionada para os humanos, que utiliza o sistema DNS e emprega palavras e frases já integradas ao léxico de qualquer usuário da *Web*, como é o caso de www.google.com. É necessário que tanto a linguagem maquínica como a humana se correlacionem entre si, de modo que o limite de endereços possíveis pela linguagem TCP/IP, na ordem de 4 bilhões de endereços diferentes, determina, em grande medida, o limite para os endereços utilizando a linguagem DNS. Ao passo que o modelo TCP/IP é semanticamente neutro, o modelo DNS associa uma dimensão semântica importante ao endereçamento. Ou seja, ao fazer a concessão ao “fator humano”, a dimensão “intuitiva” que foi rechaçada *a priori* retorna, pela janela dos fundos. As noções de navegação e de *surfing* na Internet são diretamente tributárias desse papel *a posteriori* da intuição (*insight*)³⁸⁴ na disseminação da nova tecnologia e de sua consagração enquanto mídia inexorável da atualidade.

Wired. Disponível em: <https://www.wired.com/2010/11/google-maps-error-blamed-for-nicaraguan-invasion/>, acessado em 31.05.2020 – tradução livre).

³⁸³ “Laura Denardis descreve as funções essenciais da endereçabilidade da Internet de acordo com quatro variáveis: universalidade (o endereço deve ser um denominador comum para o acesso à rede), identificação (o endereço deve constituir um identificador realmente único, de modo que não é possível a duas coisas dividirem o mesmo endereço), exposição (endereços não podem ser encriptados e devem ser visíveis a terceiros) e desinteresse (o endereço não é vinculado ao conteúdo de qualquer mensagem enviada ou recebida por ele)” (BRATTON, B. *op. cit.*, p. 205 – tradução livre).

³⁸⁴ “Do não-determinismo dos operadores e das escolhas resulta que, em todos os níveis, o dos novatos, o dos leigos e o dos expertos, há a presença do insight. Na navegação, este significa a

Há também uma dimensão política diretamente associada a esse campo semântico, como era de se esperar. Ainda a título de exemplos, a introdução de endereços “.lgbt” ou “.xxx” é objeto de debates importantíssimos no âmbito da ICANN (*Internet Corporation for Assigned Names and Numbers*) instância máxima de regulação do sistema DNS. A ICANN é uma instituição dúbia. Sua vinculação ao Governo Norte-Americano é alvo de profundas críticas de todos os demais membros do sistema. Coloca-se em dúvida a funcionalidade das políticas levadas a cabo pela instituição, considerando essa vinculação histórica. É a ICANN, por exemplo, quem controla a denominada *root* do sistema de endereçamento³⁸⁵. Ela é quem determina, em última instância, o “que” é designado e o “como” dessa designação.

O sistema DNS é hierárquico e pensado como uma “árvore invertida”, obedecendo, mais ou menos a seguinte estrutura:

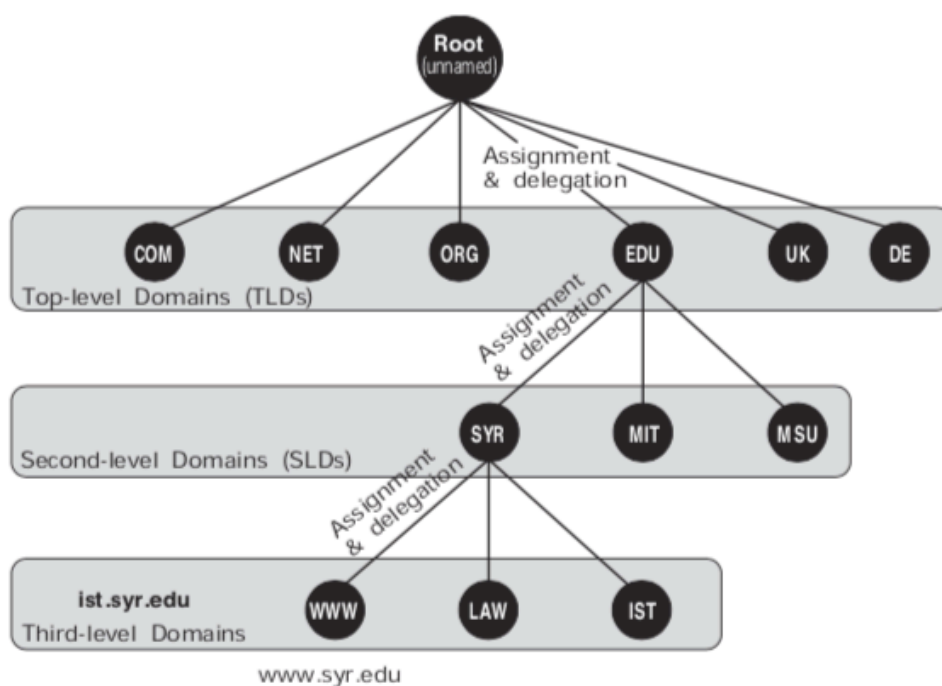


Figure 3.2
A hierarchical name space

Imagem 05³⁸⁶

capacidade de mudar de estado, descoberta de uma rota eficaz no caminho para um resultado final. As mudanças se dão tanto no estado interior dos usuários quanto no estado físico da tela (SANTAELLA, L. *Navegar... op. cit.*, pp. 69/70).

³⁸⁵ Para uma melhor compreensão da relação entre ICANN e o *US Department of Commerce*, conferir: MUELLER, M. L. *Ruling... op. cit.* e MUELLER, M. L. *Networks... op. cit.*

³⁸⁶ MUELLER, M. L. *Ruling... op. cit.*, p. 42.

Quem controla os níveis mais elevados, por definição, controla os inferiores. Em um endereço comum, a hierarquia é identificada da direita para a esquerda. Assim, no endereço “google.com.br”, a hierarquia é estabelecida do “.br” para o “.com”. Quem controla o nível “.br” também controla o “.com.br”, o “.gov.br”, o “.org.br”, o “.edu.br”, enfim. Se, por exemplo, quem controla o “.br” quisesse retirar toda a possibilidade de se encontrar um endereço “.com.br”, isso seria possível com poucos comandos. Bastaria desligar os aparelhos que sustentam os níveis inferiores de endereçamento. Ou seja, em minutos, nenhum endereço que fosse “.com.br” seria reconhecível pelo sistema e poderia ser encontrado. Foi assim que o governo egípcio pretendeu controlar as manifestações de 2011, quando da famosa “primavera árabe”. Não se retirou somente o acesso aos sites de *Twitter* e *Facebook*, mas o país inteiro foi simplesmente “desligado” da Internet³⁸⁷.

É importante perceber que a *root* controla tudo. E a *root* é controlada pela ICANN. Para compreender a gravidade do problema basta imaginar a situação de um “.ru” (Rússia) ou de um “.cn” (China). Por uma simples decisão de uma instituição com laços incontestáveis ao Governo Norte-Americano seria possível retirar tanto a China como a Rússia do mapa da *Web*. Toda e qualquer conexão pela Internet seria perdida com esses países, ou melhor, com aqueles endereços vinculados àqueles países. Tudo a partir de uma singela ordenação do “designável”.

Ou seja, o ontológico e o epistemológico são conformados de ponta a ponta por uma dimensão política. Uma dimensão imanente, diga-se, à própria tecnologia empregada e que não pode ser completamente superada na suposição “tecnocrática” de que a Computação e Internet seriam tecnologias, por si e em si, “libertárias”. A liberdade é um problema no contexto da Computação e da Internet. Um problema que excede qualquer solução que se apresente. Trata-se de um inesgotável que não se resume a indicar uma suposta “falta”, mas que aponta para

³⁸⁷ “O interruptor da Internet mostra os detalhes de como a infraestrutura é relevante. A despeito de não possuir nenhuma forma de censura em larga-escala ou centralizada, o Egito ainda assim foi capaz de desligar todas as suas comunicações em questão de minutos. Isso foi possível pois o Egito permitia a operação de somente três fornecedores de conexão wireless e exigia a todos os provedores de serviços de Internet (ISPs) que afunilassem seu tráfego por meio de um punhado de conexões internacionais. Ao ser confrontado com as manifestações em massa e temeroso de uma população capaz de se auto-organizar, o governo precisou determinar a uma dúzia de empresas que desligassem suas redes e desconectassem seus roteadores da rede global da Internet” (MCLAUGHLIN, Andrew. *Egypt's big internet disconnect*. Matéria para o jornal *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2011/jan/31/egypt-internet-uncensored-cutoff-disconnect>, acessado em 31.05.2020 – tradução livre).

a estrutura nunca totalizável (“n-1”) do novo *nomos*. No contexto da Computação e Internet, aquilo que normalmente se denomina de “realidade”, como o contraponto ao “virtual”, ao “digital”, à “ficção”, enfim, já está inserido, desde sempre, no contexto do “n-1”. A nova era midiática encontra seu *ponto de Arquimedes* na nova tecnologia, não fazendo sentido as tentativas infantis que propõem medir as novas tecnologias pelas potências das antigas (fazendo das pretensões ao *retrô* e ao *vintage* um curioso caso de infantilização mediada pelo comércio, a ser estudado oportunamente em outro momento).

No âmbito da Computação e Internet, portanto, as fronteiras não são determinadas em última instância por estruturas físicas, como muros e arame farpado. Para a mídia digital, a ordem semiótica determina os possíveis ao determinar a passagem do analógico para o digital e da ordem discreta de *bits* e *bytes* para a ordem do contínuo da interface do site de busca, por exemplo. Nessa dupla passagem admite-se a construção de um mundo, a criação de possibilidades e a direção dos desejos.

A semiótica do código binário “forma corpo”. Os *bits* coalescem *bit by bit*, ponto a ponto, linha a linha, plano a plano. Obedecendo a determinados protocolos, é possível estabelecer comandos (algoritmos) e criar programas cuja função é a de imprimir regimes diferenciados aos fluxos de informação, fazendo com que pontos, linhas e planos interajam de diferentes formas e, eventualmente, consolidem plataformas.

GEOPOLÍTICA DO ARQUIVO-MUNDO – PROTOCOLOS, PROGRAMAS E PLATAFORMAS

“Platforms are what platforms do”

(BRATTON, Benjamin H. *The Stack: On Software and Sovereignty*. Cambridge: MIT Press, 2015, p. 41)

5.1

PASSAGENS

Os capítulos anteriores desenvolveram perplexidades e orientações que permitem, neste momento, adensar melhor a necessidade de se pensar um novo materialismo, a exigir a reconsideração do regime de arquivo responsável pela determinação dos sistemas de enunciação e de funcionamento relacionados à Computação e à Internet.

Tal como a glossemática de Hjelmslev, exposta no capítulo anterior, a estrutura da Internet é construída pouco a pouco pela computação interminável da informação, permitindo a passagem (a) de uma semiótica a-significante (discreto), para (b) uma semiótica significativa (contínuo). Essa *passagem* se dá por meio do processo de diferenciação imanente das unidades mínimas de informação entre si (*bits* ou figuras) em direção à constituição da *função signica*, cujos funtivos são *conteúdo* e *expressão*, ou, respectivamente, *regimes de endereçamento* e *interface*. Esse processo de diferenciação interna pode continuar a se aprofundar *en abyme*, permitindo a própria reconfiguração do mundo e da realidade sensível (fenômenos como internet das coisas, *hyperobjetos*, realidade virtual e realidade aumentada são denotativos do fenômeno).

Seguindo o fio condutor deixado pelos primeiros capítulos, a informação digital toma corpo ao longo do processo de transmissão. *Bits* (os *corporeae simplissimae* cuja entropia encontra-se no grau máximo) ressonam entre si, formando corpo em *Bytes* (ou octetos). Esses octetos são caracterizados por admitirem uma diferenciação interna entre conteúdo e expressão (enunciação e visibilidades, endereçamentos e interfaces), o que lhes permite serem seriados de

diferentes formas, de modo a computar diferentes tipos de dados. Mediante as técnicas de computação, é possível ao sistema ler, codificar e decriptar as múltiplas cadeias de código (*bits* para *bytes*, para *kilobytes*, para *megabytes*, para *gigabytes* e assim sucessivamente) para traduzir a linguagem binária em outros formatos mais adequados às exigências semânticas dos respectivos destinatários. Mediante uma defasagem de perspectiva, o sistema de *relais* que estrutura a Internet permite o advento, a partir do discreto, de uma impressão de contínuo.

Trata-se de um atomismo renovado, podendo ser lembrado o movimento ascendente de que trata Lucrécio no livro 2 do *De Rerum Natura*. A respeito, conferir:

Pois, primeiro os átomos primordiais de todas as coisas movem-se por si próprios; em seguida, os corpos formam uma pequena combinação e, como se pode dizer, encontram-se o mais próximo do poder dos átomos primordiais, são lançados em movimento, orientados por colisões imperceptíveis, na medida em que, a seu turno, atacam aqueles corpos um pouco maiores. Assim, em movimento ascendente, desde os átomos primordiais, por graus sucessivos, emerge até os nossos sentidos, de modo que aqueles corpos capazes de sentir a luz do sol também são impactados, apesar de não ser evidente a partir de quais impactos eles são feitos para agir dessa forma.³⁸⁸

Como dito, a impressão criada (i.e., essa ascensão aos sentidos) não é nada além de um *efeito dos regimes de endereçamento e interface* (o que não significa que se trate de uma “ilusão”), pois a qualquer momento a mensagem pode ser novamente decomposta e reconduzida ao seu estado digital, retalhada em pacotes de informação e remetida por outros caminhos na rede. Certo, porém, que não existe regime de endereçamento sem regime de interface e vice-versa, pois ambos são tal como fúntivos de uma mesma função. É, possível destacar que a verificação tanto do endereçamento (enquanto *(geo)referenciamento* dos existentes no âmbito da rede), como da interface (i.e., esse[a] limiar/fronteira/*écran/medium*) possibilitam a passagem do discreto ao concreto, do a-significante para o semântico, da figura para o signo.

³⁸⁸ Tradução livre. Conferir trecho no original: “*For the first-beginnings of things move themselves; then the bodies that form a small combination and, as one may say, are nearest to the powers of the first-beginnings, are set moving, driven by the unseen blows of these, while they in their turn attack those that are a little larger. Thus the movement ascends from the first-beginnings and by successive degrees emerges upon our senses, so that those bodies also are moved which we are able to perceive in the sun’s light, yet it does not openly appear by what blows they are made to do so*” (LUCRETIUS. *op. cit.*, p. 105).

Computação e Internet, ao contrário do que se pensa, não podem ser adequadamente pensadas como tecnologias “descorporificadas”. Muito pelo contrário. No seio da tecnologia de *packet switching* há a questão do corpo e da agência, implicando uma materialidade que não pode ser simplesmente desconsiderada³⁸⁹. A Internet é caracterizada por um constante processo de corporificação, ou melhor de retalhamento, transmissão e recomposição de corpos. A Internet corresponde a uma máquina de *(de)composição de corpos*. Corpos com diferentes topologias e topografias. Corpos hiperbólicos, corpos lineares, corpos paradigmáticos. Corpos fractais. O corpo em rede que se distribui em nódulos e linhas. Corpos que se defasam em semiótica, em efeitos desvinculados das causas, em regimes de emancipação e opressão.

Esses corpos são configurados pouco a pouco, camada a camada, coalescendo na “plataforma”. O que, originalmente, seria somente uma combinação estocástica de “0”s e “1”s, torna-se, mediante a imposição de redundâncias e hábitos maquínicos (i.e., em virtude dos *protocolos*³⁹⁰), uma espécie de “segunda natureza”, na qual os comandos singulares e separados começam a ressonar internamente, tornando-se *programas*³⁹¹, ou ainda, tornando-se instituições. A essas instituições, dá-se o nome de *plataforma*³⁹².

³⁸⁹ Considero o *insight* de Paul Dorish a respeito do tema: “Que o vangloriado mundo virtual da comunicação via Internet seja de fato fundamentado em realidades físicas e materiais não é, obviamente, uma observação nova. (...) A materialidade digital que me preocupa aqui não é a materialidade das infraestruturas e cabos, mas a materialidade dos sinais digitais que os atravessam. Argumento que os dados e seus protocolos também são materiais, tanto nas suas consequências para a organização das infraestruturas, como nas suas manifestações específicas como fluxos de elétrons e sinais que se espalham ao longo de cabos e canais (...). (...) Quero considerar protocolos enquanto matéria que necessita ser correlacionada e compreendida em relação às materialidades da infraestrutura bruta (...)” (DORISH, Paul. *Protocols, Packets and Proximity: The Materiality of Internet Routing*. In: PARKS, Lisa; STAROSIELSKI, Nicole. *Signal Traffic: Critical Studies of Media Infrastructures*. Champaign: Illinois University Press, 2015, p. 184 – tradução livre).

³⁹⁰ “[P]rotocolo é uma técnica para se atingir regulação voluntária dentro de um ambiente contingente. Essas regulações sempre operam ao nível da codificação – elas codificam pacotes de informação de modo que possam ser transportados; codificam documentos para que possam ser logicamente analisados; codificam comunicações de forma que dispositivos locais possam comunicar eficazmente com dispositivos estrangeiros. Protocolos são altamente formais; isso quer dizer, eles envelopam informação em um embrulho tecnicamente definido, enquanto permanecem relativamente indiferentes ao conteúdo da comunicação que cada envelope contém. Visto de forma global, o protocolo é uma espécie de gestão distribuída de sistema que permite ao controle existir em meio a um ambiente materialmente heterogêneo” (GALLOWAY, A. *Protocol... op. cit.*, pp. 07/08 – tradução livre).

³⁹¹ “Agora, considere a palavra programa. (...) Para a arquitetura, computação e política, o termo ‘programa’ possui uma significação central enquanto um problema de desenho [design] e técnica de governança. A triangulação entre sítio desenhado, ação desenhada e pólis desenhada aponta para um mesmo enredo: plataforma e programa se sobrepõe entre si, simetricamente” (BRATTON, B. *op. cit.*, p. 43 – tradução livre complementação em colchetes).

³⁹² “Plataformas são mecanismos geradores – motores que firmam os termos da participação de acordo com protocolos fixos (e.g., protocolos técnicos, discursivos, formais). Aumentam de tamanho e força à medida em que interações não planejadas e, talvez, não planejáveis são mediadas. Isso não quer dizer que a neutralidade formal da plataforma não represente uma

A (dia)gramática sugerida no capítulo anterior, ao descrever uma tendência na conformação semiótica de meras figuras (estruturas a-significantes) em algo cada vez mais diferenciado internamente (Signos → Linhas/Faces → Planos → etc.), redundava nesse momento na conformação de específicos programas de ação. Uma ação que não é necessariamente (ou sequer primordialmente) humana, diga-se de passagem.

Esse conjunto formado por *protocolos-programas-plataformas* estrutura-se como um circuito polarizado, entre uma *axiomática*³⁹³ e uma *semântica* (dimensão de *sobrecodificação*).

Em primeira ordem, uma axiomática é definida como uma estrutura de postulados interdependentes uns com relação aos outros, que se concatenam entre si de tal forma a constituir uma espécie de abstração compartilhada. Uma axiomática é formalmente caracterizada pela ressonância interna das relações estabelecidas entre proposições não-demonstradas e termos não-definidos, que, todavia, garantem demonstrações e definições ulteriores. Trata-se de uma estrutura que pretende suspender a necessidade de recurso contínuo à intuição, assim como se propõe a contornar a vinculação aos critérios de “verdade material” ou mesmo de “certeza subjetiva” para ser eficaz. A axiomática de que ora se trata é construída passo a passo por meio de sempre novas formalizações e simbolizações. No capítulo passado, fez-se a relação entre a axiomática desenvolvida por Hjelmslev, em sua glossemática, e a axiomática que caracteriza a Internet.

A ordem semântica, por sua vez, é a ordem das redundâncias, a ordem do simbólico. Trata-se de uma ordem onde a *captura* já (e desde sempre) se processou. O usuário de uma plataforma de busca, como o Google, ou de relacionamento, como o Facebook, por exemplo, não precisa saber como se agenciam os bits e bytes, que linguagem de programação é utilizada ou mesmo a engenharia que fundamenta toda a infraestrutura em jogo a cada *click*. Basta saber “navegar” (ou “surfear” na rede), arriscar novos caminhos e deduzir resultados, criar uma experiência e uma cultura da Internet (uma “cybercultura”, para falar com Pierre Lèvy). Basta ao internauta saber que a caixa do Google pode

estratégia; uma plataforma dará estrutura às suas camadas e aos seus Usuários de uma forma, outra plataforma estruturará tudo de outro modo, e assim suas políticas são feitas. Isso indica precisamente como as plataformas são não simplesmente modelos técnicos, mas também institucionais. O desenho e a programação de mundos, a partir dos modos particulares respectivos, são meios para a composição política assim como o desenhar uma linha em um mapa” (Idem, p. 44 – tradução livre).

³⁹³ Para uma discussão mais direcionada a respeito do conceito de axiomática, ver: BLANCHÉ, R. *op. cit.*

ser questionada sobre uma infinidade de assuntos. Basta saber que clicar em uma foto do Facebook, abre o perfil dessa pessoa. Enfim, basta saber que acionar o ícone “X” vai, muito provavelmente, dar causa ao evento “X”, evento que pode ser sentido muito além da interface-*écran*. Nesse ponto, contam a intuição do usuário, sua capacidade de antecipação de sentido. Trata-se de uma tarefa propriamente “hermenêutica” que reintroduz uma espécie de assimetria entre usuário e sistema, uma relação de autoridade, entre a infraestrutura do código-fonte e a contingência do *input*.

Protocolos-programas-plataformas, portanto, nada mais são do que estruturas constituídas a partir do desdobramento interno dos regimes de endereçamento e interface que constituem a própria estrutura da Internet. Como toda infraestrutura, são tanto (a) objeto de *design*, como (b) pressupostos no *design* dos possíveis. Trata-se aqui do estabelecimento da infraestrutura capaz de (re)configurar o regime de arquivo, formatando o enunciável e o visível, as linhas de fuga ou de captura, o estriamento ou o alisamento do *nomos*.

É preciso retornar a uma questão feita no capítulo anterior a respeito do processo de coalescência que caracteriza a passagem do discreto ao contínuo. Ou melhor, para desenvolver um pouco mais a partir de um sentido comum, é preciso retomar a questão a respeito da dinâmica que permite à Internet, a despeito de toda a complicação envolvendo a tecnologia e os códigos e sinais discretos associados ao seu funcionamento, assumir uma específica “imagem do pensamento” que afirme a experiência do internauta como uma espécie de “surfing” ou a “navegação”. É nesse nível que importa considerar a outra fase, aquela de *sobrecodificação semântica*.

A Internet não é, *em si*, nem lisa, nem estriada. Pensar um “em si” da Internet já é ter passado ao largo do problema do qual se ocupa neste momento. De fato, como sugerido no capítulo anterior, não é possível assumir qualquer das imagens em sua simplicidade, quando se trata da Internet. Inobstante, é necessário considerar o que permite a *passagem* de um para o outro.

Como se constitui esse efeito “*charnière*”? A articulação existente entre o espaço liso e aquele estriado, entre o sinal e o signo, entre o contínuo e o discreto, entre a experiência diária (e alienada) e a experiência técnica (e engajada), sabendo que cada *host* pode ter uma perspectiva diferente a respeito do tema, faz-se em atenção às possibilidades determinadas por uma axiomática capaz de mascarar a si própria³⁹⁴, de inverter *uma* específica “ordem das coisas”,

³⁹⁴ Não se trata, de fato, de um processo de simplesmente “esconder” a si próprio, uma vez que nada na Computação e Internet se encontra, de fato, em qualquer “profundidade”. Trata-se, isso

apresentando outra realidade como se ela sempre estivesse lá. Trata-se da instituição de uma espécie de “segunda natureza”, da instituição de um “*ψεῦδος*”³⁹⁵.

Se todo computador não passa de uma máquina de Turing³⁹⁶, com seu jeito desengonçado, capaz unicamente de seriar 0's e 1's, supostamente ao infinito, segundo instruções recebidas formalmente, é preciso considerar a influência que se estabelece quando se passa a ordenar esse processo de computação de modo a permitir o jogo de imitação pensado como o feedback contínuo, ou melhor, como redundância formal.

A contar da seriação de sinais *a priori* a-significantes, são estabelecidas as redundâncias necessárias para a fixação do sentido, para o aparecimento de uma determinada estrutura semântica de primeira ordem (i.e., o aparecimento da diferenciação imanente entre conteúdo e expressão). Essas estruturas semânticas podem ter “*n*” ordens, o determinante é saber se podem ser, de fato, computadas, ou melhor, se é possível que um algoritmo represente formalmente o funcionamento da máquina.

A fixação de redundâncias consoma um mundo acessível e compreensível que, de certa forma, é sobreposto àquele do código binário. A tecnologia contemporânea é feita para ser “intuitiva”, para ser acessível ao leigo, mas se trata de uma acessibilidade que exclui, *a priori*, o Usuário do *arkanum* da máquina. As entranhas do funcionamento deixam de ser relevantes para o uso comum e desinteressado da máquina, para que assim se possa ofertar uma experiência

sim, de uma espécie de “mascaramento”, da criar uma espécie de engodo capaz de fazer com que os olhares desviem. Interessante considerar, a despeito dessas considerações, a referência de Alexander Galloway acerca do processo: “*Uma das características definidoras das redes inteligentes (capitalismo, Hollywood, linguagem) é a habilidade de produzir um aparato que esconda o aparato. Para o capitalismo, essa lógica é encontrada na forma-mercadoria; para Hollywood, é a edição contínua. No espaço digital, essa ‘máquina de esconder’, essa máquina que produz-indiferença, é epitomada pelo browser da Internet*” (GALLOWAY, A. *op. cit.*, p. 75 – tradução livre).

³⁹⁵ O termo é empregado segundo inspiração heideggeriana neste momento. A respeito, conferir: “*Esse é o significado fundamental do ψεύδος grego: girar [hindrehen] a coisa de tal forma, de modo que não se veja como ela propriamente é. Ψεύδος é aquilo que inverte e desvia [verdreht und verkehrt]. Os gregos também possuem um conceito oposto ou um antônimo para o ψεύδος. Ele aparece, por exemplo, em Demócrito: ἀτρεκής (τρέπω, virar); aquilo que é desinvertido, desvirado. O conceito oposto, i.e. o ψεύδος, não significa simplesmente o ‘falso’, mas o ‘invertido’. O momento decisivo é a inversão. Essa significação do ψεύδος subjaz a história da significação da palavra em um desenvolvimento ulterior. Ψεύδος quer dizer que se inverteu o homem e sua percepção, de modo que, não somente aquilo que está por detrás se encontra velado, mas também no sentido de que surge a aparência de haver algo escondido, quando de fato não há nada por detrás*” (HEIDEGGER, Martin. *Vom Wesen der Wahrheit. In: Sein und Wahrheit. Gesamtausgabe. II. Abteilung: Vorlesungen*. Band 36/37. Frankfurt a.M.: Vittorio Klostermann, 2001, p. 227 – tradução livre, complementação em colchetes).

³⁹⁶ KITTLER, F. *Grammophon... op. cit.*, pp. 32/33.

agradável³⁹⁷. A Internet, que no fundo é uma tecnologia de *packet switching*, i.e., da quebra da mensagem em partículas menores para os fins da transmissão, paradoxalmente é experimentada a partir da impressão do *surfing* e da navegação. A experiência humana do espaço liso é sobreposta àquela da máquina, responsável pelo estriamento.

Esse processo não é muito distante da noção marxiana de fetiche³⁹⁸. O fetiche da mercadoria possui relação profunda com o fetiche que ora é associado à Computação e Internet. É preciso entender o “efeito de transcendência” aí implicado³⁹⁹. Trata-se de uma *impressão* de transcendência que se produz a partir de um plano de imanência⁴⁰⁰. Pode-se dizer que tanto a mercadoria como a Internet possuem, de certo modo, uma característica “fantasmática” que lhes determina o funcionamento. Se a mercadoria assume sua forma misteriosa na medida em que é percebida não como uma consequência das condições sociais de trabalho, mas como um simples objeto dotado de um valor que lhe é de certa

³⁹⁷ “Quanto mais elevada e confortável for a linguagem na superfície, tanto mais intransponível a resistência à percepção do hardware, que, como sempre, faz todo o trabalho. (...) Enquanto, de um lado, levando em conta o conhecimento do código ou algoritmos, permanece possível, a princípio, escrever softwares e criptoprogramas, torna-se praticamente impossível, de outro lado, i.e., daquele lado escondido pela interface intuitiva e de fácil utilização, obter acesso às condições de produção do programa finalizado ou até mesmo alterar essas condições” (KITTLER, Friedrich. *Protected Mode*. In: *Draculas Vermächtnis*. Leipzig: Reclam, 1993, p. 210 – tradução livre).

³⁹⁸ “É sabido que o homem, por meio de suas habilidades, altera a forma da matéria natural do modo que lhe seja útil. A forma da madeira, por exemplo, é alterada, quando dela se faz uma mesa. Não obstante, a mesa permanece de madeira, uma coisa ordinária sensível. No entanto, tão logo a mesa aparece como mercadoria, ela se altera em uma coisa sensível-suprassensível. Ela não fica simplesmente parada onde está, mas também inverte o sentido de todas as demais mercadorias, e cria grilos que saltam de sua cabeça amadeirada, o que é mais surpreendente do que se ela começasse a dançar por vontade própria” (MARX, K. *op. cit.*, p. 83).

³⁹⁹ “O esquema fantasmático aparece agora indispensável. A mercadoria é uma ‘coisa’ sem fenômeno, uma coisa em fuga que transcende os sentidos (ela é invisível, intangível, inaudível e sem odor); mas essa transcendência não é totalmente espiritual, ela guarda esse corpo sem corpo do qual reconhecemos que fazia a diferença do espectro com relação ao espírito. Isso que ultrapassa os sentidos passa ainda na nossa frente, na silhueta do corpo sensível que, porém, falta ou nos é inacessível. Marx não diz sensível e insensível, ou sensível, mas insensível. Ele diz: sensível insensível, sensivelmente suprassensível. A transcendência, o movimento em direção ao supra, o passo além (über, epekeina) se faz sensível no próprio excesso. Ele transforma o insensível em sensível. Tocamos lá onde não se toca, sentimos lá onde não se sente, sofremos mesmo lá onde o sofrimento não tem lugar, ou, ao menos, ela não se encontra lá onde sofremos (...). A mercadoria assombra a coisa, seu espectro age por meio do valor-de-uso” (DERRIDA, Jacques. *Spectres de Marx*. Paris: Galilée, 1993, p. 240 – tradução livre).

⁴⁰⁰ Desenvolvendo esse aspecto do problema dentro do contexto da própria evolução do termo, em Marx, conferir: “Tal como é desenvolvida n’O Capital, a análise do fetichismo permite efetuar um duplo deslocamento com relação à concepção de ideologia proposta n’A Ideologia Alemã. Trata-se em ambos os casos de dar conta do efeito de certas ilusões sobre a prática – Marx fala por vezes em ‘ilusões práticas’ (MK91, 104) ou ‘ilusões reais’ (MK151) –, ao passo que, essas ilusões não são mais aqui idealidades que dominam a vida real desde o exterior, mas são representações totalmente imanentes às interações econômicas das quais elas todas são tanto a condição, como o produto, ‘são formas de pensamento que possuem validade social e, portanto, uma objetividade para as relações de produção desse modo de produção social historicamente determinado’ (K87)” (RENAULT, Emmanuel. *Le vocabulaire de Marx*. Ellipses: Paris, 2001, p. 25 – tradução livre).

forma “inato”, a Internet é percebida como o espaço do contínuo (da liberdade, da democracia...) a despeito do princípio técnico-tecnológico que a fundamenta (uma espécie de “geologia da nuvem”). A relação de dominação, tanto na hipótese da forma-mercadoria, como naquela da Computação e Internet, está exatamente na capacidade estrutural de oferecer ao usuário uma experiência semântica, uma “mais-valia de código” que permita capitalizar sobre o ruído produzido no processo.

Por “capitalizar sobre o ruído”, basicamente, na hipótese da mercadoria, entende-se o modo pelo qual a forma-mercadoria é tanto mais eficaz, na medida em que esconde a relação de dominação subjacente, transformando as relações sociais em relações mediadas por objetos, simplesmente, de modo que entre mensagem (i.e., a palavra de ordem do consumo) e ruído (as relações de dominação), configure-se um feedback positivo (i.e., uma dinâmica que aumenta a tensão, que sustenta a metaestabilidade do sistema como um todo). Na hipótese da Computação e Internet, respectivamente, ocorre processo semelhante, pois ao oferecer um regime de interface e endereçamento intuitivo ao usuário, capaz de ser aproveitado sem demora, são capturados os modos de vida e as potências dos corpos, também mediante a criação de um feedback positivo que se poderia denominar de “massa crítica”, ou “*critical mass*”⁴⁰¹.

Essa apreensão é mais do que mera característica de uma certa ingenuidade, ainda que compartilhada por diversos atores relevantes nesse meio⁴⁰², quanto à Internet. Para além do diagnóstico associado à ingenuidade, interessa neste momento analisar esse tipo de manifestação em sua *positividade*. Como dito acima, a Computação e a Internet dependem de um específico regime de endereçamento e interface, para que, do descontínuo, seja possível garantir a eficácia de uma impressão de contínuo. Uma impressão que, todavia, não indica simplesmente uma ilusão, mas a experiência capaz de dar conta de algo

⁴⁰¹ “O conceito de massa crítica foi originalmente desenvolvido no contexto da análise da construção de redes de telecomunicação. Como massa crítica é descrito o menor número de participantes de uma rede, de modo que, a partir das taxas unitárias e mínimas da conexão, os custos da rede sejam cobertos (comparar, por exemplo, com Oren, Smith, 1981, p. 472). Uma análise formal do conceito retroage a Rohlfs (1974, S. 29). Tão cedo uma determinada rede atinja quantidade que ultrapasse o número de participantes da massa crítica, é possível verificar um crescimento espontâneo da rede. O conceito foi, na sequência, empregado de forma prolífica em contextos mais genéricos, relacionados à introdução e troca de tecnologias” (KNIEPS, Günter. *Netzökonomie: Grundlagen, Strategien, Wettbewerbspolitik*. Wiesbaden: 2007, Gabler, p. 125).

⁴⁰² Atores importantes no contexto dos debates associados à Internet, tais como Lawrence Lessig (LESSIG, Lawrence. *Code: Version 2.0*. New York: Preseus, 2006, p. 04) e Edward Snowden (POITRAS, Laura [Direção]. *Citizenfour*. Estados Unidos, Alemanha: Praxis Film, 2014, 114min), ainda que com suas diferenças de perspectivas, são pródigos em afirmar uma suposta tendência “libertária” da Internet, afastada da tutela estatal, com uma proposta plural e horizontal, denominada de “*multistakeholderism*”.

“sensível-suprassensível” (*sinnlich-übersinnlich*). Algo que, a toda prova, não se conforma como um “objeto”, diga-se de passagem, mas como um nódulo em uma rede de relações (i.e., trata-se de um *hiperobjeto*)⁴⁰³.

O agenciamento dos corpos discretos, no contexto da Computação e Internet, sugere uma capacidade de *polarização* da nova tecnologia em seu horizonte global. As relações estabelecidas entre corpos *simplíssimos* são responsáveis pela individuação de corpos *complexos*, pela criação de regimes de interface entre fora e dentro, pela constituição de uma interioridade e, o mais importante, pela afirmação de um “meio associado”. Se a rede é definida por *nódulos* e *links*, é possível estabelecer que os próprios nódulos correspondem a um emaranhado de ligações. O que separa nódulos e *links* é simplesmente uma perspectiva diferente, pois, na base, tudo não passa de 0's e 1's. Redes de redes (Internet). A capacidade de superar os limiares que determinam as primeiras impressões definem o tipo de liberdade que pode haver na Internet, bem como as formas de opressão e resistência.

5.2

REGIMES DE ENDEREÇAMENTO E DE INTERFACE – O RETORNO AO PROBLEMA DO NOMOS

Parece que a busca geral por um sistema operacional acessível e de uso “intuitivo” é característica de uma forma específica de alienação que conforma todo e qualquer uso comercial das mídias digitais e é propagandeada como grande evolução técnica. A capacidade que a nova tecnologia possui de esconder suas próprias “entranhas”⁴⁰⁴ corresponde, em suma, a um dos efeitos associados aos fenômenos de *interface* e *endereçamento*⁴⁰⁵. Ou ainda melhor, na exata

⁴⁰³ O sentido empregado é um tanto menos pretensioso que aquele de Timothy Morton, embora seja importante afirmar que a noção de hiperobjeto aqui desenvolvida também implica uma profunda crítica à noção correlacionista (i.e., à ideia epistemologicamente fundada na tradição filosófica da modernidade de que o conhecimento é a relação que se estabelece entre um “sujeito” e um “objeto”). A respeito, importante considerar a obra de Quentin Meillassoux e em especial o *Après la Finitude: Essai sur la nécessité de la contingence*. Paris: Seuil, 2006.

⁴⁰⁴ “O usuário é vítima de um truque matemático (...) qual seja o fato de que tantas operações não são mais visíveis ao operador. A soma esconde o que é somado, o produto, os fatores e assim sucessivamente” (KITTLER, F. *Protected...* op. cit., p. 210/211).

⁴⁰⁵ A respeito, conferir a análise de Galloway a respeito da “continuidade” como estratégia adotada pela Internet: “A despeito de ser uma rede descentralizada composta de muitos diferentes fragmentos de dados, a Internet é capaz de usar a camada de aplicação e criar uma experiência envolvente e intuitiva para o usuário. Esse é o segredo da continuidade. (...) Continuidade, então,

medida em que ambos são mediados diretamente pelos protocolos que lhes dão conformação, seria de se falar, em diferentes *regimes de interface* (expressão) e *de endereçamento* (conteúdo).

Trata-se de um paradoxo definidor da Computação e da Internet. Afinal, como dito nos capítulos anteriores, a Internet (o *killer app* da Computação) possui a estrutura de uma axiomática. Uma axiomática, segundo definido, é profundamente contrária a toda forma de intuição, exigindo a todo momento que as premissas de um certo sistema sejam expostas e inseridas no conjunto de postulados que a conformam. Se a axiomática não admite a intuição, deve-se atentar para o fato de que, paradoxalmente, na medida em que os regimes de interface e endereçamento “formam corpo” e passam a admitir as redundâncias típicas do campo semântico, de modo que se passa a ofertar uma experiência “acessível” ao usuário, a intuição que a princípio foi excluída, retorna triunfal para se inserir no sistema (e no problema). Como diz Kittler, por meio da interface do usuário, dos aplicativos intuitivos e da proteção de dados, *o humano é condenado a permanecer humano*, restando-lhe matematicamente vetado o caminho para se transformar em “papel-máquina”⁴⁰⁶.

Ao prescindir da substância e mesmo do sentido, inspiradas na linha de força que corta Hjelmslev, Shannon e Turing, conforme sugerido acima, Computação e Internet são marcadas (sempre *a priori*) pela *pura dispersão*. Todo sentido não se apresenta senão *a posteriori*, como um fenômeno de *endereçamento* e *interface* (i.e., de diferenciação imanente entre *conteúdo* e *expressão*⁴⁰⁷), seja como um nó de relações determinantes, seja como uma

é definida como um conjunto de técnicas praticadas por webmasters que, globalmente consideradas, criam uma experiência agradável e fluida para os usuários. Como um todo, elas constituem um conjunto de regras protocológicas abstratas para a camada de aplicação” (GALLOWAY, A. op. cit., p. 64).

⁴⁰⁶ “Sob palavras-chave, tais como user interface, user friendly ou mesmo data protection, a indústria condenou os homens a permanecerem homens. Mutações possíveis dessa humanidade em direção ao papel-máquina são restringidas a partir de uma série múltipla de truques” (KITTLER, F. *Protected...* op. cit., p. 209).

⁴⁰⁷ Pode-se pensar aqui também em associar regimes de interface-expressão e endereçamento-conteúdo aos “regimes de enunciação” e as “máquinas de visibilidade” de que trata o Foucault (de Deleuze). A respeito, ver: “Nós vimos como Foucault descobria a forma de expressão em uma concepção bastante original de ‘enunciado’ como função que cruza as diversas unidades, traçando uma diagonal mais próxima da música que de um sistema significante. Era preciso, então, cortar caminho, abrir as palavras, as frases ou as proposições para extrair os enunciados, como fez Raymond Roussel ao inventar seu ‘procedimento’. Mas uma operação análoga é necessária para a forma do conteúdo; ela não é mais um significado que a expressão com relação ao significante. Não se trata, ademais, de um estado de coisas, de um referente. As visibilidades não se confundem com esses elementos visuais ou mais geralmente sensíveis, qualidades das coisas, objetos compostos de objetos. Foucault constrói com relação a tudo isso uma função que não é menos original que aquela do enunciado” (DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Paris: Minuit, 2004, p. 59 – tradução livre).

superfície mediadora das diferentes séries e camadas de código subjacentes (mas não absolutamente inacessíveis)⁴⁰⁸. A contar da relação funcional estabelecida entre esses diferentes regimes, o código descompensado (o número *numerante*) é capaz de atender às exigências de sentido (i.e., produzir a possibilidade da representação e do sentido). Paradoxalmente, portanto, se *a priori* não há espaço para a captura, *a posteriori* a captura é inevitável.

A captura é um processo que está diretamente associado à expansão da Computação e Internet como processo histórico-máquínico determinante. Afinal, para que o modelo semiótico da Computação e Internet pudesse vingar, foi necessário estabelecer estratégias de expansão, garantindo que mais e mais aderentes afluíssem às plataformas respectivas, capitalizando, pouco a pouco, em “critical mass”⁴⁰⁹. Computação e Internet, ainda que correspondam *a priori* a dinâmicas de “pura perda”, devem necessariamente agenciar todo o mundo a

⁴⁰⁸ “Nenhum sistema tão complexo como o Stack poderia ser eficaz sem alguma forma de simplificar suas funções e torná-las legíveis para os usuários finais que garantem, segundo após segundo e ano após ano, o funcionamento do todo. Usuários podem usar ou serem usados pelo Stack somente à medida em são providos de interfaces que tornam as camadas da Terra, da Nuvem, da Cidade e do Endereço acessíveis e sensíveis para eles. Sem a tradução da camada de Interface, a ação dos Usuários não poderia afetar aquelas infraestruturas ou ser afetadas por elas de uma forma regular e modulável. Enquanto as interfaces fixam e limitam as possibilidades, cada uma delas é simplificada diferentemente para diferentes usuários. O modo como as interfaces mediam pessoas, coisas e as demais camadas técnicas, depende de como o Usuário percebe o mundo natural e é capaz de construir algum sentido a partir dele. Por exemplo, se aqueles Usuários são máquinas ou outros objetos inanimados, então a interface por meio da qual eles reconhecem o Stack pode ser a de sensores especializados, códigos, interruptores ou superfícies químicas. Se o Usuário for um sujeito fenomenologicamente mais intuitivo, tal como são os humanos, então a semântica exata da interface (talvez ícones, símbolos, índices e diagramas) funcionem não simplesmente para sintetizar algumas exigências do Stack, mas também para narrar o sentido de possíveis ações que alguém pode adotar. No emaranhar de significação e significância, e no potencial de ordenar o mundo por meio de intensos diagramas narrativos (geográficos, teológicos, ideológicos), a interface homem-Stack também situa interações diárias dentro de contextos mais amplos a respeito daquilo que deve contar como a forma e o conteúdo da geografia política, conectando entre escalas local e global. Para fazer isso, as interfaces gráficas de usuários (GUI), em particular, oferecem uma forma de mapa diagramático daquilo que interrelacionam e em direção daquilo para o que relacionam, seja isso uma máquina ou um território imaginado. (...) Por meio do Stack, as interfaces são instrumentos para cartografar novamente aquilo que foi mapeado e à medida que os desenhos interfaciais multiplicam, suas geografias alternativas se sobrepõem e se justapõem. Essa acumulação de inmensuráveis projeções recursivas que recai sobre a percepção direta da realidade (a despeito do quão imprecisa, falsa, estupefaciente e ilegível ela pode ser) é o primeiro acidente gerador da camada da Interface” (BRATTON, B. op. cit., p. 219/220 – tradução livre).

⁴⁰⁹ A respeito, conferir: “O valor de um padrão de rede depende em quem mais o adote. Não importa quão tecnicamente avançado ou eficiente ele possa ser, um protocolo de comunicação ou peça de equipamento é de pouco uso se a tecnologia não for compatível com aquela dos respectivos parceiros de comunicação. Decisões a respeito da adoção de novas tecnologias são poderosamente moduladas pelas escolhas que outros fazem a respeito do mesmo problema. Um dos pré-requisitos para fixar um padrão, portanto, é aquilo que os economistas denominam de massa crítica. Trata-se do limiar mínimo de outros usuários comprometidos necessário para tornar atrativa a adoção de uma tecnologia particular por um terceiro. Redes que superam o limiar da massa crítica podem gerar crescimento autossustentável. Aquelas que não o superam, contudo, definham e morrem. Um método comum para garantir a obtenção da massa crítica é o de subsidiar a adoção inicial (Rohlf 1974)” (MUELLER, M. L. Ruling... op. cit., p. 83 – tradução livre).

partir de suas semióticas significantes, para perseverarem enquanto mídias hegemônicas. O fato de terem sido tecnologias criadas em tempos de guerra, i.e., como tecnologia militar a atender uma economia de guerra, não pode ser desconsiderado como fato irrelevante para este ponto.

Para que Computação e Internet possam ser tanto objeto de conhecimento, como instrumento de dominação das potencialidades políticas, sociais, humanas, enfim, há a necessidade de apresentação de toda a dinâmica de *pura perda* denunciada acima como uma estrutura minimamente compreensível e manipulável. É necessário que, da máxima entropia caracterizada pelo claro-confuso do *white noise* e pelo distinto-escuro do *bit* (afinal, a entropia de ambos é máxima, ou $H = 1$), admita-se uma dinâmica de atualização das potencialidades do sistema informacional em uma estrutura minimamente útil, manipulável/manipuladora. Essa atualização é realizada de diferentes modos, mas passa necessariamente pela fixação de *regimes* de endereçamento e de interface, os quais podem ser genericamente denominados de “protocolos”.

A linguagem *a priori* a-significante assume uma tal densidade, face às múltiplas relações que são estabelecidas entre seus elementos estruturantes (no sentido proposto pela glossemática), mediante escolhas políticas, econômicas, éticas, enfim, de determinado grupo seletivo de participantes, capaz de criar alguma previsibilidade do sistema e, assim, permitir as muitas aplicações práticas da computação e internet⁴¹⁰. Atuando como espécie de *relais*, i.e., ao articular regimes de signos e regimes de corpos de uma forma a fugir de uma lógica de causalidade clássica, tais protocolos operam uma espécie de curto-circuito na relação entre linguagem e mundo. É a partir desse curto-circuito, i.e., na medida em que se condensam os regimes interfaciais e de endereçamentos, que se permite compreender o papel *nômico* da Computação e Internet⁴¹¹.

⁴¹⁰ Ainda que seja curiosa a referência de Laura DeNardis aos “protocolos do mundo real” (afinal, cabe perguntar como é possível levar a sério esse referente “mundo real”), é importante conferir o seguinte trecho a respeito do tema: “Eles [os protocolos] não são código de software ou produtos materiais, mas linguagem – textual e numérica. Eles são esquemas que permitem a interoperabilidade técnica entre tecnologias heterogêneas. Protocolos técnicos são funcionalmente similares a protocolos do mundo real (...) Ao invés de conferir ordem à linguagem real e à interação humana, os protocolos técnicos garantem a ordem aos fluxos binários (0s e 1s) que representam informação e são utilizados por dispositivos computacionais para especificar formatos de dados, interfaces, convenções de rede e procedimentos para permitir a interoperabilidade entre dispositivos que aderem a esses protocolos, independentemente da localização geográfica ou do fabricante” (DENARDIS, Laura. *Protocol Politics: The Globalization of Internet Governance*. Massachusetts: MIT Press, 2009, p. 06 – tradução livre).

⁴¹¹ “A medida em que múltiplas interfaces ganham consistência e são instaladas como regimes interfaciais particulares e estratégicos, elas levam adiante a tarefa de dar nome a tudo que seja visível (...). Na medida em que esse desenho é também uma forma de máquina, a GUI sintetiza a cognição (a aspiração, o afeto e o drama) em sua sintaxe; enreda a máquina-imagem em si e

Ao inserir uma série de camadas de codificação em cima do fluxo discreto de sinais (pura virtualidade), garante-se a afirmação de uma narrativa minimamente coerente e contínua de sentido a todos os usuários do sistema. Afinal, a ideia de contínuo pode ser descrita como uma defasagem do discreto e vice-versa⁴¹². Entre ambos, fala-se da existência de um *limiar*. Aquém do limiar, é possível reconhecer o código desengonçado (*rückhaft*) que não está “subjacente” e não é simplesmente “velado”, mas age como uma espécie de *pano de fundo* para a realidade (i.e., para o campo simbólico).

Para além do limiar contudo, diferentes protocolos responsáveis pelos regimes endereçamentos e interfaces são desenhados para marcar o espaço entre o possível e o impossível, entre o acesso e o segredo, entre emancipação e dominação, enfim. Tais protocolos são, portanto, estruturas *nômicas*, responsáveis pela instituição e conformação dos possíveis. Os agenciamentos entre eles devem ser compreendidos como uma espécie de *relais*, permitindo a passagem entre diferentes regimes de signos e de corpos, culminando, inclusive com a possibilidade de os códigos computacionais afetarem diretamente o mundo físico⁴¹³.

Se a entropia é a marca dos processos de atualização destacados acima, os protocolos de interface e o endereçamento são marcados por permitir as redundâncias no sistema⁴¹⁴. Essas redundâncias permitem a impressão (que não

o espaço no qual a máquina-imagem atua. Interfaces podem conferir forma local às aspirações do Stack com relação ao nomos, i.e., a sua geografia política prototípica, enquanto uma tecnologia de cognição distribuída artificial, e por meio disso, constroem e configuram o diagrama da ação possível de Usuários sobre o Stack, bem como aquilo que o Stack pode fazer com os Usuários. Um regime interfacial reúne fluxos e conexões que podem estar geograficamente dispersos, massivamente descontínuos, e ainda assim intimamente conectados por uma peculiar cadeia causal interfacial, posteriormente apresentada aos Usuários como uma imagem singular a título próprio, diferente de outros regimes semelhantes” (BRATTON, B. op. cit., p. 229 – tradução livre).

⁴¹² Ao comentar o fenômeno, Bernhard Siegert trata de um engodo (*Ent-Täuschung*): “O sujeito da visão deve então ser enganado. A imagem da linha não linear. A imagem do contínuo não é contínua. (...) Esse engodo do olhar conduz, em Poincaré, explicitamente, à subtração da síntese intelectual kantiana da empiria matemática” (SIEGERT, B. op. cit., p. 325 – tradução livre).

⁴¹³ O exemplo emblemático dessa capacidade é o caso “Stuxnet”, quando os norte-americanos, em conjunto com israelenses, conseguiram infiltrar um *malware* no sistema da usina nuclear iraniana. Esse software corrompeu o sistema de controle da velocidade das turbinas da usina, causando danos físicos à estrutura das próprias turbinas. O vírus implantado aumentava a frequência das hélices de alumínio para além do razoável, por determinado tempo, o que implicava que essas estruturas eram esticadas a ponto de danificar a própria turbina. O vírus afetou grande parte das 164 centrífugas de seis “cascadas” da usina iraniana. Para maiores detalhes: LANGNER, Ralph. *To Kill a Centrifuge: A Technical Analysis of What Stuxnet’s Creators Tried to Achieve*. Arlington: Langner Group, 2013.

⁴¹⁴ “Em outras palavras, para a GUI especificamente, interfaces são diagramas de ações possíveis, um menu de simulações que, quando ativado (clicado, tocado, pinçado, acenado, escolhido desde um conjunto de opções limitadas) executa algum loop informático, resultando (segundo se pressupõe) num resultado aproximativo em face daquilo que estava no menu. A veracidade do loop entre interface e evento depende tanto da correspondência técnica entre uma parte da

é nada ilusória, apenas não pode ser completa) de que a Internet é marcada pela lógica causal e pela previsibilidade dos resultados. Clicar no ícone X, implica a realização, no mundo, do ato relacionado a X⁴¹⁵. Essa espécie de redundância não se subsume adequadamente à hipótese do performativo, não se trata simplesmente de uma promessa, mas do *design* que permite a própria afirmação de promessas. O usuário pode inicialmente achar que tem o controle sobre os resultados do sistema a partir dessa impressão, porém, a verdade é que as possibilidades já estão definidas a tal ponto que ao usuário não é dada outra alternativa senão seguir os rumos pré-estabelecidos pela infraestrutura do sistema.

É sabido que a Internet pode ser reconduzida tanto à tecnologia de *packet switching*, como à impressão deixada pelos diferentes regimes de interface e endereçamento que a estruturam. É preciso adensar um pouco melhor como essas fases se relacionam entre si para se chegar às noções de protocolos, programas e plataformas.

A Internet corresponde a um específico médium de transmissão de informações. Diferentemente, por exemplo, do telefone, que tradicionalmente transmite o contínuo da voz por meio de uma conexão pré-estabelecida, contínua e exclusiva, a Internet transmite informação digitalizada (i.e., informação que atende à lógica binária da Computação), a partir de uma rede pública e não-exclusiva, por meio do parcelamento da informação em pedaços menores, que são posteriormente enviados aos respectivos destinatários e, no destino, são recompostos em um todo coerente. A tecnológica de *packet switching* adota o princípio “*end to end*”, a significar que a mensagem não está disponível em sua totalidade e coerência em qualquer outra etapa da transmissão que não nas fases inicial e final, na origem e no destino⁴¹⁶.

máquina e outra (i.e., um botão no teclado vinculado a um dispositivo periférico do outro lado do quarto), como da correspondência semiótica entre a simulação visual e o resultado relevante (i.e., entre o ícone na tela que se parece com um X e o evento similar a X que se inicia no mundo). (...) Para que as interfaces sejam sistemáticas, clicks devem funcionar e fazer o que prometem” (BRATTON, B. op. cit., p. 221 – tradução livre).

⁴¹⁵ Isso significa que tanto os links “mortos” como os links “enganosos” devem ser excluídos. A linguagem do hyper-link deve ser produzida de tal maneira que se possa substituir o símbolo pelo ícone (para utilizar, *en passant*, uma distinção clássica da semiótica).

⁴¹⁶ O que não impede, por exemplo, que interceptações ocorram. É sabido que o CGHQ e a NSA (em conjunto com muitas outras agências semelhantes) adotam mecanismos para interceptar mensagens diretamente dos cabos de fibra óptica localizados em pleno oceano. A respeito, conferir a seguinte notícia a respeito do programa “Tempora”, conduzido pelo CGHQ: “A agência de espionagem britânica GCHQ secretamente grampeou mais de 200 cabos de fibra-óptica responsáveis pelo tráfego de comunicações via celulares e internet e está compartilhando os dados respectivos com a NSA norte-americana, de acordo com os jornais. A operação espia, que incluiu a instalação de interceptores em pontos de ancoragem dos cabos ultramarinos onde eles alcançam a superfície do território britânico, permitiu ao Quartel Central de Comunicações

A técnica de *packet switching* é possibilitada pelo uso de dois protocolos disponíveis e publicamente acessíveis por qualquer usuário do sistema, quais sejam o IP (*Internet Protocol*) e o TCP (*Transmission Control Protocol*). A história desses dois *standards* técnicos é realmente intrigante, na medida em que por detrás de toda a preocupação técnica com questões relativas à escassez de endereços disponíveis e o caráter crítico do regime de endereçamento para o funcionamento da Internet, há toda uma discussão em torno das diferentes soberanias associadas ao uso dessa tecnologia⁴¹⁷.

Atentando aos aspectos técnicos, a transmissão de conteúdo pela Internet é processada pelo sistema TCP/IP⁴¹⁸. Enquanto o IP é responsável pelo endereçamento da origem e do destino, pelo parcelamento da mensagem, na origem, e pela sua recomposição ao chegar ao destinatário, o TCP é responsável pelo transporte dos dados ao destinatário correto. Toda transmissão via Internet é possibilitada por esses dois protocolos, no mínimo. Muitos outros protocolos existem, todavia, como por exemplo o VoIP (*Voice over Internet Protocol*) e o FTP (*File Transfer Protocol*)⁴¹⁹, mas o *duo* TCP/IP é essencial⁴²⁰.

do Governo (GCHQ) se tornar o maior interceptor mundial de dados de celulares e internet, de acordo com o jornal *The Guardian*, o qual deu um furo de reportagem com matéria fundada nos documentos vazados pelo ex-administrador de sistemas da NSA, Edward Snowden” (ZETTER, Kim. U.K. Spy Agency secretly taps over 200 Fiber-Optic Cables, shares data with NSA. Matéria para a revista *Wired*. Disponível em: <https://www.wired.com/2013/06/gchq-tapped-200-cables/>, acessado em 31.05.2020 – tradução livre).

⁴¹⁷ “A política não é externa à arquitetura técnica. Enquanto sítios de controle sobre a tecnologia, as decisões que encontram fundamento em meio a protocolos, também albergam valores e refletem interesses socioeconômicos e políticos dos desenvolvedores desses mesmos padrões. (...) A percepção de neutralidade deriva em parte da natureza esotérica e misteriosa dos protocolos da rede dentro de um campo mais amplo da tecnologia da informação. Como demonstrado por Abbate, ‘o debate em torno dos protocolos de rede ilustra como padrões podem indicar a condução de uma política por outros meios... (...)’ (DENARDIS, L. *op. cit.*, p. 10 – tradução livre).

⁴¹⁸ “TCP e IP são os protocolos principais para a transmissão atual de dados de um computador para outro por meio da rede. TCP e IP funcionam juntos para estabelecer conexões entre computadores e movimentar pacotes de dados efetivamente através dessas conexões. Em razão do modo como TCP/IP foi projetado, qualquer computador em qualquer rede pode conversar com qualquer outro, resultando em uma relação não-hierárquica, peer-to-peer” (GALLOWAY, A. *op. cit.*, p. 08 – tradução livre).

⁴¹⁹ “A maioria dos usuários de Internet são familiarizados com padrões bem conhecidos como o Bluetooth, Wi-fi, o formato MP3 para codificar e comprimir arquivos de áudio, e o HTTP, que permite a troca padronizada de informações entre browsers de internet e os respectivos servidores. Esses são somente alguns exemplos de milhares de padrões diferentes, que permitem a produção, transmissão e o uso de informação” (DENARDIS, L. *op. cit.*, p. 07 – tradução livre).

⁴²⁰ Comentando o documento produzido pelo IAB (Internet Architecture Board), Laura Denardis destaca uma definição formal do que é a Internet: “Dentro dos confins da rejeição de definições sociais e no intuito de definir a internet de forma arquitetural, o grupo encontrou uma descrição universal da Internet. O grupo reconheceu que a conectividade IP historicamente definiu a conectividade pela Internet. Aqueles que usavam o IP estavam inseridos na Internet, enquanto aqueles que usavam outros protocolos de rede, não estavam: ‘Esse modelo da Internet era simples, uniforme e – talvez o mais importante – passível de ser testado’. Se alguém podia ser PINGed (i.e., se podia ser encontrado via IP), estava na Internet. Se não pudesse ser PINGed, então não estava na Internet” (*Idem*, p. 38).

Pois então, determinada a transmissão por algum comando eletrônico, o conteúdo da mensagem é retalhado em porções menores, denominadas de “pacotes”. Cada pacote possui uma quantidade variável de informação a ser transmitida. Para possibilitar a transmissão, cada pacote é “timbrado” com um determinado endereço IP, a indicar remetente e destinatário. Enviada, a mensagem é conduzida pelos diversos caminhos disponíveis (fibras ópticas, ondas de alta frequência, *bluetooth*, enfim), juntamente com uma série de outros pacotes de outras mensagens ao longo da viagem. A cada bifurcação, os pacotes são colocados na direção correta pelos roteadores que encontram pelo caminho. Dependendo da velocidade da rede, as mensagens são processadas mais rapidamente e com melhor, ou pior, resolução.

Um IP (de acordo com os parâmetros do protocolo tradicional ou IPv4), por exemplo, corresponde a uma cadeia de 32 bits, i.e., uma cadeia de 32 “0’s” e “1’s”, que se condensam em 04 bytes (ou octetos), portanto, formando quatro cadeias significantes, de um byte cada (ou, por exemplo: 10101100.000100000.11111110.00000001). Para uma leitura mais dinâmica do sistema binário, cada octeto em linguagem binária é convertido para a notação decimal, compreendendo os valores que vão de 0 até 255. De acordo com o exemplo anterior, o IP em notação decimal assumiria semelhante conformação: 172.16.254.1⁴²¹. O endereçamento é dividido em “porção de rede” e “porção de host”, de modo a permitir, tal como um endereço postal comum, a transmissão e a precisa localização do destinatário da mensagem na rede em que ele se encontra.

Pelo esquema TCP/IP, na sua versão IPv4, são possíveis em torno de 4,3 bilhões ($4,3 \times 10^9$) de endereços diferentes. A princípio, quando a Internet ainda correspondia a uma tecnologia pouco difundida (em comparação com sua condição atual), parecia que tal quantidade de endereços únicos seria efetivamente uma quantidade enorme, porém, a realidade deu conta de apontar para os limites desse modelo. Já na década de 1990, técnicos do IAB apontavam

⁴²¹ “A versão 4 do Internet Protocol (IPv4), que ainda se encontra em uso, utiliza o endereço IP que consiste em 32 bits, geralmente apresentado como um ‘dotted quad’: i.e., quatro octetos de números binários representados em decimais, num espectro que vai do 0 ao 255. Por exemplo, o endereço IP para o computador que estou utilizando agora é 151.224.85.103, mas como os computadores não trabalham com notação decimal, tudo será convertido pelos servidores de rede e roteadores na notação binária, que será lida por eles como 100100111.11100000.01010101.01100111. Enquanto é mais fácil para os humanos lembrarem dos decimais do que dos binários, utilizamos a notação decimal para representar o endereço IP quando o descrevemos. O espaço de endereçamento do protocolo IPv4 (o número de identificadores únicos disponíveis e permitidos) é 2^{32} ou 4.294.967.296 endereços únicos de interface host” (MURRAY, Andrew. *Information Technology Law: The Law and Society*. 3.ed. Oxford: Oxford University Press, 2016, p. 23/24 – tradução livre).

para o problema da finitude dos endereços únicos⁴²². Bem consideradas as coisas, a versão IPv4 fornece menos endereços do que a quantidade populacional atual do globo, de aproximadamente 7,7 bilhões de pessoas em abril de 2019. Se exclusivamente todos os seres humanos que habitam a terra tivessem direito a um endereço IP, não haveria endereços para todos. Considerando as atuais exigências por uma *Internet das Coisas*, percebe-se a gravidade do problema. De fato, ademais, o universo de endereços disponíveis pela versão IPv4 se esgotou em 2011⁴²³.

A importância do problema é tamanha, pois, como dito acima, toda a transmissão por meio da Internet pressupõe um eficiente esquema de endereçamento e interface. Toda e qualquer transmissão, seja ela de texto, voz, imagem, vídeo, enfim, em baixa, média ou alta resolução, depende de um esquema relativamente simples de endereçamento, fundado, *a priori*, em um esquema de 32-bits. Cada pacote de informação recebe uma espécie de “cabeçote” (*header*), contendo o endereço IP do destino e da origem. Esse cabeçote vai acumulando diferentes camadas ao longo do caminho, ao passar pelos respectivos roteadores envolvidos na operação (que funcionam como uma *interface* ou como um *switch*⁴²⁴) até chegar ao “servidor” e, do servidor, até o destino (um “cliente”), retornando, em seguida, pelas mesmas vias até o emissor (outro “cliente”). Uma vez no destino, a mensagem que antes foi retalhada é reconstruída na ordem que lhe foi estabelecida, podendo ser “lida” pelo destinatário. Toda transmissão na internet, repita-se, é processada dessa forma⁴²⁵.

⁴²² “Os engenheiros da Internet, há muito tempo, lançaram a previsão que os endereços disponíveis se tornariam criticamente escassos. Essas preocupações vieram à tona em 1990 num mundo em que a web ainda não existia, antes da fundação de companhias de Internet, tais como a Amazon, Netscape, ou Yahoo!, e bem antes da existência do Google, Facebook, ou Wikipedia” (DENARDIS, L. *op. cit.*, p. 25 – tradução livre).

⁴²³ “IPv4 é um espaço de endereçamento de 32-bits, razão pela qual sua capacidade máxima é de aproximadamente 4.3 bilhões de endereços, o que representa bem menos do que um por pessoa. Não há números suficientes, dentro daqueles disponíveis, para enumerar todas as ‘coisas’ individuais que uma computação robusta e ubíqua poderia necessitar, mesmo com o roteamento de segunda ordem [subnet routing] e o intercâmbio de endereços entre as coisas ao longo da transmissão. Em 2011 os blocos finais de 16 milhões de endereços foram alocados globalmente aos cinco registros regionais de internet (RIRs). Os leitores estão desculpados se nunca ouviram falar desses corpos transnacionais responsáveis pela alocação dos endereços que garantem a localização e o acesso na Internet global: AfriNIC (África), ARIN (que cobre a América do Norte) APNIC (Ásia-Pacífico), LACNIC (América Latina), e RIPE (que cobre a Europa)” (BRATTON, B. *op. cit.*, p. 207 – tradução livre com complementação em colchetes).

⁴²⁴ Tomando como base uma referência de Keller Easterling, pode-se dizer que um *switch* “modula um fluxo de atividades” (EASTERLING, K. *op. cit.*, p. 75 – tradução livre).

⁴²⁵ Sem se afastar desse modelo de processamento e comunicação, deve ser relevado o método empregado pelo denominado sistema TOR ou “*The Onion Router*”. Por meio dessa rede, dois *hosts* se comunicam ao utilizar a malha de roteadores específicos do sistema TOR. Ao entrar no sistema TOR, os pacotes ganham algumas camadas de encriptação, de modo que, a cada salto

Pode-se perguntar como, a partir de um esquema semiótico tão simples, meramente preocupado em estabelecer quais transistores, em uma série específica, estão ligados ou desligados, poderia advir tamanhas consequências para a vida social, política, econômica de sociedades e indivíduos. A Internet, com seu sistema relativamente simples, ressignifica o *arquivo* e, na medida da instituição de novos sistemas de enunciação e de funcionamento⁴²⁶, propõe novos regimes de *ser, saber e poder*.

É preciso considerar com mais vagar a relação entre o denominado *Relaisprinzip*⁴²⁷ e a semiótica a-significante que funda essa estrutura em rede. Se a atual era midiática pode ser definida por uma passagem do analógico para o digital, é possível reconhecer, todavia, que os fluxos discretos de sinal (a-significantes) podem, atendendo a um processo de desdobramento semiótico como o desenvolvido por Hjelmslev, condensar posteriormente em diferentes interfaces e atendendo a diferentes topologias de endereçamento, de modo a, inclusive, permitir a impressão, que não é uma mera ilusão, de “navegação” e de “surfing” na Internet.

Ora, o mundo digital, na escala que se conhece, somente foi possível graças à invenção do *transistor*, em 1949, capaz de, dentre outras coisas, computar, dependendo de uma fraquíssima corrente elétrica e que pode, como o *thyratron* mencionado no capítulo primeiro⁴²⁸, ser seriado, formando estruturas em

(*hop*), o pacote de dados perde uma dessas camadas (como uma cebola sendo descascada), até que chegue ao roteador terminal do sistema e, daí em diante, siga para o destinatário. Por meio desse método, não é possível desvelar o conteúdo da mensagem, ou mesmo os metadados envolvidos na sua transmissão, como “de/para quem?”, “desde quando?” e “desde/para onde?”, mas unicamente o salto anterior e o subsequente dentro da malha de roteadores do sistema. Monitorar o interior do sistema, significa enxergar unicamente uma série de movimentos estocásticos, sem qualquer sentido ou direção. Monitorar, por outro lado, o remetente ou o destinatário, revela unicamente a existência de um pacote de dados entrando e saindo do sistema TOR, sem permitir revelar a origem ou o destino, respectivamente. Avançando ainda mais ao método de ofuscação, acrescenta-se uma camada de encriptação desde antes da remessa pela malha do sistema TOR, de modo que o destinatário (ou quem lhe fizer as vezes), para ler a mensagem que chega até si, deverá possuir a respectiva chave de acesso.

⁴²⁶ “O arquivo não é aquilo que salva e garante, apesar de sua fuga imediata, o evento do enunciado e conserva, para as memórias futuras, seu estado civil de evadido; trata-se daquilo que, na raiz mesmo do enunciado-evento, e no corpo onde esse evento se dá, define para início de conversa o sistema de sua enunciabilidade. O arquivo não é ademais aquilo que reúne o pó dos enunciados que se tornaram inertes, permitindo o milagre eventual de suas ressurreições; trata-se daquilo que define o modo de atualidade do enunciado-coisa; trata-se do sistema de seu funcionamento. Longe de ser aquilo que unifica tudo o que foi dito em um grande murmúrio confuso de um discurso, longe de ser somente aquilo que nos garante existir em meio ao discurso atual, trata-se daquilo que diferencia o discurso em sua existência múltipla e o especifica em sua duração própria” (FOUCAULT, Michel. *L'Archéologie du Savoir*. Paris: Gallimard, 1969, p. 178 – tradução própria).

⁴²⁷ SIEGERT, B. *op. cit.*, p. 372/373.

⁴²⁸ Segundo Bernhard Siegert: “Nesse processo de ‘discretização’ e quantificação da matéria, por meio do qual a física se tornou uma função da mídia digital, o *Thyratron* não exerceu um papel

conformidade com diferentes topologias⁴²⁹. Se mediante a ampliação da energia de *input* dos transistores é processada, inicialmente, a passagem do fenômeno físico para o fenômeno semiótico (permitindo-se a computação a partir da lógica binária do *On/Off*), pode-se concluir que esse movimento pode ser invertido em fase posterior, com a depuração do fenômeno semiótico no físico.

A passagem do analógico para o digital e vice-versa é processada pelo *Relaisprinzip*. O limiar entre um e outro não é nada além do que a função de um *relais* (ou, de uma *interface*), cuja nota característica é a de promover uma fuga à lógica causal (i.e., à regra *causa aequat effectum*)⁴³⁰, afinal, no contexto da Computação e Internet, a causa aparente não soma direta e necessariamente ao efeito verificado⁴³¹. Ou seja, a partir de uma energia fraca e de uma semiótica a-significante, o sistema da Internet mobiliza toda uma estrutura de *interfaces* e *switches* ao transmitir determinada mensagem em pacotes para, ao final, reunir tudo novamente.

É necessário que o complexo esquema de computação e transmissão de pacotes seja depurado de forma eficaz por meio das interfaces que intermediam o acesso de qualquer um às redes⁴³². A interface de que se trata aqui aponta para

insignificante" (*Idem*, p. 209 – tradução livre, o neologismo "discretização" acompanha o termo original, bem como o sentido da expressão inglesa em "*discretization of continuous features*").

⁴²⁹ De fato, antes dos transistores, eram utilizados tubos de diferentes espécies, com a mesma finalidade. Nesse sentido: "1500 tubos com seus usos desvirtuados, i.e., ao invés de simplesmente potencializarem o sinal analógico de rádio, passaram a simular o jogo de álgebra booleana, como um circuito saturado. Os transistores foram criados somente em 1949, mas a máquina universal discreta já foi capaz de experimentar – com inserção de dados, possibilidades de programação uma grande inovação a memória interna – uma primeira implementação para aquilo que os herdeiros de Turing somente poderiam conhecer como o COLOSSUS. Pois, os segredos estratégicos do quartel-general do Führer, Wolfsburg, somente poderiam ser decifrados pelo monstruoso computador" (KITTLER, F. *Grammophon...* op. cit., p. 370 – tradução livre).

⁴³⁰ Mayer foi o responsável pela enunciação da fórmula "causa aequat effectum", em 1842. Não obstante, o próprio Mayer, quase 35 anos depois, supera suas conclusões anteriores, ao propor o esquema da dispersão (*Auslösung*). A respeito: "Essa máquina não funciona a partir da proporcionalidade entre causa e efeito, mas da 'dissolução'. 'Para dar conta do movimento intermediário entre calor e equivalência térmica, escreveu Julius Robert Mayer, em 22 de março de 1876, no *Staatsanzeiger Für Wuttemberg*, 'montei [...], no ano 1842 [...], a fórmula 'causa aequat effectum'. [...] Em outro sentido completamente diverso cuida-se de falar da dissolução da relação entre causa e efeito quando, então, a causa não é somente desigual ou desproporcional face ao efeito, porém quando entre causa e efeito já não há, sobretudo, qualquer relação quantitativa, mas ao contrário, quando na relação entre causa e efeito somente é possível apontar para uma grandeza tendencialmente ínfima'. O mesmo Mayer, quem ofertou os tropos da verdade que fizeram de Helmholtz um dos profetas de uma disciplina universal da física, a qual se fundava na equalização metafísica entre causa = força = lei, escreveu 25 anos mais tarde um texto em que discutia os princípios fundamentais de uma física não subordinada ao princípio de causa e efeito" (SIEGERT, B. op. cit., p. 372 – tradução livre).

⁴³¹ "Com relação ao princípio do relays, o axioma da conservação de energia não possui utilidade" (*Idem*, p. 374 – tradução livre).

⁴³² "A camada de interface consiste em qualquer máquina técnica-informática, comprimida em formato gráfico ou objetivo, que vincule e desvincule Usuários e as entidades endereçadas, para cima e para baixo, nas colunas do Stack. Seu papel é atravessar, comprimir e expandir as

um problema muito maior do que aquele da organização da tela do computador (i.e., muito mais do que a denominada GUI, ou a “*graphical user interface*”). A disponibilização de toda a informação transmitida (verdadeiro ruído) em um todo que se propõe como “coerente”, implica constatar que a interface não é simplesmente uma estrutura passiva no contexto da lógica do arquivo e da arquivização que constitui a Internet⁴³³. Se é possível afirmar, com Serres, que a era da computação ressignifica o papel da mão no contexto da civilização humana, na medida em que o homem começa a trabalhar não com objetos físicos, mas com símbolos e sinais (i.e., com *clicks* e toques na tela), não menos verdade que os modernos experimentos associados às interfaces propõem vias ainda mais radicais de análise e que aqui somente podem ser sugeridas⁴³⁴.

Protocolos de interface e endereçamentos, portanto, na medida em que são objeto de *design*, podem assumir uma topologia emancipatória ou dominadora, mas, em qualquer caso, correspondem a mecanismos de atualização das potencialidades do meio. O Estado, o cidadão, o indivíduo, enfim, tornam-se *nódulos* provisórios na rede de relações que se estabelecem desde a Computação e Internet e, nessa condição, não representam nada além do que é permitido a partir dos protocolos de interface e endereçamento.

No contexto do esquema de endereçamento promovido pelos protocolos TCP/IP, pode-se visualizar o sistema DNS (*Domain Name System*) como uma interface entre o discreto e o contínuo, entre o a-significante e o significante. Ora, os computadores têm uma grande dificuldade com textos corridos, porém, são muito bons para a computação das séries de 0's e 1's. Os humanos, por sua vez,

camadas do Stack, roteando as ações de Usuários em todos os sentidos e em tempo real. (...) Uma interface é qualquer ponto de contato entre dois sistemas complexos que governam as condições de troca entre esses sistemas. (...) As trocas condicionantes que qualquer interface oferece pode ser, de forma variada, promíscua e profilática, física ou virtual, aceleradora ou desaceleradora, significante ou assignificante, territorializadora ou desterritorializadora” (BRATTON, B. op. cit., p. 220 – tradução livre).

⁴³³ “Nesse sentido, regimes interfaciais são totalmente máquinas, tanto descrevendo vínculos e exercendo pretensões projetivas sobre eles. Mas, como dito, diferentemente de outras projeções geográficas, a interface não é somente uma representação visual de uma aspiração de totalidade; trata-se de uma imagem de uma totalidade que quando se age sobre ela, realmente a ação é capaz de afetá-la. (...) O poder (e o perigo) da camada de Interface é esse refazer o mundo por meio de imagens instrumentalizadas da totalidade; trata-se do que confere a qualquer regime interfacial até mesmo uma coerência e um apelo político-teológico” (Idem, p. 229 – tradução livre).

⁴³⁴ “A GUI em grande medida reduziu a mão à ponta do dedo, uma que aponte e selecione entre um conjunto limitado de opções, e assim simule a capacidade tátil a partir de uma sequência dos itens discretos no menu, cada qual executando aquilo exatamente aquilo que fora previamente programado para as sub-rotinas do software. Mas com as interfaces gestuais-tangíveis hápticas, podemos imaginar a possibilidade de regimes de interface bastante amadurecidos, que dispensam quase inteiramente tanto as máquinas alfanuméricas do teclado, como as máquinas semióticas do ícone a ser clicado” (BRATTON, B. op. cit., p. 226 – tradução livre).

são terrivelmente incapazes de processar a linguagem binária de forma rápida, mas são altamente funcionais quando se lhes apresenta um texto. A relação entre TCP/IP e DNS vem para resolver os problemas de interação entre homens e máquinas, estabelecendo uma *interface* entre cada qual. Por exemplo, um site específico do tipo “www.google.com” é lido pelo computador como “10101100.11011001.10100010.10101110” (ou, em decimais: “172.217.162.174”). A passagem de um tipo de notação para outro é denominada de “resolução”, sendo que toda questão envolvendo a temática implica a necessidade de cada endereço IP corresponder a um (e a somente um) endereço semântico.

Entre a semiótica a-significante do IP/TCP e a semiótica significativa do DNS, há de se considerar o fenômeno da “mais-valia de código”. O DNS é foco, por exemplo, de grandes questões jurídicas e políticas, todas relacionadas ao campo semântico da palavra, tais como a possibilidade de um TLD (*top-level domain*) específico para conteúdo pornográfico (.xxx) ou LGBT (.lgbt), ou mesmo a respeito de quem detém propriedade sobre o domínio “amazon”, se a empresa com esse nome, ou os povos que habitam a região amazônica, enfim⁴³⁵. Ao contrário do modelo TCP/IP, contudo, no qual o controle é exercido de forma distribuída ao longo da rede, o DNS é caracterizado por ser uma estrutura arbórea (uma árvore invertida, na verdade), na qual a “root” é controlada pela controvertida ICANN (*Internet Corporation for Assigned Names and Numbers*). Esses regimes diferentes podem se limitar ou se potencializar, i.e., o *feedback* e as ressonâncias nessa ecologia digital pode ser positivo ou negativo, a depender do caso e do momento. Tudo depende das proporções relativas de cada qual em uma determinada situação, à luz dos diferentes regimes de interface e endereçamento, em especial em face daquilo que Alexander R. Galloway denominou, sugestivamente, de *Protocológica*⁴³⁶.

5.3

PROTOSCOLOS, PROGRAMAS E PLATAFORMAS

⁴³⁵ Para uma discussão específica a respeito do tema, conferir: MUELLER, M. R. *Ruling... op. cit.*

⁴³⁶ “Aquilo que contribui para esse equívoco (segundo o qual a Internet é caótica ao invés de ser algo altamente controlado), eu sugiro, é que o protocolo é fundado em uma contradição, entre duas máquinas opostas: uma máquina distribui radicalmente o controle em instâncias autônomas, ao passo que a outra fixa o controle em hierarquias rigidamente definidas. A tensão entre essas duas máquinas – uma tensão dialética – cria um ambiente adequado para o controle protocológico” (GALLOWAY, A. *op. cit.*, p. 08 – tradução livre).

Computação e Internet, a partir do que foi definido como um processo de agenciamento de corpos, permitem a sobreposição de uma camada de realidade contínua sobre outra, discreta. Esse *overlap* assume a forma de um encobrimento ou de uma tomada de consistência que, todavia, não pode ser confundida com uma mera “ilusão”. A interface não é uma versão mais pálida de alguma realidade-objetiva subjacente qualquer.

No contexto da mídia digital, as distinções clássicas, estabelecidas entre o *original-cópias-simulacros*, perdem seus contornos fixos, não havendo diferença qualitativa definitivamente estabelecida entre o “mundo” e a “descrição do mundo”, mas um regime de produção de diferenças e de disseminação. Na medida a nova mídia vai reconfigurar a relação semiótica estabelecida entre o designado e o referente, pode-se dizer que são, de fato, uma “revolução cartográfica”⁴³⁷. Os endereçamentos são estabelecidos em todas as direções.

Esse processo de tomada de consistência é desenvolvido, segundo sugerido anteriormente, como o avançar das dinâmicas de diferenciação imanente das estruturas no campo digital, permitindo a diferenciação entre *expressão* e *conteúdo*, entre *visibilidade* e *enunciação*, ou melhor, para utilizar termos que talvez sejam mais apropriados ao tema, entre *regimes de interface* e *de endereçamento*. À medida que esse processo de diferenciação se aprofunda, a complexidade dos códigos e dos algoritmos passa a ser assimilada por uma estrutura coerente e semanticamente acolhedora, responsável por “camuflar” a infraestrutura midiática que lhe confere sustento. O problema do *design* é politicamente ressignificado.

Essa composição de corpos, tal como descrita até o momento, não ocorre de forma “randomizada”, embora possa ser agenciada por alguma lógica

⁴³⁷ Bernhard Siegert, autor muito debatido no primeiro capítulo, afirma que a constituição da ideia de América, pelos europeus, representou uma “revolução cartográfica”, alterando profundamente a conformação dos Estados-Nacionais de então, que de “Estados de Domínio” (*Domänenstaaten*), tornaram-se pouco a pouco “Estados de Administração” (*Verwaltungsstaaten*), em virtude do manejo das técnicas então associadas à “cosmografia”. Pois bem, Siegert afirma que essa suposição quanto à revolução cartográfica somente poderia ser aceita se for compreendida como “parcial”, pois haveriam de ser consideradas também todas as mudanças relevantes que foram necessárias para a criação, controle e conexão associadas ao novo regime de arquivo cartográfico, padronizados segundo as medidas oficiais instituídas na época (o chamado “Padrón Real”), por parte dos aparelhos de Estado “não-cartográficos”. A respeito, conferir: SIEGERT, B. *op. cit.*, pp. 74/75. Como se verá, Computação e a Internet, por assimilarem as preocupações da ontologia, epistemologia e política às possibilidades de endereçamento e interface, corresponderiam a uma outra “revolução cartográfica”. Revolução, todavia, a título próprio, sem a possibilidade de se condenar a suposição de ser meramente “parcial”.

estocástica, como uma cadeia de Markoff. A estruturação do campo digital não se dá ao acaso. Para que se constitua, deve-se atentar para a importância histórica (e política) da constituição de premissas comuns, i.e., de axiomáticas de segundo grau, capazes de permitir apontar para um acordo quanto aos elementos essenciais da infraestrutura, sobre os quais poderão ser construídas, camada a camada de código, novas aplicações para a nova mídia.

Essas axiomáticas, segundo o jargão, são denominadas de “*protocolos*”. Conforme definido por Alexander Galloway, um protocolo “*é um conjunto de recomendações que delineiam standards técnicos específicos*”⁴³⁸. O mesmo autor destaca ainda se tratar de técnica para obtenção de “*regulamentação voluntária no contexto de um ambiente contingente*”⁴³⁹, de modo a permitir a instituição de técnicas e práticas comuns, altamente formalizadas, a partir das quais a comunicação pode se desenvolver.

No âmbito da Internet, por exemplo, os principais “protocolos” utilizados recebem o nome de *Requests for Comments* (RFCs) e são desenvolvidos, primordialmente, pela denominada *Internet Engineering Task Force* (IETF)⁴⁴⁰. Os RFCs, por exemplo, são responsáveis pela instituição dos parâmetros para o desenvolvimento das técnicas e tecnologias associadas ao endereçamento (IPv4⁴⁴¹, IPv6⁴⁴²), à interface (HTTP/1⁴⁴³, HTTP/2⁴⁴⁴), ao desenvolvimento de protocolos de transmissão de mensagens (TCP⁴⁴⁵, FTP⁴⁴⁶). Certo, porém, que a IETF não é a única entidade responsável pela fixação de standards, havendo outras instituições relevantes nesse campo, tais como o *World Wide Web Consortium* (W3C), responsável pela introdução do HTML (*Hypertext Markup Language*) e do modelo de interface individual caracterizado pela “*Cascading Style Sheets*” (i.e., pela interface que permite a leitura de textos de cima para baixo e de forma contínua, como num “pergaminho”).

Esses *standards* altamente formalizados, como muitos outros que regulamentam os diferentes regimes de interface e endereçamento na Internet,

⁴³⁸ GALLOWAY, A. *op. cit.*, p. 06.

⁴³⁹ *Idem*, pp. 07/08.

⁴⁴⁰ Cfr.: <https://www.ietf.org/>.

⁴⁴¹ RFC n. 0791/1981, RFC n. 1166/1990 e RFC n. 1180/1991.

⁴⁴² RFC n. 2460/1998 e RFC n. 4291/2006.

⁴⁴³ RFC n. 1945/1996.

⁴⁴⁴ RFC n. 7450/2015.

⁴⁴⁵ RFC n. 0793/1981 e RFC n. 1180/1991.

⁴⁴⁶ RFC n. 0959/1985.

são responsáveis pela fixação de parâmetros comuns que permitem a passagem tratada no capítulo anterior do (ainda) indiferenciado (i.e., o estado em que se verifica o máximo de entropia – $H = 1$) para o internamente diferenciado (instituído pela defasagem negentrópica), ou melhor, do código binário descontínuo em direção à impressão de contínuo que constitui a experiência de “navegação” na Internet.

Os protocolos que fundamentam a comunicação na Internet são espécies de axiomáticas⁴⁴⁷, cuja elegância não é definida, de forma alguma, pela veracidade de seus postulados, mas pela capacidade de permitir o desenvolvimento de aplicações úteis aos diferentes usuários da rede. As axiomáticas são fundadas num critério específico de eficácia, perante o qual a intuição deve ceder lugar ao consenso (estabelecido ou imposto) entre os atores sociais e técnicos envolvidos. Ou melhor, os protocolos devem permitir a *instituição* (termo empregado como substantivo verbal e nominal simultaneamente) da “critical mass”. Tal instituição pode ser definida também como uma dinâmica de “captura”. Existe, de fato, toda uma geopolítica envolvendo diversos atores internacionais na afirmação dessa “eficácia”, não havendo de se falar em ingenuidade técnico-científica neste âmbito⁴⁴⁸.

Galloway afirma que a estrutura “protocológica” que sustenta a Internet é fundada num paradoxo, como sugerido acima. Afinal, ao passo que o Protocolo TCP/IP corresponderia a uma rede distribuída, horizontal, sem centro específico, o regime aplicado pelo Protocolo DNS seria, ao contrário, altamente hierarquizado, com sua arquitetura construída na forma de uma “árvore invertida”, uma vez a responsabilidade pela definição dos chamados *root addresses* (i.e., .com, .gov, .mil, enfim) ser atribuída a uma única entidade (a já mencionada ICANN), cuja relação com o governo Norte-Americano é tudo menos um segredo.

É possível dizer que Galloway tem uma impressão correta, mas que o paradoxo estruturante da Internet não pode ser determinado somente nesses termos. Deve ser considerado que a Internet é, na origem, uma tecnologia pensada em conjunto por Acadêmicos e Militares. O paradoxo da Internet a

⁴⁴⁷ “Um sistema axiomático – dizemos também: uma teoria axiomatizada ou, mais sucintamente, uma axiomática – é então a forma acabada que assume, hoje, a teoria dedutiva. Não se trata desse sistema quimérico que sonhava Pascal (...), mas um sistema onde sejam totalmente explicitados os termos não definidos e as proposições não demonstradas, esse últimos postulados como simples hipóteses a partir das quais todas as proposições do sistema podem se construir segundo regras lógicas perfeita e expressamente fixadas” (BLANCHÉ, R. *op. cit.*, p. 11 – tradução livre).

⁴⁴⁸ Para uma análise mais detida do debate, conferir: MUELLER, M. L. *Ruling... op. cit.* e MUELLER, M. L. *op. cit.*

acompanha desde os tempos da ARPAnet, quando se buscou pensar uma tecnologia capaz de garantir a transmissão eficaz de dados sensíveis ao mesmo tempo em que deveria suportar um ataque nuclear. O tema da cyber-segurança é central e não pode ser simplesmente desconsiderado. Assim, se a Internet é uma estrutura destinada a certos usos civis e pacíficos, deve-se atentar que, desde sua origem, incide enorme preocupação associada aos fins da guerra.

Assim, juntamente com os Protocolos estabelecidos pelas estruturas técnicas que gerenciam a Internet, como o caso das *Requests for Comments* divulgados pela IETF, há de se fazer questão, para além de toda a legislação que trata do assunto, a respeito das denominadas “*Presidential Directives*” e seus análogos respectivos⁴⁴⁹. As “PDs” correspondem a diretivas mais ou menos extensas e minuciosas que regulam a atividade de agências norte-americanas na Internet, promovendo fins relacionados à cyber-segurança, à cyber-vigilância, à cyber-guerra, enfim. Essas diretivas também merecem ser integradas ao conceito de “protocolos”, embora sejam documentos que, diferentemente daqueles de que trata Galloway, são promulgados no mais absoluto sigilo de Estado, destinados, unicamente, ao consumo interno das respectivas agências e dos órgãos militares, mas que, inequivocamente, afetam cidadãos americanos e estrangeiros igual e violentamente, numa escala literalmente global.

Dentre as diretivas presidenciais que podem ser citadas neste momento, é preciso destacar: (a) a *National Security Decision Directive* n. 145, de 17 de setembro de 1984 (NSDD 145), que regula a *policy* aplicada às telecomunicações e à segurança dos sistemas de informação automatizada; (b) a *National Security Directive* n. 42, de 05 de julho de 1990 (NSD 42), que revoga a NSDD 145 e também dispõe sobre a *policy* aplicada às telecomunicações e à segurança dos sistemas de informação automatizada; (c) *National Security Presidential Directive* n. 16 (documento sigiloso e ainda não desclassificado), provavelmente editada de julho de 2002, que supostamente trata de diretrizes para ofensivas associadas à cyber-guerra; (d) a *National Security Presidential Directive* n. 38 (documento sigiloso), de 07 de julho de 2004, que supostamente dispõe a respeito da estratégia nacional de segurança associada ao cyberspaço; (e) a *National Security Presidential Directive* n. 54 (NSPD 54), também intitulada de *Homeland*

⁴⁴⁹ Faz-se referência especial neste momento às denominadas “*Presidential Directives*” norte-americanas, tendo em vista a intenção dos capítulos seguintes, em especial na análise da organização multinacional denominada “*Five Eyes*” (ou *FvEy*), mas não é possível limitar a hipótese aos Estados Unidos. Diretivas semelhantes também existem em outros países, respeitadas as peculiaridades de cada estrutura política, o que aqui somente pode ser apontado, todavia.

Security Presidential Directive n. 23 (HSPD 23), de 08 de janeiro de 2008, que estabelece a *policy*, diretrizes e ações de implementação da segurança associada ao cyberspaço; (f) a *Presidential Policy Directive* n. 20 (documento sigiloso e NOFORN⁴⁵⁰), que supostamente dispõe acerca da *policy* associada às operações cibernéticas das agências americanas de vigilância (NSA, CIA, FBI, Homeland Security, dentre muitas outras). A PPD 20 veio à atenção do público a partir das divulgações ofertadas por Edward Snowden, em 2013.

Todas essas diretivas presidenciais, em especial no caso norte-americano, garantem uma regulamentação estrita da Internet e devem ser também incluídas no conceito de “protocolos”, como dito. Neste momento, porém, basta apontar para o problema, sendo que um desenvolvimento mais analítico será desenvolvido nos capítulos finais.

De qualquer modo, partindo dessa noção ampliada, todos esses protocolos altamente formalizados integram o conceito de Internet como mídia, tal como desenvolvido nos capítulos anteriores, pois compõem a (infra)estrutura responsável pelo endereçamento (*Adressierung*), armazenamento (*Speicherung*), tratamento (*Verarbeitung*) e transmissão (*Übertragung*) de informação (*tamquam* “dados”). A diferença entre a Computação e a Internet e as demais mídias mais antigas, contudo, está em que, mediante o desenvolvimento de novos *designs* axiomáticos, é possível alterar os fluxos e canais de transmissão à disposição, o que torna a própria noção de “realidade” algo gravemente instável.

Se a partir dos marcos teóricos desenvolvidos no capítulo anterior é possível inserir a Computação e Internet no contexto do processo de homogeneização das diferentes mídias até então à disposição (Gramofone-Real-Sonoro, Filme-Imagético-Visual e Typewriter-Simbólico-Verbal⁴⁵¹), na linguagem

⁴⁵⁰ NOFORN é sigla que significa “no foreign nationals”. Tal classificação não é explicitamente regida pela *Executive Order* n. 13526, editada pelo então Presidente Barack Obama, em 2009, o que não quer dizer que a ordem não tenha vigência ou que a violação da determinação não seja passível de sanção. Trata-se, como se pode concluir do próprio título, de uma especial classificação de sigilo de documentos públicos a indicar a específica proibição de divulgação de determinados documentos para estrangeiros.

⁴⁵¹ Faz-se alusão à hipótese das “três matrizes” desenvolvida por Lúcia Santaella, que, acredita-se, é profundamente compatível com a hipótese subjacente adotada por Friedrich Kittler em sua periodização (1800-1900-2000) a respeito da passagem da era Gutenberg para a época da diferenciação de suportes midiáticos (Gramofone, Filme e Typewriter), chegando, mais recentemente, na atual era midiática como sendo aquela da Computação e Internet. A respeito, conferir: “*Postulo, portanto, que há apenas três matrizes de linguagem e pensamento a partir das quais se originam todos os tipos de linguagens e processos sógnicos que os seres humanos, ao longo de sua história, foram capazes de produzir. A grande variedade e a multiplicidade crescente de todas as formas de linguagens (literatura, música, teatro, desenho, pintura, gravura, escultura, arquitetura etc.) estão alicerçadas em não mais do que três matrizes. Não obstante a variedade de suportes, meios canais (foto, cinema, televisão, vídeo, jornal, rádio etc.) em que as linguagens se materializam e são veiculadas, não obstante as diferenças específicas que elas adquirem em cada um dos diferentes meios, subjacentes a essa variedade e a essa diferenças*”

digital, fenômeno característico da atual era midiática⁴⁵², é necessário considerar que o ambiente digital é vocacionado à multimídia (ou à hipermídia⁴⁵³), podendo processar simultaneamente tanto o áudio, como o vídeo e o texto⁴⁵⁴, tudo a partir do *código binário* formalizado em axiomática, de modo que, nesse contexto, a relação que se estabelece entre os campos Simbólico, Imagético e o Real é surpreendentemente promíscua.

Como dito nos capítulos anteriores, talvez, mais propriamente que de uma simples homogeneização das diferentes mídias no seio do suporte digital, o processo ora em questão possa ser caracterizado como uma dinâmica de *maquinização* que coloniza o campo Simbólico para afetar (aparentemente *après-coup*, mas uma aparência que não é meramente enganadora) tanto o Real como a dimensão da Imagem. Esse fenômeno de maquinização do Simbólico é responsável pela conformação do Mundo como estrutura “maquínica”, perante a qual o código, o sinal e o canal de transmissão são capazes de conformar diferentes regimes de interface e endereçamento e, por conseguinte, a própria “realidade”. Computação e Internet não possuem como função a reafirmação de um referente externo e mundano, senão a de conformação da própria noção de referente à luz das próprias peculiaridades da tecnologia à disposição.

Tais idiossincrasias dos regimes de interface e endereçamento específicos constituem uma estrutura que ganha consistência a partir dos protocolos. Essa

estão tão-só e apenas três matrizes” (SANTAELLA, Lúcia. *Matrizes da Linguagem e Pensamento: Sonora, Visual e Verbal*. 3.ed. São Paulo: Iluminuras; FAPESP, 2005, p. 20). É possível avançar um diálogo entre Kittler, Lacan e Santaella na relação que se estabelece entre o Gramofone-Real-Sonoro, Filme-Imagético-Visual e *Typewriter*-Simbólico-Verbal, o que neste momento somente pode ser apontado.

⁴⁵² “O monopólio da escrita é o antecessor da atual pluralidade midiática, ao passo que o seu sucessor será o computador, enquanto novo medium universal (1986, p.12)” (KLOOCK, D.; SPAHE, A. *op. cit.*, p. 199).

⁴⁵³ “Desse modo, além de permitir a mistura de variadas modalidades das três matrizes da linguagem e pensamento – textos, imagens, sons, ruídos e vozes em ambientes multimidiáticos – a digitalização também permite a organização reticular dos fluxos informacionais em arquiteturas hipertextuais. Por isso mesmo, o outro grande poder definidor da hipermídia está na sua capacidade de armazenar informação e, através da interação do receptor, transmutar-se e, incontáveis versões virtuais que vão brotando na medida mesma em que o receptor se coloca em posição de co-autor. Isso só é possível devido à estrutura de caráter hiper, não-sequencial, multidimensional que dá suporte às infinitas opções de um leitor imersivo” (SANTAELLA, L. *Matrizes... op. cit.*, p. 393).

⁴⁵⁴ “O computador se torna aquele que, ante os fluxos de dados divididos em imagem, som e palavra, promove a unificação de todos eles (1986, p. 8). (...) Com a superação das mídias analógicas também são deixadas de lado as diferenças entre a informação acústica, óptica e simbólica. Pois, mesmo que os diferentes outputs das máquinas multimídia possam ser verificados, todos são idênticos a princípio, pois surgem a partir de um cálculo. O computador, a despeito de ser capaz de produzir imagens e sons, até mesmo mundos virtuais e uma paleta variada de efeitos, é ainda um médium do Simbólico, pois nele ‘tudo é número’ (idem). À medida em que os dados se tornam números, essa ‘amalgama midiático total’ destrói a pluralidade midiática e, com isso, também o ‘próprio conceito de médium’” (KLOOCK, D.; SPAHE, A. *op. cit.*, p. 199/200).

estrutura é definida como uma estrutura “*hiper-*”, por corresponder a uma superação do paradigma tradicional da “geometria euclidiana” aplicada à linguagem que somente é capaz de estruturar signos em cadeias lineares de significantes ou na estruturação em planos, como o caso das tabelas, diacrônica ou sincronicamente, ou melhor, de modo a compor uma melodia ou uma harmonia e, quando muito, sobrepor uma melodia na harmonia.

A semiótica codificada da internet é mais do que simplesmente textual, ela é hiper-textual. É mais do que simplesmente vinculada a uma substância específica (a voz ou o texto), é hiper-midiática. É mais do que vinculada a um específico padrão linguístico, é hiper-linguística. Daí a necessidade de se falar de uma (dia)gramática no sentido proposto no capítulo anterior. Essa estrutura “*hiper-*” é caracterizada por uma outra configuração do espaço, inserindo um corte *ortogonal* tanto sobre a profundidade como sobre os horizontes, desenhados, em qualquer caso, sobre o plano de imanência. Nele, a profundidade não é oposta à superfície – a “nuvem” toca todas as potências do globo (terra, mar e ar). As relações entre fundo e forma são constantemente revertidas a partir da posição assumida no campo. Na Internet, nada é realmente “escondido” ou “inacessível”. As barreiras criadas não são “espaciais”, mas “temporais”, a exemplo da forma de segurança proposta pela criptografia⁴⁵⁵. A todo momento, está em questão, portanto, uma disputa pela perspectiva privilegiada, sabendo-se que o “controle” (a envolver estatal, mercado, polícia, guerra, enfim) está diretamente associado aos feedbacks positivos e negativos agenciados nesse processo.

A essas (*hiper*)estruturas que ganham consistência a partir dos protocolos, dá-se o nome, mais especificamente, de “plataformas” e “programas”. Para o fim de oferecer uma definição dos termos ora empregados, pode-se dizer que um *programa* é, na verdade, uma função abstrata (i.e., um algoritmo), independentemente de sua complexidade interna⁴⁵⁶. Ou melhor, um programa,

⁴⁵⁵ “Existe uma enorme e inerente vantagem matemática na encriptação, em contraposição a quem tenta quebrar o código. Fundamentalmente, a segurança é baseada na extensão da chave; uma pequena mudança na extensão da chave resulta num enorme incremento de trabalho extra para quem ataca. A dificuldade aumenta exponencialmente. Uma chave de 64 bits pode levar um dia para ser quebrada. Uma chave de 65 bits exigiria o dobro de tempo para quebrar, ou dois dias. E uma de 128 bits – o que é quase o dobro do trabalho para quem codifica – exigiria 2^{64} mais de tempo, ou um milhão de bilhões [sic] de anos para quebrar (por comparação, a terra possui 4.5 bilhões de anos)” (SCHNEIER, B. *Data... op. cit.*, p. 168 – tradução livre).

⁴⁵⁶ A respeito do conceito de função empregado aqui como sinônimo de algoritmo: “Uma função é uma regra de correspondência a partir da qual, quando algo é dado (como um argumento), outra coisa (o valor da função para esse argumento) pode ser obtido. Isso quer dizer, uma função é uma operação que pode ser aplicada sobre uma coisa (o argumento) para se atingir outra coisa (o valor da função). Não é, contudo, necessário que a operação deva necessariamente ser aplicável a tudo e em qualquer situação; mas para cada função há uma classe, uma extensão, de argumentos possíveis – a classe de coisas sobre as quais a operação é aplicável significativamente – e isso podemos chamar de extensão dos argumentos ou a extensão da

pensado isoladamente, corresponde a um comando, ou a um conjunto de comandos, formal abstratamente estabelecido a partir de uma fórmula algébrica⁴⁵⁷. Trata-se de uma máquina capaz de imitar qualquer outra, ou, como também se costuma chamar, uma “máquina de Turing” (a “*universal computing machine*”⁴⁵⁸).

Um programa, no sentido tratado neste momento, seria um “objeto técnico abstrato”⁴⁵⁹, um sistema fechado, com funções estritamente determinadas (o que Simondon indicaria como sendo um elevado grau de “*hipertelia*”), cujo principal problema é o de sua integração com o exterior, com o qual somente é capaz de se relacionar como *parte extra partes*. Como o programa está inserido num contexto intransponível (i.e., não existe, *de fato*, exterior absoluto, mas somente *de jure*), o programa depende constantemente de medidas paliativas (i.e., um constante *reboot* ou do contínuo *input* informativo vindo de fora) para continuar a funcionar. Para falar ainda mais claramente, o programa deve ser constantemente alimentado por uma fonte de controle não prevista no seu código (i.e., não inserida na premissa de sua axiomática).

variável independente, para aquela função. A classe de todos os valores da função, obtidos pela consideração de todos os argumentos possíveis, será denominada de extensão de valores, ou de extensão da variável dependente” (CHURCH, A. *op. cit.*, p. 02 – tradução livre). Tanto Turing como Church desenvolveram independentemente suas teorias a respeito da função computável, em resposta a Gödel. O termo algoritmo somente seria utilizado posteriormente.

⁴⁵⁷ Os comandos podem ser operacionalizados a partir de linguagens bem estruturadas, como é o caso das linguagens de codificação, tais como *Python*, *C++*, *C#*, *Java*, dentre muitos outros exemplos. Pode-se dizer que essas diferentes linguagens se localizam, para manter a topologia ora trabalhada (protocolo-programas-plataformas), “entre” protocolos e programas. Diz-se “entre”, pois cada linguagem é estabelecida como uma axiomática de diferentes comandos, cada qual rigidamente fixado, de modo que a simples inserção de um caractere equivocado (um “/” ou um “;”, enfim) é capaz de tornar o código irreconhecível. Ao mesmo tempo, há algo além de mero protocolo nesse sentido, pois não é dado ao usuário alterar as bases da linguagem, sob pena de não usar linguagem alguma. Não é possível escolher um pouco de *Python* e um pouco de *C++* em um mesmo comando, por exemplo. Para além, é a linguagem de programação que vai permitir afirmar a existência de um comando, quando necessário, no sentido proposto na definição do que é um “programa”. As linguagens de programação não estão propriamente em análise neste momento, todavia. Ao final, ainda que se adote determinado padrão sintático (*Python*, *C* ou outro), todos os comandos se reduzem, ou ao menos são redutíveis, à lógica do binário em última instância, pelo que a análise ora realizada passa por cima das questões envolvendo as diferentes sintaxes neste momento.

⁴⁵⁸ Nas palavras do próprio Turing: “*É possível inventar uma máquina singular que pode ser usada para computar qualquer sequência computável*” (TURING, A. M. *On computable...* *op. cit.*, p. 241 – tradução livre).

⁴⁵⁹ “*Existe uma forma primitiva do objeto técnico, a forma abstrata, na qual cada unidade teórica e material é tratada como um absoluto, completo em uma perfeição intrínseca que necessita, para seu funcionamento, tomar a forma de um sistema fechado; a integração ao conjunto oferece nesse caso uma série de problemas a resolver que se dizem técnicos e que, de fato, são problemas de compatibilidade entre conjuntos já à disposição*” (SIMONDON, G. *Du mode...* *op. cit.*, p. 24 – tradução livre).

A plataforma⁴⁶⁰, por sua vez, é caracterizada por constituir uma evolução no sentido da diferenciação e da concretização técnica⁴⁶¹. Ao invés de hipertética, a plataforma é internamente diferenciada, de modo que cada estrutura lógica se relaciona com as demais, função por função, oportunizando a ressonância (ou a sinergia) que conforma o todo. O processo se torna “sustentável” e, nesse sentido, “simplificado”⁴⁶². A plataforma é um outro nome para o “meio associado”⁴⁶³ que define, por sinédoque, o *indivíduo técnico*⁴⁶⁴. Pode-se dizer que a plataforma constitui o seu interior e pode se estabelecer com certa independência face a um “fora”. Trata-se de um processo de individualização técnica, para utilizar o termo caro a Simondon. A soberania não é nada além que conseqüência da instituição de um meio associado, gozando de sua potência e de seus limites.

⁴⁶⁰ Benjamin Bratton chega a apresentar dezessete características das plataformas, quais sejam: (a) não funcionam com base em planos previamente estabelecidos; (b) são fundadas em standardizações rigorosas; (c) produzem *critical mass* (*generative entrenchment*); (d) os usuários tem acesso limitado às possibilidades de reprogramação da plataforma; (e) confiam em modelos formais para organizar a informação produzida e à disposição; (f) podem incrementar o valor-de-uso da informação para um específico usuário; (g) são uma mistura de governança centralizadora e descentralizadora; (h) são genéricas e universais, abertas a humanos e não-humanos; (i) governam diferentemente as diversas identidades dos respectivos usuários; (j) são, idealmente, diagramas vazios, capazes de mediar novas e velhas informações; (k) possuem componentes comensuráveis e substituíveis, com a preservação da função exercida; (l) governam tanto simultaneamente e cumulativamente; (m) atuam como sensores de anomalias, de modo a preservar a consistência do código-fonte; (n) podem competir entre si pela *critical mass*; (o) vinculam atores, informações e eventos, atravessando diferentes espaço-temporalidades; (p) não funcionam como paracem e não parecem como funcionam; (q) produzem soberania sob diferentes escalas e condições. A respeito, conferir: BRATTON, B. *op. cit.*, p. 47/51). O conceito oferecido nesta oportunidade não é contrário ou incompatível àquele apresentado por Bratton.

⁴⁶¹ “Certamente, parece contraditório afirmar que a evolução do objeto técnico obedece à lei de um processo de diferenciação (a grade de comando do tríodo se divide em três grades no pântodo) e de um processo de concretização, de modo que cada elemento estrutural preenche múltiplas funções no lugar de uma só; mas, de fato, esses dois processos são ligados um ao outro; a diferenciação é possível, pois essa diferenciação permite integrar o funcionamento do conjunto, de maneira consciente e calculada, em vista de um resultado necessário, os efeitos correlativos do funcionamento global e que estavam, bem ou mal, corrigidos por paliativos que auxiliavam no cumprimento da função principal” (SIMONDON, G. *Du mode... op. cit.*, p. 37 – tradução livre).

⁴⁶² “É por causa dessa pesquisa de sinergias que a concretização do objeto técnico pode se traduzir por um aspecto de simplificação; o objeto técnico concreto é aquele que não se encontra mais em luta consigo mesmo, aquele no qual nenhum efeito secundário dificulta o funcionamento do conjunto ou é deixado fora de todo funcionamento. Dessa maneira e por essa razão, no objeto técnico que se torna concreto, uma função pode ser preenchida por múltiplas estruturas associadas sinergicamente, ao passo que, no objeto técnico primitivo e abstrato, cada estrutura é incumbida de preencher uma função definida, e geralmente só uma” (*Idem*, p. 41 – tradução livre).

⁴⁶³ “Há recorrência de causalidade entre o meio associado e as estruturas, mas essa recorrência não é simétrica. O meio assume o papel de informação; é o sítio das auto-regulações, o veículo da informação ou da energia já governada pela informação (...); ao passo que o meio associado é homeostático, as estruturas são animadas por uma causalidade não recorrente, de modo que seguem, cada qual, em seus sentidos próprios” (*Ibidem*, p. 73 – tradução livre).

⁴⁶⁴ “Diremos que há indivíduo técnico quando o meio associado existe como condição sine qua non do funcionamento, ao passo que há conjunto no caso contrário” (*Ibidem*, p. 75).

Não é correto afirmar que a plataforma corresponderia simplesmente a um agregado de programas⁴⁶⁵. É possível reunir diversos programas num conjunto, de modo que o *input* de um interaja com o *output* de outro, sem que se forme necessariamente uma “plataforma”. O essencial para a caracterização da plataforma, tal como indivíduo técnico, no sentido proposto neste momento, é a constituição do que Simondon chama de “meio associado”.

O meio associado não está no entorno do indivíduo, nem é inteiramente separado dele, não é interno, nem efetivamente externo⁴⁶⁶. Trata-se de um *sine qua non* do próprio indivíduo técnico, sendo que tanto o indivíduo, como o meio, são fruto de uma defasagem de um campo de imanência ainda não diferenciado e mais original⁴⁶⁷. O processo de individuação não é, portanto, uma separação do indivíduo ante o fundo indiferenciado, mas um novo estado do sistema total. As diferentes plataformas, enquanto indivíduos técnicos em meio a muitos outros (plataformas ou não), constituem o “seu” meio associado, são responsáveis pela afirmação de suas próprias realidades. Ou melhor, são *agentes produtores de um multiverso*.

O sentido de plataforma que se pretende desenvolver neste momento é um tanto diverso daquele utilizado por Benjamin Bratton em sua já multicitada contribuição, uma vez que não se trata de um “algo” à margem de Estados e Mercado. A plataforma é uma nova espacialidade, perante a qual a geopolítica dos tempos atuais necessariamente conforma um *nomos* específico. A plataforma é uma fronteira aberta, tal como foi o mar a contar do século XV⁴⁶⁸ e o espaço

⁴⁶⁵ O conjunto de programas que se comunicam entre si, podem ser denominados de *software*. Segundo a contribuição de Bratton: “Um programa é um conjunto de instruções que os designers dão aos sistemas computacionais com a intenção de coordenar as interfaces interna e externa desse sistema com relação a si próprio, aos sistemas compatíveis e aos Usuários” (BRATTON, B. *op. cit.*, p. 43 – tradução livre).

⁴⁶⁶ “O meio não é aquilo que cerca o indivíduo (como um ‘ambiente’) e seria inteiramente separado dele; ele é ‘meio interno’ assim como externo, que, mesmo sendo distinto do indivíduo após a individuação, permanece aquilo com o que o indivíduo entretém relações de comunicação e de trocas energéticas sem as quais sua individuação aboliria a si mesma (...). Porém, de modo geral, podemos dizer que o indivíduo continua a formar com seu meio associado, do qual é diferenciado pela individuação, um sistema com o qual entra em ressonância” (CHATEAU, J.-Y. *op. cit.*, p. 68).

⁴⁶⁷ “Não há indivíduo sem meio. A individuação é a operação ao longo da qual se diferenciam o ser pré-individual original e um outro individuado, porém, podemos dizer de modo mais preciso apesar de equivalente, a operação ao longo da qual, pela partilha não simétrica no seio do ser original, diferenciam-se um ser individuado e seu meio: após a individuação, ‘o meio associado é o complemento do indivíduo, mediante sua relação ao todo original’ (ILFI, 63)” (*Idem*, p. 67 – tradução livre).

⁴⁶⁸ “Assim tem início imediato a partilha de todo o Novo Mundo em grande estilo, apesar de Colombo, naquela época, ter descoberto somente algumas ilhas e costas. Ninguém podia, naquele período, fazer ideia da imagem correta da terra, mas a nova partilha da terra teve início de forma compreensiva e de todos os modos. A linha da partilha papal, de 1492, encontra-se no

aéreo, após a Segunda Guerra Mundial⁴⁶⁹. Mudam os parâmetros e os padrões. O espaço hiperbólico aberto pela Computação e Internet não é, como Terra, Mar ou Ar, um espaço onde reinam as condições euclidianas, nem por isso, contudo, torna-se um espaço “imaterial”.

Apesar das diferenças, é preciso reconhecer as semelhanças. Primeiramente, entende-se que, na condição de indivíduo técnico mais evoluído em seus graus de concretização, diferenciação e simplificação, as plataformas são “mecanismos generativos”, responsáveis não por um grau débil de automação, mas por permitirem respostas a interações não planejadas e, até mesmo, não planejáveis⁴⁷⁰⁻⁴⁷¹. Em segundo plano, a plataforma, essa estrutura fruto da convergência entre arquitetura, computação e política, implica necessariamente que se problematize a questão do *design* (enquanto processo ontogenético/transdutivo/individuante⁴⁷²) como um processo de disseminação que afeta os campos ontológico, epistêmico e político, tudo em favor deste último⁴⁷³. Em terceiro plano, esse *design* não é realizado de forma livre e caótica, mas deve atender às exigências de estruturação que somente o protocolo (tal

início da luta em torno da nova ordem fundamental, em torno do novo nomos da terra” (SCHMITT, C. Land... op. cit., p. 77/78 – tradução livre).

⁴⁶⁹ “Na medida em que o avião foi introduzido, conquistou-se uma nova dimensão, diferente da terra e do mar. Agora o homem se eleva sobre o plano da terra, assim como do mar e se recebe um novo meio de transporte, assim como uma nova arma, nas mãos. O volume e a medida alteram-se ainda mais, e a possibilidade da dominação humana sobre a natureza e sobre os outros homens alçou voos para âmbitos até então desconhecidos. É concebível, que exatamente a força aérea seja descrita como ‘arma espacial’. Pois o revolucionário efeito sobre a noção de espaço, que daí decorre, é bastante forte, imediato e óbvio” (Idem, p. 104 – tradução livre).

⁴⁷⁰ “Plataformas são mecanismos geradores (...). Ganham tamanho e força ao mediar interações não planejadas e até não planejáveis” (BRATTON, B. op. cit., p. 44 – tradução livre).

⁴⁷¹ “Assim, de fato, o automatismo é um baixíssimo grau de perfeição técnica. (...) O automatismo, e sua utilização sob a forma de organização industrial que denominamos de automação, possui uma significação econômica ou social mais que uma significação técnica. O verdadeiro aperfeiçoamento das máquinas, aquele do qual podemos dizer que eleva o grau de tecnicidade, corresponde não a um incremento do automatismo, mas, ao contrário, ao fato que o funcionamento de uma máquina contém uma certa margem de indeterminação” (SIMONDON, G. Du mode... op. cit., p. 12 – tradução livre).

⁴⁷² “Ontogênese” e “transdução” são, em Simondon, outras dimensões do fenômeno de individuação. A respeito, cfr.: “A noção de ontogênese é destinada a pensar, primeiramente, o ser enquanto que ser em devir: se o ser individuado advém sempre da individuação, ele advém sempre por meio de um processo genético. (...) A ontogênese pode ainda ser identificada à transdução: na medida onde ‘a operação transdutiva, que é o fundamento da individuação’ (ILFI, 35), é ‘uma individuação em progresso’, podemos dizer que a transdução ‘é a própria ontogênese’ (ILFI, 33)” (CHATEAU, J.-Y. op. cit., p. 88 – tradução livre).

⁴⁷³ “Para os nossos propósitos é menos importante pensar como a máquina representa uma política do que entender como a ‘política’, fisicamente, é um sistema maquínico. A construção de plataformas insere, de acordo com graus variados e contingentes, fortes conotações de ‘design’ (entendido aqui no sentido de ‘designar’ e governar por meio de intervenções materiais) e nessa plataforma encontram-se enredos e (de acordo com Singleton) também diagramas, que ‘capturam’ atores nos seus resultados fatais (design aqui entendido como ‘ter planos para algo’, maquinar, simplesmente prender o Usuário em um esquema de ação)” (BRATTON, B. op. cit., p. 44 – tradução livre).

como discutido acima) pode permitir configurar⁴⁷⁴. Por fim, entre a plataforma e os respectivos usuários é estabelecida uma específica mais valia de código, perante a qual, a troca de informações entre ambos os partícipes é configurada nos seguintes termos: (a) o usuário, a cada *query/quary*, é beneficiado de informações com enorme “valor-de-uso” pessoal e (b) a plataforma, alimentada por cada nova *query*, obtém um arquivo à disposição de seus sistemas de busca que assume “valor” (tecnológico, científico, especulativo, de mercado, na bolsa, enfim) muito maior do que o custo (financeiro, social, jurídico etc.) de fornecimento da informação solicitada por cada um dos usuários⁴⁷⁵.

É possível dizer que diversos programas compõem a plataforma, mas a plataforma não é somente constituída de programas e, em qualquer caso, tanto programas como plataformas dependem das especificações e práticas protocológicas amplamente difundidas, para poderem funcionar como delas se espera. Protocolos-Programas-Plataformas compõem um agenciamento maquínico complexo, responsáveis por conformar o regime de endereçamento e de interface, a expressão e o conteúdo, o enunciável e o visível.

Nesse agenciamento, tanto a existência, como a cognoscibilidade de um ente específico dependem do fato de essa entidade possuir um endereço eletrônico. Sem um endereço, o ente não existe no mapa. A cartografia diagramática da Computação e Internet não faz questão de outras coordenadas. Em semelhante condição, sem a capacidade de tradução desse *locus* abstrato na concretude de uma interface específica, capaz de mediar o nível do código para o semântico, o objeto não é conhecível.

O estabelecimento das condições ontológicas e epistemológicas com relação ao mundo se torna absolutamente vinculado à questão do *design*⁴⁷⁶,

⁴⁷⁴ “Em um nível mais mecânico, a plataforma é um diagrama standardizado ou tecnologia. (...) Como infraestrutura, a regularidade da plataforma é geralmente garantida menos por leis do que por protocolos técnicos, e isso é uma das muitas formas em que a decisão soberana é inserida nas partições e superfícies interfaciais da plataforma. (...) Mediante o design, a standardização sistêmica é garantida pela mensuração física e pelo procedimento e, talvez aqui o mais peculiar, a tendência paradoxal da plataforma para controlar e descontrolar, ao mesmo tempo, torne-se mais evidente” (Idem, p. 44/46 – tradução livre).

⁴⁷⁵ “A cada momento que um Usuário interage com os algoritmos que regem a plataforma, os modelos de decisão são treinados, progressivamente, a melhor avaliar transações subsequentes. Uma plataforma economicamente sustentável é uma em que os custos para a promoção da mediação sistêmica são, no conjunto, menores que o total de valor de informação introduzido pelos Usuários na plataforma. A economia da plataforma produz duas formas de mais-valia: (1) mais-valia do Usuário, na qual a informação que lhe é disponibilizada é mais valiosa quando inserida na plataforma, com custo ínfimo, ou até mesmo sem custo, para o Usuário, e (2) mais-valia da plataforma, quer dizer, que o valor diferencial de toda a informação produzida por Usuários para a plataforma é maior que o custo do fornecimento da plataforma aos usuários” (Ibidem, p. 48 – tradução livre).

⁴⁷⁶ “(...) Design é dar forma, de modo planejado – i.e., intencional, deliberado e finalístico –, a objetos físicos e virtuais, ambientes internos e externos, informações e relações sociais. (...) Design é

havendo de se considerar a importância (geo)política do problema, em especial quando se percebe que a Computação e a Internet são tecnologias desenvolvidas em tempos de guerra e foram controladas por muito tempo por uma espécie de suporte mútuo conferido, em especial no âmbito dos Estados Unidos, embora não exclusivamente, tanto pelo braço militarizado do Estado, como pelo grande capital informacional que se constitui a contar do século XIX.

Protocolos-programas-plataformas, essa série de agenciamentos maquínicos é caracterizada pela passagem do discreto ao contínuo, das figuras/*bits* aos signos, tudo por meio de um processo de diferenciação e desdobramento estrutural interno que constitui a função sígnica, camada a camada, a partir da solidariedade funcional estabelecida entre um polo expressivo e outro de conteúdo, entre regime de interface e regime de endereçamento. Esses desdobramentos estruturais e funcionais correspondem às “defasagens” sistêmicas⁴⁷⁷.

Computação e Internet mídias responsáveis por agenciar novos regimes de defasagem. As plataformas agenciam tanto uma imagem de um mundo em contínua sedimentação (*bit* por *bit*, *byte* por *byte*, enfim), como a imagem negativa de um mundo em contínua dispersão (os “átomos de vácuo” de que falava Meillassoux)⁴⁷⁸. Nenhuma imagem assume primazia sobre a outra. No espaço-tempo hiperbólico que se torna realidade palpável a contar das novas mídias, ambas as imagens se cristalizam num plano de consistência que abre a possibilidade de afirmação de um novo *nomos*.

concebido como uma prática que compreende tanto o material como o imaterial, a coisa como o signo, de modo que, como o teórico da arquitetura Philip Ursprung formulou, ‘arte e arquitetura [...] pertencem ao design’ (Ursprung 2012, p. 119)” (BORRIES, Friedrich von. Weltentwerfen: Eine politische Designtheorie. 3. Aufl. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, p. 2018, p. 09).

⁴⁷⁷ “Por fase, entendemos não o momento temporal substituído por um outro, mas o aspecto resultante do desdobramento do ser e que se opõe a um outro aspecto; esse sentido da palavra fase se inspira daquele que, para a física, corresponde à noção de relação de fase; conhecemos uma fase que se relaciona a uma outra ou à diversas outras fases; há no sistema de fase uma relação de equilíbrio e de tensão recíprocos; é o elemento atual de todas as fases tomadas em conjunto que corresponde à realidade completa e não cada fase por si só considerada; uma fase não é fase que em relação às demais, a partir das quais ela se distingue de maneira totalmente independente das noções de gênero e espécie. Enfim, a existência de uma pluralidade de fases define a realidade de um centro neutro de equilíbrio com relação àquele a defasagem existe” (SIMONDON, G. *Du mode... op. cit.*, p. 221).

⁴⁷⁸ A respeito, conferir: MEILLASSOUX, Q. *Subtraction... op. cit.*, p. 63/107.

5.4

MATERIALISMO E IMAGEM EM NEGATIVO – SIGNAL INTELLIGENCE E METADADOS – AS BASES DO ESTADO DE VIGILÂNCIA GENERALIZADO

É preciso resistir à tentação de imaginar a Computação e a Internet como algo da ordem do imaterial, uma espécie de mundo à parte, onde imperaria a irrealidade. Acredita-se que tal impressão decorre de alguns equívocos, dentre os principais está centrada uma confusão quanto os sentidos do virtual, do digital e do imaterial. Resolver essa confusão permite abrir o problema relativo ao novo *nomos*, o *nomos* da Nuvem.

As novas mídias são tudo menos “imateriais”. Há uma materialidade ínsita à diferença entre signo e sinal e que está na base do funcionamento de todo e qualquer transistor capaz de computação⁴⁷⁹. Para se falar em computação é necessário que a energia se transmude em informação e que haja a possibilidade de a informação resolver em energia. A importância dos temas associados à dispersão e à causalidade, i.e., à relação entre entropia e negentropia, é decorrência das passagens entre signo e sinal.

Tampouco é possível aceitar a tese de que as novas mídias são exclusivamente da ordem do digital e do virtual (sabendo que digital e virtual não são a mesma coisa). O digital e o virtual correspondem a uma determinada *fase* do sistema⁴⁸⁰ e, nessa qualidade, apontam para uma relação sem a qual os termos perdem sentido.

O digital (discreto) é um *limiar* do analógico (contínuo)⁴⁸¹, ao passo que o virtual se *diferencia* do atual⁴⁸². A vinculação direta entre o digital e o virtual

⁴⁷⁹ O materialismo aqui tratado é sintetizado por Jussi Parikka nos seguintes termos: “(...) o materialismo da mídia se refere à necessidade de analisar as tecnologias midiáticas como algo irreduzível àquilo que pensamos a respeito delas, ou mesmo acerca de como as utilizamos. Veio a referir-se à tecnologia como agente ativo no sentido ontológico e epistemológico. Em outras palavras, a mídia estrutura como as coisas são no mundo e como as coisas são conhecidas no mundo” (PARIKKA, Jussi. *Geology of Media*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2015, p. 01/02).

⁴⁸⁰ Novamente, a noção de “fase” é utilizada com referência à acepção empregada por Simondon. A respeito, conferir: SIMONDON, G. *Du mode... op. cit.*, pp. 221 e ss.

⁴⁸¹ “O discreto é o limiar do analógico” (SIEGERT, B. *op. cit.*, p. 245).

⁴⁸² Perceber que, ao contrário do que sugere Pierre Lévy (*in: O que é o virtual?* 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011, p. 16), entre virtual e atual não há qualquer relação de “oposição”. A respeito da relação de *diferenciação* que aqui se pretende ressaltar, conferir: “*Todo atual é envolvido de círculos de virtualidades sempre renovados, pois cada um emite um outro, e todos circundam e reagem sobre o atual* (‘ao centro da nuvem do virtual encontra-se ainda um virtual de ordem mais elevada... cada partícula virtual é envolvida de seu cosmos virtual e cada uma, por sua vez, faz

desconsidera a própria essência dos *bytes* enquanto conjuntos que já sofreram algum processo de atualização. Importa pensar as possibilidades de defasagem do atual no virtual e do virtual no atual, bem como do digital no analógico e vice-versa. É necessário agenciar os devires desses fluxos que se condensam nos processos de individuação da informação em signo e sinal.

Assumindo o materialismo radical das novas mídias, importa considerar que o tema das passagens implica uma exigência de *feedback contínuo* entre uma fase virtual e outra atual, entre uma fase digital e outra analógica, de modo a estabelecer uma diferença de potencial entre elas, configurando um processo de “defasagem” já denunciado.

As implicações políticas dessa conclusão são significativas.

A principal delas é a de que o mundo agenciado pela Computação e Internet não é, de fato, separado de um mundo que se supõe “realidade”. Toda e qualquer intuição nesse sentido não possui qualquer esteio na axiomática que fundamenta a nova era midiática. Para falar em termos estritamente políticos, o mundo estritamente fruto do *design* pelas novas tecnologias não se constitui como um “império dentro de um império”. Se, sempre com Kittler, a mídia determina a situação, não é possível pensar uma realidade que seja infensa às possibilidades da era midiática. Ou melhor, não é possível sugerir, senão por um moralismo suspeito, que algo como a “natureza das coisas” (das relações sociais, da relação do homem com a máquina e com a natureza, enfim) possa ser pensada à revelia de considerações mínimas quanto às potências midiáticas à disposição.

Inobstante, a nota característica do novo *nomos* é aquela das passagens. Em primeira ordem, a passagem do analógico para o digital, a *tradução* da complexidade do contínuo para o código binário do descontínuo (*on/off*). Essa tradução não corresponde a uma redução da complexidade ou uma redução fenomenológica, mas uma espécie afirmação de um princípio a partir do qual o múltiplo pode se dar. A segunda passagem indicada é aquela do plano a-significante (das figuras, *bits* e *bytes*) para o campo da significação, da relevância semântica, do Simbólico, no qual passa a ganhar relevância a diferença funcional estabelecida entre conteúdo e expressão, ou entre endereços e interfaces, ou entre regimes de endereçamento e regimes de interface.

o mesmo, indefinidamente...’ Em virtude da identidade dramática dos dinamismos, uma percepção é como uma partícula: uma percepção atual é circundada de uma nebulosa de imagens virtuais que se distribuem sobre os circuitos que se movem cada vez para ainda mais longe, tornam-se cada vez maiores, que se fazem e desfazem” (DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. L’actuel et le virtuel. In: Dialogues. Paris: Flammarion, 1996, pp. 179/180).

Ambas as passagens somente são possíveis graças à invenção técnica, denominada mais acima como *relais*. O *relais* não é uma passagem, mas uma espécie de *switch* (ou de *charnière*) a partir da qual se admite falar em uma passagem qualquer, que fundamenta a lógica do descontínuo e ao mesmo tempo permite o encadeamento de sinais discretos. É por meio do *relais* que as passagens se tornam possíveis e, ao mesmo tempo, torna-se possível falar em um novo *nomos*.

Como já sugerido, o *relais* é uma estrutura que liga ou desliga, que circuita ou isola, e, assim fazendo, permite uma diferenciação crucial entre signo e sinal. O sinal energético pode se tornar ínfimo em face dos efeitos produzidos em sua transmissão. Uma economia se estabelece que, todavia, não se compadece bem da regra de causalidade. Não por simplesmente “negar” a causalidade, mas por conferir uma impressão de que os efeitos superam, e muito, qualquer promessa da origem. Por meio do *relais*, os efeitos são exponencialmente potencializados em face de fontes, *a priori*, irrelevantes. Não à toa, os estudos que deram origem ao *relais* recorrem frequentemente à noção de explosão para indicar a quebra da equação “*causa aequat effectum*”⁴⁸³.

Contudo, para além de servir como um “detonador”, o *relais* também pode ser visto como um dispositivo de “frenagem”. Afinal, ao permitir a passagem do sinal para o signo, o *relais* funciona como um agente de *atualização*. Assumindo a linguagem da teoria da informação pressuposta por este trabalho, o *relais* é o agente negentrópico do sistema, de modo que, da virtualidade a-significante do sinal, agencia o processo de atualização no signo, reduzindo a complexidade do sistema, resolvendo os “lances de dados”.

O *relais* é, portanto, um *switch* capaz de transformar a potência *incomensurável* do sinal (cuja entropia é máxima, a despeito da baixa energia exigida para a transmissão, repita-se) em *bits* e *bytes* possíveis de serem computados (calculados, comensurados, enfim). A potência incomensurável dá vazão a um mundo computável, no qual, para algo existir e ser conhecível, esse “algo” deve possuir um endereço e uma interface, i.e., deve ser passível de transmissão⁴⁸⁴. O regime de velocidade absoluta do virtual é apresado na

⁴⁸³ “O *a priori* histórico entrementes que possibilitou as ondas, os tiros e outros fenômenos, enquanto formas de manifestação igualmente fundamentais, em comparação tanto ao princípio analógico da relação entre causa e efeito, como à lei de preservação do calor, apesar de ser apreensível em face de princípios antagônicos a ambos, é o *relais* eletromagnético.” (SIEGERT, B. *op. cit.*, p. 373).

⁴⁸⁴ Ainda que em outro contexto, a lição de Siegert permanece essencial: “O que é, então é postado. O mundo é compreendido como um legado de locais da transmissão, de paradas, *relais*,

atualização da computação. O mundo computável é aquele da sedimentação de *bits* e *bytes*.

Encadeando decisões binárias (*on/off*), sedimentando camadas e mais camadas de códigos e comandos, a computação não se mantém alheia à suposta realidade analógica. Ao simplificar o fundamento do mundo, a computação é capaz de intervir diretamente no analógico. Essa intervenção é realizada na medida em que a computação enquadra ou esquadrinha o mundo, fechando-o sobre seu princípio. Com Elisabeth Grosz, é possível destacar que a “*terra pode ser infinitamente dividida, territorializada, emoldurada*”⁴⁸⁵, sendo este o modo pelo qual o caos se transforma em território, os entes são delimitados, as qualidades liberadas e o possível vem à superfície. Tal como a barragem que não é mais construída sobre o Reno, mas o Reno que é construído para se adequar à barragem, o mundo atual, aquele da Computação e Internet (atentar para o genitivo), é um construto, *by design*, das novas tecnologias.

Esse processo de construção foi descrito até o momento pela análise da semiologia de Hjelmslev e pelo tratamento conferido ao processo de coalescência de *bits* em *bytes* e assim sucessivamente, em conformidade a protocolos compartilhados, até que se possa falar de programas e plataformas. Há de se considerar que essa é, ainda, somente parte da história.

Afinal, ao filtrar todo o incomensurável, Computação e Internet não conseguem se fechar sobre si mesmas completamente. Isso, pois, da mesma forma como as novas tecnologias afetam o âmbito físico, também o incomensurável tem influência sobre o digital. O mundo digital não é “paralelo” ao mundo analógico, mas uma extensão. Não há, de fato, oposição face à natureza. Trata-se, como dito acima, de um simples *limiar*. Não se trata de postular um “Império no Império”. O mesmo *relais* que garante a passagem do sinal para o signo, admite a passagem inversa do signo para o sinal, i.e., ocorrência da disseminação radical, da dinâmica de pura perda, da dinâmica entrópica. Daí ser possível falar, inspirado em Bratton, que o fundamento da Computação e Internet é a própria Terra⁴⁸⁶.

As novas tecnologias, portanto, desenham um plano de imanência a partir do qual o design dos possíveis se desenvolve como computação, i.e., como o

interruptores” (SIEGERT, Bernhard. *Relais: Geschichte der Literatur als Epoche der Post – 1751-1913*. Berlin: Brinkmann und Bose, 1993, p. 05).

⁴⁸⁵ GROSZ, Elisabeth. *Chaos, Territory, Art: Deleuze and the Framing of the Earth*. New York: Columbia University Press, 2008, p. 17

⁴⁸⁶ BRATTON, B. *op. cit.*, p. 75.

encadeamento de *bits* e *bytes*, atravessando limiares, entre o a-significante e o significante, entre o virtual e o atual, entre o analógico e o digital. Camada a camada, é construído um mundo à imagem da nova mídia. Essa construção não se faz unicamente num único sentido, porém. A cada passo dado, há de se falar em uma espécie de dissipação de energia (em entropia). Essa entropia necessariamente produz calor, ruído, *white noise*⁴⁸⁷.

O *nomos* da Nuvem assume a dissipação como uma factualidade. O computador, como a máquina de “pura perda” não pode deixar de produzir dados sobre si próprio, numa tarefa *autográfica* constante. A entropia verificada na transmissão é reinserida no contexto da Computação e novamente é capturada na forma de “metadado”. A mensagem transmitida pressupõe a produção de uma certa dissipação, i.e., na produção de novos sinais. Ao transmitir uma mensagem, por exemplo, o emissor não pode deixar de transmitir também os respectivos metadados associados à mensagem, tais como: o momento, o local de onde partiu, para quem foi transmitido, o canal utilizado, enfim. Todas essas informações são, de alguma forma reinseridas no sistema.

Enfim, dados e metadados. Ou ainda, em conformidade com a leitura realizada desde a perspectiva da *Signal Intelligence*⁴⁸⁸, “dados” e “dados sobre dados” ou, de forma algébrica: *dados + dados*². Tal fórmula, todavia, ainda é um tanto incompleta, na medida em que cada nova passagem de um pacote de dados (ou *datagram*) por um novo *router* implica a *sedimentação* de mais (meta)dados sobre aquele existente. Assim, a Internet se confunde com um processo de contínua sedimentação à enésima potência⁴⁸⁹, nos seguintes termos: $n(\text{dados}) + (\text{dados}^2)^n$.

⁴⁸⁷ Não à toa a sede da NSA em Utah, por exemplo, precisar ser resfriada por meio de sete milhões de litros de água por dia para funcionar. A respeito, ver: “*De modo que o computador pleno de dados de vigilância extraídos do mundo todo não superaqueça, estima-se ser necessário sete milhões de litros de água, por dia*” (ROSENBACH, M.; STARK, H. *op. cit.*, paginação irregular).

⁴⁸⁸ “Toda remessa implica uma inteligência de sinal (diferentemente da inteligência de comunicação): quem quer que envie algo por meio de ondas de rádio, não pode deixar, no mesmo ato, de dizer ‘que’, ‘o que’ e ‘como’ a transmissão se dá. A inteligência de comunicação, na era dos meios eletrônicos, tornou-se a sucessora da hermenêutica, ao passo que a inteligência de sinal assumiu o papel antes desempenhado pela ontologia” (SIEGERT, B. *Passage... op. cit.*, p. 398).

⁴⁸⁹ Especificamente no contexto da tecnologia de packet switching, verifica-se que, na prática, a própria RFC n. 791/1981 previu a instituição de limitação à quantidade de saltos (*hops*) que um *datagram* pode realizar antes de ser completamente destruído e uma nova mensagem ser solicitada ao remetente (*sender*). Trata-se da especificação “*Time to Live*”, que corresponde a uma espécie de metadado, o qual, segundo aquela *Request for Comment* consiste em uma “*indicação de um limite máximo de vida para um datagram na Internet. É fixado pelo remetente do datagram e reduzido ponto a ponto ao longo da rota em que é processado. Se o tempo de vida chegar a zero antes que o datagram atinja sua destinação, ele é destruído. O tempo de vida pode ser pensado como um tempo limite autodestrutivo*” (POSTEL, Jon (Ed). RFC n. 791.

Esses processos de sedimentação à enésima potência são a base técnico-tecnológica para a disseminação quantitativa de dados no mundo atual (*datafication*)⁴⁹⁰⁻⁴⁹¹. Forma-se uma inteligência maquínica contra tudo e contra todos. Para tanto, os fluxos de dados se tornam cada vez mais impressionantes. Por um único cabo submarino de fibra ótica, por exemplo, pode ser transmitido o equivalente de dados de uma Biblioteca do Congresso Americano a cada 14 segundos⁴⁹². Trata-se, para utilizar a gramática cara a esta tese, de mais uma dimensão do controle como modulação universal, na medida em que se propõe a estratificação das potências à disposição, da contabilização precisa de cada potência, de um desejo de “esquadrinhamento” dos corpos e de suas potências. O corpo formado originalmente por *bits* é, *après-coup*, desintegrado pelos programas e táticas de *data mining*. Tal desejo de controle é, no fundo, um desejo “contábil”.

As novas mídias capturam a própria entropia. O ruído se torna alvo de captura. Por exemplo, a individualidade deixa, definitivamente, de ser fruto de um *cogito* ou de uma intencionalidade subjetiva qualquer, deixa de ser aquele sujeito concebido pela tradição humanista, para se tornar *alvo da quantificação e do design*⁴⁹³. Se o “homem” corresponde a um paradigma instituído em função do complexo midiático do século XIX, como querem tanto Foucault como Kittler, pode-se dizer que, com a Computação e a Internet, o homem se tornou um fundamento *post-mortem* dos processos de capitalização sobre dados⁴⁹⁴.

DARPA Internet Program – Protocol Specification. Marina del Rey: Information Sciences Institute, 1981 – tradução livre).

⁴⁹⁰ “‘Dataficar’ um fenômeno implica pô-lo em um formato quantificado, de modo a poder ser tabelado e analisado” (MAYER-SCHÖNBERGER, V.; CUKIER, K. *op. cit.*, p. 78).

⁴⁹¹ “Hoje, a auto-imagem dominante da dataficação é que ela poderia revelar a verdade e resolver problemas. Mas não é tanto que o reino digital nos confira o acesso à verdade, quanto que constitua novas formas para que o poder circule por toda a sociedade. Trata-se menos de um instrumento para a verdade do que um exercício de poder. Não se trata tanto da revelação das verdades sobre a sociedade e sobre nós mesmos, tanto quanto da sua produção” (HARCOURT, B. *op. cit.*, p. 22).

⁴⁹² “Um cabo moderno está em condições de, dentro de 14 segundos, transmitir todo o conteúdo da biblioteca do Congresso norte-americano. Um único desses cabos de fibra óptica supera assim a capacidade de todos os satélites reunidos” (ROSENBACH, M.; STARK, H. *op. cit.*, paginação irregular).

⁴⁹³ Sobre a relação entre o design de si e a eficácia da vigilância, conferir: “A função do auto-design na redução do consumismo no capitalismo seria, contudo, bastante volátil. O mecanismo de subjugação é bem mais profundo. O paradigma central do auto-design na atualidade – auto-criação e auto-realização – assim duas tarefas essenciais: exige capacidade econômica do indivíduo e facilita a vigilância e o governo que se exercem sobre ele. Somente quem é incommensurável pode ser completamente submetido à vigilância” (BORRIES, F. v. *op. cit.*, pp. 104/105).

⁴⁹⁴ A título de exemplo do que se critica neste momento, conferir o tom laudatório (e altamente suspeito) de Mayer-Schönberger e Ramge, a respeito do que eles chamam de “Capitalismo de dados” e de uma suposta humanidade que ainda seria preciso defender: “Muitos irão discutir a

Toda a potência das formas de resistência a essa tendência está na evidenciação de algo que, todavia, não pode ser quantificável, de uma espécie de universalidade que não é, de fato e de direito, assimilada. Ou como dizem Deleuze e Guattari, não se trata tanto da relação “entre a anarquia e a organização, nem mesmo entre o centralismo e a descentralização, mas aquela de um cálculo ou concepção dos problemas relativos aos conjuntos inquantificáveis, contra uma axiomática dos conjuntos quantificáveis”⁴⁹⁵. Considerando as passagens descritas, i.e., entre a assimilação do analógico pelo discreto e a construção semântica do mundo a partir de partículas a-significantes, há de se pensar o curso de uma espécie de entropia radical. Algo que foge absolutamente dessas passagens. Ou melhor, algo que deixa de passar no fluxo e é *retido* inexoravelmente, resistindo à lógica do movimento imprimida pela rede. Trata-se de uma espécie de resto, de um excesso. Algo, por definição, aporético e soberano.

respeito do papel que o homem exerce nesse contexto – i.e., como aquele que decide em última instância – e então sustentar a introdução de um possível poder central racional, capaz de decidir em nome do todo. Nós, contudo, estamos convencidos: a decisão ainda é a tarefa do indivíduo. Tão importante quanto possa ser a tomada de decisões eficientes, responsáveis e racionais – e nossas decisões precisam melhorar bastante nessa direção! –, em igual medida devemos nos lembrar de defender e amar aquilo que nos faz humanos. O maior objetivo do mercado de dados não é a perfeição, mas a realização individual. Com toda a pluralidade e eventual insanidade que nos fazem humanos” (MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor; RAMGE, Thomas. *Das Digital: Markt, Wertschöpfung und Gerechtigkeit im Datenkapitalismus*. 3. Aufl. Berlin: Ullstein, 2017, p. 26). O trecho é denotativo do problema atual a ser enfrentado. Seja a pressuposição de que a ideia de homem seria atemporal e incondicionada, seja a simplificação de imaginar que a capacidade de decisão individual é o que define o suposto “homem”, seja, surpreendentemente, a percepção de que o “mercado da tecnologia” (essa entidade abstrata) possa ter um objetivo preponderante de garantir a satisfação individual, enfim, o trecho selecionado é denotativo, no mínimo, do desconhecimento a respeito da relação desse “mercado” com esse suposto “homem” de que tratam os autores.

⁴⁹⁵ Tradução livre. Conferir trecho no original: “La question n’est pas du tout l’anarchie ou l’organisation, pas même le centralisme et la décentralisation, mais celle d’un calcul ou conception des problèmes concernant les ensembles non dénombrables, contre une axiomatique des ensembles dénombrables” (DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mille... op. cit.*, p. 588).

O LIMITE DAS PASSAGENS – O APORÉTICO

“The implication is not that software is new and sovereignty is timeless, thereby leading one to ask how sovereignty now works through software, but rather that both are now mutually contingent and that the work of software at a global scale itself produces unfamiliar sorts of sovereignties”

(BRATTON, Benjamin H. *The Stack: On Software and Sovereignty*. Cambridge: MIT Press, 2015, p. 20)

6.1

O A PRIORI DA SOBERANIA É A MÍDIA

Computação e Internet compõem o cenário da atual era midiática. Basta atentar para o *smartphone* como objeto íntimo, a título de mero exemplo, para perceber como a tecnologia digital é impregnante e, conseqüentemente, ubíqua⁴⁹⁶. A cada instante, o sujeito moderno é confrontado com esse dispositivo que, todavia, é tanto mais incontornável e tanto mais eficaz, na medida em que a natureza mesma desse “confronto” ante a realidade técnica (desse “desafio lançado”) é domesticada em usos cada vez mais “intuitivos”⁴⁹⁷.

O aparelho celular moderno é a prova cabal de que a mídia não é simples extensão do homem, como queria McLuhan, mas que o próprio homem é produto

⁴⁹⁶ “O smartphone é o artefato-símbolo de nossa era. Com menos de uma década desde sua introdução, esse objeto versátil se tornou o mediador universal e indispensável da vida diária. Pouquíssimos objetos obtiveram tamanha ubiquidade como esses pedaço de policarbonato brilhante. (...) Eles alteraram profundamente a textura da vida diária, digerindo inteiramente espacialidades e rituais tradicionais, transformando outros de forma a torná-los irreconhecíveis. Neste ponto da história, simplesmente não é possível compreender os modos em que somos capazes de saber e interagir com o mundo à nossa volta sem compreender minimamente o modo como os smartphones funcionam e as várias infraestruturas que deles dependem” (GREENFIELD, A. *op. cit.*, p. 09 – tradução livre).

⁴⁹⁷ Aqui é interessante fazer breve referência à relação entre conhecimento técnico maior e menor, em Simondon especificamente. As tecnologias associadas à computação e à internet são tão mais bem valorizadas socialmente quanto mais são capazes de resolver previamente os problemas técnico-tecnológicos, tornando a experiência do usuário tendencialmente mais “intuitiva”, i.e., no sentido da manutenção do usuário em estado permanente de “menoridade” quanto à mística do funcionamento interno da máquina. Em jogo está uma dimensão da alienação que se sobrepõe àquela de um certo Marx e do marxismo, como já apontado em momento anterior. Para mais detalhes, cfr.: SIMONDON, G. *Du mode... op. cit.*, p. 165/167.

da mídia à disposição, como sugeriu Kittler⁴⁹⁸. O mesmo se diga do Estado, do cidadão, do indivíduo, da sociedade, enfim. A mídia determina a situação.

O exemplo do celular pode ser, então, multiplicado. Computadores portáteis, *tablets*, *smart watches*, assistentes eletrônicos, *smart cars*, *smart cities*, enfim. O mundo simbólico é todo agenciado por processos maquínicos, mediados pela computação ubíqua, de modo a que a intenção *representativa* do simbólico se torna uma dimensão derivada de análise, embora não menos importante, que merece partir da devida consideração das potencialidades da nova mídia.

Conforme desenvolvido ao longo desta tese, portanto, as mídias digitais são caracterizadas por dois movimentos de passagem (também definidas como movimentos de “defasagem”) descritos como sendo: (a) 1ª passagem – do contínuo-analógico para o discreto-digital e (b) 2ª passagem – do discreto dos *bits* e de sua semiótica a-significante para o contínuo dos regimes de interface e endereçamento e de sua semântica.

A apreciação de ambos os movimentos dão o tom do *paradoxo produtivo* da nova era midiática, pois, na exata medida em que a Internet se propõe como uma axiomática cética em face da intuição, o sucesso da Internet, como mídia ecumênica e englobante, o *killer app* da Computação, está estritamente vinculado às possibilidades semânticas associadas à tecnologia, que, para se tornar verdadeiramente difundida e necessária, precisa se apresentar como intuitiva, confiável e coerente⁴⁹⁹.

Entre a desintegração do analógico no digital, passando pela axiomática maquínica dos protocolos, até chegar à sobrecodificação semântica da plataforma, o denominado *nomos* da nuvem toma forma. Esse *nomos* desenha uma geometria não-euclidiana (fractal), desafiadora da lógica causal, e se abre às novas possibilidades onto-epistemo-políticas de *World-design*.

⁴⁹⁸ “Aquilo que se chama de ‘homem’ não é definido por um atributo que os filósofos possam sugerir ou propor às pessoas para os fins de uma auto-compreensão, mas por padrões técnicos. Toda psicologia ou antropologia possivelmente somente têm um acesso mediado aos seus objetos de pesquisa. Mediado por aquelas funções de processamento de dados vinculadas à máquina e que já se encontram implementadas no Real. O ‘eu penso’ kantiano, que ao tempo de Goethe necessariamente precisava acompanhar toda leitura ou julgamento estético, somente foi possível na medida em que nenhuma máquina assumiu o reconhecimento de padrões. Contudo, uma teoria da consciência que, atualmente, não se encontre situada no espaço técnico, tal como aquele de Lacan, mas, como um verdadeiro monstro, seja responsável tanto pela transmissão, como pelo registro e computação, tudo ao mesmo tempo, sem qualquer mediação midiática ou tecnológica, torna-se mero eufemismo” (KITTLER, Friedrich. *Die Welt des Symbolischen – Eine Welt der Maschine*. In: Draculas... op. cit., p. 61/62 – tradução livre).

⁴⁹⁹ “Enquanto, de um lado, levando em conta o conhecimento do código ou algoritmos, permanece possível, a princípio, escrever softwares e criptoprogramas, torna-se praticamente impossível, de outro lado, i.e., daquele lado escondido pela interface intuitiva e de fácil utilização, obter acesso às condições de produção do programa finalizado ou até mesmo alterar essas condições” (KITTLER, Friedrich. *Protected...* op. cit., p. 210 – tradução livre).

A contar do *nomos* da nova era midiática, o arquivo deixa de simplesmente funcionar como representação do mundo, pois o próprio mundo se torna, literalmente, arquivo-Mundo. Os níveis ontológico e epistemológico se descobrem condicionados por uma dimensão política associada ao papel e à infraestrutura da mídia digital, como descrito nos momentos anteriores. A nova mídia forma um diagrama que estabelece um regime de visibilidade (interface) e de enunciação (endereçamento), pelo que, para ser ou saber no âmbito da Computação e Internet, é exigida a submissão às idiossincrasias do *a priori* técnico-tecnológico à disposição.

A (dia)gramática imanente desenhada pela passagem em direção ao campo semântico descreve uma espécie de “cristalização”. O prefixo “*διὰ*”⁵⁰⁰ deve ser entendido neste momento como indicando um movimento específico, o movimento de uma *passagem* que, a despeito do nome e da impressão vulgar, sempre já ocorreu em alguma medida e ainda assim não esgotou sua potência. Uma passagem que se faz de ponto para ponto, de linha para linha, de plano para plano, desde um tempo-espaco de percepção maquínica, agenciando atualizações da mais diversa ordem, não de uma vez por todas, mas como na hipótese de uma “individuação como processo”⁵⁰¹ capaz de coalescer as dinâmicas (a) de atualização do virtual e (b) de virtualização do atual, desde um plano de consistência desenhado a partir do encadeamento de (micro)transistores, em última instância unicamente capazes de ligar e desligar.

Essa individuação implica, porém, que nenhuma atualização específica pode ser completa. Algo de virtual permanece ao longo de todo o caminho. O sistema (e para isso não importa a topologia assumida) mantém contato *direto*, *constante* e *imediatamente* com um plano de consistência virtual que lhe oferece

⁵⁰⁰ O radical “*διὰ*” possui o sentido de um “atravessar” (*to go through, hindurchgehen*), o que aqui é denotado pela noção de “passagem”. Nesse sentido, conferir uma definição técnica: “*διὰ*, poet. *diai* (Aeol. *ξά*, q.v.), Prep. governing gen. and acc. – Rad. sense, through; never anastrophe. (...)” (LIDELL, Henry George; SCOTT, Robert A. Greek-English Lexicon. Oxford: Clarendon Press, 1996, p. 388). O mesmo sentido de passagem pode ser evidenciado pelo léxico heideggeriano, como no seguinte trecho: “*Platão nos fala da διάνοια (que vem de νοῦς e διὰ), o que pode ser traduzido por pensamento. διάνοια = percorrer algo dado, imiscuir-se, de modo a promover a busca detida, em todas as direções, a respeito do ‘como é’ e do ‘que é’ esse algo*” (HEIDEGGER, Martin. *Vom Wesen der Wahrheit. In: Sein und Wahrheit. Gesamtausgabe. II. Abteilung: Vorlesungen*, Band 36/37. Frankfurt a.M.: Vittorio Klostermann, 2001, p. 245).

⁵⁰¹ A inspiração para essas considerações, são claramente originadas nas seguintes considerações de Deleuze e Parnet: “*Essa troca perpétua entre o virtual e o atual define um cristal. É sobre o plano de imanência que os cristais aparecem. O atual e o virtual coexistem e entram em um circuito estreito que nos leva constantemente de um ao outro. Não se trata mais de uma singularização, mas de uma individuação como processo, o atual e seu virtual. Não se trata mais de uma atualização, mas de uma cristalização*” (DELEUZE, G.; PARNET, C. *L’Actuel... op. cit.*, p. 184).

múltiplas linhas de fuga⁵⁰². Pode-se dizer, com Simondon, que o processo de diferenciação é constantemente agenciado por esse virtual.

Os regimes de interface e endereçamento são constituídos, de ponta a ponta, por semelhantes *processos de cristalização*. Por um lado, a desintegração das diferentes realidades pressupostas pelas diferentes mídias no século XIX (o áudio, a imagem e o texto) em unidades elementares (i.e., figuras/bits homogêneos), por outro, a sedimentação de *simulacros* de mundo, *bit by bit*, fato que vem redefinir toda e qualquer relação possível com o pretense “original”.

Computação e Internet são responsáveis pela proliferação de simulacros, uma disseminação que, todavia, não se faz exclusivamente em favor de uma decodificação e desterritorialização, mas também pressupõe a possibilidade de coalescer em uma imagem coerente da realidade, uma coerência, como sugerida acima, *by design*. Essa imagem complexa do cristal constituído sobre uma síntese-disjuntiva é essencial para destacar o paradoxo no qual estão inseridas as novas mídias em relação ao mundo físico pleno de virtualidades e aos demais projetos de estratificação disponíveis, entre disseminação e sedimentação.

A glossemática de Hjelmslev, descrita anteriormente, confere à Computação um modelo teórico imanente para o *World design*. Passo a passo, a semiótica a-significante e altamente entrópica passa por processos de individuação ou defasagem (Figuras/Bits → Bytes [KB, MB, GB, TB, PB...] → Signos → Linhas/Faces → Planos → etc.), permitindo assim a afirmação de toda uma série de topologias a partir da diferenciação entre expressão e conteúdo, forma e substância, sistemas e processos, enfim. Pensando à luz dos processos histórico-maquínicos, pode-se resumir a complexidade da hiperestrutura em questão, da seguinte forma: *a despeito de toda a estrutura de sobrecodificação semântica das plataformas e programas, construída camada a camada a partir de uma axiomática dos protocolos, a base do sistema é toda calcada em uma arquitetura rizomática*.

Se a atual era midiática pode ser definida como aquela responsável pela coalescência dos diferentes suportes midiáticos à disposição no início do século XX (indicadas pela tríade *gramofone, filme e máquina de escrever*) no digital⁵⁰³,

⁵⁰² Importante lembrar que a estrutura rizomática não implica unicamente o sem-sentido ou o a-significante, ao contrário do que se poderia imaginar. É possível que o rizoma coalesça em significado e sentido. A respeito, cfr.: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mille... op. cit.*, p. 16.

⁵⁰³ Kittler associa diretamente a evolução midiática no século XX às duas Guerras Mundiais ocorridas no período. A respeito conferir: “A história mundial é consumada como uma associação mundial de máquinas de escrever. O processamento de sinal digital (DSP) pode ter início. Somente não é muito bem revelado pelo seu slogan ‘pós-história’, que o início e o fim de toda inteligência artificial é a guerra. Para resolver a história mundial (enquanto uma questão de

não menos verdade que a dinâmica própria ao digital não se contenta em simplesmente desintegrar as representações do mundo em *bits* e *bytes*, afinal, a tarefa de digitalização é acompanhada *pari passu* por uma outra dinâmica paralela, mas em sentido oposto, propriamente computacional⁵⁰⁴, que todavia é responsável por reintroduzir a *impressão* do contínuo, conferindo novamente uma camada semântica ao Mundo. A imagem que surge é aquela do “*mundo se refazendo em ondas, bit por bit e pedra por pedra*”⁵⁰⁵.

Num contexto técnico em que, para ser e saber, há a necessidade de submissão aos específicos regimes de visibilidade (interface) e de enunciação (endereço) à disposição da nova mídia, a relação política que se estabelece entre Estados e cidadãos, entre dominadores e subjugados, entre classe dominante e classe dominada, i.e., as relações de soberania, é atravessada por todo um conjunto diferente de signos que reverberam entre si de forma totalmente outra, conformando um novo *nomos* (não mais “telúrico”, não mais “talássico”). Trata-se do *nomos* da nuvem.

Como nota característica desse novo *nomos*, os processos, passagens, defasagens e cristalizações não se operam de uma vez por todas. A diagramática

comando sigilosa e de determinações literárias para seguir em frente), o sistema das mídias procede em três fases. Fase 1, desde a guerra civil americana, foram desenvolvidas as técnicas de registro para a acústica, óptica e escrita: filme, gramofone e o sistema homem-máquina da máquina de escrever. Fase 2, desde a primeira guerra mundial, foram desenvolvidas as técnicas de transmissão elétrica para diferentes conteúdos de mensagem: Rádio, Televisão e seus gêmeos secretos. Fase 3, desde a segunda guerra mundial, a técnica computacional sucedeu aquela dos tipos móveis, da máquina de escrever; a partir da definição matemática de computability, que Turing desenvolveu em 1936, é que surgiu a noção de computador. Técnica de registro, de 1914 até 1918, denominava-se estritamente guerra posicional [Stellungskrieg], nas trincheiras de Flandres até Gallipoli. Técnicas de transmissão, com transmissão-VHF e imagens de radar, essas invenções paralelas à televisão, denominavam-se mobilidade total, motorização e guerra instantânea [Blitzkrieg], desde Weichselbogen, em 1939, até Corregidor, em 1945. O maior programa de computador de todos os tempos fechou essa conjugação de ‘procedimento de teste’ e ‘procedimento militar’, conhecido como Strategic Defense Initiative. Registro/Transmissão/Computação, ou Trincheira/Mobilização/Estrelas. Guerras mundiais, de 1 até n” (KITTLER, F. *Grammophon...* op. cit., p. 352 – tradução livre).

⁵⁰⁴ A lógica computacional, como já descrito anteriormente, é tributária das contribuições de Church/Turing ao *Entscheidungsproblem* de Gödel. Por “propriamente computacional”, aponta-se para a seguinte dimensão do problema: “Enquanto a máquina hipotética de Turing demonstrava os limites matemáticos da computação formal, demonstrou também que todos aqueles problemas que podiam ser capturados e exprimidos simbolicamente por meio de uma redução das variáveis racionais (...) poderiam ser simulados e resolvidos por uma máquina projetada para fazê-lo, desde que lhe fosse dado tempo, materiais e energia para tanto. Qualquer coisa exprimida em informação computacional, independentemente da aparência natural, identidade linguística, ou economia de valores, poderia ser processado por uma máquina informática universal, programada para fazer exatamente isso, desde que seja fisicamente capaz de conduzir suficientes operações nesse sentido. (...) Os problemas surgem quando a noção de que as coisas são formalmente equivalentes pela sua computabilidade compartilhada se desloca para a afirmação de que são, portanto, ontologicamente equivalentes, ou mesmo culturalmente e economicamente equivalentes” (BRATTON, B. op. cit., p. 79 – tradução livre).

⁵⁰⁵ “O mundo se refazendo a si próprio em ondas, pouco a pouco [bit by bit], pedra por pedra” (Idem, p. 76 – tradução livre com complementação em colchetes).

formada pela nova era midiática implica a construção de uma estrutura responsável por impor suas fronteiras, ao mesmo tempo em que as atravessa absolutamente desde um plano de imanência. A mídia digital, consciente ou não, permite *reverter* decisões (novamente, conscientes ou não) em uma espaço-temporalidade hiperbólica (i.e., não-euclidiana). O novo *nomos* não é definido somente por fronteiras postas, mas pela capacidade de atravessar, impor ou reverter toda decisão sobre fronteiras previamente fixadas ou sobre os acessos anteriormente estabelecidos.

Não se trata de qualquer suspensão da ordem normal, já que a pressuposição da exceção está em que uma certa “normalidade” é vigente. Uma *impressão* de suspensão de uma dada normalidade é o máximo que se pode conceder neste momento, o que não é pouco, diga-se. Não se trata tanto da suspensão da ordem, ou de uma suposta “tomada do fora” (*Ausnahme*), mas de um *design* “schizo” que pode tanto excluir como incluir, apagar e desenhar, matar e criar, enfim, modular a realidade a tal ponto, de forma a impor uma espécie de equalização de tudo o que com ela se relaciona, seja por meio do cancelamento, seja por meio do reforço da frequência dos corpos em relação mútua, em conformidade a uma modulação (ou deformação) universal⁵⁰⁶.

Ao realizar o movimento do discreto em direção ao contínuo, i.e., ao coalescer em diferentes regimes de interface e endereçamento, Computação e Internet reintroduzem aquilo que foi inicialmente excluído pela técnica de *packet switching*: as redundâncias, a semântica, a autoria/autoridade, as assimetrias, a dominação. A partir do momento em que essa camada de contínuo é assentada, o sistema *conjura* o acesso irrestrito ao código-fonte ou às condições de possibilidade das plataformas. A partir de então, com a instauração de uma coerência semântica, é necessário limitar o acesso ao fundamento do sistema⁵⁰⁷. Essa conjuração do acesso é agenciada em toda a sua condição paradoxal pela lógica de interface e endereçamento da rede.

É nesse contexto que se introduz o problema da relação sistema-usuário. O grande desafio do sistema informacional é o de garantir a cada usuário o acesso

⁵⁰⁶ DELEUZE, G. *Post-scriptum...* op. cit., pp. 243 e 246.

⁵⁰⁷ “A informática, em outras palavras, é aparentemente confrontada internamente com o sigilo de informação. No terreno do código, ao qual a informática deve recorrer factualmente, mesmo quando a teoria possa (ou deva) desenvolver outros modelos completamente diferentes, a descodificação da vontade e do conhecimento do desenvolvedor do programa é tanto possível quanto rara. Visivelmente, o fantasma do homem, mesmo muito após o fim do monopólio do livro e da autoria, garante que as perspectivas ou mesmo as considerações de proteção continuem a ser plagiadas, ao invés de atingir o ponto da quebra e decifração dos códigos” (KITTLER, F. *Protected...* op. cit., p. 221).

às funcionalidades à disposição, ao mesmo tempo em que limita o acesso aos fundamentos da plataforma. Cada usuário deve ser individuado em uma experiência *personal* de acesso e para tanto o sistema deve permitir que vários usuários possam utilizá-lo ao mesmo tempo. Tanto a plataforma sobre a qual o sistema está inserido deve ser protegida de uma ação direta de todo e qualquer usuário, como cada usuário deve ser capaz de gozar de uma experiência distinta da dos demais. Para que essa impressão seja possível, é necessário que o Computador seja capaz daquilo que Kittler sugere como sendo o *multitasking*, i.e., a plataforma deve ser capaz de lançar o usuário em uma *simulação*.

A simulação é de semelhante ordem àquela do ouriço e do coelho, no conto dos irmãos Grimm⁵⁰⁸⁻⁵⁰⁹. Na verdade, porém, a mídia digital leva essa fábula a um outro nível. No conto, o casal de ouriços consegue enganar o coelho, fazendo-o crer que, a despeito das pernas tortas de seu oponente, sempre chega por último. No âmbito da mídia digital, porém, para além de ser enganado quanto a seu oponente, o usuário também crê ser o único coelho a correr contra o mesmo ouriço. Ou melhor, mediante a funcionalidade do *multitasking*, o sistema é capaz de oferecer uma experiência segmentadora/individualizadora a cada usuário, separadamente, ao mesmo tempo em que esconde de cada usuário toda a mecânica que confere a impressão de rapidez e fluidez no uso do sistema.

Ou seja, a experiência das passagens não está disponível para todo e qualquer um, a todo e qualquer momento. Uma vez estabelecido o acesso à plataforma como um todo de sentido, o usuário não possui, em regra, mecanismos para vislumbrar a condição de possibilidade do programa e da plataforma. Como diz Kittler, a despeito de a invenção de Turing ser *a priori* essencialmente contrária às noções de propriedade, autoria e subjetividade, não se poderia fechar os olhos para a realidade e deixar de reconhecer que, no seio das novas mídias, encontra-se uma forma para reintroduzir o “espírito”, o “sujeito”, o “autor” e a “autoridade”

⁵⁰⁸ A fábula “O ouriço e o coelho” (*Der Igel und der Hase*) é de autoria dos irmãos Wilhelm e Jacob Grimm e já se encontra, há muito, em domínio público. Segundo a estória, em uma bela manhã, o coelho insulta o ouriço por suas pernas tortas. Como resposta, o ouriço desafia o coelho para uma corrida, assegurando-o que, a despeito das pernas tortas, consegue vencer do coelho. Quem ganhar a corrida, ganha uma moeda de ouro (uma *Louis d’or* ou, “Lujedor”) e uma garrafa de vinho. Antes do início da corrida, porém, o ouriço combina de deixar sua esposa, vestida como seu marido, na chegada, aguardando o coelho. Assim, o coelho é surpreendido com o ouriço de pernas tortas, que lhe aguarda na chegada e diz: “*Eu já estou aqui!*” Indignado por ter perdido, o coelho aposta nova corrida e volta o mesmo caminho, correndo. Ao chegar novamente no fim do percurso, depara-se com o “mesmo” ouriço das pernas tortas quem diz: “*Eu já estou aqui!*” O coelho aposta mais 72 revanches, correndo por todo o canto, mas sempre com o mesmo resultado. Na septuagésima quarta revanche, porém, não suporta tanto esforço físico e morre.

⁵⁰⁹ “O multitasking deve agir como o ouriço na fábula, de modo tanto a apresentar ao usuário a imagem de que um único ouriço ou processo é implicado, mas sobretudo, que esse único processo somente diz respeito a um único coelho ou usuário” (*Idem*, p. 212 – tradução livre).

na equação. O desenvolvimento de todo um arcabouço teórico e institucional para a proteção dos *copyrights* incidentes sobre *software* são exemplo de como se encontra, no contexto da mídia digital, um modo de capitalizar e capturar.

Para ser mais exato, é preciso destacar que a despeito da base *rizomática* da nova tecnologia e da estrutura *axiomática* que fundamenta a Internet (a “protocológica” *open source* exaltada por Galloway⁵¹⁰), o âmbito semântico ora em consideração consolida uma relação de *assimetria* entre usuário e sistema. Essa assimetria é tanto *condição*, como *produto* do processo de *sobrecodificação* da nova tecnologia. A construção de uma estrutura semântica impõe, mais que uma “diferença”, um “diferencial” entre dois polos conectados entre si inexoravelmente, quais sejam: o usuário e o sistema. Um diferencial assegurado *criptograficamente*.

A sobrecodificação descrita é responsável pela instituição de uma limitação do acesso do usuário ao *código-fonte*. De fato, ao atingir o âmbito do sentido, o paradigma do “*open source*” das protocológicas não é mais vigente. Ao utilizar um aplicativo como o Google ou o Facebook, por exemplo, não é dado a qualquer pessoa simplesmente alterar as fórmulas e algoritmos que fundamentam a ação da plataforma de busca ou da rede social. O usuário, em suma, não pode reprogramar a plataforma livremente. Ao usuário é disponibilizada uma interface útil, a partir da qual buscas podem ser conduzidas sobre um material vasto de documentos, vídeos, áudios, enfim e relações podem ser estabelecidas para além do contato *tête-à-tête*. O que subjaz a essa superficialidade é mantido inacessível ao uso ordinário. Ou seja, ao usuário é garantida uma experiência individual, desvinculada da experiência dos demais usuários, na exata medida em que o sistema, ao dar a impressão de simplicidade e facilidade no uso dos comandos (i.e., ao ser assimilado à experiência de “*surfing*” ou de “navegação”), limita qualquer acesso mais significativo ao código-fonte.

Se é correto afirmar que ao nível mais basilar do *hardware*, i.e., no âmbito do próprio silício, a afirmação do *Outro do Outro*, assim como uma *Proteção da Proteção*, é impossível⁵¹¹, pois nada é a princípio proibido, por outro lado, a informática é confrontada, aparentemente *après coup*, com a limitação do acesso

⁵¹⁰ O sentido de axiomática trabalhado neste momento é fiel àquele de Robert Blanché em razão da desconfiança generalizada face à intuição. Mas também, lembra-se que, quando se fala de Internet, esse modelo axiomático é garantido por aquilo que A. Galloway chama de “Protocológica”. Os protocolos trabalhados por Galloway são, por definição, “*open source*”, como é o caso das RFCs enumeradas ao longo do capítulo anterior. Nesse sentido: “*Protocolo, por definição, é open source, termo conferido àquela tecnologia que torna público e acessível o código-fonte utilizado na sua própria criação*” (GALLOWAY, A. *op. cit.*, p. 171 – tradução livre).

⁵¹¹ A constatação é de Kittler, para quem: “*No próprio silício, livremente a partir de Lacan, não pode haver o ‘Outro do Outro’, o que implica afirmar que não pode haver também uma ‘proteção da proteção’*” (KITTLER, F. *Die Welt... op. cit.*, p. 218 – tradução livre).

por meio do uso de barreiras criptográficas, de modo a resguardar uma espécie de *arkanum* inacessível a partir do qual o programa e a plataforma podem reintroduzir a “subjetividade”, a “autoridade” e, em última instância, o “homem” e o “espírito”... todos como fundamentos *post mortem* da nova tecnologia.

Tal como Derrida sugere, o acesso ao fundamento (i.e., à *arkhé* ou ao *source code*) do arquivo é tanto protegida como escondida⁵¹². O arquivo é definido, mas somente *a priori*, por ser acessível a todo e qualquer um. De fato, um arquivo inacessível seria, *de jure* e em última instância, um paradoxo. Contudo, esse paradoxo somente se sustenta, *de facto*, na medida em que o arquivo é muito mais do que um mecanismo de classificação e mapeamento do mundo (*World-mapping*), mas é também responsável por construir mundos (*World-making*). Muito mais do que um privilégio “hermenêutico”, os *arcontes*⁵¹³ das mídias digitais são responsáveis pela reintrodução dos processos de subjetivação e subjugação, i.e., reintrodução das figuras do sujeito e do súdito.

Afinal, como destaca Kittler, ao escrever um texto no Microsoft Word, por exemplo, o usuário é mais um “súdito” da Microsoft e, nessa condição, não lhe é permitido questionar ou influir sobre a infraestrutura da plataforma, mas somente adotar aquelas possibilidades e instrumentalidades previamente estabelecidas⁵¹⁴.

Mas o que significa reintroduzir o homem, a subjetividade, o espírito, a autoridade, enfim, como fundamentos *post mortem*? De fato, como já avançado, a intenção é apresentar uma experiência habitual, uma experiência acolhedora. Apresentar, em suma, um *milieu* acessível ao usuário, que se reconhece e se sente protegido pelos signos colhidos ao longo do caminho. O usuário, inserido em um teste de Turing interminável, não pode deixar de atribuir características humanas à máquina e, ao fazer isso, passa a encontrar uma imagem refletida na tela do computador, a interface do *écran* se torna *speculum*.

⁵¹² “Proteger a si mesmo e, uma vez protegido, esconder-se” (DERRIDA, J. *Archive... op. cit.*, p. 03 – tradução livre).

⁵¹³ A expressão “arcontes” é mera tradução livre, derivada do uso que Derrida promove em *Archive Fever*. Conferir: “Como é o caso da palavra latina *archivum* ou *archium* (uma palavra utilizada no singular, como era o *archive* francês, empregado antigamente no masculino singular: um *archive*), o significado de ‘arquivo’, seu único significado, deriva do grego *arkheion*: inicialmente uma casa, um domicílio, um endereço, uma residência dos magistrados superiores, os *archons*, aqueles que comandavam. (...) Os *archons* são, antes de qualquer coisa, os guardiões dos documentos” (*Idem*, p. 02 – tradução livre).

⁵¹⁴ “É por isso que o Software, esse mercado de bilhões de dólares promovido com um dos elementos mais baratos da terra, não admite que o suposto ‘homem’ adentre nos segredos do correspondente Hardware. É possível escrever ensaios inteiros com o WORD 5.0, em um aparelho No Name AT 386 (como é oportunamente denominado), sob a regência do Microsoft DOS 3.3, sem que a estratégia do engodo seja sequer intuída. Pois o homem escreve – como o ‘sob a regência’ denuncia – como um sujeito ou súdito da Microsoft Corporation” (KITTLER, F. *Die Welt... op. cit.*, p. 208 – tradução livre).

Nesse contexto, o teste de Turing trespassa todos os limiares, pois a máquina passa a apresentar o paradigma da subjetivação humana. Se o teste de Turing enquanto fundamento da moderna computação lança o homem no *infamiliar* (*Unheimlich*) por ter de decidir se seu interlocutor é uma pessoa ou um autômato⁵¹⁵, a passagem para o plano semântico banaliza a própria situação, tornando-a pouco ameaçadora. Exercendo um filtro, entre a experiência maquínica/a-significante em direção à experiência semântica, i.e., em direção à impressão de contínuo, o mundo se descobre povoado por uma série de entidades antropomorfizadas, uma nova espécie de panteão, perante o qual, *Alexa* e *Siri*, cada qual como uma espécie de Deus que pode ser ouvido (e ouvir!) mas não ser visto ou tocado, são meros exemplos⁵¹⁶.

O limiar em direção a um outro design de mundo possível torna-se o *espelho* no qual o usuário deve recompor o sentido de seu corpo desintegrado. Um processo de identificação narcísica passa a ser verificado⁵¹⁷. Paralelamente a essa identificação, como seu conseqüência necessário, inclusive, o usuário passa a servir como uma *engrenagem* bem colocada no contexto de agenciamentos “homens-máquinas”. Ao lado da *sujeição social*, verifica-se um *sistema de servidão generalizado*⁵¹⁸.

Em meio a todas as passagens, portanto, é inserida uma *aporia*, uma não-passagem, uma espécie de *gap*. Imaginar que essa instância aporética seria uma

⁵¹⁵ “‘Um dos artificios mais seguros, para despertar facilmente efeitos infamiliars por meio de contos’, escreve Jentsch, ‘consiste em deixar o leitor na incerteza se ele tem diante de si, em uma determinada figura, uma pessoa ou um autômato, de tal modo que, de fato, essa incerteza não aparece diretamente no ponto central de sua observação, com isso ele não seria imediatamente estimulado a investigar e esclarecer as coisas, porque, assim, como se diz, o efeito específico desse sentimento diminui. E. T. A. Hoffman, em suas peças fantásticas, desempenhou, com êxito, essa manobra psicológica’ (FREUD, S. O Infamiliar... op. cit., p. 49/51).

⁵¹⁶ Segundo diagnóstico de Benjamin Bratton: “É possível que a retirada da prioridade em torno do usuário humano, sujeito no Stack, como um todo, torne-se bem menos assustadora pelas interfaces que convidam à empatia antropomórfica e à identificação. Ao tempo em que escrevo, Siri para o iOS é uma versão icônica dessa nova forma de interface. A significância não é somente ante o fato da ativação pela voz antes que pelo clique do mouse, ou pelo fato de responder às demandas dos usuários na sua língua sintética, mas pelo fato de ter sido projetada como uma forma incipiente de personalidade artificial humana” (BRATTON, B. op. cit., p. 277 – tradução livre).

⁵¹⁷ “Não fossem os sistemas computacionais circundados por um entorno formado pela linguagem comum, não haveria necessidade de um Software. A interface do usuário, sozinha, garante à humanidade que padeça daquele narcisismo típico, segundo o qual se imagina que tudo aquilo que existe, existe e foi posto ali para servir ao homem” (SIEGERT, B. Relais... op. cit., p. 292).

⁵¹⁸ “Se as máquinas motoras constituíram uma segunda era da máquina técnica, as máquinas da cibernética e da informática formam uma terceira era que recompõe um regime de servidão generalizado: os ‘sistemas homens-máquinas’, reversíveis e recorrentes, substituindo as antigas relações entre os dois elementos; a relação do homem e da máquina se faz em termos de comunicação mútua interior e não mais a partir do uso e da ação” (DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mille... op. cit., p. 572 – tradução livre).

espécie de exceção que confirma a regra seria simplesmente equivocado. Na verdade, o aporético constrói um *centro* para si, de modo a exercer uma força gravitacional sobre todo o demais. Trata-se de uma *vis attractiva* responsável pela seleção de fluxos, agindo como um *switch* e, no contexto dos desenvolvimentos constantes dos capítulos anteriores, essa dimensão aporética (também) se constitui num *relais*.

Se a passagem do analógico para o digital foi mediada pelo *transistor*, i.e., por um *relais* capaz de cindir o canal e a mensagem e de diferenciar signo e sinal, então a passagem do discreto a-significante para o contínuo semântico permite identificar uma outra espécie de *relais* que, da experiência maquínica, recompõe a imagem do sujeito, do homem, do autor, da autoridade e, enfim, do Estado. A esse *relais* se dá o nome, neste momento, de *aporia*.

6.2

A HIPÓTESE DO URSTAAT E A CAPTURA

A nota característica da passagem que se processa do plano a-significante em direção ao plano semântico pressupõe, necessariamente, a submissão das potências das novas mídias a um processo histórico-maquínico de sobrecodificação (i.e., de *captura*), perante o qual, a despeito do diagnóstico inicial, Computação e Internet reintroduzem os problemas associados à subjetividade, ao espírito, à autoria e, naquilo que é determinante neste momento, ao Estado. Não se trata de uma singela repriminção de categorias tradicionais associadas ao humanismo clássico ou moderno (para utilizar a periodização de Foucault⁵¹⁹), mas de um novo *datum* histórico a ser equacionado em função das potencialidades à disposição, desde o *a priori* midiático no qual está inserido. A nova mídia, ao conferir uma impressão de contínuo, o faz na medida da (re)introdução do problema da transcendência e, em *última instância*, do problema

⁵¹⁹ Em *Les mots et les choses*, Foucault promove a famosa periodização a partir da qual lhe é possível datar o surgimento do homem e, conseqüentemente, o limiar da *epistémè* da modernidade. Não se trata, por óbvio, de afirmar que o homem *tout court* surgiu somente com o século XIX, mas sim que uma específica conformação do tema “homem” ganhou consistência a partir de então. A respeito, conferir: “Ainda que o ‘humanismo’ da renascença e o ‘racionalismo’ dos clássicos tenham conferido um lugar privilegiado aos humanos na ordem do mundo, eles não puderam pensar o homem” (FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard, 1966, p. 329).

do Estado. Em suma, a transcendência aqui em questão também é condicionada pelo *a priori* midiático.

Para o equacionamento da relação entre contínuo-transcendência-Estado é necessário levar em consideração uma das principais teses políticas desenvolvidas em *Mille Plateaux*, qual seja, aquela que sugere o papel do capitalismo no renascimento do denominado “*Urstaat*”⁵²⁰.

O *Urstaat* é a hipótese lançada para agenciar o problema da origem do Estado. Às questões irrespondíveis, tanto *de facto* como *de jure*, a respeito de quando o Estado (ou a forma-Estado⁵²¹) passou a existir, Deleuze e Guattari sugerem uma perspectiva cética em comparação às respostas tradicionalmente oferecidas⁵²² (sendo possível pensar tanto na resposta dada pela arqueologia que busca datar o momento exato do surgimento do primeiro Estados, como por aquelas conferidas pelos contratualismos na filosofia-política tradicional), no sentido de desenvolver uma metanarrativa capaz de acomodar tanto as exigências empíricas como transcendentais e dar a devida conta tanto das questões levantadas em torno do problema, como das respostas que não cansam de ser oferecidas para solucioná-lo. Em suma, a proposta de Deleuze e Guattari é a de radicalizar o estatuto do problema.

A respeito, conferir:

É preciso dizer que o Estado sempre existiu, e de forma bem perfeita, bem formada. Quanto mais os arqueólogos descobrem, mais descobrem impérios. A hipótese do *Urstaat* é aparentemente confirmada, “o Estado, se bem compreendido, remonta aos tempos mais recolhidos da humanidade”. Não somos capazes de imaginar sociedades primitivas que não tenham tido contato com Estados imperiais, seja na periferia ou em zonas mal controladas. No entanto, mais importante, é a hipótese inversa: que o Estado propriamente dito sempre existiu em relação a um exterior, e é impensável independente dessa condição. A lei do Estado não é aquela do Tudo ou Nada (sociedades com Estado ou sociedades contra o Estado), mas aquela do interior e do exterior. O Estado é a soberania. Mas a

⁵²⁰ “*Cidade de Ur, ponto de partida de Abraão ou da nova aliança. O Estado não se formou progressivamente, mas já surgiu todo armado, golpe de mestre em uma só oportunidade, Urstaat original, modelo eterno daquilo que todo Estado quer ser e deseja*” (DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Anti-Œdipus...* op. cit., p. 261 – tradução livre).

⁵²¹ “*O problema não é, então, aquele de uma anterioridade cronológica, mas de uma cisão do tempo que define a relação do Estado com sua própria historicidade – um ‘ao lado’ da forma-Estado com relação à sua realidade histórica concreta –, de forma que cada Estado aparece na reatualização de um Estado original latente e pressuposto, já requerido por seu próprio começo histórico, ainda no horizonte de suas evoluções históricas ulteriores, alcançando um efeito de eternização que toma corpo com seu ser-objetivo na história das sociedades*” (SIBERTIN-BLANC, G. *Politique...* op. cit., p. 28/29 – tradução livre).

⁵²² “*(...) [A]s teses sobre a origem do Estado são sempre tautológicas*” (DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mille...* op. cit., p. 532 – tradução livre).

soberania não reina senão sobre aquela parte que ela pode interiorizar, de se apropriar localmente⁵²³.

Segundo essa tese, portanto, o Estado não se formou gradual e progressivamente, mas já surgiu “todo armado”, já nasceu “adulto”, a partir de um golpe de mestre que se deu uma única vez e para todo o sempre na história política. O Estado não preexiste aos seus aparelhos, da mesma forma que os aparelhos não preexistem ao Estado. Assim, não há de se falar em instituição de impostos, da renda ou do lucro, antes da instituição do Estado, da mesma forma que não se pode falar em Estado antes da instituição dos aparelhos de captura. Trata-se de um paradoxo que não deve ser simplesmente rechaçado, mas assumido e radicalizado.

A aporia, caracterizada neste momento pelo *double bind* associado ao surgimento do Estado, não é mediada pelo signo da falta, mas pelas noções de agenciamento e desejo maquínico. A aporia põe a questão da “produção de produção”. Ou seja, a aporia não está em busca ou à espera de uma solução, da mesma forma que as consequências dela decorrentes não podem ser inscritas no contexto do regime causal, sob pena de grave incoerência. A aporia funciona como um *relais*, responsável pela seleção de fluxos de sinais, produzindo uma mais-valia “de sinal”, antes mesmo que uma mais-valia de código. É essa mais-valia que é alvo da captura estatal. É a partir de então que o corpo desintegrado é reconstituído *après-coup*, a cada nova *query*, seja ela realizada no XKEYSCORE, seja no Google.

Com a fixação da tese, Deleuze e Guattari são capazes de afirmar a captura como sendo o processo histórico-maquínico característico da forma-Estado. A operação da captura é da essência da forma-Estado, portanto. Captura que se define, curiosamente, pela criação daquilo sobre o quê a própria captura será efetuada. Trata-se de uma operação semiológica por excelência. O Estado é responsável por introduzir uma espécie de semiologia geral, um paradigma (*étalon*) responsável pela sobrecodificação das mais diferentes formas de manifestação da experiência social primitiva. Trata-se de uma impressão de

⁵²³ “É preciso dizer que, sempre houve Estado, desde sempre bastante perfeito, com formação bastante definida. Quanto mais os arqueólogos descobrem, mais descobrem impérios. A hipótese do Urstaat parece verificada, ‘o Estado, bem compreendido, remonta aos tempos mais recuados da humanidade’. Mal somos capazes de imaginar sociedades primitivas que não tenham tido contato com Estados imperiais, na periferia ou mesmo em zonas mal controladas. No entanto, mais importantes, é a hipótese inversa: que o Estado propriamente dito desde sempre esteve em relação com um fora, e não é pensável independentemente dessa relação. A lei do Estado não é aquela do tudo ou nada (sociedades com Estado ou contra o Estado), mas aquela do interior e do exterior. O Estado é a soberania. Mas a soberania não reina senão sobre aquilo que ela é capaz de interiorizar, de se apropriar localmente” (Idem, p. 445 – tradução livre).

après-coup, que se opera em dois estágios conceituais sequenciais, quais sejam: (1º) o estágio de comparação direta e (2º) o estágio de apropriação, de modo, contudo, que sempre a comparação pressupõe a apropriação e não o inverso. A temporalidade do Estado é *out of joint*, o fantasma se converte em delírio⁵²⁴.

Essa captura é exercida a partir de dois paradigmas, quais sejam: (a) a servidão maquínica e (b) a subjetivação social. Esse duplo regime não é uma característica essencial do capitalismo, ao contrário do que sugere Lazzarato⁵²⁵, mas do próprio Estado. Em suma, é o Estado quem promove dinâmicas de servidão e de sujeição.

Segundo Deleuze e Guattari: (a) “*existe servidão na medida em que os homens são eles próprios as peças constitutivas da máquina, que eles compõem entre si e com outras coisas (animais, utensílios), sobre o controle e direção de uma unidade superior*”⁵²⁶, ao passo que (b) “*há sujeição quando a unidade superior constitui o homem como um sujeito a se relacionar com um objeto que se torna exterior, quer esse objeto seja ele próprio um animal, um utensílio ou uma máquina*”⁵²⁷.

⁵²⁴ “A forma-Estado não pode compensar a impossibilidade de seu fechamento orgânico senão mediante um suplemento que não é mais fantástico no sentido próprio, mas literalmente delirante: não mais a forma-Estado como fantasma original, retrojetando o Estado como pressuposto de suas próprias condições materiais de emergência histórica (Estado, então, incondicionado), mas a forma-Estado como delírio da Ideia, ‘idealidade cerebral que se superpõe à evolução material das sociedades’, ‘princípio de reflexão (terror) que organiza em um todo tanto as partes, como os fluxos’, e que somente pode reencontrar aquilo que escapa a sua totalização na figura de um ‘fora’ absoluto, onde se inverte sua ‘Ideia’ (como Estado absoluto)” (SIBERTIN-BLANC, G. *Politique...* op. cit., p. 34 – tradução livre).

⁵²⁵ “O capitalismo é caracterizado por um duplo regime de subjetividade, a sujeição – centrada na subjetividade do sujeito individual –, e a servidão – que envolve uma multiplicidade de subjetividades e protosubjetividades humanas e não humanas. Apesar de heterogêneos, esses dois processos ou tratamentos da subjetividade são complementares, interdependentes e contribuem para o funcionamento do capitalismo” (LAZZARATO, Maurizio. *Signos, Máquinas, Subjetividades*. São Paulo: Sesc São Paulo; N-1 edições, 2014, p. 35). De fato, ademais, quase todas as suposições desta frase estão equivocadas, pois a sujeição não diz respeito a um sujeito “individual” necessariamente, a servidão também não envolve uma multiplicidade de “subjetividades” e, ao contrário do que pode parecer, não é que o binômio servidão-sujeição “contribua” para o funcionamento do capitalismo, mas o capitalismo, justamente pelo fato de ser caracterizado (isso sim!) por desafiar os limites impostos por ele próprio, é quem condensa as dinâmicas de individuação em duas fases, uma de servidão e outra de sujeição. Os termos “individuação” e “fase” são claramente empregados com inspiração em Simondon, não sendo o caso de esclarecer pormenores desses termos neste momento.

⁵²⁶ Tradução livre. Conferir trecho no original: “*Il y a asservissement lorsque les hommes sont eux-mêmes pièces constitutives d’une machine, qu’ils composent entre eux et avec d’autres choses (bêtes, outils), sous le contrôle et la direction d’une unité supérieure*” (DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mille...* op. cit., p. 570).

⁵²⁷ Conferir o trecho pertinente completo: “*Mas há sujeição quando a unidade superior constitui o homem como sujeito que se relaciona a um objeto que devém exterior, ainda que esse objeto seja, ele próprio, um animal, um utensílio ou mesmo uma máquina: o homem, então, não é mais componente da máquina, mas trabalhador, usuário..., é assujeitado à máquina e não mais subjugado à condição de servo da máquina. Não se trata de dizer que o segundo regime é mais humano. Mas o primeiro regime parece reconduzir, por excelência, à formação imperial arcaica: nela, os homens não são mais sujeitos, mas peças de uma máquina que sobrecondiciona o conjunto*”

Ou seja, se (a) no paradigma da *servidão maquínica*, o homem é inserido no contexto da máquina, como um de seus *elementos técnicos*, sob o controle de um agente de individuação considerado “superior”, capaz de dar sentido e unidade ao complexo “homem-máquina”, no (b) de *sujeição social*, a unidade “superior” é responsável por constituir o homem-sujeito que se relaciona a um objeto projetado (i.e., lançado para o exterior), de modo que o homem não necessariamente se constitui, neste caso, como elemento técnico, mas forma um *subconjunto* com relação ao seu objeto, seja ele um animal, um utensílio ou mesmo uma máquina, tudo de forma a que o sujeito seja, ele próprio, “assujeitado” pelo objeto, na condição de usuário, trabalhador, proletário, enfim⁵²⁸.

Se (a) no primeiro, o homem compõe a máquina como *elemento técnico*, de modo a instituir, mediante o funcionamento sinérgico, um indivíduo técnico, (b) no segundo, o *conjunto* superior constitui o sujeito na sua relação com o objeto, perante a qual a sinergia entre ambos se torna indesejável, pois destruiria a independência de cada um dos subconjuntos. A diferença entre um e outro paradigma está na relação que se estabelece entre homem e o seu meio, se de ressonância interna e causalidade recorrente entre elementos técnicos (*servidão maquínica*) ou se a relação se dá por determinação mútua ao nível do conjunto, todavia, sem a criação de um meio associado entre subconjuntos (*sujeição maquínica*).

Perceber que o homem não é necessariamente agenciado como *indivíduo* propriamente dito (no sentido de Simondon). *A priori*, ou o homem é considerado um *elemento técnico* no contexto da individuação da máquina, ou é considerado como um *subconjunto* constituído por uma unidade superior, que todavia é ainda

(isso que denominamos ‘*escravidão generalizada*’, por oposição à *escravidão privada da antiguidade*, ou à *servidão feudal*”) (*Idem*, p. 570/571 – tradução livre).

⁵²⁸ A definição de *elemento técnico* e *conjunto* são diretamente tributárias da análise de Simondon, levando em conta os diferentes estágios de concretização e de sobredeterminação funcional que confere consistência ao modo de existência dos objetos técnicos. Assim, Simondon pensa o processo de concretização em três níveis. O primeiro é o dos elementos técnicos, o qual corresponde a uma condição infra-individual, por não constituir para si um meio-associado que lhe garanta autonomia de funcionamento. Nesse nível, o objeto técnico não possui uma interioridade relevante. O segundo nível é aquele dos indivíduos técnicos, caracterizados pela formação de um meio associado que lhes garante uma vida própria, diferenciando-se assim dos meros utensílios responsáveis pelo agenciamento de forças que lhes são alheias. O indivíduo técnico, em razão de seu meio-associado, constrói para si um interior que se contrapõe e resiste às forças externas. O terceiro nível, por fim, é o dos conjuntos, situado em nível supra-individual, sendo responsável pela reunião de diversos indivíduos técnicos entre si, mas com a condição de agir sobre esses indivíduos de modo a impedir que formem um único meio associado englobante (o principal exemplo dessa condição seria o laboratório, segundo Simondon). Os conjuntos são responsáveis por relacionar diferentes indivíduos entre si e, assim, devem manter cada individualidade separada das demais, evitando a concretização técnica de todos pela formação de um único meio-associado determinante. A respeito, conferir: SIMONDON, G. *Du mode... op. cit.*, pp. 75/81; CHATEAU, J.-Y. *op. cit.*, p. 85/87.

assujeitado por algo que projeta para o exterior (mas não para um “fora” absoluto) – i.e., um *ob-jeto*. A individuação é um devir em meio a essas contingências, mas não constitui qualquer privilégio humano.

De fato, não é que o regime de sujeição seja mais “humano” em comparação ao de servidão, simplesmente é de se destacar que o primeiro conduz à ideia de “*formação imperial arcaica*”⁵²⁹, no qual a sinergia “*homem-máquina*” é tão desejável a ponto de inserir o homem, *tamquam* engrenagem, no contexto da máquina, ao passo que o segundo se torna proeminente nos “*modelos de realização da axiomática do capital*”⁵³⁰, no qual aquela sinergia é indesejável, em virtude da necessidade de preservação da relação de exterioridade entre subconjuntos⁵³¹.

Se o Estado arcaico, enquanto modelo teórico, prescinde do humanismo para o exercício da soberania, o modelo de Estado moderno é caracterizado pela *captura* do homem, *tamquam* sujeito, no seio de sua relação com um dado objeto.

A respeito, algumas considerações.

O Estado arcaico é caracterizado tanto por ser pouco diversificado, como por funcionar como uma “megamáquina”, também em virtude da assimilação de seus elementos em uma individualidade superior. A tese deleuzo-guattariana a respeito da captura é possível (e plausível) em virtude do fato de o Estado imperial constituir um interior para si, capaz de abarcar a tudo *de jure*, mas não *de fato*. É de se acrescentar ainda que justamente em razão da sobrecodificação é que o Estado arcaico permite o (e é condicionado pelo) surgimento dos fluxos selvagens.

Perceba-se, ademais, que a subjetivação do homem moderno, nos seus respectivos papéis sociais, não é todavia uma individuação de ordem superior, mas exatamente o mecanismo pelo qual toda individuação superior é *impedida*, de modo a que o conjunto possa se sustentar como tal, sem se tornar uma reedição de “Estado arcaico”. O Estado moderno, na condição de conjunto, deve zelar pela impossibilidade de seus subconjuntos instituírem uma nova ordem interna, i.e., deve mantê-los suficientemente afastados entre si, garantindo a cada

⁵²⁹ “(...) [O] primeiro regime parece reconduzir, por excelência, à formação imperial arcaica: nela, os homens não são mais sujeitos, mas peças de uma máquina que sobrecodifica o conjunto (isso que denominamos ‘escravidão generalizada’, por oposição à escravidão privada da antiguidade, ou à servidão feudal)” (DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mille... op. cit.*, p. 571 – tradução livre).

⁵³⁰ “Então, a sujeição social, como correlato da subjetivação, parece muito mais nos modelos de realização da axiomática do que na própria axiomática. É no quadro do Estado-nação, ou das subjetividades nacionais, que se manifestam os processos de subjetivação e de sujeição correspondentes” (*Idem*, p. 571/572 – tradução livre).

⁵³¹ O termo “sinergia” é utilizada no sentido da análise de Fourier, assim como para dar sentido à noção de *controle* (i.e., de “*feedback* negativo”) em Burroughs, apontando para duas noções diferentes de Estado.

subconjunto a manutenção de sua interioridade diferenciada em face dos demais. A subjetivação, portanto, é mecanismo que *impede* a individuação.

Pois bem. Esse esquema inicial desenha uma simples sucessão no tempo de dois regimes diferentes, um arcaico e outro moderno, torna-se ainda mais complexo, pois, ao pensar o Estado *contemporâneo*, Deleuze e Guattari sugerem que “[s]ubjetivação e servidão formam dois polos coexistentes, antes que dois estágios”⁵³². Ou seja, os Estados contemporâneos combinam *sujeição* e *servidão*.

Essa combinação, lembram Deleuze e Guattari, é consequência direta das novas tecnologias⁵³³, responsáveis pela criação de um sistema de servidão generalizado, que todavia não é contrário à sujeição, mas desde que ela seja realmente excessiva⁵³⁴. O homem passa a ser contabilizado duas vezes na lógica contemporânea, tanto na condição de *capital variável* (sujeito – trabalhador, cidadão), como enquanto *capital constante* (máquina – engrenagem)⁵³⁵⁻⁵³⁶.

Sobram exemplos dessa dupla conformação.

O paradigma da precarização da relação de trabalho não representa nada além de uma profecia autocumprida nesse sentido, tendo em vista o “precarizado”, esse excesso de sujeição, ser integrado ao mercado na medida em que é capaz de servir à plataforma digital a partir de uma integração perfeita com a máquina, compondo um sistema homens-máquinas. O precarizado é o morto-vivo da relação de trabalho, o ser humano que se inseriu na máquina a tal ponto que seu corpo não é nada mais além do que um invólucro da governança algorítmica. A plataforma Uber é exemplo perfeito dessa dinâmica.

⁵³² *Ibidem*, p. 573.

⁵³³ “Se as máquinas motoras constituíram uma segunda era da máquina técnica, as máquinas da cibernética e da informática formam uma terceira era que recompõe um regime de servidão generalizado: os ‘sistemas homens-máquinas’, reversíveis e recorrentes, substituindo as antigas relações entre os dois elementos; a relação do homem e da máquina se faz em termos de comunicação mútua interior e não mais a partir do uso e da ação” (*Ibidem*, p. 572 – tradução livre).

⁵³⁴ “Diríamos igualmente bem que um pouco de subjetivação nos afasta da escravidão maquínica, mas que muita [subjetivação] nos aproxima dela [da escravidão]” (*Ibidem*, p. 572 – tradução livre com complementação em colchetes).

⁵³⁵ “Na composição orgânica do capital, o capital variável define um regime de sujeição do trabalhador (mais-valia humana) tendo por quadro principal a empresa ou usina; mas, à medida em que o capital constante cresce proporcionalmente mais e mais, na automação, encontramos uma nova servidão, ao mesmo tempo em que o regime de trabalho muda, que a mais-valia se torna maquínica e que essa condição se estende à sociedade inteira” (*Ibidem*, p. 572 – tradução livre).

⁵³⁶ Em comentário, Lapoujade esclarece: “Não somos assujeitados às máquinas enquanto as utilizamos da maneira a mais ‘subjetiva’ – novas mônadas – mas somos subjugados no sentido da servidão com relação a elas, na medida em que esses usos se transformam se transformam instantaneamente em dados e alimentam algoritmos que favorecem a extensão do mercado mundial, sob uma forma mais imperialista do que nunca” (LAPOUJADE, D. Deleuze... op. cit., p. 245/246 – tradução livre).

Todavia, é com a generalização da posição do usuário, i.e., com a extensão do modelo a toda a sociedade, que essa dupla condição se torna ainda mais importante. O fenômeno da “uberização” não está restrito às relações de trabalho. Como já avançado nos capítulos anteriores, também há uma relação de mais-valia a implicar a relação do usuário com a plataforma. Afinal, (a) desde a perspectiva do usuário, a informação que lhe é disponibilizada é mais valiosa ao ser associada à plataforma, ao passo que, (b) desde a perspectiva da plataforma, o valor diferencial entre o arquivamento de todos os dados possíveis de seus usuários é muito maior que o custo da disponibilização da informação para um usuário em particular.

O Google é exemplo característico nesse sentido. A missão da companhia, de *“organizar as informações do mundo para que sejam universalmente acessíveis e úteis para todos”*⁵³⁷, aponta claramente nesse sentido, pois, como destaca Benjamin Bratton, *“[q]uando tudo é informação, organizar a informação significa organizar tudo”*⁵³⁸. A tarefa de busca da plataforma Google é paradigmática, pois retrata a passagem em direção ao sistema semântico, que prescinde em grande medida de qualquer familiaridade com os códigos para ser utilizada, permitindo aos usuários navegarem na (*surface*) *web* sem a necessidade de grandes conhecimentos dos fundamentos da computação, bastando digitar o que faz sentido buscar. A cada busca, a plataforma é enriquecida por absorver os dados da busca realizada (os metadados já mencionados, do tipo: Quem? O quê? Quando? Enfim), inserindo-os na sua computação para influenciar buscas futuras. Ainda segundo Bratton, o Google *“absorve capital cognitivo do intelecto coletivo de sua população de usuários, absorvendo valores de modo centrípeta para depois lança-los novamente para fora”*⁵³⁹.

Uma das grandes questões envolvendo as novas tecnologias está justamente na conformação das relações entre mercado e Estados, em face do surgimento das plataformas como infraestrutura da soberania no século XXI. Estados e mercados se tornam plataformas no sentido trabalhado em capítulo

⁵³⁷ Disponível em: <https://about.google/>, acessado em 20.02.2020.

⁵³⁸ “A missão declarada da companhia, de ‘organizar a informação mundial e torná-la universalmente acessível e útil’, em toda sua simplicidade, é o que de mais abrangente pode haver. Quando tudo é informação, organizar a informação significa organizar tudo” (BRATTON, B. *op. cit.*, p. 134 – tradução livre).

⁵³⁹ “(...) O Google absorve capital cognitivo do intelecto coletivo de sua população de usuários, extraindo valor de forma centrípeta para depois lançá-lo de volta na direção contrária” (BRATTON, B. *op. cit.*, p. 137 – tradução livre).

anterior. E é nesse contexto que é necessário apreciar o papel do capitalismo no renascimento do *Urstaat*.

Segundo Deleuze e Guattari,

*os Estados modernos do terceiro estágio restauram o império mais absoluto, nova “megamáquina”, qualquer que seja a novidade ou atualidade da forma que devém imanente, ao realizar uma axiomática que funciona, tanto por servidão maquínica, como por sujeição social. O capitalismo fez renascer o Urstaat, conferindo-lhe novas forças*⁵⁴⁰.

Ora, se os paradigmas de sujeição e servidão são típicos do Estado e das dinâmicas agenciadas por seus aparelhos de captura, não se pode desconhecer, entretanto, da confluência histórica entre Estado e o modo de produção capitalista. De fato, historicamente, o modelo capitalista não prescinde dos Estados, mas os transforma em “modelos de realização” de sua axiomática⁵⁴¹. É nesse contexto que o *Urstaat* renasce.

Ainda que a axiomática seja considerada tanto a forma especial das relações sociais no capitalismo, como o modo a partir do qual o capitalismo pensa a relação social⁵⁴², deve ser reconhecido que o processo histórico-maquínico do capitalismo não é a axiomática, mas a potência *ecumênica* e *englobante*. De fato, não é o capitalismo que dá sentido à potência englobante, mas o inverso⁵⁴³, assim como essa potência não se confunde com a potência de captura estatal, pois implica formações muito heterogêneas, capazes de capitalizar exatamente sobre essa heterogeneidade⁵⁴⁴. O capitalismo constitui uma espacialidade intermédia (e *inter-media*) entre as mais diversas formações políticas, econômicas e sociais, de

⁵⁴⁰ DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mille... op. cit.*, p. 574/575.

⁵⁴¹ “Com o capitalismo, os Estados não se anulam, mas mudam de forma e assumem um novo sentido: modelos de realização de uma axiomática mundial que os transcende. Mas transcender, não é, de forma alguma, dispensar... (...) O Capitalismo sempre precisou de uma nova força e de um novo direito advindo dos Estados para se efetuar, tanto ao nível dos fluxos de trabalho nu, como ao nível dos fluxos de capital independente” (*Idem*, p. 568 – tradução livre).

⁵⁴² “O conceito de axiomática é introduzido em 1972 para pensar, inicialmente, não somente a especificidade da relação social capitalista, mas a forma singular que o capital confere à ‘relação social’” (SIBERTIN-BLANC, G. *Politique... op. cit.*, p. 150 – tradução livre).

⁵⁴³ “Pois eles [i.e., os organismos internacionais] não esperaram o capitalismo para se formar: desde o neolítico, mesmo desde o paleolítico, encontramos traços de organizações ecumênicas que testemunham a existência de um comércio de longa distância, e que atravessam simultaneamente formações sociais das mais diversas (nos vimos isso a respeito da metalurgia)” (DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mille... op. cit.*, p. 542 – tradução livre).

⁵⁴⁴ “Ela não procede por homogeneização progressiva, nem por totalização, mas pela tomada de consistência ou consolidação do diverso como tal” (*Idem*, p. 543 – tradução livre).

modo instrumentalizar processos de captura, polarização, antecipação-conjuração e a própria máquina de guerra nômade⁵⁴⁵.

Se a condição ecumênica do capitalismo for levada às últimas consequências, Computação e Internet são, por excelência, a sua maior cristalização. A infraestrutura da nova mídia se serve de todos os processos histórico-maquínicos das demais formações sociais. O rizoma dos códigos binários e da conexão em rede, a axiomática da protocológica, a polarização globalizada propiciada pela rede de cabos de fibra óptica, a sobrecodificação da *web* semântica e do DNS, a conjuração do acesso irrestrito ao código-fonte, enfim, todos os processos histórico-maquínicos estão presentes nas mídias digitais. Computação e Internet são vetores da potência de englobamento, ou melhor, enquanto infraestrutura, compõem a condição de possibilidade contemporânea dessa potência.

Nesse contexto, o *Urstaat* renasce não necessariamente pelo suposto “retorno” do “sistema de servidão generalizado”, mas em decorrência (a) da capacidade que o capitalismo possui de produzir *white noise* (i.e., fluxo descodificado) e (b) de impor a sobrecodificação desse ruído. Ou seja, o *a priori* do renascimento do *Urstaat* é a mídia digital, ou melhor, o computador universal de Turing-Church. Se Estado arcaico é caracterizado pela liberação de uma grande quantidade de fluxos descodificados⁵⁴⁶, é na medida em que Computação e Internet disponibilizam tecnologia suficiente para proceder à captura do ruído, da entropia, ou ainda do metadado, que o delírio do *Urstaat* é atualizado e ganha uma realidade, no seio do modo de produção capitalista.

O que se definiu anteriormente como uma passagem em direção ao contínuo a partir da reinscrição semântica dos fenômenos digitais, somente é possível em virtude do processo de captura. Trata-se aqui, porém, de uma captura condicionada pela mídia digital. Pode-se falar de um processo de condicionamento mútuo. As definições de homem, de subjetividade, de autoria e de autoridade devem ser reconsideradas em virtude do ressurgimento do *Urstaat* em meio à Computação e à Internet. Pode-se ir além para sugerir que, mediando

⁵⁴⁵ “É nesse sentido que chamaremos de organização internacional tudo aquilo que possua a aptidão de atravessar formações sociais diversas, simultaneamente, tais como Estados, cidades, desertos, máquinas de guerra, sociedades primitivas” (*Ibidem*, p. 543 – tradução livre).

⁵⁴⁶ “O Estado arcaico não sobrecodifica sem liberar também uma grande quantidade de fluxos descodificados que lhe escapam. (...) Porém, de outro lado, é a sobrecodificação do Estado arcaico que lhe garante a própria existência e suscita novos fluxos que lhe escapam” (*Ibidem*, p. 560 – tradução livre).

a relação entre sujeição e servidão, não há nada mais que uma função algorítmica agenciada pela nova mídia.

Para o que importa para a presente tese, deve ser considerado que a impressão de contínuo que aqui se aprecia é, também, uma impressão de *après-coup*. Ou seja, a primeira passagem destacada nos capítulos anteriores, aquela operada do analógico em direção ao discreto, é condicionada pela segunda, a da semiótica a-significante em direção à ordem semântica. A segunda passagem, de fato, não é *de jure* posterior à primeira, mas constitui sua condição. E isso nos dois sentidos destacados acima para apresentar a tese do *Urstaat*, com sua temporalidade *out of joint*.

Compõe-se tanto uma pressuposição fantasmática do Estado a ser conjurada pelas suposições tanto ingênuas como combatentes que fundamentam a origem histórica da Internet (e ainda hoje são capazes de mover as ações de ativistas, como foi o caso de Snowden, por exemplo), como uma instituição de Estado enquanto “delírio da Ideia”, apto a instituir a paranoia como modelo de realização do ideal ancestral, capaz assimilar toda a realidade à lógica da nova era midiática, tal qual no movimento de *Quantified Self* (QS), mas, primordialmente, a partir da instituição do acordo UKUSA e, ao final, do FVEY. Se o *Urstaat* é o paradigma original, fantasmático e paranoico, de todo e qualquer Estado, os FVEY, mediante a assimilação das funções militar e de inteligência entre os Estados Unidos, Reino Unido, Canada, Austrália e Nova Zelândia, são a atualização *de fato* dessa virtualidade.

6.3

TRANSFORMAÇÕES DO CONCEITO DE SOBERANIA – PARA ALÉM DO MODELO DE ESTADO-NAÇÃO WESTFALIANO

A Computação e Internet, na condição de mídias englobantes e ecumênicas, na mesma medida em que agenciam uma nova forma de servidão generalizada, são agentes da superação do modelo de soberania exercido pela figura moderna do Estado-Nação⁵⁴⁷, definido basicamente por um território plano,

⁵⁴⁷ “A computação em escala planetária tanto distorce como reforma a jurisdição moderna e a geografia política, bem como produz novas formas de cada qual, à sua imagem e semelhança. Ela perfura e transcende algumas fronteiras, na mesma medida em que introduz e reforça outras, em novas escalas e em maior quantidade” (BRATTON, B. *op. cit.*, p. 05 – tradução livre).

em *loop* horizontal, sem espessura relevante, ao qual se alia uma população caracterizada por traços étnicos e culturais assemelhados e relacionados, sobre os quais o poder se firma e é exercido, em maior ou menor medida, em atenção ao que determina certo marco jurídico-político interno, em contraponto às relações internacionais estabelecidas com outros Estados-Nação⁵⁴⁸.

Ainda que seja difícil de estabelecer as origens do conceito, é possível adotar a datação de Benjamin H. Bratton a respeito, quando sugere que o Tratado de Paz de Westfalia, de 1648, pode ser tido como importante marco histórico⁵⁴⁹. Inobstante, sabendo que o conceito é evolutivo e que não é determinado de uma vez e para sempre, a genealogia tanto da noção de território, como daquela de população nacional, como pressupostos para a definição do Estado-Nação, pode ser também reconduzida ao seu *a priori* midiático, como aliás sugere Bernhard Siegert a respeito (a) tanto acerca da introdução da obrigação de uso do *courier* estatal/imperial (o denominado “*Postzwang*”), para o transporte de mensagens e pessoas, na Prússia da passagem do século XVII para o XVIII, como (b) com a introdução da *Penny Post*, i.e. da taxa territorial única, vinculada inicialmente às cidades e burgos e aos poucos assimilada às fronteiras nacionais, para a remessa e transmissão por *courier*, ressignificando a função dos diferentes entrepostos existentes no território de um mesmo Estado, a partir da experiência inglesa da segunda metade do século XIX.

Segundo o estudo de Siegert, a introdução do *Postzwang*, primeiro na Prússia e depois nos demais países europeus, implicava no “*dever do público de utilizar o correio estatal ou imperial quando em viagens ou quando da remessa de coisas*”. Não se tratava simplesmente de um monopólio do sistema de correio estatal/imperial, mas da instituição de uma obrigação de uso dos canais oficiais para a transmissão de determinadas mensagens e, inclusive, de pessoas. Em conformidade com Siegert, trata-se de uma “*medida de um Poder, que tomou para si a tarefa de governar a vida: o trânsito se torna objeto de uma política*

⁵⁴⁸ Essas características foram *grosso modo* consagradas juridicamente por meio da Convenção de Montevideo, de 1933, promulgada pelo Decreto Federal n. 1.570, de 13 de abril de 1937, em cujo artigo 1º se estabelece que um Estado, enquanto sujeito do direito internacional, possui as seguintes qualidades: (a) população permanente, (b) território definido, (c) governo e (d) capacidade de se relacionar com outros Estados.

⁵⁴⁹ “A moldura do Estado-nação, enquanto jurisdição nuclear, é um design – deliberado ou não – de uma arquitetura geopolítica derivada da partilha da geografia plana, separando e contendo domínios soberanos enquanto unidades discretas e adjacentes, em meio à superfície linear e horizontal. (...) Poderíamos encontrar vestígios desse design, dentre outros eventos definidores, no Tratado de Paz de Westphalia, de 1648, que formalizou esse diagrama particular de uma cartografia política achatada, instituindo alguns termos para a sua normalização subsequente e universalização parcial por todo o mundo” (*Idem*, pp. 05/06 – tradução livre).

populacional”, de modo que cada remetente se torna um “súdito dos canais de postagem”⁵⁵⁰.

Siegert acrescenta que a *Postzwang* prussiana ainda conseguiu a proeza de, num único golpe, assimilar institucionalmente o tráfego de coisas ao de corpos, de modo que o Estado foi alçado ao posto de garante tanto de sua tradução, como de sua transmissão⁵⁵¹. Assim, mediante a tradução e transmissão da mensagem, do sentido e, em última instância, da subjetividade íntima do remetente, a população é enredada pelo discurso⁵⁵².

Por meio da medida administrativa, a carta se torna expressão literária de primeira ordem e o correio, o canal de transmissão de um discurso circuitado pelo Estado e por seus aparelhos de polícia⁵⁵³. De aparelho de polícia a aparelho pedagógico, com a alfabetização dos europeus e a instituição de canais de transmissão confiáveis para a transmissão de conhecimento e discursos de sujeição, os correios são responsáveis pela criação do cidadão europeu, i.e., da noção de “Homem” como um súdito do Estado e do canal de transmissão, como um sujeito capaz de exprimir um discurso “interior”. Os correios como “técnica existencial”⁵⁵⁴.

⁵⁵⁰ A respeito de todas as referências contidas no parágrafo: “Quando a Prússia decretou, em 1975, na condição de ter sido o primeiro Estado a fazê-lo, a introdução da obrigação jurídica de uso do sistema postal estatal [Postzwangs], o indivíduo finalmente se tornou o fundamento do tráfego de informações, pessoas e bens. Diferentemente do monopólio postal do século XVII, que simplesmente eliminou a concorrência ao poder Estatal (como, e.g., as cidades), na medida em que subjugou estabelecimentos privados, o uso compulsório do sistema postal estatal, enquanto ‘obrigação do público para o uso dos serviços postais estatais ou do império, quando em viagens ou quando da remessa de coisas’, é o resultado do cuidado de uma população de usuários dos serviços de transportes consigo mesma. A determinação de uso compulsório do sistema postal estatal deve ser compreendida dentre aquelas medidas de um poder que tomou para si a regência da vida: o tráfego se torna objeto de uma biopolítica da população (...). Desde que tal compulsoriedade definiu o domínio exclusivo do discurso estatal como uma relação ativa do povo, todo aquele que escreve cartas se tornou sujeito da postagem (...)” (SIEGERT, B. *Relais...* op. cit., p. 60 – tradução livre com complementação em colchetes).

⁵⁵¹ “Na medida em que se exige, para o transporte de pessoas, o uso do mesmo médium que aquele utilizado para o transporte de cartas, a determinação de uso compulsório do sistema postal estatal obtém um amálgama institucional entre o tráfego de signos e de corpos. Por meio dele, o Estado se torna o fundamento e o garante de toda tradução e transmissão” (Idem, p. 60 – tradução livre).

⁵⁵² “O objetivo dos correios é o de envolver o povo no discurso” (Ibidem, p. 62 – tradução livre).

⁵⁵³ “E por que os correios devem ser apreendidos, desde a vinculação ao poder Estatal, por via da introdução da taxa postal, nas relações da população, enquanto um subsistema dessa rede de relações, eles são – como desenvolve uma obra fundamental da ciência policial [Polizeywissenschaft] do século XVIII, de Johann Heinrich Gottlob v. Justi, intitulada ‘Fundamentos do Poder e da Felicidade dos Estados’ – obviamente um instituto policial” (Ibidem, p. 62 – tradução livre com complementação em colchetes).

⁵⁵⁴ “Com isso, a taxa postal [Porto] assume um novo status radical. Ao invés de ser, primariamente, uma exação em favor do Estado (como no século XVII), torna-se de agora em diante uma técnica existencial. Sobre a base de um processo progressivo de alfabetização da Europa central, o papel da taxa postal passa a ser, não mais aquele de extrair a maior utilidade de uma dada e inquestionável circulação de discursos, mas aquela de sobretudo fomentar esses mesmos

O uso dos correios foi condicionado ao pagamento de taxas específicas para esse fim (*Porto*), uma taxa condicionada à distância percorrida na transmissão. A taxa se torna uma instituição nacional por excelência, na medida em que a redução da exação para as remessas nacionais reforça simbolicamente as fronteiras, criando uma caixa de ressonância na qual a nação posta a si própria. A taxa cria um diferencial na fronteira, garantindo uma melhor resolução dos limites territoriais do Estado. Com Siegert, cabe questionar: *o nascimento da nação a partir do espírito da proporcionalidade da taxa?*⁵⁵⁵ A associação das distâncias percorridas às cartografias disponíveis, implica a criação de uma disciplina geográfica capaz de englobar o mundo a partir da instituição de fronteiras nacionais, uma ao lado das outras, sem sobreposição.

Ainda acompanhando o desenvolvimento de Siegert, conferir o seguinte trecho:

A união da circulação de notícias, coisas e pessoas em um único diagrama geográfico – e a metaforicidade obtida por meio desse *tertium comparationis* – constrói a base dos correios como substância do tráfego de coisas e corpos; Geografia é o plano, no qual a obrigatoriedade de uso inscreve os correios como a conexão institucional e metafórica entre tráfego de cartas e de pessoas. A instituição do “Homem em geral”, como sujeito dos correios e de seu uso compulsório, pressupõe a existência necessária de um espaço comum para homens e palavras, o qual, por sua vez, está atrelada à era do “veículo metabólico” (para falar com Virilio), que chegava ao fim. A regra do Estado pedagógico significa que a universalização do uso compulsório dos correios instaura um “Homem” que se prepara, no espaço geográfico infinito, para transcender todo princípio territorial. Assim é erigido um espaço técnico, no qual o antigo relato de viagem pode ser transformado em *Bildungsroman*. É sabido que os anos de formação de Goethe e, a fortiori, seus anos de viagem (*Wanderjahre*) não foram marcados pelos nomes dos territórios por onde passava. A Terra assume uma face humana⁵⁵⁶.

discursos. ‘E a teoria da produção deve, no futuro, sempre preceder aquela da circulação’ (*Ibidem*, p. 64 – tradução livre com complementação em colchetes).

⁵⁵⁵ “O tamanho da taxa postal, nesse contexto das coisas, não serve tanto à opacidade do príncipe, quanto ao grau de dissolução do império. O escrito de Klüber – na continuidade da teoria segundo a qual a taxa postal é responsável pela existência daquilo que corresponde a sua base de incidência – extrai a lição de que a taxa postal deve se assumir proporção ‘nacional e estatal-pública’, de modo que, por meio da redução da taxa, a própria nação poste a si própria. É possível falar do nascimento da nação desde o espírito da proporcionalidade tributária?” (*Ibidem*, p. 65 – tradução livre).

⁵⁵⁶ Tradução livre. No original: “Die Kopplung der Zirkulation von Nachrichten, Dingen und Leuten an dieselbe aufgerasterte Geographie – und ihre durch dieses tertium comparationis gegebene Metaphorizität – bildet den Sockel der Post als Inbegriff von Zeichen- und Körperverkehr; Geographie ist die Fläche, in die sich der Postzwang als institutionelle und metaphorische Verklammerung von Brief- und Personalverkehr einschreibt. Die Institutionierung des »Menschen überhaupt« als Subjekt der Post qua Postzwang schließt notwendig die Existenz einer gemeinsamen Erde für Wörter und Menschen ein, die ihrerseits selbstredend dem zu Ende gehenden Zeitalter der (mit Virilio zu reden) »metabolischen Vehikel« verpflichtet ist. Herrschaft

Ou seja, as fronteiras do território do Estado são marcadas e reforçadas, ao mesmo tempo em que o mercado aponta para a transposição de todos os limites, instaurando uma geografia infinita. Com a evolução do capitalismo, contudo, o paradigma humanista, literário e subjetivista se torna normativo. A afirmação do sujeito e do território como elementos essenciais da existência de um Estado pressupõe, em não pequena medida, a existência de uma institucionalidade midiática, capaz de servir como *relais* da soberania Estatal, em meio à lógica global do mercado.

Essa lógica assume sua condição mais radical na medida em que os ingleses introduzem a *Penny-Post* (i.e., a postagem nacional tarifada em um *penny*, ou um “cento da libra”), a contar da segunda metade do século XIX. Com a introdução da taxa barata e única, a ser paga previamente para a postagem de courier na Inglaterra, as fronteiras da cidade são assimiladas às do Estado. Os correios passam a adotar uma lógica que não mais aposta no afastamento e nas distâncias, mas na fixação de proximidades, na standardização do serviço e na redução dos custos associados⁵⁵⁷.

Por meio da introdução da técnica que associa a taxa de postagem, que passa então a ser paga previamente ao serviço, a uma única tarifa capaz de valer para todo o território nacional, é promovida a desterritorialização da transmissão de informações e são criadas as possibilidades para a instauração de um aparelho, em última instância, global de comunicação e transmissão. Aliado à introdução do telégrafo, a Mãe Terra (“*Mutter Erde*”) deixa de ser a base do sistema de correios, para se tornar, quase que exclusivamente, o prosaico substrato do aterramento da corrente elétrica (“*Mutter Erdung*”)⁵⁵⁸. E é no contexto

des Bildungsstaates heißt dann, daß universell das Postzwangswesen »Mensch« im Raum einer infiniten Geographie sich anschickt, jedes territoriale Prinzip zu transzendieren. Damit ist jener Raum technisch errichtet, in dem der alte Reiseroman zum Bildungsroman werden kann. Bekanntlich kommen Goethes Lehrjahre und a fortiori die Wanderjahre fast ohne territoriale Eigennamen aus. Die Erde nimmt ein menschliches Antlitz an” (Ibidem, pp. 67/68).

⁵⁵⁷ “No pano de fundo dessa história estava a ideia de Hills, grandiosa em sua simplicidade, de pensar a Grã-Bretanha inteira como uma única cidade, ou melhor, tratava-se de superar a ideia anterior, a qual correspondia a discurso bastante caro aos ocidentais, a respeito da essência dos correios: a ideia da distância. Uma cidade estende suas fronteiras postais até as fronteiras do próprio país. Os correios são absorvidos pela taxa postal padrão [Penny-Post]. Os correios, segundo a perspectiva de Rowland Hills, não tinha nada a ver com distâncias. Os custos de uma carta remetida pela via postal não estavam em relação direta com a extensão da transmissão. (...) Desde então a mãe-terra se tornou exclusivamente o túmulo de corpos; os grafemas das cartas – a despeito de sua etimologia – deixam de se dirigir à terra, seja quanto ao modo de uma inscrição, seja quanto ao modo de perecer, como para com um fundamento” (Ibidem, p. 113 – tradução livre com complementação em colchetes).

⁵⁵⁸ “Ao invés disso, a mãe-terra cancela [durchkreuzt] – desde que Steinheil, em 1838 (i.e., um ano após a publicação do conselho de Hill), descobriu a técnica do melhor condutor possível

da introdução das correntes elétricas alternadas (AC), como no caso do telégrafo, que a era Gutenberg encontra o seu “início do fim”⁵⁵⁹.

Assim, naquilo que é pertinente neste momento, em conformidade ao marco histórico dos Estados-Nação, a soberania, como poder incondicionado, pressupõe a existência de dois fatores, quais sejam: (a) a existência de um território (substrato objetivo)⁵⁶⁰ e (b) a identificação de uma população (substrato subjetivo-humano)⁵⁶¹. Essa concepção é sumamente moderna, diga-se de passagem, surgindo a contar de 1648 d.C., a contar do momento em que o Império Romano e a Igreja perdem a sua vocação à universalidade⁵⁶² e que os Estados

para circuitos elétricos telegráficos – enquanto ‘aterramento mãe’ [Mutter Erdung], a própria grafemática” (Ibidem, p. 113/114 – tradução livre com complementação em colchetes).

⁵⁵⁹ Associando a passagem para o digital à eletrofisiologia de Duchenne, ambas dependentes da tecnologia das correntes alternadas, conferir: “Em 1862 surgiu o *Mécanisme de la physiologie humaine*, de Duchennes. Os músculos da face de sete pessoas submetidas aos testes foram, por meio de correntes alternadas, levados à contração. Passo seguinte, as caretas realizadas involuntariamente foram fotografadas. O experimento eletrofisiológico substituiu a decifração hermenêutica de signos por meio dos procedimentos de resolução e com instrumentos medição. No lugar de uma alma, cujo movimento seria fundamento para os traços fisionômicos, surge o inconsciente técnico das mídias: correntes alternadas e a fotografia” (SIEGERT, B. *Passage... op. cit.*, p. 352 – tradução livre).

⁵⁶⁰ Tomando como pressuposto a afirmação preliminar de Foucault: “Se é verdade que a soberania se inscreve e funciona essencialmente em um território e que, apesar de tudo, a ideia de uma soberania exercida sobre um território não povoado não é simplesmente uma ideia jurídica e politicamente aceitável, mas uma ideia perfeitamente aceita e primeira, de fato o exercício da soberania em seu desenrolar efetivo, real, cotidiano, indica, bem entendidas as coisas, sempre uma certa multiplicidade, mas que vai ser justamente tratada seja como a multiplicidade de sujeitos, seja [como] a multiplicidade de um povo” (FOUCAULT, Michel. *Sécurité, Territoire, Population: Cours au Collège de France. 1977-1978*. Paris: Seuil; Gallimard, 2004, p. 13 – tradução livre).

⁵⁶¹ A concepção ora apresentada é típica e tradicional em estudos de direito Constitucional e Teoria do Estado. Inobstante, neste momento, presta-se aderência à clássica definição de Spinoza a respeito do conceito de soberania como a “potência da multidão”. A respeito, conferir: “Esse direito que define a potência da multidão, denomina-se geralmente ‘soberania’. Detém essa soberania, absolutamente, quem, a partir de um acordo comum, está a cargo da República, quer dizer, quem é responsável de estabelecer, interpretar e abolir as regras de direito, de fortificar as cidades, de decidir acerca da guerra e da paz, etc. Se essa responsabilidade pertence a uma assembleia composta da multidão toda, então o Estado se chama uma ‘democracia’; se a assembleia é composta por um certo número de membros escolhidos, o Estado se chama ‘aristocracia’; e se, enfim, a responsabilidade pela República, e consequentemente a soberania, recai nas mãos de uma só pessoa, o Estado se chama ‘monarquia’” (SPINOZA, Baruch. *Traité Politique. Œuvres V*. Paris : PUF, 2015, p. 107 – tradução livre). Em comentário às contradições da obra de Schmitt, em especial a respeito do comentário schmittiano acerca do *Leviatã* de Hobbes, que segue a mesma preocupação ora tratada ao se falar desse substrato “subjetivo”, cfr. comentário de É. Balibar: “A unificação política, que faz da multidão um povo, não pode jamais, sem sombra de dúvida, reduzir totalmente a multiplicidade, mas ela é decididamente exclusiva de um pluralismo. É paradoxal que Schmitt reconduza o tema a Hobbes, quando na verdade só pertence verdadeiramente a Spinoza. Uma tal tese, suspeitamos, deve possuir a significação de uma tela [écran]” (BALIBAR, É. *Le Hobbes... op. cit.*, pp. 34/35 – tradução livre).

⁵⁶² “O fim do Império Romano deve ser inserido exatamente em [1648], quer dizer, o dia quando enfim é reconhecido que o Império não é a vocação última de todos os Estados, o Império não é mais a forma na qual um dia, é preciso ter esperança ou sonhar, os Estados se fundirão. E é na mesma época que se constata, sempre com o tratado de Westfália, o fato que a cisão da Igreja, devida à Reforma, essa cisão, de uma parte é adquirida, ela é institucionalizada, ela é reconhecida, e que de outra parte, os Estados em suas políticas, em suas escolhas, em suas alianças não são obrigados mais a se reagrupar segundo o pertencimento religioso. Os Estados católicos podem perfeitamente se aliar a Estados protestantes e inversamente, os Estados

se deparam com o paradoxo em face da pretensão *de jure* de cada qual à transcendência, porém, ante ao fato insuperável da pluralidade de outros Estados, em condição de igualdade jurídica, pois capazes de estabelecer alianças militares e diplomáticas das mais diversas ordens entre si.

O Estado-Nação deve ser entendido como uma espécie de “caixa de ressonância”, na qual *corpos* entram em relação entre si, *qua* indivíduos, cidadãos, autores, leitores, povo, população, enfim, mediados tanto “por” e “em favor de” potencialidades de subjetividades tidas por “humanas”. Uma caixa de ressonância capaz de interiorizar os fluxos do exterior, i.e., de convertê-los à sua própria modulação. As relações interior/exterior, no contexto dessa modernidade, dão a tônica do circuito estabelecido entre autores e leitores, entre imprensa e opinião pública, entre cidadão e governo, enfim. A “geografia infinita” de que fala Siegert não passa de uma espécie de antecipação-conjuração em um primeiro momento, assumindo a condição de um virtual, um horizonte projetado desde a interioridade do Estado-Nação.

Essas dimensões, no entanto, são ressignificadas em face à nova era midiática. Afinal, é na medida em que esse horizonte infinito é, de fato, atualizado com a desterritorialização das distâncias em meio às redes de cabos de fibra óptica submarinos, que a atual era da Computação e Internet encontra sua condição de possibilidade.

Com a nova mídia, o moderno Estado-Nação westfaliano deixa de ser modelo paradigmático e normativo. É possível afirmar que os “*dados não possuem realmente uma identidade nacional, a menos que sejam forçados a produzir algo nesse sentido*”⁵⁶³. Deixa, em suma, de estabelecer o parâmetro último da análise geopolítica. Tal condição é evidenciada não por deixarem de existir “Estados-Nações”, muito menos pelo fato de o problema da relação entre as diferentes nacionalidades associadas a determinados territórios deixar de ser pertinente (a relação entre palestinos e o governo de Israel, entre chineses e tibetanos, entre indianos e paquistaneses, enfim, podem ser lembradas aqui). Na verdade, o modelo deixa de ser paradigmático, pois passa a ser sobredeterminado, infiltrado, subvertido por outra ordem de relações, outra infra-estrutura política, outro *a priori* midiático. A nova tecnologia não mais exige encontrar genealogias filiativas para

católicos podem utilizar os exércitos de protestantes e inversamente” (FOUCAULT, M. *Sécurité...* op. cit., p. 299 – tradução livre com complementação em colchetes).

⁵⁶³ Tradução livre: “*Data do not really have a national career unless they are forced to produce one*” (BRATTON, B. op. cit., p. 36 – tradução livre).

legitimar o exercício da autoridade, ou se vincula a uma noção estreita de territorialidade.

Com Bratton:

Na emergência do *Stack*, não é tanto que os Estados declinem por assim dizer, mas que nossa condição contemporânea é qualificada tanto por uma perfuração das fronteiras e liquefação da habilidade desse sistema de manter o monopólio sobre a própria geografia política, como por um reforço de fronteiras, manifestado como uma proliferação incontrolada de novas linhas, molduras endógenas, segmentos anômalos, retornos medievais, interiores informáticos, externalidades ecológicas, megacidades-Estados, e muito mais. Essas zonas se dobram e desdobram umas sobre as outras, tecendo máquinas geográficas abstratas e violentas de uma extraordinária capacidade jurisdicional. (...) Tanto a perfuração de fronteiras, como o reforço de fronteiras, são indícios da crise do design geográfico westfaliano, e certamente da força de lei que garante ao Estado a habilidade de conjurar e constituir soberania somente em relação a essa imagem particular.⁵⁶⁴

Pode-se dizer que a nova era midiática implodiu a restrição do exercício da soberania a uma determinada camada da população, localizada em certo território, que podem ser definidos como “nacional”. Ou seja, não é o Estado-Nação que deixa de ser simplesmente normativo e isso ocasiona uma mudança no estatuto tanto do território, como do sujeito, senão o inverso. É pelo fato de as noções de território e de subjetividade terem assumido uma outra ordem de conformação, as quais somente de modo contingente entram em ressonância na caixa acústica do Estado-Nação, que a figura moderna e “westfaliana” de Estado deixa de ser paradigmática para se tornar, com Deleuze e Guattari, mero “modelo de realização” das potências do Capital.

Não houve alteração do modelo de Estado-Nação (afinal, o modelo continua existindo como régua para uma análise preocupada com a sua falta), mas da relação que se estabelece entre corpo e agência. Uma análise das

⁵⁶⁴ Tradução livre. No original: “*In the emergence of The Stack, it is not that the state declines per se, but that our contemporary condition is qualified both by a debordering perforation and liquefaction of this system’s ability to maintain a monopoly on political geography, and by an overbordering, manifest as an unaccountable proliferation of new lines, endogenous frames, anomalous segments, medieval returns, informatic interiors, ecological externalities, megacity states, and more. These zones fold and flip-flop on top of one another, interweaving into abstract and violent machines of uncanny jurisdictional intricacy. (...) Debordering and overbordering both testify to the crisis of the Westphalian geographic design, and indeed of the force of law that would predicate the state’s ability to convene and constitute sovereignty only in relation to that particular image*” (*Idem*, p. 07).

positividades, no sentido inaugurado por Foucault⁵⁶⁵, não pode se contentar com a verificação da falta de atualização do modelo.

A nova mídia implica um novo agenciamento de corpos e de signos, um outro design gerador. O corpo (e lembrando que um corpo é indício da multiplicidade de corpos), ao assumir uma outra conformação de *endereço* e *interface*, i.e., “outra” que não mais aquela da subjetividade oitocentista, literária e pretensamente autoritativa sobre o conteúdo da informação, que não mais aquela do corpo subjetivado e humano vinculado a um território específico, que não mais aquela regulada por uma geografia instaurada pelo aparelho de captura da taxa fixada a partir da distância percorrida pela mensagem (como no caso discutido mais acima), deixa *eo ipso* de entrar em relação de ressonância com o Estado Nação.

É estabelecida uma *outra* agência, o *corpo* assume uma outra ordem, perante a qual a noção de “caixa acústica” do Estado-Nação tem pouco a dizer quando considerada por si só. Essa nova agência é mediada pelas passagens desenvolvidas nos primeiros capítulos. Entre articulação e defasagem, as passagens se processam entre o contínuo e o discreto. Pensando com Kittler, contudo, é na medida em que o acesso à condição de possibilidade da plataforma é negado ao usuário ordinário, que a soberania se exerce.

Computação e Internet implodem as fronteiras subjetivas e objetivas associadas à soberania concebida tradicionalmente como um atributo do Estado-Nação, instituindo outra topologia/topografia de corpos e agências em seu lugar. Entendidos os fundamentos da tecnologia de *packet switching*, pelo qual uma determinada mensagem é retalhada em porções menores, remetida através da malha infra-estrutural da Internet e, ao final, recomposta em ordem para que o destinatário tenha acesso ao seu conteúdo, deve-se compreender que o canal por onde a transmissão é processada, quer seja ele composto por fibras-ópticas, quer tome a forma das ondas de transmissão por rádio, não percorre o território de um único Estado-Nação, mas pressupõe a capacidade, não raras vezes, de atravessar o território de diversos países diferentes, até chegar ao destino.

Pode-se dizer que mais do que instituir uma espessura ao canal, Computação e Internet traçam uma linha *ortogonal* que atravessa todo e qualquer *loop* horizontal instituído pelo Estado moderno como sendo seu “território”. Não que a Internet deixe de ter alguma aderência ao território, afinal, como já sugerido nos capítulos anteriores, a Internet possui uma materialidade que não pode ser

⁵⁶⁵ A respeito, conferir: FOUCAULT, M. *L'archéologie... op. cit.*, pp. 173 e ss.

desconsiderada, mas o novo complexo técnico-tecnológico que ora se analisa, é responsável por descodificar o circuito fechado da territorialidade nacional, em favor de um agenciamento imediatamente global.

Ao prescindir das exigências de nacionalidade, a comunicação realizada na Internet não é sequer, em grande medida, humana⁵⁶⁶. De fato, pela nova mídia digital é possível que a soberania de um determinado Governo seja exercida sobre o usuário súdito de outro regime político, ao mesmo tempo em que essa soberania pode agenciar objetos inanimados, meros computadores, coisas interconectadas, como na hipótese da *Internet of Things*. É possível que as linhas de sujeição se multipliquem exponencialmente, mas isso também implica o significativo incremento das possibilidades de ataque à infraestrutura de governos, serviços públicos e grandes conglomerados e empresas privadas.

Com a nova era midiática, portanto, tanto (a) o território se desdobra em uma dimensão hiperbólica, com a possível sobreposição de diversas soberanias sobre uma específica transmissão, como (b) o substrado subjetivo-humano para o exercício da soberania deixa de ser “humano”, deixa de pressupor uma “subjetividade”, bem como prescinde do requisito de “nacionalidade” para ser exercido *de facto*.

A soberania assume a possibilidade de outras conformações e agenciamento a partir de outros atores que não aquele de um Estado governado por representantes responsáveis nacional e internacionalmente, podendo assumir as mais diferentes lógicas políticas de ação, como aquelas desenvolvidas no primeiro capítulo. Desde a situação do órgão de inteligência com pretensão à onipotência informacional, passando pelas empresas que colaboram com os aparelhos de espionagem a ponto de se permitirem redirecionar uma arma da *infowar* ou *psy-ops* contra a própria população, como no caso do Programa PRISM ou da Cambridge Analytica, chegando até mesmo ao caso da empresa particular e parceira, cuja *accountability* está exclusivamente vinculada à confiança de seus *shareholders*, como o caso da rede de comunicação protegida da canadense *Blackberry* que, conforme recentemente foi revelado, foi infiltrada por anos pelo

⁵⁶⁶ “No desaparecimento, ou ao menos no deslocamento, do Usuário humano essencial, a multidão se aglomera, bem como transborda da posição evacuada. Enquanto a incorporação existencial de informação na condição do Usuário-sujeito trabalha para consolidar e, após, para explodir seu registro humano, fá-lo na medida em que consegue por a materialidade biológica do sujeito humano em um plano comum com outros atores e eventos. Não se trata de uma desvinculação do privilégio humano em direção à absoluta ausência de forma; mas para alavancar e aumentar essa forma com uma outra, talvez mais viva e pós-humana (não-humana, inumana, a-humana)” (BRATTON, B. *op. cit.*, p. 271 – tradução livre).

próprio governo norte-americano, a despeito de o Canadá fazer parte do FVEY⁵⁶⁷, ou mesmo a situação do lobo solitário, o *hacker* e o whistleblower individual e *low-budget* que, todavia, é capaz de causar enormes estragos a empreendimentos públicos e privados, como demonstrado nos casos *Petya* e *NotPetya* e no caso Edward Snowden.

A soberania no âmbito da Computação e Internet, portanto, é exercida em diferentes camadas, das quais se inferem diferentes topologias e topografias territoriais, não sendo exercida imediata e exclusivamente em desfavor de sujeitos humanos, mas de corpos previamente inseridos no contexto das mídias digitais. Em questão, está uma outra conformação do duplo agenciamento entre interface e endereçamento na conformação da *hæcceidades* digitais. A soberania é exercida na medida em que um específico design de mundo é *imposto, controlado e entrincheirado* no seio da Internet, por exemplo. E nesse contexto, pensar a *critical mass* implica problematizar tema altamente afeto à soberania, afinal, a decisão sobre qual plataforma usar possui muito pouco de livre arbítrio envolvido nela.

Para considerar tal estrutura, importa lembrar brevemente a respeito da proposta de Benjamin H. Bratton, em *The Stack*. Bratton reconhece ao menos seis diferentes camadas, quais sejam: (a) a Terra, (b) a Nuvem, (c) a Cidade, (d) o Endereço, (e) a Interface e (f) o Usuário.

A arquitetura desse modelo considera essas camadas sobrepostas, pretensões e redes, não como exceções à regra, mas como a base de uma ordem emergente. O *Stack*, como examinado aqui, compreende seis camadas interdependentes: Terra, Nuvem, Cidade, Endereço, Interface e Usuário. Cada qual é considerada tanto em seus próprios termos, como enquanto camada dependente das demais dentro da macro-arquitetura do modelo, de modo que cada uma é selecionada desde a imagem sobreposta da máquina geográfica e computacional, seja aquela por nós habitada, seja aquelas que ainda poderemos construir. Cada camada é entendida como uma tecnologia única, capaz de gerar seus próprios acidentes, os quais, talvez contra-intuitivamente, podem conduzir a macro-arquitetura a uma ordem mais estável. Essas camadas não são simplesmente computacionais. Tanto quanto pelo fato de serem feitas da forma computacional (...), o *Stack* é composta de forças sociais, humanas e concretas (...). Esses sistemas rígidos e flexíveis se misturam e permutam funções, alguns se tornam relativamente mais “rígidos” ou “flexíveis” dependendo de condições aparentemente arcanas. O *Stack* vem tanto do equilíbrio, como da emergência, um oscilando na outra, em um ritmo indecifrado

⁵⁶⁷ A respeito, conferir: <https://www.spiegel.de/international/world/how-the-nsa-spies-on-smartphones-including-the-blackberry-a-921161.html>, acessado em 20.01.2020.

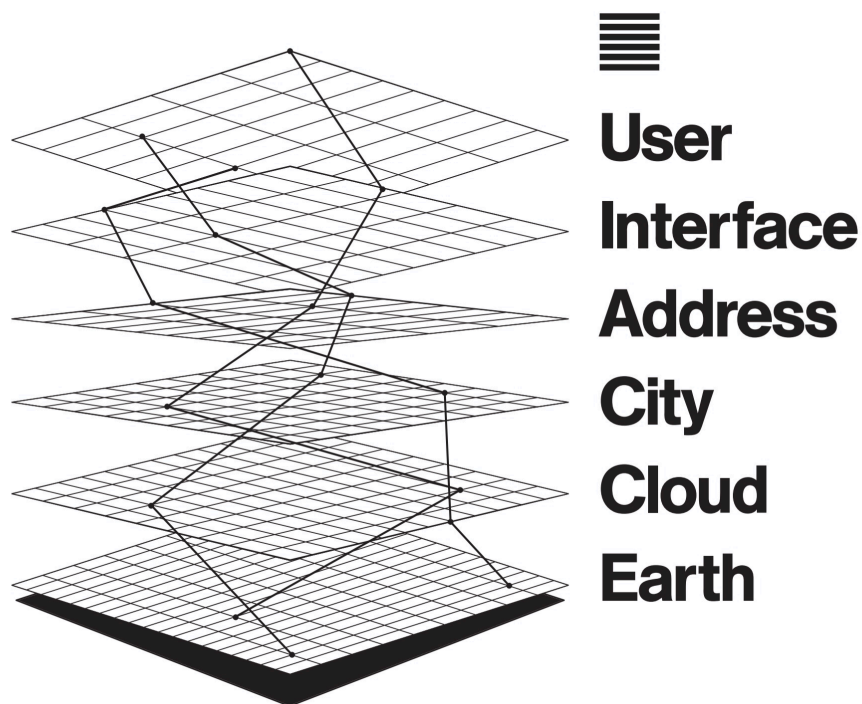
e inverificado, estabilizando e desestabilizando o mesmo componente, segundo propósitos incompatíveis⁵⁶⁸.

O *Stack* não é um diagrama, mas um acumulado de diagramas sobrepostos uns aos outros, de modo que o canal ganha volume, implicando, em tempo real, a reversibilidade de todas as camadas ao mesmo tempo⁵⁶⁹. O modelo utilizado por Bratton, portanto, indica uma estrutura geopolítica e global de exercício da soberania a partir das novas tecnologias digitais. Uma megaestrutura que se conforma em camadas empilhadas umas sobre as outras, cada qual estabelecendo uma espécie de realidade *relativamente independente* das demais e do todo formado pelo conjunto.

A estrutura, segundo desenho oferecido pelo próprio autor da proposta, assume a seguinte conformação:

⁵⁶⁸ Tradução livre. No original: “*The architecture of this model treats these overlapping layers, claims, and networks not as exceptions to this normal rule but as the basis of an emergent order. The Stack, as examined here, comprises six interdependent layers: Earth, Cloud, City, Address, Interface, User. Each is considered on its own terms and as a dependent layer within a larger architecture, and each is drafted from the superimposed image of the geographic and computational machines we now inhabit and the ones we might yet make. Each layer is understood as a unique technology capable of generating its own kinds of integral accidents, which, perhaps counterintuitively, may ultimately bind that larger architecture into a more stable order. These layers are not just computational. As much as it is made from computational forms (...), The Stack is also composed of social, human, and concrete forces (...). These hard and soft systems intermingle and swap roles, some becoming relatively ‘harder’ or ‘softer’ according to seemingly arcane conditions. The Stack comes from both equilibrium and emergence, one oscillating into the other in undeciphered and unaccounted-for rhythms, stabilizing and destabilizing the same component for sometimes mismatched purposes*” (BRATTON, B. op. cit., p. 11).

⁵⁶⁹ “*A medida em que as grades ganham volume, as reversões responsáveis pela interiorização de potencial de suas linhas componentes multiplicam exponencialmente, e a quadrangulação das linhas vez ou outra conduzem a ainda mais grades. Grades são reversíveis por meio do design e a ‘soberania’ de sua reversibilidade não é nem extrínseca, nem excepcional; trata-se de algo genérico à operação delas*” (Idem, p. 37 – tradução livre).

Imagem 06⁵⁷⁰

Ou seja, é possível que uma determinada conformação do plano “Usuário” agencie uma outra do plano “Interface”, que conclama outra do plano de “Endereço” e assim por diante. Por exemplo, é possível que um usuário no Brasil utilize interface produzida por uma rede social qualquer, como Facebook, cuja empresa está localizada nos Estados Unidos para, a partir de endereço situado na Grã-Bretanha, em virtude de uma conexão VPN, influenciar na navegação de outro Usuário, desta vez um carro conectado à internet (*IoT*), que se locomove pelas ruas de Roma, por meio de mapa inserido na nuvem, cujo banco de dados, localizado no deserto de Nevada, é responsável pelo enorme consumo de energia, o que implica a exploração das potências da terra em medida pouco sustentável.

O modelo é interessantíssimo, como estrutura capaz de agenciar determinadas perplexidades diretamente evidenciadas a partir da derrocada do Estado Westfaliano e da noção moderna de soberania. No entanto, a imagem oferecida merece uma nova consideração, ou melhor, merece um destaque importante, que, todavia, passa geralmente despercebido quando de uma primeira leitura da proposta.

Primeiramente, causa espécie a posição ocupada pelo Estado no modelo do *Stack*. Bratton sugere que o *Stack* seria uma estrutura que se distingue dos

⁵⁷⁰ *Ibidem*, p. 66.

Estados, mas que os Estados se tornam, pouco a pouco, um *Stack*⁵⁷¹. O *Stack*, enquanto portadora seria uma espécie de instância paralela, entre o Estado e o “Mercado”⁵⁷². Um *tertius genus*, por assim dizer. Essa suposição é um ponto fora da curva no desenvolvimento realmente sofisticado que faz o autor, por parecer não estar tão adequadamente inserida no contexto e na radicalidade do modelo sugerido. A proposta de Bratton é radical por afetar de forma determinante a estrutura e conjuntura existente e não por se colocar à margem dessa estrutura-conjuntura, como se fosse algo absolutamente novo que somente em um segundo momento viria a se inserir num contexto. O “absolutamente novo” é, ele próprio, tanto um fantasma como um delírio da Ideia, diga-se de passagem.

Ademais, acredita-se que, dos diferentes níveis agenciados em seu modelo de *Stack*, somente dois são, de fato, “*estruturantes*”, ao passo que os outros não representam nada além de específicas formações “*estruturadas*”. Ou seja, seguindo o fio dos capítulos precedentes, das seis “*layers*” sugeridas por Bratton, duas delas não podem ser consideradas “camadas” propriamente ditas, mas sim os próprios pressupostos técnico-tecnológicos a partir dos quais é possível cartografar diferentes planos, traçar diferentes linhas e indicar pontos singulares.

As duas figuras *estruturantes* são, como se poderia inferir dos capítulos anteriores: (a) a interface e (b) o endereçamento. Trata-se de uma dupla inscrição, entre expressão e conteúdo, visibilidade e enunciação, enfim, como apresentado nos capítulos anteriores. Como elementos imprescindíveis na determinação das *quididades digitais*, afinal, para algo existir, há de se apresentar para a rede de interconexões da mídia por meio de uma interface visível, na mesma medida em que deve ser localizável por meio de um endereço universal.

As restantes camadas mencionadas (i.e., o Usuário, a Cidade, a Nuvem e a Terra) não correspondem a nada além do que específicos agenciamentos de corpos lançados no contexto da relação de interface e endereçamento. A Computação, agenciando a semiótica a-significante excepcionalmente primitiva de Turing-Church, encontra no *binômio interface-endereçamento* seu “germe de

⁵⁷¹ “(...) O *Stack* é, de uma só vez, uma máquina que se torna um Estado, e uma geografia política que ‘deriva na’ e é ‘derivada da’ estrutura dessa máquina” (*Ibidem*, p. 65 – tradução livre).

⁵⁷² “O espaço d’O *Stack* não corresponde ao de um recipiente vazio no qual os Estados intervêm, mercados mediam ou as teologias políticas investem com seus mitos; mas ele é gerado na confluência da lógica das plataformas que recalcularão o destino de todos esses atores” (*Ibidem*, p. 34 – tradução livre).

cristalização⁵⁷³, a partir do qual as demais individualizações tomarão seu devido lugar na geografia hiperbólica da mídia digital.

Essa conclusão é admitida, ainda que de modo fugaz, pelo próprio desenvolvimento de Bratton, o qual chega a afirmar o seguinte:

A soberania da plataforma é derivada da linha interfacial, na qualidade de superfície e de limite, e como sua designação influencia o modo como os usuários serão endereçados, como eles endereçam a plataforma e como se endereçam entre si⁵⁷⁴.

Ou seja, ainda que esta noção não seja bem desenvolvida ao longo da tese de Bratton, infere-se com absoluta clareza que a soberania no contexto da Computação e Internet é mediada tanto pela interface, como pelo endereçamento, de modo que cada camada do *Stack* assume uma específica conformação de ambos os elementos, formando diagramas sobrepostos uns aos outros, o que permite a múltiplas soberanias incidirem em um único caso, como sugerido acima (o exemplo dado não é nada pitoresco, mas bastante comum, diga-se de passagem). Interface e Endereçamento são, portanto, elementos do (geo)referenciamento das singularidades em meio à mídia digital. O cruzamento de ambos é a condição para a firmação das *hæcceidades* digitais, de modo que cada coisa pode ser localizada na Internet, na medida do endereçamento a-significante, bem como ser objeto de uma experiência de navegação, a partir de uma interface semanticamente relevante.

Assim, mediando o desenvolvimento anterior com a proposta ora apresentada, é possível desenvolver uma *Stack* um tanto diferente daquela de Bratton. As principais diferenças, para além do destaque a ser realizado sobre a relação entre interface e endereçamento, são as seguintes: (a) podem ser

⁵⁷³ Trata-se, obviamente, de uma analogia. A respeito da estrutura do cristal e da função do germe, conferir: “Um cristal, matéria estruturada, pode devir em ser estruturante; é, de uma só vez, consequência e causa daquela polarização da matéria sem a qual ele próprio não existiria. Sua estrutura é uma estrutura atribuída, pois foi necessário um germe; mas o germe não é substancialmente distinto do cristal; ele ainda é incluído no cristal, que se torna como um germe mais vasto. Agora, o soma é coextensivo ao germe e o germe ao soma. O germe se torna soma; sua função é coextensiva ao limite do cristal que se desenvolve. Esse poder de estruturar o meio amorfo é, de qualquer maneira, uma propriedade no limite do cristal; exige a dissimetria entre o estado interior do cristal e o estado do seu meio. As propriedades genéticas de um cristal se manifestam eminentemente na sua superfície; trata-se de propriedades do limite. (...) É por isso que o cristal é perpetuamente inacabado, em estado de gênese mantida em suspenso, que ele possua aquilo que denominamos singularmente de ‘propriedades’; essas propriedades são, de fato, o permanente desequilíbrio que se manifesta pelas relações com o campo polarizado ou pela criação, no limite do cristal e no seu entorno, de um campo com uma polaridade determinada pela estrutura do cristal” (SIMONDON, G. *L’individuation...* op. cit., p. 89/90).

⁵⁷⁴ Tradução livre. No original: “Platform sovereignty is derived from the Interface line, surface and partition, and how its designation influences how it will Address its Users and how they Address the platform and one another through it” (BRATTON, B. op. cit., p. 37).

identificadas algumas estruturas pré-concebidas que assumem a conformação de camadas, quais sejam: (i) Terra, (ii) Nuvem, (iii) Estado, (iv) Cidade, (v) Mercado e (vi) Usuário; (b) ademais, pensa-se em uma Stack que não possua, unicamente, seis camadas de modo que o único movimento possível seria no sentido da “Forma-U” de Bratton (de usuário para usuário, passando por todas as outras camadas em sequencia, inevitavelmente)⁵⁷⁵, mas que a quantidade de camadas soberanas, em uma determinada situação, não pode ser predeterminada, bem como não pode ser pré-estabelecida a direção das relações a serem fixadas; (c) portanto, admite-se a possibilidade de diferentes camadas se relacionarem com outras do mesmo tipo, por exemplo: diferentes camadas de usuários, relacionando-se entre si, ou entre diferentes camadas de cidades, ou entre Estados, enfim, até chegar na instância crítica, i.e., até atingir a possibilidade de uma relação “Terra/Terra”, no contexto do denominado *Antropoceno*, caracterizado por associar radicalmente *Natureza e Produção*⁵⁷⁶.

As diferentes soberanias são repartidas por cada uma das camadas. Coloca-se em questão, portanto, como definir uma tal condição soberana no contexto da nova era midiática e da derrocada do modelo westfaliano. Para uma definição sintética, a ser desenvolvida no próximo tópico: *Soberano, no contexto da mídia digital, é aquele que consegue obter amplo e irrestrito acesso às potências do plano de imanência, i.e., às potências do código-fonte. Ou ainda, soberania digital é aquela capaz de atravessar o nível semântico da Computação*

⁵⁷⁵ “As conexões seguem para baixo, atravessam todas as camadas até o final e voltam em direção às camadas mais superficiais, criando uma espécie de circuito temporário de conexões em uma trajetória no formato de um ‘U’. O Usuário conecta-se com outro Usuário ao iniciar uma ‘mensagem’ que segue por todos os planos até embaixo, por meio das demais camadas, até chegar à última, para somente após retornar na direção contrária, de modo que assim, a comunicação direta entre Usuários, ative todas as seis camadas do Stack em ambas as direções. O sistema inteiro é conjurado e ativado por uma conexão qualquer; o todo é ‘dobrado’ em cada instância singular de ativação, curvando o universal e o particular, um no outro. Podemos definir cada caminho, em qualquer direção do movimento com forma em ‘U’ n’O Stack, como uma coluna” (Idem, p. 67 – tradução livre).

⁵⁷⁶ “A indústria e o comércio burgueses criam as condições materiais de um mundo novo da mesma maneira que as revoluções geológicas criaram a superfície da terra’. Que não se trate de uma simples metáfora com vocação jornalística é suficientemente atestado pelo fato de que a atribuição de uma força telúrica às potências mobilizadas pelo capitalismo é profundamente enraizada em uma ontologia da ‘produção’ na qual Marx participa com destaque. Deleuze e Guattaria a resumem de modo bastante eficaz em uma formulação com dois argumentos paralelos: trata-se da ‘identidade Natureza = Indústria, Natureza = História’. Não há distinção entre natureza e produção, nem divisão entre Homem e Natureza: ‘O Homem e a natureza não são como dois termos um em face do outro, mas uma só e a mesma realidade essencial do produtor e do produto [...]’. A essência humana da natureza e a essência natural do homem se identificam na natureza como produção ou indústria’. (...) [O] Antropoceno poderia ser o nome de outra coisa que não aquela da revelação da ‘força geológica’ da ‘humanidade’ em uma guerra que já ocorreu e que nós teríamos perdido por termos vivido sem vivê-la?” (ALLIEZ, É.; LAZZARATO, M. *Guerres... op. cit.*, pp. 389/390 – tradução livre).

e Internet em direção à conquista das potências do campo a-significante dos bits e bytes, i.e., do plano de imanência no qual a nova mídia está “embedded”.

6.4

O APORÉTICO E A SOBERANIA DIGITAL – O ACESSO ÀS POTÊNCIAS DO PLANO DE IMANÊNCIA – A POTÊNCIA DO INQUANTIFICÁVEL

Ao longo da tese, pretendeu-se descrever um movimento com sentido e orientação específicos, a partir do qual a nova mídia pôde se impor sobre a realidade e o devir histórico do capitalismo. Esse movimento foi sugerido a partir da imagem das passagens, primeiramente, do analógico para o digital e, em seguida, do plano a-significante para o plano semântico.

A nova mídia capitaliza sua força normativa na ambivalência que caracteriza essas passagens. Inicialmente, pelo fato de a Computação reduzir todas as potências do mundo a uma sequência de 0's e 1's, tornando a tarefa de computação não mais uma simples operação lógica agenciada de preferência por máquinas⁵⁷⁷, mas o próprio filtro a partir do qual a apreensão do mundo é possível⁵⁷⁸. O agenciamento da relação entre o aumento da velocidade e a

⁵⁷⁷ Segundo Von Neumann, como se sabe, o que define a diferença da computação maquina em comparação àquela realizada pelo cérebro humano é, tão-somente, que (a) a máquina deve ser alimentada com o problema a resolver segundo a linguagem matemática (adição, subtração, multiplicação e divisão) e (b) a velocidade com a qual a máquina trabalha. Assim, a máquina não é, em suma, capaz de tirar outras conclusões que aquelas às quais o cérebro humano atingiria por si próprio, se lhe fosse dado tempo suficiente para tanto. A respeito, conferir: “*Como se sabe, a finalidade de um computador é simplesmente a de acelerar uma tarefa humana, que, obviamente, também poderia ser realizada sem a ajuda da máquina, qual seja aquela de resolução de problemas matemáticos por meio do cálculo. Acima de tudo, é preciso ter clareza que a máquina não pode fazer absolutamente nada que não possa um indivíduo, sem a máquina. Ocorre tão-somente que a máquina opera de maneira mais rápida, mais exata ou de alguma outra forma mais eficiente. (...) Para tanto, é preciso que se consiga substituir as escolhas propriamente humanas a respeito dos fins pelo cálculo numérico. Essa tradução é algo que, sozinha, a máquina não pode fazer. (...) Isso vale para todas as máquinas numéricas [Ziffermaschinen]. (...) Quando se está em condições de conduzir o procedimento que se quer avançar por meio de uma simples repetição de adições, subtrações, multiplicações e divisões – mesmo quando para isso seja necessário uma quantidade enorme de operações – então a fase preliminar terminou. Somente quando se atinge essa fase, i.e., quando tudo se resumir a um procedimento aritmético bastante compreensivo, somente então a mecanização do cálculo pode ser útil. Por meio dela é possível atingir uma importante aceleração do procedimento*” (VON NEUMANN, John. *Entwicklung und Ausnutzung neuerer mathematischer Maschinen*. In: *Arbeitsgemeinschaft für Forschung des Landes Nordrhein-Westfalen*. Heft 45. Düsseldorf: Springer Fachmedien Wiesbaden, 1955, pp. 07/08 – tradução livre com complementação em colchetes).

⁵⁷⁸ “Destarte o seu input e output, nos primeiros dez anos a contar de 1943, também se resumiu no amontoado de números frios. Somente após, com a introdução de programas como o UNIX, nos anos 60, é que a linha de comando unidimensional foi introduzida. Somente nos anos 70, propriamente com o Macintosh da Apple, foi que essa unidimensionalidade foi dissolvida na

redução do tempo das operações matemáticas, implicam uma outra conformação do espaço e do Mundo, um novo agenciamento que já não é, todavia, preferencialmente dirigido aos sentidos humanos⁵⁷⁹. É preciso pensar um tal Mundo que se sedimenta em *bits* e *bytes*, passo a passo, a contar da seriação infinita do código binário enigmáticos, feito especificamente para a “visão cega” (*sightless vision*)⁵⁸⁰ das máquinas.

Em segundo plano, todavia, opera-se uma reviravolta sobre esse movimento inicial. Como dito, do código desconjuntado e excepcionalmente primitivo de Turing-Church (...& Von Neumann), capaz de somente sequenciar 0's e 1's, constrói-se certamente uma nova imagem de Mundo, cada vez mais granularizado, com maior resolução, com maior definição da imagem, do som, do texto, enfim⁵⁸¹. Contudo, na medida em que Computação e seu *killer app* são capazes de oferecer uma experiência superficial como a do “navegar”, a partir do qual o usuário é solicitado (ou desafiado) a utilizar sua intuição (*insight*) para usufruir da experiência de “surfar” na rede e realizar qualquer espécie de busca no Arquivo-Mundo da Internet, está em questão a segunda passagem, aquela que se faz do campo inóspito do a-significante, em direção à habitualidade do nível semântico.

Na medida em que a navegação passa a “fazer sentido” e começa a se desenvolver a partir de ícones e índices cada vez mais recorrentes e autorreferentes (a seta do mouse, o botão “x” na tela para fechar uma janela, o ícone “casa” para direcionar à *homepage*, enfim), mais o usuário é enredado nas idiossincrasias da linguagem eletrônica, de modo a lhe ser garantida a “navegabilidade”, sem que lhe sejam requeridos os mínimos conhecimentos

bidimensionalidade da interface do usuário. Fundamento para esse incremento dimensional, porém, não foi tanto a busca por um realismo visual, mas a tarefa de ao menos garantir um pouco mais de acesso ao usuário à programabilidade contínua da máquina de Turing, o que, em virtude das incontáveis possibilidades de programação, exigia a instituição de tantas dimensões quanto possíveis. A passagem para o tridimensional ou, quando se toma o tempo como parâmetro, para a interface tetradimensional, como se entende hoje a partir do slogan 'Virtual Reality', pode ser compreendida, portanto, como uma extensão das possibilidades operacionais” (KITTLER, F. Optische... op. cit., pp. 295/296 – tradução livre).

⁵⁷⁹ “Uma vez que sejamos removidos definitivamente do reino da observação direta ou indireta de imagens sintéticas criadas por máquinas para máquinas, imagens virtuais instrumentais serão para nós o equivalente daquilo que uma imagem mental de um estrangeiro já representa: um enigma” (VIRILIO, Paul. *The Vision Machine*. London: British Film Institute, 1994, p. 60 – tradução livre).

⁵⁸⁰ VIRILIO, P. *The Vision...* op. cit., p. 59.

⁵⁸¹ Conforme introduz Kucklick: “Essa nova resolução cria um mundo completamente novo. O historiador francês, Fernand Braudel, falou de um ‘inventário dos possíveis’. Esse inventário se altera e cresce hoje em dia dramaticamente, criando possibilidades inimagináveis ao longo do processo: pois, com a exatidão detalhista, com a qual percebemos nossa realidade, altera-se a própria realidade” (KUCKLICK, C. *Die granulare...* op. cit., p. 10 – tradução livre).

técnicos de computação (qualquer criança pode fazer uma busca no Google, ou encontrar conteúdo no YouTube, por exemplo). Ao conforto causado pelo manejo de signos e símbolos familiares e habituais, paga-se o preço da (re)introdução das hierarquias, das assimetrias entre sistema e usuário, a partir do problema lançado por Kittler, quando da análise do *protected mode* dos computadores Microsoft⁵⁸².

A máquina universal, máquina de Turing, i.e., a máquina que Hegel não foi capaz de pensar, (re)introduz os temas da interioridade, do sentido, da autoridade, da autoria, enfim, do Estado, *après coup* no pensamento. Hegel retorna triunfante. O espectro se confunde com o delírio, a partir exatamente daquele “resto” que a axiomática não soube (e não pôde) se desvencilhar – o sensível, a intuição. Afinal, para que a máquina possa se tornar incontornável, é necessário que ela se torne capaz de *reapropriação* da tradição. O humano assume a condição de fundamento *post mortem* da máquina, enquanto aquele que é *reapropriado* e, portanto, nunca pertenceu a si mesmo, pois sua (re)introdução na equação se dá a partir de um excesso e de uma inversão, o pensamento (*das Denken*) de que fala a tradicionalíssima filosofia alemã é assombrado por algo que o *homme de lettres* somente pode assimilar como um “espectro”, um “insubstancial” (*wesenlos*)⁵⁸³.

Trata-se de uma inversão, de um fetiche, no qual o numero “numerante” gira de ponta cabeça, como a mesa chinesa de Marx⁵⁸⁴, para assumir uma condição “numerada”. A representação se reintroduz junto com a sujeição do Homem nos seus mais diferentes papéis contemporâneos (de expectador a usuário, passando pelo precarizado, uberizado, empreendedor individual, enfim), mas “por mor” da *servidão maquínica*. Ou seja, em favor de um reposicionamento do humano em meio aos sistemas “homens-máquinas”, em cujo seio, cada parte assume a condição de mero elemento técnico, sem qualquer devir individual (ou ao menos, sem um devir “ameaçador” face à estrutura). Qualquer devir individual é impedido. Sob essa perspectiva, as “novas subjetividades”, tão decantadas nos últimos tempos, não correspondem a nada além de *relais* no contexto da servidão mais ampla face à máquina – uma captura que erigiu seu alvo antes de mais nada.

⁵⁸² Cfr.: KITTLER, Friedrich. *Protected... op. cit.*, pp. 208 e ss.

⁵⁸³ “Podemos supor que o retorno pensante à essência original da identidade pode ser realizado de um dia para o outro? Exatamente pelo fato de esse movimento exigir um salto, exige também o seu tempo, o tempo do pensamento, que é outra coisa em comparação ao tempo do cálculo, o qual, atualmente, arrasta o nosso pensamento por todo canto. Hoje, a máquina pensante calcula, em um segundo, milhares de relações. A despeito de sua utilidade técnica, todavia, ela é destituída de essência” (HEIDEGGER, Martin. *Identität und Differenz. Gesamtausgabe. I. Abteilung: Veröffentlichte Schriften 1910-1976. Band 11. Frankfurt a.M.: Vittorio Klostermann, 2006, p. 50* – tradução livre).

⁵⁸⁴ Cfr.: MARX, K. *op. cit.*, p. 83 e ss.

Na medida em que a segunda passagem se consuma (e de certa forma, ela *sempre já se consumou*), não é mais dado a qualquer Usuário voltar atrás, não lhe é mais possível retornar ao “Éden” das puras operações matemáticas, acessíveis a qualquer cérebro humano. A máquina assume um certo *arkanum*, resguardando o espaço da inscrição do código-fonte, de modo que ao usuário assim conformado, resta se submeter ao programa. Se a primeira passagem institui um mundo homogêneo e horizontal, poderia ser dito “rizomático”, a segunda é responsável pela (re)introdução das relações assimétricas, verticais e “arbóreas”. O que inicialmente foi apresentado como um conhecimento *exotérico*, assume sua condição *esotérica* no segundo momento, afastando os não-iniciados, ou melhor, os não-instrumentados para a tarefa de exploração das potências do digital.

Surge, então, uma assimetria que se retroalimenta de forma realmente interessante. Basta retornar ao exemplo do *smartphone*, com o qual o presente capítulo iniciou. O usuário de um iPhone, por exemplo, não tem o mínimo acesso à programação de seu aparelho, não pode determinar como o aparelho funciona, senão na exata medida em que o fabricante o permite. Programar o potente computador de um *smartphone* como o da Apple, seria tarefa para técnicos e engenheiros e, certamente, se tal conhecimento fosse exigido a qualquer usuário para poder desfrutar o celular, a Apple certamente encontraria problemas para vender seu aparelho. Inobstante, o iPhone é considerado o *gadget* ideal, na medida em que tais conhecimentos não são exigidos, ou melhor, são *a propri* e expressamente dispensados. Ao comprar um *iPhone*, o consumidor é garantido de levar um aparelho feito para suprir suas necessidades imediatas, basta usar a “intuição” (*insight*). O *iPhone* é, por assim dizer, *user friendly* na sua essência. Ocorre que esse benefício não é simplesmente “gratuito”. Na medida em que o iPhone é protegido *a priori* da possibilidade de programação por terceiros que não o próprio fabricante e que, afinal, os próprios consumidores da Apple são preliminarmente programados a sequer desejarem tal “poder”, a empresa é capaz de atuar para capitalizar o máximo sobre a informação de cada um de seus usuários. Ou seja, se o valor-de-uso do *iPhone*, para o consumidor, está diretamente relacionado com a acessibilidade de suas aplicações, o valor-de-uso do consumidor, para o *iPhone*, está, em não menor medida, associado a sua disponibilidade para assumir sua condição de usuário. A posição assumida pelo fator humano é fixada “por mor” da máquina.

Esse sistema homens-máquinas, que vincula smartphone-usuário-rede, é responsável não tanto pela criação de “valor”, mas pela instituição de uma

condição de sujeição, uma “servidão voluntária” à *la* Boétie, capaz de alimentar pertencimentos e chauvinismos, da mesma forma que qualquer nacionalismo. Afetos capturados e capitalizados pelas grandes empresas de tecnologia e por um Estado de sobre-vigilância (uma hiperbólica *sur-veillance*). Pode-se dizer que, com a moderna computação, a sujeição é o *fetice* da servidão (o genitivo aqui assume sua múltipla conotação, tanto objetiva, como subjetiva).

Pois bem, esse movimento que implica ambas as passagens, *a priori*, pareceu bastante unidirecional. Contudo, basta analisar os exemplos levantados no primeiro capítulo para lembrar que a ordem das relações políticas contemporâneas está inserida num contexto incompatível com essa unidirecionalidade.

A NSA e os Five Eyes são tão poderosos no contexto da vigilância de dados, pois são capazes de flutuar de um lado para o outro do espectro de possibilidades, de uma fase para a outra, entre o a-significante e o campo semântico. Importante considerar a situação do programa QUANTUMINSERT. Trata-se de uma espécie de corrida contra o tempo, em que o agente da NSA deve, primeiramente, descobrir os hábitos de um determinado alvo, na Internet, para após, obtendo uma sincronia ótima com o sistema utilizado, lança-lo em uma rede semântica que lhe seria superficialmente familiar, mas que na verdade, ao nível a-significante, permite a inserção de *malware* remotamente. Por exemplo, um usuário que acessa o Facebook todos os dias após o almoço, pode ser alvo da técnica QUANTUMINSERT, quando um agente norte-americano constrói uma interface similar a do Facebook, para fisgar a atenção do alvo e, no mesmo ato, permitir a transmissão de dados e códigos maliciosos. A grande questão, portanto, está na assimetria que assumem o usuário (incapaz de descobrir estar sendo alvo de um ataque) e o agente de vigilância. Ao passo que o usuário pensa estar interagindo somente com o nível semântico e habitual da Internet, o agente sabe que é preciso transpor esse nível semântico mediante a utilização dos recursos a-significantes do código e do sinal.

O mesmo se diga da situação da Cambridge Analytica. A CA foi responsável por granularizar o eleitorado norte-americano e inglês, a ponto de permitir pensar e agenciar cada eleitor não mais como um ser humano, a priori imprevisível, pois dotado de livre vontade, mas como mero fluxo de dados, altamente previsíveis em seu conjunto, a partir dos cálculos realizados por potente algoritmo. A CA, portanto, foi capaz de realizar uma passagem inversa, rumo ao a-significante, na mesma medida em que foi bem-sucedida enquanto permitiu ao público pensar que sua auto-imagem humana estava incólume. A Cambridge

Analytica foi responsável por instituir e preservar uma espécie de assimetria, entre usuário e sistema, fazendo com que o sistema funcionasse no sentido de direcionar a vontade do usuário, ao mesmo tempo em que fazia o usuário pensar que tudo não passava de uma natural e espontânea tendência de sua subjetividade. Com as revelações de Chris Wylie e Brittany Kaiser, contudo, essa autoimagem desmoronou e, logo após, a empresa faliu. Seu capital, muito mais do que as informações prestadas, era associado ao anonimato da relação, ou melhor, estava diretamente relacionado com o fato da manutenção da assimetria epistêmica e, inexoravelmente, política.

A situação dos *zero days* não é diferente. Os ataques *Petya*, *WannaCry* e *NotPetya* são exemplos de como a capacidade de realizar uma passagem invertida não é exclusiva de Estados e grandes empresas, mas também pode ser o instrumento de trabalho de grupos menores e até mesmo de *lone wolfs*. A infecção de um computador confere a possibilidade de saltar para qualquer outro computador que faça uma rede com o primeiro, quer essa rede seja conectada por cabos, quer seja *wireless*. Essa possibilidade só existe na medida em que os *hackers* são capazes de agenciar o plano a-significante de imanência e, a partir desse acesso, locomover-se em um sistema de informática ou mesmo na nuvem com relativa facilidade, graças às *backdoors* existentes nos programas e plataformas hoje à disposição. Ou seja, por detrás de todo o conjunto e a totalidade semântica de uma página do Google, por exemplo, há a possibilidade de determinado código revelar uma porta de acesso para outros níveis do sistema, garantindo acesso a dados e metadados, dados pessoais, financeiros, dados sensíveis, enfim.

Por fim, foi citado a estratégia da *black transparency*, como radicalização da pretensão de transparência de dados que, todavia, não insere o contexto do trauma na obtenção da informação. Ora, a *black transparency*, tal como aquela operada pelo *WikiLeaks*, Chelsea Manning e Edward Snowden, dentre tantos outros *Whistleblowers* que tenham se tornado figuras públicas ou não, caracteriza-se por uma subversão da lógica de transparência, na medida em que é revelado aquilo que os governos prefeririam não revelar, mas, ao mesmo tempo, para que essa informação seja disponibilizada, é necessário o manejo de técnicas de ofuscamento e de transmissão criptografada de mensagens, com o intuito de burlar a vigilância na medida do possível. A *black transparency* é, portanto, mediada por uma potência que sugere a disponibilidade de acesso ao campo a-significante da Computação e da Internet, de modo a embaralhar o semblante do *Whistleblower*, bem como o conteúdo de sua mensagem. O campo a-significante

é agenciado, com vistas dar novo impulso à mensagem, uma vez ela possa ser divulgada para o grande público.

De todos esses casos (e são meros exemplos), está em questão, de alguma forma, o manejo e usufruto das potências imanentes do código-fonte, da estrutura imediatamente a-significante da nova mídia, antes mesmo de se cogitar a apresentação de qualquer conteúdo semanticamente viável para o grande público. Ou melhor, em cada um desses exemplos, a posição de soberania é aquela que determina os rumos da diferença de potencial entre o polo a-significante e semântico. As relações de poder e de insurgência, na nova era midiática são reguladas pela capacidade de preservação e direcionamento dessa assimetria. Se tradicionalmente a plataforma institui um diferencial entre sistema e usuário, como diagnosticado por Kittler⁵⁸⁵, é possível pensar toda uma série de outras relações que capitalizam em torno dessa assimetria⁵⁸⁶, para além de confirmar velhas noções de autoridade e sujeição em favor do que se chamou de “servidão generalizada”⁵⁸⁷.

Conceitos como individualidade e responsabilidade, divisões entre público e privado, segredo e não-segredo, democracia representativa e ditadura são certamente refundadas no contexto do *a priori* midiático. Os contornos do indivíduo-homem, as fronteiras do Estado-Nação, a exortação por uma responsabilidade pelo comum se esvaem pelos dedos, perdem consistência em favor de uma lógica de governança aliada ao controle e modulação das potências elementares dos corpos que devêm discretos, digitalizados. No contexto da nova era midiática, somente existe e pode ser conhecido aquilo que pode ser estritamente designado no contexto da semiótica disponibilizada pela moldura tecnológica. Somente existe aquilo que pode entrar em relação e se inserir nos circuitos de uma comunicação maquínica e que, ainda quando o homem toma partido, é realizada “por mor” da máquina.

⁵⁸⁵ Cfr.: KITTLER, F. *Protected...* op. cit., pp. 208 e ss.

⁵⁸⁶ “Talvez não exista Usuário que possa fazer uma busca, que não possa também ser buscado. Na medida em que a busca compreende muitas formas de comunicações fundadas na nuvem, sejam elas pessoa-máquina, máquina-máquina e máquina-pessoa, ela pode também desenvolver gramáticas mais profundas e com maior padronização semântica. Muitos sistemas semânticos permitiriam, a uma simples pesquisa, executar um script ou programa pequeno que retornaria bem mais que uma simples lista de links; ‘buscar’ se torna mais parecido a um programar a máquina de busca e seu index, de acordo com as vontades e propósitos do Usuário. Quando o hardware inumano executa programas de pesquisa semanticamente complexos, então, a busca se torna a plataforma genérica para uma nuvem física autoprogramável. Finalmente, além das páginas da Web, a superfície daquilo que pode ser endereçado por uma dada pesquisa expande para incluir qualquer ‘coisa’ que possa ser endereçada pode meio de um significante numérico discreto, independente de ele residir no servidor de um data center ou nos habitats da vida cotidiana” (BRATTON, B. op. cit., p. 137 – tradução livre).

⁵⁸⁷ A respeito, conferir: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mille...* op. cit., p. 572.

A mídia (i.e., o complexo técnico-tecnológico em vigor) exerce uma pressão transcendental tanto sobre a ontologia, como a epistemologia possíveis. A essa potência transcendental corresponde uma soberania que é exercida desde o plano de imanência ainda não diferenciado dos *bits* e *bytes*. Uma soberania estritamente computacional, capaz de adicionar 0's e 1's, sequenciá-los indefinidamente. Todas as demais operações matemáticas no âmbito da nova mídia são fruto dessa adição fundante.

O *Urstaat* que o capitalismo revive é condicionado *a priori* pela nova era midiática, de modo que a soberania não pode ser simplesmente definida como a condição daquele que decide a exceção⁵⁸⁸, nem como uma espécie de poder a ser exercido sobre território e população, mas como a condição daquele capaz de agenciar o plano de imanência e a diferença de potencial entre plano a-significante e semântico, para proceder ao *design* do Mundo. No contexto em que as potências da terra se relacionam com aquelas da produção, o soberano é aquele capaz de estabelecer o *nomos*, estabelecer a ordem e a posição (*Ordnung und Ortung*), estabelecer o princípio da diferença. A Computação e Internet não são “soberanas” *per se*, mas são a mídia a partir da qual a soberania se exerce nas mais diversas camadas da rede (ou do *Stack*), a partir das diferentes conformações entre regimes de interface (de expressão, de visibilidade, enfim) e de endereçamento (de conteúdo, de enunciação etc).

Como já adiantado, portanto, é possível definir o soberano como *aquele que consegue obter amplo e irrestrito acesso às potências do plano de imanência, i.e., às potências do código-fonte*. Soberano é aquele capaz de atravessar o umbral semântico criado pela mídia digital, seja (a) para capturar e capitalizar sobre os afetos mais prosaicos, em favor, todavia, de um controle tão mais impregnante quanto mais sutilmente exercido, seja (b) para desvelar a existência do umbral, lançando o alerta sobre aquilo que deveria ficar resguardado do olhar público e manter-se em segredo.

A soberania que se poderia qualificar de *digital*, portanto, não é um *continuum*, muito menos é *absoluta*. A própria soberania se torna ela-própria discreta. Não se trata de um “conceito limite” (*Grenzbegriff*), como no caso de Schmitt, mas de conceito que marca a posição daquele capaz de *desenhar limites e instituir o princípio de diferença*, i.e., de realizar o *design* do Mundo. A soberania digital propõe o *corte* da realidade, segmentando a imagem analógica em *pixels*

⁵⁸⁸ A definição é classicamente atribuída a Schmitt, para quem: “Soberano é aquele que decide sobre o estado de exceção” (SCHMITT, Carl. *Politische Theologie: Vier Kapitel zur Lehre von der Souveränität*. 3. Aufl. Berlin: Duncker & Humblot, 1979, p. 11 – tradução livre).

para posteriormente dar o “sentido” do movimento, convertendo-a em ondas. Entre discreto e o contínuo, a nova mídia possui a potência de agenciar a luz desde sua dupla potência, como partícula e como onda⁵⁸⁹.

A posição de soberania não é, em si, emancipatória ou opressora, não é redentora ou vingativa. É uma posição *ainda* indiferenciada, em meio ao *ainda* não diferenciado do plano de imanência, a partir do qual a diferenciação e conformação dos possíveis se torna necessária. Não é que a soberania seja marcada pela decisão, mas se trata de uma situação na qual o soberano não pode deixar de decidir, não pode deixar de *inscrever*. A soberania impõe a necessidade da decisão. Uma decisão imperiosa e inevitável. Trata-se de equalizar *produção* e *Real*, *produção* e *natureza*, instituindo uma ordem a-significante. A soberania é o móvel do *design*.

Segundo Kittler:

De toda forma, o computador funciona não simplesmente como uma melhor máquina para secretárias, que puderam deixar de lado as suas respectivas máquinas de escrever, mas como interface geral entre equações matemáticas e a percepção sensorial [*Sinneswahrnehmung*], para não dizer “natureza”. Em 1980 o matemático Benoit Mandelbrot desenvolveu equação bastante elementar de uma variável complexa, desenhando-a, ponto por ponto, sobre a tela do computador. A própria equação já era conhecida desde 1917, porém, para matemáticos munidos de papel e lápis, o cálculo demoraria incontáveis dias de trabalho. Percebeu-se formas e padrões de cores, que somente se tornaram possíveis sobre a tela do computador, os quais receberam nomes que, não sem razão, tornaram-se famosos, tais como “homúnculo-maçã” [*Äpfelmännchen*], “partícula de Staub” [*Cantorstaub*] e “região dos cavalos marinhos” [*Seepferderegion*]. Assim foi, pois a equação produziu uma natureza que, antes, nenhum olho humano foi capaz de perceber a ordem: a ordem das nuvens, das ondas do mar, dos corais e do horizonte. A processamento da imagem digital, ao não pretender representar nada, ao contrário das artes tradicionais, está no mesmo nível do real. O que é calculado e construído a partir dos chips de silício, i.e., o mesmo elemento que compõe as pedrinhas que ornem o canteiro, são estruturas simbólicas como encriptação do real⁵⁹⁰.

⁵⁸⁹ “Ao final das mídias ópticas e desta palestra, é possível prognosticar um sistema que surge, no qual a luz não somente, como luz, transmite, mas também, como luz, registre e processe. Por meio do qual, a luz, em uma última peripetia dramática tanto de seus atos, como de suas paixões, deixe de ser onda eletromagnética. Ela funcionará, com maior força de razão, partindo livremente de Newton, novamente na sua outra condição, i.e., enquanto partícula, de modo tanto universal, tão discreto, como também manipulável, da mesma forma como os computadores [Elektronenrechner] são atualmente” (KITTLER, F. *Optische... op. cit.*, p. 298 – tradução livre com complementação em colchetes).

⁵⁹⁰ Tradução livre. No original: “Jedenfalls fungiert der Computer nicht bloß als bessere Schreibmaschine für Sekretärinnen, die ihre altmodische Schreibmaschine aufgeben dürften, sondern als allgemeine Schnittstelle zwischen Gleichungssystemen und Sinneswahrnehmung, um nicht Natur zu sagen. 1980 ging der Mathematiker Benoit Mandelbrot daran, eine sehr elementare Gleichung einer komplexen Variablen Punkt für Punkt auf dem Computerbildschirm

Mas se trata de uma decisão cujos efeitos são amplamente *reversíveis*⁵⁹¹. O Computador é expressamente inspirado na *Cadeia de Markoff*⁵⁹², pelo que cada decisão somente responde aos *inputs* imediatamente anteriores e dá conta dos resultados imediatamente posteriores. O que foi decidido em um certo momento, pode ser revisto no seguinte. Ou ainda, é possível que diferentes partículas de um mesmo corpo sejam agenciados por princípios antagônicos, ao mesmo tempo. O acesso que é conferido em certo momento, pode ser revogado no seguinte, a restrição que hoje opera, pode ser revista no momento seguinte. A depender da posição do usuário na rede, é possível que o acesso seja tanto concedido como, em última instância, negado, a depender do caso. Não há de se falar em nenhuma exigência sistêmica por coerência e consistência. Tais exigências são antes pertencentes ao nível semântico que àquele da semiótica a-significante.

Entre os estados discretos que se sucedem no tempo, entre o sim e o não, o ligado e o desligado, o acesso e a clausura, enfim, uma modulação vai tomando forma. Uma modulação da vida e das potências dos corpos. Da repetição do discreto, a impressão do contínuo, a modulação do tempo e do espaço. Processa-se uma *Time Axis Manipulation* das potências do corpo discreto que passa a ser

auszuwerten. Die Gleichung selber war seit 1917 bekannt, aber auch von Mathematikern mit Papier und Bleistift bestenfalls in Millionen Arbeitstagen auszurechnen. Und siehe an, die auf dem Computer und erst auf ihm möglichen Farbmuster erhielten nicht umsonst mittlerweile so famose Namen wie Äpfelmännchen, Cantorstaub oder Seepferdereigen. Denn sie produzierten eine Natur, die kein Menschenauge je zuvor als Ordnung erkannt hatte: die Ordnung von Wolken und Meereswellen, von Schäumen und Uferlinien. Die digitale Bildverarbeitung fällt also, gerade weil sie im Gegensatz zu hergebrachten Künsten gar keine Abbildung sein will, mit dem Reellen zusammen. Was sich in Siliziumchips, die ja aus demselben Element wie jeder Kieselstein am Wegrund bestehen, rechnet und abbildet, sind symbolische Strukturen als Verzifferungen des Reellen (KITTLER, F. *Optische... op. cit.*, p. 297).

⁵⁹¹ “Qualquer excepcionalidade do campo é realmente excepcional não somente em razão de ser autorizada por uma decisão soberana que seja tanto interna, como externa à lei, mas também por uma decisão precedente responsável por diferenciar essa clausura do seu duplo, o bunker. Cada qual é construído sobre no outro e seu design compartilhado e reversível; o campo externo-dentro [outside-in] não é somente figura desse nomos do moderno, como o interno-fora [inside-out] do bunker é uma igualmente essencial postura tomada em relação à mesma linha divisória. Consideraremos como esse flip-flop de um no outro pode ser normalizado e até mesmo automatizado por plataformas e como a ‘exceção’ da reversibilidade linear se torna, ela própria, pouco excepcional” (BRATTON, B. *op. cit.*, p. 23 – tradução livre).

⁵⁹² “Processos estocásticos do tipo descrito acima são conhecidos matematicamente como processos de Markoff e têm sido estudados extensivamente na literatura. O caso geral pode ser descrito da seguinte forma: existe um número finito de ‘estados’ possíveis de um sistema: S_1, S_2, \dots, S_n . Somado a isso, há um conjunto de probabilidades de transição: $p_i(j)$ a probabilidade que se o sistema se encontra no estado S_i , ele irá para o S_j no momento seguinte. Para tornar esse processo de Markoff em uma fonte de informação, precisamos somente assumir que uma letra é produzida por cada transição de um estado para o outro. Os estados corresponderão ao ‘resíduo de influência’ das letras precedentes” (SHANNON, C. E. *A Mathematical... op. cit.*, p. 15 – tradução livre).

circuitado a contar da inscrição *no* (e instituição *do*) espaço⁵⁹³. Não é que o espaço simplesmente “represente” a sequência temporal, mas a inscrição instaura uma (outra) natureza. O espaço assim construído (i.e., assim objeto de *design*) *tangencia* o Mundo (terra, mar e ar) de uma forma própria.

As potências da nova mídia não são simplesmente “imateriais”. O design da mídia digital *toca* o Mundo por inteiro. O princípio de ordem e ubiquação dos corpos, i.e., o *nomos* implicado, é tanto mais concreto, tanto mais material como qualquer muro que possa ser construído. A modulação das potências dos corpos já está agenciada previamente, de modo que há de se fazer a regressão no próprio âmbito do transcendental. Não basta perguntar pelas condições de possibilidade do saber e do conhecimento, há de ser relevado o papel de uma política dos afetos na definição dos horizontes. Há de se falar, portanto, de uma política de direção dos desejos.

Uma política que condiciona tanto a epistemologia, como a própria ontologia. Uma política sem a qual a pergunta pelo “ser”, em contraponto ao “nada”, perde todo sentido. Afinal, assumindo a tese materialista que acompanha o percurso até agora traçado nesta tese, se a mídia determina a situação, não se pode esquecer que, *para ser, é preciso estar circuitado*⁵⁹⁴.

⁵⁹³ “A manipulação do arco do tempo pressupõe acima de tudo, a possibilidade de os fluxos de dados temporalmente seriados (para o desconforto dos filósofos) se relacionarem com coordenadas espaciais. Isso já é feito pela exposição clássica de processos físicos e, com isso, temporalmente variados, em um sistema de coordenadas cartesiano, onde o tempo ‘t’ é conhecido como abcissa, ao passo que uma de suas funções (indiferente se velocidade ou aceleração, tensão ou corrente) atua como ordenada. Mas faz uma diferença sobre o todo, se esse truque é apresentado somente como uma mera exposição, como no caso da física, ou na condição de um circuito, como na técnica informática” (KITTLER, F. *Real Time...* op. cit., p. 183 – tradução livre).

⁵⁹⁴ “Somente aquilo que pode entrar em circuito, existe” (KITTLER, F. *Real Time...* op. cit., p. 182 – tradução livre).

NOTAS FINAIS SOBRE O HARDWARE E A SIMULAÇÃO – QUE EMANCIPAÇÃO É AINDA POSSÍVEL?

*“Im Weltkrieg zwischen Algorithmen und Rohstoffen
gerät der zweitausendjährige Krieg zwischen Algorithmen
und Alphabeten, Zahlen und Buchstaben fast in
Vergessenheit”*

(KITTLER, Friedrich. *Optische Medien*. Berlin: Merve
Verlag, 2011, p. 300)

7.1

DIANTE DA PORTA, DIANTE DO *HARDWARE*

Seguindo o fio condutor da obra de Kittler, entre *software* e *hardware*, entre algoritmos e matéria-crua/prima, há uma relação assimétrica. Afinal, ainda que de forma velada, protegida e resguardada por função do próprio código, é o *hardware* quem faz todo o trabalho⁵⁹⁵. Sempre está em questão a série de transistores que ligam e desligam, dos cabos que transmitem, do silício que computa, da *materialidade*, enfim, que torna possível toda e qualquer computação. Inobstante, a sobreposição de códigos, as interfaces *user friendly*, i.e., a noção de *software*, de fato, mascara a desconcertante simplicidade que confere movimento ao todo. O *software* esconde e protege a *arkhé*, o local do arquivo e do comando, onde se insere o *hardware*⁵⁹⁶.

O típico usuário humano, em última instância, encontra-se em condição muito próxima àquela do camponês no conto kafkaniano, *Vor dem Gesetz*. Esse conto foi, dentre outros poucos, publicado antes do falecimento do autor e apareceu em mais de uma oportunidade dentro do universo kafkaniano. Em especial, o conto foi publicado postumamente ao final d'O *Processo*⁵⁹⁷, na cena que se passa na Catedral, quando K. conversa com o pároco da Igreja (que

⁵⁹⁵ “Quanto mais elevada e confortável for a linguagem na superfície, tanto mais intransponível a resistência à percepção do hardware, que, como sempre, faz todo o trabalho” (KITTLER, F. *Protected...* op. cit., p. 210 – tradução livre).

⁵⁹⁶ DERRIDA, J. *Archive...* op. cit., p. 03.

⁵⁹⁷ KAFKA, Franz. *The Trial*. London: Penguin Books, 2015, pp. 170/172.

também era Juiz no Tribunal responsável por seu julgamento), quase que por acaso (impressionante como em Kafka muito pouco é, de fato, deixado ao acaso). O pequeno conto parece ser o desfecho necessário (nem mais, nem menos) às esperanças de K, cuja condenação era certa, pois sua culpa estava fora de questão, apesar de sua primeira petição sequer ter sido apreciada pela Corte.

Pois bem, o conto é o seguinte, segundo a versão que consta d'O Processo⁵⁹⁸.

Nos termos do relato do pároco, um homem do interior chega perante o guardião de um portão, que dá acesso à “Lei”. Ao pedir permissão, o guardião afirma que sua passagem *ainda não foi liberada*, porém, deixa aberta a possibilidade de, em algum momento futuro, tal permissão vir a ser concedida. O viajante, porém, é capaz de ver através da porta e, sentindo atração quase irresistível, é desafiado pelo guardião, que diz:

Se desejas tanto, tente entrar a despeito de minha proibição. Mas tenha em mente: eu sou poderoso. Contudo, sou somente o mais baixo dos guardiões. A cada quarto encontrarás outros guardiões cada vez mais poderosos. Nem mesmo eu consigo suportar olhar para o terceiro⁵⁹⁹.

O camponês, então, decide aguardar e se senta num banco fornecido pelo próprio guardião. Aguardando, o homem vê passar dias e anos. Vez ou outra o próprio porteiro formula pequenos interrogatórios, com perguntas verdadeiramente indiferentes e impessoais. Vez ou outra, o camponês tenta subornar seu algoz com presentes, pelo que o bárbaro os aceita todos, afirmando em seguida: “*aceito somente para que não penses que negligenciaste algo*”.

Os anos se passam e o camponês passa a observar ininterruptamente aquele guardião, esquecendo todos os demais. Superar o obstáculo imediato parece ser seu único impedimento de acesso à “Lei”. Durante os anos, o homem se torna pueril, consagrando seus dias ao estudo minucioso daquele que se constituiu em sua obsessão. Até mesmo as pulgas do casaco do bárbaro são

⁵⁹⁸ É importante destacar a diferença entre versões. Derrida, por exemplo, propõe com acerto que essa diferença não deve passar despercebida da análise. A respeito, conferir: DERRIDA, Jacques. *Préjugés. Vor dem Gesetz*. Wien: Passagen Verlag, 2017, pp. 37/39. Aqui a versão d'O Processo é utilizada, pois se pretende capitalizar em torno da conversa, entre o pároco e K., que segue à enunciação do conto.

⁵⁹⁹ Tradução livre. Na versão britânica: “*If you are so tempted, just try to enter in spite of my prohibition. But take note: I am powerful. And I am only the lowest door-keeper. But from room to room stand door-keepers each more powerful than the last. The mere aspect of the third is more than even I can endure*” (KAFKA, F. *op. cit.*, pp. 171).

detidamente analisadas, ao que o viajante chega a lhes suplicar auxílio, na tentativa de persuadir o guardião. Sua paranoia parece ser total e irremediável.

Finalmente, os anos se passam. Já não lhe restando muito tempo de vida, o camponês resume suas experiências e, no meio daquelas penumbras, vislumbra uma luz resplandecente. Então, faz sinal para que o guardião se aproxime, pois seu corpo frágil e rígido já não lhe permite se mover. O porteiro se vê obrigado a se inclinar bastante, face à diferença de estaturas.

O camponês pergunta: *“Todos buscam a Lei (...). Como é que, em todos esses anos, ninguém além de mim solicitou passagem?”* Ao que o guardião responde aos berros, na tentativa de fazer o camponês, cuja audição estava prejudicada, finalmente entender: *“Ninguém mais pode passar por aqui, pois essa entrada foi feita somente para você. Agora devo fechá-la”*⁶⁰⁰.

E assim termina o conto de Kafka. A porta, aberta desde o início, foi fechada ao viajante, ao guardião e ao próprio leitor, como em um único ato indivisível.

Todos os elementos do conto poderiam facilmente corresponder a metáforas interessantíssimas de alguns aspectos da própria condição humana. Tanto o camponês, quanto o guardião, bem como as pulgas no casaco do guardião representam facetas obscuras (e, em geral, absurdas) da humanidade. Não obstante, seguindo a advertência do próprio pároco a K., não parece ser lícito tirar conclusões para além do quanto fornecido pelo *“documento escrito”*⁶⁰¹, motivo pelo qual não é justo afirmar a índole covarde do homem do campo, ou que o guardião sofreria de degradante soberba. Os personagens representam seu papel na exata medida e nada mais poderia lhes ser exigido para além do quanto fornecido pelo texto⁶⁰².

O pároco exorta K. a não considerar o conto a partir das possíveis metáforas⁶⁰³. A evitar a suposição quanto à existência de um sentido “próprio” do

⁶⁰⁰ Tradução livre. Trecho completo na versão britânica: *“‘But everybody strives for the law’, says the man. ‘How is it that in all these years nobody except myself has asked for admittance?’ The door-keeper realizes the man has reached the end of his life and, to penetrate his imperfect hearing, he roars at him: ‘Nobody else could gain admittance here, this entrance was meant only for you. I shall now go and close it’* (Idem, p. 172).

⁶⁰¹ *“‘You have insufficient respect for the written record and you are altering the narrative’, said the priest”* (Ibidem, p. 172).

⁶⁰² A respeito da conversa que sucede o conto, conferir: Ibidem, pp. 172/177.

⁶⁰³ Em uma nota de 06 de dezembro de 1921, Kafka afirma o quanto as metáforas o inquietam. Conferir: *“A metáfora está entre aquelas muitas coisas que me fazem desesperar ao escrever [dos meus escritos] [da escrita] [da literatura]”* (KAFKA, Franz. *Tagebücher 1910-1923*. Bookrix, 2017, e-book, paginação irregular – tradução livre). A diferença entre a tradução escolhida e aquelas em colchetes, i.e., entre *“[dos meus escritos]”, “[da escrita]”* e *“[da literatura]”*, é devida em razão da diferença com relação às traduções encontradas nos seguintes trechos, respectivamente: (a) KAFKA, Franz. *Diari 1910-1923, a cura di Max Brod*. vol. 2. Milano:

texto, que deveria ser “revelado”, i.e. que desde sempre está lá e precisa simplesmente “vir à tona”. O pároco exorta K. a não propor uma “interpretação” do conto. Trata-se uma exortação exigente, apesar de sua simplicidade.

Contudo, de todas as figuras ambivalentes do conto, a que permanece completamente despercebida e não questionada, i.e., aquela que menos se presta a uma metáfora, tal qual a montanha de *Prometheus*⁶⁰⁴, é a mais importante neste momento. Há de se fazer referência afinal ao *Portão*, em cujas imediações se desenrola toda a trama⁶⁰⁵. O portão corresponde à única indicação espacial de toda a estória. A porta aberta fornece acesso à Lei e, no entanto, é intransponível ao homem do campo, ante a falta de autorização (que viria de Deus-sabe-onde-ou-de-quem) e da cega determinação do guardião em cumprir sua tarefa. A porta, e não a Lei, é aquela que estabelece a tópica da situação, ela é responsável por espacializar o tempo ao situar a procrastinação. A porta e sua condição absurda é o elemento mais intrigante do texto, pois, enquanto instrumento destinado ao acesso, o portão da estória se presta à prisão do camponês, até o momento de sua morte, bem como à fixação do próprio guardião.

Fugindo do recurso à solução metafórica, propõe-se uma análise funcionalista. Afinal, a condição absurda do portal, no conto kafkaniano, aponta para o abismo existente entre o universal e o particular. Em geral, portas são feitas para serem transpostas, para conferir acesso. No entanto, no caso do texto, a porta, construída “para” o camponês, segundo Ihe foi revelado ao final, consistiu no próprio instrumento de sua imobilidade, de sua sina, i.e., de cumprimento de sua sentença e de seu destino. Tudo o que é afirmado ao viajante corresponde a

Mondadori, 1959, p. 202 – tradução livre, (b) KAFKA, Franz. *The Diaries 1910-1923. Edited by Max Brod*. New York: Schocken Books, 2009, e-book, paginação irregular; e (c) DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: pour une littérature mineure*. Paris: Minuit, 1975, p. 40. Todas as traduções possuem algo de relevante a destacar, apesar de ser importante reconhecer que a tradução de Deleuze e Guattari (a qual não é referenciada pelos autores para além do uso das aspas e da indicação do ano, i.e., “*Journal, 1921*”, sendo possível imaginar que se trata de uma tradução própria deles) ser aquela tradução que tomou maior liberdade face ao original.

⁶⁰⁴ “Existem quatro lendas relacionadas a Prometeu: De acordo com a primeira, ele foi acorrentado a uma pedra no Cáucaso por divulgar, aos homens, os segredos dos deuses, os quais ainda Ihe enviaram águias para se alimentarem de seu fígado, perpetuamente regenerado. Conforme a segunda, Prometeu, para escapar às bicadas que Ihe rasgavam o corpo, pressionou-se mais e mais contra a pedra, de modo a se tornar unido e indistinguível ao monte. Segundo a terceira, passados milênios, sua traição foi esquecida, os deuses se esqueceram, as águias se esqueceram, ele próprio se esqueceu. Por fim, conforme a quarta lenda, todos se cansaram daquilo que se tornou insignificante. Os deuses se cansaram, as águias se cansaram, as lesões se fecharam cansadamente. Remanesceu o monte de pedra inexplicável. – A lenda tenta explicar o inexplicável. Ao emergir a partir de um fundamento de verdade, ela deve terminar no inexplicável uma vez mais” (KAFKA, Franz. *Prometheus*. In: *The Great Wall of China*. New York: Schocken Books, 1946, p. 103 – tradução livre).

⁶⁰⁵ “Nas obras de Kafka as portas parecem simples invenções arquitetônicas com o propósito de impedir que se entre por elas” (HELLER, Erich. *Kafka*. São Paulo: Cultrix, 1976, p. 77).

uma proibição fraca e contingente (“*Não entrarás por ora*”), que, enquanto tal, é capaz tão-somente de determinar a conduta dos sujeitos envolvidos na trama (o camponês, o guardião e até mesmo as pulgas). A ameaça proferida pelo guardião, bem como a resignação do camponês, não apontam senão a algo que se encontra alheio a essa proibição. Entretanto, o camponês nada faz, senão aguardar. A passagem que foi feita exclusivamente para a passagem do camponês e de mais ninguém é fechada sem nunca ter sido de fato ultrapassada por quem de direito. Ao tentar explicar o inexplicável, o conto deve retornar ao inexplicável como o seu fundo de verdade. A porta se revela (funcionalmente) uma *aporia*, a função que exerce é a de, simplesmente, *fixar*.

De uma certa forma, a relação entre a *Camponês – Porta – Guardião – Lei* funciona de forma muito semelhante àquela entre *Usuário – Hardware – Software – Código-Fonte*. O guardião, como o *software*, é responsável por inserir o usuário/camponês em uma simulação. A porta e o hardware são os agentes espaciais de toda a relação, que a despeito de bem visíveis, não são problematizados enquanto tais e, portanto, tornam-se opacos a despeito da transparência. O camponês, como o típico usuário humano, é aquele que, sabendo ou não, covarde ou não, espera pela autorização de acesso, decide não decidir⁶⁰⁶, e se amesquinha ao longo do caminho (i.e., segundo a filosofia de Kittler, torna-se “homem” e “sujeito”). Ainda que supere o primeiro portão, nada lhe garante que superaria os demais. O acesso à Lei, ou ao Código-Fonte, é protegido *de fato*, ainda que a porta permaneça aberta e, *de jure*, nada se coloque na forma de uma proibição absoluta.

Curiosamente, a “Lei” em Kafka não é simplesmente transcendente. Ela não se encontra num fora absoluto, numa espécie de “*au-délà*”. O camponês para chegar a ela deve se enredar nos caminhos de infinitas portas com seus respectivos guardiões. O camponês deve, para acessar a “Lei”, *ingressar* na estrutura, *imiscuir-se*, *emaranhar-se* (uma espécie de “*knotting into*”). A “Lei” não é transcendente em absoluto. A transcendência, inobstante, é erigida a contar da simulação na qual o camponês é lançado. Essa simulação mascara o fato de que, a despeito de todos buscarem a Lei, a porta foi construída exclusivamente para a (não-)passagem do camponês. A Lei *particular* aplicada ao camponês é aquela da porta, simplesmente. A Lei que brilha para o camponês pode muito bem ser só um vazio, como todo transcendente⁶⁰⁷.

⁶⁰⁶ DERRIDA, J. *Préjugés...* op. cit., pp. 48/49.

⁶⁰⁷ “‘O transcendente é vazio’, diz Lyotard (Au Juste, 133)” (*Idem*, pp. 66 – tradução livre).

Para além das semelhanças, é preciso atentar em não menor medida às diferenças entre um e outro caso. Neste momento, a análise se aterá a duas diferenças importantes, sabendo que muitas outras podem ser evidenciadas.

Primeiramente, apesar de em ambos os casos se tratar de uma *simulação*, há uma diferença entre a situação do camponês e aquela do típico usuário humano. Enquanto (a) o camponês está seguro que muitos buscam a Lei, mas desconhece que a porta e o guardião estão ali somente para ele, ao passo que (b) o típico usuário humano tem a segura impressão que o sistema, a partir de sua interface pessoal, está a sua exclusiva disposição, i.e., que foi feito somente para ele, ao passo que desconhece (ou não precisa conhecer) que o mesmo sistema admite muitos empregos simultâneos e em tempo real.

Em ambos os casos há uma simulação, mas enquanto no primeiro é possível considerar a contraposição estabelecida entre o *universal* e o *particular*, de modo que tanto o universal, como o particular são posições insustentáveis isoladamente considerados, na segunda, o problema é a incapacidade do usuário de perceber a extensão do *multitasking* operado pelo sistema. O *multitasking* promove uma *ponte* entre o universal e o particular, ou ainda, entre o “anônimo” e o “individualmente identificado”, pelo que o usuário pode continuar a agir de forma idiomática, na sua *GUI* (*Graphic User Interface*) e, ao mesmo tempo, ser modulado por uma régua universalizante⁶⁰⁸.

É nessa diferença que se encontra uma linha de fuga. Essa assimetria entre o conto kafkaniano e a condição do típico usuário humano é o ponto de partida para que se tome a devida distância do exemplo literário. A partir dessa suposição, questiona-se: seria possível sugerir uma outra atitude para o camponês, fosse ele um típico usuário humano?

Do que foi adquirido até o momento, é de se propor que a tarefa de pensar *outramente* implica sugerir a possibilidade de um devir *individual* do homem. Algo que, todavia, há de ser percebido tradicionalmente como um devir *inumano*, devir um *não-sujeito*, um devir *não-servo*, do homem. Afinal, (a) enquanto no paradigma

⁶⁰⁸ “É contraintuitivo, mas é preciso menos dados para identificar alguém do que imaginamos. Mesmo que sejamos bastante típicos, somos ainda assim distintos uns dos outros. Ocorre que se eliminar os top 100 filmes que todos assistem, os filmes que assistimos habitualmente são indicativos de nossa individualidade. O mesmo é verdade para os nossos hábitos de leitura, nossos hábitos de compras na Internet, nossos hábitos ao telefone, nossos hábitos nos buscadores online. Podemos ser identificados precisamente por nossas relações. É bastante óbvio que é possível identificar qualquer um a partir dos dados de localização. Com os dados de localização do celular disponíveis 24/7, o nome de qualquer um pode ser descoberto sem muitos problemas. Sequer é necessário ter tantos dados assim; 95% dos americanos podem ser identificados por nome a partir de somente quatro pontos de dados, indicando tempo, data e localização” (SCHNEIER, B. *Data... op. cit.*, p. 52/53).

da *servidão maquínica*, o homem é inserido no contexto da máquina como um de seus *elementos técnicos*, sob o controle de um agente de individuação considerado “superior”, capaz de dar sentido e unidade ao complexo “homem-máquina”, (b) no caso da *sujeição social*, a unidade “superior” é responsável por constituir o homem-sujeito que se relaciona a um objeto projetado (i.e., lançado para o exterior), de modo que o homem não se constitui, neste caso, como elemento técnico, mas forma um *subconjunto* com relação ao seu objeto, seja ele um animal, um utensílio ou mesmo uma máquina, tudo de forma a que o sujeito seja, ele próprio, “assujeitado” pelo objeto, na condição de usuário, trabalhador, proletário, enfim.

Estabelecer outra relação no contexto da mídia digital implicaria, segundo o léxico de Simondon, a desintegração das noções de servidão maquínica e sujeição social, em favor de uma *individuação* de fato que faça questão do *design* do meio associado. Esse devir individual pressupõe uma linha de confluência entre o indivíduo e o seu meio associado, na medida em que o indivíduo é seu meio associado. Trata-se, em última instância, de um modo de *beatitude* que sintoniza o indivíduo ao mundo e a liberdade à necessidade.

A segunda diferença está no *a priori* midiático num e noutro caso. Enquanto (a) que na relação *Camponês – Porta – Guardiã – Lei* está em questão um *a priori* midiático analógico, o pároco enuncia *in praesentia* o conto a K. ou, quando muito, poderia se pensar na mediação pela escrita kafkaniana, ao passo que (b) na relação estabelecida entre *Usuário – Hardware – Software – Código-Fonte*, o *a priori* midiático é todo digitalizado, fruto de uma ordem computacional, na qual impera tanto a resolução do contínuo no discreto, como o desenvolvimento, a contar de uma semiótica imanente, de uma nova semântica a partir das figuras/bits assignificantes. Se a evolução midiática que conduz à computação corresponde a uma subtração das dimensões do mundo, não menos verdade que o código binário, como a dimensão “0” é também condição de possibilidade para um construtivismo dimensional, a ponto de permitir o *design* de uma nova relação semântica de novos possíveis, *paulatim*⁶⁰⁹.

Em meio a essa dupla diferença: (a) de um lado, a assimilação do indivíduo ao seu meio associado, da liberdade à necessidade e (b), de outro, a afirmação da possibilidade (ou melhor, da imprescindibilidade) do *design* de uma nova relação com o mundo, *bit by bit*, é preciso, neste momento derradeiro, considerar em que medida ainda é possível, ou mesmo necessário, falar em emancipação.

⁶⁰⁹ A respeito, conferir: KITTLER, F. *Optische... op. cit.*, p. 295/296.

7.2

O CLINAMEN FACE ÀS MODULAÇÕES E ONDULAÇÕES DO SINAL DIGITAL

Nesse contexto da dupla diferença, tomar-se-á a segunda como pressuposto para a análise da primeira. E, no intuito de pensar esse mundo que se computa *bit by bit*, considerando as imagens lançadas ao longo da tese, é necessário retomar aquela relativa ao epicurismo e à sua imagem invertida (ou “em negativo”), tal como avançado no segundo capítulo.

Segundo a tese atomista adotada primordialmente por Epicuro e pela linhagem que o seguiu, tendo Lucrécio como um de seus principais divulgadores, o universo é composto por *matéria* e *vazio*⁶¹⁰. Enquanto a matéria é princípio de constituição dos corpos compostos e singularidades complexas, pois responsável por um movimento de clausura, o vazio é princípio de movimento e devires, um agente de abertura. Os corpos compostos são caracterizados por criarem uma internalidade, ou melhor, por conterem o vácuo⁶¹¹.

A matéria é constituída por átomos na sua unidade mais elementar. A quantidade de átomos no universo seria constante, partindo tanto da suposição de que nada pode surgir do nada, como da premissa segundo a qual a relação entre matéria e vazio é de exclusão (i.e., ou um, ou outro), os átomos primordiais corresponderiam a corpos absolutamente sólidos, singulares e incindíveis⁶¹², i.e., cheios de virtualidades, capazes de assumir uma multiplicidade de conformações diferentes a partir de três movimentos diferentes, quais sejam: (a) a “queda” em linha reta, (b) a repulsão a partir do encontro entre átomos e (c) a declinação (*clinamen*)⁶¹³.

⁶¹⁰ “(...) [A]lém do vazio e dos corpos, não é possível que uma terceira natureza possa ser encontrada na soma das coisas” (LUCRETIUS. *op. cit.*, p. 43 – tradução livre).

⁶¹¹ “Além disso, desde que há vazio nas coisas criadas, também deve haver matéria sólida no seu entorno, pois não seria possível a algo conter o vazio em si e mantê-lo dentro de si, sem que se reconheça que aquilo que contém e mantém é sólido. Ademais, que isso não possa ser senão uma união da matéria, a qual é capaz de conter o vazio nas suas entranhas. A matéria, portanto, que consiste no corpo sólido, pode ser eterna, apesar de tudo o mais se dissolver” (*Idem*, p. 43 – tradução livre).

⁶¹² “(...) [O]s princípios das coisas não podem ser destruídos por nenhum poder: eles conquistam, ao final, em razão de seu corpo sólido” (*Ibidem*, p. 41 – tradução livre).

⁶¹³ “Epicuro supõe três tipos de movimentos dos átomos no vazio. O primeiro é aquele da queda em linha reta; o segundo surge uma vez que os átomos declinam da linha reta; e o terceiro é

Os átomos compõem tudo o que existe, assumindo as mais diferentes conformações para os sentidos, a partir das diferentes proporções em que se conjugam. A vida é caracterizada pela capacidade de os átomos formarem corpo, ao passo que a morte é definida como dispersão. A passagem do a-significante, i.e., o “analógico noético”, em direção ao campo semântico, ao “analógico sensível”, e vice-versa, é a nota do epicurismo⁶¹⁴.

Segundo Lucrécio, os átomos seguem a própria inércia e são lançados em linha reta (a “queda”), uns em relação aos outros. Não seria correto dizer que os átomos “caem”, todavia, pois seria assumir a existência de uma diferenciação primordial entre o “em cima” e o “embaixo”, o que não pode ser aceito em um universo infinito⁶¹⁵. Cada átomo desenha uma linha que, *a priori* e *de jure*, é paralela a todos os demais.

A grande problemática do epicurismo, então, está em como explicar o fenômeno da repulsão e composição de corpos, afinal, se todos os átomos primordiais seguissem realmente uma linha reta, paralelos uns aos outros, nunca se encontrariam. Ou seja, contra a suposição *de jure*, o fato impõe-se com toda sua força: já que um “mundo” toma consistência a partir da composição de átomos que fogem da experiência, em corpos capazes de fazer sentido e serem percebidos pelos órgãos dos sentidos, algo deve fundamentar a confluência de átomos, algo deve ser a causa para que o mundo, tal qual se conhece, exista e possa ser percebido.

É nesse contexto que Epicuro e Lucrécio, em especial, desenvolvem a tese da declinação (ou *clinamen*). Os átomos sofrem uma pequena declinação em seu movimento, desde um tempo-espaco que somente pode ser postulado, “*nec*

verificado por meio da repulsão dos múltiplos átomos entre si. A suposição do primeiro e do último movimento é um ponto de encontro entre Demócrito e Epicuro, a declinação dos átomos, contudo, é o marcador da diferença” (MARX, Karl. *Differenz der demokratischen und epikureischen Naturphilosophie*. Praga: e-artnow, 2015, e-book, paginação irregular – tradução livre).

⁶¹⁴ “Em segundo lugar, o método epicurista é um método de passagem ou de transição: guiado pela analogia, passamos do sensível ao pensamento e do pensamento ao sensível, por transições, paulatim, ao fim de um processo em que o sensível se decompõe e se compõe. Passamos do análogo noético ao análogo sensível e vice-versa, por uma série de graus concebidos e estabelecidos a partir de um procedimento de exaustão” (DELEUZE, Gilles. *Simulacre et philosophie antique*. In: *Logique des sens*. Paris: Minuit, 1969, p. 310 – tradução livre).

⁶¹⁵ “Ademais, se todo o espaço no universo fosse contido dentro de limites fixos de todos os lados e fosse limitado, então o estoque de matéria já teria escorrido até o fundo pelo seu próprio peso, nem algo poderia ser feito sob os céus, nem haveria céu ou mesmo a luz do sol, pois seguramente toda a matéria estaria assentada e amontoada na parte mais baixa da estrutura, depois de séculos de queda. Mas, como as coisas são, é seguro afirmar que não há descanso para os corpos primordiais, pois não há fundo para que eles se amontoem e lá se fixem. O universo sempre continua em uma dinâmica incessante de todas as suas partes e os elementos da matéria são supridos desde baixo, correndo em direção ao espaço infinito” (LUCRETIUS. *op. cit.*, p. 83 – tradução livre).

regione loci certa, nec tempore certo”, desde “o menor espaço possível”⁶¹⁶, por uma *causa indefinida*. Uma declinação pequena, mas suficiente para determinar a possibilidade de colisão de corpos e a constituição de estruturas cada vez mais complexas (i.e., moles e duras, quentes e frias, de tamanhos variados, enfim)⁶¹⁷ a partir desses encontros.

Ora, além de o *clinamen* justificar a conformação de corpos cada vez mais complexos, a partir da negação da linha reta, a espacialização do ponto, como sugere o juveníssimo Marx⁶¹⁸, também serve como fundamento para a liberdade e para o surgimento do novo⁶¹⁹, i.e., para um desejo produtivo *tomar e formar* espaços – instituir o *nomos*. A “queda” pode ser compreendida como o movimento determinado por uma dependência, por uma dinâmica da falta, como até mesmo sugere Marx, mas, talvez de forma mais crítica, a dinâmica de falta seja percebida somente *après coup*. Antes, há uma produção radical – algo que o “velho” Marx talvez concordasse em maior medida, a partir dos desenvolvimentos a respeito da acumulação primitiva⁶²⁰. Antes de a falta ser instituída, é preciso desejo criador e não o inverso.

Lucrécio, por exemplo, com seu materialismo radical, ao sustentar que tudo é composto de matéria ou vazio, sugere um princípio de constituição do mundo semelhante ao que foi exposto nos capítulos anteriores, perante o qual o movimento se dá pela conformação de uma longa cadeia, mas que a *inclinação*

⁶¹⁶ “A declinação é *nec regione loci certa, nec tempore certo*, i.e., ocorre no menor espaço possível” (MARX, K. *Differenz...* op. cit., paginação irregular – tradução livre).

⁶¹⁷ “Um ponto seguinte a respeito do assunto que desejo fazê-los compreender: que enquanto os corpos primordiais são lançados para baixo pelo seu próprio peso, em uma linha reta ao longo do vazio, num tempo indefinido e num local incerto, eles declinam um pouco. Pois se não pudessem declinar, tudo cairia como gotas de chuva no vazio profundo, nenhuma colisão ocorreria e nenhuma colisão seria causada entre esses primordiais: se assim fosse, a natureza nunca teria produzido nada” (LUCRETIUS. op. cit., p. 113 – tradução livre).

⁶¹⁸ “A existência relativa que confronta o átomo, o *Dasein*, e é responsável por negá-lo, é a linha reta. A negação imediata desse movimento é um outro movimento que é representado espacialmente, i.e., a declinação da linha reta” (MARX, K. *Differenz...* op. cit., paginação irregular – tradução livre).

⁶¹⁹ Considerar que Lucrécio não trata, propriamente, de *livre arbítrio* (*liberum arbitrium*), mas de liberdade (*libertas*). Uma liberdade que não é “da vontade”, no sentido que só mais tarde, na história das ideias, tomou corpo, mas da mente (*animus*). A tradução para o inglês “*free will*”, tal como empregada pela versão utilizada, editada pela Harvard University Press, é falha ao não considerar esse anacronismo.

⁶²⁰ “A chamada acumulação primitiva não é nada mais do que um processo de cisão histórica entre produtores e meios de produção. Ela aparece como ‘primitiva’, pois compõe a pré-história do capital e do seu modo de produção” (*Idem*, p. 660 – tradução livre). A separação entre produtor e meio de produção pode ser tratada como prototípica daquela outra denunciada por Kittler, entre usuário e sistema. Ao final, a mais-valia produzida num e noutro caso se faz a partir da fixação e da preservação dessa assimetria. Apesar de a noção de produção ter sido alterada, num e noutro contexto, tornando-se mais impregnante com a nova mídia, não se pode desconsiderar as analogias possíveis, num e noutro caso.

dos átomos, ainda em tempo-espaço remoto, corresponde àquele princípio que rompe com as cadeias do destino (a qual importaria aos átomos a queda em linha reta, impossibilitando todo e qualquer encontro entre eles). O novo é determinado pela existência de um móvel, de uma causa, que se encontra no mínimo espaço disponível e se processa no mínimo tempo possível.

Se as próprias ideias são matéria, há uma determinação da colisão, desde a mente (*animus*), desde o mais ínfimo e insensível, paulatinamente, em direção ao sensível – em uma largada de corrida, por exemplo, primeiro se tem a ideia de correr, a ideia é responsável por mover parte por parte, músculo por músculo, tendão por tendão, até que o corpo todo, em conjunto, lança a si próprio para frente, o mais rápido que pode. A iniciativa da corrida inova, é um evento no mundo. Na qualidade de evento, a materialidade da ideia produz efeitos, de ordem igualmente material, nos planos sucessivos do corpo, até quebrar o limiar do sensível, de tal modo que é realmente possível ver o corpo do corredor se movimentando ao final desse longo processo. Os efeitos podem ser mais ou menos previsíveis, no entanto, o agente tem muito pouco controle sobre os efeitos *de facto* produzidos.

No âmbito do epicurismo, ainda que se afirme uma regra *de jure* de causalidade, *de facto* as relações com os efeitos são caracterizadas por uma incapacidade intransponível de experimentar a causa primeira ou de determinar as consequências em última instância. De acordo com a filosofia antiga, a causa primeira somente pode ser postulada, mas não, efetivamente, objeto de uma experiência empírica. Ou melhor, é impossível tocar o germe da ação. As causas últimas, todavia, são elas próprias impensáveis, chegando à ordem do infinitesimal. Portanto, é impossível abarcar *de facto* os efeitos últimos, senão a partir de uma aproximação grosseira.

É justamente essa condição que é alterada com a nova era midiática. Afinal, a nova era midiática não toca a condição transcendental, mas garante, ao menos *de jure*, a possibilidade do seu *bypass*. Ao criar uma axiomática dos fluxos discretos, a partir da qual o a-significante rizomático pode tender ao semântico da captura, passando por uma axiomática crítica, Computação e Internet são agentes de um outro princípio: o *de englobamento*. Com a nova mídia, a *pretensão de englobamento se estende à própria condição transcendental*, que passa a integrar a grande estrutura axiomática dos protocolos⁶²¹. Muito mais do que um

⁶²¹ Partindo de Robert Blanché, essa pretensão é impossível de ser cumprida de fato. A intuição que é excluída, a priori, no contexto da teoria axiomática, retorna galopante, seja no contexto da interpretação concreta, seja no contexto da inquirição dos pressupostos do conhecimento

englobamento geográfico da terra, pretende-se o englobamento da nuvem. A criação de um outro mundo de possíveis, no qual um outro princípio de estratificação é instituído, segundo o qual, como destacado no tópico anterior, para algo “ser” é necessário “estar circuitado”, é necessário que se insira no contexto da *diagramática* da nova mídia e seja enquadrado no seio do duplo agenciamento semiótico, entre interface e endereçamento.

Não se trata, simplesmente, de um epicurismo “invertido”, como chega a sugerir Bratton, ainda que brevemente e sem desenvolver muito. Meillassoux, a quem Bratton atribui a ideia, ao sugerir a inversão da relação entre o contínuo e o discreto do epicurismo, não chega a adentrar, especificamente, no problema da nova mídia⁶²². A transposição de Bratton é tanto um excesso, como um salto no desconhecido e é nessa medida que deve ser considerado como um modelo insuficiente para a mídia digital. Afinal, na medida em que a estrutura é mediada por uma axiomática crítica, há de se levar em conta a profunda suspeita face ao papel e aos frutos da intuição.

Ora, se o epicurismo implica que a matéria é *discreta* e o vazio, o *contínuo*, sua imagem “em negativo” supõe que o vazio é *discreto* (daí a noção de “átomos de vazio”), ao passo que a matéria é *contínua*. Ou melhor, se para o atomismo de Lucrécio, os átomos, discretos e incindíveis, atravessam o vazio para se condensar em certo ponto do espaço, para a lógica inversa, *partículas de vazio* se esvaem, *paulatim*, para revelar a “verdadeira” forma da matéria.

A nova mídia, todavia, não supõe simplesmente uma semelhante inversão do modelo epicurista, mas uma *radicalização* do princípio digital. Não há de se falar simplesmente em uma inversão da distribuição entre o discreto e o contínuo, mas na *proliferação do discreto*. Como é possível sugerir um tal modelo? Pense-se não na mera inversão, mas na síntese disjuntiva em que o modelo epicurista é justaposto ao modelo “invertido”. Na base dessa imagem dúplice entre o discreto/contínuo da matéria e o discreto/contínuo do vazio, i.e., desse cristal hiperbólico em que algo “é” e “não é” ao mesmo tempo, está *on* e *off*, tudo num tempo-espaço ainda indiferenciado e cheio de potencialidades e no qual a entropia é máxima ($H = 1$), encontra-se uma questão essencial que ainda não foi levantada

produzido axiomáticamente. Nesse sentido: “Toda axiomática formal é forrada, de ambos os lados, por um domínio intuitivo: embaixo, por meio das interpretações concretas que podemos conceder, os modelos, dos quais um geralmente lhe serve de assento; por cima, pelas ciências que lhe são anteriores e que intervêm, em sua edificação, com a sua verdade categórica e sua significação intuitiva” (BLANCHÉ, R. *op. cit.*, p. 73/74 – tradução livre).

⁶²² Cfr. MEILLASSOUX, Q. *Subtraction...* *op. cit.*, p. 63/107.

ou tematizada ao longo destas páginas, mas que, neste espaço derradeiro, merece alguma atenção.

A radicalização da nova era midiática está em assimilar o vazio e a matéria aos fluxos discretos do ligado e desligado. O espaço, o vazio cheio de potencialidade, torna-se discreto, torna-se digital. A matéria, cujas topologias assumidas são o ponto, a linha ou o plano, torna-se digital. Os signos são reduzidos à mais absoluta e desconcertante simplicidade, i.e. à condição de meros sinais: *On* e *Off*. Verifica-se que não há diferença de potencial entre matéria e vazio para a nova era midiática, uma vez a própria relação entre ambos se tornar digitalizada. Os signos que ocupam seus espaços no contexto da Computação e Internet, sejam eles 1s, sejam 0s, são discretos e indiferentes à matéria ou ao vazio. O mundo digital, em conformidade à contribuição de Turing/Church, é conduzido a sua mais absoluta simplicidade. Uma simplicidade binária a partir do qual todo o mais é possível, *paulatim*. É possível, a partir de então, efetuar o *design* do Mundo, um *Doppelgänger* do Mundo dito “físico”, um simulacro dotado das mais diversas potencialidades.

É a proposição do *clinamen*, todavia, que merece alguma atenção neste momento. Ora, o desvio é o elemento unificador, tanto do epicurismo, como de sua imagem invertida. No contexto da nova mídia, porém, é preciso considerar de outra forma a suposta “natureza das coisas”.

Afinal, é possível estabelecer um paralelo entre o *clinamen* do epicurismo e o *binary digit* (ou *bit*) de Shannon/Weaver. O *bit* é, ao fim e ao cabo, a *declinatio* do mundo digital. No contexto de pura entropia, o dígito binário, i.e., o vazio espacializado que, isoladamente considerado, admite duas e somente duas possibilidades (ou *on*, ou *off*), numa disjunção exclusiva (ou... ou...), também pode ser sequenciado indefinidamente a partir da presença ou da ausência de sinal (1 + 1 – 1 + 1...), dando lugar a uma disjunção inclusiva (e, e, e...). O *bit*, assim como a declinação, quebra a cogência do destino e das filiações e, na mesma medida em que insere o caos (i.e., a entropia) na equação do Mundo, é responsável por, em primeira ordem, permitir o *design* de um outro Mundo que *se faz* e que *se oferece* aos sentidos, *paulatim*.

Se os movimentos do epicurismo são de três ordens, quais sejam (a) a linha reta, (b) a repulsão e (c) a declinação, os movimentos da mídia digital são, primordialmente, aqueles do gráfico de Fourier, i.e., a *ondulação* e a *modulação*. Os fluxos de corpos e signos, articulados por um relays, não formam uma disjunção exclusiva, mas uma síntese disjuntiva. Onda por onda, todas interpoladas a ponto de não se distinguir mais entre elas. Todas reduzidas à mais absoluta

simplificação de um fluxo “discreto” que, sequencialmente, tanto “é”, como “não é” (“*ein Ding ist, ist nicht*”⁶²³). É a sobreposição de ondas que se modulam entre si, a tal ponto de se tornarem um único fluxo discreto.

O *clinamen*, nessa condição, não se opera uma vez para todo o sempre, funcionando exclusivamente como o fundamento para os encontros e colisões que seguem, mas *bit by bit* e a todo momento. A declinação não se opera na origem para depois dar lugar ao contínuo da linha reta, que só é remediada pelas colisões entre partículas. No contexto da mídia digital o *clinamen* constitui o fluxo digital. Não se pode mais falar de colisões, mas de *modulações* que se impõem e *limiares* que são atravessados.

Em primeiro lugar, modulações do tempo e do espaço, modulações de corpos e agências. Uma modulação assimila o desviante ao fluxo. É tanto mais violenta quanto mais o corpo estranho desviar da modulação paradigmática, mas, para os que se encontram assimilados, trata-se de regime perfeitamente “aceitável” (*soft power*). Pode implicar até mesmo uma facilitação das condições de vida. Não precisa vir associada a uma condição de penúria. Mas é tanto mais rígida quanto qualquer muro que seja erigido entre o proibido e o permitido.

Nesse exato sentido, ganham importância as considerações de Sibertin-Blanc a respeito dos processos de “minorização” (*minorisation*), como um desvio no processo interno de proletarianização, entre aquele que é expropriado de todo poder social no seio da estrutura de produção e aquele que é reintegrado parcialmente (e desigualmente) na forma do Estado de Direito. I.e., importa diferenciar aquele que é “fora-de-sistema” e aquele que é lançado para um “subsistema”⁶²⁴. A partir da lógica de modulação descrita acima, verifica-se

⁶²³ “‘Uma coisa é, não é’. Com esse aforisma, Leibniz comenta sua exposição das cifras binárias dos numerais. Essa ontologia do Liga/Desliga puro revela como, no século XVIII, eram feitas experiências com a eletricidade: o testemunho paradoxal de Gilbert sobre a morte de Richmann é a imagem conceitual dessa condição” (SIEGERT, B. *Passage... op. cit.*, p. 305 – tradução livre).

⁶²⁴ “Os conjuntos minoritários remetem, em sua própria constituição, à variabilidade das formas nacionais e dos aparelhos estatais que os administram, a quem são integrados diferencialmente e que se confrontam imediatamente ao múltiplo: variabilidade de posições de Estados na divisão internacional do trabalho e integração desigual de seu mercado interior ao mercado mundial; variabilidade das estruturas políticas e dos regimes entre os polos social-democrata e totalitário, ou entre integração institucional e jurídica das minorias como ‘sub-sistema’, e exclusão ‘fora-de-sistema’ das minorias desde quando disponíveis à violência repressiva do Estado; variabilidade correlativa das formas de dos graus de desenvolvimento das lutas minoritárias, mas também das lutas socioeconômicas desde as quais as intensificações, as conquistas e as derrotas, repercutem sempre sobre o tratamento reservado às minorias; variabilidade dos tipos de instrumentalização política das minorias, que seja para desdobrar os procedimentos trabalhadores clássicos ou para deslocar os conflitos sociais e políticos sobre as normas ‘culturais’, elas próprias mais ou menos naturalizadas, e aparentemente sem relação imediata com as normas de exploração econômica (lugar de residência, critério étnico, linguístico ou religioso, relações geracionais, condutas sexuais etc.), sempre pronto, certamente, a fazer com que os conflitos assim deslocados apresentem muitos problemas ao Estado” (SIBERTIN-BLANC, G. *Politique... op. cit.*, p. 208 – tradução livre).

movimento relativamente semelhante, a partir do qual a axiomática capitalista não precisa se delimitar face a uma ameaça *a priori* estabelecida como exterior. A o fluxo modulador, como uma espécie de buraco negro, exerce uma *vis attractiva* sobre todo fluxo desviante, os quais se sujeitam à modulação, assimilando alguns em subsistemas e repelindo aqueles outros para um “fora”, a criação de um excedente sobre o qual uma violência estrutural pode ser exercida. Confirma-se o diagnóstico de Deleuze e Guattari, segundo o qual “a axiomática capitalista não se cansa de produzir aquilo que sua máquina de guerra se propõe a eliminar”⁶²⁵.

Em segundo, as passagens em direção ao limiar implicam uma superação da lógica do contínuo. Se o discreto é um limiar do contínuo, as passagens denunciadas na primeira parte desta tese, são decorrência da assimilação do *Relaisprinzip* à condição fundante do novo *nomos*. A relação de causalidade, da qual a noção de continuidade é tributária, é fundamentalmente quebrada em favor do descontínuo e do discreto. A relação entre origem e consequência é subvertida⁶²⁶. Tudo se opera de modo a manter o sistema em estado de instabilidade (ou *meta*-estabilidade, como diria Simondon). Criar novos pontos de crise, impor novas modulações, novos limiares, novos agenciamentos de corpos e signos.

Como destaca Lapoujade, traçar limiares é necessariamente um ato decisório, criador de direito⁶²⁷. Ao traçar limiares, são traçadas topografias e topologias. É estabelecido o *nomos*. Essa atividade topográfica/topológica é, por sua vez, condicionada pelo *a priori* midiático. Nesse contexto da mídia digital, a

⁶²⁵ Tradução livre. No original: “*Dans ces conditions, l’axiomatique capitaliste ne cesse de produire et de reproduire ce que sa machine de guerre tente d’exterminer. Même l’organisation de la famine multiplie les affamés autant qu’elle les tue*” (DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mille... op. cit.*, p. 589).

⁶²⁶ “O último como objeto de avaliação coletiva determinará o valor de toda a série. Ele marca exatamente o ponto onde o agenciamento deve se reproduzir, recomençar um novo exercício ou um novo ciclo, se instalar sobre um outro território, além do qual o agenciamento não poderia continuar como tal. É, portanto, bem um ante-último, um penúltimo, posto que se encontra antes do último. O último é quando o agenciamento deve mudar de natureza (...)” (*Idem*, p. 546 – tradução livre).

⁶²⁷ “Desenhar um limite não é um ato anódino; trata-se de um ato decisório, criador de direito, É isso que faz com que a filosofia seja inseparável de uma relação com a terra, como em Kant. Uma terra se estende tanto quanto o direito que pretendemos exercer sobre ela. O filósofo é um ‘geógrafo da razão’ ou um topógrafo que circunscreve os limites da terra conquistada. Ele é um juris auctor, criador de direito, à maneira dos topógrafos do império romano. Deslocar os limites, é instaurar um novo direito, decidir acerca de uma nova partilha do legítimo e do ilegítimo, é propor uma nova distribuição da terra, como dizemos a respeito de Kant, quando ele traça os novos limites do conhecimento, contra as pretensões despóticas da velha metafísica e contra as invasões nômades dos empiristas. As novas condições do conhecimento desenvolvidas por Kant fixam novos limites ao conhecível. O condicionamento é ao mesmo tempo limitação. Sob condição de querer dizer: no interior de certos limites que definem o domínio onde a condição se exerce legitimamente sobre o condicionado” (LAPOUJADE, D. *Deleuze... op. cit.*, p. 292/293 – tradução livre).

atividade “decisória”, aquela que cria o direito, é precária e reversível, podendo afetar corpos discretos, infra- ou supra-humanos, sem a necessidade de qualquer mediação por parte de uma consciência vigilante. A máquina ganha vida e passa a atuar *sponte própria*, obedecendo a axiomática de seus protocolos. O acesso ou não-acesso, o segredo ou o não-segredo, a liberdade ou a servidão, são decisões a todo momento passíveis de reversão no contexto da nova mídia digital.

Portanto, resta questionar por derradeiro: o que significa “emancipação”, nesse contexto? Que espécie de emancipação é possível se a todo momento as constrições são passíveis de mudança, as exigências podem ser alteradas, os paradigmas de ação são solicitados a se adequarem às novas modulações que supõem outros tantos limiares?

A despeito da dinamicidade sugerida acima, entretanto, uma condição de base se mantém. Com Kittler e Simondon, é necessário reconhecer que a divisão de classes se tornou finalmente uma *divisão técnica*. Com Simondon, afinal, os “*objetos técnicos que produzem mais alienação são também aqueles que se destinam a usuários ignorantes*”⁶²⁸. Os *tecnólogos* estão em condições de promover o *design* do mundo, ao passo que aqueles classificados meramente como “típicos usuários humanos” não passam de meros elementos no contexto da servidão maquínica. Um usuário pode até ser percebido em determinado contexto como um *sujeito*, como alguém com uma condição subjacente de dignidade e liberdade, mas, de fato, interessa menos o que é pressuposto como subjacente do que aquilo que, *de facto* e *de jure*, ascende à superfície. E essa superfície é toda determinada pelos processos e percepções maquínicos.

A noção de “homem” e “humanidade” *não* se tornou “supérflua” ou “ultrapassada”, como um determinado marco teórico de “pós-humanismo” pretende impor, mas muito pelo contrário. Simplesmente, o *status* do problema do homem, em meio à nova mídia digital, mudou de forma palpável. Tornou-se uma espécie paradoxal de fundamento *post mortem* para uma ordem determinantemente maquínica, ou melhor, uma ordem na qual o corpo humano é agenciado, na melhor das hipóteses, como “elemento técnico” ou como “conjunto”,

⁶²⁸ Tradução livre. Trecho completo no original: “*Les objets techniques qui produisent le plus l’aliénation sont aussi ceux qui sont destinés à des utilisateurs ignorants. De tels objets se dégradent progressivement : neufs pendant peu de temps, ils se dévaluent en perdant ce caractère, parce qu’ils ne peuvent que s’éloigner de leurs conditions de perfection initiale. Le plombage des organes délicats indique cette coupure entre le constructeur, qui s’identifie à l’inventeur, et l’utilisateur, qui acquiert l’usage de l’objet technique uniquement par un procédé économique ; la garantie concrétise le caractère économique pur de cette relation entre le constructeur et l’utilisateur ; l’utilisateur ne prolonge en aucune manière l’acte du constructeur ; par la garantie, il achète le droit d’imposer au constructeur une reprise de son activité si le besoin s’en fait tenir*” (SIMONDON, G. *Du mode... op. cit.*, p. 339/340).

mas não mais como “indivíduo” a título próprio. Por exemplo, para além do que sugere Bratton⁶²⁹, as discussões em torno do sigilo de dados “pessoais”, marco normativo imperante desde a Lei Geral de Proteção de Dados brasileira⁶³⁰, como a *Bundesdatenschutzgesetz* (BDSG) alemã⁶³¹ ou o Regulamento de Proteção de Dados da União Europeia⁶³², dentre muitos outros casos, é marco não somente “insuficiente” de regulamentação do campo, mas um paradigma *frágil na medida certa*, nem mais, nem menos.

Na “medida certa”, diga-se, pois cria uma espécie de espantalho chamativo o suficiente para focar a atenção de um certo público ao mesmo tempo em que permite uma série de agenciamentos tanto aquém, como além, do marco da personalidade jurídica para garantir o *bypass* de qualquer proibição formal. Dado e meta-dado, dados pessoais e não-pessoais, públicos e não-públicos, enfim, em meio à massiva coleta, transmissão e processamento de dados, em meio à possibilidade sempre mais presente de uma *Internet of Things*, a definição dessas fronteiras se torna um exercício meramente acadêmico. Trata-se da fixação de marcos normativos que não são simplesmente “insuficientes”, mas totalmente direcionados a promoção de um engodo (Kittler diria, uma “simulação”).

O Homem, então, não passa de uma *simulação maquínica*.

⁶²⁹ “Dado o fato de que muito no tráfego da Internet das Coisas será de-objeto-para-objeto e que qualquer objeto pode diretamente afetar e ser afetado por muitas pessoas ao mesmo tempo ao longo de um período (alguns proprietários, outros Usuários, outros transeuntes), como pode alguém ter certeza a respeito de qual ‘pessoa’ estamos falando? Ao articular o temos de governança nos termos dos direitos individuais, limitamos a priori como o design poderia governar sobre a emergência de uma comunicação computacional-material endereçável, no sentido de uma estreita, até mesmo provinciana, subseção de Usuários investidos que talvez se assemelhem a esse tipo de perfil” (BRATTON, B. *op. cit.*, p. 204 – tradução livre).

⁶³⁰ Lei Ordinária Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018: “CAPÍTULO I. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES. Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais (...)” (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm, acessado em 05.03.2020).

⁶³¹ Lei de proteção de dados federal, da República Federativa Alemã (BDSG): “Parte 1. Determinações gerais. Capítulo 01. Âmbito de aplicação da lei. (1) Essa lei vale para o processamento de dados relativos à pessoa por meio de: (...)” (Disponível em: https://www.gesetze-im-internet.de/bdsg_2018/BDSG.pdf, acessado em 05.03.2020 – tradução livre [No original: “Teil 1. Gemeinsame Bestimmungen. Kapitel 1. Anwendungsbereich und Begriffsbestimmungen. § 1 Anwendungsbereich des Gesetzes. (1) Dieses Gesetz gilt für die Verarbeitung personenbezogener Daten durch: (...)”]).

⁶³² REGULAMENTO (UE) 2016/679 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 27 de abril de 2016: “O PARLAMENTO EUROPEU E O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nomeadamente o artigo 16.o, Tendo em conta a proposta da Comissão Europeia, Após transmissão do projeto de ato legislativo aos parlamentos nacionais, Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social Europeu (1), Tendo em conta o parecer do Comité das Regiões (2), Deliberando de acordo com o processo legislativo ordinário (3), Considerando o seguinte: (1) A proteção das pessoas singulares relativamente ao tratamento de dados pessoais é um direito fundamental (...)” (Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32016R0679&from=EN>, acessado em 05.03.2020).

Ao contrário do que um otimismo tecnológico poderia denotar, a nova mídia não se adequa ao modelo político da “obra aberta”, i.e., não garante uma “soberania do leitor”, mas é responsável por reintroduzir hierarquias e assimetrias por meio da modulação universal, de uma modalidade de controle que não é exercida simplesmente com violência física. Não se pode negar que é muito mais cômodo utilizar o Google para fazer uma dada pesquisa, do que ir, fisicamente, à biblioteca, que é muito mais fácil escrever no Word do que na máquina de escrever, ou ainda que é muito melhor armazenar todos os arquivos importantes em uma única pasta digital, vinculada a uma nuvem qualquer, do que ser obrigado a organizar arquivos de documentos avulsos e empoeirados. É na superficialidade da comodidade que se encontra o principal problema, todavia. Uma comodidade enganosa, pois sustenta e alimenta uma assimetria de base, entre sistema e usuário. A vida e as tarefas diárias se tornam mais fáceis, desde que se pague o custo associado. Custo não tanto financeiro, mas essencialmente político.

A simulação, levando a parábola dos irmãos Grimm (*O Ouriço e o Coelho*) à enésima potência, permite sugerir que o coelho é duplamente enganado pelo ouriço. O coelho crê que corre contra um mesmo ouriço, na mesma medida em que supõe ser o único coelho a correr. Ambas as suposições não correspondem a meros equívocos ou incapacidades de compreensão da realidade. Trata-se, não de uma suposta “falta cognitiva” de quem quer que seja, mas de uma *simulação* que sustenta o funcionamento da máquina, necessariamente. Ainda que se saiba muito bem que espécie de simulação está em jogo, no entanto, nem por isso ela deixa de ser eficaz. Como um labirinto, somente é possível superar a simulação se a premissa de sua inevitabilidade é aceita. De todo modo, se somente quem detém o controle do *arkanum* do programa é capaz de eficazmente “*questionar a natureza de sua própria realidade*”⁶³³, antes é preciso assumir a simulação como um dado a ser superado e transgredido. A política da mídia condiciona, assim, tanto a ontologia, como a epistemologia à disposição.

7.3

QUE EMANCIPAÇÃO É POSSÍVEL?

⁶³³ *The Original*. WESTWORLD (série). Episode 01. Season 01. NOLAN, Jonathan (diretor). Utah/California: Warner Bros. Television, 2016, 68 min.

Qualquer emancipação deve ser capaz de subverter a equação entre sistema e usuário, entre tecnólogo/inventor e consumidor/alienado, ou ainda entre maior e menor⁶³⁴. Toda emancipação deve promover uma espécie de desterritorialização do princípio estruturante da relação assimétrica entre sistema e usuário e, nos limites desse contexto, somente pode ser estritamente condicionada e precária.

Os dois últimos exemplos citados no primeiro capítulo são denotativos dessa condição. Tanto as hipóteses de *whistleblowing*, como o denominado *hacktivism*, ambas tematizadas brevemente no primeiro capítulo, atuam no sentido de garantir meios para que se possa promover o questionamento fundamental acerca do *status* da simulação na qual todos estão inseridos, bem ou mal, inevitavelmente. Para tanto, todos devem, *a priori*, partir da plataforma que lhes é oferecida.

Hackear essa relação pode implicar não necessariamente uma via em direção à “maioridade”, em um sentido ingênuo de emancipação pessoal, mas deve implicar, no mínimo, a subversão das fronteiras pré-estabelecidas. *O hacker é uma subjetividade anti-nômica*, não por estar aquém ou além de toda pretensão de orientação e ordenação, mas por subverter toda pretensão, por agenciar toda pretensão desde uma falha do sistema, desde um *bug*. O mesmo pode ser dito do *Whistleblower*, tais como Manning e Snowden, mas muitos outros são destacados, como um caso especial de *hacktivism*, uma vez que se infiltram nas falhas dos sistemas de segurança e são capazes de *weaponizar* os objetos mais insuspeitos, como o CD da Lady Gaga regravável (no caso de Manning)⁶³⁵ ou o Cubo de Rubik com fundo falso (no caso de Snowden)⁶³⁶.

⁶³⁴ Simondon ainda possui uma visão por demais humanista do problema, mas sua análise merece consideração neste momento: “O estatuto de minoria é aquilo segundo o qual o objeto técnico é antes de tudo um objeto de uso, necessário à vida cotidiana, que faz parte do entorno ao meio do qual o indivíduo humano cresce e se forma. O encontro entre objeto técnico e o homem se efetua nesse caso essencialmente durante a infância. O saber técnico é implícito, não refletido, costumeiro. O estatuto de maioridade corresponde, ao contrário a uma tomada de consciência e a uma operação refletida do adulto livre, que tem a sua disposição os meios de conhecimento racional elaborado pelas ciências: o conhecimento do aprendiz se opõe assim àquele do engenheiro” (SIMONDON, G. *Du mode... op. cit.*, p. 123 – tradução livre).

⁶³⁵ Segundo o relato do próprio Manning: “Engraçado que transferíamos muitos dados em CDs sem nome. Todos faziam... vídeos, filmes, música, tudo bastante transparente. Levar e trazer CDs era e ainda é um fenômeno comum. Eu entrava com música gravada num CD-RW identificado com algo como ‘Lady Gaga’, apagava a música e então inseria um arquivo comprimido compartimentado. Ninguém suspeitava de nada. Um tanto triste. Sequer precisava esconder algo... a cultura alimentava oportunidades. O mais difícil era encontrar acesso à Internet – baixar dados sensíveis da internet pública é uma má ideia, já que as redes são monitoradas por qualquer tipo insurgente/terrorista/miliciano/criminoso” (LEIGH, David; HARDING, Luke. *Wikileaks: Inside Julian Assange’s War on Secrecy*. London: Guardian Books, 2013, p. 86 – tradução livre).

⁶³⁶ “Você reconhecerá um cartão SD se já usou uma câmera digital ou de vídeo, ou se já precisou de mais espaço de armazenamento no seu tablet. São dispositivos pequeninos, milagres do

Como desenvolvido nos capítulos anteriores, a nova mídia é caracterizada por pressupor duas passagens. A primeira, do analógico para o digital, ou melhor, do contínuo para o discreto. Essa primeira passagem implica a assimilação dos fluxos contínuos de informação aos dos mecanismos digitais, o que foi exponencialmente acelerado uma vez inventado o *transistor* (uma espécie de *relais*), capaz de unicamente ligar e desligar e, a partir disso, obedecer a comandos e exercer tarefas da mais variada ordem.

A segunda passagem, ao seu turno, implica o desenvolvimento de um sistema semântico ao redor daquilo que, *a priori*, não possui significação e não pretende fazer sentido, mas agir sobre a própria realidade. Com o desenvolvimento de um plano semântico, a transcendência é introduzida *a posteriori* no campo digital. O *Urstaat* assume uma nova forma a contar do momento em que os protocolos axiomáticos ganham em *critical mass*, apresentando um Estado “zumbi”, uma espécie de “fundamento *post mortem*”, em favor dessa axiomática englobante do Capital.

Ainda no seio da segunda passagem, com a reintrodução da transcendência, todavia, opera-se uma cisão. Uma espécie de assimetria é instituída, de modo que ao mero usuário é proibido o acesso às condicionantes e pressupostos do sistema. Se a simulação é vinculante e se o mesmo sistema deve ser capaz de ser utilizado por uma quantidade indefinida de outros usuários ao mesmo tempo, os fundamentos de seu funcionamento não poderiam ser acessíveis a qualquer um.

É à luz do fato dessa assimetria que merece a consideração sobre o conceito de emancipação no contexto da mídia digital. Afinal, se a soberania digital é definida como o acesso ao plano de imanência que sustenta a plataforma, ou melhor, à capacidade de inversão do sentido das passagens descritas acima, a ponto de permitir um *design* do Mundo desde o fundamento do digital, a emancipação implica considerar o caminho em direção à obtenção e manutenção dessa condição soberana.

*armazenamento flash não-volátil, e – com 20 x 21.5 mm para o mini, 15 x 11 para o micro, são basicamente do tamanho do dedo mindinho – eminentemente passíveis de serem escondidos. Você pode guardar um dentro de um quadrado do cubo Rubik, basta retirar com cuidado a pequena placa de cor e então recolocar a plaquinha de volta. Ninguém perceberá. Em outras ocasiões levei um cartão na minha meia, ou, quando estava no auge da paranoia, na bochecha, de modo que poderia engolir se fosse preciso. Eventualmente, a medida que ganhava confiança, e certeza nos métodos de encriptação que utilizava, deixava o cartão simplesmente no fundo do bolso. Dificilmente acionam os detectores de metais e quem duvidaria que simplesmente esqueci de algo tão pequeno?” (SNOWDEN, Edward. *Permanent Record*. London: Macmillian, 2019, e-book, paginação irregular – tradução livre).*

Em função daquilo que foi dito a respeito da declinação (*clinamen*), a soberania digital corresponde à capacidade de afetar eventuais modulações existentes, ao passo que a emancipação corresponde a um certo grau de resistência ante à assimilação no seio dessas mesmas modulações. Se o *clinamen* opera a todo instante, *bit by bit*, e não mais como uma origem meramente postulada, há de se avançar a tese pela qual a todo instante o sistema é dotado de suficiente instabilidade (ou meta-estabilidade) para atravessar qualquer limiar. A todo instante, i.e., a cada *bit*, a cada instância de máxima entropia, pode ser inserido o código que *hackeará* a programação.

Gilles Deleuze credits a Félix Guattari o exemplo acerca da cidade na qual cada qual possui uma espécie de cartão eletrônico, que permite abrir ou fechar uma determinada barreira que impede ou permite o acesso⁶³⁷. Esses cartões pessoais, que ainda na década de 90 poderiam parecer um tanto pitorescos, são cada vez mais comuns no dia a dia das cidades, cada vez mais interconectadas. O cartão de metrô/ônibus conectado aos registros do cartão de crédito, aos dados do seguro-acidente, ao *score* da instituição de crédito, aos cadastros dos órgãos ditos de “policimento ostensivo”, enfim. O importante não seria tanto a barreira que se abre ou fecha, mas a modulação do comportamento, das expectativas e, principalmente, dos *desejos*.

Trata-se de uma (micro)modulação de corpos e agências – O corpo que assume outros fluxos que não o paradigmático é modulado para ser assimilado, ou para ser cancelado. A modulação assume um controle a partir de *feedbacks* positivos (assimilação) e negativos (cancelamento). Se é verdade, com Spinoza, que “ninguém foi capaz de determinar, até então, o que pode o corpo”⁶³⁸, a nova mídia pretende (*de jure*) que esse se torne, *de jure*, um falso dilema, na medida em que parametriza, contabiliza e esquadrinha aquelas potências dos corpos que hão de ser aceitas e reforçadas, de modo a que o próprio desejo seja objeto da modulação.

De facto, todavia, os desvios são tão ou mais necessários que as assimilações, como denuncia Sibertin-Blanc. Os desvios não podem ser simplesmente desconsiderados, ou considerados como um resto de incivilidade. *De facto*, constituem o fundamento do sistema e não a sua borda mais exterior. Não se trata de uma assimilação do fora (*Ausnahme*), de uma espécie de “entronização” da exceção, como se a noção de “exceção” exercesse qualquer

⁶³⁷ DELEUZE, G. *Post-scriptum... op. cit.*, p. 246.

⁶³⁸ Cfr.: Parte III, Proposição 2 da Ética (SPINOZA, B. *Ética... op. cit.*, p. 167).

papel a-histórico e que pudesse ser verificada e revelada simplesmente a partir do mero desvelamento de uma estrutura pretensamente ontológica das relações políticas, mas da constituição do próprio comportamento desviante *enquanto tal*, i.e., da criação daquilo que poderá ser assimilado (*feedback* positivo) ou deverá ser cancelado (*feedback* negativo).

Nesses termos, a *pergunta pela emancipação deve ser assumida em contraposição a essa (micro)modulação*. Implica, em última análise, não a recondução ou o renascimento necessário do conceito de homem em relação à técnica e tecnologia, mas a problematização do tema do *indivíduo* não em contraposição à máquina, mas como um complexo humano e não-humano (uma individualidade “ciborgue”), capaz de criar um “si” somente na medida em que é capaz de instituir um “meio associado” e, assim, estabelecer uma “interioridade” para o seu modo de vida em contraposição ao “fora”.

Antes de pensar o indivíduo como um “dado”, é necessário considerar o *processo de individuação*, i.e., o *devir individuante*. Não se trata de uma mera dinâmica de subjetivação, ou da construção de um “novo” sujeito da história, como o foi o proletariado marxista, a multidão negriana, ou enfim, mas da (su)posição de uma multiplicidade dos devires que não se deixa apresar, da criação de efeitos impassíveis de contabilização, da possibilidade de *overload*, i.e., do excesso, enfim, de um transbordo que leva tudo (*violentamente*) à superfície e para além dos esquadros fixados. Não se trata nem da lógica da “falta”, nem do “subjacente” (*sub-stans*).

Se a modulação universal assume a função de assimilar ou cancelar o sinal do desviante, não menos verdade que o controle operado também é responsável por uma espécie de “*seleção*” – i.e., pela definição de algo que não passa, algo impassível de seguir as passagens apresentadas no início desta tese. Trata-se de algo *aporético*. Face à *hybris* do desviante (lembrando aqui o efeito de *Nachträglichkeit* que acompanha a própria definição do desvio), a Nêmesis da mídia digital exerce (a) tanto uma função *espacializante*, i.e. instituidora de topologias e topografias novas, garantindo que as distâncias e desvios possam ser, de certa forma, mensurados, como (b) garante o retorno do diferente, a fixação de uma imagem invertida em face àquela da ordem do controle, uma espécie de “anarquia coroada”, como diz Deleuze⁶³⁹.

Se as únicas soluções disponíveis fossem, *de facto*, ou a assimilação ou a eliminação, restaria pouco a ser dito a respeito da emancipação. O problema da

⁶³⁹ DELEUZE, G. *Différence... op. cit.*, p. 55.

emancipação sequer se apresentaria como real e atual, mas simplesmente (e no máximo) como uma curiosidade histórica. A emancipação, todavia, é um problema e se mantém como tal justamente pelo fato de nenhuma pretensão de assimilação ou eliminação poder ser, *de facto*, infalível.

Como mencionado acima, o desvio não pertence à “borda” do sistema, mas ao seu núcleo, ainda que não se constitua como “centro” ou como “subjacente”. Trata-se de um *núcleo descentrado e superficial*. Pressupor uma infalibilidade da assimilação e da eliminação implicaria supor que a axiomática da Computação e da Internet operam em meio a um princípio por meio do qual toda diferença seria tendencialmente assimilada à identidade, ou excluída, como forma de preservação desse “mesmo”. A emancipação, todavia, passa justamente pela inversão desse movimento, permitindo que a identidade seja pensada à luz da diferença.

Para a emancipação, é a diferença que subordina a identidade e não o inverso.

Pensando o quanto dito a respeito da soberania, a emancipação corresponderia ao acesso, a todo instante disponível, às potências do imanente por meio da inversão da submissão do diferente ao mesmo.

A respeito, essa conclusão encontra-se *in fieri* nas seguintes perplexidades enunciadas por Benjamin Bratton:

*Resoluções constitucionais sobre privacidade e permissões de acesso parecem frágeis, tanto intelectual como estrategicamente, sem que se considere quais as melhores opções poderiam ser adotadas para uma outra política. Consideram as questões bioéticas envolvidas na recusa de um(a) usuário/pessoa/perfil de submeter seus dados clínicos a plataformas de vigilância holística biomédica e com isso causar danos ao serviço médico oferecido ao público que cada um de nós inevitavelmente consumimos e secretamos ao mesmo tempo? Essa atitude poderá ser considerada no futuro como algo semelhante à acrobacia idiótica, tão em voga atualmente, de negar vacinas? Considere de outra forma, em tais ambientes radicalmente transparentes, quando os sistemas e os indivíduos se tornam indistinguíveis uns dos outros, para não dizer redundantes? E se o design de um é indistinguível da governança de outro, e assim por diante, considere se a responsabilidade dos indivíduos humanos, como sujeitos e usuários de regimes digitais, é mesmo o modo mais viável de soberania a proteger?*⁶⁴⁰

⁶⁴⁰ Tradução livre. No original: “Constitutional resolutions on privacy and permission seem feeble, both intellectually and strategically, without better options for what preferred policy actually might be. Do they hint of a bioethics in which a User/ person/profile’s refusal to submit data trails to holistic biomedical platforms, and by this endanger the care of the larger commons each of us is inevitably both consuming and secreting at once, would be analogous to today’s idiot stunt of refusing vaccines? Put another way, in such radically transparent environments, when do

Uma relação intrincada existe entre soberania e emancipação, portanto. No âmbito digital, não adianta fazer questão daquilo que se tornou fundamento *post mortem* de toda a estrutura que sustenta a assimetria entre sistema e indivíduo, mas agenciar desde o plano em que o *indivíduo* e o *sistema* compõem um plano ainda não diferenciado de possibilidades. É preciso agenciar tanto a soberania como a emancipação, desde o plano de imanência do campo digital e assim garantir não somente a desestruturação/desconstrução do *nomos* atual, mas o *design* de novas linhas de realidade, novos possíveis. A linha de fuga do atual *nomos* digital não é imediatamente uma utopia, mas a desconstrução do código, o que aqui quer dizer imediatamente o mesmo que o agenciamento do virtual ainda não diferenciado e pleno de potência.

Foi dito anteriormente que as fronteiras digitais são tão reais como qualquer fronteira física, i.e., como qualquer muro. A questão é que, na medida em que a matéria física se distingue em diversos materiais (*Stoff, stuff, matériel*) diferentes, disponíveis infinitamente e que podem se sedimentar de modos infinitamente diversos, tal como sugeriu Lucrécio (intuição que, na sua simplicidade, não se desfez com a moderna química ou física quântica, diga-se), a matéria digital é composta por um processo de *Relais*, por um *Relaisprinzip*, por um processo *radical* de individuação (talvez o melhor exemplo da individuação radical de que trata Simondon), que permite a dissociação do signo e do sinal, de modo que o mundo digital não é constituído senão pela seriação ao infinito de 0s e 1s, de *On's* e *Off's*, onde tudo, absolutamente tudo, não importa se grande ou pequeno, bom ou ruim, americano, russo, chinês ou brasileiro, pode ser reconduzido à desconcertante simplicidade do código binário.

Desde onde tudo não passa de 0s e 1s, havendo a possibilidade de apagar qualquer signo e de inscrever qualquer outro em seu lugar (esse é o princípio básico da máquina de Turing, lembra-se), as fronteiras são apagadas, os liames são apagados, as relações são apagadas para, necessariamente, exigir uma outra conformação da realidade. Um outro *design* de possíveis, novas diagramações, novas relações entre interface e endereçamento não podem deixar de serem instaurados, desde que obedecida a máxima sugerida por Kittler, segundo a qual,

systems and individuals become indistinguishable, not to mention redundant? Is the design of one indistinguishable from the governance of the other, and if so, is the accountability of human individuals, as the subjects and users of digital regimes, really the most viable sovereign unit to enforce?" (BRATTON, B. op. cit., p. 270).

para algo “ser” é necessário “estar circuitado”. No contexto do digital, a política dos circuitos e dos diagramas precede a ontologia e a epistemologia.

Ao considerar que a “nuvem” é ubíqua, tangenciando todas as potências do Mundo (terra, mar e ar), atravessando fronteiras e impondo limites, i.e., instituindo ordem e local (*Ordnung und Ortung*), a emancipação deve conduzir a uma espécie de *assimilação*, a partir da qual o corpo subjugado/assujeitado/servil assume uma linha de fuga e devém ubíquo nos mesmos termos. Trata-se de um processo de virtualização num sentido todo próprio. Se nem a sujeição social, nem a servidão maquínica são capazes de pensar e atualizar a condição do indivíduo, como sugerido no capítulo anterior, a emancipação é, pelo contrário, um devir individual, trata-se de assimilar o plano de imanência como *meio associado*.

Assumir o plano de imanência da nuvem como meio associado talvez implique a desintegração do humano, do sujeito, do cidadão em direção a outra forma de vida capaz de quebrar o *nomos*, alisar o espaço, instituir outras espacialidades, outras realidades e saber sua posição nisso tudo... Talvez então seria possível pensar o *Übermensch* da era digital.

Bit by bit a realidade se (con-)forma em cada ponto discreto. Tempo e espaço implicados desde a linha zero-dimensional (como diria Kittler e Flússer) do código binário. Se a emancipação de que ora se trata impõe um imiscuir-se nas entranhas do sistema, é preciso considerar o quanto a posição do camponês kafkaniano interpela atualmente no contexto da mídia digital. Desobedecer a ordem temporária do guardião (uma temporariedade que, todavia, se estende para toda a vida – *atermoiement illimité*) ou imiscuir-se, enfrentar porta a porta, até o insuportável? Desobedecer à assimetria nômica que, *criptograficamente* modula e espacializa o tempo (promove uma *différance*⁶⁴¹) para impedir o acesso (esse *atermoiement illimité*, essa *Verzögerung*) ou emaranhar-se no código assumir a condição de agenciar o plano de imanência (a zero-dimensionalidade) na construção de novas linhas de realidade?

Essa *différance* não é incondicionada. Seu *a priori*, que Derrida não conseguiu encontrar em lugar algum e em momento algum⁶⁴², é a *mídia* e em

⁶⁴¹ “Após o primeiro guardião há outros, em quantidade indefinida; talvez sejam incontáveis, sempre mais poderosos, sempre mais proibitivos, com cada vez mais capacidades de repulsa. O seu poder é o da *différance*, uma *différance* irresolúvel, já que dura dias, ‘anos’ e, por fim, até à morte do homem. Uma *différance* até a morte, sobre a morte, sem fim, pois definitiva. O discurso da Lei, que o guardião representa, não diz ‘não’, mas, ‘ainda não’ em um tempo indefinido. Assim a complicação em um conto que é, igualmente, absolutamente fechado e brutalmente interrompido” (DERRIDA, J. *Préjugés...* op. cit., p. 61 – tradução livre).

⁶⁴² “Mexemos aqui com um dos pontos mais difíceis de situar no momento em que se busca reencontrar a linguagem sem linguagem, a linguagem além da linguagem, aquela relação muda, na qual já desde a escrita se busca forças internas, a partir das quais são estabelecidas as

especial, a contar da Segunda Guerra Mundial, a *mídia digital*. Turing/Church, Shannon e Weaver e von Neumann. A potência da proposta gramatológica, publicada em 1967, já havia sido esgotada vinte anos antes. É preciso lançar mão de uma semiótica capaz de dar conta desse *a priori* e, nesse sentido, a glossemática de Hjelmslev é muito mais propícia. É necessária uma (dia)gramática capaz de sustentar uma linha de força entre *Bell Labs*, *Bletchley Park* e Copenhague, uma semiótica que problematize as passagens entre o a-significante e o semântico, a forma e a substância, o conteúdo e a expressão, a visibilidade e a enunciação, enfim, a interface e o endereçamento.

Tanto o camponês como o típico usuário humano são sujeitos (do enunciado) de uma simulação. Não há de se falar em uma *a-topia*⁶⁴³, mas de uma simulação que tanto *fixa* como *mascara* a própria topologia e topografia. Uma simulação que, apesar de tudo, é nômica, pois define a ordem e o local (*Ordnung und Ortung*). Contudo, ao passo que a “verdade” somente é dita ao camponês quando sua vida já se esvai por completo, impedindo-lhe de, *de facto*, obter acesso à “Lei”, o típico usuário humano não está absolutamente condenado ao mesmo destino. Como dito, o *clinamen* opera *bit by bit*. A instabilidade do sistema é sempre renovada, a cada instante, a cada novo *On* e *Off*. Basta introduzir uns poucos caracteres diferentes do previsto para *hackear* todo sistema.

Se a procrastinação é a marca do conto kafkaniano (esse “ainda não” que diz o guardião), a cena digital projeta nervosamente o seu próprio ponto de fuga, por meio de suas modulações e ondulações. Algo tanto é, como não é, é e não é, é, mas não é... e assim indefinidamente.

Anarquia coroada. *Ci falt...* ou *incipit tragoedia*?

condições de um performativo, as regras do jogo e as fronteiras da subversão” (*Idem*, p. 79 – tradução livre).

⁶⁴³ A respeito de uma *a-topia*, conferir: *Ibidem*, p. 67.

REFERÊNCIAS.

LIVROS

ALLIEZ, Éric; LAZZARATO, Maurizio. *Guerres et Capital*. Paris: Ed. Amsterdam, 2016.

AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. 2.ed. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

BALIBAR, Étienne. *Le Hobbes de Schmitt, le Schmitt de Hobbes*. In: SCHMITT, Carl. *Le Léviathan dans la doctrine de l'État de Thomas Hobbes: Sens et échec d'un symbole politique*. Seuil: Paris, 2002.

BALIBAR, Étienne. *Spinoza et la politique*. 4.ed. Paris: PUF, 2016.

BAUMGÄRTNER, Maik et al. „Ooops“. *Der Spiegel*. Online Ausgabe n. 21/2017. Hamburg: Spiegel-Verlag.

BENJAMIN, Walter. *Über die Sprache überhaupt und der Sprache des Menschen, Aufsatz*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1996, e-book.

BLANCHÉ, Robert. *L'Axiomatique*. 3. ed. Paris: PUF, 2009.

BLUMENBERG, Hans. *Schiffbruch mit Zuschauer: Paradigma einer Daseinsmetapher*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1979.

BORRIES, Friedrich von. *Weltentwerfen: Eine politische Designtheorie*. 3. Aufl. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, p. 2018.

BOURDIEU, Pierre. *Sur l'État: Cours au Collège de France 1989-1992*. Paris: Raisons d'Agir/Seuil, 2012.

BRATTON, Benjamin. *The Stack: On Software and Sovereignty*. Cambridge: MIT Press, 2015.

BURROUGHS, William S. *The Electronic Revolution*. Disponível em: <http://www.ubu.com/historical/burroughs/>, acessado em 22.11.2019.

BUSH, Vannevar. *As we may think*. *The Atlantic Monthly*, Jul/1945. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1945/07/as-we-may-think/303881/>, acessado em 31.05.2020.

BUTLER, Judith. *Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence*. London: Verso, 2004.

CANETTI, Elias. *Massa e potere*. Milano: Adelphi, 2015.

CARNOT, Sadi. *Betrachtung über die bewegende Kraft des Feuers und die zur Entwicklung dieser Kraft geeigneten Maschinen*. Braunschweig: Edition Vieweg, 1998.

CHATEAU, Jean-Yves. *Le vocabulaire de Simondon*. Paris: Ellipses, 2008.

CHURCH, Alonzo. *The calculi of lambda conversions*. *Annals of Mathematics Studies*. num. 6. repr. Princeton: Princeton University Press, 1941.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Anti-Œdipus: Capitalisme et Schizophrénie* 1. Paris: Minuit, 1972.

- _____. *Kafka: pour une littérature mineure*. Paris: Minuit, 1975.
- _____. *Mille Plateaux: Capitalisme et Schizophrénie 2*. Paris: Minuit, 1980.
- _____. *Qu'est-ce que c'est la philosophie?* Paris: Minuit, 1991.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Dialogues*. Paris: Flammarion, 1996.
- DELEUZE, Gilles. *Différence et Répétition*. Paris: PUF, 1969.
- _____. *Foucault*. Paris: Minuit, 2004.
- _____. *Logique du sens*. Paris: Minuit, 1969.
- _____. *Pourparlers*. Paris: Minuit, 1990.
- _____. *Spinoza: Philosophie pratique*. Paris: Minuit, 2003.
- DENARDIS, Laura. *Protocol Politics: The Globalization of Internet Governance*. Massachusetts: MIT Press, 2009.
- DERRIDA, Jacques. *Archive fever: A Freudian Impression*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.
- _____. *De la grammatologie*. Paris: Minuit, 1967.
- _____. *Feu la cendre*. Paris: Des Femmes-Antoinette Fouque, 1987.
- _____. *La voix et le phénomène*. Paris: PUF, 1967.
- _____. *Marges. De la Philosophie*. Paris: Minuit, 1972.
- _____. *Paper-machine*. Stanford: Stanford University Press, 2005.
- _____. *Préjugés. Vor dem Gesetz*. Wien: Passagen Verlag, 2017.
- _____. *Séminaire: La bête et le souverain*. Vol. I (2001-2002). Paris: Galilée, 2008.
- _____. *Spectres de Marx*. Paris: Galilée, 1993.
- EASTERLING, Keller. *Extrastatecraft: The power of infrastructure space*. London: Verso, 2016.
- FOUCAULT, Michel. *L'Archéologie du Savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- _____. *Le corps utopique, les hétérotopies*. 2^a Tiragem. São Paulo: N-1, 2015.
- _____. *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard, 1966.
- _____. *Sécurité, Territoire, Populatio: Cours au Collège de France. 1977-1978*. Paris: Seuil; Gallimard, 2004.
- FREUD, Sigmund. *O Infamiliar*. In: Obras completas de Sigmund Freud. Trad. CHAVES, Ernani; TAVARES, Pedro Heliodoro. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- GADAMER, Hans-Georg. *Hermeneutik I. Wahrheit und Methode: Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik*. Gesammelte Werke. Band 1. Tübingen: Mohr Siebeck, 1990.
- GALLOWAY, Alexander. *Protocol: How control exists after decentralization*. Massachusetts: MIT Press, 2004.
- GASTON, Sean; MACLACHLAN, Ian. *Reading derrida's of Grammatology*. London: Continuum, 2011.

GREENBERG, Andy. *The code that crashed the world*. Wired. Online Edition. New York: Condé Nast, Sep/2018.

GREENFIELD, Adam. *Radical Technologies: The Design of Everyday Life*. London: Verso, 2017.

GREENWALD, Glenn. *No place to hide: Edward Snowden, the NSA, and the U. S. Surveillance State*. New York: Macmillan, 2014, e-book.

GROSZ, Elisabeth. *Chaos, Territory, Art: Deleuze and the Framing of the Earth*. New York: Columbia University Press, 2008.

GUATTARI, Félix. *Lignes de fuite: Pour un autre monde de possibles*. Paris: L'Aube, 2011.

HARCOURT, Bernard. *Exposed: Desire and Disobedience in the Digital Age*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

HEIDEGGER, Martin. *Gesamtausgabe. I. Abteilung: Veröffentlichte Schriften 1910-1976*. Band 7. Vorträge und Aufsätze. Frankfurt a.M.: Vittorio Klostermann, 2000.

_____. *Gesamtausgabe. I. Abteilung: Veröffentlichte Schriften 1910-1976*. Band 11. Frankfurt a.M.: Vittorio Klostermann, 2006.

_____. *Gesamtausgabe. II. Abteilung: Vorlesungen*. Band 36/37. Frankfurt a.M.: Vittorio Klostermann, 2001.

HELLER, Erich. *Kafka*. São Paulo: Cultrix, 1976.

HERSH, Eitan D. *Hacking the Electorate: How Campaign Perceive Voters*. New York: Cambridge University Press, 2015, e-book.

HERSH, Seymour M. *Chain of Command: The Road from 9/11 to Abu Ghraib*. London: Harper Collins, 2004.

HJELMSLEV, Louis. *Essais Linguistiques*. Paris: Minuit, 1971.

_____. *L'analyse structurale du langage. In: Essais Linguistiques*. Paris: Minuit, 1971.

_____. *Le langage*. Paris: Gallimard, 1991.

_____. *Prolégomènes à une théorie du langage*. Paris: Minuit, 2017.

JAMESON, Fredric. *Notes on the Nomos*. South Atlantic Quaterly, 104, n. 02. Durham: Duke University Press, 2005.

_____. *The Politics of Utopia*. New Left Review, n. 25, Jan-Feb/2014.

JOQUE, Justin. *Desconstruction machines: Writing in the age of cyberwar*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018.

KAFKA, Franz. *Diari 1910-1923*, a cura di Max Brod. vol. 2. Milano: Mondadori, 1959.

_____. *Prometheus. In: The Great Wall of China*. New York: Schoken Books, 1946.

_____. *Tagebücher 1910-1923*. Bookrix, 2017, e-book.

_____. *The Diaries 1910-1923. Edited by Max Brod*. New York: Schoken Books, 2009, e-book.

_____. *The Trial*. London: Penguin Books, 2015.

KAISER, Brittany. *Targeted: The Cambridge Analytica whistleblower's inside story of how Big Data, Trump, and Facebook broke democracy and how it can happen again*. New York: HarperCollins, 2019, e-book.

KEENAN, Bernard. *Interception: Law, Media, and Techniques*. Tese submetida ao Department of Law of the London School of Economics para obtenção do grau de Doctor of Philosophy. London, Setembro 2017.

KITTLER, Friedrich. *Aufschreibesysteme 1800-1900*. München: Wilhelm Fink Verlag, 2003.

_____. *Draculas Vermächtnis*. Leipzig: Reclam, 1993.

_____. *Grammophon, Film, Typewriter*. Berlin: Brinkman & Bose, c1986.

_____. *Optische Medien: Berliner Vorlesung 1999*. Berlin: Merve Verlag, 2011.

KLOOCK, Daniela; SPAHR, Angela. *Medientheorien. Eine Einführung*. 4. Auflage. München: Wilhelm Fink Verlag, 2012.

KNIEPS, Günter. *Netzökonomie: Grundlagen, Strategien, Wettbewerbspolitik*. Wiesbaden: 2007, Gabler.

KUCKLICK, Christoph. *Die granulare Gesellschaft: Wie das Digitale unsere Wirklichkeit Auflöst*. Berlin: Ullstein, 2017.

LANGNER, Ralph. *To Kill a Centrifuge: A Technical Analysis of What Stuxnet's Creators Tried to Achieve*. Arlington: Langner Group, 2013.

LAPOUJADE, David. *Deleuze, les mouvements aberrants*. Minuit: Paris, 2014.

_____. *William James: Empirisme et pragmatisme*. Paris: Les Empêcheurs de Penser en Rond, 2007.

LAZZARATO, Maurizio. *Signos, Máquinas, Subjetividades*. São Paulo: Sesc São Paulo; N-1 edições, 2014.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. *Monadologie und andere metaphysische Schriften*. 2. Aufl. Hamburg: Felix Meiner Verlag, p. 2014.

LESSIG, Lawrence. *Code: Version 2.0*. New York: Preseus, 2006.

LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

LUCRETIUS. *De rerum natura*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

MALABOU, Cathérine. *La plasticité au soir de l'écriture: dialectique, destruction, déconstruction*. Paris: Léo Scheer, 2005.

MARTINET, André. *Au sujet des fondements de la théorie linguistique de L. Hjelmslev*. In: Bulletin de la Société de Linguistique de Paris, t. 42. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k121060/f160.image>, acessado em 01.08.2019.

MARX, Karl. *Das Kapital*. Koln: Anaconda, 2009.

_____. *Differenz der demokratischen und epikureischen Naturphilosophie*. Praga: e-artnow, 2015, e-book.

MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth. *Big Data: The essential guide to work, life and learning in the age of insight*. London: John Murray, 2017.

MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor; RAMGE, Thomas. *Das Digital: Markt, Wertschöpfung und Gerechtigkeit um Datenkapitalismus*. 3. Aufl. Berlin: Ullstein, 2017.

MCLUHAN, H. Marshall. *Understanding Media: The extensions of man*. Cambridge: MIT Press, 1994.

MEILLASSOUX, Quentin. *Après la Finitude: Essai sur la nécessité da la contingence*. Paris: Seuil, 2006.

_____. *Subtraction and Contraction: Deleuze, Immanence and Matter and Memory*. In: MACKAY, Robin (Ed). *Collapse*, vol. 3: *Philosophical Research and Development*. London: Urbanomic, 2007, pp. 63/107.

METAHAVEN. *Black Transparency: The Right to Know in the Age of Mass Surveillance*. Berlin: Sternberg Press, 2015.

MUELLER, Milton L. *Networks and States: The Global Politics of Internet Governance*. Cambridge: MIT Press, 2013.

_____. *Ruling the Root: Internet governance and the taming of cyberspace*. Cambridge: MIT Press, 2004.

MURRAY, Andrew. *Information Technology Law: The Law and Society*. 3.ed. Oxford: Oxford University Press, 2016.

OTTO, Philipp (Herausgeber). *Das Netz 2013/2014 – Jahresrückblick Netzpolitik*. Berlin: iRights.Media, 2013.

PARIKKA, Jussi. *Geology of Media*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2015.

PARKS, Lisa; STAROSIELSKI, Nicole. *Signal Traffic: Critical Studies of Media Infrastructures*. Champaign: Illinois University Press, 2015.

POSTEL, Jon (Ed). RFC n. 791. DARPA Internet Program – Protocol Specification. Marina del Rey: Information Sciences Institute, 1981.

RAMOND, Charles. *Le vocabulaire de Spinoza*. Paris: Ellipses, 1999.

RASHKE, Richard. *The Whistleblower's Dilemma: Snowden, Silkwood, and their quest for the truth*. New York: Delphinium, 2015.

ROSENBACH, Marcel; STARK, Holger. *Der NSA Komplex: Edward Snowden und der Web in die totale Überwachung*. Hamburg: Spiegel Verlag, 2014, e-book.

SANTAELLA, Lúcia. *Matrizes da Linguagem e Pensamento: Sonora, Visual e Verbal*. 3.ed. São Paulo: Iluminuras; FAPESP, 2005.

_____. *Navegar no ciberespaço: O perfil cognitivo do leitor imersivo*. São Paulo: Paulus, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1971.

SCHMITT, Carl. *Der Nomos der Erde: im Völkerrecht des Jus Publicum Europaeum*. 5.Aufl. Berlin: Duncker & Humblot, 2011.

_____. *Land und Meer: eine weltgeschichtliche Betrachtung*. 7. Aufl. Stuttgart: Klett-Cota, 2011.

_____. *Politische Theologie: Vier Kapitel zur Lehre von der Souveranität*. 3. Aufl. Berlin: Duncker & Humblot, 1979.

SCHNEIER, Bruce. *Data and Goliath: The Hidden Battles to Collect Your Data and Control Your World*. London: W. W. Norton & Co., 2015.

SHANNON, Claude E. *A Mathematical Theory of Communication*. In: *Collected Papers*. New Jersey: IEEE Press, 1992.

SIBERTIN-BLANC, Guillaume. *Politique et État chez Deleuze et Guattari: Essai sur le matérialisme histórico-machinique*. Paris: PUF, 2013.

SIEGERT, Bernard. *Passage des Digitalen: Zeichenpraktiken der neuzeitlichen Wissenschaften 1500-1900*. Berlin: Brinkman & Bose, 2003.

_____. *Relais: Geschicke der Literatur als Epoche der Post – 1751-1913*. Berlin: Brinkmann und Bose, 1993.

SIMONDON, Gilbert. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier, 2012.

_____. *L'individuation à la lumière des notions de forme et d'information*. Grenoble: Millon, 2017.

_____. *L'invention dans les techniques: Cours et Conférences*. Paris: Seuil, 2005.

SJURTS, Insa (Herausg.). *Gabler Lexikon Medien Wirtschaft*. Wiesbaden: Gabler Verlag, 2004.

SPINOZA, Baruch. *Ética*. Trad. TADEU, Tomaz. 3. ed. bilingue. 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

_____. *Traité Politique. Œuvres V*. Paris : PUF, 2015.

TURING, Allan M. *On computable numbers, with na application to the Entscheidungsproblem*. Proceedings of the London Mathematical Society, Volume S2-S42, Issue 1, 1937.

VIRILIO, Paul. *Der eigentliche Unfall*. Wien: Passagen Verlag, 2009.

_____. *O Espaço Crítico*. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2014.

_____. *The Museum of Accidents*. Public 2: The Lunatic of One Idea, pp. 81–85. Disponível em: <https://public.journals.yorku.ca/index.php/public-article/view/29787/27371>, acessado em 20.10.18.

_____. *The Vision Machine*. London: British Film Institute, 1994.

VON NEUMANN, John. *Entwicklung und Ausnutzung neuerer mathematischer Maschinen*. In: *Arbeitsgemeinschaft für Forschung des Landes Nordrhein-Westfalen*. Heft 45. Düsseldorf: Springer Fachmedien Wiesbaden, 1955.

WEBER, Stefan (Hrsg.). *Theorien der Medien*. 2. Aufl. Konstanz: AVK, 2010.

WITMORE, Michael. *Text: A Massively Addressable Object*. Disponível em: <http://winedarksea.org/?p=926>, acessado em 27.09.18.

WRIGHT, Steven. *An appraisal of Technologies of Political Control. Scientific and Technological Options Assessment STOA*. Working document. PE 166.499. Luxembourg: EUParl, Directorate General for Research, 1998.

WYLIE, Christopher. *Mindf*ck: Cambridge Analytica and the plot to break America*. New York: Random House, 2019, e-book.

ZOURABICHVILI, François. *Le Vocabulaire de Deleuze*. Paris: Ellipses, 2003.

NOTÍCIAS, NOTAS E ENTREVISTAS.

CADWALLADR, Carole. *The Great Hack: The film that goes behind the scenes of the Facebook data scandal*. Matéria para o jornal *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/uk-news/2019/jul/20/the-great-hack-cambridge-analytica-scandal-facebook-netflix>, acessado em 31.05.2020.

CHAPPELL, Bill. *Google Maps Displays Crimean Border Differently In Russia, U.S.* Matéria para o site da *NPR*. Disponível em: <https://www.npr.org/sections/thetwo-way/2014/04/12/302337754/google-maps-displays-crimean-border-differently-in-russia-u-s>, acessado em 31.05.2020.

CRESCI, Elena. *Google Maps accused of deleting Palestine – but the truth is more complicated*. Matéria para o jornal *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2016/aug/10/google-maps-accused-remove-palestine>, acessado em 31.05.2020.

GALLAGHER, Ryan. *The powerful global spy alliance you never knew existed*. Matéria para o canal *The Intercept*. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/03/01/nsa-global-surveillance-sigint-seniors/>, acessado em 06.01.2020.

GREENWALD, Glenn. *XKeyscore: NSA tool collects “nearly everything a user does on the internet”*. Matéria para o jornal *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/jul/31/nsa-top-secret-program-online-data>, acessado em 31.05.2020.

HERN, Alex; CADWALLADR, Carole. *Revealed: Aleksandr Kogan collected Facebook users’ direct messages*. Matéria para o jornal *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/uk-news/2018/apr/13/revealed-aleksandr-kogan-collected-facebook-users-direct-messages>, acessado em 31.05.2020.

LAUTERBACH, Jörn. *Nachmieter in der Whonung von Mohammed Atta*. Matéria para o jornal *Welt*. Disponível em: <https://www.welt.de/politik/deutschland/article13572179/Nachmieter-in-der-Wohnung-von-Mohammed-Atta.html>, acessado em 06.01.2020.

LEVIN, Sam. *New AI can guess if you’re gay or straight from photograph*. Matéria para o jornal *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2017/sep/07/new-artificial-intelligence-can-tell-whether-youre-gay-or-straight-from-a-photograph>, acessado em 31.05.2020.

MARK, Brown. *Nicaraguan Invasion? Blame Google Maps*. Matéria para a revista *Wired*. Disponível em: <https://www.wired.com/2010/11/google-maps-error-blamed-for-nicaraguan-invasion?/>, acessado em 31.05.2020.

MCLAUGHLIN, Andrew. *Egypt’s big internet disconnect*. Matéria para o jornal *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2011/jan/31/egypt-internet-uncensored-cutoff-disconnect>, acessado em 31.05.2020.

SMITH, Brad. *The need for urgent collective action to keep people safe online: Lessons from last week's cyberattack*. Nota publicada no site da Microsoft. Disponível em: <https://blogs.microsoft.com/on-the-issues/2017/05/14/need-urgent-collective-action-keep-people-safe-online-lessons-last-weeks-cyberattack/>, acessado em 15.09.2018.

WALKER, Shaun; GRYTSENKO, Oksana. *Text messages warn Ukraine protesters they are 'participants in mass riot'*. Matéria para o jornal *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/jan/21/ukraine-unrest-text-messages-protesters-mass-riot>, acessado em 31.05.2020.

WILLS, Amanda. *New Snowden leak: NSA program taps all you do online*. Matéria para o site da CNN. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2013/07/31/tech/web/snowden-leak-xkeyscore/>, acessado em 31.05.2020.

ZETTER, Kim. *U.K. Spy Agency secretly taps over 200 Fiber-Optic Cables, shares data with NSA*. Matéria para a revista *Wired*. Disponível em: <https://www.wired.com/2013/06/gchq-tapped-200-cables/>, acessado em 31.05.2020.

FILMES E SÉRIES

NOLAN, Jonathan [Direção]. *The Original*. WESTWORLD (série). Episode 01. Season 01. Utah/Califórnia: Warner Bros. Television, 2016, 68 min.

POITRAS, Laura [Direção]. *Citizenfour*. Estados Unidos, Alemanha: Praxis Film, 2014, 114min.

CARTOGRAFIA INTERATIVA

TELEGEOGRAPHY. *Submarine cable map*. Disponível em: <https://www.submarinecablemap.com/#/>, acessado em 08.01.2020.